

Diário Oficial dos Municípios

de Santa Catarina



**Diário Oficial
dos Municípios**
de Santa Catarina



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1508

Segunda-feira - 16 de Junho de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	3	Grão Pará.....	112	Rio do Sul.....	317
Alto Bela Vista.....	8	Herval d'Oeste.....	113	Santa Rosa do Sul.....	329
Anchieta.....	8	Ilhota.....	118	Santa Terezinha do Progresso.....	330
Antônio Carlos.....	11	Imbituba.....	119	São Bento do Sul.....	331
Arroio Trinta.....	12	Iomerê.....	126	São Carlos.....	342
Barra Velha.....	32	Irineópolis.....	129	São Domingos.....	343
Biguaçu.....	33	Itaiópolis.....	131	São João do Sul.....	344
Bom Jesus do Oeste.....	43	Itapiranga.....	132	São José.....	349
Bom Retiro.....	45	Ituporanga.....	135	São Lourenço do Oeste.....	353
Braço do Trombudo.....	48	Jacinto Machado.....	138	São Pedro de Alcântara.....	354
Brunópolis.....	51	Joaçaba.....	138	Schroeder.....	354
Brusque.....	52	Lages.....	151	Serra Alta.....	359
Caçador.....	57	Leoberto Leal.....	152	Timbó.....	361
Camboriú.....	64	Lindóia do Sul.....	207	Três Barras.....	385
Campo Alegre.....	67	Luzerna.....	208	Treze Tílias.....	386
Campos Novos.....	69	Macieira.....	250	Trombudo Central.....	387
Canoinhas.....	70	Mafra.....	250	Tunápolis.....	389
Catanduas.....	71	Maracajá.....	251	Vargeão.....	393
Caxambu do Sul.....	72	Maravilha.....	252	Vargem Bonita.....	393
Chapadão do Lageado.....	75	Marema.....	255	Videira.....	394
Cocal do Sul.....	77	Massaranduba.....	259	Vitor Meireles.....	409
Concórdia.....	77	Meleiro.....	260	Xaxim.....	411
Cordilheira Alta.....	81	Modelo.....	262		
Coronel Freitas.....	82	Monte Carlo.....	263		
Coronel Martins.....	83	Morro da Fumaça.....	266		
Correia Pinto.....	84	Navegantes.....	266		
Curitibanos.....	85	Nova Trento.....	267		
Dionísio Cerqueira.....	87	Novo Horizonte.....	268		
Doutor Pedrinho.....	88	Orleans.....	270		
Erval Velho.....	89	Ouro Verde.....	271		
Faxinal dos Guedes.....	96	Palhoça.....	273		
Forquilha.....	99	Penha.....	299		
Fraiburgo.....	102	Peritiba.....	300		
Garopaba.....	105	Pinheiro Preto.....	301		
Garuva.....	107	Pomerode.....	302		
Gaspar.....	107	Porto Belo.....	306		
Governador Celso Ramos.....	111	Porto União.....	307		

Consórcios

ARIS.....	414
CIMCATARINA.....	414
CIS/AMOSC.....	416
CIS/AMUREL.....	417
CITMAR.....	417

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinícius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

Lei Nº 2.285/2014

LEI Nº 2.285/2014 - DE 10 DE JUNHO DE 2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIAR ELEMENTO DE DESPESA, ANULAR PARCIALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 24.566,10 (vinte e quatro mil e quinhentos e sessenta e seis reais e dez centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para utilização dos recursos repassados pelo FNDE - PNATE.

Art. 2º. Ficam criados no orçamento vigente os elementos de despesas 3.3.90.00.00.0.1.0061/194 e 195 Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.362.0011.2.026 MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO C.E.A

3.3.90.00.0.1.0061/194 Aplicações Diretas.....R\$ 15.710,90

12.365.0013.2.030 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.00.0.1.0061/195 Aplicações Diretas.... R\$ 8.855,20

TOTAL..... R\$ 24.566,10

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a anular parcialmente recursos da seguinte dotação orçamentária:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.61.0010.2.025 ATENDIMENTO A PROJETOS DO FNDE- PNATE E OUTROS

3.3.90.00.0.1.0061/73 Aplicações Diretas..... R\$ 24.566,10

TOTAL.....R\$ 24.566,10

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 10 de junho de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 028/2014

DECRETO Nº 028/2014 - DE 09 DE JUNHO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 221.760,00 (duzentos e vinte e um mil e setecentos e sessenta reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para auxílio alimentação com o superávit exercício 2013.

Art. 2º. Ficam criados no orçamento vigente os elementos de despesa 3.3.90.00.03.0110/198/199/200/201/202/203/204/205/206/207/208/209/210/211/212/

213 e 214 Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias :

02 GABINETE DO PREFEITO

01 GABINETE DO PREFEITO E VICE

04.122.0002.2.002 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO E VICE

3.3.90.00.0.3.0110/214 Aplicações Diretas.....R\$ 2.310,00

04.122.0002.2.003 MANUTENÇÃO DAS ASSESSORIAS E CONTADORIA

3.3.90.00.03.0110/198 Aplicações Diretas.....R\$ 2.310,00

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS

3.3.90.00.03.0110/199 Aplicações Diretas.....R\$ 27.720,00

04.122.0003.2.008 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

3.3.90.00.03.0110/200 Aplicações Diretas.....R\$ 1.155,00

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

02 DEPARTAMENTO DE CONTROLE SANITÁRIO (SIM)

3.3.90.00.03.0110/201 Aplicações Diretas..... R\$ 1.155,00

20.606.0007.2.014 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA

3.3.90.00.03.0110/202 Aplicações Diretas... R\$ 13.860,00

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0010.2.020 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO

3.3.90.00.03.0110/203 Aplicações Diretas.... R\$ 25.410,00

12.361.0010.2.021 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB

3.3.90.00.03.0110/204 Aplicações Diretas..... .. R\$ 58.905,00

12.361.0010.2.022 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.90.00.03.0110/205 Aplicações Diretas....R\$ 11.550,00

12.365.0013.2.029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.00.03.0110/206 Aplicações Diretas..... .. R\$ 26.565,00

13.392.0015.2.032 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA

3.3.90.00.03.0110/207 Aplicações Diretas.... .. R\$ 2.310,00

27.812.0016.2.036 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES

3.3.90.00.03.0110/208 Aplicações Diretas.... ..R\$ 8.085,00

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E URBANISMO

01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO

22.661.0020.2.048 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA

3.3.90.00.03.0110/209 Aplicações Diretas....R\$ 0,00

23.695.0021.2.035 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TURISMO

3.3.90.00.03.0110/210 Aplicações Diretas.... .. R\$ 1.155,00

08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL

01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

26.782.0019.2.050 MANUT. DA SEC. DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL

3.3.90.00.03.0110/211 Aplicações Diretas....R\$ 20.790,00

13 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

02 MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE PROMOÇÃO SOCIAL

3.3.90.00.03.0110/212 Aplicações Diretas....R\$ 8.085,00

17 SECRETARIA DE URBANISMO

01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO

15.452.0018.2.046 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO

3.3.90.00.03.0110/213 Aplicações Diretas....R\$ 10.395,00

TOTAL R\$ 221.760,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o superávit exercício anterior recursos próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de junho de 2.014
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 029/2014

DECRETO Nº 029/2014 - DE 09 DE JUNHO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 75.075,00 (setenta e cinco mil e setenta e cinco reais) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para auxílio alimentação com o superávit exercício 2013.

Art. 2º. Ficam criados no orçamento vigente os elementos de despesa: 3.3.90.00.0.3.000.0/67/68/69 Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.00.0.3.0110/67 Aplicações Diretas R\$ 34.650,00

10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS

3.3.90.00.0.3.0110/68 Aplicações Diretas R\$ 36.960,00

10.303.0042.2.065 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL -CAPS/SC

3.3.90.00.0.3.0110/69 Aplicações Diretas R\$ 3.465,00

TOTALR\$ 75.075,00

Art. 3º. Para atender as despesas decorrentes do disposto no artigo 1º deste decreto, será utilizado o superávit do exercício anterior recursos próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de junho de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 031/2014

DECRETO Nº 031/2014 - DE 09 DE JUNHO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 6.930,00 (seis mil novecentos e trinta reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para auxílio alimentação com superávit exercício anterior.

Art. 2º. Ficam suplementados os elementos de despesa 3.3.90.00.0.3.0110/181 e 3.3.90.00.0.3.0110/193 Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

16 DEFESA CIVIL

01 DEFESA CIVIL

06.182.0026.2.011 MANUTENÇÃO FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL
3.3.90.00.0.3.0110/181 Aplicações Diretas R\$ 3.465,00

15.452.0017.2.040 MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA

3.3.90.00.0.3.0110/193 Aplicações Diretas....R\$ 3.465,00

TOTAL.....R\$ 6.930,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado recursos do superávit financeiro exercício anterior.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de junho de 2014.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Decreto Nº 032/2014

DECRETO Nº 032/2014 - DE 09 DE JUNHO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 14.497,94 (quatorze mil quatrocentos e noventa e sete reais e noventa e quatro centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. O recurso a que se refere o "caput" deste artigo

será para aplicação dos repasses do FNDE para manutenção da Educação Infantil.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.01.0142/215 Aplicações Direta com a seguinte classificação orçamentária:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.365.0013.2.029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.00.01.0142/215 Aplicações Diretas.....R\$ 14.497,94
TOTAL R\$ 14.497,94

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o excesso de arrecadação verificada na rubrica de Transferências do FNDE.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de junho de 2014

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Decreto Nº 033/2014

DECRETO Nº 33/2014 - DE 10 DE JUNHO DE 2014

"DECRETA O CANCELAMENTO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 17/2014 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E TESTE SELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições conferidas por Lei

CONSIDERANDO

Que o processo licitatório nº 17/2014 que possui como objeto a contratação de empresa para realização de concurso público, culminou em Mandado de Segurança nos autos nº 037.14.001307-1 no qual foi concedida liminar ao impetrante determinando a suspensão do processo licitatório.

Tendo em vista a necessidade e urgência de concurso público, teste seletivo e cadastro de reserva no Município e que a demanda judicial referida, pela demora natural do processo, pode ocasionar o comprometimento de serviços públicos essenciais pela falta de servidores.

Tendo em vista o Princípio Constitucional da auto Tutela da Administração Pública e possibilidade jurídica do cancelamento justificado e motivado de atos administrativos.

Tendo como objetivo reabrir processo licitatório para seleção de empresa para prestação de serviço de concurso público,

DECRETA:

Art. 1º. Fica cancelado o processo licitatório nº 17/2014 referente à contratação de empresa para realização de Concurso Público e Teste Seletivo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 10 de junho de 2014.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Decreto Nº 034/2014

DECRETO Nº 034/2014 - DE 10 DE JUNHO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais) para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para Manutenção dos Consórcios.

Art. 2º. Ficam suplementados os elementos de despesa 3.1.71.00.01.0095/22 3.3.71.00.0.1.0095/23 e 4.4.71.00.0.1.0095/25 Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS

04.122.0005.2.009 CONTRIBUIÇÕES FINANC. A ENTIDADES

3.1.71.00.0.1.0095/22 Aplicações Diretas Repasses a Consórcios ... R\$ 4.200,00

3.3.71.00.0.1.0095/23 Aplicações Diretas Repasses a Consórcios... R\$ 47.500,00

4.4.74.00.0.1.0095/25 Aplicações Diretas Repasses a Consórcios... R\$ 300,00

TOTAL.....R\$ 52.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto sera utilizado excesso de arrecadação verificado nas rubricas de recursos próprios - impostos.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 10 de junho de 2014
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 035/2014

DECRETO Nº 035/2014 - DE 10 DE JUNHO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº

2.246 de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 23.771,00 (vinte e três mil setecentos e setenta e um reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para transferencias ao Abrigo Frei Bruno e APAS - Joaçaba.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.50.00.0.1.0095/216 Transferencias a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos com a seguinte classificação orçamentária :

12 FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

01 FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

08.243.0023.2.039 MANUTENÇÃO DO FUNDO DOS DIREITOS DE INFANCIA E ADOLESCENCIA

3.3.50.00.0.1.0095/216 Transferencias a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.....R\$ 23.771,00

TOTAL.....R\$ 23.771,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação verificado nas rubricas de recursos próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 10 de junho de 2.014
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 036/2014

DECRETO Nº 036/2014 - DE 10 DE JUNHO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIA ELEMENTO DE DESPESA, ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.285, de 10 de junho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 24.566,10 (vinte e quatro mil e quinhentos e sessenta e seis reais e dez centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para utilização dos recursos repassados pelo FNDE - PNATE.

Art. 2º. Ficam criados no orçamento vigente os elementos de despesas 3.3.90.00.00.0.1.0061/194 e 195 Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.362.0011.2.026 MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO C.E.A

3.3.90.00.0.1.0061/194 Aplicações Diretas.....R\$ 15.710,90

12.365.0013.2.030 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.00.0.1.0061/195 Aplicações Diretas..... R\$ 8.855,20

TOTAL..... R\$ 24.566,10

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, ficam anulados parcialmente recursos da seguinte dotação orçamentária:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.61.0010.2.025 ATENDIMENTO A PROJETOS DO FNDE- PNATE E OUTROS

3.3.90.00.0.1.0061/73 Aplicações Diretas..... R\$ 24.566,10

TOTAL.....R\$ 24.566,10

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 10 de junho de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 037/2014

DECRETO Nº 037/2014 - 11 DE JUNHO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIA ELEMENTO DE DESPESA, ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 93.163,23 (noventa e três mil cento e sessenta e três reais e vinte e três centavos) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção do CAPS.

Art. 2º. Fica criado e suplementado no orçamento vigente os elementos de despesas: 3.3.90.00.0.1.0633/70, 3.3.90.00.0.1.0632/37 Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

10.303.0042.2.065 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS/SC

3.3.90.00.0.1.0633/70 Aplicações Diretas R\$ 51.163,23

3.3.90.00.0.1.0632/37 Aplicações Diretas R\$ 42.000,00

TOTAL... R\$ 93.163,23

Art. 3º. Para atender as despesas decorrentes do disposto no artigo 1º deste decreto ficam anulados parcialmente os recursos das seguintes dotações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

10.303.0042.2.065 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS/SC

3.1.90.00.0.1.0632/33 Aplicações Diretas R\$ 42.000,00

3.1.90.00.0.1.0633/34 Aplicações Diretas R\$ 51.163,23
TOTAL R\$ 93.163,23

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de junho de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

Aviso de Dispensa de Licitação 01/2014 - Processo de Licitação 22/2014

Estado de Santa Catarina

Município de Alto Bela Vista

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2014 - PROCESSO DE LICITAÇÃO 22/2014

O Município de Alto Bela Vista torna pública a contratação realizada em 12/06/2014, através de Dispensa de Licitação nº 01/2014, fundamentada no Art. 24, inc. X, da Lei 8.666/93, para Aquisição de Terreno a ser utilizado para construção de nova escola para rede municipal de educação com área de 19.420,50 m², com Anderson Carlos Lohmann, CPF 027.802.339-10, pelo valor total de R\$ 300.000,00

Processo de Licitação 22/2014

Dispensa de Licitação 01/2014

Contrato: 64/2014 de 12/06/2014

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita do Município

Anchieta

PREFEITURA

Lei Nº. 2.086/2014.

LEI Nº. 2.086/2014.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam instituídos os Benefícios Eventuais disciplinados nesta Lei, a serem concedidos através da Secretaria Municipal de Assistência Social de Anchieta/SC, em conformidade com o art. 22 da Lei Federal nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social, alterada pela Lei nº 12.435/2011; Decreto 6.307 de 14 de Dezembro de 2007; Resolução nº 212, de 19 de Outubro de 2006 e Resolução nº 39, de 09 de Dezembro de 2010, as famílias e indivíduos residentes no município de Anchieta/SC.

Art. 2º Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

Art. 3º O benefício eventual destina-se aos cidadãos e as famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

Art. 4º O benefício eventual deve atender, no âmbito do SUAS, aos seguintes princípios:

§ 1º Integração à rede de serviços sócio-assistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas;

§ 2º Constituição de provisão certa para enfrentar com agilidade e presteza eventos incertos;

§ 3º Proibição de subordinação a contribuições prévias e de vinculação a contrapartidas;

§ 4º Adoção de critérios de elegibilidade em consonância com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS;

§ 5º Garantia de qualidade e prontidão de respostas aos usuários, bem como de espaços para manifestação e defesa de seus direitos;

§ 6º Garantia de igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual;

§ 7º Afirmação dos benefícios eventuais como direito relativo à cidadania;

§ 8º Ampla divulgação dos critérios para a sua concessão;

§ 9º Desvinculação de comprovações complexas e vexatórias de pobreza, que estigmatizam os benefícios, os beneficiários e a Política de Assistência Social;

Art. 5º Os benefícios eventuais serão concedidos mediante construção de Estudo Social e/ou Parecer Social, elaborado por Assistente Social vinculado ao órgão gestor de Assistência Social ou na impossibilidade deste, o Estudo Social poderá ser elaborado por Assistente Social vinculado à rede sócio-assistencial do município de Anchieta.

Art. 6º Os benefícios eventuais subsidiários não poderão ser cumulados com aqueles instituídos pelas Leis no 10.954, de 29 de setembro de 2004 (Programa de Resposta aos Desastres do Ministério da Integração Nacional, Auxílio Emergencial Financeiro, destinado a socorrer e a assistir famílias atingidas por desastres, em estado de calamidade pública ou em situação de emergência reconhecidos pelo Governo Federal), e Lei no 10.458, de 14 de maio de 2002 (Programa Bolsa-Renda, a ser custeado com recursos alocados para ações emergenciais de defesa civil, para atendimento dos agricultores familiares atingidos pelos efeitos da estiagem nos Municípios com reconhecimento de estado de calamidade pública ou de situação de emergência pelo Governo Federal). (Redação dada pela Lei nº 12.435/2011).

Art. 7º Os benefícios eventuais instituídos através desta Lei são:

I - auxílio natalidade;

II - auxílio funeral;

III - auxílio vulnerabilidades temporária;

IV - auxílio situações de calamidade pública;

Art. 8º O auxílio natalidade constitui-se em prestação eventual, não contributiva da assistência social, em parcela única, em bens de consumo, objetivando reduzir vulnerabilidades provocadas por nascimento de membro da família e atenderá aos seguintes aspectos:

I - necessidades do nascituro;

II - apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido;

III - apoio a família no caso de morte da mãe.

Art. 9º O benefício natalidade ocorrerá na forma de bens de consumo, limitado a 1/2 salário mínimo vigente.

§ 1º Os bens de consumo consistem no enxoval do recém-nascido, incluindo itens de vestuário e de higiene, observada a necessidade e a qualidade que garanta a dignidade e o respeito à família beneficiária.

§ 2º O requerimento do benefício natalidade deve ser realizado até noventa dias após o nascimento.

§ 3º O benefício natalidade deve ser concedido até 30 dias após o requerimento.

Art. 10º São documentos essenciais para concessão do auxílio natalidade:

I - Se o benefício for solicitado antes do nascimento, o requerente deverá apresentar declaração médica comprovando idade gestacional de no mínimo 36 semanas;

II - Caso o benefício eventual for solicitado após o nascimento, deverá ser apresentado o certidão de nascimento;

III - Comprovante de residência dos últimos 06 meses;

IV - Comprovar renda mensal per capita de até 1/3 salário mínimo vigente.

V - Documentos pessoais do requerente (CPF e RG);

§ 1: Nos casos em que as famílias não se enquadrarem nos critérios de renda mensal per capita familiar, a Equipe de Referência responsável pelo atendimento dos benefícios eventuais, terá a autonomia para a concessão de benefícios, por meio de justificativa por escrito, a qual deverá ser juntada ao Estudo Social ou Parecer Social.

§ 2: O benefício eventual de auxílio natalidade será concedido somente nos casos em que o usuário não esteja assegurado pelo auxílio natalidade pago pelo INSS.

Art. 11 O benefício eventual, na forma de auxílio funeral, constitui-se em uma prestação temporária, em parcela única, não contributiva da assistência social, em bens de consumo, para reduzir vulnerabilidade provocada por morte e membro da família e atenderá aos seguintes aspectos:

I - Custeio de despesas de serviços funerários;

II - A necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros;

III - A ressarcimento, no caso de ausência do benefício eventual no momento em que este se fez necessário, podendo a família solicitá-lo até 30 dias após a data do óbito.

Parágrafo único: O benefício eventual de auxílio funeral citado no inciso I será concedido no valor de até 01 salário mínimo vigente, pago diretamente a funerária contratada pela família em até 30 dias após o requerimento junto a Secretaria Municipal de Assistência Social;

Art. 12 Para a concessão do referido benefício, faz-se necessário os seguintes critérios:

I - Atestado de óbito;

II - Comprovante de residência dos últimos 06 meses;

III - Comprovar renda mensal per capita de até 1/2 salário mínimo vigente;

IV - Documentos pessoais do requerente (CPF e RG).

§ 1: Nos casos em que as famílias não se enquadrarem nos critérios de renda mensal per capita familiar, a Equipe de Referência responsável pelo atendimento dos benefícios eventuais, terá a autonomia para a concessão de benefícios, por meio de justificativa por escrito, a qual deverá ser juntada ao Estudo Social ou Parecer Social.

§ 2: Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inserido nos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade (abrigamento) o município deverá arcar com as despesas de urna funerária, traslado, velório, sepultamento e demais serviços inerentes que garantam a dignidade e o respeito à família beneficiária.

Art. 13 Os benefícios natalidade e funeral serão devidos à família em numero igual ao das ocorrências desses eventos.

Art. 14 O benefício eventual de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I- riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II- perdas: privação de bens e de segurança material;

III- danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo único. Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I- da falta de:

a) acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação;

b) documentação;

c) domicílio;

II- da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;

III- da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

IV- de desastres e de calamidade pública;

V - de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência;

VI - da situação de mendicância na rua e de rua, além de outras situações que exija a concessão de benefício eventual de transporte terrestre intermunicipal e interestadual.

Art. 15 São documentos essenciais para o benefício eventual em situações de vulnerabilidade temporária:

I - Comprovante de residência dos últimos 06 meses, exceto para requerimento de pagamento de transporte terrestre;

II - Comprovar renda mensal per capita de até 1/3 de salário

mínimo vigente;

III - Documentos pessoais do requerente (CPF e RG).

§ 1: Nos casos em que as famílias não se enquadrarem nos critérios de renda mensal per capita familiar, a Equipe de Referência responsável pelo atendimento dos benefícios eventuais, terá a autonomia para a concessão de benefícios, por meio de justificativa por escrito, a qual deverá ser juntada ao Estudo Social ou Parecer Social.

§ 2: O benefício eventual para as situações de vulnerabilidade temporária será concedido de forma imediata.

Art. 16 Para o atendimento das situações de vulnerabilidade acima descritas são instituídos os seguintes tetos de concessão para os diferentes benefícios eventuais:

I - cesta básica (conforme Anexo 01) concedida em bens de consumo no valor de até ½ salário mínimo vigente;

II - aluguel social no valor de até ½ salário mínimo vigente pago diretamente ao locatário por meio de contrato firmado entre este e o Município de Anchieta/SC;

III - benefício eventual de transporte terrestre será definido através de parecer social.

§ 1º O benefício eventual de cesta básica será concedidos pelo prazo máximo de 03 meses consecutivos ou 06 meses alternados;

§ 2º O benefício eventual de aluguel social será concedido pelo prazo máximo de 06 meses;

§ 3º O benefício eventual de passagem será fornecido uma única vez para cada família pelo prazo de 12 meses.

Art. 17 Para atendimento de vítimas de calamidade pública poderá ser criado benefício eventual de modo a assegurar-lhes a sobrevivência e a reconstrução de sua autonomia.

Parágrafo único. Entende-se por estado de calamidade pública o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

Art. 18 São documentos essenciais para a concessão do benefício eventual em situações de calamidade pública:

I - Comprovante de residência, desde que esteja localizado nos locais afetados pelas anormalidades.

II - Comprovante de renda de todos os membros familiares.

III - Comprovar perdas e danos por meio de fotos e demais documentos.

IV - Documentos pessoais do requerente (CPF e RG).

§1º O benefício eventual das situações de calamidade pública será concedido de forma imediata, em bens de consumo e em parcela única, exceto quando for concedido cesta básica.

§ 2º Os bens de consumo concedidos nesta modalidade podem ser de cesta básica, lonas, telhas, cobertores, colchões entre outros conforme necessidade indicada pela família;

Art. 19 As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação e demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social.

Art. 20 Não são provisões da política de assistência social os itens referentes à órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso (redação dada pela Resolução nº 39, de 09/12/2010).

Art. 21 Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município de Anchieta:

I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

II - a realização de estudos da realidade e monitoramento da

demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais;

III - expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

Parágrafo único: O órgão gestor deverá encaminhar relatório mensal destes serviços ao Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 22 Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social fornecer a municipalidade, informações sobre irregularidades na aplicação do regulamento dos benefícios eventuais, avaliar e reformular se necessário, a cada ano, a regulamentação de concessão e valor dos benefícios eventuais que deverão constar na Lei Orçamentária Anual.

Art. 23 Os benefícios eventuais de que trata a presente Lei poderão ser financiados pela esfera Estadual conforme Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS, cabendo-lhe destinar recursos financeiros aos municípios a título de participação no custeio do pagamento dos benefícios eventuais de que trata o art. 22 da Lei Orgânica de Assistência Social, mediante critérios estabelecidos pelo Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS. Assim como, cabe ao município de Anchieta destinar recursos financeiros para custeio dos benefícios eventuais mediante critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 24 As despesas decorrentes desta Lei ocorrerão por conta de dotação orçamentária própria, prevista na Unidade Orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social em cada exercício financeiro.

Art. 25 Fica revogada na íntegra a Lei nº 1.760/10 e as disposições em contrário.

Art. 26 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), 04 de junho de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei em 04 de junho de 2014.

Eduardo Scholtze - Secretário de Administração e Gestão

Anexo 01

Itens que compõe a Cesta Básica municipal

- 6 kg de carne
- 12 litros de leite
- 5 kg de arroz
- 2 kg de feijão
- 10 kg de farinha de trigo
- 200 g de café
- 4 óleos
- 5 kg de açúcar
- 4 kg de macarrão
- 4 kg de batata inglesa
- 2 dúzias de ovos
- 3 kg de banana

JUSTIFICATIVA

SENHOR PRESIDENTE,
SENHORES (AS) VEREADORES (AS).

O presente tem como intento fundamental, justificar a VOSSAS EXCELÊNCIAS, o Projeto de Lei que, DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Projeto de Lei acima mencionado, objetiva atualizar a Lei

Municipal nº 1.760/10 (anexa)
Anchieta (SC), 03 de março de 2014.
Ari Prestes de Oliveira
Prefeito Municipal

Lei Nº 2.087/2014.

LEI Nº 2.087/2014.

ACRESCENTA OS INCISOS IV E V AO ART. 18 DA LEI MUNICIPAL Nº 1791, DE 27 DE MAIO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 18, da Lei Municipal nº. 1.791, de 27 de maio de 2010, que dispõe sobre a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, passa a vigorar com a seguinte redação, incluindo o inciso IV e V:

Art. 18º. São assegurados aos Conselheiros Tutelares, no exercício desta função pública, os seguintes direitos:

I - gozo de férias anuais remuneradas com pelo menos um terço a mais do que o subsídio mensal, conforme escala elaborada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) que permita, neste período, a manutenção de pelo menos 4 (quatro) conselheiros em atividade;

II - décima terceira remuneração, no valor equivalente ao subsídio do mês de dezembro de cada ano, proporcional aos meses de exercício;

III - benefícios previdenciários, de acordo com o previsto no Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

IV - licença maternidade, que será de 180 (Cento e Oitenta) dias, e será concedida em observância à legislação e regulamentos específicos do Regime Geral de Previdência Social, bem como aqueles baixados pela administração.

V - licença paternidade, por cinco dias úteis consecutivos em razão do nascimento de filho, ao pai, contando-se a partir da data do nascimento.

Parágrafo único. O saldo de remuneração, de férias e de décima terceira remuneração proporcional será pago em pecúnia, nos casos de término do mandato e renúncia da função.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 04 de junho de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei em 04 de junho de 2014.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

Antônio Carlos

PREFEITURA

Portaria N 289/2014

PORTARIA Nº 289/2014.

Admiti ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - /Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais, de acordo com o chamamento Público nº 008/2014,

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, FERNANDO HENRIQUE MOMM, para o cargo o MEDICO - 40H, a partir de 16 de junho de 2014 a 30 de dezembro de 2014, e/ou até a realização de Concurso Público.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 13 de junho de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 16 de junho de 2014.

Portaria 290/2014

PORTARIA Nº 290/2014.

Concede Insalubridade a ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - /Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, ao servidor ACT, FERNANDO HENRIQUE MOMM, ocupante do cargo de MEDICO - 40H, a partir de 16 de junho de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 13 de junho de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 16 de junho de 2014.

Portaria N 291/2014

PORTARIA Nº 291/2014.

Concede Gratificação.

ANTONIO PAULO REMOR - /Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais, de acordo com a Lei N 1318/2011,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, GRATIFICAÇÃO, ao servidor ACT, FERNANDO HENRIQUE MOMM, ocupante do cargo de MEDICO - 40H, a partir de 16 de junho de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 13 de junho de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 16 de junho de 2014.

Arroio Trinta

LRF - RREO 2º Bimestre 2014



Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Abril 2014/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS							RS 1,0º
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO
			No Bimestre (b)	%(b/a)	Até o bimestre (c)	%(c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.483.350,00	14.483.350,00	2.363.402,63	16,32	5.069.839,07	35,00	9.413.510,93
Receitas Correntes	14.471.150,00	14.471.150,00	2.314.577,63	15,99	4.921.114,07	34,01	9.550.035,93
Receita Tributária	624.500,00	624.500,00	94.134,98	15,07	159.542,16	25,55	464.957,84
Impostos	464.500,00	464.500,00	66.441,96	14,30	130.275,20	28,05	334.224,80
Taxas	130.000,00	130.000,00	27.693,02	21,30	29.266,96	22,51	100.733,04
Contribuição de Melhoria	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Receitas de Contribuições	566.000,00	566.000,00	90.745,55	16,03	212.378,05	37,52	353.621,95
Contribuições Sociais	466.000,00	466.000,00	76.153,95	16,34	182.942,27	39,26	283.057,73
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública.	100.000,00	100.000,00	14.591,60	14,59	29.435,78	29,44	70.564,22
Receita Patrimonial	802.844,00	802.844,00	280.336,02	34,92	641.396,90	79,89	161.447,10
Receitas Imobiliárias	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Receitas de Valores Mobiliários	802.344,00	802.344,00	280.336,02	34,94	641.396,90	79,94	160.947,10
Receita de Serviços	61.944,00	61.944,00	3.035,50	4,90	3.065,50	4,95	58.878,50
Transferências Correntes	12.287.792,00	12.287.792,00	1.814.035,17	14,76	3.845.058,09	31,29	8.442.733,91
Transferências Intergovernamentais	12.238.792,00	12.238.792,00	1.799.773,79	14,71	3.830.796,71	31,30	8.407.995,29
Transferências de Convênios	49.000,00	49.000,00	14.261,38	29,10	14.261,38	29,10	34.738,62
Outras Receitas Correntes	128.070,00	128.070,00	32.290,41	25,21	59.673,37	46,59	68.396,63
Multas e Juros de Mora	38.460,00	38.460,00	5.077,78	13,20	9.963,28	25,91	28.496,72
Indenizações e Restituições	7.500,00	7.500,00	2.434,68	32,46	4.845,26	64,60	2.654,74
Receita da Dívida Ativa	16.460,00	16.460,00	3.357,33	20,40	6.566,16	39,89	9.893,84
Receitas Diversas	65.650,00	65.650,00	21.420,62	32,63	38.298,67	58,34	27.351,33
Receitas de Capital	12.200,00	12.200,00	48.825,00	400,20	148.725,00	1.219,06	-136.525,00
Alienação de Bens	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00
Alienação de Bens Móveis	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00
Transferências de Capital	11.000,00	11.000,00	48.825,00	443,86	148.725,00	1.352,05	-137.725,00
Transferências de Convênios	11.000,00	11.000,00	48.825,00	443,86	148.725,00	1.352,05	-137.725,00

Continua 1 / 4



Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Abril 2014/Bimestre Março-Abril

		Continuação	
		R\$ 1,00	
RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)			
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		767.000,00	767.000,00
		132.933,72	17,33
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		15.250.350,00	15.250.350,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)			
Operações de Crédito Internas		0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)		15.250.350,00	15.250.350,00
DÉFICIT (VI)		0,00	0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)		15.250.350,00	15.250.350,00
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES(Utilizados para créditos adicionais)			
Superavit Financeiro		486.059,93	
Reabertura de créditos adicionais		486.059,93	
		0,00	

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (f-g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	% (g/f)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-OR) (VIII)	14.399.350,00	604.884,93	15.004.234,93	2.048.019,22	6.071.071,21	2.425.817,46	4.056.726,82	27,04		10.947.508,11
Despesas Correntes	12.322.350,00	222.159,93	12.544.509,93	1.877.092,91	5.258.055,90	2.016.204,42	3.576.392,74	28,51		8.968.117,19
Pessoal e Encargos Socia	5.401.122,00	0,00	5.401.122,00	904.664,67	1.784.544,05	896.342,67	1.764.852,05	32,68		3.636.269,95
Juros e Encargos da Dívi	90.000,00	0,00	90.000,00	0,00	79.000,00	10.564,76	23.089,69	25,66		66.910,31

Continua 2 / 4



Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Abril 2014/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)											Continuação
R\$ 1,00											RS 1,00
Outras Despesas Corrente	6.831.228,00	222.159,93	7.053.387,93	972.428,24	3.394.511,85	1.109.296,99	1.788.451,00	25,36	5.264.936,93		
Despesas de Capital	1.097.000,00	382.725,00	1.479.725,00	170.926,31	813.015,31	409.613,04	480.334,08	32,46	999.390,92		
Investimentos	757.000,00	382.725,00	1.139.725,00	170.926,31	473.015,31	345.281,00	351.670,00	30,86	788.055,00		
Amortização da Dívida	340.000,00	0,00	340.000,00	0,00	340.000,00	64.332,04	128.664,08	37,84	211.335,92		
<< categoria não cadastrada	980.000,00	0,00	980.000,00	-----	-----	-----	-----	-----	980.000,00		
<< categoria não cadastrada	980.000,00	0,00	980.000,00	-----	-----	-----	-----	-----	980.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMEN.) (IX)	851.000,00	0,00	851.000,00	119.061,94	248.201,63	119.061,94	248.201,63	29,17	602.798,37		
SUBTOTAL DESPESAS (X)=(VIII + IX)	15.250.350,00	604.884,93	15.855.234,93	2.167.081,16	6.319.272,84	2.544.879,40	4.304.928,45	27,15	11.550.306,48		
Amortização Dívida/Refinanciam. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	15.250.350,00	604.884,93	15.855.234,93	2.167.081,16	6.319.272,84	2.544.879,40	4.304.928,45	27,15	11.550.306,48		
SUPERÁVIT (XIII)	-----	-----	-----	-----	-----	-----	1.000.957,10	-----	-----		
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	15.250.350,00	604.884,93	15.855.234,93	2.167.081,16	6.319.272,84	2.544.879,40	5.305.885,55	-----	-----		

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITA REALIZADA			SALDO	
			No Bimestre	%	Até o bimestre	%	(a-c)
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
RECEITAS	767.000,00	767.000,00	132.933,72	17,33	236.046,48	30,78	530.953,52
Receitas correntes intra-orçamentárias	767.000,00	767.000,00	132.933,72	17,33	236.046,48	30,78	530.953,52
Receitas de Contribuições	767.000,00	767.000,00	132.933,72	17,33	236.046,48	30,78	530.953,52

Continua 3 / 4



Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Abril 2014/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)										
Contribuições Sociais										
TOTAL		767.000,00	767.000,00	132.933,72	17,33	236.046,48	30,78	Continuação		
		767.000,00	767.000,00	132.933,72	17,33	236.046,48	30,78	R\$ 1,00		
TOTAL								530.953,52		
								530.953,52		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	%	(g/f)	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)						(f-g)	
Despesa	851.000,00	0,00	851.000,00	119.061,94	248.201,63	119.061,94	248.201,63	29,17	602.798,37	
Despesas Correntes	851.000,00	0,00	851.000,00	119.061,94	248.201,63	119.061,94	248.201,63	29,17	602.798,37	
Pessoal e Encargos Sociais	851.000,00	0,00	851.000,00	119.061,94	248.201,63	119.061,94	248.201,63	29,17	602.798,37	
TOTAL	851.000,00	0,00	851.000,00	119.061,94	248.201,63	119.061,94	248.201,63	29,17	602.798,37	

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.11.0034) LRF 2014 (04.00.11.0000)
Unidade Responsável: Município de Arroio Trinta
Data de emissão: 13/06/2014
Hora de emissão: 08:52

NELSON CAMPAGNIN
Secretário Municipal de Administração

Ronivan Brandalise
Contador CRC/SC 025.868

João Marcos Ferronato
Controlador Interno



Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Maio/2013 a Abril/2014

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO

Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses

	Maio/2013	Junho/2013	Julho/2013	Agosto/2013	Setembro/2013	Outubro/2013	Novembro/2013
RECEITAS CORRENTES (I)	1.306.246,79	1.368.417,93	1.122.032,64	1.297.929,99	1.260.956,20	1.231.979,85	1.299.139,58
Receitas tributárias	77.039,72	80.822,96	39.009,20	39.638,80	35.600,16	61.904,67	30.336,48
IPTU	25.619,07	36.683,87	5.729,88	1.330,62	301,74	305,84	877,21
ISS	10.349,94	9.094,29	8.868,72	9.680,77	12.396,55	28.072,27	10.614,72
ITBI	3.413,34	3.217,51	4.960,43	7.850,00	2.651,77	12.140,38	1.200,00
IRRF	16.722,07	16.908,33	16.441,12	16.385,45	16.518,30	16.260,12	16.870,91
Outras receitas tributárias	20.935,30	14.918,96	3.009,05	4.391,96	3.731,80	5.126,06	773,64
Receita de contribuições	41.754,61	43.241,99	38.446,88	42.372,06	40.944,78	44.868,32	44.809,16
Receita Patrimonial	4.167,83	4.277,66	113.740,73	4.719,16	59.004,16	87.546,52	7.789,42
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	1.425,00	3.859,00	3.934,50	3.455,00	4.920,00	1.127,68	1.886,68
Transferências Correntes	1.168.786,18	1.074.352,98	911.421,63	1.195.018,91	998.281,47	1.019.986,08	1.193.788,06
Cota-Parte FPM	548.566,47	457.664,94	325.915,82	426.129,77	352.678,29	352.683,71	490.575,88
Cota-Parte do ICMS	431.897,96	398.115,48	395.078,84	571.038,04	440.912,93	428.860,26	477.626,71
Cota-Parte do IPVA	40.065,56	42.486,84	47.102,19	56.355,91	61.040,94	70.687,23	60.030,16
Cota-Parte do ITR	6,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	1.976,95	1.976,95	1.976,95	1.976,95	1.976,95	1.976,95	1.976,95
Transferências da LC 61/1989	6.284,20	6.545,16	6.447,16	6.898,50	9.275,07	6.708,11	7.441,02
Transferências do FUNDEB	77.025,05	69.589,33	67.371,64	72.712,69	73.436,33	71.224,05	80.173,92
Outras Transferências correntes	62.963,78	97.974,28	67.529,03	59.907,05	58.960,96	87.845,77	75.963,42
Outras receitas correntes	13.073,45	161.863,34	15.479,70	12.726,06	122.205,63	16.546,58	20.529,78
DEDUÇÕES (II)	230.515,93	206.226,33	180.386,73	246.487,10	199.083,43	198.631,28	234.347,41
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	24.756,65	24.868,66	25.082,75	26.208,22	26.506,66	26.448,26	26.817,45
Compensação Finan. Entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de receita para formação do FUNDEB	205.759,28	181.357,67	155.303,98	220.278,88	172.576,65	172.183,02	207.529,96
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.075.730,86	1.162.191,60	941.645,91	1.051.442,89	1.061.872,77	1.033.348,57	1.064.792,17

Continua 1 / 3



Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Maio/2013 a Abril/2014

ESPECIFICAÇÃO		Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses							Total Últimos 12 Meses	Previsão atualizada 2014
		Dezembro/2013	Janeiro/2014	Fevereiro/2014	Março/2014	Abril/2014				
R\$ 1,00										
RECEITAS CORRENTES (I)										
Receitas tributárias										
IPTU										
ISS										
ITBI										
IRRF										
Outras receitas tributárias										
Receita de contribuições										
Receita Patrimonial										
Receita Agropecuária										
Receita Industrial										
Receita de Serviços										
Transferências Correntes										
Cota-Parte FPM										
Cota-Parte do ICMS										
Cota-Parte do IPVA										
Cota-Parte do ITR										
Transferências da LC 87/1996										
Transferências da LC 61/1989										
Transferências do FUNDEB										
Outras Transferências correntes										
Outras receitas correntes										
DEDUÇÕES (II)										
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor										
Compensação Finan. Entre Regimes Previd.										
Dedução de receita para formação do FUNDEB										
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)										
Continua 2 / 3										

Continua 2 / 3



Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Maio/2013 a Abril/2014

Continuação
R\$ 1,00

Nota: Não devem ser consideradas, para fins de apuração da Receita Corrente Líquida, as Receitas Intraorçamentárias.

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.11.0034) LRF 2014 (04.00.11.0000)
Unidade Responsável: Município de Arroio Trinta
Data de emissão: 13/06/2014
Hora de emissão: 09:00

NELSON CAMPAGNIN
Secretário Municipal de Administração

Ronivan Brandalise
Contador CRC/SC 025.868

João Marcos Ferronato
Controlador Interno



Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Abril 2014/Bimestre Março-Abril

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)= (b/a)x100
1-Receita de impostos	475.020,00	475.020,00	66.670,78	130.735,14	27,52
1.1-Receita resultante do IPTU	118.800,00	118.800,00	937,18	1.186,36	1,00
1.1.1-IPTU	109.500,00	109.500,00	708,36	756,98	0,69
1.1.2-Multas, Juros e outros encargos do IPTU	1.350,00	1.350,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	6.600,00	6.600,00	228,82	429,38	6,51
1.1.4-Multas, juros, Outros encargos Dívida Ativa do IPTU	1.350,00	1.350,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
1.2-Receita resultante do ITBI	30.000,00	30.000,00	9.862,44	19.121,73	63,74
1.2.1-ITBI	30.000,00	30.000,00	9.862,44	19.121,73	63,74
1.2.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
1.3-Receita resultante do ISS	116.220,00	116.220,00	19.078,98	38.993,03	33,55
1.3.1-ISS	115.000,00	115.000,00	19.078,98	38.962,47	33,88
1.3.2-Multas, Juros e Outros encargos do ISS	280,00	280,00	0,00	30,56	10,91
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	660,00	660,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ISS	280,00	280,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
1.4-Receita resultante do IRRF	210.000,00	210.000,00	36.792,18	71.434,02	34,02
1.4.1-IRRF	210.000,00	210.000,00	36.792,18	71.434,02	34,02
1.4.2-Multas, Juros e Outros encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
1.5-Receita resultante do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1-ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
2-Receitas de transferências constitucionais e legais	12.937.000,00	12.937.000,00	1.843.520,00	3.992.912,87	30,86
2.1-Cota Parte FPM	6.400.000,00	6.400.000,00	918.448,64	2.148.472,90	33,57
2.1.1-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea b	6.400.000,00	6.400.000,00	806.839,39	2.036.863,65	31,83
2.1.2-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	111.609,25	111.609,25	0,00
2.2-Cota Parte ICMS	5.950.000,00	5.950.000,00	828.975,60	1.678.441,77	28,21
2.3-ICMS Desoner. L.C. nº 87/96	32.000,00	32.000,00	1.836,98	5.510,94	17,22
2.4-Cota Parte IPI-Exportação	80.000,00	80.000,00	12.012,78	24.849,76	31,06
2.5-Cota-Parte ITR	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
2.6-Cota-Parte IPVA	470.000,00	470.000,00	82.246,00	135.637,50	28,86
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	13.412.020,00	13.412.020,00	1.910.190,78	4.123.648,01	30,75

Continua 1 / 5



Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Abril 2014/Bimestre Março-Abril

Continuação
R\$ 1,00

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4-Receita da aplicação financeira de outros recursos de impostos vinculados ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5-Transferências do FNDE	134.592,00	134.592,00	37.486,07	61.258,53	45,51
5.1-Transferências do Salário-Educação	70.000,00	70.000,00	29.946,85	45.619,64	65,17
5.2-Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3-Transferências Diretas - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4-Transferências Diretas - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5-Outras transferências do FNDE	62.592,00	62.592,00	9.261,11	9.261,11	14,80
5.6-Aplicações financeiras de recursos do FNDE	2.000,00	2.000,00	-1.721,89	6.377,78	318,89
6-Transferências de convênios	49.000,00	49.000,00	14.261,38	14.261,38	29,10
6.1-Transferências de convênios	49.000,00	49.000,00	14.261,38	14.261,38	29,10
6.2-Aplicações financeiras dos recursos de convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7-Receita de Operações de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8-Outras receitas para financiamentos do ensino	4.012,00	4.012,00	11,98	27,23	0,68
9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO (4+5+6+7+8)	187.604,00	187.604,00	51.759,43	75.547,14	40,27

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10-Receitas destinadas ao FUNDEB	2.587.400,00	2.587.400,00	346.381,80	776.259,97	30,00
10.1-Cota Parte FPM (20% de 2.1.1)	1.280.000,00	1.280.000,00	161.367,83	407.372,61	31,83
10.2-Cota Parte ICMS (20% de 2.2)	1.190.000,00	1.190.000,00	165.794,94	335.688,02	28,21
10.3-ICMS Desoneração (20% de 2.3)	6.400,00	6.400,00	367,39	1.102,17	17,22
10.4-Cota Parte IPI-Exportação (20% de 2.4)	16.000,00	16.000,00	2.402,56	4.969,96	31,06
10.5-Cota Parte ITR ou ITR destinado Fundeb (20% de (1.5 + 2.5))	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
10.6-Cota Parte IPVA (20% de 2.6)	94.000,00	94.000,00	16.449,08	27.127,21	28,86
11-Receitas recebidas do FUNDEB	1.050.000,00	1.050.000,00	154.816,73	324.245,44	30,88
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	1.045.800,00	1.045.800,00	154.603,28	323.420,19	30,93
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financ. Recursos do FUNDEB	4.200,00	4.200,00	213,45	825,25	19,65
12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.541.600,00	-1.541.600,00	-191.778,52	-452.839,78	29,37

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRASNSFERÊNCIAS DO FUNDEB

Continua 2 / 5



Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Abril 2014/Bimestre Março-Abril

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) (e/d)x100
13-PAGTO PROFISSIONAIS MAGISTÉRIO	890.000,00	890.000,00	152.068,71	306.829,98	34,48
13.1-Com Educação Infantil	315.000,00	315.000,00	59.817,34	115.015,76	36,51
13.2-Com Ensino Fundamental	575.000,00	575.000,00	92.251,37	191.814,22	33,36
14-OUTRAS DESPESAS	55.000,00	79.608,69	19.693,17	19.693,17	24,74
14.1-Com Educação Infantil	47.500,00	47.500,00	0,00	0,00	0,00
14.2-Com Ensino Fundamental	7.500,00	32.108,69	19.693,17	19.693,17	61,33
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	945.000,00	969.608,69	171.761,88	326.523,15	33,68
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB				Valor	
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPON. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					0,00
16.1- FUNDEB 60%					0,00
16.2- FUNDEB 40%					0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					19.273,17
17.1- FUNDEB 60%					0,00
17.2- FUNDEB 40%					19.273,17
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					19.273,17
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					307.249,98
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					94,63
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					0,13
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					5,24
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				Valor	
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					525.793,69
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014					19.273,17
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)= (b/a)x100
22-Impostos e transf. destinadas à MDE (25% de 3)	3.353.005,00	3.353.005,00	477.547,70	1.030.912,00	30,75
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) (e/d)x100
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	582.500,00	582.500,00	90.163,48	182.911,04	31,40
23.1-Creche	582.500,00	582.500,00	90.163,48	182.911,04	31,40
23.1.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	362.500,00	362.500,00	59.817,34	115.015,76	31,73
23.1.2-Custeadas com outros recursos de impostos	220.000,00	220.000,00	30.346,14	67.895,28	30,86
23.2-Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2-Custeadas com outros recursos de impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24-EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	1.417.730,00	1.442.338,69	212.178,89	424.736,18	29,45
24.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	582.500,00	607.108,69	111.944,54	211.507,39	34,84

Continua 3 / 5



Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Abril 2014/Bimestre Março-Abril

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)	R\$ 1,00				
24.2-Custeadas com outros recursos de impostos	835.230,00	835.230,00	100.234,35	213.228,79	25,53
25-Ensino Médio	128.000,00	128.000,00	9.539,88	9.539,88	7,45
26-Ensino Superior	120.000,00	120.000,00	38.723,21	39.527,81	32,94
27-Ensino Profissional não integrado ao ensino regular	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28-Outras	281.692,00	281.692,00	4.551,29	17.577,47	6,24
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.529.922,00	2.554.530,69	355.156,75	674.292,38	26,40

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
30-Resultado líquido das transferências do FUNDEB = (12)	-452.839,78
31-Despesas custeadas com a complementação do FUNDEB no exercício	0,00
32-Receita de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB até o bimestre = (50h)	825,25
33-Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, do FUNDEB	19.273,17
34-Despesas custeadas com superávit financeiro, do exercício anterior, de outros recursos impostos	0,00
35-Restos a pagar inscritos no exercício sem dispon financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino ⁴	0,00
36-Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com dispon financ de rec de impostos vinculados ao ensino = (46g)	0,00
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)	-432.741,36
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))	1.040.388,58
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ⁵ ((38) / (3) x 100) %	25,23

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) (e/d)x100
40-Custeadas com aplic finan de outros rec de imposto vinculadas ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41-Custeadas com contrib social salário-educação	0,00	61.141,43	58.810,10	58.810,10	96,19
42-Custeadas com operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43-Custeadas com outras receitas para finan do ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44-TOTAL OUTRAS DESPESAS (40+41+42+43)	0,00	61.141,43	58.810,10	58.810,10	96,19
45-TOTAL GERAL DESPESAS COM MDE (29+44)	2.529.922,00	2.615.672,12	413.966,85	733.102,48	28,03

Continua 4 / 5



Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Abril 2014/Bimestre Março-Abril

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM (g)
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2-Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	529.232,91	0,00
48-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	323.420,19	0,00
49-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	324.097,79	0,00
49.1-Orçamento do Exercício (+ empenhos extras)	324.097,79	0,00
49.2 Restos a Pagar (+ empenhos extras)	0,00	0,00
50-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	825,25	0,00
51-(=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	529.380,56	0,00

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.11.0034) LRF 2014 (04.00.11.0000)

Unidade Responsável: Município de Arroio Trinta

Data de emissão: 13/06/2014

Hora de emissão: 09:02

- 1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
- 2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.
- 3 Caput do art. 212 da CF/1988
- 4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- 5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Nelson Campagnin
Ordenador da Despesa

Ronivan Brandalise
Contador CRC/SC 025.868

João Marcos Ferronato
Controlador Interno



Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Março a Abril/2014

RREO - ANEXO 12 (ADCT, Art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	475.020,00	475.020,00	130.735,14	27,52
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	109.500,00	109.500,00	756,98	0,69
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	30.000,00	30.000,00	19.121,73	63,74
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	115.000,00	115.000,00	38.962,47	33,88
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	210.000,00	210.000,00	71.434,02	34,02
Imposto Territorial Ruaral - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos de Impostos	1.630,00	1.630,00	30,56	1,87
Dívida Ativa de Impostos	7.260,00	7.260,00	429,38	5,91
Multas e Juros de Mora e Outros Encargos Dívida Ativa	1.630,00	1.630,00	0,00	0,00
RECEITAS DE TRANSFÊRENCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.937.000,00	12.937.000,00	3.881.303,62	30,00
Cota-parte FPM	6.400.000,00	6.400.000,00	2.036.863,65	31,83
Cota-parte ITR	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
Cota-parte do IPVA	470.000,00	470.000,00	135.637,50	28,86
Cota-parte ICMS	5.950.000,00	5.950.000,00	1.678.441,77	28,21
Cota-parte do IPI - Exportação	80.000,00	80.000,00	24.849,76	31,06
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos de Transferências Constitucionais	32.000,00	32.000,00	5.510,94	17,22
Desoneração ICMS (LC 87/96)	32.000,00	32.000,00	5.510,94	17,22
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	13.412.020,00	13.412.020,00	4.012.038,76	29,91

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	539.800,00	539.800,00	321.312,86	59,52
Proveniente da União	411.400,00	411.400,00	249.930,66	60,75
Proveniente dos Estados	128.400,00	128.400,00	22.557,20	17,57
Proveniente de Outros Municípios	0,00	0,00	48.825,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADOS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	80.000,00	80.000,00	42.655,47	53,32
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	619.800,00	619.800,00	363.968,33	58,72

Continua 1 / 4



Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Março a Abril/2014

Continuação

RREO - ANEXO 12 (ADCT, Art. 77)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	2.942.278,00	3.008.687,81	1.419.849,70	47,19	962.850,93	32,00
Pessoal e encargos sociais	1.751.622,00	1.751.622,00	598.707,72	34,18	598.707,72	34,18
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	1.190.656,00	1.257.065,81	821.141,98	65,32	364.143,21	28,97
DESPESAS DE CAPITAL	208.800,00	308.700,00	92.451,31	29,95	47.900,00	15,52
Investimentos	208.800,00	308.700,00	92.451,31	29,95	47.900,00	15,52
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (IV)	3.151.078,00	3.317.387,81	1.512.301,01	45,59	1.010.750,93	30,47

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	566.700,00	733.009,81	297.693,92	19,68	184.002,55	18,20
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	539.500,00	705.809,81	281.577,57	18,62	177.836,12	17,59
Recursos de operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros recursos	27.200,00	27.200,00	16.116,35	1,07	6.166,43	0,61
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDIVIDUALMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELAS DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)	566.700,00	733.009,81	297.693,92	19,68	184.002,55	18,20

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.584.378,00	2.584.378,00	1.214.607,09	47,00	826.748,38	31,99
--	---------------------	---------------------	---------------------	--------------	-------------------	--------------

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIIi / IIIb X 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%	20,61
---	--------------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]	224.942,57
---	-------------------

Continua 2 / 4



Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Março a Abril/2014

Continuação

RREO - ANEXO 12 (ADCT, Art. 77)

R\$ 1,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Anteriores a 2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência	Saldo Final (Não Aplicado)
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2011	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2010	0,00	0,00	0,00
Anteriores a 2010	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência	Saldo Final (Não Aplicado)
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2011	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2010	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2009	0,00	0,00	0,00
Anteriores a 2009	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l)x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m)x 100

Continua 3 / 4



Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Março a Abril/2014

						Continuação
RREO - ANEXO 12 (ADCT, Art. 77)						R\$ 1,00
Atenção Básica	2.948.378,00	3.075.743,71	1.392.019,92	92,05	966.987,93	95,67
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	32.200,00	71.144,10	47.810,02	3,16	382,60	0,04
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	16.500,00	16.500,00	4.505,97	0,30	4.505,97	0,45
Vigilância Epidemiológica	12.000,00	12.000,00	6.242,00	0,41	1.580,15	0,16
Alimentação e Nutrição	102.000,00	102.000,00	61.723,10	4,08	37.294,28	3,69
Outras subfunções	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.151.078,00	3.317.387,81	1.512.301,01	100,00	1.010.750,93	100,00

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.11.0034) LRF 2014 (04.00.11.0000)
Unidade Responsável: Município de Arroio Trinta
Data de emissão: 13/06/2014
Hora de emissão: 09:04

- ¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último
- ² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- ³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- ⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.
- ⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23da LC 141/2012.

NELSON CAMPAGNIN
Secretário Municipal de Administração

Ronivan Brandalise
Contador CRC/SC 025.868

João Marcos Ferronato
Controlador Interno



Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Abril 2014/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM.) (I)	14.399.350,00	15.004.234,93	2.048.019,22	6.071.071,21	2.425.817,46	4.056.726,82	94,23	27,04
LEGISLATIVA	427.000,00	427.000,00	60.080,12	125.805,68	53.336,61	99.196,77	2,30	23,23
Ação Legislativa	427.000,00	427.000,00	60.080,12	125.805,68	53.336,61	99.196,77	2,30	23,23
ADMINISTRAÇÃO	2.401.700,00	2.450.525,00	358.044,40	950.742,32	336.767,29	638.086,95	14,82	26,04
Administração Geral	2.071.700,00	2.120.525,00	310.138,82	856.498,11	288.861,71	543.842,74	12,63	25,65
Previdência Do Regime Estatutário	330.000,00	330.000,00	47.905,58	94.244,21	47.905,58	94.244,21	2,19	28,56
SEGURANÇA PÚBLICA	31.200,00	31.200,00	5.904,63	13.635,16	2.847,01	4.798,49	0,11	15,38
Policimento	31.200,00	31.200,00	5.904,63	13.635,16	2.847,01	4.798,49	0,11	15,38
ASSISTÊNCIA SOCIAL	715.350,00	715.350,00	64.501,14	384.177,66	86.559,07	196.509,43	4,56	27,47
Assistência Ao Idoso	58.150,00	58.150,00	120,00	3.480,00	720,00	1.080,00	0,03	1,86
Assistência Ao Portador De Deficiência	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência à Criança e Ao Adolescente	72.000,00	72.000,00	14.374,14	39.299,80	12.603,70	21.348,67	0,50	29,65
Assistência Comunitária	577.200,00	577.200,00	50.007,00	341.397,86	73.235,37	174.080,76	4,04	30,16
PREVIDÊNCIA SOCIAL	550.000,00	550.000,00	44.133,50	86.174,98	44.133,50	86.174,98	2,00	15,67
Previdência Do Regime Estatutário	550.000,00	550.000,00	44.133,50	86.174,98	44.133,50	86.174,98	2,00	15,67
SAÚDE	2.969.078,00	3.135.387,81	539.558,89	1.488.778,69	518.253,74	933.957,66	21,70	29,79
Atenção Básica	2.766.378,00	2.893.743,71	433.581,27	1.368.497,60	484.631,47	890.194,66	20,68	30,76
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	32.200,00	71.144,10	47.810,02	47.810,02	382,60	382,60	0,01	0,54
Vigilância Sanitária	16.500,00	16.500,00	1.800,00	4.505,97	1.800,00	4.505,97	0,10	27,31
Vigilância Epidemiológica	12.000,00	12.000,00	1.342,00	6.242,00	842,89	1.580,15	0,04	13,17
Alimentação e Nutrição	102.000,00	102.000,00	55.025,60	61.723,10	30.596,78	37.294,28	0,87	36,56
Abastecimento	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	2.299.922,00	2.385.672,12	365.159,62	813.301,27	405.978,17	672.567,47	15,62	28,19
Ensino Fundamental	1.441.433,00	1.498.626,95	222.799,46	491.280,51	240.726,60	413.763,74	9,61	27,61
Ensino Médio	129.161,00	129.161,00	9.539,88	9.539,88	9.539,88	9.539,88	0,22	7,39
Ensino Superior	120.000,00	120.000,00	56.448,48	64.197,08	38.723,21	39.527,81	0,92	32,94

Continua 1 / 4



Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Abril 2014/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										Continuação
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a-b)	R\$ 1,00	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)			% (b/a)
Educação Infantil	591.328,00	619.884,17	76.371,80	248.283,80	116.988,48	209.736,04	4,87	33,83	410.148,13	
Educação Especial	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	
CULTURA	311.000,00	311.000,00	52.614,36	96.330,28	46.914,70	85.940,59	2,00	27,63	225.059,41	
Difusão Cultural	311.000,00	311.000,00	52.614,36	96.330,28	46.914,70	85.940,59	2,00	27,63	225.059,41	
URBANISMO	716.500,00	716.500,00	75.528,18	268.918,77	96.165,76	170.966,45	3,97	23,86	545.533,55	
Infra-estrutura Urbana	101.000,00	101.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.000,00	
Serviços Urbanos	615.500,00	615.500,00	75.528,18	268.918,77	96.165,76	170.966,45	3,97	27,78	444.533,55	
HABITAÇÃO	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	
Habituação Urbana	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	
SANEAMENTO	24.000,00	24.000,00	0,00	7.314,50	783,00	7.314,50	0,17	30,48	16.685,50	
Saneamento Básico Urbano	24.000,00	24.000,00	0,00	7.314,50	783,00	7.314,50	0,17	30,48	16.685,50	
GESTÃO AMBIENTAL	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	
Preservação e Conservação Ambiental	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	
AGRICULTURA	744.000,00	744.000,00	122.997,44	386.165,99	136.947,48	198.737,79	4,62	26,71	545.262,21	
Extensão Rural	198.000,00	198.000,00	67.940,43	78.578,96	44.522,33	55.160,86	1,28	27,86	142.839,14	
INDÚSTRIA	546.000,00	546.000,00	55.057,01	307.587,03	92.425,15	143.576,93	3,34	26,30	402.423,07	
Promoção Industrial	111.000,00	111.000,00	12.457,18	20.895,37	12.457,18	20.895,37	0,49	18,82	90.104,63	
COMÉRCIO E SERVIÇOS	111.000,00	111.000,00	12.457,18	20.895,37	12.457,18	20.895,37	0,49	18,82	90.104,63	
Turismo	11.000,00	11.000,00	37,00	37,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	
TRANSPORTE	1.185.600,00	1.489.600,00	323.249,81	843.886,81	559.175,88	690.127,97	16,03	46,33	799.472,03	
Transporte Rodoviário	1.185.600,00	1.489.600,00	323.249,81	843.886,81	559.175,88	690.127,97	16,03	46,33	799.472,03	
DESPORTO E LAZER	231.000,00	231.000,00	23.752,95	65.906,73	25.833,01	56.108,77	1,30	24,29	174.891,23	
Desporto Comunitário	231.000,00	231.000,00	23.752,95	65.906,73	25.833,01	56.108,77	1,30	24,29	174.891,23	
ENCARGOS ESPECIAIS	670.000,00	670.000,00	0,00	519.000,00	99.665,06	195.343,63	4,54	29,16	474.656,37	
									Continua 2 / 4	



Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Abril 2014/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")												Continuação R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-b)			
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)				
Outros Encargos Especiais	670.000,00	670.000,00	0,00	519.000,00	99.665,06	195.343,63	4,54	29,16	474.656,37			
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	980.000,00	980.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	980.000,00			
Reserva De Contingência	980.000,00	980.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	980.000,00			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	851.000,00	851.000,00	119.061,94	248.201,63	119.061,94	248.201,63	5,77	29,17	602.798,37			
TOTAL (III) = (I + II)	15.250.350,00	15.855.234,93	2.167.081,16	6.319.272,84	2.544.879,40	4.304.928,45	100,00	27,15	11.550.306,48			
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-b)			
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)				
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	851.000,00	851.000,00	119.061,94	248.201,63	119.061,94	248.201,63	100,00	29,17	602.798,37			
LEGISLATIVA	11.000,00	11.000,00	2.231,46	4.389,93	2.231,46	4.389,93	1,77	39,91	6.610,07			
Ação Legislativa	11.000,00	11.000,00	2.231,46	4.389,93	2.231,46	4.389,93	1,77	39,91	6.610,07			
SAÚDE	260.000,00	260.000,00	42.445,59	83.822,32	42.445,59	83.822,32	33,77	32,24	176.177,68			
Atenção Básica	260.000,00	260.000,00	42.445,59	83.822,32	42.445,59	83.822,32	33,77	32,24	176.177,68			
EDUCAÇÃO	230.000,00	230.000,00	7.988,68	60.535,01	7.988,68	60.535,01	24,39	26,32	169.464,99			
Ensino Fundamental	175.000,00	175.000,00	7.988,68	60.535,01	7.988,68	60.535,01	24,39	34,59	114.464,99			
Educação Infantil	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00			
ENCARGOS ESPECIAIS	350.000,00	350.000,00	66.396,21	99.454,37	66.396,21	99.454,37	40,07	28,42	250.545,63			
Outros Encargos Especiais	350.000,00	350.000,00	66.396,21	99.454,37	66.396,21	99.454,37	40,07	28,42	250.545,63			
TOTAL	851.000,00	851.000,00	119.061,94	248.201,63	119.061,94	248.201,63	100,00	29,17	602.798,37			

Continua 3 / 4



Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Abril 2014/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")				Continuação				R\$ 1,00	
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.11.0034) LRF 2014 (04.00.11.0000)
Unidade Responsável: Município de Arroio Trinta
Data de emissão: 13/06/2014
Hora de emissão: 08:54

NELSON CAMPAGNIN
Secretário Municipal de Administração

Ronivan Brandalise
Contador CRC/SC 025.868

João Marcos Ferronato
Controlador Interno

Barra Velha

PREFEITURA

PP 013/2014 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 015/2014 - FMS - Pregão Presencial nº 013/2014-FMS

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item, Aquisição de medicamentos, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 02/07/2014 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 02/07/2014 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 13 de Junho de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PP 014/2014 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 016/2014 - FMS - Pregão Presencial nº 014/2014-FMS

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item, para Aquisição de material hospitalar para uso nas Unidades Básicas de Saúde, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 07/07/2014 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 07/07/2014 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 13 de Junho de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PP 015/2014 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 017/2014 - FMS - Pregão Presencial nº 015/2014-FMS

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item, para Aquisição de autoclaves para as Unidades Básicas de Saúde, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 10/07/2014 às 14:30 horas. Data da Sessão Pública: 10/07/2014 às 14:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 13 de Junho de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

Biguaçu

PREFEITURA

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 10.211/2013 - Processo: Concorrência - CC Nº 109/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.211/2013
Processo: Concorrência - CC Nº 109/2013 - FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DO TIPO "MENOR PREÇO GLOBAL", PELO REGIME DE EXECUÇÃO "EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO", VISANDO A EXECUÇÃO DE OBRAS EXTERNAS AO HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU, NAS CONDIÇÕES FIXADAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, E EM CONFORMIDADE COM OS ANEXOS ARROLADOS AO EDITAL.

Fornecedor: NOVO TETO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

Vigência: 11/06/2014 a 09/08/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Portaria Nº 1624/2014

PORTARIA nº 1624 de 13 de junho de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) JANETE RODRIGUES IZIDORO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JANETE RODRIGUES IZIDORO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 27/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 27/05/2014.

Biguaçu, 13 de junho de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1623/2014

PORTARIA nº 1623 de 13 de junho de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) HENRIQUE MACHADO FERREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) HENRIQUE MACHADO FERREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 26/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 26/05/2014.

Biguaçu, 13 de junho de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1622/2014

PORTARIA nº 1622 de 13 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIA JOSE OLIVEIRA DA SILVA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIA JOSE OLIVEIRA DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 25/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 25/05/2014.

Biguaçu, 13 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1621/2014

PORTARIA nº 1621 de 13 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GLORINHA APARECIDA BUTTNER PALÚ, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de

natureza temporária, do (a) funcionário (a), GLORINHA APARECIDA BUTTNER PALÚ, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 11/06/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/06/2014.

Biguaçu, 13 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1620/2014

PORTARIA nº 1620 de 13 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CRISTIANE SILVA DE JESUS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CRISTIANE SILVA DE JESUS, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2014.

Biguaçu, 13 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1619/2014

PORTARIA nº 1619 de 13 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIANA ZAGO DE MORAES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIANA ZAGO DE MORAES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO CLÍNICO GERAL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria

Municipal de Saúde e jornada de 20 horas semanais, no período de 01/06/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2014.

Biguaçu, 13 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1618/2014

PORTARIA nº 1618 de 13 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FERNANDA ASSUMPCÃO GONZAGA VITOR RODRIGUES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FERNANDA ASSUMPCÃO GONZAGA VITOR RODRIGUES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO CLÍNICO GERAL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 20 horas semanais, no período de 01/06/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2014.

Biguaçu, 13 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1617/2014

PORTARIA nº 1617 de 13 de junho de 2014

ERRATA:

Na portaria 1581/2014, de admissão do servidor Valdir José Ferrari, ocorreu um equívoco quanto ao cargo.

Portaria nº 1581 de 06 de junho de 2014:

Art. 1º Nomear, Valdir José Ferrari, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor Geral, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Integração Regional, a contar de 27/05/2014.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Nomear, Valdir José Ferrari, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Gerente de Patrimônio Público, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a contar de 27/05/2014.

Biguaçu, 12 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1616/2014

PORTARIA nº 1616 de 13 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FABIANA DE FATIMA APARECIDA DE OLIVEIRA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FABIANA DE FATIMA APARECIDA DE OLIVEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III (LINGUA PORTUGUESA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 20 horas semanais, no período de 25/05/2014 a 01/07/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 25/05/2014.

Biguaçu, 13 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1615/2014

PORTARIA nº 1615 de 13 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MONICA DE ABREU DOS SANTOS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MONICA DE ABREU DOS SANTOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/07/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/07/2014.

Biguaçu, 13 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1614/2014

PORTARIA nº 1614 de 13 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza

temporária, do (a) funcionário (a), MAURA FILOMENA MARTINS DE CASTRO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MAURA FILOMENA MARTINS DE CASTRO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/06/2014 a 31/07/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2014.

Biguaçu, 13 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1613/2014

PORTARIA nº 1613 de 13 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARCIA PARECIDA MADRUGA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARCIA PARECIDA MADRUGA, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/07/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/07/2014.

Biguaçu, 13 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1612/2014

PORTARIA nº 1612 de 13 de junho de 2014

ERRATA:

Na portaria 1474/2014, de admissão da servidora Deise Feltes, ocorreu um equívoco quanto à data

Portaria nº 1474 de 30 de maio de 2014:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DEISE FELTES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 26/05/2014 a

26/05/2014.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DEISE FELTES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 26/05/2014 a 26/05/2015.

Biguaçu, 13 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1611/2014

PORTARIA nº 1611 de 13 de junho de 2014

ERRATA:

Na portaria 1475/2014, de admissão da servidora Evelyn Vergueiro Balcazar Martinez, ocorreu um equívoco quanto à data

Portaria nº 1475 de 30 de maio de 2014:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) EVELYNN VERGUEIRO BALCAZAR MARTINEZ, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 26/05/2014 a 26/05/2014.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) EVELYNN VERGUEIRO BALCAZAR MARTINEZ, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 26/05/2014 a 26/05/2015.

Biguaçu, 13 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1610/2014

PORTARIA nº 1610 de 13 de junho de 2014

ERRATA:

Na portaria 1580/2014, de admissão da servidora Graciara Tereziha Rosa Luz, ocorreu um equívoco quanto à data

Portaria nº 1580 de 05 de junho de 2014:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GRACIARA TEREZINHA ROSA LUZ, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/05/2014 a 13/06/2015.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GRACIARA TEREZINHA ROSA LUZ, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/05/2014 a 13/06/2014.

Biguaçu, 13 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Lei Nº 3485/2014

LEI Nº 3485/2014 DE 12 DE JUNHO DE 2014.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no montante de até R\$ 10.712.000,00 (Dez milhões setecentos e doze mil reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

ANULAÇÕES

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0600	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	
0601.04.121.0002.2007	Manutenção da Secretaria do Planejamento e Gestão	1.200.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	1.200.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	1.200.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	1.200.000,00
0700	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
0701.12.363.0003.2023	Manutenção do Centro de Educação Profissional	78.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	78.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	78.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	78.000,00
0701.12.305.0003.2026	Manutenção do Ensino Infantil	2.428.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	2.428.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	2.428.000,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	2.428.000,00
0701.12.366.0003.2028	Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	140.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	140.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	140.000,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	140.000,00
0900	SECRETARIA DE DES. URBANO E TRANSP.	
0901.26.782.0007.2076	Manut. Secretaria de Desenv. Urbano e Transporte	200.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	200.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	200.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	200.000,00
1100	SECRETARIA ASSIST. SOCIAL E HABITAÇÃO	
1102.08.243.0006.2054	Funcionamento e Manutenção do FIA	21.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	21.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	21.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	21.000,00

1101.08.244.0006.2060	Manutenção da Assistência Social e Habitação	215.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	215.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	215.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	215.000,00
1500	SECRETARIA AGRIC., DESENV. RURAL E AQUICULTURA	
1501.26.782.0007.2077	Conservação de Estradas Vicinais	120.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	120.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	120.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	120.000,00
1800	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
1800.10.301.0004.2034	Ações de Atenção Básica	1.100.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	1.100.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	1.100.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	1.100.000,00
1800.10.301.0004.2035	Ações de Saúde da Família	1.780.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	1.780.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	1.780.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	1.780.000,00
1800.10.301.0004.2040	Centro de Especialidades Odontológicas	130.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	130.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	130.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	130.000,00
1800.10.302.0004.2042	Manutenção Ações de Média e Alta Complexidade	3.300.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	3.300.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	3.300.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	3.300.000,00
TOTAL		10.712.000,00

SUPLEMENTAÇÕES

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0200	GABINETE DO PREFEITO	
0203.04.124.0001.2004	Manutenção da Diretoria de Controle Interno	50.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	50.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	50.000,00
0202.04.122.0002.2099	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	200.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	200.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	200.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	200.000,00

0400	SECRETARIA DE FAZENDA	
0401.04.123.0002.2014	Manutenção da Secretaria de Fazenda	164.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	164.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	164.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	164.000,00
0300	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
0301.14.422.0006.2016	Funcionamento e Manutenção do PROCON	14.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	14.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	14.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	14.000,00
0700	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
07.01.12.306.0003.2017	Oferta de Merenda Escolar Ensino Fundamental	188.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	188.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	188.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	188.000,00
0701.12.361.003.2018	Manutenção do Ensino Fundamental	2.000.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	2.000.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	2.000.000,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	2.000.000,00
0701.12.361.0003.2019	Remuneração Profissionais Mag. em Efet. Exercício	410.474,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	410.474,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	410.474,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	410.474,00
0701.12.301.003.2022	Manutenção do Transporte Escolar	144.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	144.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	144.000,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	144.000,00
0701.12.365.0003.2027	Remuneração Profissionais Mag. em Efet. Exercício	280.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	280.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	280.000,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	280.000,00
0800	SECRETARIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA	
0801.15.452.0009.2083	Manutenção Secretaria de Obras e Infra- Estrutura	500.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	500.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	500.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	500.000,00

1100	SECRETARIA ASSIST. SOCIAL E HABITAÇÃO	
1101.08.243.0006.2058	Manutenção do Conselho Tutelar	47.578,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	47.578,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	47.578,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	47.578,00
1101.08.244.0006.2061	Gestão da Política de Assistência Social	46.500,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	46.500,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	46.500,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	46.500,00
1101.08.244.0006.2062	Proteção Social Básica	156.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	156.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	156.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	156.000,00
1101.08.241.0006.2053	Atendimento à Pessoa Idosa	32.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	32.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	32.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	32.000,00
1200	SECRETARIA DE DESENV. ECONÔMICO	
1201.22.661.0007.2072	Manutenção Secretaria Desenvolvimento Econômico e Inovação Tecnológica	56.448,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	56.448,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	56.448,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	56.448,00
1300	SECRETARIA CULT., ESP., TURISMO E LAZER	
1301.27.122.005.2049	Manutenção da Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer	73.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	73.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	73.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	73.000,00
1400	SECRETARIA DA PESCA E MARICULTURA	
1401.20.606.0007.2069	Manutenção da Secretaria da Pesca e Maricultura	40.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	40.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	40.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	40.000,00
1800	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
1801.10.301.0004.2033	Manutenção do FMS	2.575.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	2.575.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	2.575.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	2.575.000,00

1801.10.301.0004.2037	Ações de Saúde Bucal	230.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	230.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	230.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	230.000,00
1801.10.301.0004.2039	Núcleos de Apoio à Saúde da Família	570.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	85.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	85.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	485.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	485.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	570.000,00
1801.10.302.0004.2041	Serviços de Atendimento Móvel de Urgência	650.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	650.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	650.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	650.000,00
1801.10.302.0004.2043	Atendimento Psico Social	385.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	385.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	385.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	385.000,00
1801.10.302.0004.2044	Manutenção da UPA	1.900.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	1.900.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	1.900.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	1.900.000,00
	TOTAL	10.712.000,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 12 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Lei nº 3485/2014, de 12/06/2014
Sancionada em 12/06/2014
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

Lei Nº 3486/2014

LEI Nº 3486/2014 DE 12 DE JUNHO DE 2014.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no montante de até R\$ 497.540,00

(Quatrocentos e noventa e sete mil e quinhentos e quarenta reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

ANULAÇÕES

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1100	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	
1101.08.244.0006.2059	Funcionamento e Manutenção do FMAS	300.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	300.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	300.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	300.000,00
1101.08.2446.0006.1024	Constr. Centro Ref. Esp. da Assistência Social	100.000,00
4.4.00.00	Investimentos	100.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	100.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	100.000,00
1101.08.244.0006.2064	Benefícios de Prestação Continuada - BPC	97.540,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	97.540,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	97.540,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	97.540,00
Total		497.540,00

SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1100	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	
1101.08.243.0006.2055	Serviços de Conviv. e Fortalecimento de Vínculo	191.455,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	191.455,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	191.455,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	191.455,00
1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	306.085,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	306.085,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	306.085,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	306.085,00
TOTAL		497.540,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 12 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Lei nº 3486/2014, de 12/06/2014
Sancionada em 12/06/2014
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

Lei Nº 3487/2014

LEI Nº 3487/2014 DE 13 DE JUNHO DE 2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA A SERVIDÃO ZIMMERMANN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada a Servidão Zimmermann, a via pública que possui extensão de 70,00m, se inicia a primeira direita, partindo da Rua Antônio João Zimmermann, com coordenadas 27°30'29.42" latitude Sul e com coordenadas 48°40'22.87" Longitude Oeste. Termina no portão de entrada do terreno do Senhor Valdemir (Bigolin), sentido Norte, com latitude 27°30'28.38" Sul e com longitude 48°40'24.39" sentido bairro Boa Vista - Biguaçu/SC.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 13 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Lei nº 3487/2014, de 13/06/2014
Sancionada em 13/06/2014
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

Portaria Nº 1644/2014

PORTARIA nº 1644 de 13 de junho de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) IRENE DEBORTOLI DA CRUZ, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) IRENE DEBORTOLI DA CRUZ, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/05/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/05/2014.

Biguaçu, 13 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1643/2014

PORTARIA nº 1643 de 13 de junho de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) JUSSIRA SILVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições,

que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JUSSIRA SILVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 26/05/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 26/05/2014.

Biguaçu, 13 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1642/2014

PORTARIA nº 1642 de 13 de junho de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) FABIANA SILVY COUTINHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FABIANA SILVY COUTINHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 21/05/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/05/2014.

Biguaçu, 13 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1641/2014

PORTARIA nº 1641 de 13 de junho de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ELIANE ANA DA SILVA CORREA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ELIANE ANA DA SILVA CORREA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12/05/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/05/2014.

Biguaçu, 13 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1640/2014

PORTARIA nº 1640 de 13 de junho de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) DAYANA MARIA BARBOSA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DAYANA MARIA BARBOSA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 21/05/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/05/2014.

Biguaçu, 13 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1639/2014

PORTARIA nº 1639 de 13 de junho de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) CINTIA CRISTINA MACHADO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CINTIA CRISTINA MACHADO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 21/05/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/05/2014.

Biguaçu, 13 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1638/2014

PORTARIA nº 1638 de 13 de junho de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ELIZABETH GENEROSA DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ELIZABETH GENEROSA DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 21/05/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/05/2014.

Biguaçu, 13 de junho de 2014.
José Castelo DeschamPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1637/2014

PORTARIA nº 1637 de 13 de junho de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ANGELA DEZIDERIO CAMILO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANGELA DEZIDERIO CAMILO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/06/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/06/2014.

Biguaçu, 13 de junho de 2014.
José Castelo DeschamPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1636/2014

PORTARIA nº 1636 de 13 de junho de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) TELMA HELENA DIAS MOREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) TELMA HELENA DIAS MOREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 21/05/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/05/2014.

Biguaçu, 13 de junho de 2014.
José Castelo DeschamPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1635/2014

PORTARIA nº 1635 de 13 de junho de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ROSANE MERCEDES DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSANE MERCEDES DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 26/05/2014 a 26/08/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 26/05/2014.

Biguaçu, 13 de junho de 2014.
José Castelo DeschamPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1634/2014

PORTARIA nº 1634 de 13 de junho de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) RUBENS HOFFMANN MACHADO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) RUBENS HOFFMANN MACHADO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 21/05/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/05/2014.

Biguaçu, 13 de junho de 2014.
José Castelo DeschamPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1633/2014

PORTARIA nº 1633 de 13 de junho de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) EDUARDO CALDA DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) EDUARDO CALDA DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 21/05/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/05/2014.

Biguaçu, 13 de junho de 2014.
José Castelo DeschamPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1632/2014

PORTARIA nº 1632 de 13 de junho de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) GUILHERME MULLER MARIA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GUILHERME MULLER MARIA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 21/05/2014 a 21/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/05/2014.

Biguaçu, 13 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1631/2014

PORTARIA nº 1631 de 13 de junho de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) FABIOLA JULIETA MARIA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FABIOLA JULIETA MARIA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 21/05/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/05/2014.

Biguaçu, 13 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1630/2014

PORTARIA nº 1630 de 13 de junho de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) KAMILA BITTENCOURT, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) KAMILA BITTENCOURT, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/06/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/06/2014.

Biguaçu, 13 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1629/2014

PORTARIA nº 1629 de 13 de junho de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) SIRLEI ELEN MIGNONI DE ANDRADE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SIRLEI ELEN MIGNONI DE ANDRADE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/05/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/05/2014.

Biguaçu, 13 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1628/2014

PORTARIA nº 1628 de 13 de junho de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) DORISETE FERMINA DA SILVA VIEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DORISETE FERMINA DA SILVA VIEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/05/2014 a 28/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/05/2014.

Biguaçu, 13 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1627/2014

PORTARIA nº 1627 de 13 de junho de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) MEIRE EVELYN NOGUEIRA ANTUNES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MEIRE EVELYN NOGUEIRA ANTUNES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/05/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/05/2014.

Biguaçu, 13 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1626/2014

PORTARIA nº 1626 de 13 de junho de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) LUANA PRISCILA PACHECO KEMMPFER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LUANA PRISCILA PACHECO KEMMPFER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/05/2014 a 05/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/05/2014.

Biguaçu, 13 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1625/2014

PORTARIA nº 1625 de 13 de junho de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ENIO HORN, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR I (ENSINO FUNDAMENTAL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ENIO HORN, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR I (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/05/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/05/2014.

Biguaçu, 13 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

Contrato Nº 54/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO

Nº 54/2014 DE 11.06.14

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 32/2014

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC sob nº. 01.594.009/0001-30, com sua sede na Av. Nossa Senhora de Fátima, 120, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor Ailton Antonio Reinehr, residente e domiciliado na Rua Eduardo Sehnem, 385, neste Município de Bom Jesus do Oeste - SC, portador do CI, sob nº. 1.835.845 do CIC nº. 569.504.709-91, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado;

A empresa SOCIEDADE BENEFICIENTE HOSPITALAR MARAVILHA, Pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CGCMF sob nº. 85.197.077/0001-56, com sede na Av. Sul Brasil, 584, Centro, Município de Maravilha - SC, neste ato representada pelo seu presidente, senhor Nilvo Jose Dondoerfer, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Av. Araucária, centro, Município de Maravilha / SC, portador do CIC sob. nº 347.142.609-44, CI nº 12R-618.972, CEP: 89874-000, na cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm, de comum acordo e com amparo legal nas Leis Federais nºs. 8.660/93 e 8.883/94, Processo Licitatório nº 257/2014, Pregão Presencial nº 14/2014, pelas seguintes cláusulas e condições que mutuamente aceitam e outorgam, conforme segue presente Termo Aditivo:

CLAUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

O valor objeto do presente Termo Aditivo item 01 terá uma atualização conforme acordado por ambas as partes ficando em R\$ 505,59 (Quinhentos e cinco reais e cinquenta e nove centavos) mensais pelo período de junho a dezembro de 2014.

A CONTRATANTE pagará a contratada pela prestação dos serviços de plantão Item 01 - O valor de R\$ 57.194,13 (Cinquenta e sete mil, cento e noventa e quatro reais e treze centavos) pelo período de junho a dezembro de 2014, sendo o valor de R\$ 8.170,59 (Oito mil, cento e setenta reais e cinquenta e nove centavos) mensais.

CLAUSULA SEGUNDA

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas do contrato administrativo nº 032/2014 ora aditado.

E, por assim acordados estarem, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Bom Jesus do Oeste (SC), 11 de junho de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

NILVO JOSE DONDOERFER

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

WALTER NAUJORKS
CIC Nº 446.591.219-68

MARILIA CECCON MAGGI
CIC Nº 023.802.459-83

JOAO PAULO TESSEROLI SIQUEIRA
ASSESSOR JURIDICO

Portaria Nº 139/2014 de 12 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 139/2014, DE 12 DE JUNHO DE 2014.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde ao Servidor Municipal Sr. HARI SCHMIDT, inscrito na matrícula nº 353-0, ocupante do cargo de Operador, conforme Atestado Médico, no período de 12 de junho de 2014 a 21 de junho de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 12 de junho de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Portaria Nº 140/2014 de 12 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 140/2014, DE 12 DE JUNHO DE 2014.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde ao Servidor Municipal Sr. CILVIO ODAIR WILSMANN, inscrito na matrícula nº 570-3, ocupante do cargo de Mecânico, conforme Atestado Médico, no período de 12 de junho de 2014 a 16 de junho de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 12 de junho de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4565/2014

DECRETO Nº 4565/14 DE 13 DE JUNHO DE 2014.

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs 901/13 de 25.10.2013 (LOA) e 900/13 de 25.10.2013 (LDO) e a Lei Federal nº 4.320/64:

DECRETA:

Art. 1º - Abre Credito Suplementar no projeto abaixo, elemento respectivo, dentro do Gabinete do Prefeito e Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no valor de R\$ 100.491,49 (Cem mil, quatrocentos e noventa e um reais e quarenta e nove centavos).

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito.

Unidade Orçamentária: 02.01 - Gabinete do Prefeito.

Proj/Ativ.: 0412200022.002 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito.

Elemento: 4490 - Aplicações Diretas. (1332).

Valor R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais).

Fonte de Recursos: 02.89 - Alienação de Bens.

Órgão: 09 - Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade Orçamentária: 09.01 - Departamento da Agricultura.

Proj/Ativ.: 2060600361.033 - Aquisição de Equipamentos Agrícolas.

Elemento: 4490 - Aplicações Diretas. (1336).

Valor R\$ 20.491,49 (Vinte mil, quatrocentos e noventa e um reais e quarenta e nove centavos).

Fonte de Recursos: 02.89 - Alienação de Bens.

Art. 2º Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte 0287 - Alienação de Bens Saúde.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/ conta do orçamento municipal

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,
aos 13 de junho de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

507.06.14 - P. Férias Sivaldo A. Alexandre

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 507/14 de 11.06.14

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil e Quatorze) ao funcionário Sivaldo Antonio Alexandre, Ocupante do cargo de Calceteiro - Padrão I - Nível 04, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a contar de 11 de junho com término no dia 10 de julho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

508.06.14 - P. Lic. Trat. Rubens T. S. Silveira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 508/14 de 11.06.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 17 (dezessete) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 10 de junho com término no dia 26 de junho de 2014, ao funcionário Rubens Tadeu Schiestl Silveira, ocupante do cargo de Agente Municipal de Defesa e Salvamento, Padrão I - Nível 04, do quadro de Pessoal do Município com exercício no Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

509.06.14 - P. Lic. Trat. Rosemelia G. Rosa

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 509/14 de 11.06.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 10, 11 e 12 de junho de 2014, a funcionária Rosemélia Gamba da Rosa, Ocupante do cargo de Servente - Nível 01, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

510.06.14 - P. Des. Ag. Saude Namir Ap. Andrade

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 510/14 de 11.06.14

Designa Agente de Saúde Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Namir Aparecida de Andrade, para exercer o cargo de Agente de Saúde - nível 1 - 40 horas semanais no Fundo Municipal de Saúde - ACS - Bairro São José, no período de 11 de junho com término no dia 31 de agosto de 2014, para Contratação de Agente Comunitária de Saúde ACT, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Agente Comunitária de Saúde - Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município, Motivo: Substituição da titular Celi Alves Hinckel que encontra-se em licença para tratamento de saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

511.06.14 - P. Lic. Trat. Cleusa S. Bonin

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 511/14 de 11.06.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições

legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 21 (vinte e um) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 10 de junho com termino no dia 30 de junho de 2014, a funcionária Cleusa da Silva Bonin, Ocupante do cargo de Servente - Nível 01, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de junho de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

512.06.14 - P. Cessa Ef. Zita Simiano Loch

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 512/14 de 12.06.14
Cessa Efeitos da Portaria N. 094/14 de 09.01.14

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Portaria n.º 094/14 de 09.01.14, que concedeu designou Zita Simiano Loch para exercer o cargo de Auxiliar de Enfermagem Padrão I - Nível 3, do Quadro de Pessoal Temporário do Município, para ter exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social, a contar do dia 12 de junho de 2014, em virtude de sua aprovação no processo seletivo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
12 de junho de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

513.06.14 - P. Des.Aux.Aux. Enferm.. C.Temp. Zita S. Loch

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 513/14 de 12.06.14
Designa Auxiliar de Enfermagem Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, e pela Lei Federal 11.350 de 05.10.2006 que Regulamenta o § 5o do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2o da Emenda Constitucional no 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências;

RESOLVE:

Designar Zita Simiano Loch, para exercer o cargo de Auxiliar de Enfermagem - Nível - 03, 40 horas semanais, em virtude de sua classificação em 1º lugar no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014, do Quadro de Pessoal Contratado do Município de Bom

Retiro - SC, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos através da Lei Complementar nº 01/03 de 02 de Dezembro de 2003, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde - Equipe Saúde da Família - ESF - U.S. Bairro Centro, a contar do dia 13 de junho de 2012 com validade enquanto durar o programa do Governo Federal, respeitado o disposto na Lei Federal 11.350 de 05.10.2006.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
12 de junho de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

514.06.14 - P. Férias Pedro P. Fritzen

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 514/14 de 13.06.14
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil e Quatorze) ao funcionário Pedro Paulo Fritzen, Ocupante do cargo de Pedreiro - Padrão I - Nível 4, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a contar de 12 de junho com término no dia 11 de julho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de junho de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

515.06.14 - P. Férias Jair P. Lima

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 515/14 de 13.06.14
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil e Quatorze) ao Funcionário Jair Prudente de Lima, Ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Padrão I - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a contar de 12 de junho com término no dia 11 de julho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

516.06.14 - P. Lic. Atribui Grat. Alceu dos Santos

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 516/14 de 13.06.14

Atribui Gratificação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 57 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Atribuir uma Gratificação mensal, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento do cargo ao funcionário Alceu dos Santos, ocupante do cargo de Zelador - Padrão 1 - Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, para além das suas funções assessorar nos serviços de fiscalização, a contar do dia 12 de junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

517.06.14 - P. Férias Pecunia Bruno Deucher

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 517/14 de 13.06.14

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 e 69 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondentes ao período de 2012 (Dois Mil e Doze) a 2013 (Dois Mil e Treze) ao funcionário Bruno Deucher, Ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 063/2014 de 12 de junho de 2014, para gozá-las a contar do dia 11 de junho com término no dia 10 de julho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

518.06.14 - P. Férias Pecunia Gilmar Scotti

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 518/14 de 13.06.14

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 e 69 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondentes ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil e Quatorze) ao funcionário Gilmar Scotti, Ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 064/2014 de 12 de junho de 2014, para gozá-las a contar do dia 11 de junho com término no dia 10 de julho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

519.06.14 - P. Des.Aux.Aux. Enferm.. C.Temp. Miriani F. Rosa

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 519/14 de 13.06.14

Designa Agente de Saúde Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, e pela Lei Federal 11.350 de 05.10.2006 que Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional no 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências;

RESOLVE:

Designar Miriani Felisbino da Rosa, para exercer o cargo de Agente de Saúde - Nível - 01, 40 horas semanais, em virtude de sua classificação em 1º lugar no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014, do Quadro de Pessoal Contratado do Município de Bom Retiro - SC, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos através da Lei Complementar nº 01/03 de 02 de Dezembro de 2003, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde - Programa Agente Comunitário de Saúde - U.S. Canoas, a contar do dia 13 de junho de 2012 com validade enquanto durar o programa do Governo Federal, respeitado o disposto na Lei Federal 11.350 de 05.10.2006.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Ata de Registro de Preço 45 2013 Pmbt

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 45/2013

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 45/2013			Data do Registro: 11/12/2013		Válido até: 11/12/2014		
Objeto da Compra: Aquisição de Implementos agrícolas para efetuar melhorias no Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo e melhor atender seus agricultores.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Carreta agrícola hidráulica 4.000 Kg, rodado tandem com carroceria de madeira 3,20x1,85x0,60+0,40 com sobre caixa e freio pneus novos 650x16 8 lonas. (12458)	UND	VANDERLEI DE FREITAS EPP (9212)	Metalfreitas	0	7.900,0000	1
			MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	TADEU	0	7.950,0000	2
			Fatima Representações Comerciais Ltda (9162)	TADEU	0	9.990,0000	3
2	Arado fixo 3 x 28" modelo AFL (12459)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	BALDAN	0	5.630,0000	1
			Fatima Representações Comerciais Ltda (9162)	KOHLER	0	5.640,0000	2
3	Grade niveladora modelo SP 28 disco 20" recortados marcais rolamento espaçamento 200 mm. (12460)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	BALDAN	0	8.900,0000	1
			Fatima Representações Comerciais Ltda (9162)	CERVO	0	8.930,0000	2
4	Distribuidor de calcário e semeadeira modelo Sembra 400 de polietileno capacidade 600 Kg. (12461)	UND	Fatima Representações Comerciais Ltda (9162)	TRITON	0	2.279,0000	1
			MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	INCOMAGRI	0	2.400,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 45/2013

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 45/2013		Data do Registro: 11/12/2013		Válido até: 11/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de Implementos agrícolas para efetuar melhorias no Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo e melhor atender seus agricultores.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

Preço Unitário	2.540,0000
Classif.	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 45/2013

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 45/2013		Data do Registro: 11/12/2013		Válido até: 11/12/2014	
Objeto da Compra: Aquisição de Implementos agrícolas para efetuar melhorias no Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo e melhor atender seus agricultores.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2013

PROCESSO Nº 84/2013

- (7379) - MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS
- (9162) - Fatima Representações Comerciais Ltda
- (9212) - VANDERLEI DE FREITAS EPP

Braço do Trombudo, 11 de Dezembro de 2013.

Brunópolis

PREFEITURA

Decreto Nº 55

DECRETO Nº 55 DE 11 DE JUNHO DE 2014.

CRIA A COMISSÃO DE FARMÁCIA TERAPÊUTICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Brunópolis;

Considerando o disposto na Portaria nº 3.916/GM, de 30 de outubro de 1998, que estabelece a Política Nacional de Medicamentos e define as diretrizes, as prioridades e as responsabilidades da Assistência Farmacêutica para os gestores federal, estadual e municipal do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 4.217/GM/MS, de 29 de dezembro de 2010, que aprova as normas de financiamento e execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica;

Considerando a necessidade de promover o uso racional de medicamentos no município para alcance da saúde individual e coletiva;

Considerando a necessidade de desenvolver meios equitativos de prover recursos aos usuários para possibilitar a universalidade e integralidade das ações de saúde;

Considerando a necessidade de qualificar os serviços de assistência farmacêutica e de outros que têm os medicamentos como seus insumos essenciais;

Considerando a complexidade para manejar e melhorar o uso dos medicamentos face a multiplicidade de alternativas existentes na atualidade;

Considerando a dificuldade de assegurar completa comunicação e coordenação de ações entre os profissionais de saúde;

Considerando que segundo a OMS: "medicamentos essenciais são aqueles que satisfazem as necessidades sanitárias da maioria da população e devem estar disponíveis com regularidade, em quantidades adequadas e em dosagens e formas farmacêuticas apropriadas", infere-se que qualquer outro medicamento fora dessa lista não significa que não seja útil, mas simplesmente que em uma dada situação os medicamentos da lista são os mais necessários para os cuidados de saúde da população;

RESOLVE:

Art. 1º. Criar a Comissão de Farmácia e Terapêutica de Brunópolis que tem como principal objetivo estabelecer a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME).

Art. 2º. A Comissão de Farmácia e Terapêutica será regida nos termos deste Decreto.

Art. 3º. A Comissão de Farmácia e Terapêutica de Brunópolis é uma instância colegiada, de caráter deliberativo, normativo e consultivo, que tem por finalidade uniformizar condutas terapêuticas, racionalizar custo, facilitar a integração multidisciplinar e assessorar a gestão em questões referentes a medicamentos.

Art. 4º. São atribuições da Comissão de Farmácia e Terapêutica do município de Brunópolis:

I. Estabelecer normas de prescrição e dispensação de medicamentos;

II. Definir e selecionar os medicamentos essenciais, elaborar e atualizar periodicamente a relação municipal de medicamentos

(REMUME), e avaliar solicitações de alteração nessa relação;
III. Estabelecer os critérios para aquisição e fornecimento de medicamentos não constantes do elenco nacional do Componente Básico da Assistência Farmacêutica ou da RENAME vigente;
IV. Elaborar protocolos e diretrizes terapêuticas para nortear as práticas terapêuticas locais;
V. Produzir material informativo sobre medicamentos, desenvolver ações educativas;

VI. Promover e apoiar programas de educação continuada; promover estudos de utilização de medicamentos (consumo, perfil de utilização, reações adversas, impacto econômico)

VII. Assessorar a Secretaria de Saúde e seus setores no desenvolvimento, implantação e avaliação de programas que envolvam dispensação de medicamentos;

Art. 5º. A Comissão de Farmácia e Terapêutica de Brunópolis é composta de forma multidisciplinar, integrada por profissionais de saúde (minimamente por farmacêuticos, médicos, odontólogos e enfermeiros).

Art. 6º. Os membros que irão compor esta Comissão cumprirão mandato de dois anos contados a partir de sua nomeação, documentada em ata própria.

Art. 7º. As reuniões da Comissão de Farmácia e Terapêutica serão lavradas em atas, as quais serão assinadas na reunião seguinte e suas decisões serão promulgadas por resoluções.

Art. 8º. A REMUME será revisada a cada seis meses, suas alterações serão tomadas em consenso, tendo todos os membros da Comissão os mesmos poderes, atribuições e peso nas decisões. As alterações serão registradas em formulário (modelo em anexo).

Art. 9º. Todos os membros da Comissão ao serem nomeados assinarão um Termo de Isenção de Conflitos (Anexo I).

Art. 10º. A padronização e aquisição de qualquer medicamento para uso da Secretaria Municipal de Saúde, em todos os níveis de atenção, fica condicionada à avaliação da CFT.

Parágrafo Único: As alterações de que trata o caput serão registradas no "Formulário de Inclusão, Alteração, Exclusão na Relação Municipal de Medicamentos Essenciais de Brunópolis", indicado no Anexo II deste Decreto.

Art. 11. Ficam designados os seguintes funcionários da Secretaria Municipal de Saúde para compor a Comissão de Farmácia e Terapêutica:

I- Alyssara Clamer Teles

II- Alessandra Guidi Gobbi

III- Vanessa Silveira

IV- Deisimara Aparecida Mazzer

V- Luciane Fleming

VI- Tarcísio Vivian Soares

VII- Jane Mara da Silva

VIII- Daniela Alexandre

VX- Odalis Caridad Rodrigues Aguilar

Art. 12. O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Brunópolis, 11 de junho de 2014.

Ademil Antonio da Rosa

Prefeito Municipal

Jose Thieres Alves Ribeiro

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e Publicado no Diário Oficial dos Municípios

ANEXO I

DECRETO 055/2014.

Declaração de Isenção de Conflitos de Interesse

Declaro para os devidos fins que como integrante da Comissão de Farmácia e Terapêutica do município de Brunópolis, SC, não tenho nenhum conflito de interesse que possa influenciar no uso

de minhas atribuições nessa Comissão, tais como: interesses pessoais, interesses políticos ou econômicos.

Brunópolis (SC), ____/____/____

ANEXO II

DECRETO 055/2014.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE BRUNÓPOLIS

COMISSÃO DE FARMÁCIA E TERAPÊUTICA

Formulário para Solicitação de Inclusão, Alteração, Exclusão na
Relação Municipal de Medicamentos Essenciais de Brunópolis SC

PROPOSTA DE: Inclusão Exclusão Substituição

DESCRIÇÃO DO MEDICAMENTO

Nome Genérico (DCB ou DCI):

Forma Farmacêutica:

Dosagem:

Consta na última edição da RENAME? SIM NÃO

DADOS FARMACOLÓGICOS

Classe Terapêutica:

Principais Indicações:

Contra Indicações, precauções e toxicidade relacionadas ao uso deste medicamento:

JUSTIFICATIVA DA INCLUSÃO:

JUSTIFICATIVA DA EXCLUSÃO:

JUSTIFICATIVA DA SUBSTITUIÇÃO:

DADOS DO PROPONENTE

Autor da Solicitação: Lotação:

Assinatura do autor da solicitação: _____

Local: Data:

Brusque

PREFEITURA

Decreto Nº 7.445, de 06 de Junho de 2014

DECRETO nº 7.445, DE 06 DE JUNHO DE 2014.

Prorroga, por 20 (vinte) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da comissão para Leilão de veículos e sucatas de propriedade do Município de Brusque (EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO 001/2014), designada pelo Decreto nº 7.414/14..

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 82, XII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado, por mais 20 (vinte) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para Leilão de veículos e sucatas de propriedade do Município de Brusque (EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO 001/2014 - Processo Licitatório nº 032/2014), designada pelo Decreto nº 7.414/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de junho de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.447, de 09 de Junho de 2014

DECRETO nº 7.447, DE 09 DE JUNHO DE 2014.

Altera o art. 1º do Decreto nº 7.409/14, que estabelece horário especial de expediente nos dias dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, alínea i do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 7.409, de 07 de abril de 2014,3 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Nos dias úteis em que haverá jogos da primeira fase da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2014, o horário de expediente dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, será o seguinte:

I - das 7h às 13h, no dia 12/06/2014 - Dia da partida de abertura da Copa do Mundo.

II - das 7h30min às 12h e das 13h às 15h30min, dia 17/06/2014, quando a partida ocorrer às 16h.

III - das 7h30min às 12h e das 13h às 16h30min, dia 23/06/14, quando a partida ocorrer às 17h.

Parágrafo único. No dia 18/06/2014, para compensação da hora não trabalhada no dia anterior, o expediente será das 7h30min às 12h e das 13h às 17h30min."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário..

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de junho de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.164 , de 05 de Junho de 2014

PORTARIA nº 9.164 , DE 05 DE JUNHO DE 2014.

Constitui Comissão do Programa Bolsa-Atleta, prevista no art. 4º da Lei nº 3.310/10, que instituiu o Programa Bolsa-Atleta no Município de Brusque.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei nº 3310/10,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir comissão de caráter permanente, para tratar da concessão, da renovação e do desligamento dos beneficiários do Programa Bolsa-Atleta, dela integrando:

I - Deivis da Silva - Superintendente da Fundação Municipal de Esportes;

II - Delmar Alberto Tondolo - Diretor de Esporte de Rendimento;

III - Eduardo Henrique Gohr - Coordenador de Esporte Comunitário.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de junho de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.151, de 29 de Maio de 2014

PORTARIA Nº 9.151, DE 29 DE MAIO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c o art. 87 da Lei Complementar nº 147/2009;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Ivon Isaias Pereira de Mello, ocupante do cargo em comissão de Diretor, gratificação de representação no percentual de 10% (dez por cento) sobre seus vencimentos, no período de 13 de maio à 13 de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/05/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de maio de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Publicado na Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de maio de 2014.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.154-A, de 02 de Junho de 2014

PORTARIA Nº 9.154-A, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Municipal nº 3.248/09, alterada pela Lei nº 3.564/12;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Jorge Luiz Ramos para exercer o cargo de agente político, símbolo AP, como Secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de junho de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.155-A, de 02 de Junho de 2014

PORTARIA Nº 9.155-A, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I-E;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Michel Patitucci para ocupar o cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Secretaria de Comunicação Social, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I-E da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12 e 3.586/13.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de junho de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.160, de 05 de Junho de 2014

PORTARIA nº 9.160, DE 05 DE JUNHO DE 2014.

Cria e nomeia membros para compor Comissão de Verificação de Regularidade de Constituição de Despesa, relativa ao Processo Licitatório Tomada de Preço para obras e serviços de engenharia nº 010/2012, referente à despesa não paga, afeta a pessoa jurídica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do 111 da Lei Orgânica do Município, e considerando o exposto no Memorando nº 357/2014, expedido em 28 de maio de 2014, pelo Departamento Geral de Infraestrutura,

RESOLVE:

Art. 1º Criar COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DE CONSTITUIÇÃO DE DESPESA RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 010/2012, referente à despesa não paga, relativa a elaboração de projetos de estabilização de encostas no Município de Brusque, afeta a empresa LC NÉIA CONSULTORIA E PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA., C.N.P.J. Nº 10.893.661/0001-47.

Parágrafo único. A Comissão de que trata este artigo tem por finalidade acompanhar e propor ações para pagamento da despesa de que trata o caput deste artigo.

Art. 2º A Comissão criada será composta pelos seguintes servidores:

Artur Antunes Pereira - Diretor Geral de Infraestrutura

Janice Imhof - Diretora do Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN

Angela Oliveira Bedhung - Coordenadora da Captação de Recursos
Vanderlei Luis Dietrich - Contador da Captação de Recursos

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de junho de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.161, de 05 de Junho de 2014

PORTARIA Nº 9.161, DE 05 DE JUNHO DE 2014.

Substitui membro representante da sociedade civil no Conselho Municipal da Juventude - COMJUV, nomeado por meio da Portaria n. 8.580/13.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Substituir membro titular do Conselho Municipal da Juventude - COMJUV, nominado na alínea d do item II da Portaria n. 8.580/13, conforme segue:

II - 06 (seis) jovens integrantes efetivos e 06 (seis) suplentes, representantes da sociedade civil organizada, quais sejam:

....

d) um representante da União de Associações de Moradores - UBAM:

Titular: Alex Sandro Marino

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de junho de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.162, de 05 de Junho de 2014

PORTARIA Nº 9.162, DE 05 DE JUNHO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e Anexo I-E;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, Sidirley Assis Tavares do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão, a partir de 02 de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de junho de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.170, de 13 de Junho de 2014

PORTARIA Nº 9.170, DE 13 DE JUNHO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 008/2013, de 10 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento dos cargos efetivos de ENFERMEIRO, FISIOTERAPEUTA, PSICÓLOGO, conforme abaixo nominados:

ENFERMEIRO

ERICA RODRIGUES FREIRE

EDILAINE MARTINS MORATTO OLIVEIRA

DAYANE MARIA CASTRO OLIVEIRA

FISIOTERAPEUTA

PAULA CARNEVALI

KAROLINE FAVERO SIMIONI

PSICÓLOGO

PAULO FABRICIO ULGUIM RODRIGUES

CIBELE MORESCO BOER

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 13/06/2014.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de junho de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Publicado na Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de junho de 2014.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.171, de 13 de Junho de 2014

PORTARIA Nº 9.171, DE 13 DE JUNHO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante os Edital nº004/2013, de 20 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento dos cargos efetivos de e AGENTE

ADMINISTRATIVO, conforme abaixo nominados:

AGENTE ADMINISTRATIVO

PAMYLLA CHRYS DE OLIVEIRA

HELOISA HAMES RIGHETTO

SIMONE CRISTINA DE OLIVEIRA

GABRIELA GONCALVES

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 13/06/2014.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de junho de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Publicado na Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de junho de 2014.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº. 7.449, de 11 de Junho de 2014

DECRETO Nº. 7.449, DE 11 DE JUNHO DE 2014.

Estabelece Liberação Parcial de Dotação Orçamentária Bloqueada através de Ato Próprio, e dá Outras Providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais, com disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000:

CONSIDERANDO o interesse público e a necessidade urgente da execução parcial de Ações de Governo previstas na Lei Orçamentária Anual vigente;

CONSIDERANDO principalmente, a necessidade de utilização de dotações orçamentárias anteriormente bloqueadas para fazer frente a demanda da população, optou-se na realização de desbloqueio de dotações constantes no Decreto nº 7433 de 19/05/2014. DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto estabelecida a liberação parcial das dotações orçamentárias bloqueadas através do Decreto nº 7433 de 19/05/2014, no valor de R\$ 2.690.000,00 (Dois milhões, seiscentos e noventa mil reais), conforme a seguir discriminada:

Entidade: PMB/Gabinete do Prefeito - R\$ 110.000,00

Orgão/Unidade: 02.001

Proj./Ativid.	Descrição	Modalidade	Vínculo Rec.	Valor (R\$)
2035	Manutenção das Ações da Defesa Civil	3.3.90.00	0.1.00.00	10.000,00
		4.4.90.00	0.1.00.00	100.000,00

Entidade: PMB/Secretaria de Assistência Social e Habitação - R\$ 2.580.000,00

Orgão/Unidade: 15.001

Proj./Ativid.	Descrição	Modalidade	Vínculo Rec.	Valor (R\$)
2322	Gestão Fundo - FHIS	3.3.90.00	0.1.00.00	15.000,00
2075	Desenv. Ações e Progr. Habitação	4.4.90.00	0.1.00.00	5.000,00
2323	Morar Legal	3.3.90.00 4.4.90.00	0.1.00.00 0.1.00.00	660.000,00 400.000,00
2324	MCMV - Minha Casa Minha Vida	3.3.90.00 4.4.90.00	0.1.00.00 0.1.00.00	1.250.000,00 250.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de junho de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL ELTON ROGRIGO RIFFEL
Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário de Orçamento e Gestão

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe Gabinete do Prefeito

Decreto Nº. 7.450, de 11 de Junho de 2014

DECRETO Nº. 7.450, DE 11 DE JUNHO DE 2014.

☐ Estabelece Limitação de Empenho no Âmbito dos Órgãos do Poder Executivo Municipal, e dá Outras Providências ☐

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais, com disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e considerando a necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira, com o objetivo de manter na execução orçamentária, o equilíbrio das contas públicas e o cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o exercício financeiro :

DECRETA:

Art. 1º As despesas de custeio, investimentos e as despesas com pessoal e encargos sociais, excetuadas as de pagamento da dívida, dos Órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, atendidas com recursos próprios do Tesouro Municipal, ficam bloqueadas, para os meses de junho a dezembro de 2014, nos valores indicados no anexo Único deste Decreto.

Art. 2º São responsáveis pela implementação das ações necessárias ao cumprimento deste Decreto os Secretários Municipais.
Parágrafo Único - As Unidades Orçamentárias e Administrativas competentes adotarão as medidas e procedimentos, inclusive com relação aos contratos e às licitações, necessários à redução das despesas e à sua adequação aos limites fixados neste Decreto.

Art. 3º A Secretaria de Orçamento e Gestão e a Controladoria Geral do Município, poderão expedir instruções complementares que fizerem necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 4º Fica expressamente determinado aos Secretários Municipais a estrita observação e cumprimento das disposições contidas no presente Decreto, ficando a seu encargo a adoção de medidas necessárias à sua implementação.

Art. 5º A Controladoria Geral do Município, com auxílio da

Secretaria de Orçamento e Gestão, ficará responsável pelo acompanhamento e verificação quanto a observância e atingimento das medidas e metas estabelecidas.

Art. 6º As medidas que trata o presente Decreto terão vigência até 31 de dezembro de 2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de junho de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL ELTON ROGRIGO RIFFEL
Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário de Orçamento e Gestão

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe Gabinete do Prefeito

ANEXO I

Entidade: Prefeitura Municipal de Brusque - R\$ 2.690.000,00

Proj./Ativid.	Descrição	Modalidade	Vínculo Rec.	Valor (R\$)
2035	Manutenção das Ações da Defesa Civil	3.3.90.00 4.4.90.00	0.1.00.00 0.1.00.00	10.000,00 100.000,00
2322	Gestão Fundo - FHIS	3.3.90.00	0.1.00.00	15.000,00
2075	Desenv. Ações e Progr. Habitação	4.4.90.00	0.1.00.00	5.000,00
2323	Morar Legal	3.3.90.00 4.4.90.00	0.1.00.00 0.1.00.00	660.000,00 400.000,00
2324	MCMV - Minha Casa Minha Vida	3.3.90.00 4.4.90.00	0.1.00.00 0.1.00.00	1.250.000,00 250.000,00

Decreto Nº. 7.451, de 11 de Junho de 2014

DECRETO Nº. 7.451, DE 11 DE JUNHO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.676 de 19.12.13, a Lei nº 3.644 de 30.08.13, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

09.00	Secretaria Municipal de Educação
09.001	Secretaria Municipal de Educação
012.361.0025.2019	Manutenção Administrativa da Secretaria de Educação
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes	
0.1.01.00	Rec. De Impostos e de Transf. De Imp.
Educação	
VALOR	R\$ 100.000,00
13.00	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
13.001	Secretaria de Obras e Serviços Públicos

015.451.0125.2036	Manutenção e Melhorias do Sistema Viário
4.4.90.00	Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 300.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

09.00	Secretaria Municipal de Educação
09.001	Secretaria Municipal de Educação
012.361.0025.2019	Manutenção Administrativa da Secretaria de Educação
4.4.90.00	Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.01.00	Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. Educação
VALOR	R\$ 100.000,00
13.00	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
13.001	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
015.451.0125.2036	Manutenção e Melhorias do Sistema Viário
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 300.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de junho de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON ROGRIGO RIFFEL
Procurador Geral do Município

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário de Orçamento e Gestão

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe Gabinete do Prefeito

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 6.026

DECRETO nº 6.026, de 10 de junho de 2014.

Substitui membro nomeado pelo Decreto nº 5.739, de 30 de setembro de 2013, para compor a Comissão de Desenvolvimento de Ações para Implementação de Procedimentos Contábeis Padronizados e Consolidados com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído o servidor ADRIANO PENHA DE ALMEIDA, designado pelo Decreto nº 5.739, de 30 de setembro de 2013, para compor a Comissão de Desenvolvimento de Ações para Implementação de Procedimentos Contábeis Padronizados e Consolidados com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, pela servidora DIALA MARCHI GONÇALVES BRIDI a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de junho de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Decreto Nº 6.027

DECRETO Nº 6.027, de 11 de junho de 2014.

Dá nova redação ao inciso I e caput do art. 4º do Decreto nº 6.025/14, que dispõe sobre a reemissão dos talões de IPTU para o exercício de 2014 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º O inciso I e caput do art. 4º do Decreto nº 6.025/14, que dispõe sobre a reemissão dos talões de IPTU para o exercício de 2014 e dá outras providências, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Os contribuintes que efetuaram o recolhimento do IPTU durante o período de eficácia plena da Lei Complementar nº 270/2013, poderão pleitear o ressarcimento da diferença:

I - A partir do dia 15 de agosto de 2014, junto à Prefeitura Municipal de Caçador no horário das 13h:00min às 19h: 00min, apresentando o talão quitado e o número do CPF;"(NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de junho de 2014.
Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

Decreto Nº 6.028

DECRETO nº 6.028, de 11 de junho de 2014.

Suplementa Dotação Orçamentária, por conta de Remanejamento entre Despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, na importância de R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais):

02.04 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

06.181.0004.2.019 - Manutenção da Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
4.4.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 38.000,00
TotalR\$ 63.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas no valor de R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais):

02.04 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

06.181.0004.2.019 - Manutenção da Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador

3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 63.000,00
TotalR\$ 63.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch
SECRETÁRIO DA FAZENDA

Decreto Nº 6.029

DECRETO Nº 6.029, de 12 de junho de 2014.

Suplementa e anula dotação orçamentária, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Saúde.

O Prefeito Municipal de Caçador, no uso de suas atribuições previstas no art. 79, VIII, da Lei Orgânica Municipal, mais o disposto na Lei nº 3.127, de 11 de junho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$ 136.000,00 (cento e trinta e seis mil reais):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.1.025 - Bloco Investimentos

4.4.90.00.0620 - Aplicações Diretas R\$ 136.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, serão utilizados recursos da anulação da dotação orçamentária abaixo especificada, no valor de R\$ 136.000,00 (cento e trinta e seis mil reais):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.185 - Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial Hospitalar

3.3.90.00.0620 - Aplicações Diretas R\$ 136.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº 6.030

DECRETO nº 6030, de 12 de junho de 2014.

Nomeia Comissões Especiais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas, para, sob a presidência da primeira, comporem as Comissões a que se refere o Edital de Chamada Pública nº 01/2014, para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar:

I - Comissão para pré qualificação técnica:

Karina do Nascimento Zardo;

Adriana Antunes de Oliveira;

Janice de Fátima Paulek Ribeiro.

§ 1º A Comissão a que se refere o inciso I, reunir-se-á a partir das 17h00 do dia 13/06/2014 com conclusão até as 15h00 do dia 18/06/2014.

II - Comissão para análise das propostas:

Karina do Nascimento Zardo;

Antônio Carlos Castilho;

Angela Stavis.

§ 2º A Comissão a que se refere o inciso II, reunir-se-á a partir das 14h30 do dia 30/06/2014.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Lei Nº 3.125

LEI Nº 3.125, de 11 de junho de 2014.

Autoriza a efetuar serviços de máquinas e equipamentos em propriedades particulares rurais do município, como incentivo à agropecuária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, com o objetivo de incentivar a agropecuária, autorizado a prestar em propriedades particulares rurais, para os produtores rurais do Município de Caçador, serviços de terraplanagem, açudagem, destoca, assoreamento, estradas de acesso à casa do produtor rural e às lavouras, bem como sua conservação e zelo e outros que resultem em benefício da produção rural, mediante o pagamento de preço público da hora/máquina, com máquinas de propriedade do Município, de terceiros que estejam a sua disposição ou ainda que forem contratadas, pela Administração Municipal, gerando assim um aumento na produção e incentivo para permanência do produtor rural no campo.

Art. 2º A prestação dos serviços será concedida aos produtores rurais no limite estipulado de até 30 (trinta) horas/ano de máquinas, por produtor, que exerça atividades de produção rural no Município, que esteja cadastrado como produtor rural há pelo menos 2 (dois) anos e comprove a emissão de Notas Fiscais de Produtor Rural, no ano anterior à concessão do benefício.

Parágrafo único. Quando ocorrer a contratação de máquinas de terceiros pela municipalidade, através de processo licitatório, para a realização dos serviços objeto da presente Lei, o Município suportará com o pagamento no limite estipulado de até 30 (trinta) horas/ano de máquinas, por produtor rural, devidamente comprovado esta condição, nos termos do "caput" deste artigo.

Art. 3º Para efeito desta Lei considera-se hora máquina o tempo da máquina em funcionamento na realização dos serviços, registrado sessenta minutos hora/relogio de efetivo exercício, e, preço público o preço baseado no custo operacional da máquina/equipamento por hora de efetivo serviço.

§ 1º Os preços públicos de que trata o "caput" deste artigo e constantes na tabela anexa, poderão ser revistos por Decreto, sempre que sobrevierem fatores que alterem a composição dos custos da hora/máquina.

§ 2º Será de 30 (trinta) dias o prazo para pagamento das horas de efetivo serviço prestado, a contar da data de execução e cujo preço será aquele em vigor na data do recolhimento aos cofres públicos. Após o vencimento serão aplicados os acréscimos de acordo com as regras de cobrança dos tributos e taxas municipais.

Art. 4º Para obter os benefícios previstos nesta Lei, os produtores rurais devem protocolar requerimento junto à Secretaria Municipal da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento, contendo dados pessoais do proprietário/produtor e da propriedade.

§ 1º Os serviços serão executados na ordem das requisições ou de acordo com o interesse público, preferencialmente respeitando-se cronograma de atendimento regionalizado a ser elaborado pela Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento com anuência da Secretaria de Infraestrutura, de forma a tornar a prestação dos serviços menos onerosa.

§ 2º Caso o Município venha a contratar máquinas terceirizadas, não será necessária a anuência da Secretaria de Infraestrutura.

Art. 5º Fica, ainda, o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder desconto sobre o preço público da hora/máquina, a título de incentivo a agropecuária, nas porcentagens abaixo especificadas, ao produtor que:

I - emitir notas fiscais de produtor rural regularmente, 20 % (vinte por cento);

II - efetivar roçadas periódicas nas divisas da propriedade com as estradas municipais, 20% (vinte por cento);

III - manter conservadas as valas para escoamento das águas pluviais nas divisas da propriedade com as estradas municipais, 10% (dez por cento);

IV - declaração de aptidão ao Pronaf (DAP), 20% (vinte por cento).

Art. 6º Para fins de aplicação da presente Lei, os serviços de manutenção de estradas vicinais, inclusive as vias de acesso às propriedades rurais do Município, são de uso comum e público dos municípios, sendo a sua manutenção de competência do Poder Público Municipal, sem a incidência do pagamento previsto no art. 1º.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei, ocorrerão por conta do Orçamento vigente da Secretaria de Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Fica revogada a Lei Municipal nº 2.862, de 23 de novembro de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO
RELAÇÃO DE MÁQUINAS - VEÍCULOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO PRODUTOR RURAL

TIPO MÁQUINA/EQUIPAMENTO	PREÇO PÚBLICO
Escavadeira hidráulica, peso operacional mínimo de 15.000 Kg, concha de 0,65 a 1,23m³, potência mínima de 100HP e ano acima de 2010.	R\$ 200,00
Trator de esteiras com peso operacional de no mínimo 14.000 Kg, potência mínima de 130HP e ano acima de 2010.	R\$ 200,00
Retroescavadeira 4x4, peso operacional mínimo de 6.500 Kg, potencia mínima de 78HP, capacidade de caçamba carregadeira de 0,67m³, ano acima de 2010.	R\$ 100,00
Motoniveladora, motor de 6 cilindros, 170HP de potência mínima, peso operacional de 15.000Kg, tração mínima 9.600 Kg e máxima de 12.800Kg com escarificador traseiro, capacidade de carga mínima de 2,5m³, lâmina deslizante articulada, ano acima de 2010.	R\$ 180,00
Locação de Rolo Compactador Vibratório Liso, motor diesel acima de 13HP, duas frequências de vibração, tração nas duas rodas traseiras e no tambor, tambor não inferior 2,134m de largura, peso operacional mínimo acima de 11.000Kg e vibração acionada máxima de compactação acima de 26.800Kg, ano acima de 2010.	R\$ 151,00

Caminhão basculante trucado para transporte de cascalho, traçado com capacidade para 12m3, ano acima de 2010.	R\$ 100,00
Caminhão prancha, com plataforma e rampa hidráulica para o transporte de máquinas, ano acima de 2010.	R\$ 178,00

Lei Nº 3.126

LEI Nº 3.126, de 11 de junho de 2014.

Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 1.801, de 09 de setembro de 2002, que institui o Conselho Municipal de Educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Ficam alterados e acrescidos os seguintes dispositivos na Lei nº 1.801, de 09 de setembro de 2002, que institui o Conselho Municipal de Educação, e dá outras providências:

Art. 5º O Conselho Municipal de Educação será vinculado à Secretaria Municipal de Educação e composto pelos seguintes membros:

I - um representante da Secretaria Municipal de Educação;

II - um representante da Rede Estadual de Ensino;

III - um representante dos Especialistas de Ensino;

IV - um representante da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino;

V - um representante da Educação Infantil da Rede Particular de Ensino;

VI -

VII -

VIII - um representante dos Professores do Ensino Fundamental;

IX - um representante dos Servidores Públicos Municipais na área de Educação;

X - um representante do IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina;

XI -

XII - um representante do Centro de Ensino e Instruções do Corpo de Bombeiros Voluntários de Caçador;

XIII -

XIV -

XV - um representante do Ensino Técnico e Profissionalizante;

XVI -

§ 1º Os suplentes, em número de dezesseis, um de cada entidade pertencente ao Conselho serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, através de Decreto, a partir da indicação das entidades e eleição dos representantes das categorias, tendo domicílio em Caçador. (NR)

§ 2º

§ 3º

Art. 6º

Parágrafo único. Os membros do Conselho Municipal de Educação, servidores da Secretaria de Educação serão liberados para participarem de reuniões ordinárias, extraordinárias e cursos de aperfeiçoamento, sem prejuízos nos seus vencimentos. (NR)

Art. 7º O Presidente do Conselho Municipal de Educação, será eleito na primeira reunião do colegiado para o mandato de 2 (dois) anos podendo ser reconduzido por mais um mandato.

Parágrafo único. O Presidente do Conselho Municipal de Educação, não poderá ocupar cargo comissionado em qualquer esfera do serviço público. (NR)

Art. 7º -A. A estrutura e funcionamento do Conselho Municipal de Educação serão estabelecidos em Regimento próprio, aprovado por no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Lei Nº 3.127

LEI Nº 3.127, de 11 de junho de 2014.

Suplementa e anula dotação orçamentária, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$ 136.000,00 (cento e trinta e seis mil reais):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.1.025 - Bloco Investimentos

4.4.90.00.0620 - Aplicações Diretas R\$ 136.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, serão utilizados recursos da anulação da dotação orçamentária abaixo especificada, no valor de R\$ 136.000,00 (cento e trinta e seis mil reais):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.185 - Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial Hospitalar

3.3.90.00.0620 - Aplicações Diretas R\$ 136.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de junho de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Lei Nº 3.129

LEI Nº 3.129, de 11 de junho de 2014.

Dispõe sobre normas complementares de Proteção contra Incêndios no âmbito do Município de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Compete à Prefeitura Municipal, no âmbito do Município de Caçador as ações de normatização e supervisão do cumprimento das disposições legais relativas às medidas de Proteção contra Incêndios.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Caçador pode estabelecer convênio com a Associação de Bombeiros de Voluntários de Caçador, para fins de verificação e certificação do atendimento às normas de segurança contra incêndio.

Art. 2º A documentação relativa aos projetos de Proteção contra Incêndios deverá tramitar obedecendo a seguinte ordem:

I - quando se tratar de construções:

a) jogo de plantas, no mínimo em três vias, contendo situação, fachada, planta baixa contendo a localização dos Sistemas Preventivos, esquema vertical do Sistema Hidráulico Preventivo e da Escada Enclausurada, quando houver, contando também a saída para consumo predial e limpeza, detalhes (hidrante de recalque, cota de instalação de extintores, sinalização e abrigo de mangueira); todas as pranchas deverão estar assinadas pelo responsável técnico pelo projeto;

b) memorial descritivo de cada Sistema do Projeto de Proteção contra Incêndios conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

c) apresentação da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica);

d) planilha contendo os cálculos hidráulicos (pressão e vazão), dos dois hidrantes menos favoráveis do Sistema Hidráulico Preventivo;

e) nas edificações onde se faça uso de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, enquadradas na obrigatoriedade de instalação de Central de Gás, deve constar do jogo de plantas, o Projeto da Central de GLP;

f) as edificações, enquadradas na obrigatoriedade da instalação de Escada Enclausurada, devem apresentar o seu projeto;

II - quando se tratar de Reforma e/ou Alterações na Edificação, dispondo de prevenção contra incêndios, aprovadas pela Prefeitura Municipal:

a) jogo de plantas, no mínimo em três vias, contendo as alterações, planta baixa com a localização do Sistema de Proteção, corte vertical do Sistema Hidráulico Preventivo, quando houver; todas as pranchas deverão estar assinadas pelo responsável técnico pelo projeto;

b) memorial descritivo, contendo as alterações do Projeto de Proteção contra Incêndios, conforme normas da ABNT;

c) apresentação da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica);

d) planilha contendo os cálculos hidráulicos (pressão e vazão) dos dois hidrantes menos favoráveis do Sistema Hidráulico Preventivo, se esta sofreu modificações;

e) projeto da Central de Gás, caso o anterior tiver sofrido modificações;

f) quando as reformas e/ou alterações na edificação não trouxerem, modificações no projeto de proteção contra incêndios, deve o interessado encaminhar ofício solicitando recarimbamento

de plantas, contando nessas os respectivos Sistemas Preventivos existentes.

III - quando se tratar de Edificações Antigas:

a) apresentação de ofício solicitando vistoria para determinação dos Sistemas de Proteção contra Incêndios, encaminhando posteriormente um jogo de plantas contendo os Sistemas determinados em laudo de exigências.

Art. 3º Os ofícios somente serão recebidos pela Prefeitura Municipal, quando assinados:

a) pelo proprietário do imóvel ou do estabelecimento ou procurador legalmente constituído;

b) empresas construtoras, empresas de projetos e projetistas autônomos.

Parágrafo único. Após concluída a edificação, o interessado encaminhará ofício à Prefeitura Municipal, solicitando a respectiva vistoria.

Art. 4º Qualquer alteração no projeto, dependerá de prévia aprovação da Prefeitura Municipal.

Art. 5º Quando no Memorial Descritivo não constar a ocupação à que se destina a edificação, para efeito de análise, será a edificação enquadrada na classificação de Risco Elevado.

Art. 6º Os pedidos de recursos, informações técnicas, segundas vias e outros estudos específicos deverão ser acompanhados, se necessário, de desenhos e plantas.

Art. 7º A Análise de Projeto, Atestado de Vistoria, Pareceres e Informações e outras solicitações serão emitidos no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de entrada no expediente, junto à Prefeitura Municipal.

Art. 8º Os projetos serão apresentados, obedecendo os seguintes itens:

I - deverão ser apresentados em 3 (três) ou mais vias, obedecendo às dimensões estabelecidas na NB-8 da ABNT, sendo o mínimo tolerável de 24 cm x 33 cm;

II - deverão ter a data e as assinaturas do autor ou proprietário da construção projetada e do construtor pelo seu responsável técnico;

III - as escalas mínimas serão:

a) de até 1:1000 para as plantas de situação;

b) de 1:50 ou 1:100 para as plantas baixas, conforme a área do pavimento apresentado;

c) de 1:100 para as fachadas e cortes, se o edifício projetado tiver altura superior a 30,00 m (trinta metros) e 1:50 nos demais casos;

d) 1:25 para os detalhes;

IV - no caso de edificações localizadas em elevação, encostas, vales ou em bases irregulares, a planta de situação deverá indicar o relevo do solo ou da base por meio de curva de nível de 5 (cinco) em 5m (cinco metros);

V - na planta de situação será exigido o registro e a identificação dos logradouros e edificações limítrofes, com afastamento mínimo de 10,00m (dez metros);

VI - no caso de edificações cuja arquitetura prejudique o alcance normal ou a operacionalidade de uma escada mecânica, poderá ser exigida a planta da situação citada e a dos perfis e níveis dos logradouros e as das fachadas das edificações vizinhas;

VII - os projetos serão apresentados em cópias heliográficas, não sendo aceitos as cópias escurecidas de fotocopiativas, nem mesmo das originais.

Art. 9º À Prefeitura Municipal compete fiscalizar o cumprimento das normas de proteção contra incêndios, vistoriar prédios, expedindo notificações, autuar, embargar e interditar edificações que não preencham requisitos mínimos de segurança contra incêndios, na forma desta Lei e seu regulamento.

§ 1º A vistoria constituirá no levantamento das condições de segurança dos prédios e na formulação de recomendações e fixação de prazos para adequá-los convenientemente às medidas gerais de proteção contra incêndios, emitindo-se obrigatoriamente o respectivo Laudo de Vistoria.

§ 2º O Laudo de Vistoria será emitido pela Prefeitura Municipal e

assinado pelo síndico, proprietário ou seu representante legal, a quem caberá à responsabilidade pela execução das recomendações e providências deles constantes.

Art. 10. As unidades comerciais, industriais e prestadoras de serviços ficam sujeitas às vistorias anuais para o fornecimento do respectivo Atestado de Vistoria expedido pela Prefeitura Municipal, condição para que seja emitida a renovação do seu alvará de localização e funcionamento.

§ 1º As edificações multifamiliares terão suas normas de vistorias fixadas em regulamento a ser definido pela Prefeitura Municipal, respeitando todavia, o mesmo critério de anualidade das vistorias previstas no caput deste artigo.

§ 2º Qualquer alteração verificada em vistorias feitas, a qualquer tempo, pela Prefeitura Municipal, no Sistema Preventivo, determinará a cassação do respectivo Atestado de Vistoria.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Lei Nº 3.130

LEI Nº 3.130, de 11 de junho de 2014.
Denomina PRAÇA ANGELO BRENO IARROCHESKI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica denominada "PRAÇA ANGELO BRENO IARROCHESKI", a atual Praça localizada entre as ruas Santa Cecília e Imaruí, no Bairro dos Municípios.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Lei Nº 3.128

LEI Nº 3.128, de 11 de junho de 2014.
Autoriza a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênio, à Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador autorizado a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênio com a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.798.653/0001-22, com sede na Rua General Antônio Sampaio, nº 200, nesta cidade de Caçador, no valor total de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), divididos em 08 (oito) parcelas mensais de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), a serem

pagas a contar da aprovação desta Lei.

§ 1º Os recursos, objeto deste artigo, serão destinados a custear despesas com o Projeto "Manutenção da Entidade e Aquisição de Equipamentos", na forma constante do Plano de Trabalho proposto.

§ 2º O convênio de que trata o caput deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no termo anexo, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014:

02.04 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

06.181.0004.2.017 - Auxílio Financeiro à Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador

3.3.50.00.00 - Transferências as Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 360.000,00

Art. 3º A Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador, prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas expedidas pela Secretaria Municipal da Administração e Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Alteração Data de Abertura - Licitação PR 17-2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

REPUBLICAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2014

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BOLSAS MATERNIDADE E SACOLAS ECOLÓGICAS PARA PROJETO SAÚDE DA GESTANTE E PROGRAMA VIVA VIDA - SAÚDE DA CRIANÇA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR

ENTREGA DOS ENVELOPES: 17h30min do dia 25/06/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 17h40min do dia 25/06/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 14 de maio de 2014.

REJANE SERAFINI
Secretária de Saúde

IPASC**Pregão Presencial Nº 05/2014**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC
 AVISO DE LICITAÇÃO
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2014

O IPASC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 04.272.905/0001-71, representado neste ato pelo Diretor Presidente, Sr. ALCEDIR FERLIN, comunica aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 05/2014 visando à contratação dos serviços descritos abaixo. Os envelopes de proposta e documentação deverão ser entregues na Diretoria Administrativa do IPASC, localizado na Travessa da Rua General Osório, 52, Centro, Caçador/SC, no máximo até as 14h00, do DIA 03 DE JULHO DE 2014, para abertura no mesmo dia às 14h10min, ocasião em que se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A Licitação será do tipo MENOR PREÇO e o OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada, com a finalidade da prestação de serviços de assessoria em relação ao mercado financeiro, capacitada a realizar diagnóstico da carteira de investimentos, assessorar na elaboração e aplicação da política de investimento, realizar treinamento e capacitação aos gestores e conselheiros nos assuntos relacionados ao mercado financeiro, automação no preenchimento da APR (documento exigido pelo Ministério da Previdência) disponibilizando o referido documento em ambiente WEB privativo ao Instituto, execução de atividades de controladoria, executar avaliação de risco dos ativos, análise da rentabilidade mensal das aplicações financeiras, elaborar cenários macroeconômicos, análise e parecer documentado de novos produtos financeiros, bem como, o assessoramento nas questões relacionadas ao enquadramento das aplicações em conformidades com as normas e princípios da Resolução do CMN 3.922/2010, na Portaria MPS 519 de 24 de agosto de 2011, alterada pela Portaria MPS 170 de 25 de abril de 2012 e pela Portaria MPS 440 de 09 de outubro de 2013 e suas alterações durante a vigência deste contrato. Conforme detalhamento descrito no Termo de Referência. Maiores informações e o Edital completo podem ser obtidos no IPASC, sito na Rua General Osório, 52, Centro, telefone (49) 35630216 ramal 214- Caçador/SC, ou pelo e-mail: ipasclicitacoes@cacador.sc.gov.com.br. Caçador/SC, 13/06/2014.

Ata Nº 02 da Comissão do Processo de Seleção Simplificado Edital Nº 01/2014

ATA Nº 02 DA COMISSÃO DO PROCESSO DE SELEÇÃO SIMPLIFICADO

EDITAL Nº 01/2014

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC

Aos doze dias do mês de Junho de 2014, a Comissão do Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva - Edital nº 01/2014, formada pelas seguintes integrantes: Dila Marchi Gonçalves Bridi, Fernanda Fiorelli, Karen Fernanda Ribeiro, Maria Madionir Cordeiro Barichello e Ivete Pereira de Agostinho, reunidas no Auditório do IPASC, após a análise dos documentos apresentados pelos candidatos inscritos, divulga a classificação final para o cargo que segue abaixo:

RESULTADO FINAL - CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS
 Nome do Cargo: CONTADOR

Classificação	Candidato	Pós Graduação	Exp. Prof. Serv. Público	Exp. Prof. Serv. Privado	Total de Pontos
1º	Fabrizio João Bogoni	3,0	6,0	20,0	29,0
2º	Maria Jussara Canalle Paes Juliani	0,0	0,0	28,0	28,0
3º	Marcelo Ribeiro	0,0	0,0	24,0	24,0
4º	Ivandro José Bogoni	0,0	6,0	17,0	23,0
5º	Maria Salete Zanoni	0,0	0,0	19,0	19,0
6º	Sandra Rogéria Balzan	1,5	0,0	11,0	12,5
7º	Aline Maira Carvalho Archer	3,0	0,0	3,0	6,0
DECLASSIFICADO (Não atingiu a pontuação mínima)	Cleverson Lima da Silva	0,0	0,0	0,0	0,0
DECLASSIFICADO (Não atingiu a pontuação mínima)	Gilberto Prigol	0,0	0,0	0,0	0,0

Desta forma, encaminhamos para publicação, abrindo-se, nos termos do item 12.1, do Edital nº 01/2014, o prazo para interposição de recursos.

Caçador (SC), 12 de Junho de 2014.

Dila Marchi Gonçalves Bridi Advogada do IPASC e Presidente da Comissão do Processo Seletivo	
Fernanda Fiorelli Assistente Administrativa do IPASC	Karen Fernanda Ribeiro Contadora do IPASC
Maria Madionir Cordeiro Barichello Professora	Ivete Pereira de Agostinho Auxiliar de Serviços Gerais do IPASC

Camboriú

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços do PR 010/14 - FMAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 010/2014 - FMAS - Ata do Sistema de Registro de Preços 004/2014 - FMAS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ATENDER OS PROGRAMAS EXECUTADOS E COORDENADOS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 13/06/2015

1ª Publicação.

Ata de Registro de Preços PR 11/14 - FMAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 011/2014 - FMAS - Ata do Sistema de Registro de Preços 005/2014 - FMAS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER OS PROGRAMAS EXECUTADOS E COORDENADOS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 13/06/2015

1ª Publicação.

Resultado do PR 18/14 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2014-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi "DESERTA COM REPETIÇÃO DO FEITO".

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 13 de Junho de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

PR 19/14 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2014-FMS

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO DO TIPO AMBULÂNCIA PARA ATENDER A DEMANDA NA SECRETARIA DA SAÚDE, AUXILIANDO NO TRANSPORTE DE PACIENTES.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:00 horas do dia 27 (Vinte e Sete) de Junho de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 13 de Junho de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Lei N.º 2.690/2014

LEI N.º 2.690/2014

Dispõe sobre a prioridade de vaga nas unidades da Rede Pública Municipal de Ensino de Camboriú para criança, que seja vítima ou, cuja genitora seja vítima de violência doméstica, física ou psicológica de qualquer natureza.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica pela presente Lei garantida a prioridade de vaga nas unidades da Rede Pública Municipal de Ensino para crianças, que seja vítima ou, cuja genitora seja vítima de violência doméstica, física ou psicológica de qualquer natureza.

Art. 2º Para realização da matrícula deverão ser apresentados os seguintes documentos:

§ 1º Cópia do Boletim de Ocorrência expedido pela autoridade policial;

§ 2º Cópia do exame de corpo de delito.

Art. 3º Na hipótese da vítima ter sofrido violência de cunho psicológico, a mesma ficará isenta da obrigatoriedade de apresentação de cópia de exame de corpo de delito, devendo apresentar, neste caso, laudo de profissional médico, psicólogo ou psiquiatra que ateste o ato sofrido.

Art. 4º Será concedida e garantida transferência de uma escola ou creche para outra, no âmbito da Rede Municipal de Ensino, de acordo com a necessidade de mudança de endereço da mãe, com vistas à garantia de segurança da criança.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 11 de junho de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.691/2014

LEI N.º 2.691/2014

Altera redação da Lei Municipal n.º 2.536 de 09 maio de 2013 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei 2.536 de 09 de maio de 2013 passa a vigorar com as alterações constantes dos artigos seguintes.

Art. 2º O parágrafo único do artigo 1º passa a ser § 1º, sendo acrescentado § 2º e § 3º ao referido artigo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

(...)

§ 2º O Programa Fila Única deverá ser dividido conforme faixa etária das crianças.

§ 3º A solicitação de vaga para matrícula deverá ser feita por sistema de zoneamento por região, sendo zona I e II, previstas no anexo I e II da Presente Lei.

Art. 3º Ficam alterados os incisos I, VI e § 3º do artigo 2º, que passam a vigorar com a seguinte Redação:

(...)

I - no cadastramento a ser feito pelos Centros de Educação Infantil ou pela Secretaria Municipal de Educação dos pleiteantes à matrícula;

(...)

VI - na disponibilização de lista atualizada dos candidatos cadastrados, devendo constar o número de protocolo, iniciais da criança e filiação ou nome do responsável legal, data do cadastro e situação, no site da Prefeitura e da Secretaria Municipal de Educação;

(...)

§ 3º O aluno que já estiver frequentando os Centros de Educação Infantil, será permitido requerer a transferência para outro Centro e terá prioridade de vaga em relação ao candidato que está na fila de espera, desde que tenha frequentado no mínimo três meses de atividades pedagógicas no Centro de Educação de origem da matrícula.

Art. 4º Ficam acrescentados § 1º, § 2º, § 3º e § 4º ao artigo 6º, que passam a vigorar com a seguinte Redação:

(...)

§ 1º Toda segunda-feira o Poder Executivo deverá, havendo vaga disponível, publicar edital contendo a lista de candidatos contemplados com uma vaga em um dos Centros de Educação Infantil, o qual será publicado nos seguintes locais:

I - no átrio do Paço Municipal da Prefeitura Municipal de Camboriú, localizada na Rua Getúlio Vargas, n.º 77, Centro;

II - no átrio da Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Goiânia, n.º 104, Centro;

III - nos Centros de Educação Infantil do Município;

IV - no átrio da Câmara Municipal de Vereadores de Camboriú localizada na Rua Siqueira Campos, n.º 480, Centro;

V - no caso de feriado ou ponto facultativo vir a ocorrer na segunda-feira, o edital referido neste artigo será publicado no primeiro dia útil seguinte.

§ 2º A convocação das crianças deverá ser efetivada por meio de contato telefônico e via email aos seus responsáveis legais, em até três tentativas consecutivas, a serem registradas no Programa eletrônico Fila Única.

§ 3º Após a convocação, os responsáveis legais terão o prazo de três dias úteis consecutivos para efetivar a matrícula.

§ 4º Decorrido o prazo de três dias da convocação e a família não comparecer, ou em caso de desistência formal, a inscrição de intenção de matrícula será excluída do Programa Fila Única.

Art. 5º Fica alterado o caput do artigo 7º que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º O Poder Executivo deverá encaminhar semanalmente para o Poder Legislativo e mensalmente para o Ministério Público cópia atualizada da lista dos pleiteantes atendidos e cadastrados no Programa Fila Única.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 11 de junho de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.692/2014

LEI N.º 2.692/2014

Dispõe sobre a autorização para alienação, por meio de leilão, de bens móveis inservíveis, pertencentes ao Poder Executivo Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a alienar, por meio de leilão, os bens móveis abaixo discriminados, de propriedade do Município de Camboriú, usados e considerados inservíveis para os serviços públicos municipais, cujo valor mínimo foi estipulado pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria n.º 505/2014:

I - 01 (um) AUTOMÓVEL GM/ CELTA 4P SPIRIT, ano 2005, modelo 2006, cor branca, álcool/gasolina, placa MFM 5391, chassi

9BGRX48906G149393, RENAAM 876947674. Valor mínimo de R\$ 7.000,00 (sete mil reais);

II - 01 (um) AUTOMÓVEL GM/ CORSA CLASSIC LIFE, ano 2006, modelo 2006, cor branca, álcool/gasolina, placa MDJ 3623, chassi 9BGSA19906B224420, RENAAM 886221307. Valor mínimo de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais);

III - 01 (um) AUTOMÓVEL I/ KIA BESTA GS GRAND2, ano 2004, modelo 2005, cor branca, diesel, placa MDD 8177, chassi KNHTS732257167990, RENAAM 837395852. Valor mínimo de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

IV - 01 (um) AUTOMÓVEL VW/ KOMBI LOTAÇÃO, ano 2009, modelo 2010, cor branca, álcool/gasolina, placa MFP 7567, chassi 9BWMF07X4AP012234, RENAAM 171954599. Valor mínimo de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais);

V - 01 (um) AUTOMÓVEL I/ M.BENZ313CDI SPRITERM, ano 2009, modelo 2010, cor branca, diesel, placa MFP 2897, chassi 8AC903672AE023661, RENAAM 171830733. Valor mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

VI - 01 (um) AUTOMÓVEL GM/ MONTANA CONQUEST, ano 2008, modelo 2008, cor branca, álcool/gasolina, placa MFF 6153, chassi 9BGXL80808B277557, RENAAM 959768386. Valor mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

VII - 01 (um) AUTOMÓVEL VW/ GOL POWER 16 V, ano 2002, modelo 2002, cor branca, gasolina, placa MBN 8504, chassi 9BWC-A05X92T140359, RENAAM 783681658. Valor mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

VIII - 01 (um) AUTOMÓVEL VW/ FOX 1.0, ano 2007, modelo 2008, cor branca, álcool/gasolina, placa MDU 3463, chassi 9BWKA05Z084005030, RENAAM 920995110. Valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

IX - 01 (um) AUTOMÓVEL GM/ CORSA HATCH MAXX, ano 2010, modelo 2010, cor branca, álcool/gasolina, placa MHR 5304, chassi 9BGXH68P0AC208577, RENAAM 200018159. Valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

X - 01 (um) AUTOMÓVEL ENGESA/4 4X4, ano 1987, modelo 1987, cor azul, álcool, placa LZQ 8333, chassi 9BB012122HJ000741, RENAAM 004059778. Valor mínimo de R\$ 7.000,00 (sete mil reais);

XI - 01 (um) AUTOMÓVEL GM/ CORSA CLASSIC LIFE, ano 2006, modelo 2006, cor branca, álcool/gasolina, placa MDJ 3993, chassi 9BGSA19906B224441, RENAAM 886211310. Valor mínimo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais);

XII - 01 (um) AUTOMÓVEL VW/GOL 1.0 GIV, ano 2009, modelo 2010, cor branca, álcool/gasolina, placa MGE 9606, chassi 9BWA-A05W5AP041978, RENAAM 166345199. Valor mínimo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais);

XIII - 01 (um) CAMINHÃO BASCULANTE M. BENZ/L 1519, ano 1980, modelo 1981, cor branca, diesel, placa LZO 5036, chassi 34504512517243, RENAAM 548314853. Valor mínimo de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

XIV - 01 (um) CAMINHÃO BASCULANTE M. BENZ/LK TRAÇADO 1113, ano 1979, modelo 1979, cor amarela, diesel, placa KNG 0361, chassi 34421311000299, RENAAM 240135946. Valor mínimo de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

XV - 01 (uma) MOTOCICLETA HONDA/ CG 150 JOB, ano 2006, modelo 2006, cor branca, gasolina, placa MCB 4655, chassi 9C2KC08306R805560, RENAAM 889328714. Valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais);

XVI - 01 (uma) MOTOCICLETA YAMAHA YBR/ 125E, ano 2002, modelo 2002, cor vermelha, gasolina, placa MBM 7274, chassi 9C6KE010020060066, RENAAM 783453680. Valor mínimo de R\$ 400,00 (quatrocentos reais);

XVII - 01 (uma) MOTOCICLETA HONDA/ CG 125 TITAN KSE, ano 2003, modelo 2003, cor vermelha, gasolina, placa MDP 2792, chassi 9C2JC30213R633192, RENAAM 802453660. Valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais);

XVIII - 01 (uma) MOTONIVELADORA CARTEPILLAR 120 - H, ano

2001, modelo 2001, chassi CAT0122OHC5FM02333. Valor mínimo de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

XIX - 01 (um) TRATOR MASSEY FREGUSON 275, chassi 210056084. Valor mínimo de R\$ 3.000,00 (três mil reais);

XX - SUCATAS DE INFORMÁTICA E ELETRO ELETRÔNICOS DIVERSOS, contendo: impressoras, estabilizadores, nobreak, fonte, aparelho de som, teclados, caixas de som, microfones, mouses, dvd's, vídeo cassete, TV's, monitores, CPU's, computadores, cartão ponto mecânico, ventiladores industriais, scanner e outros diversos. Valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais).

Art. 2º A alienação de que trata o artigo 1º desta Lei deverá ser feita mediante certame licitatório, na forma do que dispõe a Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 12 de junho de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

Ata Pregão 47/2014

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 47/2014)

Aos treze dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se às dez horas, em sessão pública, Irineu Woitskovski Junior, Pregoeiro Municipal, Lilian Terezinha Bartsch e Viviane Inês Fernandes Caldas Schiavenin, membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 47/2014, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objetivo a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recapagem de pneus (incluindo consertos) para manutenção da frota municipal. Inicialmente o Pregoeiro declarou aberta a sessão, nominando os presentes. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: Recapadora São Bento Ltda, FM Pneus Ltda e Recauchutadora de Pneus Neri Ltda. Passou-se ao credenciamento dos licitantes, sendo Sr. Gilmar de Souza, representante da empresa Recapadora São Bento Ltda, Sr. Rodrigo Pezzini, representante da empresa FM Pneus Ltda e Sr. Michael Fabricio Nicolodelli, representante da empresa Recauchutadora de Pneus Neri Ltda. Passou-se ao recolhimento da declaração de que a empresa licitante cumpre os requisitos de habilitação. Após, procedeu-se à abertura do envelope da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito menor preço UNITÁRIO POR LOTE.

Lote 01

Empresa	Valor da proposta inicial	Valor proposta após lances	Classificação	Situação Habilitação
FM PNEUS	58.540,00	36.855,00	1ª	HABILITADA
RECAP SÃO BENTO	55.950,00	39.500,00	2ª	-----
NERI	61.450,00	55.500,00	3ª	-----

Lote 02

Empresa	Valor da proposta inicial	Valor proposta após lances	Classificação	Situação Habilitação
NERI	64.700,00	44.000,00	1ª	HABILITADA
RECAP SÃO BENTO	53.350,00	44.500,00	2ª	-----
FM PNEUS	61.360,00	49.800,00	3ª	-----

Após, abriu-se o envelope de documentos dos licitantes classificados conforme tabela acima, estando de acordo com o exigido no Edital. Sendo assim, o Pregoeiro declarou a empresa FM Pneus Ltda vencedora do Lote 01 e a empresa Recauchutadora de Pneus Neri Ltda vencedora do Lote 02. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Portaria Nº 11.008 de 13 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.008 DE 13 DE JUNHO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 193 § 1º e 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder as seguintes Progressões: Horizontal obtida pela avaliação de desempenho; Desempenho Profissional de Capacitação, à Servidora Pública Municipal, ocupando o cargo público e exercendo a função de Fonoaudióloga, LAÍS MARION STEFFEN, Matrícula Funcional nº 000417, Registro no Sistema sob nº 954270, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com efeitos retroativos 05 de junho de 2014.

Art.2º) A Progressão que trata o caput do Artigo 1º desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 6 Sub-Nível 62, Referência A para Nível 6 Sub-Nível 62 Referência B no valor de R\$ 3.607,76 (três mil, seiscentos e sete reais, setenta e seis centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 05 de junho de 2014.

Art.3º) A Progressão que trata o caput do Artigo 1º desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida por Desempenho Profissional de Capacitação, passando do Nível 6 Sub-Nível 62, Referência B para Nível 6 Sub-Nível 62 Referência C no valor de R\$ 3.715,99 (três mil, setecentos e quinze reais, noventa e nove centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 05 de junho de 2014.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
13 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 13/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.009 de 13 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.009 DE 13 DE JUNHO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 193 § 1º e 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder as seguintes Progressões: Horizontal obtida pela avaliação de desempenho; Desempenho Profissional de Capacitação, ao Servidor Público Municipal, ocupando o cargo público de Odontólogo II, exercendo a função de Odontólogo, CRISTIANO CARDOSO DE CARVALHO, Matrícula Funcional nº 000573, Registro no Sistema sob nº 954745, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com efeitos retroativos 16 de abril de 2014.

Art.2º) A Progressão que trata o caput do Artigo 1º desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 6 Sub-Nível 61, Referência A para Nível 6 Sub-Nível 61 Referência B no valor de R\$ 6.042,86 (seis mil, quarenta e dois reais, oitenta e seis centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 16 de abril de 2014.

Art.3º) A Progressão que trata o caput do Artigo 1º desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida por Desempenho Profissional de Capacitação, passando do Nível 6 Sub-Nível 61, Referência B para Nível 6 Sub-Nível 61 Referência C no valor de R\$ 6.224,12 (seis mil, duzentos e vinte e quatro reais, doze centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 16 de abril de 2014.

Art.4º) Na folha de pagamento do mês de junho de 2014, será pago o valor de R\$ 635,96 (seiscentos e trinta e cinco reais, noventa e seis centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de abril de 2014, já descontado o valor de R\$ 78,60 (setenta e oito reais, sessenta centavos), referente a contribuição do Servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 157,20 (cento e cinquenta e sete reais, vinte centavos) refere-se à Contribuição Patronal ao IPRECAL.

GABINETE DO PREFEITO

Art.5º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de abril de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
13 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 13/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.010 de 13 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.010 DE 13 DE JUNHO DE 2014
HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002;

RESOLVE:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAESP em data de 12 de junho de 2014, parte integrante desta Portaria, considerando-se aprovado no Estágio Probatório o Servidor Público Municipal, GIOVANI JOSÉ TOMAZ, Matrícula Funcional nº 000477, Registro no Sistema Sob nº 954483, ocupante do cargo Agente Operacional III, exercendo a função de Agente de Manutenção e Obras.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de outubro de 2009.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
13 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 13/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.011 de 13 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.011 DE 13 DE JUNHO DE 2014
HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002;

RESOLVE:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAESP em data de 12 de junho de 2014, parte integrante desta Portaria, considerando-se aprovado no Estágio Probatório o Servidor Público Municipal, CRISTIANO CUNHA, Matrícula Funcional nº 000501, Registro no Sistema Sob nº 954560, ocupante do cargo Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar Operacional.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de maio de 2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
13 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 13/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.012 de 13 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.012 DE 13 DE JUNHO DE 2014
HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002;

RESOLVE:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAESP em data de 12 de junho de 2014, parte integrante desta

Portaria, considerando-se aprovado no Estágio Probatório o Servidor Público Municipal, DANIEL MARINO MUNHOZ, Matrícula Funcional nº 000528, Registro no Sistema Sob nº 954631, ocupante do cargo público e exercendo a função de Motorista.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de março de 2011.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
13 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 13/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

Aviso PP 05/2014 Fhja

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2014

A Fundação Hospitalar Drº José Athanázio torna público que fará realizar no dia 30/06/2014 às 14h na sala de reuniões da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, Pregão Presencial do Tipo Menor preço por item, tendo como objeto a aquisição de AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA USO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou no Departamento de compras e licitações da Fundação, localizado a Rua Nereu Ramos, 379, no horário das 8h 30min às 12h e das 13h 30min às 18h diariamente.

Campos Novos, 16 de junho de 2014.
Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio
Iracema Trucolo Wilpert
Administradora

Canoinhas

PREFEITURA

Decreto Nº 132/2014

DECRETO Nº. 132/2014

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA AS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR INUNDAÇÕES (COBRADE 1.2.1.0.0).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal de CANOINHAS - SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, pelo inciso VI do art. 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e pela Instrução Normativa/MI no 01, de 24 de agosto de 2012,

Considerando que:

- A ocorrência das inundações ocasionadas pelas fortes chuvas que caíram nos dias 06, 07 e 08 de junho de 2014 que atingiram o Município;

- Em decorrência do desastre, houve dificuldade de acesso e de circulação do tráfego, devido às inundações nas ruas localizadas em área urbana e em estradas rurais com a destruição de pontes e bueiros, conforme FIDE em anexo;

- A recomendação da Comissão de Defesa Civil Municipal - COMDEC, que avaliou e quantificou os efeitos das chuvas, em acordo com a IN/MI Nº 01/2012, é favorável à declaração de Situação de Emergência;

- Concorre como critérios agravantes da situação de anormalidade, o grau de vulnerabilidade do cenário, da população e a previsão da continuidade do cenário de chuvas no Município para os próximos dias, podendo, causar demais problemas à população.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada a existência de situação anormal e caracterizada como Situação de Emergência, em virtude do desastre classificado e codificado como inundações (COBRADE 1.2.1.0.0), desencadeado pelo excesso de chuvas que atingiram as áreas do Município contidas no Formulário de Informações de Desastre e demais documentos anexos a este Decreto.

Art. 2º - Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres e reabilitação do cenário e reconstrução, após adaptado à situação real desencadeada pelas inundações.

Art. 3º - Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC.

Parágrafo único: Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º - De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco eminente:

I - Penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo

sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - Usar da propriedade inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos a mesma.

Parágrafo único: Será responsabilizado a agente da Defesa Civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único: O prazo de validade deste Decreto poderá ser prorrogado até completar um máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de junho de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 08/06/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO N. PMC 57/2014

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/14

HOMOLOGAÇÃO: 13/06/14

CONTRATADO: PAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA NOVA, ZERO HORA, COM RECURSOS ORIUNDOS DO GOVERNO FEDERAL, ATRAVÉS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. VALOR DA DESPESA: R\$ 212.900,00 (duzentos e doze mil novecentos reais)

DATA: 13/06/14

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito.

Publicação da Dispensa de Licitação N. PMC 05/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Processo Licitatório n.º 95/2014

Dispensa de Licitação n.º 05/2014

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80 sito à rua Felipe Schmidt, 10 - Centro, comunica, aquisição através de Dispensa de Licitação. Artigo 24, IV, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores e decreto Municipal nº 132/2014.

Objeto: Aquisição de 5.000 (cinco mil) litros de óleo diesel aditivado em caráter emergencial.

Fornecedor: STANG & STANG LTDA (CNPJ 08.033.253/0017-30).

Valor: R\$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Publicação da Homologação do Processo Licitatório N. FMS 23/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/14

HOMOLOGAÇÃO: 02/06/14

CONTRATADO: INSTITUTO ACQUA- AÇÃO, CIDADANIA, QUALIDADE URBANA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EMERGENCIAIS, COM PESSOAL NA ÁREA MÉDICA, COMO MÉTODO PLANTONISTA, PARA ATUAREM NO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL ANEXO AO HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 864.000,00 (oitocentos e sessenta e quatro mil reais) FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

DATA: 13/06/14

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Catanduvás

PREFEITURA

Extrato do Contrato PMC Nº 0074/2014

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0074/2014

PREGÃO Nº 0037/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0046/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: CONCATAN CONCRETOS CATANDUVAS LTDA

OBJETO: Fornecimento de tubos, blocos de concreto e grades de bueiro, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

VALOR: R\$ 94.386,70 (noventa e quatro mil trezentos e oitenta e seis reais e setenta centavos).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA: 11 de junho de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0075/2014

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0075/2014

PREGÃO Nº 0037/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0046/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: DELCI BOESING ME

OBJETO: Fornecimento de tubos de concreto, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

VALOR: R\$ 7.194,00 (sete mil cento e noventa e quatro reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA: 11 de junho de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

Gisa Aparecida Giacomini

Caxambu do Sul

PREFEITURA

Decreto 99/2014

DECRETO 099/2014

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 71, IV da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 001/2005 de 20/12/2005

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor VANDERLI ANTONIO GIACOMELLI, brasileiro, casado, inscrito no cpf. sob o nº 743.873.089-15, portador da Cédula de Identidade nº 2.549.519, para exercer o cargo de DIRETOR FINANCEIRO, com lotação na Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento do Município de Caxambu do Sul.

Art. 2º. Para o exercício do cargo, o servidor ora nomeado fará jus a remuneração de acordo com Anexo I da Lei Complementar 001/2005

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, em 11 de Junho de 2014
Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

Decreto 100/2014

DECRETO Nº. 100/2014

"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o artigo 71, IV da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído PONTO FACULTATIVO, nas Repartições Públicas Municipais, no próximo dia 20 de junho de 2014, sexta-feira, tendo em vista a passagem do feriado de Corpus Christi.

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul, SC, 13 de Junho de 2014.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

IVAN CARLOS BELLEI
Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento

Extrato de Contrato 30/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 30/2014

Contratante.: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL

Contratada.: MHNET EMPREENDIMENTOS LTDA EPP.

Objeto : FORNECIMENTO DE REDE DE INTERNET DEDICADA EM FIBRA ÓPTICA JUNTO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL.

Valor : R\$ 10.680,00 (dez mil seiscentos e oitenta reais).

Vigência : Início : 10/06/2014 Término : 31/12/2014.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 25/2014

CAXAMBU DO SUL, 10 de Junho de 2014.

VILMAR FOPPA

PREFEITO MUNICIPAL

Ata Registro de Preços 06/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata Nº.: 06/2014

Detentora: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE SEMENTES DE MELANCIA HÍBRIDA, DA VARIEDADE VISTA F1, PUREZA MÍNIMA DE 99,9 %, GERMINAÇÃO MÍNIMA DE 96%, FISCALIZADAS, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS AGRICULTORES COM BASE NA LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO A PRODUÇÃO DA FRUTA.

Fornecedor: 140 - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unit.	Preço Total
1	Sementes de melancia híbrida, da variedade vista F1, pacote com 1.000 unidades, pureza mínima de 99,9 %, germinação mínima de 96%, fiscalizada.	Pt	Super Seed	140	140,00	19.600,00

Vigência : Início : 13/06/2014 Término : 12/05/2015.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 26/2014.

CAXAMBU DO SUL, 13 de Junho de 2014.

VILMAR FOPPA

PREFEITO MUNICIPAL

Ata Registro de Preços 05/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Ata Nº.: 05/2014

Detentoras.: BAVARESCO & CIA LTDA ME, COMERCIO DE ARTIGOS DE INFORMÁTICA IRACEMINHA LTDA, INFORSUL SERVIÇOS E TECNOLOGIAS DE INFORMÁTICA LTDA, JP EQUIPAMENTOS LTDA ME e TELECOY EQUIPAMENTOS LTDA ME.

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES NA ESCOLA MUNICIPAL BAIRRO ANTENA, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Fornecedor: 111 - INFORSUL SERVIÇOS E TECNOLOGIAS DE INFORMÁTICA LTDA.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unit.	Preço Total
4	Notebook com processador Core I5-4200, memória 4GB, HD 500GB, tela 15,6", com teclado numérico adicional lateral, mouse com fio retrátil e Windows 8 SL Original, com maleta para transporte.	CJ	ACER	01	2.660,00	2.660,00

Fornecedor: 137 - BAVARESCO & CIA LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unit.	Preço Total
5	Projetor multimídia, resolução 800x600 SVGA, Ansi Lumens: 2.700, imagem projetada de 40 a 300", conexão HDMI e cabo VGA 5 metros para projetor.	CJ	ACER	01	1.846,00	1.846,00

Fornecedor: 2624 - TELECOY EQUIPAMENTOS LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unit.	Preço Total
1	Monitor LCD 18.5"	UN	AOC	10	433,50	4.335,00
2	Nobreak 600 VA	UN	MAGNETICS	10	280,50	2.805,00

Fornecedor: 2625 - COMERCIO DE ARTIGOS DE INFORMÁTICA IRACEMINHA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unit.	Preço Total
3	Microcomputador com processador Core I3-3240, placa mãe com chipset Intel, DDR 1333, memória 4GB, HD 500GB, com drive de DVD, teclado, mouse e caixas de som.	CJ	ORO	10	1.418,00	14.180,00

Vigência.....: Início : 04/06/2014 Término : 03/05/2015.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 24/2014.

CAXAMBU DO SUL, 04 de Junho de 2014.

VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

Fornecedor: 2223 - IMPERIAL LUZ COMÉRCIO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	REATOR VAPOR DE SÓDIO 400 W AFP	un	DEMAPI	30,000	96,0000	2.880,00
2	RELÊ FOTOELÉTRICO	pc	EXATRON	100,000	12,4500	1.245,00
3	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 400 W	un	EMPALUX	50,000	35,5000	1.775,00
4	REATOR DE SÓDIO 70 W AFP	un	DEMAPI	40,000	39,0000	1.560,00
5	LÂMPADA SÓDIO 70 W	un	EMPALUX	100,000	17,5000	1.750,00
6	BASE PARA RELÊ.	un	EXATRON	15,000	7,0000	105,00
7	CONECTOR PARALELO	pc	INCESA	20,000	3,0000	60,00
8	SUPORTE PORCELANA	un	MAMPLEX	10,000	3,8000	38,00
9	FITA ISOLANTE 20 M	rl	AMANCO	10,000	3,7000	37,00
10	FIO SÓLIDO 2,5 MM	m	COFIBAN	30,000	0,9800	29,40
11	CABO FLEXÍVEL 6 MM	m	COFIBAN	100,000	2,1000	210,00
12	LUMINÁRIA FECHADA C/ POLIC E40 LL300	un	OLIVO	10,000	170,0000	1.700,00
13	PRESTAÇÃO SERVIÇOS MANUTENÇÃO ILUMINAÇÃO	h	IMPERIAL LL	150,000	85,0000	12.750,00

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 075 de 13.06.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI COMPLEMENTAR Nº 075 de 13.06.2014

"ALTERA OS ANEXOS V E VII DA LEI COMPLEMENTAR Nº006 DE 23.12.1999, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei complementar:

Art. 1º Altera os Anexos V e VII da Lei Complementar nº 006, de 23 de dezembro de 1999, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO V

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

CÓDIGO: DASMA - DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - MAGISTÉRIO

CARGA HORÁRIA - 40 HORAS SEMANAIS

CARGO	Nº DE CARGOS	VENCIMENTO R\$	Nº ALUNOS	HABILITAÇÃO
Diretor Nível I	02	1.480,00 1.620,00 1.745,00 1.885,00	Até 50 De 51 à 100 De 101 à 200 + de 200	Curso de nível superior, Licenciatura Plena na área do Magistério.
Diretor Nível II	02	1.620,00 1.745,00 1.885,00 2.020,00	Até 50 De 51 à 100 De 101 à 200 + de 200	Curso de nível superior, Licenciatura Plena na área do Magistério e Curso de Pós Graduação na área.

ANEXO VII

TABELA DE VENCIMENTO

Horizontal - 50 %

40 HORAS SEMANAIS

Classe/Referencia	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Nível I	1.700,00	1.770,38	1.843,67	1.920,00	1.999,49	2.082,27	2.168,47	2.258,25	2.351,74	2.448,87	2.550,01
Nível II	1.745,00	1.817,24	1.892,48	1.970,83	2.052,42	2.137,39	2.225,88	2.318,03	2.413,99	2.513,69	2.617,51
Nível III	1.880,00	1.957,83	2.038,89	2.123,30	2.211,20	2.302,74	2.398,08	2.497,36	2.600,75	2.708,16	2.820,01
Nível IV	2.068,00	2.153,62	2.242,77	2.335,63	2.432,32	2.533,02	2.637,89	2.747,09	2.860,55	2.978,69	3.102,01
Nível V	2.274,80	2.368,98	2.467,05	2.569,19	2.675,55	2.786,32	2.901,67	3.021,80	3.146,60	3.276,56	3.412,21

"

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar aos profissionais do Magistério Público Municipal, que no corrente ano perceberam vencimento abaixo do piso nacional fixado para o exercício de 2014, o pagamento da diferença retroativo ao período.

Parágrafo único. O pagamento a que se refere o caput deste artigo será efetuado em parcela única no mês subsequente a aprovação desta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão à conta de dotações do orçamento fiscal anual do Município.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de junho de 2014.

JOSÉ BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 044/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 044/2014

"HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 001/2014 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 70, inciso I da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado a Resolução nº. 001/2014 de 28 de maio de 2014, do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, que Aprova a realização do Concurso "Receitas Saudáveis", que será realizado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com os alunos da Rede Municipal de Ensino. Pré-escolares e 1º ao 8º ano. Este concurso terá a premiação de três bicicletas, cada uma custará à importância de R\$ 269,60 (duzentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos) e um montante de R\$808,80 (oitocentos e oito reais e oitenta centavos)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 03 de junho de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 054/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 054/2014

"DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC."

- Considerando o Feriado de Corpus Christi próximo vindouro;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal e de acordo com o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Será facultativo o "ponto" nas repartições Públicas Municipais, no dia 20 de junho de 2014.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no "caput" deste artigo, os serviços emergenciais e inadiáveis, em todos os órgãos da Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado - SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 13 de junho de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 243 de 13.06.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 243/2014

CONSIDERANDO, que a Administração Publica pode rever seus atos a qualquer tempo,

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar nº 008 de 23/12/99 e de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar nº 047 de 01.12.2010.

RESOLVE:

Art.1º Retificar o Art. 2º da Portaria nº. 227/20124 de 30.05.2014, da Servidora Pública BERNADETE DA SILVEIRA FELIPE, com a seguinte alteração, onde se lê: Autorizar a servidora a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 02.06.2014 à 01.07.2014, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99; leia-se: Autorizar a servidora a gozar férias de 20 (vinte) dias no período de 02.06.2014 à 21.06.2014, acrescidas de 1/3 do abono constitucional e conversão de 1/3 em abono pecuniário, conforme art.78, § 3º da LC nº 008, de 23/12/99.

Art. 2º Ficam mantidas as demais disposições.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 13 de junho de 2014.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 244 de 13.06.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 244/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso I, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível IV para o Nível V, por Tempo de Serviço prestado ao município, ao Servidor Publico, ADILSON HEINZ, matriculado sob nº 1610/01, ocupante do cargo efetivo de Técnico Agrícola - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comercio.

Art. 2º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível V, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 13 de junho de 2011.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

Extrato de Contrato 37/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 37/14 DO FMS. Processo de Licitação n. 07/FMS/2014. Pregão Presencial n. 06/FMS/2014. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul/Fundo Municipal de Saúde. CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. ASSINATURA: 13/06/2014. VIGÊNCIA: até 31/12/2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 3.3.90.30.09(23). OBJETO: Aquisição de Medicamentos Controlados, no atendimento ao CAPS de Cocal do Sul. VALOR: R\$ 27.787,76(vinte e sete mil setecentos e oitenta e sete reais e setenta e seis centavos).

Termo Aditivo N. 15/2014

TERMO ADITIVO Nº 15/2014, DE 12 DE JUNHO DE 2014. PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 60/2014, DE ACESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR E CONFEÇÃO DO CÓDIGO DE POSTURA DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, E A FRYDBERG PROJETOS E CONSTRUÇÃO LTDA - ME

Primeiro Termo Aditivo do Contrato de assessoria técnica especializada para revisão do Plano Diretor e confecção do Código de Postura do município de Cocal do Sul, nós abaixo assinados, de um lado como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, estabelecido na Av. Dr. Polidoro Santiago, 519 - C.P. 01, inscrito no CNPJ sob o número 95.778.056/0001-88, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal ADEMIR MAGAGNIN, e de outro lado, como CONTRATADO, a empresa FRYDBERG PROJETOS E CONSTRUÇÃO LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida Rua São José, n. 392, sala 23, centro, Criciúma/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 85.188.431/0001-86, temos justo e contratado o que a seguir se descreve.

CLÁUSULA PRIMEIRA - ACRESCIMO DE VALORES

Fica acrescido mais R\$ 10.500,00(dez mil e quinhentos reais) ao valor constante da Clausula Quarta - Do Preço, do Contrato nº. 60/2014, de 06 de maio de 2014, para assessoria técnica especializada para revisão do Plano Diretor e confecção do Código de Postura do município de Cocal do Sul. Tal acréscimo faz-se necessário haja vista que a empresa irá confeccionar também o Código de Obras do município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do Contrato Nº. 60/2014, de 06 de maio de 2014, permanecem inalteradas.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Contrato para que produza os efeitos do direito, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas idôneas.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 12 de junho de 2014.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

FRYDBERG PROJETOS E CONSTRUÇÃO LTDA - ME
Contratada

Testemunhas: 1. _____ ;

2. _____ .

Concórdia

PREFEITURA

Lei Nº 4.655

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.655, DE 26 DE MAIO DE 2014.

Autoriza abertura de crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2013, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.122.0060.2101 Manutenção das Atividades-Meio do FMS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.020000 Receitas de Impostos de Saúde - Superávit do Exercício Anterior R\$ 130.000,00

Projeto/Atividade 10.303.0062.2103 Ações de Média e Alta Complexidade - FMS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.020000 Receitas de Impostos de Saúde - Superávit do Exercício Anterior R\$ 250.000,00

Projeto/Atividade 10.303.0064.2105 Assistência Farmacêutica - FMS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.020000 Receitas de Impostos de Saúde - Superávit do Exercício Anterior R\$ 200.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 580.000,00.

Art. 2º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.573, de 20 de outubro de 2013; 4.590, de 29 de outubro de 2013 e 4.621, de 13 de dezembro de 2013, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de maio de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

Lei Nº 4.656

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.656, DE 6 DE JUNHO DE 2014.

Autoriza abertura de crédito suplementar e especial; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a anular parte da dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS
 Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras
 Projeto/Atividade 15.0451.0042.1009 Modernização Urbanística - SEMURB
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 01.830000 Operações de Crédito Internas - Outros Programas R\$ 3.000.000,00

TOTAL ANULADOR\$ 3.000.000,00.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE
 Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
 Projeto/Atividade 20.606.0030.2026 Ações da Extensão Rural - SEMADRA
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 01.830000 Operações de Crédito Internas - Outros Programas R\$ 3.000.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 3.000.000,00.

Art. 3º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 30 de abril de 2014, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Unidade Orçamentária 06.01 Secretaria Municipal de Educação
 Projeto/Atividade 12.122.0018.2012 Manutenção das Atividades-Meio da SEMED
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 01.010000 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação R\$ 50.000,00
 Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental
 Projeto/Atividade 12.361.0019.2017 Ações de Ensino Fundamental - SEMED
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 01.010000 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação R\$ 260.000,00
 Unidade Orçamentária 06.04 Educação Infantil
 Projeto/Atividade 12.365.0021.2018 Ações da Educação Infantil

- SEMED

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.010000 Receitas de Impostos e de Transferências de

Impostos - Educação R\$ 50.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 360.000,00.

Art. 4º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2013, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental
 Projeto/Atividade 12.361.0019.2013 Ações da Administração Escolar - SEMED
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 03.010000 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação - Superávit do Exercício Anterior R\$ 70.000,00
 Unidade Orçamentária 06.04 Educação Infantil
 Projeto/Atividade 12.365.0025.1007 Modernização e Organização Administrativa - Educação Infantil
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 03.010000 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação - Superávit do Exercício Anterior R\$ 590.000,00

Órgão 18 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
 Unidade Orçamentária 18.01 Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente
 Projeto/Atividade 18.0541.0082.2503 Melhoria Ambiental com Medidas Mitigadoras e Compensatórias - FUMDEMA
 Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
 Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura - Superávit do Exercício Anterior R\$ 20.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 680.000,00.

Art. 5º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do provável excesso de arrecadação, as dotações constantes no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Unidade Orçamentária 06.06 Ensino Médio
 Projeto/Atividade 12.362.0024.2011 Ações do Ensino Médio - Convênios - SEMED
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 01.220000 Transferência de Convênios - Educação.. R\$ 87.000,00
 Fonte de Recursos 01.610000 Programa Nacional de Apoio ao Transporte - PNATE R\$ 26.000,00

TOTAL SUPLEMENTADOR\$ 113.000,00.

Art. 6º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.573, de 20 de outubro de 2013; 4.590, de 29 de outubro de 2013 e 4.621, de 13 de dezembro de 2013, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 6 de junho de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Portaria Nº 108/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 108/2014, DE 2 DE JUNHO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela SEDET, na CI SEDET Nº 068/2014, de 26 de maio de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o senhor MARNIO ALBERTO CADORE, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir de 16 de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 109/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 109/2014, DE 2 DE JUNHO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e considerando as justificativas apresentadas.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

ANA PAULA DE AGUIAR, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a partir de 2 de junho de 2014;

ANDREA BECKER RUSCHEL DA SILVA, ocupante do cargo de Responsável do Setor Administrativo, a partir de 16 de junho de 2014;

DARLINE NEUMANN, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a partir de 2 de junho de 2014;

ELIANE FRANCHINI, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 41149-07 e 41149-11, a partir de 2 de junho de 2014;

MARCOS JOSE KLEIN, ocupante do cargo de Assistente de Suporte, no período de 2 a 22 de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 110/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 110/2014, DE 3 DE JUNHO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- as informações contidas no processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 5085/2014, em 14 de março de 2014, acerca do desaparecimento de uma câmera digital, marca Sony, patrimoniado sob o nº 5403, do Centro Municipal de Educação Infantil Regina Piola.

- o Boletim de Ocorrência registrado sob nº 0008-2014-01699, em 13 de março de 2014;

- o Parecer nº 486/2014, da Assessoria Jurídica do Município, no sentido de instauração de Sindicância;

- que a conservação do patrimônio é dever dos servidores públicos e que, se apurada eventual negligência, estará o responsável sujeito às penalidades previstas no art. 165, da Lei Complementar nº 90/1994, sem prejuízo do ressarcimento ao Erário Público Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância, a fim de apurar os fatos relatados no processo protocolizado sob nº 5085/2014.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face da presente Sindicância:

I - presidente: ANA PAULA DE AGUIAR, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Grupo Ocupacional Funcional - GF;

II - secretária: MARILENE CARMEN BONISSONI DO PRADO, ocupante do cargo de Escriurário;

III - vogais:

a) ROBINSON FERNANDO SGARBOZZA, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

b) LIDIANE DAL PRA, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 111/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 111/2014, DE 3 DE JUNHO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º A alínea "a" do inciso III do art. 2º da Portaria nº 37/2014, de 20 de fevereiro de 2014 e alterações, que Instaura Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo o servidor Fabio Jose Peliser, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

a) MARTA CORRADI DE SOUZA, ocupante do cargo de Agente Administrativo." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Extrato do Edital de Eleição Nº 1/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Secretaria Municipal de Administração

EXTRATO DO EDITAL DE ELEIÇÃO Nº 1/2014

A Secretária Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013 e nos termos da Lei nº 3.503, de 14 de novembro de 2003 e do Decreto nº 4.748, de 12 de fevereiro de 2004, torna público o presente Edital de Eleição:

- a eleição é para 4 (quatro) membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, representantes dos servidores municipais;

- a condição para ser candidato é ser servidor estável do Município de Concórdia e não estar respondendo a processo administrativo ou sindicância;

- o mandato dos membros eleitos será de 1 (um) ano;

- as inscrições serão realizadas na Diretoria de Recursos Humanos, localizada no Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Leonel Mosele, 62, Centro, Concórdia, SC, no período de 9 a 17 de junho de 2014, mediante a apresentação de:

- requerimento assinado, nos moldes do Anexo Único do Edital;

- cópia da Carteira de Identidade;

- a eleição ocorrerá no dia 25 de junho de 2014, no horário das 7h30min às 17h.

A íntegra deste Edital está publicada no mural interno do Centro Administrativo Municipal, no mural da Diretoria de Recursos Humanos e no mural da Câmara Municipal de Vereadores.

Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos na Diretoria de Recursos Humanos, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, de segunda a sexta-feira ou pelo telefone (49) 3441 2149.

Concórdia, SC, 2 de junho de 2014.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Edital de Eleição Nº 2/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE ELEIÇÃO Nº 2/2014

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso de suas atribuições legais, torna público o Primeiro Adendo ao Edital de Eleição nº 1/2014, para membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, de 2 de junho de 2014.

Art. 1º Os parágrafos 2º e 3º do art. 3º, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º (...)

§ 2º Os pedidos de impugnação serão julgados pela Comissão de Eleição, em até 24 (vinte e quatro) horas.

§ 3º A relação final dos candidatos inscritos será publicada no dia 26 de junho de 2014, nos locais previstos no caput deste artigo." (NR)

Art. 2º O caput do art. 4º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º A eleição ocorrerá no dia 27 de junho de 2014, no horário das 7h30min às 17h." (NR)

Art. 3º O § 3º do art. 6º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º (...)

§ 3º O resultado final será publicado no dia 3 de julho de 2014, nos locais previstos no caput do art. 3º deste Edital." (NR)

Art. 4º O art. 8º terá as seguintes alterações:

I - o inciso I passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - presidente: MARAISE FATIMA DE MARCO;" (NR)

II - a alínea "f" do inciso III passa a vigorar com a seguinte redação:

"f) MARILENE CARMEN BONISSONI DO PRADO;" (NR)

Centro Administrativo Municipal de Concórdia, aos 6 dias do mês de junho de 2014.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Edital de Tomada de Preços Cs Nº 4/2014 - PMC

MUNICIPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS CS Nº 4/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços, em horas técnicas com profissional de engenharia mecânica, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 11/07/2014, ÀS 10h00min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 08/07/2014, às 10h00min.

O recebimento do Envelope 02 - PROPOSTA deverá ser efetuado

na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 11/07/2014, às 10h00min.

Abertura: dia 11/07/2014, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 13 de junho de 2014.

MAURI MARAN

Secretário Municipal Urbanismo e Obras

Errata 002 do Edital de Licitação do Pregão Presencial Nº 70/2014-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

ERRATA 002 DO EDITAL DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2014-PMC

A Secretária Municipal de Educação, torna pública a correção do edital de licitação do Pregão Presencial nº 70/2014 PMC, No ANEXO "A", do TERMO DE REFERÊNCIA, ficam alteradas no item 9.2., que trata das amostras dos itens, as seguintes expressões: Onde se lê: "até às 16h00min do dia 18 de maio de 2014", leia-se: "até às 16h00min do dia 18 de junho de 2014".

Concórdia, SC, 13 de junho de 2014.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação.

Convocação Para Assinatura de Contrato - Dallagnol Engenharia de Obras Ltda

MUNICIPIO DE CONCÓRDIA

Concorrência Nº 1/2014 - PMC

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

O MUNICIPIO DE CONCÓRDIA vem por meio desta, convocar o representante legal da empresa DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 76.862.192/0001-07, com sede na Rua Rua João Suzin Marini, 529, bairro Nossa Senhora da Salete, neste município, para comparecer junto a Diretoria de Compras, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro, nesta, para assinatura do Contrato originado através da licitação em referência.

O não comparecimento dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar desta publicação, conforme previsto no Item 16.1 do edital acarretará na aplicação das penas prevista no item 19.1 do Edital.

Concórdia, SC, 11 de junho de 2014.

MAURI MARAN

Secretária Municipal de Urbanismo e Obras

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto N 271/2014

DECRETO Nº 271/2014, DE 03 DE JUNHO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1075/2013,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no presente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 193.000,00 (cento e noventa e três mil reais) que serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 04.122.2502.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito

Modalidade de Aplicação: 449000 - 03

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 55.000,00

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.020 - Manutenção das Ações e projetos da Secretaria de Adm., Fazenda e Planejamento

Modalidade de Aplicação: 449000 - 07

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 64.000,00

Projeto/Atividade: 20.606.2510.1.011 - Aquisição de Veículo

Modalidade de Aplicação: 449000 - 66

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 32.000,00

Projeto/Atividade: 15.452.2511.1.017 - Aquisição de Veículo

Modalidade de Aplicação: 449000 - 86

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 42.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos do excesso de arrecadação provenientes de alienação de bens móveis.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 03 de junho de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Decreto N 277/2014

DECRETO Nº 277 /2014, DE 05 DE JUNHO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1075/2013,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no presente exercício Crédito Adicional

Suplementar no valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) que serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 15.452.2511.1.018 - Pavimentação Asfáltica

Modalidade de Aplicação: 449000 - 88

Fonte de Recursos: 01.24 - vinculados - R\$ 80.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será anulada parte da seguinte dotação orçamentária.

Projeto/Atividade: 15.452.2511.1.018 - Pavimentação Asfáltica

Modalidade de Aplicação: 449000 - 89

Fonte de Recursos: 01.24 - vinculados - R\$ 80.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 05 de junho de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Coronel Freitas

PREFEITURA

Publicação de Contrato Nº 58/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 58/2014

Contratado: TRANSPORTES SÃO MARCOS LTDA ME

Objeto: Pavimentação com pedras irregulares nas rodovias EMCF-133 e EMNI-032 acesso a linha Cairu BR 282, município de Coronel Freitas SC, totalizando 3.900m²

Valor: R\$ 131.573,50 (Cento e trinta e um mil quinhentos e setenta e três reais e cinquenta centavos).

Vigência: 31/12/2014

Publicação Aditivo Nº 11A/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

2º TERMO ADITIVO Nº 11A/2014 AO CONTRATO Nº 138/2013

Contratado: PAULO CESAR HUBNER

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA do Contrato nº 138/2013, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 30/08/2014, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações.

Vigência: 30/08/2014

Coronel Martins

PREFEITURA

Anexo TC-07/94 - Dados E Texto de Contrato 031

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 031
MÊS/ANO: MAIO/2014 NÚMERO CONTRATO: PMCM 031/2014
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$16.000,00 (Dezesseis mil reais)
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 12.05.2014.

DESCRIÇÃO: O objeto deste contrata é a aquisição de uma Ensiladeira 12 facas, com comando hidráulico, quebra de grãos, produção de 20 a 30 toneladas por hora, rotação de tomada de força de 540RPM.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ 05.797.417/0001-40
CONTRATADO: Comercial Agrícola Capri Ltda

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 30 de Julho de 2014

Anexo TC-07/94 - Dados E Texto de Contrato 032

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 032

MÊS/ANO: MAIO/2014 NÚMERO CONTRATO: PMCM 032/2014

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$119.900,00 (Cento e dezenove mil e novecentos reais)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 12.05.2014.

DESCRIÇÃO: O objeto deste contrata é a aquisição de um Trator Agrícola de rodas 4X4, potencia mínima de 104cv, tomada de potencia 540RPM, com cambio sincronizado, 12 marcha a frente e 12 marchas a ré, com reversor, turbo, plataformado, tomada de força independente, com comando remoto duplo, pneus traseiros 18.4.34 e quatro pneus novos.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ Nº 19.217.503/0001-41
CONTRATADO: Azul Trator Implementos Agrícolas LTDA

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 30 de Julho de 2014

Anexo TC-07/94 - Dados E Texto de Contrato 033

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 033

MÊS/ANO: MAIO/2014 NÚMERO CONTRATO: PMCM 033/2014

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$5.550,00 (Cinco mil quinhentos e cinquenta reais)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 12.05.2014.

DESCRIÇÃO: O objeto deste contrata é a aquisição de uma roçadeira para trator com deslocamento lateral, tamanho de 1,80cm, roda reguladora de altura de corte, carda com embreagem de proteção, trabalho centralizado e deslocado, carda com proteção plástica, corrente de corte para solo pedregoso, corrente de 3º ponto e proteção traseira.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ Nº 02.730.048/0001-80
CONTRATADO: Altair Fabro & Cia Ltda Me

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 30 de Julho de 2014

Anexo TC-07/94 - Dados E Texto de Contrato 036

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 036

MÊS/ANO: MAIO/2014 NÚMERO CONTRATO: PMCM 036/2014

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$15.350,00 (Quinze mil trezentos e cinquenta reais)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 12.05.2014.

DESCRIÇÃO: O objeto da presente licitação consiste na aquisição de uma ensiladeira 12 facas, com comando hidráulico, quebra grãos, produção de 20 a 30 toneladas por hora, rotação de tomada de força de 540RPM.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ Nº 04.002.219/0001-80
CONTRATADO: Marisa Aparecida de Lima Bortoluzzi

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 30 de Julho de 2014

Anexo TC-07/94 - Dados E Texto de Contrato 037

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 037

MÊS/ANO: MAIO/2014 NÚMERO CONTRATO: PMCM 037/2014

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$10.700,00 (Dez mil e setecentos reais)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 12.05.2014.

DESCRIÇÃO: O objeto da presente licitação consiste na aquisição de um Carreta agrícola basculante hidráulica, fabricadas em chape de aço, rodado tandem, capacidade mínima de 6 toneladas, engate rápido, pneus novos, pé de apoio regulável e móvel com espessura camisa pistão 111mm, espessura haste pistão 58mm, curso pistão 1,76m, medida chassi superior 50x200x50x3500mmx1/4, medida chassi inferior 50x200x50x3000mmx1/4, espessura assoalho 3mm, medidas assoalho 2000x3500, espessura tampas laterais 2mm, dimensões caçamba 2mx3,5mx1,06 altura largura entre pneus: 2,35 e pintura em PU.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ Nº 05.852.250/0001-73
CONTRATADO: Vanderlei de Freitas EPP

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 30 de Julho de 2014

Anexo TC-07/94 - Dados E Texto de Contrato 034

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 034

MÊS/ANO: MAIO/2014 NÚMERO CONTRATO: PMCM 034/2014

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$15.400,00 (quinze mil e quatrocentos reais)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 12.05.2014.

DESCRIÇÃO: O objeto deste contrata é a aquisição de um distribuidor de adubo orgânico líquido, capacidade, mínima de 4.000 litros, bomba a vácuo de pressão acionada pela tomada de força, tanque com revestimento interno contra corrosão, agulha de nível, mangote de sucção e rodado tandem com pneus novos.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ Nº 10.611.293/0001-05
CONTRATADO: Ricardo Marcelo Ebert ME

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 30 de Julho de 2014

Anexo TC-07/94 - Dados E Texto de Contrato 035

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 035

MÊS/ANO: MAIO/2014 NÚMERO CONTRATO: PMCM 035/2014

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$44.600,00 (Quarenta e quatro mil e seiscentos reais)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 12.05.2014.

DESCRIÇÃO: O objeto da presente licitação consiste na aquisição de uma grade aradora intermediária com controle remoto rodado simples, com pneus 7.50x16, pistão hidráulico de levante, mancal a graxa, com 16 discos de 26 polegadas, côncavos, com espaçamentos entre discos de 27 cm e uma plantadeira de arrasto, com reservatório de fertilizantes construído em polietileno anticorrosivo, acionado por rosca sem fim, com plataforma de operação e acesso. Possui reservatório de semente individual para cada linha de plantio, mecanismo dosador de sementes, universal, sistema de corte de palha com disco de corte, com pressão de corte e profundidade através de mola helicoidal. Com sistema de condução de fertilizantes através de sulcador pula pedra, com 4 linhas para o cultivo de milho.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ Nº 02.730.048/0001-80
CONTRATADO: Altair Fabro & Cia Ltda Me

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 30 de Julho de 2014

Correia Pinto

PREFEITURA

Pregão Presencial - Processo 47/2014 Pmcp

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO 47/2014
PREGÃO PRESENCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, ATRAVÉS DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA (PRODESA) E O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, CONTRATO 791871/2013 - PROCESSO 1009302-50/2013, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL Menor Preço por Item. Abertura dos envelopes: 01.07.2014 às 14:00 horas. Base Legal: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido na Prefeitura Municipal sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto - SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:30 às 19:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 16 de junho de 2014.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

Ata Registro de Preços - Processo 07/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Licitatório nº 07/2014- PREGAO PRESENCIAL
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, PARA O ANO DE 2014.
Partes: Município de Correia Pinto/SC e as empresas:
MINI MERCADO JULIA LTDA ME
CNPJ: 04.633.915/0001-95
VALOR R\$ 682.039,15
SUPERMERCADO SENEM LTDA - EPP
CNPJ: 81.839.425/0001/90
VALOR R\$ 825.622,19
PANIFICADORA BALDESSAR LTDA EPP
CNPJ: 79.833.950/0001-57
VALOR R\$ 708.720,19
BRUTHAN COMERCIAL LTDA
CNPJ:02.625.813/0001-00
VALOR R\$ 4.787,50
NUTRIPORT COMERCIAL LTDA
CNPJ:03.612.312/0004-97
VALOR R\$ 1.330,00

Correia Pinto/SC, 13 DE JUNHO DE 2014
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

Ata Registro de Preços - Processo 08/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Licitatório nº 08/2014- PREGAO PRESENCIAL

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, PARA O ANO DE 2014.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e as empresas:

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO

CNPJ: 05.919.156/0001-94

Valor: R\$ 104.902,43

CELIA REGINA W SANI ME

CNPJ: 04.195.853/0001-87

VALOR R\$ 55.930,89

MINI MERCADO JULIA LTDA ME

CNPJ: 04.633.915/0001-95

VALOR R\$ 99.175,11

SUPERMERCADO SENEM LTDA - EPP

CNPJ: 81.839.425/0001-90

VALOR R\$ 233.725,40

LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA ME

CNPJ: 12.903.455/0001-04

VALOR R\$ 62.317,60

Correia Pinto/SC, 13 DE JUNHO DE 2014

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

Ata Registro de Preços - Processo 03/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Licitatório nº 03/2014- PREGAO PRESENCIAL

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, PARA O ANO DE 2014.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e as empresas:

ANDRILE PNEUS LTDA ME

CNPJ: 10.661.915/0001-00

VALOR R\$ 175.917,00

PNEUFORTE COMERCIO E RECAPAGENS LTDA

CNPJ: 00.805.922/0001-76

VALOR R\$ 8.160,00

CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA

CNPJ: 08.888.040/0009-80

VALOR R\$ 24.150,00

COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA

CNPJ: 88.197.330/0001-60

VALOR R\$ 103.984,00

JK PNEUS LTDA

CNPJ: 78.653.946/0010-33

VALOR 5.272,00

Correia Pinto/SC, 13 DE JUNHO DE 2014

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

Curitibanos**PREFEITURA****Ata de Registro de Preço N.º 162/2014**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 162/2014

Aos treze dias do mês de Junho de 2014, no MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitibanos SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. José Antônio Guidi, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 162/2014, registrar os preços do participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata é AQUISIÇÃO DE BRITA E PLACA DE OBRAS PARA RECUPERAÇÃO DE RUAS DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA EM ANEXO.

Parágrafo único - Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de

12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

- I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;
- II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;
- III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;
- IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.
- VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.
- VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:

a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.

b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

II. Por iniciativa do fornecedor:

a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitiba, 13 de Junho de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Representante Empresa detentora dos preços registrados

Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 38/2014

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 38/2014

REFERENTE: Contrato de compra venda firmado entre o Fundo Municipal de Educação e a empresa GLOBO PLANALTO COMERCIO DE VEICULOS LTDA, com o valor total de R\$ 262,09 (duzentos e sessenta e dois reais e nove centavos).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A PRIMEIRA TROCA DE ÓLEO DO VEICULO DUCATO, PLACA MKK 0965, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO., CONFORME LEI 8.666/93, ARTIGO 24, INCISO XVII, E DOCUMENTAÇÃO E ANEXO I DESTA EDITAL.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 - É dispensável a licitação de:

- XVII - para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 13 de junho de 2014.

Diego Sebem Wordell
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto
Membro

Márcia Dominski Penteado
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso XVII dou como aprovada.

Curitiba, 13 de junho de 2014.

Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra e venda, mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 13 de junho de 2014.

Kleberson Luciano Lima
Presidente do Fundo

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

5210 2014 Decreto Institui Comissão

DECRETO Nº 5210/2014.

INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL PARA AVERIGUAÇÃO, ESCOLHA E AVALIAÇÃO DE IMÓVEL URBANO OU RURAL PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA, OBJETIVANDO CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO PÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, a Constituição Federal, o Decreto-Lei nº. 3.365/41, Arts. 1º, 5º, Lêtra "M", e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Especial composta pelos Senhores GILMAR BRIZOLA DE CAMPOS, Secretário Municipal, JAIR BARBOSA, Servidor do Quadro Efetivo da Administração Direta deste Ente Federado, ARIEL DA SILVA, Secretario Municipal, para comporem a presente Comissão, sob a presidência do primeiro, objetivando a averiguação, escolha e avaliação a preço de mercado de imóvel urbano ou rural com área de terras com no máximo 1.000 m2. (um mil metros quadrados), para fins de desapropriação utilidade pública, com a finalidade de Edificação Publica.

Art. 2º A Comissão terá um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para apresentação dos trabalhos proferidos em documentos fundamentados ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º Os serviços dos Servidores deste Ente Federado que compõe a presente Comissão ora designada, serão gratuitos e considerado como relevante serviço público prestado à Comunidade.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução deste ato correrão por conta dos respectivos Créditos Orçamentários.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE JUNHO DE 2014.
ALTAIR CARDOSO RITTES
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.

Data 10/06/2014.
GILMAR BRIZOLA DE CAMPOS
Secretario Municipal

5211 2014 Homologa Resultado de Avaliação

DECRETO Nº 5211/2014.

HOMOLOGA RESULTADO PROFERIDO PELA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE BEM IMÓVEL RURAL PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA, OBJETIVANDO CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO PÚBLICA E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; Art. 17, da Lei Federal nº. 8.666/93; e, demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

DECRETA:

Art. 1º Fica HOMOLOGADO em consonância com o Anexo Único parte integrante deste ato, o resultado proferido pela Comissão Especial, nomeada pelo Decreto nº 5.210/2014, relativamente à avaliação de bem imóvel rural, com a finalidade de proceder a desapropriação objetivando a edificações publicas.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução do presente ato correrão por conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE JUNHO DE 2014.
ALTAIR CARDOSO RITTES
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei. Data 13/06/2014.

GILMAR BRIZOLA DE CAMPOS
Secretario Municipal

ANEXO ÚNICO

A Comissão com base nos estudos, pesquisas e avaliações recebidas deliberam pelo valor justo de R\$ 9,00 (nove reais), o metro quadrado de Parte do Lote imóvel rural nº 89 (Oitenta e nove) da gleba nº 6 (Seis), do imóvel Tracutinga, Matrícula nº. 7164, do Cartório de Registro de Imóveis do Município de Dionísio Cerqueira/SC, constante do lote rural nº. 89-A, com área de 626m², (Seiscentos e vinte e seis metros quadrados) fazendo divisa ao Norte: com o Lote nº 88 medindo 27,99m e ao Leste: com o Lote Rural nº 90 separado deste por uma estrada medindo 9,14m, a Sudeste com o Lote 89 medindo 38,47m, e a Oeste com o Lote nº 89, medindo 35,07 m. Totalizando um Valor e R\$ 5.634,00 (cinco mil e seiscentos e trinta e quatro reais) pela área acima descrita.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE JUNHO DE 2013.
ALTAIR CARDOSO RITTES
Prefeito Municipal

5212 2014 Declara de Utilidade Publica Para Desapropriação

DECRETO Nº 5212/2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, PROMOVE A EFETIVA DESAPROPRIAÇÃO POR VIA AMIGÁVEL OU JUDICIAL, DE IMÓVEL DESTINADO A EDIFICAÇÃO PÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, a Constituição Federal, o Decreto-Lei nº. 3.365/41, Arts. 1º; 5º, Letra "m" e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes.

Considerando a necessidade de ampliação dos espaços físicos destinados aos Serviços Públicos em atendimentos aos Cerqueirenses;

Considerando o desenvolvimento da Saúde de todos os Municípios Cerqueirense,

Considerando o relevante interesse público municipal na questão,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação por interesse público municipal, via amigável ou judicial, parte do imóvel constantes deste ato segundo Mapas e Memoriais descritivos integrantes deste ato, de propriedade do Senhor José Inácio da Silva, conforme segue:

Parte do Lote imóvel rural nº 89 (Oitenta e nove) da gleba nº 6 (Seis), do imóvel Tracutinga, Matrícula nº. 7164, do Cartório de Registro de Imóveis do Município de Dionísio Cerqueira/SC, constante do lote rural nº. 89-A, com área de 626m², (Seiscentos e vinte e seis metros quadrados) fazendo divisa ao Norte: com o Lote nº 88 medindo 27,99m e ao Leste: com o Lote Rural nº 90 separado deste por uma estrada medindo 9,14m, a Sudeste com o Lote 89 medindo 38,47m, e a Oeste com o Lote nº 89, medindo 35,07 m.

Art. 2º O imóvel declarado de utilidade pública através do presente ato será utilizado para a construção de edificações públicas necessárias aos serviços públicos em favor de nossos Municípios.

Art. 3º Fica, neste ato, promovida a desapropriação do respectivo imóvel descritos no presente ato, por via amigável ou judicial, ficando desde já notificadas as partes interessadas.

Art. 4º Fica determinado a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, o encaminhamento de cópia do respectivo ato às partes interessadas, notificando-as quanto aos procedimentos legais a serem adotados pela Administração Municipal.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução do presente ato correrão por conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE JUNHO DE 2014.
ALTAIR CARDOSO RITTES
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.

Data 13/06/2014.
GILMAR BRIZOLA DE CAMPOS
Secretario Municipal

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

Decreto 042/2014

DECRETO nº 42, de 13 de Junho de 2014.

Ratifica o resultado final e homologa o Concurso Público nº 01/2014.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c artigo 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e fundamentado na LC nº 50/06, Regulamento do Concurso Público (Decreto nº 25/10);

DECRETA:

Art. 1º - Fica ratificado o resultado final do Concurso Público nº 01/2014, na forma do Edital de Classificação publicado na edição nº 1.507 do DOM/SC e nos site oficiais, na data de 12 de Junho do corrente.

Art. 2º - Fica homologado o Concurso Público nº 01/2014, iniciando-se o decurso de seu prazo de validade.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 13 de Junho de 2014;
26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.
HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 13 de Junho de 2014.
EDIR ANA FRAINER MAZZI
Técnica em Contabilidade

Erval Velho

PREFEITURA

Decreto 1852/2014

DECRETO 1852, de 03 de junho de 2014.

Institui Horário Especial de Expediente, durante a Realização da Copa do Mundo 2014 e Aniversário do Município e dá outras providências.

Reginaldo Alberto Lisot, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a participação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo a realizar-se no período de 12 de junho a 13 de julho de 2014, evento representativo de alcance mundial;

CONSIDERANDO que no horário da realização dos jogos disputados pela Seleção Brasileira, todas as atenções estarão voltadas para esse evento e principalmente por esta ser realizada aqui no Brasil visando que os servidores municipais acompanhem os referidos jogos,

DECRETA:

Art. 1º. O expediente das Repartições Públicas Municipais nos dias dos jogos da Seleção Brasileira na Primeira Fase da Copa do Mundo de Futebol de 2014 terá seu encerramento ou início fixado na seguinte conformidade:

I - No dia 12 de junho - quinta-feira expediente das 07:30 h às 11:30 h e das 13:00 h às 16:00 h;

II - No dia 17 de junho - terça-feira expediente das 07:00 h às 11:30 h e das 13:00 h às 15:00 h;

III - No dia 23 de junho - segunda-feira expediente das 07:30 h às 11:30 h e das 13:00 h às 16:00 h;

Art. 2º. Para Segunda Fase da Copa do Mundo de Futebol de 2014 nos dias de jogos da Seleção Brasileira, o expediente das repartições públicas será o seguinte:

I - Das 07:00 h às 12:00 h sempre que os jogos tiverem horário previsto para às 13:00 h.

II - Das 07:30 h às 11:30 h e das 13:00 h às 16:00 h sempre que os jogos tiverem horário previsto para às 17:00 h.

Art. 3º. As atividades da Escola Municipal César Avelino Bragagnolo bem como a Creche Tia Mercedes terão o horário de funcionamento definido pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º. Tendo em vista que no dia 18 de junho quarta-feira é Feriado Municipal, pois nesta data comemora-se o Aniversário do Município e 19 de junho quinta-feira "Corpus Christi" Feriado Nacional, estabelece Ponto Facultativo em todas as repartições municipais no dia 20 de junho sexta-feira.

Parágrafo único - Os serviços de saúde nos dias 18, 19 e 20 de junho serão mantidos através de plantão e nos casos de urgência e emergência serão encaminhados ao Hospital Universitário Santa Terezinha, na Cidade de Joaçaba - SC.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 03 de junho de 2014.

Reginaldo Alberto Lisot

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 03 de junho de 2014.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1853/2014

DECRETO 1853, de 03 de junho de 2014.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

REGINALDO ALBERTO LISOT, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal n. 1352, de 18 de dezembro de 2013 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 12.000,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 07 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ/ATIV - 2.032 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS

119 - 3.3..90.00.00.00.00.03.0000.00 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2013 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 03 de junho de 2014.

Reginaldo Alberto Lisot

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I - DECRETO N.º 1853/2014, de 03 de junho de 2014

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO
Exercício de 2013

Fonte de Recurso 0000 - Recursos Ordinarios

Ativo Financeiro	1.917.555,44
(-) Passivo Financeiro	(437.669,53)
Superávit Financeiro	1.479.885,91
Deduções	
Decreto n.º 1847/2014	50.000,00

Decreto n.º 1851/2014	120.000,00
Decreto n.º 1853/2014	12.000,00
Saldo	1.152.885,91

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2013- Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE
Técnico Contábil

Decreto 1854/2014

DECRETO 1854, de 11 de junho de 2014.

Homologa inscrições do Processo Seletivo n. 004/2014, de que trata o Edital n. 004, de 22 de maio de 2014 e dá outras providências.

REGINALDO ALBERTO LISOT, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal em especial no Edital n. 004, de 22 de maio de 2014, homologa as inscrições para o respectivo teste seletivo,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições para o Processo Seletivo n. 004/2014, originado pelo Edital n. 004, de 22 de maio de 2014, conforme abaixo:

Inscrição	Nome Candidato	Cargo
0001	Fernanda Aparecida de Oliveira	Prof. de Séries Inic. Educação Inf.
0002	Samara Nogueira da Silva	Agente Comunitário de Saúde
0003	Tatiane Fattori Bortoli	Prof. de Séries Inic. Educação Inf.
0004	Daniela Terezinha de Mattos	Prof. de Séries Inic. Educação Inf.
0005	Marcia Antonia Dadalt Fedrigo	Prof. de Séries Inic. Educação Inf.
0006	Franceli Frigo	Prof. de Séries Inic. Educação Inf.
0007	Fabiana Aparecida de Souza	Agente Comunitário de Saúde
0008	Camila dos Santos	Agente Comunitário de Saúde
0009	Vandréia Pereira Cardoso dos Passos	Prof. de Séries Inic. Educação Inf.
0010	Aline Telles Gemelli	Agente Comunitário de Saúde
0011	Jessica Kangeski da Silva	Prof. de Séries Inic. Educação Inf.
0012	Neydy Dayana de Almeida Filippin	Prof. de Séries Inic. Educação Inf.
0013	Liamar Reneide Meyer	Agente Comunitário de Saúde
0014	Tiago Antonio Tibes dos Santos	Agente Comunitário de Saúde
0015	Edelir Fatima Deitos	Prof. de Séries Inic. Educação Inf.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 11 de junho de 2014.
Reginaldo Alberto Lisot
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 11 de junho de 2014.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças.

Portaria 2949/2014

PORTARIA 2949, de 15 de maio de 2014.

Exonera Servidor Temporário e dá outras providências.

Reginaldo Alberto Lisot, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR a pedido a Senhora ALINE ALVES BEDIN, ocupante do cargo temporário de Professor ACT, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, nomeada pela Portaria 2910, de 24 de fevereiro de 2014.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de maio de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 15 de maio de 2014.
Reginaldo Alberto Lisot
Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em ____/05/2014.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2950/2014

PORTARIA 2950, de 15 de maio de 2014.

Designa servidor para responder por atos de publicação e dá outras providências.

Reginaldo Alberto Lisot, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Designar o servidor GELSON CAMILO DALMEDICO, ocupante do cargo de provimento comissionado de Oficial de Gabinete, para responder pelo Registro e Publicação dos Atos do Município, na ausência do Secretário de Administração e Finanças.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 15 de maio de 2014.
Reginaldo Alberto Lisot
Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Gelson Camilo Dalmédico
Oficial de Gabinete

Portaria 2951/2014

PORTARIA 2951, de 15 de maio de 2014.

Contrata servidor por tempo determinado e dá outras providências.

Reginaldo Alberto Lisot, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, mais o disposto no inciso XI, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 043, de 29 de agosto de 2013, em conformidade com a Lei Complementar nº 007 de 28 de dezembro de 2001, de acordo com o Processo Seletivo n. 003/2014, originado pelo Edital n. 003/2014, de 24 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar por tempo determinado a Senhora RUBIA MARA DAVOGLIO, para ocupar temporariamente o cargo de Psicólogo, nível 08-A, com carga horária de 40hs (quarenta horas) semanais, conforme prevê a legislação vigente, até que se realize Concurso Público ou ainda podendo ocorrer a rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,
em 15 de maio de 2014.
Reginaldo Alberto Lisot
Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Gelson Camilo Dalmédico
Oficial de Gabinete

Portaria 2952/2014

PORTARIA 2952, de 15 de maio de 2014.

Conforme mandado contido nos Autos nº 235.06.002550-9.

Reginaldo Alberto Lisot, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art.1º. Determina aplicar acrescido dos Triênios e Progressões conforme Leis Municipais 637/90, LC 004/2001, 005/2001, 007/2001 e 020/2009 e art. 65 do Estatuto dos Servidores a servidora Edeu-nilse Fiorese Pratto.

Art.2º. Aplica-se a adequação à partir de maio de 2014.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de maio de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 15 de maio de 2014.
Reginaldo Alberto Lisot
Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Gelson Camilo Dalmédico
Oficial de Gabinete

Portaria 2953/2014

PORTARIA 2953, de 16 de maio de 2014.

Concede férias a servidor que especifica e dá outras providências.

Reginaldo Alberto Lisot, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao servidor abaixo mencionado pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 16 de maio à 14 de junho de 2014, conforme respectivo período aquisitivo:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo		
Ana Claudia Nogueira da Silva	Agente Co-munitário de Saúde	09/05/2012	A	08/05/2013

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 16 de maio de 2014.
Reginaldo Alberto Lisot
Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Gelson Camilo Dalmédico
Oficial de Gabinete

Portaria 2954/2014

PORTARIA 2954, de 22 de maio de 2014.

Designa Comissão Especial para acompanhamento dos Processos Seletivos nº 004/2014 e 005/2014 e dá outras providências.

Reginaldo Alberto Lisot, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, todos da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores abaixo relacionados sob a presidência do primeiro, para integrarem a Comissão Especial do Processo Seletivo nº 004/2014 para acompanhamento dos atos relacionados ao referido processo seletivo, sob a responsabilidade da empresa GEORGE ALMEIDA "Aprender.Com" - Cursos e Treinamentos e Processo Seletivo nº 005/2014 de Provas de Títulos a ser executada pela própria Administração.

1. Alessandra Tonial
2. Gelson Camilo Dalmedico
3. Silvano Rodrigo Pratto
4. Francisco Delmar Davoglio
5. Sandra Masson

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 22 de maio de 2014.
Reginaldo Alberto Lisot
Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2955/2014

PORTARIA 2955, de 28 de maio de 2014.
Altera Carga Horária de Servidor.

Reginaldo Alberto Lisot, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal.

Considerando a solicitação da Secretária de Educação, Cultura e Desporto, fundamentada através do Ofício/PM/SME nº 007/2014,

RESOLVE:

Art.1º. Alterar temporariamente a carga horária do servidor PAULO ROBERTO DE MATTOS, ocupante do cargo temporário de Professor de Educação Física, de 20 para 40 horas semanais limitando-se até 31 de dezembro de 2014.

Art.2º. Serão assegurados os vencimentos proporcionais à carga horária.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 28 de maio de 2014.
Reginaldo Alberto Lisot
Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2956/2014

PORTARIA 2956, de 02 de junho de 2014.
Nomeia servidor que menciona para cargo específico e dá outras providências.

REGINALDO ALBERTO LISOT, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear a Senhora ADRIANA GALHOTTO DOS SANTOS, brasileira, casada, no cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Programas Especiais, nível CC-2, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho/SC.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho/SC,
em 02 de junho de 2014.
Reginaldo Alberto Lisot
Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2957/2014

PORTARIA 2957, de 02 de junho de 2014.
Concede adicional de insalubridade a servidor que menciona.

Reginaldo Alberto Lisot, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 25, da Lei Complementar n. 020, de 08 de abril de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Adicional de Insalubridade, no percentual de 20% (vinte por cento) do Salário Mínimo Nacional, em grau médio, ao servidor Pedrinho Bresolin, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas, de acordo com Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT emitido pela empresa PORTALMED - Segurança e Saúde no Trabalho.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 02 de junho de 2014.
Reginaldo Alberto Lisot
Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2958/2014

PORTARIA 2958, de 02 de junho de 2014.

Concede férias a servidores que especifica e dá outras providências.

Reginaldo Alberto Lisot, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias aos servidores abaixo relacionados pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 02 de junho à 01 de julho de 2014, conforme respectivos períodos aquisitivos:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo		
Dirceu Antonio Vettori	Operador de Máquinas	02/05/2013	A	01/05/2014
José Dorini Sobrinho	Operador de Máquinas	06/03/2013	A	05/03/2014
José Primo	Operador de Máquinas	19/03/2013	A	18/03/2014
Uelson Samuel Bernart	Diretor de Agric. e Vig. Sanit. Animal	04/03/2013	A	03/03/2014
Valdemar Pereira dos Santos	Operador de Máquinas	11/06/2013	A	10/06/2014

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 02 de junho de 2014.

Reginaldo Alberto Lisot
Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2959/2014

PORTARIA 2959, de 02 de junho de 2014.

Exonera Servidor Temporário e dá outras providências.

Reginaldo Alberto Lisot, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR a pedido a Senhora JOSIELLI TANIA CANCELLI, ocupante do cargo temporário de Professor ACT, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, nomeada pela Portaria 2903, de 19 de fevereiro de 2014.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 02 de junho de 2014.

Reginaldo Alberto Lisot
Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2960/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

PORTARIA n. 2960, de 06 de junho de 2014.

Institui Comissão Disciplinar Esportiva e da Outras Providências.

Reginaldo Alberto Lisot, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Instituir a Comissão Disciplinar Esportiva para atuar durante os eventos esportivos promovidos pela CME de Erval Velho durante o ano de 2014 a qual será assim constituída:

Presidente: Gelson Camilo Dalmédico

Secretária: Márcia Aparecida Bulla de Sordi

Auditores: Alduir Antônio Mocelin

Djalmo de Andrade

Marisa Dejacometti Piccoli

Art.2º. Compete a referida comissão analisar e decidir fatos de denúncias de indisciplina de atletas nos eventos esportivos, podendo após ouvido os envolvidos e ter consedido ampla defesa aos acusados, aplicar penalidades previstas no regulamento ou decidir por aplicação de outras penalidades de cunho educativo e não punitivo se assim entender seja melhor .

Art.3º. Todos os trabalhos desenvolvidos pela comissão deverão ser registrados em Atas, as quais serão entregues juntos com os demais documentos a CME para guarda dos mesmos.

Art.4º. Os trabalhos da comissão serão considerados de utilidade publica sem quaisquer remunerações de seus membros.

Art.5º. Essa Portaria n. 2960 entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 06 de junho de 2014.

Reginaldo Alberto Lisot
Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2961/2014

PORTARIA 2961, de 12 de junho de 2014.

Concede licença maternidade à servidora que menciona e dá outras providências.

Reginaldo Alberto Lisot, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença Maternidade à Senhora GIOVANA SO-RAIA PAZINI DIEHL, ocupante do cargo temporário de Farmacêutico, pelo período de 120 (cento e vinte) dias a contar de 10 de junho de 2014, com término previsto para 07 de outubro de 2014, sem prejuízos no seu vencimento.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

com efeitos a partir de 10 de junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 12 de junho de 2014.
Reginaldo Alberto Lisot
Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Lei 1361/2014

Lei n. 1361, de 22 de maio de 2014.

Autoriza Firmar Convênio com Cooperativa Escola e dá outras providências.

REGINALDO ALBERTO LISOT, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho - Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Cooperativa Escola Jovens Estudantes Ltda - CEJEL do Centro Educacional Professor Jaldyr Bhering Faustino da Silva - CEDUP de Água Doce no sentido de repassar o valor de R\$ 3.600,00 (Três mil e seiscentos reais) para manutenção de 02 (dois) alunos deste Município que estudam no citado Centro neste ano letivo, para que os mesmos sejam mantidos em sistema de internato nos Termos do Convênio anexo a esta Lei.

Art. 2º- O valor acima mencionado será repassado em 02 (duas) parcelas de R\$ 1.800,00 (Hum mil e oitocentos reais) sendo a primeira até o dia 30 de junho de 2014 e a segunda até o dia 30 de novembro de 2014.

Art. 3º- As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 22 de maio de 2014.
Reginaldo Alberto Lisot
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 22 de maio de 2014.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/2014

Pelo presente instrumento de TERMO DE CONVÊNIO, de um lado, o MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede à Rua: Nereu Ramos 204 - Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício, Sr. REGINALDO ALBERTO LISOT, adiante nomeado MUNICÍPIO, e de outro lado, a COOPERATIVA ESCOLA JOVENS ESTUDANTES - CEJEL, com sede no Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina, inscrito no CGC/MF sob nº 78.253.564/0001 - 23, neste ato representado por seu Presidente Jeverson Alves Rodrigues, CPF nº 086.330.359-52, adiante nomeado COOPERATIVA ESCOLA, tem entre si conveniada a mútua colaboração de ensino agrícola, nos termos do artigo 205 e 214, em peculiar dos artigos 208, II, 211, 212 e 214, IV, todos da Constituição Federal, Lei Municipal nº 1361, de 22 de maio de

2014 e mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Convênio é a criação de vagas no ensino médio profissionalizante, na área de agropecuária, para os habitantes do município de nos termos do inciso IV, do artigo 214, ambos da Constituição Federal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FINALIDADE

Para a concretização do Objeto do presente Termo de Convênio, o MUNICÍPIO, contribuirá para a manutenção e custeio de 02 (duas) vagas no CEDUP de Água Doce, que será preenchida por dois alunos do Município de ERVAL VELHO, que satisfaçam as condições legais e regimentais para se matricularem no referido Colégio.

NAS CONDIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA TERCEIRA

As vagas que disporá o MUNICÍPIO envolvem alimentação, alojamento, pelo período de 01 (um) ano letivo, no CEDUP de Água Doce, correspondente ao Curso Técnico em Agropecuária.

CLÁUSULA QUARTA

A contribuição do MUNICÍPIO será estabelecida por vaga unitária, cada qual gerando-lhe o direito de obter, para os alunos que indicar, os itens estipulados na Cláusula anterior, e obrigação de manter tal contribuição pelo período de 01 (um) ano letivo.

CLÁUSULA QUINTA

O preenchimento de cada vaga será feito por indicação do MUNICÍPIO, nas seguintes condições:

a) - o aluno indicado será submetido a um período de avaliação de 10 (dez) dias, com objetivo de conhecer suas condições de adaptação ao curso. Findo este período o COLÉGIO, através da COOPERATIVA ESCOLA, poderá exigir a substituição do avaliado, quando este não demonstrar a aptidão necessária;

b) - Ao indicar o aluno, o MUNICÍPIO, assume a obrigação de manter sua contribuição, a ser estipulada na cláusula oitava, durante 01 (um) ano letivo;

c) - No caso do aluno desistir do curso, por qualquer motivo, ou ter aproveitamento escolar insuficiente desde que atestado pelo COLÉGIO, a vaga será cancelada, cessando o pagamento e efetuando a rescisão do convênio.

CLÁUSULA SEXTA

Com a assinatura deste Convênio, o MUNICÍPIO, passará a ter direito a vagas no Colégio Agrícola de Água Doce, correspondente a indicação de 02 (dois) alunos, vagas estas que serão mantidas na medida em que houver o implemento das obrigações de ambas as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA

O COLÉGIO encaminhará ao MUNICÍPIO uma ficha Informativa Bimestral de participação e rendimento do(s) aluno (os) por ele indicado (os).

CLÁUSULA OITAVA

O Município fará o pagamento no valor de R\$ 3.600,00 sendo pago em 2 (duas) parcelas no valor de R\$ 1.800,00 cada, nos meses de

junho e novembro (pago até o dia 30 de cada mês).

CLÁUSULA NONA

O MUNICÍPIO observará o prazo fixado no presente Convênio e encaminhará o valor estipulado em favor da COOPERATIVA ESCOLA para as seguintes contas: 2.3985-2 BANCO DO BRASIL AG. 0207-0 de Água Doce - SC.

CLÁUSULA DÉCIMA

O MUNICÍPIO poderá pactuar com os alunos indicados, outras formas de retribuição dos benefícios que receberem por intermédio do presente Convênio, além daquelas estabelecidas na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

O presente Convênio terá vigência a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

Este Convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das obrigações estipuladas, independentemente de interpelação judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Herval D'Oeste, Estado de Santa Catarina, para dirimir as questões decorrentes do presente Convênio.

E por assim estarem acordes, assinam as partes o presente Convênio, em três vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Erval Velho, 22 de maio de 2014.
REGINALDO ALBERTO LISOT
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

JEVERSON ALVES RODRIGUES
COOPERATIVA ESCOLA - (CEJEL)

Testemunhas:

Nome: Gizelle Fornari Nome: Alessandra Tonial
CPF: 031.059.819-26 CPF: 068.458.289-97

Visto do Advogado da Unidade Gestora

Lei 1362/2014

Lei n. 1362, de 22 de maio de 2014.

Autoriza a Celebração de Convênio com a APAS - Joaçaba - SC e dá outras providências.

REGINALDO ALBERTO LISOT, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho - Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar termo de convênio, com a Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Joaçaba - SC APAS, conforme cópia anexo, objetivando cooperação financeira, no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), pagáveis da seguinte maneira:

O valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) pagável até o dia 30 de maio de 2014.

O valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) até o dia 30 de setembro de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes a aplicação da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação do orçamento vigente do Município.

Órgão 04/ 01 - Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

Proj /Ativ. 2022 - Manutenção do Ensino Especial

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 22 de maio de 2014.

Reginaldo Alberto Lisot

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 22 de maio de 2014.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

Extrato de Edital de Dispensa 005/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 024/2014

Edital de Dispensa de Licitação nº 005/2014

Objeto: Execução de abrigo de passageiros de transporte coletivo.

Contratado: Rottaza Industria Metalurgica Ltda

Valor do Contrato: R\$ 11.600,00 (Onze mil e seiscentos reais)

Substrato Jurídico: artigo 24, I, da Lei Federal nº 8666/93.

Reginaldo Alberto Lisot

Prefeito Municipal em Exercício

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

Extrato Inexigibilidade 00142014 - Vita Cardio - Cardiologia

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 0014/2014
Processo Licitatório nº: 0036/2014
Objeto: Credenciamento pessoas jurídicas para a realização de exames de cardiologia.
Valor 46.080,00 (quarenta e seis mil e oitenta reais).
Amparo Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0036/2014, na Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 0014/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 06 de junho de 2014.
ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

Extrato1 Contrato_ Diversos - Utensílios Domésticos E Outros Educação

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 0112/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Adeval Bike Papelaria e Bazar Ltda Epp
Objeto: Aquisição de utensílios domésticos, material de higiene, limpeza, gás e outros para serem utilizados na limpeza, higienização e suporte da secretaria municipal de educação e da rede municipal de ensino durante o ano letivo.
Valor: R\$ 24.744,03 (vinte e quatro mil setecentos e quarenta e quatro reais e três centavos)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0060/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0032/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 11 de junho de 2014.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 0113/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: AP Oesta Distribuidora de Alimentos Ltda
Objeto: Aquisição de utensílios domésticos, material de higiene, limpeza, gás e outros para serem utilizados na limpeza, higienização e suporte da secretaria municipal de educação e da rede municipal de ensino durante o ano letivo.
Valor: R\$ 2.211,70 (dois mil duzentos e onze reais e setenta centavos)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0060/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0032/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 11 de junho de 2014.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 0114/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Comape Máquinas para Escritório Ltda Epp
Objeto: Aquisição de utensílios domésticos, material de higiene, limpeza, gás e outros para serem utilizados na limpeza, higienização e suporte da secretaria municipal de educação e da rede municipal de ensino durante o ano letivo.
Valor: R\$ 100,90 (cem reais e noventa centavos)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0060/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0032/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 11 de junho de 2014.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 0115/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: Companhia Ultragaz S/A.

Objeto: Aquisição de utensílios domésticos, material de higiene, limpeza, gás e outros para serem utilizados na limpeza, higienização e suporte da secretaria municipal de educação e da rede municipal de ensino durante o ano letivo.
Valor: R\$ 12.570,00 (doze mil quinhentos e setenta reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0060/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0032/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 11 de junho de 2014.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 0116/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Jandira Cappellaro Rodrigues & Cia Ltda Me
Objeto: Aquisição de utensílios domésticos, material de higiene, limpeza, gás e outros para serem utilizados na limpeza, higienização e suporte da secretaria municipal de educação e da rede municipal de ensino durante o ano letivo.
Valor: R\$ 8.083,00 (oito mil e oitenta e três reais)
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0060/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0032/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 11 de junho de 2014.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0117/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Mercado Kaeka Me

Objeto: Aquisição de utensílios domésticos, material de higiene, limpeza, gás e outros para serem utilizados na limpeza, higienização e suporte da secretaria municipal de educação e da rede municipal de ensino durante o ano letivo.

Valor: R\$ 1.430,28 (mil quatrocentos e trinta reais e vinte e oito centavos)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0060/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0032/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 11 de junho de 2014.

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0118/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Nutri SC Com. de Alimentos Ltda Me

Objeto: Aquisição de utensílios domésticos, material de higiene, limpeza, gás e outros para serem utilizados na limpeza, higienização e suporte da secretaria municipal de educação e da rede municipal de ensino durante o ano letivo.

Valor: R\$ 2.818,30 (dois mil oitocentos e dezoito reais e trinta centavos)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0060/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0032/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 11 de junho de 2014.

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0119/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Rosecler Justina Feo

Objeto: Aquisição de utensílios domésticos, material de higiene, limpeza, gás e outros para serem utilizados na limpeza, higienização e suporte da secretaria municipal de educação e da rede municipal de ensino durante o ano letivo.

Valor: R\$ 1.162,20 (mil cento e sessenta e dois reais e vinte centavos)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0060/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0032/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 11 de junho de 2014.

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0120/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: SCS Comércio e Rep. Ltda.

Objeto: Aquisição de utensílios domésticos, material de higiene, limpeza, gás e outros para serem utilizados na limpeza, higienização e suporte da secretaria municipal de educação e da rede municipal de ensino durante o ano letivo.

Valor: R\$ 3.143,00 (três mil cento e quarenta e três reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0060/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0032/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 11 de junho de 2014.

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0121/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Siprolimp - Simionatto Prod. De Limpeza Ltda.

Objeto: Aquisição de utensílios domésticos, material de higiene, limpeza, gás e outros para serem utilizados na limpeza, higienização e suporte da secretaria municipal de educação e da rede municipal de ensino durante o ano letivo.

Valor: R\$ 3.398,20 (três mil trezentos e noventa e oito reais e vinte centavos)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0060/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0032/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 11 de junho de 2014.

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL

1Extrato Contrato_ Diversos - Materiais Iluminação Pública

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0124/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Agroter Agropecuária e ferragem Ltda

Objeto: Aquisição de material elétrico para a manutenção da iluminação pública do município.

Valor: R\$ 32.875,85 (trinta e dois mil oitocentos e setenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0057/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0030/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 11 de junho de 2014.

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0125/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Ilumitech comércio de Materiais Elétricos Ltda
Objeto: Aquisição de material elétrico para a manutenção da iluminação pública do município.

Valor: R\$ 387.087,00 (trezentos e oitenta e sete mil e oitenta e sete reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0057/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0030/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 11 de junho de 2014.

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0126/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Worldcom Comercial Ltda Me
Objeto: Aquisição de material elétrico para a manutenção da iluminação pública do município.

Valor: R\$ 9.488,00 (nove mil quatrocentos e oitenta e oito reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0057/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0030/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 11 de junho de 2014.

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Contrato_ 01222014 - Agroter Agropecuária - Material Elétrico, Hidráulico E Outros

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0122/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Agroter Agropecuária e Ferragem Ltda
Objeto: Aquisição de material elétrico, hidráulico, ferragens em geral, tinta, madeiras e outros materiais necessários para a manutenção e conservação da secretaria municipal de educação e rede municipal de ensino.

Valor: R\$ 87.895,50 (oitenta e sete mil oitocentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0061/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0033/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 11 de junho de 2014.

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Contrato_01232014 - Paulo Pavlak - Mão de Obra Manutenção

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0123/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Paulo Cezar Pavlak Me
Objeto: Contratação de empresa prestadora de serviços para manutenção de rede elétrica, rede hidráulica e ferragens para atender a secretaria municipal de educação.

Valor: R\$ 18.750,00 (dezoito mil setecentos e cinquenta reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0062/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0034/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 11 de junho de 2014.

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Contrato_00672014 - Vita Cardio - Cardiologia

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0067/2014

Contratante: Fundo municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratada: Vita Cardio Clínica de Cardiologia S/S Ltda

Objeto: Credenciamento pessoas jurídicas para a realização de exames de cardiologia.

Valor 46.080,00 (quarenta e seis mil e oitenta reais).

Amparo Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0036/2014, na Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 0014/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 06 de junho de 2014.

ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

Extrato Adt 1º Clínica Rodrigues - Ortopedia Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO
CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes

CONTRATADA: Clínica de Ortopedia e Traumatologia Rodrigues S/S Ltda Me.

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de ortopedia a serem executados junto ao fundo municipal de saúde de Faxinal dos Guedes.

Número do Contrato: 0061/2013

Primeiro Termo Aditivo: Aditivo de vigência

Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0035/2013 na Modalidade TOMADA DE PREÇO N.º 0008/2013 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 05 de junho de 2014.

ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPIAL DE SAUDE PUBLICA

Forquilha

PREFEITURA

Decreto Nº 080, de 09 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 080, DE 09 DE JUNHO DE 2014.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E CONSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998, de acordo com o que consta do Processo de Sindicância nº 008/2014 e,

CONSIDERANDO que a servidora do quadro efetivo Valdete Elias Romagna, matrícula nº 1356, teve sua licença sem vencimentos, concedida pela Portaria nº 126, de 09 de março de 2012, encerrada em 09 de março de 2014, contudo, expirado o prazo, a servidora não se apresentou ao serviço,

CONSIDERANDO o final do prazo da licença da servidora Valdete Elias Romagna, matrícula nº 1356, o Secretário de Administração e Finanças encaminhou ofício (Ofício SEAF nº 008/2014, de 10 de março de 2014) a servidora Valdete Elias Romagna determinando o seu imediato retorno ao serviço;

CONSIDERANDO que o prazo para a reapresentação da servidora Valdete Elias Romagna, matrícula nº 1356, se expirou sem que a mesma tenha retornado as suas atividades normais, podendo, em tese, ter se configurado abandono de cargo previsto no inciso II do artigo 97 da Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998, foi instaurado Sindicância, através do Decreto nº 054, de 22 de abril de 2014, para apuração do fato;

CONSIDERANDO que o Relatório Conclusivo da Comissão de Sindicância instituída pelo Decreto nº 054, de 22 de abril de 2014, entendeu que a servidora Valdete Elias Romagna, matrícula nº 1356, ausentou-se de forma intencional ao serviço, denotando descaso com o serviço público, tendo em vista que sabendo do término de sua licença sem vencimentos e da determinação pela Administração Municipal do seu retorno imediato ao trabalho, não se reapresentou ao trabalho, não apresentou justificativa, e tão pouco solicitou prorrogação de sua licença sem vencimentos, infringindo o art. 88, incisos III e IV do Estatuto do servidor, onde prevê que são deveres do servidor a observância das normas legais e regulamentares e o cumprimento às ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais, concluindo que o último prazo para a reapresentação da servidora Valdete Elias Romagna expirou no dia 09/04/2014, sem que a mesma tenha retornado as suas atividades normais em 30 dias, ficou configurado abandono de cargo, conforme § 1º do artigo 97 da Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998, que por sua natureza poderá ocasionar pena de demissão de acordo com o inciso II do art. 97 do mesmo diploma legal.

CONSIDERANDO a Comissão de Sindicância instituída pelo Decreto nº 054, de 22 de abril de 2014, recomendou a abertura de Processo Administrativo Disciplinar com a fixação da pena de demissão a servidora Valdete Elias Romagna, matrícula nº 1356,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de dar prosseguimento à apuração e apresentar relatório final, com relação às irregularidades apontadas no

Relatório Conclusivo da Comissão de Sindicância instituída pelo Decreto nº 054, de 22 de abril de 2014, configurada como possível infração ao art. 88, incisos III, IV e X, que enseja na penalidade prevista no art. 97, incisos II, todos da Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998, atribuídas à servidora VALDETE ELIAS ROMAGNA, matrícula nº 1356, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Parágrafo único. A Comissão Especial será integrada pelos seguintes membros:

I - Igorvani Luiz Pedrosa, servidor público efetivo, ocupante do cargo de Agente Administrativo, matrícula nº 1995;

II - Valéria de Bona Tiscoski, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Agente Administrativo, matrícula nº 2444;

III - Jucelma da Silva Martins Bereta, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Agente Administrativo, matrícula nº 2391.

Art. 2º A Presidência dos trabalhos competirá ao servidor indicado no inciso I do artigo anterior, a quem competirá designar o servidor encarregado de secretariar os trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º Os membros da Comissão poderão reportar-se aos Órgãos e Entidades da Administração Pública, bem como a seus dirigentes para solicitar providências, informações e diligências necessárias à instrução processual.

Art. 4º A Comissão Especial apresentará relatório conclusivo da apuração, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação deste Decreto, encaminhando-o ao Chefe do Poder Executivo para as demais providências necessárias.

Art. 5º Fica assegurado à servidora envolvida no processo administrativo disciplinar, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, durante os respectivos trabalhos de apuração, os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, sem prejuízo da aplicação das sanções legais nos exatos termos da Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998.

Art. 6º As funções desempenhadas pelos integrantes da Comissão não são remuneradas, sendo consideradas como serviço relevante prestado ao Município.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 09 de junho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 09 de junho de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 081, de 09 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 081, DE 09 DE JUNHO DE 2014.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E CONSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998, de acordo com

o que consta do Processo de Sindicância nº 006/2014 e,

CONSIDERANDO que a servidora do quadro efetivo Karen Lisiane de Costa Acordi Fermo, matrícula nº 1355, teve sua licença sem vencimentos, concedida pela Portaria nº 169, de 06 de junho de 2008, encerrada em 06 de junho de 2010, contudo, expirado o prazo, a servidora não se apresentou ao serviço,

CONSIDERANDO o final do prazo da licença da servidora Karen Lisiane de Costa Acordi Fermo, matrícula nº 1355, expedida a Portaria nº 433, de 28 de julho de 2013, reiterando o cancelamento da licença sem vencimentos, determinando o retorno às atividades normais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de demissão nos termos do inciso II do art. 97 da Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998;

CONSIDERANDO a Gerencia de Pessoal do Município encaminhou ofício (OF. SP Nº 012/2013) a servidora Karen Lisiane de Costa Acordi Fermo oficiando os termos da Portaria nº 433, de 28 de julho de 2013, requerendo o seu retorno ao serviço;

CONSIDERANDO que o prazo para a reapresentação da servidora Karen Lisiane de Costa Acordi Fermo, matrícula nº 1355, se expirou sem que a mesma tenha retornado as suas atividades normais, podendo, em tese, ter se configurado abandono de cargo previsto no inciso II do artigo 97 da Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998, foi instaurado Sindicância, através do Decreto nº 055, de 22 de abril de 2014, para apuração do fato;

CONSIDERANDO que o Relatório Conclusivo da Comissão de Sindicância instituída pelo Decreto nº 055, de 22 de abril de 2014, entendeu que a servidora Karen Lisiane de Costa Acordi Fermo, matrícula nº 1355, ausentou-se de forma intencional ao serviço, denotando descaso com o serviço público, tendo em vista que sabendo do término de sua licença sem vencimentos e da determinação pela Administração Municipal do seu retorno imediato ao trabalho, não se reapresentou ao trabalho, não apresentou justificativa, e tão pouco solicitou prorrogação de sua licença sem vencimentos, infringindo o art. 88, incisos III e IV do Estatuto do servidor, onde prevê que são deveres do servidor a observância das normas legais e regulamentares e o cumprimento às ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais, concluindo que o último prazo para a reapresentação da servidora Karen Lisiane de Costa Acordi Fermo expirou sem que a mesma tenha retornado as suas atividades normais em 30 dias, ficou configurado abandono de cargo, conforme § 1º do artigo 97 da Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998, que por sua natureza poderá ocasionar pena de demissão de acordo com o inciso II do art. 97 do mesmo diploma legal.

CONSIDERANDO a Comissão de Sindicância instituída pelo Decreto nº 055, de 22 de abril de 2014, recomendou a abertura de Processo Administrativo Disciplinar com a fixação da pena de demissão a servidora Karen Lisiane de Costa Acordi Fermo, matrícula nº 1355,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de dar prosseguimento à apuração e apresentar relatório final, com relação às irregularidades apontadas no Relatório Conclusivo da Comissão de Sindicância instituída pelo Decreto nº 055, de 22 de abril de 2014, configurada como possível infração ao art. 88, incisos III, IV e X, que enseja na penalidade prevista no art. 97, incisos II, todos da Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998, atribuídas à servidora KAREN LISIANE DE COSTA ACORDI FERMO, matrícula nº 1355, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Parágrafo único. A Comissão Especial será integrada pelos seguintes membros:

I - Daniele Berti Dalmolin Caldas, servidora pública do quadro efetivo, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, matrícula nº 3179;

II - Rosinete Menegon Zanivan Warmling, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Agente Administrativo, matrícula nº 2438;

III - Fabio Vieira Lenadro, servidor público efetivo, ocupante do cargo de Fiscal de Posturas, matrícula nº 3152.

Art. 2º A Presidência dos trabalhos competirá à servidora indicada no inciso I do artigo anterior, a quem competirá designar o servidor encarregado de secretariar os trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º Os membros da Comissão poderão reportar-se aos Órgãos e Entidades da Administração Pública, bem como a seus dirigentes para solicitar providências, informações e diligências necessárias à instrução processual.

Art. 4º A Comissão Especial apresentará relatório conclusivo da apuração, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação deste Decreto, encaminhando-o ao Chefe do Poder Executivo para as demais providências necessárias.

Art. 5º Fica assegurado à servidora envolvida no processo administrativo disciplinar, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, durante os respectivos trabalhos de apuração, os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, sem prejuízo da aplicação das sanções legais nos exatos termos da Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998.

Art. 6º As funções desempenhadas pelos integrantes da Comissão não são remuneradas, sendo consideradas como serviço relevante prestado ao Município.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 09 de junho de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 09 de junho de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 082, de 09 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 082, DE 09 DE JUNHO DE 2014.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E CONSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998, de acordo com o que consta do Processo de Sindicância nº 002/2014 e,

CONSIDERANDO que foi aberta Sindicância para apurar a comunicação de que o servidor do quadro efetivo FABIANO DE OLIVEIRA, matrícula nº 3324, estaria cometendo atos de insubordinação e agindo de forma desidiosa no desempenho de suas funções, podendo, em tese, ter se configurado infração aos incisos I, IV e X do art. 88 e inciso XII do art. 89, todos da Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998;

CONSIDERANDO que o Relatório Conclusivo da Comissão de Sindicância instituída pelo Decreto nº 046, de 25 de março de 2014, verificou que o servidor FABIANO DE OLIVEIRA, matrícula nº 3324, faltou ao serviço e agrediu verbalmente seu superior hierárquico, contudo entendeu que os fatos ocorreram de forma isolada, não havendo relato ou denúncia estes episódios tenham se repetido, assim, recomendou a abertura de Processo Administrativo Disciplinar com a fixação da pena de advertência,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de dar prosseguimento à apuração e apresentar relatório final, com relação às irregularidades apontadas no Relatório Conclusivo da Comissão de Sindicância instituída pelo Decreto nº 046, de 25 de março de 2014, configurada como possível infração ao art. 88, incisos I, IV e X, que enseja na penalidade prevista no art. 92, incisos I, todos da Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998, atribuídas ao servidor FABIANO DE OLIVEIRA, matrícula nº 3324, ocupante do cargo de Vigia.

Parágrafo único. A Comissão Especial será integrada pelos seguintes membros:

I - Nilzete Locks de Souza, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, matrícula nº 2968;

II - Silvana Goulart Padoin, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº 2439;

III - Anderson Coelho Pícolo, servidor público efetivo, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº 3320.

Art. 2º A Presidência dos trabalhos competirá à servidora indicada no inciso I do artigo anterior, a quem competirá designar o servidor encarregado de secretariar os trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º Os membros da Comissão poderão reportar-se aos Órgãos e Entidades da Administração Pública, bem como a seus dirigentes para solicitar providências, informações e diligências necessárias à instrução processual.

Art. 4º A Comissão Especial apresentará relatório conclusivo da apuração, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação deste Decreto, encaminhando-o ao Chefe do Poder Executivo para as demais providências necessárias.

Art. 5º Fica assegurado ao servidor envolvido no processo administrativo disciplinar, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, durante os respectivos trabalhos de apuração, os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, sem prejuízo da aplicação das sanções legais nos exatos termos da Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998.

Art. 6º As funções desempenhadas pelos integrantes da Comissão não são remuneradas, sendo consideradas como serviço relevante prestado ao Município.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 09 de junho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 09 de junho de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

Aviso de Licitação: Pregão Presencial Nº. 135/PMF/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 135/PMF/2014.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a aquisição de máquina agrícola nova (escavadeira hidráulica), com entrega de uma escavadeira usada, pertencente à frota municipal, como parte do pagamento, conforme determinações do edital de chamamento, para atendimento a Secretaria de Agricultura do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 03 de julho de 2014 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha/SC, 13 de junho de 2014.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

Extrato de Contrato PMF Nº. 113/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 113/2014.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

DO OBJETO - O presente Contrato tem por objeto, a aquisição de materiais para manutenção de caixas de coleta pluvial (blocos e grelhas), por meio da Secretaria de Obras do Município de Forquilha/SC, para o exercício de 2014.

VALOR - R\$ 25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 0701.2032.3390 (106).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 113/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 30 de maio de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Errata - Retificação do Edital

ERRATA - RETIFICAÇÃO DO EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 130/PMF/2014

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar o Edital de Pregão Presencial Nº. 130/PMF/2014 que tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de equipamentos e utensílios diversos, através de empresas do ramo pertinente, para utilização nas escolas e creches da rede Municipal de ensino de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

A alteração do edital se dá na inclusão do seguinte texto:

"7.1.6. Para os itens 25, 26 e 27 (ar condicionado) o licitante deverá apresentar prova de registro e quitação do licitante junto ao CREA (CERTIDÃO DE PESSOA JURIDICA) em vigor na data limite da entrega das propostas, ou da empresa que será responsável pela instalação dos equipamentos."

Em virtude desta alteração não alterar a formulação da proposta de preço, mantém-se a data de abertura do presente processo licitatório para: 25 de junho de 2014 às 09:00 horas.

Edital alterado e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou por email: processos@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha/SC, 13 de junho de 2014.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

Fraiburgo

PREFEITURA

Aviso da Tomada de Preços Nº 0014/2014

Aviso de Licitação - Tomada de Preços nº 0014/2014 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 0014/2014 - PMF

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de recapeamento asfáltico com CAUQ (Concreto Asfáltico Usinado a Quente) nas Ruas Cláudio Balestrin, Guilherme Eitz, Sebastião Silveira, José Fantin e Franquetino Sonda, todas localizadas no Bairro São Sebastião, nesta cidade, de acordo com os Projetos, Memoriais Descritivos e Quantitativos (ANEXOS ao PAL); Modalidade: Tomada de Preços; Regime de Execução: Empreitada por Preço Global; Recurso: 1.290 - Operações de Crédito Interna (BADESC) - Dotação 128; Julgamento: Menor Preço Global; Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 02.07.2014; Abertura do Certame: No mesmo dia às 09:15 horas.

O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, nº 185. Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. Email: compras@fraiburgo.sc.gov.br

Fraiburgo(SC), 13 de junho de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

Decreto Nº 0164/2014

DECRETO Nº 164, DE 13 DE JUNHO DE 2014.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2014 no valor de R\$ 323,02 (trezentos e vinte e três reais e dois centavos) nas seguintes dotações orçamentárias:

10.00 - Secretaria de infraestrutura		
10.02 - Segurança Pública		
06.181.0019.2.043 - Manutenção da Segurança Pública		
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.3.0.218 (297)	R\$	323,02
Total	R\$	323,02

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

10.00 - Secretaria de infraestrutura		
10.02 - Segurança Pública		
06.181.0019.2.043 - Manutenção da Segurança Pública		
4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.3.0.218 (253)	R\$	323,02
Total	R\$	323,02

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 13 DE JUNHO DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1123/2014

PORTARIA Nº 1.123, DE 13 DE JUNHO DE 2014.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 025, de 02 de maio de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0716/2014, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 20 horas semanais a Servidora HERCILIA MARIA CORREA FRAGOSO GEMO, que assumiu a sala do AEE - Atendimento Educacional Especializado;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ELAINE DA LUZ brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 062.387.239-04, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 16 de junho de 2014 até 30 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de junho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1124/2014

PORTARIA Nº 1.124, DE 13 DE JUNHO DE 2014.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0025, de 02 de maio de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0717/2014, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 20 horas semanais a Servidora LUCIA AMELIA SARTORI, que foi cedida para o CRAS;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ROSELI DE FÁTIMA DOS SANTOS brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 059.971.299-69, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no

período de 16 de junho de 2014 até 30 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de junho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1125/2014

PORTARIA N.º 1.125, DE 13 DE JUNHO DE 2014.
Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0712/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ELAINE FERREIRA RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 080.064.559-61, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR NÍVEL I, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 13 de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de junho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1126/2014

PORTARIA Nº 1.126, DE 13 DE JUNHO DE 2014.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0025, de 02 de maio de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0715/2014, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a Servidora ANGELICA APARECIDA DELFES SESTREN, que encontra-se afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARLI GONÇALVES DE SOUZA brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 998.361.499-53, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de junho de 2014 até 30 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1127/2014

PORTARIA Nº 1.127, DE 13 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0026, de 07 de maio de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CRISTIANA ALVES DO PRADO, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o n.º 010.080.879-47, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de junho de 2014 até 15 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1128/2014

PORTARIA Nº 1.128, DE 13 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002, de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CAMILA RODRIGUES NATALIO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 085.995.289-47, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de junho de 2014 até 15 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1129/2014

PORTARIA Nº 1.129, DE 13 DE JUNHO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora MARILDE ANTUNES MOREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 538.444.249-20, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 16 de junho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1130/2014

PORTARIA Nº 1.130, DE 13 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0001, de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARILDE ANTUNES MOREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 538.444.249-20, na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 de junho de 2014 até 16 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

TA 0143/2014

TERMO ADITIVO Nº 0143, DE 21 DE MAIO DE 2014.

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 360/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam editá-lo, alterando o valor do Salário Base, antes constante o valor de R\$ 3.359,68 (três mil, trezentos e cinquenta e nove reais e sessenta e oito centavos), passando para R\$ 4.420,48 (quatro mil, quatrocentos e vinte reais e quarenta e oito centavos), conforme alteração através da Lei Complementar nº 173, de 21 de maio de 2014, produzindo seus efeitos a partir de 1º de

junho de 2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 21 de maio de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

FRANCIELY MORAES PEREGO

Contratado

TESTEMUNHAS:

1 _____

2 _____

Extrato Contrato Financiamento Nº 2623.400.820-84-2012

EXTRATO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 2623.400.820-84/2012

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

EXTRATO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO - PROGRAMA PRÓ-TRANSPORTE - OPERAÇÕES COM ESTADOS, MUNICÍPIOS E DISTRITO FEDERAL.

CONTRATO Nº 2623.400.820-84/2012

TOMADOR:: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AGENTE FINANCEIRO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Objeto: FINANCIAMENTO no montante de R\$ 4.843.036,00 (quatro milhões, oitocentos e quarenta e três mil e trinta e seis reais), destinado a financiar a pavimentação asfáltica e pavimentação de passeios públicos no Bairro das Nações e no Bairro Fischer, para atender a população estimada de 3.000 habitantes, equivalente a 94,6796 % do valor do investimento e mais R\$ 272.146,50 (duzentos e setenta e dois mil, cento e quarenta e seis reais e cinquenta centavos) de contrapartida, equivalente a 5,3204% do valor do investimento.

Carência: 13 meses; Término da carência: dia 19.05.2015.

Desembolso: 7 meses; Amortização: 240 (duzentos e quarenta) meses, contados a partir do término do período de carência. Juros: 6% (seis por cento) a.a

Fraiburgo(SC) 13 de junho de 2014

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 50/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 50/2014

PMG E FMS

Ata nº. 50/2014; Processo nº. 64/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: DAGEAL COMERCIO DE MATERIAL DE ESCRITORIO LTDA; ELMO PAPELARIA ME; INFOTRIZ COMERCIAL LTDA ME; MARIA GORETE PISONI DA SILVA; Objeto: Aquisição de materiais de expediente para uso das Secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. Valor: R\$ 185.029,83; Data da Assinatura: 16/06/2014.

Portaria N.º 549/2014.

PORTARIA N.º 549, DE 13 DE JUNHO DE 2014.

REVOGA A PORTARIA N.º 504, DE 30 DE MAIO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Revogar, a partir de 02/06/2014, a Portaria nº. 504 de 30 de maio de 2014, que DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, formada pelos servidores municipais: SANDRA APARECIDA AMARAL, LUIZ ALBERTO LAZZARIN E PATRICIA SCHOTT, com a presidência da primeira e secretariado por SIMONE VERA WOLFF.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 16/06/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 554/2014.

PORTARIA N.º 554, DE 13 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, bem como pelos ditames da Lei 8.666/93, da Lei Federal nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e:

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei

Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que, foi encaminhado ao Secretário Municipal de Administração o Ofício SME n.º 125/2014, da Secretaria Municipal de Educação, solicitando a abertura de Sindicância para apurar os fatos referente ao acidente de trânsito, ocorrido em 17/03/2014;

CONSIDERANDO que, Conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a sindicância administrativa é o meio sumário de elucidação de irregularidades no serviço público para subsequente instauração de processo disciplinar e/ou punição do infrator".

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, a fim de apurar os fatos informados.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem Comissão Sindicante os servidores: DANIELA MARIA DOS SANTOS, HILDEGAR JOÃO DE SENA E PATRICIA SCHOTT, com a presidência da primeira e secretariado por SIMONE VERA WOLFF.

Art. 3º. O prazo para a conclusão do processo será de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 13 de junho de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 16/06/2014, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

CÂMARA MUNICIPAL

Termo de Anulação

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA
13ª Legislatura - 2013 a 2016
TERMO DE ANULAÇÃO

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiada pelo Art. 49, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e

Considerando a documentação contida no Processo Administrativo nº 02/2014, que origina a Dispensa de Licitação nº 02/2014, que tem por objetivo a Contratação de instituição financeira para prestação de serviços financeiros e outras avenças.

Considerando a justificativa do Assessor Jurídico, inserida nos autos em que a mesma explicita todo o procedimento licitatório que se encontra eivado de vícios insanáveis na análise do Processo;

RESOLVE:

ANULAR O PROCEDIMENTO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2014, Processo Administrativo nº 02/2014, por vícios, ou seja irregularidades na forma legislativa contida na Lei nº 8.666/93, bem como na doutrina e jurisprudência pertinente ao assunto, tornando impossível realizar com segurança e seriedade a Dispensa de Licitação ora necessitada, tornando-se imprescindível a sua anulação conforme consta nos autos, nos termos do Art. 49, "caput", da Lei nº 8.666/93.

Com fundamento no Art. 49, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93, fica DECLARADA a anulação da Processo Administrativa nº 02/2014, Dispensa de Licitação nº 02/2014.

Sala da Presidência, 13 de junho de 2014.
Rogério Linhares
Presidente
Câmara Municipal de Garopaba

Certifico que o TERMO DE ANULAÇÃO, foi publicada no Mural de publicações da Câmara Municipal em 13 de junho de 2014, e no DOM em ____/____/2014.

Ivaldo da S. Lobo Filho
Diretor Administrativo

Garuva**PREFEITURA****Termo de Homologação Pregão PMG Nº 039/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ Nº 83.102.848/0001-59

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitações, designada através do Decreto nº 107/2014, e de conformidade com a Lei nº 8666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

HOMOLOGO:

O processo licitatório nº 39/2014, Pregão, que tem por objeto a Aquisição de Instrumentos Musicais, com entrega de forma única, para atender as necessidades do Programa MUSICART Cidadania, através da Secretaria Municipal de Educação, conforme convênio nº 2013000938, firmado entre o Município de Garuva e o Estado de Santa Catarina..

GARUVA, 12 de junho de 2014.

José Chaves

Prefeito Municipal

Gaspar**PREFEITURA****Decreto Nº 5.973, de 11 de Junho de 2014**

DECRETO Nº 5.973, DE 11 DE JUNHO DE 2014.

EXONERA, A PEDIDO, A SERVIDORA ROSANGELA SANTOS BELOTO, DO CARGO DE DIRETORA ESCOLAR DA EEB MÁRIO PEDERNEIRAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora ROSANGELA SANTOS BELOTO, do cargo de Diretora Escolar da EEB Mário Pederneiras, a partir de 11/06/2014, a qual foi nomeada pelo Decreto nº 5.862/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de junho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 5.949, DE 22 DE MAIO DE 2014.

DECRETO Nº 5.949, DE 22 DE MAIO DE 2014.

NOMEIA MEMBROS DA ÁREA GOVERNAMENTAL E NÃO GOVERNAMENTAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

ENTIDADE	CONSELHEIRO TITULAR	CONSELHEIRO SUPLENTE
GAIAA	Candice de Souza M. Cazorla	Janaína Custódio da Silva
Ação Social e Cidadã	Gisele Bremer	Sônia Regina da Souza
Entidade de Defesa de Direitos do Cidadão	Ivete Trapp Dirksen	Jocemira G. O. Waltrick
CRESS	Danielli Rúbia P. Demétrio	Eloir Rodrigues da Silva
Usuários	Darlene Reis da Silva Gonçalves	André Valdirei Garcia

Art. 1º Nomeia os membros abaixo indicados, da área não-governamental, para o biênio 2014-2016, para integrarem o Conselho Municipal de Assistência Social, conforme segue:

Art. 2º Nomeia os membros abaixo indicados, da área governamental, para o biênio 2014-2016, para integrarem o Conselho Municipal de Assistência Social, conforme segue:

ENTIDADE	CONSELHEIRO TITULAR	CONSELHEIRO SUPLENTE
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Eloíza C. Probst	Ana Janaína Medeiros de Souza
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Cintia Larissa Cazagrande de Oliveira	Sandra Gerusa dos Santos da Silva
Secretaria Municipal de Educação	Simara Dalcastagne Capistrano	Lurdes Maria Caresia da Silva
Gabinete do Prefeito	Luiz Otávio Rebouças Bastiani	Graciely Guessier
Secretaria Municipal de Administração e Finanças	Fátima T. C. arruda	Raquel Quadros

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de maio de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 5.965, DE 09 DE JUNHO DE 2014.

DECRETO Nº 5.965, DE 09 DE JUNHO DE 2014.
TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e especialmente as contidas no art. 72, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, e no art. 219, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação de Thais Beduschi, para o cargo de Fisioterapeuta, em virtude da desistência da vaga expressamente manifestada.

Art. 2º Torna sem efeito a nomeação de Denise Asari Saito, para o cargo de Fisioterapeuta, em virtude da desistência da vaga expressamente manifestada.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de junho de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 5.966, de 09 de Junho de 2014

DECRETO Nº 5.966, DE 09 DE JUNHO DE 2014.
NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2012, aprovados para o cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme seguem:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
VERA LUCIA PEREIRA NICOLODI	FISIOTERAPEUTA	40	5º	Secretaria de Saúde
JANAINA HELENA FORMAGI SEZERINO	FISIOTERAPEUTA	40	6º	Secretaria de Saúde

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de junho de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 5.968, DE 09 DE JUNHO DE 2014

DECRETO Nº 5.968, DE 09 DE JUNHO DE 2014.
TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e especialmente as contidas no art. 72, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, e no art. 219, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação de Vera Lucia Pereira Nicolodi, para o cargo de Fisioterapeuta, em virtude da desistência da vaga expressamente manifestada.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de junho de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 5.969, de 09 de Junho de 2014

DECRETO Nº 5.969, DE 09 DE JUNHO DE 2014.
NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2012, aprovado para o cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme seguem:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
ALINE BERNARDES DE SOUZA	FISIOTERAPEUTA	40	7º	Secretaria de Saúde

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de junho de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 5.950, DE 23 DE MAIO DE 2014

DECRETO Nº 5.950, DE 23 DE MAIO DE 2014.
ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos II, V e VI, da Lei Municipal nº 3.545, de 20 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS:

Órgão: 8 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS	
Unidade: 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS	
Funcional Programática: 00015.00451.00014 Gestão da Secretaria de Transportes e Obras	
Atividade: 2.200074 Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras	
Dotação: 465 3.3.3.7.1 Transferências a Consórcios Públicos	R\$ 21.502,08

Art. 2º Por conta da anulação do art. 1º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS:

Órgão: 8 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS	
Unidade: 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS	
Funcional Programática: 00015.00451.00014 Gestão da Secretaria de Transportes e Obras	
Atividade: 2.200074 Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras	
Dotação: 464 3.3.1.7.1 Transferências a Consórcios Públicos	R\$ 21.502,08

Art. 3º Fica suplementado, por provável Excesso de Arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 4 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade: 6 EDUCAÇÃO INFANTIL	
Funcional Programática: 00012.00365.00009 Gestão de Educação Infantil	
Atividade: 2.200038 Manutenção da Educação Infantil	
Dotação: 620 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 19.937,56

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de maio de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 5.967, de 09 de Junho de 2014

DECRETO Nº 5.967, DE 09 DE JUNHO DE 2014.
SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NO GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO E NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso VI, da Lei Municipal nº 3.545, de 20 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente no

GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO:

Órgão: 2 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	
Unidade: 2 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	
Funcional Programática: 00015.00451.00004 Gestão do Gabinete e Políticas Públicas	
Atividade: 2.200092 Manutenção Superintendência do Belchior	
Dotação: 621 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 170.471,20

Art. 2º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO:

Órgão: 9 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	
Unidade: 19 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	
Funcional Programática: 00004.00122.00019 Constr. Manut.e Melh. na Infraestr. do Munic. por meio da Secret. Planej. e Desenv.	
Atividade: 2.200088 Manutenção das Ações da Secretaria	
Dotação: 369 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 36.500,00
Funcional Programática: 00015.00451.00019 Constr. Manut. e Melh. na Infraestr. do Munic. por meio da Secret. Planej. e Desenv.	
Projeto: 1.100113 Implantação de Equipamentos Urbanos e Melhorias em vias existentes	
Dotação: 279 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 123.766,91

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de junho de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 5.972, de 11 de Junho de 2014

DECRETO Nº 5.972, DE 11 DE JUNHO DE 2014.
SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os conselheiros das entidades abaixo mencionadas, das áreas não-governamental e governamental, que compõem o Conselho Municipal de Juventude:

ENTIDADE	TITULAR	SUPLENTE
Pastoral da Juventude	Thays Wayne Gonçalves	Juliana Pitz
INTETACT	Raquel Vieira Dalbosco	Pedro Henrique de A. Francisco
Bandas Gasparenses	Eduardo Wanzuit Ferreira	Juvenal Maio da Motta
Força Jovem Universal	Robson José Cezário	Armando Antonio Correa da Costa
IFSC	Petterson Matheus de Souza	Fernando Santos da Silva
Secretaria Municipal de Educação	Débora Fernandes	Marlene de Almeida Santos

Secretaria Municipal de Saúde	Denins Francis Valim	Claudio Gilberto Rolim da Silveira
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Ana Janaína Medeiros de Souza	Sandra Gerusa dos Santos da Silva
Departamento Cultura e Esporte	Dayro Bornhausen	Marina Seidel
Assessoria de Juventude - Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	Lucas Bailer	Suzana Amaral Olescuk

Art. 2º Fica nomeado como Presidente o conselheiro Lucas Bailer.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gaspar, 11 de junho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.971, DE 11 DE JUNHO DE 2014

DECRETO Nº 5.971, DE 11 DE JUNHO DE 2014.

SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - CMDU.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os conselheiros da entidade abaixo mencionada, que compõem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CMDU:

ENTIDADE	TITULAR	SUPLENTE
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	Larissa Soares	Valmor Vieira

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gaspar, 11 de junho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.970, DE 11 DE JUNHO DE 2014

DECRETO Nº 5.970, DE 11 DE JUNHO DE 2014.

EXONERA, A PEDIDO, A SERVIDORA IVY CATARINA VIEIRA ROQUE, DO CARGO DE ESCRITURÁRIA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora IVY CATARINA VIEIRA ROQUE, lotada na Secretaria de Administração e Finanças, do cargo de Escriturária, a partir de 16/06/2014, a qual foi nomeada pelo Decreto nº 5.539/2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de junho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2014

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 102/2014

OBJETO: Registro de Preços de gêneros alimentícios para o Município de Gaspar. ENTREGA dos envelopes até às 9h do dia 30/06/2014, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, nº 435, Centro. ABERTURA às 9h30min. Íntegra do Edital no Depto. de Compras ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 13/06/2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

SAMAE

Extrato de Dispensa de Licitação Nº 36/2014 - SAMAE

E X T R A T O

DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 36/2014

OBJETO: Prestação de serviços em segurança e saúde ocupacional para o SAMAE.

CONTRATADO: SERVMED CLÍNICA DE MEDICINA DO TRABALHO LTDA. (79.511.812/0001-51)

VALOR TOTAL JULGADO: R\$ 7.180,00 (sete mil cento e oitenta reais).

DATA VIGÊNCIA: 16.06.2014

DATA VENCIMENTO: 31.12.2014

BASE LEGAL: Artigo 24, inciso II da Lei 8666/93.

Gaspar(SC), em 10 de junho de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Aviso do Pregão Presencial Nº 37/2014 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº.37/2014

OBJETO: Registro de preços visando a aquisição de materiais de expediente.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 04/07/2014.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 04/07/2014 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 11 de junho de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Revogação de Licitação

DESPACHO DECISÓRIO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº054/2014
TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SILVIA PRAZERES DE CARVALHO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições que lhe se são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios em andamento em sua instância, com fundamento no artigo 49, caput da Lei Federal 8.666/1993

Considerando que a Administração pode revogar seus próprios atos por razões de conveniência e oportunidade conforme o artigo 49 da Lei 8.666/1993.

DECIDE
REVOGAR, por razões de interesse público o certame licitatório objeto da Tomada de Preços nº 002/2014 - Processo Licitatório nº 54/2014.

Governador Celso Ramos, 12 de junho de 2014.
Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal

Mariana de Souza Fernandes
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Extrato de Termo Aditivo Referente ao Contrato 023/2014

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 023/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 023/2014.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: EMPREITERA PAVICON LTDA

OBJETO: O presente termo tem por objeto aditar o contrato original, readequando as quantidades inicialmente licitadas.

Governador Celso Ramos 27 de maio de 2014

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão 48/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 048/2014

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E PEÇAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS PESADOS (MÁQUINAS, CAMINHÕES, ÔNIBUS E VANS) DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 30/06/2014 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 30/06/2014 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 13 de Junho de 2014.
Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

Aviso de Licitação Pregão 49/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 049/2014

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOTOS PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 30/06/2014 até às 16h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 30/06/2014 às 16h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 13 de Junho de 2014.
Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

Grão Pará

PREFEITURA

Decreto Df 35/2014 - Orçamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000035/14 de 13 de Junho de 2014

Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014 do tipo alteração Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001937/13 de 11 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO
04.03 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

(034)3.3.90.00.00.00.00.2.008-0000 - Aplicacoes Diretas

5.000,00

Total Suplementação:

5.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO
04.03 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

(035)4.4.90.00.00.00.00.2.008-0000 - Aplicacoes Diretas

5.000,00

Total Anulação:

5.000,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 13 de Junho de 2014.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 13 de Junho de 2014.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Edital Audiência Pública Nº 001/2014

EDITAL CONVOCAÇÃO Nº 001/2014 DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Município de Herval d' Oeste, por seu Prefeito Municipal, Sr. Nelson Guindani, no uso de suas atribuições legais, em atendimento às disposições constantes da Lei Federal nº 12305/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, por meio deste CONVOCA a toda população de Herval d' Oeste, representantes do Poder Legislativo, Judiciário e órgãos de classe, sobre tudo os estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços de saúde, dentre outros geradores de resíduos sólidos, ambientalistas, catadores de recicláveis, associações e sindicatos, para Audiência Pública que será realizada no dia 10 de julho de 2014, com sua instalação marcada para às 19h, no Auditório da Saúde, sito na Rua Nereu Ramos, nº 15, Centro de Herval d' Oeste, sob a coordenação da Empresa CORPLAN Consultoria Ambiental LTDA, com a finalidade de apresentar, discutir e aprovar o Diagnóstico do PMGIRS - Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, que se realizará nos termos deste Edital.

A participação nas Audiências Públicas obedecerão as seguintes regras:

1. audiências públicas são eventos públicos que permitem a participação de qualquer pessoa (maior de 16 anos) ou entidade interessada no assunto objeto da discussão;

2. para bom andamento dos trabalhos, nas manifestações de apoio ou reprovação à proposta do Plano em questão ou das sugestões apresentadas, fica vedado o uso de instrumentos acústicos ou de quaisquer meios que conturbem a discussão;

3. durante a Audiência Pública será mantido no recinto, para livre consulta dos presentes, um exemplar do Diagnóstico Plano Integrado de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos;

E, para conhecimento público é expedido o presente Edital de Convocação.

Herval d'Oeste (SC), 13 de junho de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Edital de Audiência Pública Nº 002/2014

Estado de Santa Catarina Município de Herval d'Oeste EDITAL CONVOCAÇÃO Nº 002/2014 DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Município de Herval d' Oeste, por seu Prefeito Municipal, Sr. Nelson Guindani, no uso de suas atribuições legais, em atendimento às disposições constantes da Lei Federal nº 12305/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, por meio deste CONVOCA a toda população de Herval d' Oeste, representantes do Poder Legislativo, Judiciário e órgãos de classe, sobre tudo os estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços de saúde, dentre outros geradores de resíduos sólidos, ambientalistas, catadores de recicláveis, associações e sindicatos, para Audiência Pública que será realizada no dia 22 de julho de 2014, com sua instalação marcada para às 19h, no Auditório da Saúde, sito na Rua Nereu Ramos, nº 15, Centro de Herval d' Oeste, sob a coordenação da

Empresa CORPLAN Consultoria Ambiental LTDA, com a finalidade de apresentar, discutir e aprovar o PMGIRS - Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, pela Empresa CORPLAN Soluções Empresariais, que se realizará nos termos deste Edital;

A participação nas Audiências Públicas obedecerão as seguintes regras:

1. Audiências públicas são eventos públicos que permitem a participação de qualquer pessoa (maior de 16 anos) ou entidade interessada no assunto objeto da discussão;

2. Para bom andamento dos trabalhos, nas manifestações de apoio ou reprovação à proposta do Plano em questão ou das sugestões apresentadas, fica vedado o uso de instrumentos acústicos ou de quaisquer meios que conturbem a discussão;

3. Durante a Audiência Pública será mantido no recinto, para livre consulta dos presentes, um exemplar do Plano Integrado de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos;

E, para conhecimento público é expedido o presente Edital de Convocação.

Herval d'Oeste (SC),
13 de junho de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 027/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
EXTRATO CONTRATO Nº 027/2014 DE 11/06/2014
Contratante: Prefeitura Municipal
Contratado: Adelton Luiz Martini

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE

VALOR R\$ 9.498,50

PRAZO: 31/12/2014
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2014, conforme Lei Orçamentária anual e subsequentes.

Herval d'Oeste (SC), 11 de junho de 2014.
Nelson Guindani - Prefeito
Adelton Luiz Martini- Contratado

Extrato de Contrato Nº 028/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
EXTRATO CONTRATO Nº 028/2014 DE 11/06/2014
Contratante: Prefeitura Municipal
Contratado: Darci Cristovão Feltrin

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE

VALOR R\$ 6.376,00

PRAZO: 31/12/2014
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício

financeiro 2014, conforme Lei Orçamentária anual e subsequentes.

Herval d'Oeste (SC), 11 de junho de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito

Darci Cristovão Feltrin
Contratado

Extrato de Contrato Nº 029/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
EXTRATO CONTRATO Nº 029/2014 DE 11/06/2014
Contratante: Prefeitura Municipal
Contratado: Davi Motta

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE
VALOR R\$ 5.520,00
PRAZO: 31/12/2014
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2014, conforme Lei Orçamentária anual e subsequentes.

Herval d'Oeste (SC), 11 de junho de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito

Davi Motta
Contratado

Extrato de Contrato Nº 030/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
EXTRATO CONTRATO Nº 030/2014 DE 11/06/2014
Contratante: Prefeitura Municipal
Contratado: Davide José Zanon

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE
VALOR R\$ 5.904,00
PRAZO: 31/12/2014
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2014, conforme Lei Orçamentária anual e subsequentes.

Herval d'Oeste (SC), 11 de junho de 2014.
Nelson Guindani - Prefeito
Davide José Zanon - Contratado

Extrato de Contrato Nº 031/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
EXTRATO CONTRATO Nº 031/2014 DE 11/06/2014
Contratante: Prefeitura Municipal
Contratado: Dirceu Comin

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos da rede de educação básica

pública, verba FNDE/PNAE

VALOR R\$ 19.580,00
PRAZO: 31/12/2014
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2014, conforme Lei Orçamentária anual e subsequentes.

Herval d'Oeste (SC), 11 de junho de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito

Dirceu Comin
Contratado

Extrato de Contrato Nº 033/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
EXTRATO CONTRATO Nº 033/2014 DE 11/06/2014
Contratante: Prefeitura Municipal
Contratado: Evandro Carlos Mores

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE
VALOR R\$ 2.551,10
PRAZO: 31/12/2014
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2014, conforme Lei Orçamentária anual e subsequentes.

Herval d'Oeste (SC), 11 de junho de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito

Evandro Carlos Mores
Contratado

Extrato de Contrato Nº 032/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
EXTRATO CONTRATO Nº 032/2014 DE 11/06/2014
Contratante: Prefeitura Municipal
Contratado: Edson Paulo da Silva

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE

VALOR R\$ 11.791,60
PRAZO: 31/12/2014
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2014, conforme Lei Orçamentária anual e subsequentes.

Herval d'Oeste (SC), 11 de junho de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito

Edson Paulo da Silva
Contratado

Extrato de Contrato Nº 034/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EXTRATO CONTRATO Nº 034/2014 DE 11/06/2014

Contratante: Prefeitura Municipal

Contratado: Heitor Valmorbida

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE

VALOR R\$7.433,80

PRAZO: 31/12/2014

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2014, conforme Lei Orçamentária anual e subsequentes.

Herval d'Oeste (SC), 11 de junho de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito

Heitor Valmorbida

Contratado

Extrato de Contrato Nº 035/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EXTRATO CONTRATO Nº 035/2014 DE 11/06/2014

Contratante: Prefeitura Municipal

Contratada: Marlene Zago Zanella

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE

VALOR R\$ 644,00

PRAZO: 31/12/2014

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2014, conforme Lei Orçamentária anual e subsequentes.

Herval d'Oeste (SC), 11 de junho de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito

Marlene Zago Zanella

Contratada

Extrato de Contrato Nº 036/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EXTRATO CONTRATO Nº 036/2014 DE 11/06/2014

Contratante: Prefeitura Municipal

Contratado: Pedro Milani

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE

VALOR R\$ 2.228,10

PRAZO: 31/12/2014

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício

financeiro 2014, conforme Lei Orçamentária anual e subsequentes.

Herval d'Oeste (SC), 11 de junho de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito

Pedro Milani

Contratado

Extrato de Contrato Nº 037/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EXTRATO CONTRATO Nº 037/2014 DE 11/06/2014

Contratante: Prefeitura Municipal

Contratado: Waltemir Domingos Bedendo

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE

VALOR R\$ 19.980,80

PRAZO: 31/12/2014

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2014, conforme Lei Orçamentária anual e subsequentes.

Herval d'Oeste (SC), 11 de junho de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito

Waltemir Domingos Bedendo

Contratado

Termo de Rescisão de Contrato Nº 001/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0003-08

Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro

Contratante

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Empresa: alvaldir toigo & cia ltda

CNPJ/MF Nº 03.580.955/0001-53

Endereço: Linha Nova Estrela, S/N

Contratada

TERMO DE RESCISÃO Nº 001/2014 DE 26 MAIO DE 2014

O MUNICÍPIO de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, através da Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste", pessoa Jurídica de Direito Público, denominada de CONTRATANTE, inscrita no CNPJ nº 82.939.430/0003-08, estabelecida a Rua Nereu Ramos nº 389, representada neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani residente e domiciliado em Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF nº 501.589.459-72, e a empresa alvaldir toigo & cia ltda, estabelecida na Linha Nova Estrela, S/N, Interior, no município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 03.580.955/0001-53, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Senhor Alvaldir Toigo, brasileiro, portador do CPF nº 250.354.449-53 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo de rescisão ao Contrato nº 032/2013 que tem como objetivo a

prestação de serviços de transporte escolar no município de Herval d'Oeste, decorrente do Processo Licitatório n. 033/2013, na Modalidade de Pregão Presencial nº 007/2013, obedecendo aos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo tem por objeto a rescisão do Contrato nº 033/2013 de 26/07/2013 originalmente celebrado entre as partes inicialmente identificadas a partir da presente data.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo de rescisão é firmado com base na cláusula décima segunda do contrato original, nos termos do artigo 78, inciso XIV e artigo 79 inciso II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES

A presente rescisão se dá por acordo de forma amigável, e com a assinatura do presente, as partes dão total quitação ao presente contrato, ambos abrindo mão de exigência de multa ou ressarcimento, perdas e danos em razão da resolução antecipada do contrato.

Para firmeza e validade do que ficou acima estabelecido, lavrou-se o presente termo que vai assinado pelo senhor prefeito municipal em 04 vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 26 de maio de 2014.

Nelson Guindani	Alvaldir Toigo
Prefeito Municipal	Sócio Administrador
CPF nº 501.589.459-72	CPF nº 250.354.449-53

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia	Mariana Colusso
CPF: 687.857.399-87	CPF: 052.051.949-36

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 002/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0003-08
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Empresa: sidnei ramella transportes - me
CNPJ/MF Nº 14.237.301/0001-48
Endereço: Linha Sede Belém, S/N Contratada

TERMO DE RESCISÃO Nº 002/2014 DE 26 MAIO DE 2014

O MUNICÍPIO de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, através da Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste", pessoa Jurídica de Direito Público, denominada de CONTRATANTE, inscrita no CNPJ nº 82.939.430/0003-08, estabelecida a Rua Nereu Ramos nº 389, representada neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani residente e domiciliado em Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF nº 501.589.459-72, e a empresa sidnei ramella transportes - me, estabelecida na Linha Sede Belém, SN, Interior, no município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 14.237.301/0001-48, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Senhor Sidnei Ramella, brasileiro, portador do CPF nº 022.461.729-00 doravante denominada CONTRATADA, resolvem

celebrar o presente termo de rescisão ao Contrato nº 040/2013 que tem como objetivo a prestação de serviços de transporte escolar no município de Herval d'Oeste, decorrente do Processo Licitatório nº 049/2013, na Modalidade de Dispensa de Licitação nº 018/2013, obedecendo aos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo tem por objeto a rescisão do Contrato nº 049/2013 de 02/08/2013 originalmente celebrado entre as partes inicialmente identificadas a partir da presente data.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo de rescisão é firmado com base na cláusula décima segunda do contrato original, nos termos do artigo 78, inciso XIV e artigo 79 inciso II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES

A presente rescisão se dá por acordo de forma amigável, e com a assinatura do presente, as partes dão total quitação ao presente contrato, ambos abrindo mão de exigência de multa ou ressarcimento, perdas e danos em razão da resolução antecipada do contrato.

Para firmeza e validade do que ficou acima estabelecido, lavrou-se o presente termo que vai assinado pelo senhor prefeito municipal em 04 vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 26 de maio de 2014.

Nelson Guindani	Sidnei Ramella
Prefeito Municipal	Sócio Administrador
CPF nº 501.589.459-72	CPF nº 022.461.729-00

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia
CPF: 687.857.399-87

Mariana Colusso
CPF: 052.051.949-36

CONCURSO PÚBLICO Nº 001 ED. 004/2014 - GABARITO PRELIMINAR
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014
Edital nº 04/2014

Divulga o gabarito preliminar e dá outras providências relativas ao Concurso Público nº 01/2014 do Município de Herval d'Oeste.

O Município de Herval d'Oeste, Estado do Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, o Sr. Nelson Guindani, e a comissão do concurso público, nomeada por meio da Portaria nº 86/2014 alterada pela Portaria nº 664/2014, representada por sua Presidente, Sra. Lidia Salete Cervelin, no uso de suas atribuições e segundo dados remetidos pela empresa responsável pela execução do concurso, **torna público** o gabarito preliminar e dá outras providências, conforme segue:

1. Segue o gabarito preliminar encaminhado pela empresa executora do concurso:

	01 Auxiliar Administrativo	02 Motorista	03 Operador de Máquinas I	04 Operador de Máquinas II	05 Agente Administrativo	06 Agente de Vig. Ambiental	07 Agente de Vig. Sanitária	08 Auxiliar de Saúde Bucal	09 Auxiliar de Serviços Saúde	10 Fiscal de Tributos	11 Monitor Social - A. A. Luz	12 Monitor Social - Ass. Social	13 Técnico em Tributação	14 Assistência Social	15 Biólogo	16 Enfermeiro	17 Fisioterapeuta	18 Fonoaudiólogo	19 e 20 Médico 10h e 40h	21 Odontólogo	22 Psicólogo	23 Terapeuta Ocupacional	24 a 31 Agente Com. de Saúde
01	C	C	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
02	A	A	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	A	A	A	A	A	A	A	A	A	B
03	A	A	C	C	B	B	B	B	B	B	B	B	B	A	A	A	A	A	A	A	A	A	C
04	C	C	D	D	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	D
05	B	B	B	B	D	D	D	D	D	D	D	D	D	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B
06	D	D	B	B	C	C	C	C	C	C	C	C	C	D	D	D	D	D	D	D	D	D	B
07	D	D	A	A	D	D	D	D	D	D	D	D	D	C	C	C	C	C	C	C	C	C	A
08	A	A	C	C	D	D	D	D	D	D	D	D	D	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C
09	C	C	D	D	A	A	A	A	A	A	A	A	A	B	B	B	B	B	B	B	B	B	D
10	B	B	B	B	D	D	D	D	D	D	D	D	D	A	A	A	A	A	A	A	A	A	B
11	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C
12	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
13	D	D	D	D	B	B	A	C	C	D	D	D	D	C	D	B	D	D	D	D	D	D	A
14	C	B	B	B	D	D	D	B	A	A	B	B	A	C	A	D	A	A	A	A	B	A	C
15	B	A	A	A	C	B	C	A	D	B	B	B	B	A	B	X	C	C	D	C	B	C	B
16	A	D	D	D	A	B	B	A	A	B	C	C	B	A	C	D	A	A	C	D	B	A	A
17	C	B	B	B	B	B	B	D	D	A	C	C	A	B	D	A	C	C	D	D	A	B	D
18	B	D	A	A	B	B	B	C	B	D	A	A	D	B	D	C	B	D	A	C	B	B	D
19	D	B	C	C	D	D	D	B	X	B	B	B	B	D	D	D	B	A	C	A	C	D	B
20	A	A	A	A	A	D	A	D	D	C	A	A	D	D	D	C	B	D	B	B	D	D	A
21	B	C	C	C	C	C	C	A	C	D	D	D	C	D	C	B	A	C	D	C	B	C	C
22	D	A	A	A	D	D	C	B	B	C	C	C	A	C	C	A	C	B	B	B	D	C	B
23	C	A	C	C	D	D	C	C	A	A	B	B	C	A	D	B	D	C	D	B	B	C	D
24	D	B	C	C	A	A	C	D	B	D	D	D	B	D	B	D	A	B	D	C	B	A	B
25	A	B	A	A	C	C	A	B	D	C	A	A	C	D	A	C	B	B	C	B	C	B	D

X – Questão anulada.

2. Os recursos/impugnações contra as questões e gabaritos preliminares poderão ser interpostos nos dias 17 e 18/06/14, na forma do item 6 e subitens do Edital nº 01/2014.

Herval d'Oeste/SC, 16 de junho de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Lidia Salete Cervelin
Presidente da CCP

Ilhota

PREFEITURA

Aviso de Licitação Prg 012 - 2014 FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2014 - FMS	
Secretaria Municipal de Saúde	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO
OBJETO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS HOSPITALARES DESTES MUNICÍPIO, conforme anexos do edital.
ENTREGA DOS ENVELOPES - CREDENCIAMENTO, PROPOSTA DE PREÇOS e HABILITAÇÃO: até o dia 27/06/2014 às 09:00 hs (nove horas), Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 27/06/2014 às 09:00 hs (nove horas), após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.	
MAIORES INFORMAÇÕES:	
O edital na íntegra e todos os seus anexos, está à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br , informações no departamento de Compras e Licitações da PMI - End. Rua Dr. Leoberto Leal, 160 - Centro - Ilhota - SC, ou pelo e-mail licitacao@ilhota.sc.gov.br - Telefones: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.	

ALEX MIRANDA
PREGOEIRO MUNICIPAL
Ilhota, 16 de junho de 2014.

Extrato de Contrato Nº 026/2014 - FME

Extrato de Contrato nº 026/2014 - FME
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Fundo Municipal de Educação
Setor de Compras e Licitações
Extrato de Contrato nº 026/2014 - FME
Processo: Pregão Presencial nº 008/2014 - FME

Objeto: AQUISIÇÃO DE LIVROS LITERÁRIOS PARA AS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Fornecedor: CLÁSSICA CULTURAL COMÉRCIO DE LIVROS LTDA - EPP

Valor: R\$ 85.322,00 (oitenta e cinco mil trezentos e vinte e dois reais)

Assinatura: 29/05/2014

Vigência: 31/12/2014

Daniel Christian Bosi
Prefeito Municipal

Decreto 16 2014 Ponto Facultativo

DECRETO Nº 16 DE 13 DE JUNHO DE 2014.

Declara ponto facultativo nas repartições públicas municipais, no dia 20 de junho de 2014.

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe confere o art.12 inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 20 de junho de 2014, sexta feira, imediatamente seguinte ao feriado de " Corpus Christi".

Art. 2º. Na data a que se refere este Decreto, os serviços considerados essenciais do Município funcionarão em regime de plantão, de acordo com a escala a ser estabelecida pelas respectivas chefias, não sendo consideradas como extraordinárias as horas trabalhadas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IHOTA,
em 13 de junho de 2014.
Daniel Christian Bosi
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Extrato: Seahs 2014/07 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEAHS 2014/07 A01
Contratada: LIVRARIA E PAPELARIA FIGUEIREDO LTDA ME
C.N.P.J: 79.883.435/0001-81

Objeto: ALTERAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE ACORDO
COM A PORTARIA DO MDS. DOTAÇÃO 02.
Fundamento: Processo nº. 03/2014 Pregão 03/2014

Imbituba, 06 de junho de 2014.
Selma Elias Westphal
Secretária Municipal da Seahs
Contratante

Livraria e Papelaria Figueiredo Ltda Me
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEINFRA 2004/38 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2004/38 A02
Contratada: COSNTRUTORA FORMIGONI LTDA
C.N.P.J: 01.375.841/0001-46

Objeto: PRORROGAÇÃO DE 120(CENTO E VINTE) DIAS, SOBRE O
CONTRATO ORIGINAL.
Fundamento: Processo nº. 106/2012 Carta Convite 16/2012

Imbituba, 11 de junho de 2014.
José Afonso de Carvalho
Secretária Municipal da Seinfra
Contratante

Construtora Formigoni Ltda Me
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEINFRA 2013/143 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2013/143 A01
Contratada: PROFUZZY CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA
C.N.P.J: 80.487.606/0001-32

Objeto: PRORROGAÇÃO DE 180(CENTO E OITENTA) DIAS, SOBRE
O CONTRATO ORIGINAL.
Fundamento: Processo nº. 128/2013 Pregão 82/2013

Imbituba, 09 de junho de 2014.
José Afonso de Carvalho
Secretária Municipal da Seinfra
Contratante

Profuzzy Consultoria e Sistemas Ltda
Representante Legal
Contratada

Extrato: Seahs 2010/09 A05

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEAHS 2010/09 A05
Contratada: ARLEI LONDERO
C.P.F: 080.025.840-15

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL
ATÉ 31/12/2014.
Fundamento: Processo nº. 06/2010 Dispensa 02/2010

Imbituba, 11 de junho de 2014.
Selma Elias Westphal
Secretária Municipal da Seahs
Contratante

Arlei Londero
Representante Legal
Contratada

Extrato: Seahs 2014/11 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEAHS 2014/11 A00
Contratada: ITAPIRUBA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRU-
ÇÃO LTDA
C.N.P.J:08.397.388/0001-18

Objeto: CONSTRUÇÃO DO CENTRO DIA DO IDOSO, SITUADO À
RUA JORGE LACERDA - CENTRO - IMBITUBA.
Valor: R\$344.224,35 Prazo:240 dias

Fundamento: Processo nº. 07/2014 Tomada de Preço 01/2014

Imbituba, 11 de junho de 2014.
Selma Elias Westphal
Secretária Municipal da Seahs
Contratante

Itapiruba Comercio de Materiais de Construção Ltda
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI Sesporte 2014/94 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SESPORTE 2014/94 A00
Contratada: JOSÉ PAULO BITENCOURT ME
C.N.P.J:08.272.612/0001-45

Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESPORTIVOS E CAMISETAS
PARA USO EM EVENTOS E CAMPEONATOS DESTA SESPORTE.
Valor: R\$20.530,00 Prazo:31/12/2014
Fundamento: Processo nº. 70/2014 Pregão 49/2014

Imbituba, 11 de junho de 2014.
Omar Pacheco
Secretário Municipal da Sesporte
Contratante

José Paulo Bittencourt Me
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI Sdr Norte 2014/93 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SDR NORTE 2014/93 A00
Contratada: JOÃO DE SOUZA GALEGO ME
C.N.P.J:12.071.955/0001-19

Objeto: AQUISIÇÃO DE PORTÃO DE TUBO GALVANIZADO, PARA A
BALSA DO SAMBAQUI II DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA
DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE.
Valor: R\$7.500,00 Prazo:31/12/2014
Fundamento: Processo nº. 75/2014 Dispensa 14/2014

Imbituba, 05 de junho de 2014.
Nivaldo Marques Gabriel
Secretário Municipal da Sdr Norte
Contratante

João de Souza Galego Me
Representante Legal
Contratada

Portaria PMI/DGP Nº 250/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 250, de 13 de junho de 2014.
Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2011, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Camila Paes Saturnino	Servente Merendeira	054.288.779-79	28/05/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 13 de junho de 2014.
Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 251/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 251, de 13 de junho de 2014.
Dispõe sobre a admissão de Agente Comunitário de Saúde - PACS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Luana Souza de Melo	Agente Comunitário de Saúde	082.597.769-01	21/05/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 13 de junho de 2014.
Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 252/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 252, de 13 de junho de 2014.
Dispõe sobre a admissão de Médico Auditor, e dá outras providências.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001; e Considerando a necessária instalação/funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais e, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, o abaixo relacionado, em caráter excepcional, para exercer o cargo/emprego público de Médico Auditor, com carga horária de 20 horas semanais, e a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	CPF	Admissão
Leonardo Luiz da Silva	023.175.879-02	03/03/2014

Art. 2º O período de contratação será por tempo determinado, podendo ser rescindido a qualquer tempo, comprovada a desnecessária manutenção dos serviços ou até a chamada de candidato aprovado em certame público.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 13 de junho de 2014.

Maria Martins dos Passos Souza
Secretária Municipal de Saúde

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Portaria PMI/DGP Nº 254/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 254, de 13 de junho de 2014.

Dispõe sobre a nomeação de Assessora IV e, dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARIA REGINA CARDOSO DE FARIAS, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 454.862.559-34, para exercer o cargo de Assessora IV junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação - SEASH, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 05 de maio de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 13 de junho de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Portaria PMI/DGP Nº 255/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 255, de 13 de junho de 2014.

Dispõe sobre a nomeação de Assessora III e, dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear KARLA CRISTINA DE ARAÚJO NASCIMENTO, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 846.061.779-34, para exercer o cargo de Assessora III junto a Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 02 de maio de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 13 de junho de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Portaria PMI/DGP Nº 256/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 256, de 13 de junho de 2014.

Dispõe sobre a exoneração do cargo de Assessor IV, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, do cargo/função de Assessor IV, o Sr. ALISSON RANIERE BERKENBROCK, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 027.484.339-04, nomeado através da PORTARIA PMI/DGP Nº 520, de 04 de setembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 02 de junho de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 13 de junho de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Extrato: Seahs 2014/10 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEAHS 2014/10 A00

Contratada: ISEP INSTITUTO SINERGIA DE EXTENSÃO E PÓS GRADUAÇÃO LTDA

C.N.P.J:07.570.265/0001-74

Objeto: CONTRATAÇÃO DE UNIVERSIDADE, FACULDADE OU INSTITUTO NA QUAL TENHA COMO MANTEDORA UMA FACULDADE, ESPECIALIZADA PARA DESENVOLVER ASSESSORIA, CAPACITAÇÃO E ACOMPANHAMENTO À SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Valor: R\$52.500,00 Prazo:31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 06/2014 Pregão 05/2014

Imbituba, 11 de junho de 2014.

Selma Elias Westphal

Secretária Municipal da Seahs

Contratante

Isep - Instituto Sinergia de Extensão e pós Graduação Ltda

Representante Legal

Contratada

Edital de Notificação por Autuação de Trânsito E Edital de Notificação de Imposição de Penalidade - PM - Imbituba Edital 1686/2014 A 1689/2014



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Diretoria de Mobilidade Urbana de Imbituba/SC

Edital de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade – PM IMBITUBA

Edital 1686/2014 a 1689/2014

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1686/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ANH9079	55028579E	5274/1	22/04/2014	175
ANH9079	55028580E	5169/1	22/04/2014	165
BOP5603	55029218E	6920/0	24/04/2014	233
CHM4216	55032143E	6637/2	03/05/2014	230 * IX
CHM4216	55032144E	6637/2	03/05/2014	230 * IX
IKE5743	55029202E	6920/0	08/04/2014	233
INA4583	55031639E	5010/0	16/04/2014	162 * I
KDW3129	55029220E	6920/0	25/04/2014	233
KFS1550	55028581E	6599/2	29/04/2014	230 * V
KFS1550	55028582E	5010/0	29/04/2014	162 * I
KFS1550	55028583E	5118/0	29/04/2014	164 c/c 162 * I
KFS1550	55028584E	6637/1	29/04/2014	230 * IX
LRE0774	55029214E	6920/0	11/04/2014	233
LXI0068	55029206E	6920/0	09/04/2014	233
LYO0332	54707493E	6912/0	29/04/2014	232
MAA1869	55031420E	6599/2	20/05/2014	230 * V
MAA1869	55031421E	6912/0	20/05/2014	232
MDQ1584	55029213E	6920/0	14/04/2014	233
MEE0139	55848333C	6912/0	28/04/2014	232
MFB5788	55029211E	6920/0	11/04/2014	233
MGR2950	55029208E	6920/0	10/04/2014	233
MGV6800	55028987E	6912/0	25/04/2014	232
MHY8941	54107753D	6599/2	20/04/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1687/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKE1147	55031478E	5428/1	20/04/2014	181 * V
HLJ6187	55029022E	5550/0	19/04/2014	181 * XV/III
HQR3429	55029138E	5541/1	22/05/2014	181 * XVII
IQO5691	55028976E	5525/0	21/04/2014	181 * XV
KCV6781	55028837E	5525/0	19/04/2014	181 * XV
MCC4037	55678742C	5487/0	30/04/2014	181 * XI
MCX9020	55029137E	5541/1	22/05/2014	181 * XVII
MEN4835	55678739C	5185/1	30/04/2014	167
MGV9882	55028576E	5460/0	15/04/2014	181 * IX
MHO1477	55028830E	5541/1	19/04/2014	181 * XVII
MHS1556	55678747C	5452/5	30/04/2014	181 * VIII
MIW4376	55029052E	5541/4	26/04/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1688/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJM1562	55028350E	6599/2	22/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
AJM1562	55032336E	6912/0	22/02/2014	R\$ 53,20	232
BHP9560	55678709C	6912/0	05/01/2014	R\$ 53,20	232
IDB0554	55028433E	6920/0	21/02/2014	R\$ 127,69	233
ILV0585	55028404E	6920/0	10/02/2014	R\$ 127,69	233
KNK9700	55032343E	6599/2	28/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
KNK9700	55032344E	6912/0	28/02/2014	R\$ 53,20	232
LXM2399	55028341E	6599/2	23/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXO2970	55028356E	6920/0	04/02/2014	R\$ 127,69	233
LXO6148	55030987E	6637/2	11/02/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LXO6148	55030988E	6726/1	11/02/2014	R\$ 127,69	230 * XV/III
LYQ7725	55030103E	6599/2	29/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZB7066	55031937E	6599/2	07/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZK8438	55028383E	6920/0	29/01/2014	R\$ 127,69	233
MAD4015	55030601E	6670/0	15/02/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
MAL3343	55028444E	6920/0	06/03/2014	R\$ 127,69	233
MAX0870	55032578E	6637/1	09/02/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MAX0870	55032579E	6610/2	09/02/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MAX0870	55032580E	6637/2	09/02/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MCI4374	55028401E	6920/0	07/02/2014	R\$ 127,69	233
MCL1602	55032331E	6912/0	19/02/2014	R\$ 53,20	232
MCN0137	55028301E	6599/2	04/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDW1249	55032332E	6599/2	22/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDW1249	55032333E	6556/1	22/02/2014	R\$ 191,53	230 * I
MDW1249	55032334E	6912/0	22/02/2014	R\$ 53,20	232
MEC5965	54708071E	6599/2	25/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEI7488	55030118E	5010/0	08/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEK5186	55028438E	6920/0	26/02/2014	R\$ 127,69	233
MFO2279	55031355E	6599/2	25/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGE9753	55028420E	6920/0	18/02/2014	R\$ 127,69	233
MGF2619	55030991E	5010/0	04/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHG4969	54707450E	6599/2	07/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHG4969	55795094D	7340/0	07/01/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MHI5049	54708478E	6599/2	05/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHI5049	54708479E	5320/0	05/01/2014	R\$ 957,69	176 * V
MHK6944	54706990E	6920/0	30/01/2014	R\$ 127,69	233
MHV7373	55030713E	5169/1	06/03/2014	R\$ 1.915,38	165
MIJ6197	55028395E	6920/0	05/02/2014	R\$ 127,69	233
MIN2676	55030630E	5045/0	16/03/2014	R\$ 191,53	162 * V
MIR2060	54705966E	6912/0	20/12/2013	R\$ 53,20	232
MIT6710	55031920E	5169/1	01/02/2014	R\$ 1.915,38	165
MJX8087	54708178E	5274/1	01/01/2014	R\$ 191,53	175
MKT6780	55032574E	6661/0	08/02/2014	R\$ 127,69	230 * XII
MLL1397	55032582E	5045/0	17/02/2014	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1689/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKJ6402	54707379E	5541/4	27/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
AOF1350	55032438E	5185/1	08/02/2014	R\$ 127,69	167
ATJ8740	55030237E	5550/0	10/02/2014	R\$ 85,12	181 * XV/III
AUA2901	55031663E	5525/0	28/01/2014	R\$ 85,12	181 * XV
AUA2901	55031703E	5550/0	28/01/2014	R\$ 85,12	181 * XV/III
AVB6832	54708092E	5550/0	02/01/2014	R\$ 85,12	181 * XV/III
AVS0170	55030553E	5622/1	11/02/2014	R\$ 53,20	182 * VI



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

AWB4880	55030587E	5436/0	17/02/2014	R\$ 85,12	181 * VI
BOZ4788	54707715E	5550/0	28/12/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
DAD4100	54707482E	5541/4	01/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DSI8866	55032234E	5525/0	11/01/2014	R\$ 85,12	181 * XV
EUJ7767	55031953E	5550/0	29/01/2014	R\$ 85,12	181 * XVII
GVL5890	54706699E	5541/4	24/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
HXP6528	54707294E	5452/1	23/01/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
IIK4942	55030105E	5509/0	08/02/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
ILI4601	55028258E	5550/0	10/02/2014	R\$ 85,12	181 * XVII
INJ3791	54706237E	5541/1	24/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
INX7755	55032341E	5452/1	28/02/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
IOI5448	55031918E	5550/0	01/02/2014	R\$ 85,12	181 * XVII
IPR0346	55031848E	5541/1	31/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IPU4916	55030519E	5525/0	15/02/2014	R\$ 85,12	181 * XV
IPU4916	55030520E	5428/1	15/02/2014	R\$ 191,53	181 * V
IQG9897	55031707E	5525/0	28/01/2014	R\$ 85,12	181 * XV
IQJ7667	55030006E	5525/0	27/01/2014	R\$ 85,12	181 * XV
IRH0588	55028571E	5525/0	05/03/2014	R\$ 85,12	181 * XV
ISU5747	54707935E	5541/1	05/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ISX2103	54708460E	5452/1	28/12/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
IUO1822	55031746E	5550/0	06/02/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
JGG0568	55031680E	5550/0	01/02/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
JKA4034	55030053E	5509/0	29/01/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
KNK4725	55030600E	5541/1	26/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LAY1134	55030125E	5541/1	07/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZB6400	55030550E	5525/0	16/02/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MAF0595	55032297E	5550/0	22/01/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MAF0595	55032298E	5525/0	22/01/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MAQ5831	54705887E	5525/0	05/02/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MAU4271	55032312E	5452/1	04/02/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MAY8481	54705298E	5550/0	16/02/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MBV9286	54708091E	5550/0	02/01/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDB0889	55031570E	5550/0	24/01/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDG3613	55797192D	5410/0	09/02/2014	R\$ 85,12	181 * IV
MEG4398	54706667E	5541/1	18/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MET0422	55796143D	5452/5	03/03/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MFE6224	54707178E	7455/0	28/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGB2737	55030104E	5550/0	08/02/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGJ4531	55030027E	5525/0	01/02/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MGM9425	55031672E	5193/0	31/01/2014	R\$ 191,53	168
MGR1318	55796139D	5452/5	03/03/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MGZ5098	55028337E	5541/4	19/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHC7634	55031972E	5185/1	09/02/2014	R\$ 127,69	167
MHG4969	54707122E	7030/2	07/01/2014	R\$ 191,53	244 * I
MHQ9951	55032603E	5460/0	06/02/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MHS6566	55030609E	5460/0	26/02/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MHV1773	55032318E	5452/1	07/02/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MIC2857	55031678E	5550/0	01/02/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIL7435	54705886E	5541/1	05/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIT6710	55030025E	5550/0	01/02/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIU5069	55028312E	5452/1	10/02/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MIW9016	55030574E	5541/4	14/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJB0524	55030224E	5525/0	08/02/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MJN2209	55032048E	5525/0	20/01/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MKK0375	55028315E	5452/1	10/02/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MKW0741	55031702E	5525/0	28/01/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MLG5985	55028815E	5835/0	12/04/2014	R\$ 127,69	195
MLG5985	55028817E	5215/1	12/04/2014	R\$ 191,53	170
MLG5985	55028818E	7030/2	12/04/2014	R\$ 191,53	244 * I
MLM6015	55030169E	5525/0	09/02/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MLN3107	55032659E	5541/1	24/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
PFJ3111	55031958E	5525/0	01/02/2014	R\$ 85,12	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

IMBITUBA, 10 DE JUNHO DE 2014

Carlos Fernando Demétrio
Diretor de Mobilidade Urbana
Autoridade de Trânsito

Iomerê

PREFEITURA

Lei 783/2014

LEI Nº. 783, DE 12 DE JUNHO DE 2014.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 755/2013 de 25 de novembro de 2013, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2014.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.02 Departamento de Cultura
2048 Organização de Festas Comemorativas e Eventos
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 80.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da Anulação da seguinte dotação orçamentária:

01.00 Poder Legislativo
01.01 Câmara de Vereadores
1001 Construção da Sede Legislativa
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 80.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 12 de junho de 2014.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Lei 784/2014

LEI Nº. 784, DE 12 DE JUNHO DE 2014.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 755/2013 de 25 de novembro de 2013, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2014.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a abrir crédito

suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Iomerê, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

11.00 Fundo Municipal de Assistência Social
11.01 Fundo Municipal de Assistência Social
2045 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários

R\$ 50.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da Anulação da seguinte dotação orçamentária:

07.00 Fundo Municipal da Infância e Adolescência

07.01 Fundo Municipal da Infância e Adolescência

2046 Manutenção das Atividades do FIA

33900000 Aplicações Diretas

100.00 Recursos Ordinários

R\$ 50.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 12 de junho de 2014.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Lei 785/2014

LEI Nº. 785, DE 12 DE JUNHO DE 2014.

Altera a Lei Municipal n. 768/2014 e da outras providencias.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1. Fica alterada o artigo 6, da Lei Municipal n. 768/2014, que passa a vigorar coma seguinte redação:

"Art. 6. O Conselho Tutelar funcionará em local próprio, nos seguintes dias e horários:

I - no local de funcionamento de segunda à sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas;

II - sob forma de plantão de segunda à sextas-feiras, da meia noite às 08:00 horas; das 11:30 à 13:00 horas e das 17:00 às 24:00 horas; e, nos sábados, domingos e feriados durante às 24 horas.

Parágrafo Primeiro. Cada conselheiro tutelar deverá cumprir jornada semanal de 40(quarenta) horas, ficando vedado turnos de revezamentos durante o dia, além dos plantões, cuja escala devida ser elaborada pelos conselheiros.

Paragrafo Segundo. Os plantões não serão confundidos nem somados às horas semanais de trabalho, e a remuneração de cada conselheiro não sofrera nenhuma alteração em função da

realização dos plantões”.

Art. 2. Permanecem inalteradas todas as demais disposições da Lei Municipal n. 768/14.

Art. 3. As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotação orçamentária do orçamento vigente.

Art. 4. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 12 de junho de 2014.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1538/2014

DECRETO Nº. 1538 DE 12 DE JUNHO DE 2014.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 755/2013 de 25 de novembro de 2013, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a lei nº 783/2014 de 12 de junho de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

04.02 Departamento de Cultura

2048 Organização de Festas Comemorativas e Eventos

33900000 Aplicações Diretas

100.00 Recursos Ordinários

R\$ 80.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da Anulação da seguinte dotação orçamentária:

01.00 Poder Legislativo

01.01 Câmara de Vereadores

1001 Construção da Sede Legislativa

44900000 Aplicações Diretas

100.00 Recursos Ordinários

R\$ 80.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 12 de junho de 2014.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1539/2014

DECRETO Nº. 1539 DE 12 DE JUNHO DE 2014.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 755/2013 de 25 de novembro de 2013, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a lei nº 784/2014 de 12 de junho de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Iomerê, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

11.00 Fundo Municipal de Assistência Social

11.01 Fundo Municipal de Assistência Social

2045 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

33900000 Aplicações Diretas

100.00 Recursos Ordinários

R\$ 50.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da Anulação da seguinte dotação orçamentária:

07.00 Fundo Municipal da Infância e Adolescência

07.01 Fundo Municipal da Infância e Adolescência

2046 Manutenção das Atividades do FIA

33900000 Aplicações Diretas

100.00 Recursos Ordinários

R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 12 de junho de 2014.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Errata Edital Processo Seletivo 002/2014

ERRATA Nº 01 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 002/2014

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 01.612.744/0001-20, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA errata referente ao salário de professor 20hs e 40hs, constante do ANEXO I DO EDITAL DE TESTES SELETIVO N. 002-2014, QUADRO GERAL DE VAGAS.

1. ONDE SE LÊ:

7	PROFESSOR Educação Infantil e Creche	CR	40 horas	R\$ 1.231,80	Ensino Superior Completo em Peda- gogia
8	PROFESSOR Séries Iniciais Ensino Fun- damental	CR	20 horas	R\$ 2.463,60	Ensino Superior Completo em Peda- gogia

LEIA-SE:

7	PROFESSOR Educação Infantil e Creche	CR	40 horas	R\$ 2.463,60	Ensino Superior Completo em Peda- gogia
8	PROFESSOR Séries Iniciais Ensino Fun- damental	CR	20 horas	R\$ 1.231,80	Ensino Superior Completo em Peda- gogia

2. Mantêm-se as demais disposições do Edital de Processo Seletivo nº 002/2014, conforme publicação anterior.

Iomerê, 13 de junho de 2014.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Portaria 2375/2014

PORTARIA Nº 2375 DE 12 DE JUNHO DE 2014.

Revoga Portaria nº2067/13, que Nomeou a Servidora Diana Nava Peretti para exercer o Cargo de Diretora

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 2067 de 10 de Janeiro de 2013, que nomeou a Servidora DIANA NAVA PERETTI, para exercer o cargo Comissionado de Diretora.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 12 de junho de 2014.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2376/2014

PORTARIA Nº 2376 DE 12 DE JUNHO DE 2014

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora Diana Nava Peretti, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 15/02/2013 a 14/02/2014 a contar de 16/06/2014 a 15/07/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 12 de junho de 2014.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Pregão Presencial Nº 0025/2014

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial 0025/2014

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 0025/2014 para aquisição de fogos de artifício. A abertura das propostas se dará no dia 01/07/2014 às 14h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 16 de junho de 2014
Luciano Paganini
Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

Extrato Processo Licitatório 45/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 45/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º 33/2014

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 02 de junho de 2014, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a AQUISIÇÃO DE CADEIRAS GIRATÓRIAS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS.. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 13 de junho de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Portaria N º 305/2014

PORTARIA Nº. 305/2014.
PROMOVE REENQUADRAMENTO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA POR MOTIVO DE DESNECESSIDADE DO CARGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe conferem os itens VII e IX do art. 65 da Lei Orgânica Municipal e no que dispõe o art. 105, inciso II da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001 e,

Considerando a terceirização das atividades do Laboratório de Análises Clínicas no Município de Irineópolis;

Considerando o disposto no Decreto nº 2.596/2014, de 26/05/2014, que declarou a desnecessidade do cargo de Auxiliar de Laboratório;

Considerando o teor da Ata nº 001/2014, de 26 de maio de 2014, relativamente a análise de cargos da Prefeitura Municipal de Irineópolis, com parecer conclusivo atinente a relação dos cargos, considerando vencimentos competências e atribuições.

Considerando que a função de maior compatibilidade em concordância com o art. 43 da LC 01/97 de 30/12/1997, seria o de Agente Administrativo, e que o servidor possui habilitação necessária para o desempenho da função;

Considerando que não haverá prejuízos aos vencimentos e vantagens adquiridas;

Considerando o decurso do prazo de 5 (cinco) dias sem manifestação contrária e/ou impugnação por parte do servidor; e,

Considerando que o silêncio do servidor implica juridicamente em concordância tácita;

RESOLVE:

Art. 1º Promover o reenquadramento funcional do servidor

WILIAN LEZAN, no cargo de Agente Administrativo (44h/sem), pertencente ao Grupo III - GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO (GTA) do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Parágrafo único. A inclusão do servidor no novo cargo se dará no nível salarial que mais se aproximar dos seus vencimentos atuais. Art. 2º Revogadas a Portaria nº 291/2014 e demais disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irineópolis,
11 de Junho de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Portaria N º 306/2014

PORTARIA Nº. 306/2014.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97, de 30/12/1997 e demais legislação pertinente,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentar ao servidor público municipal EDSON LUIZ ROSA, no período de 16/06/2014 à 30/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 16/06/2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 11 de Junho de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Extrato de Homologação 30/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 30/2014
INEXIGIBILIDADE Nº. 01/2014

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação do Sr. Alex Willian Hoppe

Irineópolis, 21 de maio de 2014.
Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

Extrato de Revogação Processo 13/2014- FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2014
TOMADA DE PREÇO Nº 03/2014

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Senhor Juliano Pozzi Pereira, no uso de suas atribuições legais, conforme faculta o 49 da lei 8.666/93,consolidada, resolve revogar o Processo Licitatório n.º 13/2014, Modalidade Tomada de Preços n.º 03/2014, por razões de interesse publico decorrentes de fatos supervenientes

devidamente comprovados.

Irineópolis - SC, 05 de junho de 2014.

Extrato de Homologação 29/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 29/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2014

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: Bigger Caminhões Ltda. e Paraná Equipamentos S.A.

Irineópolis, 13 de junho de 2014.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 49/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 49/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Bigger Caminhões Ltda.

Objeto: AQUISIÇÃO DE 03 CAMINHÕES E 01 MOTONIVELADORA, COM A FINALIDADE DE PROPORCIONAR MELHORES CONDIÇÕES DE TRAFAGBILIDADE, CONFORME PROPOSTA DE TRABALHO, ATRAVES DE RECURSOS DE CONVENIO E PROPRIOS
Valor: R\$ 750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil reais)

Vigência: 13.06.2014 a 31.12.2014

Base Legal - Processo Licitatório 29/2014 - Pregão Presencial nº. 25/2014

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 50/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 50/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Paraná Equipamentos S.A.

Objeto: AQUISIÇÃO DE 03 CAMINHÕES E 01 MOTONIVELADORA, COM A FINALIDADE DE PROPORCIONAR MELHORES CONDIÇÕES DE TRAFEGABILIDADE, CONFORME PROPOSTA DE TRABALHO, ATRAVES DE RECURSOS DE CONVENIO E PROPRIOS
Valor: R\$ 615.000,00 (Seiscentos e quinze reais)

Vigência: 13.06.2014 a 31.12.2014

Base Legal - Processo Licitatório 29/2014 - Pregão Presencial nº. 25/2014

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**1º Termo Aditivo**

Termo Aditivo nº 001/2014

Contratante : CÂMARA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

Objeto do Contrato: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 07/2013, que entre si celebram a Câmara Municipal de Irineópolis e a Empresa Betha Sistemas LTDA. O prazo contratual fica prorrogado por mais 12(dose) meses, com término em 01/05/2015. Os valores contratados serão reajustrados a partir de 01/05/2014. Valor Total do contrato R\$ 12.828,48.

Vigência : 01 de Maio de 2014 a 01 de Maio de 2015.

Itaiópolis**PREFEITURA****Extrato de Edital PR Nº 41/2014**

Processo Licitatório nº 52/2014 - Pregão Presencial nº 41/2014 -

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa(s) para prestação de serviços de arbitragem, para os jogos de futsal, de campo e volei. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 30 de junho de 2014, até às 09hs20min. ABER-TURA DOS ENVELOPES: no dia 30 de junho de 2014, às 09hs-30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaiopolis.sc.gov.br.

Itaiópolis, 12 de junho de 2014.

Gervásio Uhlmann

Prefeito Municipal

Itapiranga**PREFEITURA****Extrato de Contratos Prefeitura Nº 082 A 086**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - EXTRATOS CONTRATOS - PREFEIR-TURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 082/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Saneoste Instaladora de Po-ços Ltda EPP.

ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 071/2014.

OBJETO: Contratação de empresa para execução em regime de empreitada global do sistema de esgotamento sanitário, compreendendo ligações prediais, poços de visita e rede coletora de esgoto, na Avenida Uruguai, trecho entre as ruas Sete de Setembro e Nereu Ramos, no centro da cidade de Itapiranga.

VALOR: R\$ 48.042,97

VIGÊNCIA: 02 de julho de 2014.

Itapiranga - SC. 02 de junho de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 083/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Gaia Rodovias Ltda.

ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 072/2014.

OBJETO: Contratação de empresa em regime de empreitada glo-bal para implantação de pavimentação asfáltica nas ruas Boa Es-perança, Rua Getulio Vargas e Rua do Cometa, do município de Itapiranga, conforme contrato de repasse nº 1.013.594-99/2013/ Ministério das Cidades/Caixa.

VALOR: R\$ 291.220,64

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2014.

Itapiranga - SC.

02 de junho de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 084/2014

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 115/2012

PARTES: Município de Itapiranga e Berwanger e Grutzmann Cor-retora de Seguros.

ORIGEM: Processo Licitatório na Modalidade de Convite nº 97/2012.

OBJETO: Contratação de seguros de responsabilidade civil e total para veículos desta municipalidade.

VALOR: R\$ 3.798,18

VIGÊNCIA: 02 de junho de 2015.

Itapiranga - SC.

02 de junho de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 085/2014
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 87/2013
PARTES: Município de Itapiranga e Berwanger e Grutzmann Corretora de Seguros.
ORIGEM: Pregão Presencial nº 100/2014.

OBJETO: Contratação de seguros de responsabilidade civil e total para veículos desta municipalidade.
VALOR: R\$ 4.255,95
VIGÊNCIA: 02 de junho de 2015.

Itapiranga - SC.
02 de junho de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 086/2014
PARTES: Município de Itapiranga e Transportes Serni Ltda.
ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 81/2014.

OBJETO: contratação de empresa para coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos urbanos recicláveis do município de Itapiranga.
VALOR: R\$ 129.493,00
VIGÊNCIA: 11 de janeiro de 2015.

Itapiranga - SC.
11 de junho de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Extrato de Atas de Registro de Preços Prefeitura Nº 165 A 167

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
ATAS REGISTRO DE PREÇOS - PREFEITURA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 165/2014.
PARTES: Município de Itapiranga e Vilson Michels 68196490968.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 74/2014

OBJETO: Contratação de serviços para poda ornamental de árvores em ruas e praças do perímetro urbano do município.
VALOR: R\$ 37.300,00
VIGÊNCIA: 31 de agosto de 2014.

Itapiranga - SC.
28 de maio de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 166/2014.
PARTES: Município de Itapiranga e Metalúrgica Industrial Agromaq Eireli - ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 83/2014

OBJETO: Aquisição de materiais diversos para reforma do prédio da Prefeitura de Itapiranga.
VALOR: R\$ 12.870,00
VIGÊNCIA: 09 de junho de 2015.

Itapiranga - SC.
09 de junho de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 167/2014.
PARTES: Município de Itapiranga e Auto Mecânica Ival Ltda - ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 84/2014

OBJETO: Aquisição de peças destinadas para concerto e manutenção da Motoniveladora COWDIN CM 165H da secretaria de transportes dessa municipalidade..
VALOR: R\$ 33.684,17
VIGÊNCIA: 09 de junho de 2015.

Itapiranga - SC.
09 de junho de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal.

Extrato de Atas de Registro de Preços Saúde Nº 060 A 062

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
ATAS REGISTRO DE PREÇOS - SAÚDE

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2014.
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2014.
PARTES: Município de Itapiranga e Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda.
ORIGEM: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 45/2013.

OBJETO: De acordo com a alínea "D" do inciso II, do artigo 65 da lei 8666/93, para manter o equilíbrio econômico financeiro, foi ajustado o preço do item de nº 342, aquisição de medicamentos, destinados para as farmácias básicas de saúde, para distribuição a pacientes do município.
VALOR: R\$ 617,50
VIGÊNCIA: 27 de janeiro de 2015.

Itapiranga - SC.,
02 de junho de 2014.
Luis Carlos Steffenon
Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2014.
PARTES: Município de Itapiranga e Indústria e Comércio de Confeções Schoeler Ltda - ME.
ORIGEM: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 20/2014.

OBJETO: Aquisição de uniformes para os servidores que atuam no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU.
VALOR: R\$ 2.701,60
VIGÊNCIA: 12 de junho de 2015.

Itapiranga - SC.,
12 de junho de 2014.
Luis Carlos Steffenon
Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2014.
PARTES: Município de Itapiranga e Confeções Guri Ltda - ME
ORIGEM: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 20/2014.

OBJETO: Aquisição de uniformes para os servidores que atuam no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU.
VALOR: R\$ 7.070,00
VIGÊNCIA: 12 de junho de 2015.

Itapiranga - SC.
12 de junho de 2014.
Luis Carlos Steffenon
Administrador do FMS

Inexigibilidade Nº 22/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Processo Licitatório nº 22/2014

Inexigibilidade de Licitação nº 22/2014

Partes: Município de Itapiranga e

Comunidade Terapêutica Fazenda Espirito Santo

Objeto: Contratação da Comunidade Terapêutica Fazenda Espirito Santo, para internação do paciente Gilmar Santana, conforme determinação do Ministério Público.

Fundamento: Caput, o artigo 25 da Lei nº 8.666/93.

Valor: R\$ 8.100,00

Prazo de Vigência: 09 meses

Itapiranga - SC.

11 de abril de 2014

Luis Carlos Steffenon

Gestor FMS

Portaria Nº 152/2014

Portaria nº 152 de 9 de junho de 2014.

Concede licença gestante à servidora municipal.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39 de 12/07/2011.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença Gestante à servidora municipal Gilvane Consatti Weiss matrícula nº 14556/01, no período de 9/6/2014 até 5/12/2014.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

ITAPIRANGA-SC,
9 de junho de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Extrato de Contratos da Saúde Nº 019 A 020/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATOS CONTRATOS - SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2014

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 12/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Construtora Bem Te Vi Ltda.

ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 08/2014

OBJETO: Execução em regime de empreitada global dos serviços para construção da Unidade Básica de Saúde Fronteira, conforme repasse fundo a fundo do fundo nacional da saúde, Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2.

VALOR: R\$ 1.321,20

VIGÊNCIA: 21 de fevereiro de 2015.

Itapiranga - SC.

05 de junho de 2014.

Luis Carlos Steffenon

Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Comunidade Terapêutica Fazenda Espirito Santo.

ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº 22/2014

OBJETO: Contratação da Comunidade Terapêutica Fazenda Espirito Santo, para internação do paciente Gilmar Santana, conforme determinação do Ministério Público.

VALOR: R\$ 8.100,00

VIGÊNCIA: 12 de março de 2015.

Itapiranga - SC.

13 de junho de 2014.

Luis Carlos Steffenon

Administrador do FMS

Licitação Nº 99/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS

Nº 99/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 99/2014, cujo objeto é a aquisição de materiais diversos destinados para a manutenção das atividades da oficina mecânica do município. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 27 de junho de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC.

13 de junho de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Licitação Nº 100/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL

Nº 100/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 100/2014, cujo objeto é a aquisição de 01 conjunto concha de lamina para motoniveladora HUBER 165 S, da secretaria de transportes desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 27 de junho de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 13 de junho de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Licitação Nº 101/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL
Nº 101/2014

O Município de Itapiranga - SC, torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 101/2014, cujo objeto é contratação de empresa especializada na indexação, digitalização e organização do arquivo físico de todo acervo de portarias relativas aos exercícios de 1994 à 2014, digitação e consolidação textual das leis municipais, atendendo as necessidades do GED atualmente utilizado pelo município de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 30 de junho de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 13 de junho de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Licitação Nº 102/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 102/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 102/2014, cujo objeto é a contratação de serviços de motoniveladora para manutenção e recuperação da malha viária municipal, com amparo na Lei nº 2.047/2002. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 30 de junho de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 13 de junho de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Ituporanga**PREFEITURA****Decreto Nº 269, de 13 de Junho de 2014**

DECRETO nº 269, de 13 de junho de 2014

“Regulamenta o Estacionamento Rotativo de Ituporanga, instituído pela Lei nº. 2.158 de 09 de fevereiro de 2007, e da outras providências.”

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, combinado com o art. 24, incisos VI, VII e X, da Lei nº. 9.503 de 23/09/1997 - Código de Trânsito Brasileiro e de acordo com a Lei nº. 2.158 de 09 de fevereiro de 2007, que Institui o sistema especial de estacionamento rotativo denominado área azul e demais alterações;

DECRETA:

Art. 1º. O estacionamento Rotativo de Ituporanga será regido em conformidade com o disposto no presente ato normativo.

Parágrafo Único - Compreende-se como Estacionamento Rotativo de Ituporanga as áreas de estacionamento rotativo identificadas mediante sinalização específica implantada nas ruas e logradouros públicos definidos neste Decreto, mediante a observância de determinadas condições e o pagamento de preço publico previamente definido por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º. O Estacionamento Rotativo de Ituporanga será operado sob regime de concessão onerosa, mediante prévia licitação.

§ 1º. A concessão do serviço de que trata esse decreto, reger-se-á pelos termos do art. 175 da Constituição Federal, da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e suas alterações, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, da Lei Municipal nº. 2.158 de 09 de fevereiro de 2007 e Lei nº 2.495, de 12 de novembro de 2013, Lei nº 2.503, de 12 de dezembro de 2013 e 2.553 de 29 de maio de 2014, pela presente regulamentação, pelo respectivo Edital de Concorrência Pública, pelas normas legais pertinentes e pelas cláusulas do indispensável contrato.

§ 2º A concessão será outorgada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal e formalizada em conformidade com o art. 4º, da Lei Federal nº 8.987/95.

§ 3º O serviço concedido ficará sujeito a regulamentação e fiscalização do Poder Público, que poderá retomar sua execução quando a concessionária deixar de atender satisfatoriamente aos fins ou às condições do contrato.

Art. 3º O prazo de concessão para a gestão das áreas de estacionamento rotativo de que trata o artigo anterior não poderá ser inferior a 5 (cinco) anos, nem superior a 15 (quinze) podendo o contrato ser prorrogado a igual período, em conformidade com os critérios previstos no edital de licitação.

Art. 4º O Estacionamento Rotativo de Ituporanga deverá ser operacionalizado mediante controle automatizado e informatizado, por meio de equipamento eletrônico multi-vagas que permita total integridade financeira da arrecadação, aferição imediata de receitas e auditoria permanente por parte do Poder Concedente.

§ 1º O gerenciamento e operacionalização do serviço de que trata esse decreto deverão garantir grau de precisão que permita cobrar

do usuário o tempo correspondente ao período de permanência do veículo no local.

§ 2º A concessionária deverá, às suas expensas e por sua conta e risco, dispor de funcionários, devidamente identificados e uniformizados, para certificar-se da correta utilização das vagas, emitindo avisos para regularização e demais atos preparatórios para que os órgãos competentes possam exercer o Poder de Polícia de Trânsito.

§ 3º. Ao final do prazo da concessão, toda a sinalização de regulamentação utilizada na operação dos estacionamentos reverterá para o Poder Público, sem qualquer ônus ao erário.

Art. 5º. No julgamento da licitação será considerado o critério de melhor proposta de maior percentual da receita bruta do sistema, repassada ao poder executivo municipal, atendendo para tal os requisitos técnicos descritos neste decreto e no termo de referência do respectivo edital.

Art. 6º. A concessionária deverá, sem ônus para o Município, fornecer, instalar, conservar e substituir os equipamentos empregados no sistema e a sinalização viária regulamentadora do estacionamento, bem como realizar todas as obras que se fizerem necessárias à operação da concessão.

Parágrafo Único - Os locais designados para o funcionamento do Estacionamento Rotativo de Ituporanga deverão ser identificados com as placas de estacionamento regulamentado definidas no Código de Transito Brasileiro, acrescidas das informações complementares relacionadas com as condições de estacionamento, colocadas em placas adicionais abaixo do sinal de regulamentação, ou a este incorporadas, formando uma só placa, conforme normas e especificações do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

Art. 7º. A concessionária deverá prestar serviços adequados ao pleno atendimento aos usuários do sistema.

Art. 8º. Fica a concessionária autorizada a promover veiculação publicitária remunerada nos impressos, materiais e equipamentos utilizados na operação do sistema, desde que não haja impedimento legal e tal iniciativa reverta no favorecimento da modicidade das tarifas, ficando condicionada ainda, a prévia aprovação do Poder Concedente.

Art. 9º. A utilização da vaga será feita mediante o uso de ticket eletrônico de estacionamento, emitido por equipamento eletrônico, no horário compreendido entre as 08:00h e 18:00h de segunda à sexta-feira, e das 08:00h às 12:00h aos sábados, exceto os casos de isenção previstos na Lei nº. 2.158 de 09/02/2007.

§ 1º Diante da alteração dos horários de prestação de serviços das atividades econômicas, especialmente as de caráter comercial, e por razões de conveniência administrativa, a critério do Departamento Municipal de Trânsito da Secretaria Municipal de Planejamento de Ituporanga, poderão ser modificados os períodos de estacionamento regulamentado.

§ 2º O estacionamento será isento de pagamento de preço público aos domingos e feriados e nas demais horas do dia que antecederem ou ultrapassarem os períodos expressos no caput desse artigo.

Art. 10. O preço público será fixado por Decreto do Poder Executivo e corresponderá a, no mínimo, 0,1% (zero vírgula um por cento) e, no máximo, 2% (dois por cento) da Unidade Fiscal do Município (UFM).

Parágrafo Único. O preço estabelecido no caput deste artigo será

reajustado anualmente com base na variação da Unidade Fiscal do Município - UFM, e revisado sempre que se demonstrar em desequilíbrio econômico-financeiro, demonstrado em Planilha de Custos da concessionária, auditada por membros designados pelo Poder Executivo.

Art. 11. A receita decorrente da utilização dos tickets eletrônicos e das regularizações, será destinada a cobrir os custos operacionais do sistema, remunerar a concessionária e o Município.

Art.12. Os valores provenientes da remuneração pela outorga da concessão e decorrentes da arrecadação com a cobrança das multas de trânsito serão aplicados em conformidade com o previsto no art. 320 da Lei nº. 9.503 de 23/09/1997 - Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 13. Integram o Estacionamento Rotativo de Ituporanga os trechos de logradouros e vias públicas constantes no Anexo I desta Lei:

§ 1º. A critério da Municipalidade, e atendendo às necessidades técnicas, conveniência e oportunidade para eficiência do sistema, poderá o mesmo sofrer acréscimos ou supressões de vias e logradouros.

§ 2º. As áreas de estacionamento deverão estar devidamente identificadas através de sinalização própria prevista no parágrafo único do art. 6º deste Decreto, as quais serão usufruídas mediante o pagamento de preço público, observadas às disposições deste regulamento.

Art. 14. Para a utilização do Estacionamento Rotativo de Ituporanga deverão ser observadas as seguintes disposições:

o veículo deverá ser posicionado no sentido do fluxo, a 45º em relação ao bordo da pista de rolamento, e/ou paralelo ao bordo da pista de rolamento junto à guia da calçada (meio-fio), respeitando os limites estabelecidos pela demarcação individual de vaga disposta através de sinalização horizontal específica, admitidas as exceções devidamente sinalizadas;

veículo cujas dimensões excedam a demarcação viária estabelecida para uma vaga de estacionamento, pagará o correspondente ao número de vagas ocupadas;

as motocicletas, motonetas e ciclomoteres deverão ser estacionadas nos locais especificamente demarcados e sinalizados para tal finalidade e para este tipo exclusivo de veículo, gozando da isenção prevista no artigo 5º da Lei nº. 2158, de 09/02/2007.

§ 1º. A operação de carga e descarga será regulamentada por intermédio de sinalização específica e é considerada estacionamento, pagando o preço correspondente ao valor de uma vaga normal de estacionamento regulamentado.

§ 2º. Considera-se estacionamento a imobilização de veículos por tempo superior ao estritamente necessário para embarque ou desembarque de passageiros.

Art. 15. O tempo máximo de permanência na mesma vaga é de 02:00 h. (duas horas) contínuas, vedada a sua prorrogação.

Art. 16. O preço público pelo estacionamento será cobrado mediante a venda de tickets eletrônicos representativos de 01:00 h. (uma hora), contendo a identificação do veículo através da placa, o dia e a hora de início da utilização, a sua validade e a numeração seqüencial única (NSU).

Art. 17. Os tickets eletrônicos para utilização do Estacionamento

Rotativo de Ituporanga serão comercializados em postos de venda devidamente identificados, pela Internet e na administração da empresa concessionária.

Art. 18. Será considerado como irregularmente estacionado o veículo que:

exceder o período máximo de permanência permitido conforme a sinalização;

estiver estacionado sem ticket ou com ticket vencido;

não estiver devidamente posicionado na vaga especificamente delimitada para este fim.

§ 1º. A permanência do condutor ou de outra pessoa no interior do veículo não desobriga o pagamento do estacionamento.

§ 2º. O veículo que permanecer estacionado por tempo superior ao previsto na sinalização viária regulamentadora estará sujeito à remoção para o depósito fixado pelo órgão ou entidade competente, com circunscrição sobre a via, sem prejuízo das cominações estabelecidas nos parágrafos primeiro e segundo do artigo seguinte.

Art. 19. Os usuários que deixarem de adquirir o ticket eletrônico, que estejam com o ticket vencido ou não estiver devidamente posicionado na vaga especificamente delimitada para este fim, desde que tenham respeitado o período máximo de permanência do veículo na vaga, conforme previsto no artigo anterior, serão notificados através do Aviso de Irregularidade e poderão proceder a regularização da situação nos postos de venda devidamente identificados, pela Internet e na administração da empresa concessionária, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, pagando por cada período irregular o preço público correspondente a 05 horas de estacionamento, das quais 02 horas retornarão em forma de crédito ao usuário.

§1º. Esgotado o prazo referido no caput deste artigo, sem a devida regularização ou desrespeitando o período máximo de permanência do veículo na vaga, previsto no artigo 15 deste Decreto, será lavrado auto de infração por estacionamento em desacordo com as condições regulamentadas especificamente pela sinalização, sujeitando o infrator às penalidades e medidas administrativas estabelecidas no artigo 181, inciso XVII, do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, instituído pela Lei Federal nº 9.503/97.

§ 2º. Será competente para lavrar o auto de infração de trânsito previsto no §1º deste artigo e lançar mão das medidas administrativas legalmente previstas para o tipo infracional, servidor civil, estatutário ou celetista ou, ainda, policial militar designado pela autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via.

Art. 20. As atividades de carga e descarga, com a utilização de veículos com peso bruto de tara - PBT acima de 5.000 (cinco mil quilos), somente serão permitidas em horário diverso daquele do funcionamento do estacionamento rotativo.

§ 1º. Para carga e descarga de concreto, materiais de construção, mudanças e outros casos excepcionais que ultrapassem as capacidades e horários estabelecidos, ou ainda eventos ou festividades, poderá ser obtida licença especial junto ao Departamento Municipal de Trânsito da Secretaria de Planejamento de Ituporanga.

§ 2º. O veículo cujo ocupante seja portador de licença para estacionamento especial, (portadores de necessidades especiais e idosos), deverão afixá-las no pára-brisa dianteiro.

§ 3º. A permanência de veículo, cujo ocupante seja portador de licença para estacionamento especial, por tempo superior ao

previsto neste Decreto será considerada como período de estacionamento vencido, incidindo as penalidades previstas neste decreto.

Art. 21. Não estão sujeitos ao pagamento do preço público pela utilização do Estacionamento Rotativo de Ituporanga, os seguintes veículos classificados conforme Tipo/Espécie:

de aluguel para transporte de passageiros (TAXIS), quando estacionados em suas respectivas vagas na "Área Azul";

motoneta, motocicleta e ciclomotor quando estacionados em suas respectivas vagas na "Área Azul";

veículos pertencentes à administração direta, indireta e fundacional do Município, do Estado e da União, desde que estejam devidamente identificados;

os veículos da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, SAMU e ambulâncias;

os veículos da Câmara Municipal de Ituporanga;

veículos conduzidos por Oficiais de Justiça em diligência, mediante credencial;

os veículos das empresas públicas prestadoras de serviços essenciais, quando se encontrarem em efetiva operação no local de prestação dos serviços a que se destinam e devidamente identificados pela energização ou acionamento do dispositivo luminoso intermitente ou rotativo.

§ 1º. Para os efeitos deste artigo, são considerados veículos prestadores de utilidade pública

a) Os destinados à manutenção e reparo de redes de energia elétrica, de água e esgotos, de gás combustível canalizado, de telecomunicações e de comunicações telefônicas;

b) Os que se destinam à conservação, manutenção e sinalização viária, quando a serviço de órgão executivo de trânsito;

c) Os destinados ao socorro mecânico de emergência nas vias abertas à circulação pública;

d) Os veículos especiais destinados ao transporte de valores;

e) Os veículos destinados ao serviço de escolta, quando registrados em órgão rodoviário para tal finalidade.

§ 2º. Defronte às farmácias e hospitais haverá 01 (uma) vaga, a critério do Departamento Municipal de Trânsito e devidamente sinalizada, onde o estacionamento será isento da utilização do ticket eletrônico pelo tempo máximo de 15 (quinze) minutos, com o pisca-alerta ligado, após o qual estará o usuário sujeito às penalidades e medidas administrativas previstas no CTB.

§ 3º. Defronte aos estabelecimentos de ensino haverá vagas exclusivamente destinadas para embarque e desembarque de estudantes, observando-se as mesmas condições estabelecidas no parágrafo anterior.

Art. 22. Em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou espaços públicos, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção.

§ 1º. Para os efeitos do presente regulamento, considera-se pessoa

portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida aquela que temporária ou permanentemente tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo.

§ 2º. As vagas que se refere o caput deste artigo deverão ser em número equivalente a 2% (dois por cento) do total daquele logradouro público, devidamente sinalizada.

§ 3º. A sinalização e as especificações técnicas de desenho e traçado das vagas de estacionamento de que trata este artigo deverão estar em conformidade com a NBR 9050 editada pela Associação brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou regramento técnico a suceder.

Art. 23. É assegurada a reserva, para os idosos, nos termos do presente decreto, de 5% (cinco por cento) das vagas no Estacionamento Rotativo de Ituporanga, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso.

Parágrafo Único - As vagas de estacionamento previstas neste artigo serão sinalizadas devendo-se observar, no que couber, quanto as suas especificações técnicas de desenho e traçado, o disposto na NBR 9050 editada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou regramento técnico a suceder.

Art. 24. A utilização das vagas especialmente destinadas para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência, com dificuldade de locomoção ou para idosos, previstas nos artigos 22 e 23 deste Decreto, não isenta o usuário de respeitar as demais regras estatuídas neste regulamento para o estacionamento, em especial o pagamento do preço público correspondente; a observância do prazo máximo de permanência do veículo na vaga e a utilização do ticket eletrônico.

Art. 25. A atividade de fiscalização do serviço, de que trata este Decreto, será exercida pelo Departamento Municipal de Trânsito da Secretaria Municipal de Planejamento, em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro.

Parágrafo Único - O Departamento Municipal de Trânsito da Secretaria Municipal de Planejamento poderá firmar convênio com outros órgãos federais, estaduais e municipais para o cumprimento do disposto neste Decreto.

Art. 26. Os casos omissos serão resolvidos pelo Departamento Municipal de Trânsito da Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 27. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA,
13 de junho de 2014
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

ELMO PISETTA
Secretário da Administração

Jacinto Machado

PREFEITURA

Aviso de Licitação Tomada de Preço Nº 008/2014/Pmjm

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 008/2014/PMJM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, a Comissão Permanente de Licitações, com devida autorização expedida pelo Senhor Antonio João de Fáveri, Prefeito Municipal, torna público a realização de licitação no dia 01/07/2014 às 08h30min, com entrega dos envelopes até às 08h15min da mesma data, no Setor de Licitações da Prefeitura, na modalidade: TOMADA DE PREÇOS, forma de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE RUA COBERTA LOCALIZADA NA RUA DONA HELENA CECHINEL, BAIRRO CENTRO, MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC. Conforme Projetos, Memorial Descritivo, Cronograma Físico-Financeiro, Orçamento e demais quantitativos anexados ao Edital.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações da Prefeitura, sito à RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, Bairro CENTRO, Município de JACINTO MACHADO, Estado de SANTA CATARINA, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira. Informações pelo Fone: (48) 3535-1133 ou fac-símile: (48) 3535-1288.

Jacinto Machado - SC,
13 de Junho de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

Portaria N.º 2681

PORTARIA Nº 2.681 DE 05 DE JUNHO DE 2014
"TRANSFERIR SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

RAFAEL LASKE, Prefeito Municipal de Joaçaba-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

RESOLVE

TRANSFERIR o(a) Servidor(a) Sr. ARLETE TERESINHA CAMPOS PASQUALI, Professor Nível II (Pós Graduação), lotado na Secretaria Municipal de Educação para a Divisão de Cultura.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de maio de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 05 de junho de 2014
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2682

PORTARIA Nº 2.682 DE 05 DE JUNHO DE 2014
"TRANSFERIR SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

RAFAEL LASKE, Prefeito Municipal de Joaçaba-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

RESOLVE

TRANSFERIR o(a) Servidor(a) Sr. DANIELA RADEL BORTOLI PATRZYKOT, Professor Nível III (Mestrado), lotado na Secretaria Municipal de Educação para a Divisão de Cultura.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de maio de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 05 de junho de 2014
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2683

PORTARIA Nº 2.683 DE 05 DE JUNHO DE 2014
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) SERGIO CHAGAS VASCONCELOS, para exercer o cargo de MOTORISTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, em especial em função do pedido de reclassificação do Sr. Fabiano Ribeiro Cidade e Sr. João Guesser, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 02 de junho de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2684

PORTARIA Nº 2.684 DE 06 DE JUNHO DE 2014
"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o servidor Sr. IRINEU MENEGHINI para acompanhar e fiscalizar o contratos nº 171/2014/PMJ de 16 de maio de 2014, proveniente do Processo de Licitação n.º 34/2014/PMJ - Pregão Presencial n.º 28/2014/PMJ de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 16 de maio de 2014, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 06 de junho de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2685

PORTARIA Nº 2.685 DE 06 DE JUNHO DE 2014

"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o servidores Sr. RENAN ZILIO e IVONE ZANATTA para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços nº 1/2014/FMAS, proveniente do Processo de Licitação nº 3/2014/FMAS - Pregão Presencial nº 2/2014/FMAS de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei nº 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 06 de junho de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2686

PORTARIA Nº 2.686 DE 06 DE JUNHO DE 2014

"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR a servidora Sr. IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO para acompanhar e fiscalizar o contratos nº 164/2014/PMJ de 02 de maio de 2014, proveniente do Processo de Licitação nº 31/2014/PMJ - Pregão Presencial nº 25/2014/PMJ de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei nº 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de maio de 2014, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 06 de junho de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2687

PORTARIA Nº 2.687 DE 06 DE JUNHO DE 2014

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 37, IX da Constituição Federal, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005, resolve;

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Senhor(a) ANA PAULA COSTENARO durante o período de 03 de junho de 2014 a 02 de dezembro de 2014, para exercer as funções de Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar nº 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de Processo Seletivo nº 04/2014/FMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 03 de junho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 06 de junho de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2688

PORTARIA Nº 2.688 DE 09 DE JUNHO DE 2014

"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR EM VIRTUDE DE SUA APOSENTADORIA PELO INSS, o(a) Senhor(a) IVETE DEBUS ROWEDDER, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, (Programa Psicossocial), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 097 de 18 de março de 2005 e 095 de 04 de março de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de junho de 2014
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2689

PORTARIA Nº 2.289 DE 11 DE JUNHO DE 2014

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) NATHALIA MORES, Psicóloga, lotado(a) na Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 147 de 13 de agosto de 2007 enquadrado na condição de ocupante de emprego público e por ter sido classificada em teste para emprego público.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 11 de junho de 2014
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Ordem de Serviço Nº239/2014 - Recebida Em 12/06/2014

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 239/2014

Autorizo por meio desta, a empresa SETEP CONSTRUÇÕES S/A, CNPJ/MF nº 83.665.141/0001-50 a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação asfáltica em C.A.U.Q. - Concreto Asfáltico Usinado a Quente da Rua Jorge Cardoso e Rua José da Silva Mattos, bairro Jardim das Hortências - LOTE 06 neste Município, de acordo com o Processo de Licitação nº 117/2013/PMJ - Edital CC nº 9/2013/PMJ, homologado em 27/01/2014. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 208.207,07 (duzentos e oito mil, duzentos e sete reais e noventa e sete centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Quarta do Contrato nº 148/2014/PMJ de 27 de janeiro de 2014. O prazo de início dos serviços é de até 10 (dez) dias e a execução é de até 120 (cento e vinte) dias contados da data de recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 10 de junho de 2014.
Contratante : PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo: _____
RAFAEL LASKE
Prefeito

Contratada: SETEP CONSTRUÇÕES S/A

Representante: ADEMIR LOCKS

Assinatura e carimbo _____
CPF: 290.608.429-87

RECEBI EM ____/____/____

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.
a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

Ordem de Serviço Nº240/2014 - Recebida Em 12/06/2014

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 240/2014

Autorizo por meio desta, a empresa SETEP CONSTRUÇÕES S/A, CNPJ/MF nº 83.665.141/0001-50 a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação asfáltica em C.A.U.Q. - Concreto Asfáltico Usinado a Quente da Rua Gomercindo Costenaro, bairro Jardim Lindóia - LOTE 07 neste Município, de acordo com o Processo de Licitação nº 117/2013/PMJ - Edital CC nº 9/2013/PMJ, homologado em 27/01/2014. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 322.184,93 (trezentos e vinte e dois mil, cento e oitenta e quatro reais e noventa e três centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Quarta do Contrato nº 148/2014/PMJ de 27 de janeiro de 2014. O prazo de início dos serviços é de até 10 (dez) dias e a execução é de até 150 (cento e cinquenta) dias contados da data de recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 10 de junho de 2014.
Contratante : PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo: _____
RAFAEL LASKE
Prefeito

Contratada: SETEP CONSTRUÇÕES S/A

Representante: ADEMIR LOCKS

Assinatura e carimbo _____
CPF: 290.608.429-87

RECEBI EM ____/____/____

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

Ordem de Serviço Nº241/2014 - Recebida Em 12/06/2014

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 241/2014

Autorizo por meio desta, a empresa SETEP CONSTRUÇÕES S/A, CNPJ/MF nº 83.665.141/0001-50 a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação asfáltica em C.A.U.Q. - Concreto Asfáltico Usinado a Quente da Rua Dirlene Stroviski e Rua Amélia Chaves dos Santos, bairro Clara Adélia - LOTE 08 neste Município, de acordo com o Processo de Licitação nº 117/2013/PMJ - Edital CC nº 9/2013/PMJ, homologado em 27/01/2014. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 213.889,58 (duzentos e treze mil, oitocentos e oitenta e nove reais e cinquenta e oito centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Quarta do Contrato nº 148/2014/PMJ de 27 de janeiro de 2014. O prazo de início dos serviços é de até 10 (dez) dias e a execução é de até 90 (noventa) dias contados da data de recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 10 de junho de 2014.
Contratante : PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo: _____
RAFAEL LASKE
Prefeito

Contratada: SETEP CONSTRUÇÕES S/A

Representante: ADEMIR LOCKS

Assinatura e carimbo _____
CPF: 290.608.429-87

RECEBI EM ____/____/____

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

PLASS

Aviso de Homologação Inexigibilidade Nº 04/2014/PLASS

PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-PLASS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 04/2014/PLASS

O Diretor-executivo do PLASS, JULIO CESAR BISSANI, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Termo inexigibilidade de licitação nº 04/2014/PLASS nos seguintes termos:

- Modalidade: Credenciamento nº 01/2014/PLASS.
- Objeto: CREDENCIAMENTO de empresas/clínicas para a realização de exames de análises clínicas, serviços de psicologia, fonoaudiologia, nutrição, serviços de imagem, fisioterapia, serviços hospitalares, serviços médicos, com a finalidade de suprir as necessidades dos segurados do Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, conforme descrito no edital de Credenciamento nº 01/2014/PLASS.

- Empresas Vencedoras:
M.D. SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - Lote 6
ALEXSSANDRA JORGE ME - Lote 5

- Valor total global estimado referente ao exercício 2014:
R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).
2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 13 de junho de 2014
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

Processo de Licitação Nº 04/2014/PLASS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2014/PLASS

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2014/PLASS

1 - DO OBJETO

CREDENCIAMENTO de empresas/clínicas para a realização de exames de análises clínicas, serviços de psicologia, fonoaudiologia, nutrição, serviços de imagem, fisioterapia, serviços hospitalares, serviços médicos, com a finalidade de suprir as necessidades dos segurados do Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba.

2 - DA JUSTIFICATIVA

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por tratar-se de adesão ao Edital de Credenciamento nº 01/2014/PLASS, o qual, pelas suas características enquadra-se ao disposto no caput do art. 25 da Lei 8.666/93.

3 - DAS EMPRESAS CREDENCIADAS

M.D. SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ sob nº 19.876.581/0001-58, tendo como representante legal a Sra. Monike Vieira, com CPF nº 817.998.960-72, estabelecida a Rua Getulio Vargas, 577 Sala 03, Centro, na cidade de Joaçaba-SC.

ALEXSSANDRA JORGE ME, CNPJ sob nº 19.657.459/0001-90, tendo como representante legal a Sra. Alexssandra Jorge, inscrito no CPF sob nº 016.988.999-80 estabelecido a Rua Getulio Vargas, 577, Sala 06 Centro, na cidade de Joaçaba.

4 - DO VALOR CONTRATADO

O custo estimado desta contratação é aquele disposto no Edital de Credenciamento nº 01/2014/PLASS.

Para o exercício 2014, a estimativa é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) cujo valor encontra-se devidamente bloqueado na dotação específica para este fim, constante no item 6 deste instrumento.

Os quantitativos e, conseqüentemente, o valor previsto, serão rateados proporcionalmente ao número de credenciados no período de utilização.

Havendo prorrogação do Termo de Credenciamento, o PLASS consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

5 - DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no Art. 24, inciso II.

6 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes do processo acima citado serão custeadas pela seguinte dotação orçamentária, referente ao exercício de 2014:

15.01.11.331.0024.2.008-3.3.90.00.00.00.00.0.1.201 - Outras despesas correntes - aplicações diretas

Joaçaba (SC), em 12 de junho de 2014
Julio César Bissani
Diretor Executivo - PLASS

SIMAE**Pregão Presencial PP 0024/2014 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA
REPUBLICAÇÃO
LICITAÇÃO Nº 0031/2014
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0023/2014
PROTOCOLO JHL 1236/2014

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0023/2014 - Licitação 0031/2014, TIPO MENOR PREÇO POR LOTE, que trata de:

Objeto: Registro de Preços de Pneus, Câmaras, Conserto de Pneus, Geometria e Balanceamento para os veículos da frota do SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 25/06/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 25/06/2014 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 13/06/2014 a 25/06/2014.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8217.

Joaçaba - SC, 13 de maio de 2014

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE

Nota de Empenho Jhl0821/2014 Ata de Registro de Preços 01/2014**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 12/06/2014

Nº do empenho : 821/14

Ordinário

Processo : 0007/2014

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVICO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE AGUA - URBANO
 Elemento: 3.3.90.30.51.00.00.00.01.0000 - Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	1.997.070,16
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	1.515,80
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	2.666.590,01	Total (B) :	1.998.585,96
		Saldo (A - B) :	668.004,05

Credor: 8106 SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA

Endereço: RDV BR-153 KM 55 - TRECHO IRANI, S/N

Cidade: Vargem Bonita

UF: SC

C.N.P.J.: 14-779-384/0002-88

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Banco:

Agência:

Fone: 4934915721

Conta Corrente:

Fax:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - ASFALTO (CBUQ) - (Cód. 80-01-3099) Marca: SETEP	TN	5,830	260,0000	1.515,80

Histórico:

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REPOSIÇÃO DE ASFALTO E CALÇAMENTO EM VIAS PÚBLICAS, NOS LOCAIS ONDE É EFETUADO SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO PELO SIMAE. (Licitação Nº : 5/2014-PR)

SOLICITAÇÃO Nº 0022/2014

PROTOCOLO Nº 0114/2014

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº0468/2014

Fonte de recursos : 00.01.0000 - Recursos Ordinários	Total empenhado :	1.515,80
--	-------------------	----------

Fica empenhada a importância de R\$ 1.515,80 (um mil quinhentos e quinze reais e oitenta centavos)

Fundamento legal : LE110520/02 DEC2879

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 7/2014

Data : 05/12/2006

Data : 14/02/2014

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço

Credor

PATRICIA CALLEGARI WARKEN

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Contadora CRC SC 029205/O-3

Diretora Presidente

Pagina:

NOTA DE EMPENHO JHL0827/2014 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 05/2013**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 12/06/2014

Nº do empenho : 827/14

Ordinário

Processo : 0064/2013

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO
 Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.01.0000 - Manutenção e Conservação de Veículos
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.001.289,46
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	105,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	2.666.590,01	Total (B) :	2.001.394,46
		Saldo (A - B) :	665.195,55

Credor: 7324 AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME

Endereço: RUA HAMILTON ROSSIN 504

Cidade: JOAÇABA

UF: SC

C.N.P.J.: 02-558-556/0001-23

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Banco:

Agência:

Fone: 04935223542

Conta Corrente:

Fax: 3554-5454

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
15	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 4 - VEÍCULOS MÉDIOS: LOTE 4: VEÍCULOS MÉDIOS PLACA MARCA/MODELO SIMAE LZW-4084 FORD RANGER 12D - ANO 1998 DIESEL TECNICA AGUA MBC-1206 TOYOTA BAND BJ55LP 2BL4 - ANO 2000 DIESEL TECNICA AGUA MBC-1236 TOYOTA BAND BJ55LP 2BL4 - ANO 2000 DIESEL TECNICA ESGOTO MDS-4409 FIAT DUCATO CARGO - ANO 2004 DIESEL TECNICA ESGOTO - (Cód. 02-11-0007) Marca: ROGECAR	HR	1,500	70,0000	105,00

Histórico:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO A SEREM EXECUTADOS NOS VEÍCULOS DAS ÁREAS TÉCNICA ÁGUA E ESGOTO DO SIMAE, PARA O EXERCÍCIO DE 2014. (Licitação Nº : 46/2013-PR)
 SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL compras@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA
 CNPJ 84.591.890/0001-43

PRAZO DE ENTREGA: 12/07/2014

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

SOLICITAÇÃO Nº 0598/2013
 PROTOCOLO Nº 3250/2013
 AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 0474/2014

Fonte de recursos : 00.01.0000 - Recursos Ordinários	Total empenhado :	105,00
--	-------------------	--------

Fica empenhada a importância de R\$ 105,00 (cento e cinco reais)

Fundamento legal : LEI10520/02 DEC2879/02

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 64/2013

Data : 05/12/2006

Data : 03/12/2013

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN Contadora CRC SC 029205/O-3	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI Diretora Presidente
------------------------	--------	--	--

Pagina:

NOTA DE EMPENHO JHL0828/2014 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 05/2013**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 12/06/2014

Nº do empenho : **828/14**

Ordinário

Processo : 0064/2013

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVICO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE AGUA - URBANO
 Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.01.0000 - Manutenção e Conservação de Veículos
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.001.394,46
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	727,50
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	2.666.590,01	Total (B) :	2.002.121,96
		Saldo (A - B) :	664.468,05

Credor: **6905 MECANICA SPIER LTDA - ME**

Endereço: RUA FRITZ LUCHT 05

Cidade: Joaçaba

UF: SC

C.N.P.J.: 82-704-735/0001-20

Inscr.Est./Ident.Prof.: 252164105

Banco:

Agência:

Fone: 49 35223360

Conta Corrente:

Fax: 49 5223360

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	SERVIÇOS DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 1 - VEÍCULOS LEVES MARCA VOLKSWAGEN: LOTE 1: VEÍCULOS LEVES VOLKSWAGEN: PLACA MARCA/MODELO SIMAE LYF-2528 VOLKS PARATI CLI 02 PORTAS ANO 1996 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MAL-3704 VOLKS SAVEIRO CL 1.6 MI ANO 1999 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MCR-4695 VOLKS GOL 1.6 POWER 04 PORTAS ANO 2005 GASOLINA/ALCOOL TÉCNICA ÁGUA MCR-7035 VOLKS SAVEIRO 1.6 ANO 2005 GASOLINA/ALCOOL TÉCNICA ÁGUA - (Cód. 02-11-0001) Marca: SPIER	HR	5,000	16,0000	80,00
5	SERVIÇOS DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 2 - VEÍCULOS LEVES MARCA FIAT: LOTE 2: VEÍCULOS LEVES MARCA FIAT: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MCI-9034 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MCI-9064 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MGR-3980 FIAT FIORINO FURGÃO ANO 2004/2005 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA INK-2963 FIAT FIORINO IE ANO 2006/2007 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MJB-5617 FIAT STRADA WORKING CD 2011 GASOLINA/ALCOOL/GNV TÉCNICA ESGOTO MBH-0317 FIAT STRADA WORKING ANO 1999/2000 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA - (Cód. 02-11-0025) Marca: SPIER	HR	28,000	16,0000	448,00

Pagina: 01/02

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 12/06/2014

Nº do empenho : **828/14**

Ordinário

Processo : 0064/2013

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO
 Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.01.0000 - Manutenção e Conservação de Veículos
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.001.394,46
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	727,50
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	2.666.590,01	Total (B) :	2.002.121,96
		Saldo (A - B) :	664.468,05

Credor: **6905 MECANICA SPIER LTDA - ME**

Endereço: RUA FRITZ LUCHT 05

Cidade: Joaçaba

UF: SC

C.N.P.J.: 82-704-735/0001-60

Inscr.Est./Ident.Prof.: 252164105

Banco:

Agência:

Fone: 49 35223360

Conta Corrente:

Fax: 49 5223360

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
8	SERVIÇOS DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 2 - VEÍCULOS LEVES MARCA FIAT: LOTE 2: VEÍCULOS LEVES MARCA FIAT PLACA MARCA/MODELO SIMAE MCI-9034 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MCI-9064 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MGR-3980 FIAT FIORINO FURGÃO ANO 2004/2005 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA INK-2963 FIAT FIORINO IE ANO 2006/2007 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MJB-5617 FIAT STRADA WORKING CD 2011 GASOLINA/ALCOOL/GNV TÉCNICA ESGOTO MBH-0317 FIAT STRADA WORKING ANO 1999/2000 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA - (Cód. 02-11-0028) Marca: SPIER	HR	7,000	28,5000	199,50

Histórico:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO A SEREM EXECUTADOS NOS VEÍCULOS DAS ÁREAS TÉCNICA ÁGUA E ESGOTO DO SIMAE, PARA O EXERCÍCIO DE 2014. (Licitação Nº: 46/2013-PR)
 SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL compras@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA
 CNPJ 84.591.890/0001-43

PRAZO DE ENTREGA: 12/07/2014

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

SOLICITAÇÃO Nº 0598/2013

PROTOCOLO Nº 3250/2013

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº0475/2014

Fonte de recursos : 00.01.0000 - Recursos Ordinários	Total empenhado :	727,50
--	-------------------	--------

Fica empenhada a importância de R\$ 727,50 (setecentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos)

Fundamento legal : LEI10520/02 DEC2879/02

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 64/2013

Data : 05/12/2006

Data : 03/12/2013

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço

Credor

PATRICIA CALLEGARI WARKEN

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Pagina: 02/02

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 12/06/2014

Nº do empenho : **828/14**

Ordinário

Processo : 0064/2013

Órgão: 14 - Órgão 14
Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO
Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção e Conservação de Veículos
Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.001.394,46
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	727,50
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	2.666.590,01	Total (B) :	2.002.121,96
		Saldo (A - B) :	664.468,05

Credor: **6905 MECANICA SPIER LTDA - ME**

Endereço: RUA FRITZ LUCHT 05

Cidade: Joaçaba

UF: SC

C.N.P.J.: 82-704-735/0001-60

Inscr.Est./Ident.Prof.: 252164105

Banco:

Agência:

Fone: 49 35223360

Conta Corrente:

Fax: 49 5223360

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
		Contadora CRC SC 029205/O-3		Diretora Presidente	

NOTA DE EMPENHO JHL0834/2014 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 05/2013**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 12/06/2014

Nº do empenho : 834/14

Ordinário

Processo : 0064/2014

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO
 Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.01.0000 - Manutenção e Conservação de Veículos
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.004.785,96
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	704,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	2.666.590,01	Total (B) :	2.005.489,96
		Saldo (A - B) :	661.100,05

Credor: 7825 GUINDASUL COM DE GUINDASTES LTDA EPP

Endereço: RUA PLINIO ARLINDO DE NES, 1428-E

Cidade: Chapecó

UF: SC

C.N.P.J.: 03-629-927/0002-64

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Banco:

Agência:

Fone: 4933243907

Conta Corrente:

Fax: 49

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
41	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 9 - EQUIPAMENTOS ACOPLADOS AOS VEICULOS LOTE 9: EQUIPAMENTOS ACOPLADOS AOS VEICULOS PLACA MARCA/MODELO SIMAE GUINDASTE MUNK HIDRÁULICO COM CAPACIDADE 4000 KGf/M, DUAS LANÇAS HIDRÁULICAS E UMA LANÇA MANUAL, MARCA ARGOS- ACOPLADO AO VEICULO VW 12.140 PLACA LXU-6273 TECNICA AGUA RETROESCAVADEIRA GIRO MÓVEL MARCA IMAP MODELO RM 3500, COMPOSTA DE DUAS LANÇAS ARTICULADAS COM CILINDRO HIDRÁULICOS, 01 CAÇAMBA NA EXTREMIDADE CONSTRUÍDA EM FORMATO DE CONCHA DOTADO DE DENTES AUTO-AFIANTES - ACOPLADO AO VEICULO FORD CARGO PLACA MEB-6131 TECNICA AGUA - (Cód. 02-11-0021) Marca: GUINDASUL	HR	8,000	88,0000	704,00

Histórico:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO A SEREM EXECUTADOS NOS VEÍCULOS DAS ÁREAS TÉCNICA ÁGUA E ESGOTO DO SIMAE, PARA O EXERCÍCIO DE 2014. (Licitação Nº: 46/2013-PR)
 SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1-A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL compras@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA
 CNPJ 84.591.890/0001-43

PRAZO DE ENTREGA: 12/07/2014

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA ÚTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

SOLICITAÇÃO Nº 0598/2013

PROTOCOLO Nº 3250/2013

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº0481/2014

Fonte de recursos : 00.01.0000 - Recursos Ordinários	Total empenhado :	704,00
--	-------------------	--------

Fica empenhada a importância de R\$ 704,00 (setecentos e quatro reais)

Fundamento legal : LEI10520/02 DEC2879/02

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 64/2013

Data : 05/12/2006

Data : 03/12/2013

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço

Credor

PATRICIA CALLEGARI WARKEN
 Contadora CRC SC 029205/O-3

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
 Diretora Presidente

Pagina:

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 12/06/2014

Nº do empenho : **834/14**

Ordinário

Processo : 0064/2014

Órgão: 14 - Órgão 14
Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO
Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção e Conservação de Veículos
Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
Código reduzido: 000018

Dotação Inicial: 2.666.590,01
Suplementações: 0,00
Anulações: 0,00
Total (A) : 2.666.590,01

Empenhos anteriores : 2.004.785,96
Valor do empenho : 704,00
Valor Anulado: 0,00
Total (B) : 2.005.489,96
Saldo (A - B) : 661.100,05

Credor: **7825 GUINDASUL COM DE GUINDASTES LTDA EPP**

Endereço: RUA PLINIO ARLINDO DE NES, 1428-E

Cidade: Chapecó

UF: SC

C.N.P.J.: 03-629-927/0002-64

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Banco:

Agência:

Fone: 4933243907

Conta Corrente:

Fax: 49

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
------	-----------	---------	------------	----------------	-------------

Pagina:

NOTA DE EMPENHO JHL0837/2014 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 05/2013**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 12/06/2014

Nº do empenho : 837/14

Ordinário

Processo : 0064/2013

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVICO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE AGUA - URBANO
 Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção e Conservação de Veículos
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.005.489,96
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	792,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	2.666.590,01	Total (B) :	2.006.281,96
		Saldo (A - B) :	660.308,05

Credor: 7825 GUINDASUL COM DE GUINDASTES LTDA EPP

Endereço: RUA PLINIO ARLINDO DE NES, 1428-E

Cidade: Chapecó

UF: SC

C.N.P.J.: 03-629-927/0002-64

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Banco:

Agência:

Fone: 4933243907

Conta Corrente:

Fax: 49

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
41	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 9 - EQUIPAMENTOS ACOPLADOS AOS VEÍCULOS LOTE 9: EQUIPAMENTOS ACOPLADOS AOS VEICULOS PLACA MARCA/MODELO SIMAE GUINDASTE MUNK HIDRÁULICO COM CAPACIDADE 4000 KGF/M, DUAS LANÇAS HIDRÁULICAS E UMA LANÇA MANUAL, MARCA ARGOS- ACOPLADO AO VEICULO VW 12.140 PLACA LXU-6273 TECNICA AGUA RETROESCAVADEIRA GIRO MÓVEL MARCA IMAP MODELO RM 3500, COMPOSTA DE DUAS LANÇAS ARTICULADAS COM CILINDRO HIDRÁULICOS, 01 CAÇAMBA NA EXTREMIDADE CONSTRUÍDA EM FORMATO DE CONCHA DOTADO DE DENTES AUTO-AFIANTES - ACOPLADO AO VEICULO FORD CARGO PLACA MEB-6131 TECNICA AGUA - (Cód. 02-11-0021) Marca: GUINDASUL	HR	9,000	88,0000	792,00

Histórico:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO A SEREM EXECUTADOS NOS VEÍCULOS DAS ÁREAS TÉCNICA ÁGUA E ESGOTO DO SIMAE, PARA O EXERCÍCIO DE 2014. (Licitação Nº : 46/2013-PR)
 SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL compras@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA
 CNPJ 84.591.890/0001-43

PRAZO DE ENTREGA: 12/07/2014

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

SOLICITAÇÃO Nº 0598/2013
 PROTOCOLO Nº 3250/2013
 AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 0484/2014 (Licitação Nº : 46/2013-PR)

Fonte de recursos : 00.01.0000 - Recursos Ordinários	Total empenhado :	792,00
--	-------------------	--------

Fica empenhada a importância de R\$ 792,00 (setecentos e noventa e dois reais)

Fundamento legal : LEI 10520/02 DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 64/2013

Data : 05/12/2002

Data : 03/12/2013

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN Contadora CRC SC 029205/O-3	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI Diretora Presidente
------------------------	--------	--	--

Pagina:

Lages**PREFEITURA****Extrato Contrato 102/2014 - PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 102/2014 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: EUROPE VEÍCULOS LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 79.875.308/0001-30, com sede a Avenida Fernando Machado, 3033 - Bairro São Cristóvão, CEP 89802-110, na cidade de Chapecó/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a locação de um Imóvel com área total de 168,20m², localizado a Avenida Luis de Camões 2829 - Bairro Maria Luiza, na cidade de Lages, onde será instalado o CEIM Jardim Celina.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

O valor será de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos) reais mensais

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS

O prazo e vigência do contrato será pelo período de 02/06/2014 a 31/12/2014, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no art. 57 da Lei 8.6/66/93 e Diplomas Complementares.

Lages, 02 de Junho de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

Extrato Contrato 127/2014 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0127/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: RAMALUZ LTDA inscrita no CNPJ n.º 08.962.222/0001-05, com sede a Avenida Santa Catarina, 285 - Bairro Santo Antônio - CEP: 88512-005 - Lages/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia Referente à Prestação de Serviços de Execução de Melhoria da Infraestrutura de Iluminação, no Parque de Exposições Conta Dinheiro, onde será realizada a 26ª Festa Nacional do Pinhão, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo e Planilha de Quantitativos/Orçamentária do Edital correlato

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S) E LOCAL:

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Entrega(s): conforme a solicitação, em até 05 dias da conclusão, mediante Termo Circunstancial;

2.3 De Execução: Da data da assinatura do contrato até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 89.490,36 (oitenta e nove mil, quatrocentos e noventa reais e trinta e seis centavos).

Lages, 13 de Junho de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Leoberto Leal**PREFEITURA****Edital de Notificação de Trânsito N.º 160/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZAÇÃO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.516 000160/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd. Enquadramento

LXQ9263 54575119C 25/08/2013 50450 162 * V

LXQ9263 54575120C 25/08/2013 65300 228

LZW0740 54575117C 19/08/2013 50371 162 * III

MCC1702 54575112C 08/08/2013 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC,

13 DE MARÇO DE 2014.

EDSON ANTUNES JACQUES

DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

Edital de Notificação de Trânsito N.º 161/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZAÇÃO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.516 000161/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O

PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd. Enquadramento

ALT4997 54575111C 28/07/2013 65300 228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC,
13 DE MARÇO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

Editais de Notificação de Trânsito N.º 162/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZAÇÃO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.516 000162/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd. Enquadramento

HOY4009 54575121C 24/08/2013 52741 175
MBA0684 54575123C 06/09/2013 65480 229
MBA0684 54575122C 06/09/2013 52741 175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 13 DE MARÇO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

Editais de Notificação de Trânsito N.º 163/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZAÇÃO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.516 000163/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd. Enquadramento

LZL6391 54575129C 13/09/2013 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 13 DE MARÇO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

Editais de Notificação de Trânsito N.º 164/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZAÇÃO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.516 000164/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd. Enquadramento

LZL6391 54575131C 17/11/2013 65480 229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E

SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC,
13 DE MARÇO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

Edital de Notificação de Trânsito N.º 165/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZAÇÃO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.516 000165/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd. Enquadramento

LYF6397 54575133C 17/11/2013 67000 230 * XVI
LYF6397 54575132C 17/11/2013 65480 229
MED6037 54575145C 24/11/2013 65480 229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 13 DE MARÇO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

Edital de Notificação de Trânsito N.º 166/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZAÇÃO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.516 000166/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)INFRACAO(OES)

RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO, EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS, A FORMA DO ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr Infr./Desd. Enquadramento Valor Multa

LZP2109 54575142C 17/11/2013 65480 229 85,12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 13 DE MARÇO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

Ata de Registro de Preços Nº 003/2014-FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2014, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2014.

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de janeiro do ano de 2014, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/2011, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de peças e contratação de serviços para manutenção da frota de veículos Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, de acordo com as especificações do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 001/2014.

INCOFERRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME
CNPJ: 83.454.553/0001-41
AVENIDA BEIRA RIO, 123, CENTRO, CEP: 88.450-000, ALFREDO WAGNER/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de peças e contratação de serviços para manutenção da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, de acordo com as especificações do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 001/2014, a contar da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os lotes cotados são as seguintes:

LOTE I - PEÇAS PARA O MICROÔNIBUS VOLARE A8 150.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 128.900,00	INCOFERRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

LOTE II - PEÇAS PARA O UNO MILLE FLEX.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 94.500,00	INCOFERRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

LOTE III - PEÇAS PARA O MERCEDES-BENZ SPRINTER MJT-8432.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 58.500,00	INCOFERRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

LOTE IV - PEÇAS PARA A AMBULÂNCIA IVECO MHN 1749.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 51.000,00	INCOFERRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

LOTE V - MATERIAIS PARA A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 4.650,00	INCOFERRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

LOTE VI - MÃO DE OBRA PARA A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 19.000,00	INCOFERRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e prestação dos serviços, mediante nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO**ECONÔMICO FINANCEIRO.**

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com

o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II - multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e

horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.01.10.301.0006 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0002.000000 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Recurso Ordinário

05.01.10.304.0006 2.018.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0066.33 000000 - Vigilância em Saúde - Recursos da Vigilância em Saúde

05.01.10.301.0006 2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0064.71 000000 - Atenção Básica - Recurso da Atenção Básica

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 28 de janeiro de 2014.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

INCOFERRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE
FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES 2- MARCIO LOPES
CPF: 017.410.949-09 CPF: 715.711.679-00

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

Ata de Registro de Preços Nº 004/2014-FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2014, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DA PARTE ELÉTRICA DA FROTA DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2014.

Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de maio do ano de 2014, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de Fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de peças e contratação de serviços para manutenção da parte elétrica da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, de acordo com as especificações do Anexo I, que acompanha este edital.

LARISSE CRISTINA MELLO ME
CNPJ: 08.952.957/0001-40
AVENIDA ADOLFO SCHEIDT, Nº 50, CENTRO, CEP: 88445-000
LEOBERTO LEAL/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de peças e contratação de serviços para manutenção da parte elétrica da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, de acordo com as especificações do Anexo I, a contar da data de assinatura da presente ata, conforme as especificações e quantidades máximas de cada lote constantes no Anexo I, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os lotes cotados são as seguintes:

LOTE I- PEÇAS PARTE ELÉTRICA MICROÔNIBUS MARCOPOLLO/VOLARE PLACA MEU-2062

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 15.653,75	LARISSE CRISTINA MELLO ME

LOTE II- PEÇAS PARTE ELÉTRICA FIAT DOBLO HLX 1.8 FLEX PLACA MHA-2757

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 19.965,71	LARISSE CRISTINA MELLO ME

LOTE III- PEÇAS PARTE ELÉTRICA AMBULANCIA UTI MÓVEL PLACA MHN-1749

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 20.120,05	LARISSE CRISTINA MELLO ME

LOTE IV- PEÇAS PARTE ELÉTRICA PARA DOBLÔ 1.3 ANO 2005 PLACA MDE-6406

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 23.159,33	

LOTE V- PEÇAS PARTE ELÉTRICA PARA UNO MILLE FLEX PLACA MDE-6336

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 17.140,40	LARISSE CRISTINA MELLO ME

LOTE VI- PEÇAS PARTE ELÉTRICA PARA AMBULÂNCIA FIAT DOBLÔ PLACA MCX-0966

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 18.596,00	LARISSE CRISTINA MELLO ME

LOTE VII - PEÇAS PARTE ELÉTRICA PARA FIAT UNO MILLE ECONOMY PLACA MHA-2797

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 18.364,35	LARISSE CRISTINA MELLO ME

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s) e a prestação dos serviços, cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterà sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;

- e) Condições de Pagamento;
f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e prestação dos serviços, mediante a apresentação de nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e

despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II - multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as

sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.01.10.301.0006 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0002.000000
- Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

- Recurso Ordinário

05.01.10.304.0006 2.018.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0066.33
000000 - Vigilância em Saúde - Recursos da Vigilância em Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 19 de maio de 2014.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

LARISSA CRISTINA MELLO ME
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES
CPF: 017.410.949-09

2- MARCIO LOPES
CPF: 715.711.679-00

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

Ata de Registro de Preços Nº 004/2014-PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2014, para eventuais aquisições parceladas de peças e contratação de serviços para manutenção da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, de acordo com as especificações do Anexo I, Processo Licitatório nº 001/2014.

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de janeiro do ano de 2014, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de peças e contratação de serviços para manutenção da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, de acordo com as especificações do Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 001/2014.

COPETRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP
CNPJ: 76.592.534/0001-16

RUA: CAMILO VERÍSSIMO DA SILVA, SN, BAIRRO: KOBASOL II,
CEP: 88.108-250, SÃO JOSÉ/SC

INCOFERRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME
CNPJ: 83.454.553/0001-41
AVENIDA: BEIRA RIO, 123, BAIRRO: CENTRO, CEP: 88.450-000, ALFREDO WAGNER/SC

TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA EPP
CNPJ: 79.905.071/0001-93
RUA: NOSSA SENHORA DO GUADALUPE, 122, BAIRRO: BARREIROS, CEP: 88.113-130, SÃO JOSÉ/SC

PEÇALUB COMÉRCIO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS E LUBRIFICANTES LTDA ME
CNPJ: 10.727.591/0001-57
RUA: PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 93, BAIRRO: JARDIM EL-DORADO, CEP: 88.133-315, PALHOÇA/SC

MEGA COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA ME
CNPJ: 05.512.125/0001-14
AVENIDA: THIAGO ANTUNES TEIXEIRA, 321, BAIRRO: BELA VISTA, CEP: 88.130-000, PALHOÇA/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de peças e contratação de serviços para manutenção da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, de acordo com as especificações do Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 001/2014, a contar da assinatura da presente Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os lotes cotados são as seguintes:

LOTE I - PEÇAS PARA ÔNIBUS MERCEDEZ BENZ COMIL.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 199.500,00	INCOFERRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

LOTE II - PEÇAS PARA KOMBI.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 454.000,00	INCOFERRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

LOTE III - PEÇAS PARA CAMINHÕES MB 1518 E MB 2318.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 247.800,00	INCOFERRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

LOTE IV - PEÇAS PARA PATROLA HW130.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 116.400,00	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA EPP

LOTE V - PEÇAS PARA CAMINHÃO BASCULANTE FORD F-12000.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 89.200,00	INCOFERRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

LOTE VI - PEÇAS PARA TRATOR VALMET VALTRA 4X4.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 341.000,00	PEÇALUB COMÉRCIO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS E LUBRIFICANTES LTDA ME

LOTE VII - PEÇAS PARA RETROESCAVADEIRA CASE 580L E 580M.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 198.000,00	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA EPP

LOTE VIII - PEÇAS PARA CARREGADEIRA 621B.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 154.000,00	MEGA COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA ME

LOTE IX - PEÇAS PARA CAMINHÕES MB 1113.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 276.000,00	INCOFERRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

LOTE X - PEÇAS PARA OS VEÍCULOS SAVEIRO 1.6 FLEXPPOWER.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 87.500,00	INCOFERRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

LOTE XI - PEÇAS PARA AUTOMÓVEL UNO MILLE PLACA MAC 9499 E MCD 3552 .

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 57.900,00	INCOFERRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

LOTE XII - PEÇAS PARA CAMINHÃO BASCULANTE VOLVO.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 156.500,00	INCOFERRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

LOTE XIII - PEÇAS PARA RETROESCAVADEIRA JCB 3C ANO 2012.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 147.000,00	MEGA COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA ME

LOTE XIV - PEÇAS PARA RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 110 ANO 2011.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 129.800,00	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA EPP

LOTE XV - PEÇAS PARA PATROLA VOLVO 930G ANO 2012.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 64.000,00	COPETRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP

LOTE XVI - PEÇAS PARA O VEÍCULO FIAT LINEA MKM 1751.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 21.100,00	INCOFERRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

LOTE XVII - PEÇAS PARA CARREGADEIRA W20B.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 99.000,00	COPETRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP

LOTE XVIII - PEÇAS PARA ÔNIBUS VW 15.190.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 95.900,00	INCOFERRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

LOTE XIX - PEÇAS PARA MICROÔNIBUS VOLARE V6.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 111.000,00	INCOFERRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

LOTE XX - PEÇAS MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 9.900,00	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA EPP

LOTE XXI - MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 28.200,00	INCOFERRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- Número da Ata;
- Quantidade do Produto;
- Descrição do Produto;
- Local de Entrega;
- Condições de Pagamento;

f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços do combustível determinado pela Petrobrás ou órgão regulador, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços do combustível no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de

vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II - multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal

no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

02.01.04.122.0002 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Gabinete do Prefeito

03.01.04.122.0003 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração, Contabilidade e Finanças

04.01.12.365.0004 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001 - Transporte Escolar - EI - Recursos Ordinário Educação

04.01.12.365.0004 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0019 - Transporte Escolar - EI - FUNDEB

04.01.12.365.0004 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0061 - Transporte Escolar - EI - PNATE

04.01.12.361.0004 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001 - Transporte Escolar - EF - Recurso Ordinário

04.01.12.361.0004 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0019 - Transporte Escolar - EF - FUNDEB

04.01.12.361.0004 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0022 - Transporte Escolar - EF - Transferência de Convênios Educação

04.01.12.361.0004 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0058 - Transporte Escolar - EF - Salário Educação

04.01.12.361.0004 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0061 - Transporte Escolar - EF - PNATE

04.01.12.362.0004 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0022 - Transporte Escolar - EM - Transferência de Convênios Educação

04.01.12.362.0004 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0061 - Transporte Escolar - EM - PNATE

04.01.12.364.0004 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Apoio ao Transporte Universitário - Recursos Ordinários

05.03.08.244.0007 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Funcionamento e Manutenção do CRAS

05.03.08.244.0008 2.039.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0063 - Funcionamento e Manutenção do Programa IGD

06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte e Obras

06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0024 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte e Obras - Transferência Convênios

06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0044 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte e Obras - FEP

07.01.20.606.0011 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agricultura

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à

publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 28 de janeiro de 2014.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

COPETRA COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA	INCOFERRO IND. E COMÉRCIO DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME
EMPRESA VENCEDORA	EMPRESA VENCEDORA

TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA EPP	PEÇALUB COMÉRCIO DE PEÇAS, EQUIP. E LUBRIFICANTES LTDA ME
EMPRESA VENCEDORA	EMPRESA VENCEDORA

MEGA COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA ME
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES 2- MARCIO LOPES
CPF: 017.410.949-09 CPF: 715.711.679-00

VISTO: ASSESSOR JURÍDICO

Ata de Registro de Preços Nº 009/2014-PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº009/2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2014, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE UNIFORMES ESCOLARES PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, CONFORME ANEXO I, QUE ACOMPANHA ESTE EDITAL.

Aos 08 (oito) dias do mês de abril do ano de 2014, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições de uniformes escolares para os alunos da Rede Municipal de Ensino Infantil e Fundamental, da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto do Município de Leoberto Leal, conforme Anexo I, que acompanha este edital.

ELI VERMOHLON 49496050972

CNPJ: 14.875.846/0001-80

RUA ESTRADA GERAL RIO VEADO, SN, BAIRRO RIO VEADO, LEOBERTO LEAL/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições de uniformes escolares para os alunos da Rede Municipal de Ensino Infantil e Fundamental, da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto do Município de Leoberto Leal, conforme Anexo I, a contar da assinatura da presente Ata, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

GRUPO I - UNIFORMES ESCOLARES DE VERÃO - ENSINO INFANTIL.

Item	Quant.	Und.	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
01	145	Und.	Camiseta de manga curta malha PV 67% poliéster e 33% viscose branca com brasão do Município de Leoberto Leal.	VERMO-HLON	7,90	1.145,50	ELI VERMO-HLON
02	70	Und.	Bermuda masculina - bermuda elanca colegial preta 100% poliéster, com friso vermelho.	VERMO-HLON	10,00	700,00	ELI VERMO-HLON
03	75	Und.	Bermuda feminina - bermuda elanca preta 100% poliéster, com detalhe de saia na frente com três botões (um na cor verde, um na cor amarelo e outro na cor vermelha).	VERMO-HLON	12,35	926,25	ELI VERMO-HLON

GRUPO II - UNIFORMES ESCOLARES DE INVERNO - ENSINO INFANTIL.

Item	Quant.	Und.	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
04	145	Und.	Camiseta malha de manga comprida PV 67% poliéster e 33% viscose branca com brasão do Município de Leoberto Leal.	VERMO-HLON	8,20	1.189,00	ELI VERMO-HLON

05	145	Und.	Agasalho - calça elanca colegial preta 100% poliéster, com friso vermelho. Jaqueta elanca colegial preta 100% poliéster com bolso e zíper, brasão do Município de Leoberto Leal na frente, costas com o nome do Município (igual ao modelo existente) listras vermelha, amarela e verde nas mangas e na frente em diagonal.	VERMO-HLON	49,00	7.105,00	ELI VERMO-HLON
----	-----	------	---	------------	-------	----------	----------------

GRUPO III - UNIFORMES ESCOLARES DE VERÃO - ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS.

Item	Quant.	Und.	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
06	200	Und.	Camiseta de manga curta malha PV 67% poliéster e 33% viscose branca com brasão do Município de Leoberto Leal.	VERMO-HLON	8,40	1.680,00	ELI VERMO-HLON
07	92	Und.	Bermuda masculina - bermuda elanca colegial preta 100% poliéster, com friso vermelho.	VERMO-HLON	10,90	1.002,80	ELI VERMO-HLON
08	108	Und.	Bermuda feminina - bermuda elanca preta 100% poliéster, com detalhe de saia na frente com três botões (um na cor verde, um na cor amarelo e outro na cor vermelha).	VERMO-HLON	12,00	1.296,00	ELI VERMO-HLON

GRUPO IV - UNIFORMES ESCOLARES DE INVERNO - ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS.

Item	Quant.	Und.	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
09	200	Und.	Camiseta malha de manga comprida PV 67% poliéster e 33% viscose branca com brasão do Município de Leoberto Leal.	VERMO-HLON	8,60	1.720,00	ELI VERMO-HLON

10	200	Und.	Agasalho - calça elanca colegial preta 100% poliéster, com friso vermelho. Jaqueta elanca colegial preta 100% poliéster com bolso e zíper, brasão do Município de Leoberto Leal na frente, costas com o nome do Município (igual ao modelo existente) listras vermelha, amarela e verde nas mangas e na frente em diagonal.	VERMO-HLON	50,90	10.180,00	ELI VERMO-HLON
----	-----	------	---	------------	-------	-----------	----------------

GRUPO V - UNIFORMES ESCOLARES DE VERÃO - ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES FINAIS.

Item	Quant.	Und.	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
11	40	Und.	Camiseta de manga curta malha PV 67% poliéster e 33% viscose branca com brasão do Município de Leoberto Leal.	VERMO-HLON	10,90	436,00	ELI VERMO-HLON

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- Número da Ata;
- Quantidade do Produto;
- Descrição do Produto;
- Local de Entrega;
- Condições de Pagamento;
- Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências

incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE

REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II - multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas,

para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

04.01.12.361.0004.2.004 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.00000 0 (18) Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal da Educação Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Ensino Fundamental

04.01.12.365.0004.2.005 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.00000 0 (25) Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal da Educação - Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Ensino Infantil

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 09 de abril de 2014.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

ELI VERMOHLON 49496050972
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES 2- MARCIO LOPES
CPF: 017.410.949-09 CPF: 715.711.679-00

VISTO:
ASSESSOR JURÍDICO

Ata de Registro de Preços Nº 010/2014-PMLL ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº010/2014 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2014, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE TUBOS DE CONCRETO PARA SEREM UTILIZADOS EM MELHORIAS NAS ESTRADAS MUNICIPAIS E NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2014.

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de abril do ano de 2014, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/2011, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de tubos de concreto para serem utilizados em melhorias nas estradas municipais e no perímetro urbano do Município de Leoberto Leal, de acordo com as especificações do Anexo I, que acompanha este edital.

JOSEMIR CADORIN ME
CNPJ: 04.461.076/0001-75
RUA ANITAPÓLIS, SN, CAETE, ALFREDO WAGNER/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de tubos de concreto para serem utilizados em melhorias nas estradas municipais e no perímetro urbano do Município de Leoberto Leal, de acordo com as especificações do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 016/2014, a contar da assinatura da presente ata, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Item	Und.	Qt.	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
01	Und.	900	Tubos de concreto - D = 30 simples C-2	BARRA-CÃO PRÉ	15,20	13.680,00	JOSEMIR CADORIN ME
02	Und.	400	Tubos de concreto - D = 40 simples C-2	BARRA-CÃO PRÉ	29,50	11.800,00	JOSEMIR CADORIN ME
03	Und.	200	Tubos de concreto - D = 50 simples C-2	BARRA-CÃO PRÉ	42,00	8.400,00	JOSEMIR CADORIN ME
04	Und.	300	Tubos de concreto - D = 60 simples C-2	BARRA-CÃO PRÉ	54,00	16.200,00	JOSEMIR CADORIN ME
05	Und.	120	Tubos de concreto - D = 80 PA-1	BARRA-CÃO PRÉ	134,50	16.140,00	JOSEMIR CADORIN ME
06	Und.	50	Tubos de concreto - D = 100 PA-1	BARRA-CÃO PRÉ	220,00	11.000,00	JOSEMIR CADORIN ME
07	Und.	50	Tubos de concreto - D = 120 PA-1	BARRA-CÃO PRÉ	329,00	16.450,00	JOSEMIR CADORIN ME
08	Und.	50	Tubos de concreto - D = 150 PA-1	BARRA-CÃO PRÉ	538,00	26.900,00	JOSEMIR CADORIN ME

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- Número da Ata;
- Quantidade do Produto;
- Descrição do Produto;
- Local de Entrega;
- Condições de Pagamento;
- Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas

na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II - multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs,

estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

06.01.15.451.0010 1.026.4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Pavimentação de Ruas

06.01.15.451.0010 1.026.4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0024 - Pavimentação de Ruas

06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Urbanos

06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0016 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Urbanos - CIDE

06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0024 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Urbanos

06.01.15.452.0010 2.029.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Manutenção e Revitalização de Áreas Públicas

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou

execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 25 de abril de 2014.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

JOSEMIR CADORIN ME
Empresa Vencedora

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES 2- MARCIO LOPES
CPF: 017.410.949-09 CPF: 715.711.679-00

VISTO:
ASSESSOR JURÍDICO

Ata de Registro de Preços Nº 011/2014-PMLL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2014 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2014, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, FERRAMENTAS E MADEIRAS PARA MELHORIAS EM PONTES, BUEIROS, REPAROS EM ESTRUTURA FÍSICA, MELHORIAS NAS VIAS URBANAS E RURAIS, DE ACORDO COM AS DESCRIÇÕES DO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2014.

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de abril do ano de 2014, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de Fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais de construção, ferramentas e madeiras para melhorias em pontes, bueiros, reparos em estrutura física, melhorias nas vias urbanas e rurais, de acordo com as descrições do Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 017/2014.

AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
CNPJ: 05.430.944/0001-12
RUA AQUINO DE CAMPOS, Nº 203, CENTRO, LEOBERTO LEAL/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto eventuais aquisições parceladas de materiais de construção, ferramentas e madeiras para melhorias em pontes, bueiros, reparos em estrutura física, melhorias nas vias urbanas e rurais, de acordo com as descrições do Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº

017/2014, a contar da data de assinatura da presente ata, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Item	Und.	Qt.	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
1	UN.	30	ADAPTADOR REDUÇÃO 3/4X1/2	KRONA	1,33	39,90	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
2	UN.	03	ALICATE DE BICO	DISMA	17,25	51,75	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
3	UN.	03	ALICATE DE PRESSÃO	DISMA	22,75	68,25	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
4	UN.	15	ANCINHO REFORÇADO 14 DENTES COM CABO	TRAMONTINA	20,50	307,50	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
5	UN.	10	ANEL BORRACHA AK (PARA CANO DE ESGOTO) 50MM	KRONA	3,16	31,60	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
6	KG	50	ARAME RECOZIDO	FRANS	7,13	356,50	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
7	M³	300	AREIA FINA	RIO OURO	88,33	26.499,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
8	M³	300	AREIA GROSSA	RIO OURO	77,33	23.199,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
9	UN.	15	BARRA RASCADA ZINCADA UNC 3/16 X 1M	ARDOX	4,66	69,90	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
10	UN	05	BÓIA AUTOMÁTICA (PÊNDULA PARA POÇOS ARTESIANOS)	KRONA	35,96	179,80	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME

11	UN.	10	BÓIA PARA CAIXA D'ÁGUA ½	KRONA	6,66	66,60	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
12	UN.	10	BÓIA PARA CAIXA D'ÁGUA ¾	KRONA	6,83	68,30	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
13	UN.	05	BOMBA SUBMERSA TIPO "SAPO" COM VAZÃO MÍNIMA DE 600 LITROS POR HORA	CIPLA	210,00	1.050,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
14	M3	50	BRITA Nº1	RIO OURO	70,00	3.500,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
15	M3	50	BRITA Nº2	RIO OURO	70,00	3.500,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
16	UN.	05	BROCA AÇO RÁPIDO (PARA METAIS) 10"	DISMA	9,33	46,65	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
17	UN.	05	BROCA AÇO RÁPIDO (PARA METAIS) 5"	DISMA	6,16	30,80	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
18	UN.	05	BROCA AÇO RÁPIDO (PARA METAIS) 6"	DISMA	7,50	37,50	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
19	UN.	05	BROCA DE AÇO RÁPIDO 12"	DISMA	17,46	87,30	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
20	UN.	05	BROCA PARA MADEIRA 04"	DISMA	5,50	27,50	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
21	UN.	06	BROCA PARA MADEIRA 06"	DISMA	7,50	45,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
22	UN.	10	BROCA PARA MADEIRA 08"	DISMA	13,58	135,80	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME

23	UN.	05	BROCA PARA MADEIRA 10"	DISMA	15,33	76,65	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
24	UN.	03	BROCA PARA MADEIRA 12"	DISMA	18,33	54,99	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
25	UN.	10	BROCA VI-DEA (PARA CONCRETO) 12MM X 210MM	DISMA	18,90	189,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
26	UN.	05	BROCA VI-DEA (PARA CONCRETO) 14MM X 210MM	DISMA	20,96	104,80	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
27	UN.	03	BROCA VI-DEA (PARA CONCRETO) 5"	DISMA	5,83	17,49	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
28	UN.	20	BROCHA RETANGULAR PLÁSTICA 2-G - 17 CM	DISMA	5,63	112,60	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
29	UN.	3000	BUCHA PARA PARAFUSO 10 MM	PRASPE-ROLA	0,18	540,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
30	UN.	1000	BUCHA PARA PARAFUSO 6 MM	PRASPE-ROLA	0,11	110,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
31	UN.	2000	BUCHA PARA PARAFUSO 8 MM	PRASPE-ROLA	0,15	300,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
32	UN.	20	CABO MADEIRA P/ PÁ CAVAR	METISA	8,00	160,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
33	UN.	20	CABO MADEIRA P/ PÁ CORTAR	METISA	8,00	160,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
34	UN.	20	CADEADO EM AÇO Nº 30	STAN	11,13	222,60	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
35	UN.	20	CADEADO EM AÇO Nº 35	STAN	13,33	266,60	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME

36	UN.	10	CADEADO EM AÇO Nº 40	STAN	16,16	161,60	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
37	UN.	200	CAIBRO EM MADEIRA PINUS COM MEDINDO 10X3,5M	JP PHILLIPE	11,00	2.200,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
38	UN.	03	CAIXA FERRAMENTAS COM BANDEJA, 02 ENGATES PARA FECHAMENTO, C-48CM X L-22CM X ALT-21CM	DISMA	40,13	120,39	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
39	UN.	05	CAIXA P/ MEDIDOR ELETRICIDADE TRIFÁSICO	EMPALUX	106,30	531,50	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
40	UN.	05	CAIXA P/ MEDIDOR ELETRICIDADE MONOFÁSICO	EMPALUX	50,63	253,15	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
41	UN.	10	CAIXA PARA DESCARGA 20 LITROS	CIPLA	25,80	258,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
42	UN.	80	CANAleta PVC BEGE 20MM X 10MM X 2,2M	CIPLA	4,66	372,80	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
43	UN.	150	CANAleta PVC BEGE 50MM X 20MM X 2,2M	CIPLA	9,63	1.444,50	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
44	UN.	30	CAP SOLDÁVEL 25MM X 20MM	KRONA	1,50	45,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
45	UN.	20	CAPA CHUVA COM MANGA E CAPUZ COM FORRO (TAMANHO ÚNICO)	CIPLA	23,25	465,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
46	UN.	20	CARRINHO DE MÃO CAÇAMBA METAL E PNEU COM CÂMARA REFORÇADO	MAES-TRO	95,96	1.919,20	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME

47	UN.	15	CASTELO PARA REGISTRO - 20MM	KRONA	20,50	307,50	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
48	UN.	15	CASTELO PARA REGISTRO - 25MM	KRONA	21,50	322,50	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
49	UN.	10	CAVADEIRA ARTICULADA MÉDIA	SCHENEIDER	32,75	327,50	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
50	UN.	02	CHAVE PHILIPS AÇO CARBONO 1/8"x5"	TRAMONTINA	5,83	11,66	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
51	UN.	02	CHAVE PHILIPS AÇO CARBONO 3/16"x3"	TRAMONTINA	5,30	10,60	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
52	UN.	50	CILINDRO PARA FECHADURA CROMADO	SOPRANO	13,46	673,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
53	SACA	700	CIMENTO PORTLAND SC 50 KG	VOTORAN	24,33	17.031,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
54	UN.	20	CLIPS PARA CABO DE AÇO ZINCADO ¼	DISMA	2,00	40,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
55	UN.	20	CLIPS PARA CABO DE AÇO ZINCADO 3/16	DISMA	2,75	55,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
56	UN.	40	CLIPS PARA CABO DE AÇO ZINCADO 5/16	DISMA	3,25	130,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
57	LITROS	30	COLA TIPO "CASCORES"	CASCOLA	22,00	660,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
58	KG	50	CORDA DE POLIETILENO 8 MM	TROPICAL	18,25	912,50	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
59	UN.	05	CAIXA D'ÁGUA FIBRA 1000 LITROS	FIBROESTE	299,96	1.499,80	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME

60	UN.	05	CAIXA D'ÁGUA FIBRA 500 LITROS	FIBROESTE	180,96	904,80	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
61	UN.	40	DERIVAÇÃO SISTEMA X - COTOVELO	PRASPEROLA	1,50	60,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
62	UN.	30	DERIVAÇÃO SISTEMA X - L EXTERNO	PRASPEROLA	1,50	45,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
63	UN.	50	DERIVAÇÃO SISTEMA X - L INTERNO	PRASPEROLA	1,50	75,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
64	UN.	20	DISJUNTOR UNIPOLAR 25 AMPERES	SOPRANO	9,75	195,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
65	UN.	10	DISJUNTOR UNIPOLAR 30 AMPERES	SOPRANO	11,75	117,50	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
66	UN.	10	DISJUNTOR UNIPOLAR 40 AMPERES	SOPRANO	14,75	147,50	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
67	UN.	20	DOBRADIÇA FERRO POLIDA 2 1/2"	SÃO ROMÃO	1,50	30,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
68	UN.	50	DOBRADIÇA FERRO POLIDA 2"	SÃO ROMÃO	1,00	50,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
69	UN.	30	DOBRADIÇA FERRO POLIDA 3 1/2"	SÃO ROMÃO	2,37	71,10	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
70	UN.	30	DOBRADIÇA FERRO POLIDA 3"	SÃO ROMÃO	1,62	48,60	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
71	UN.	25	ENXADA OLHO MARTELO COM CABO 25	METISA	33,75	843,75	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
72	UN.	15	ENXADA OLHO OVAL COM CABO 22	METISA	29,75	446,25	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME

73	UN	15	ENXADÃO 9,5CM	METISA	31,13	466,95	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
74	UN.	02	ESCADA MULTIUSO PINHO/ ARAUCÁRIA 23 DE- GRAUS	SANTA CATRINA	242,50	485,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
75	UN.	18	ESCOVA AÇO COM CABO PLÁSTICO 3 FILEIRAS	ROMA	5,50	99,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
76	UN.	05	FECHADURA BICO PAPAGAIO CROMADA	STAN	42,46	212,30	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
77	UN.	03	FECHADURA CILÍNDRICA CROMO	STAN	37,25	111,75	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
78	UN.	20	FECHADURA CROMADA EXTERNA	STAN	30,46	609,20	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
79	UN.	15	FECHADURA CROMADA INTERNA	STAN	29,13	436,95	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
80	UN.	05	FECHADURA ESTREITA PARA PERFIL CROMADA	STAN	31,80	159,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
81	UN.	05	FECHADURA TIPO FERROLHO COM PORTA CADEADOS 3"	STAN	3,20	16,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
82	UN.	10	FECHO ALAVANCA BRONZE	STAN	9,75	97,50	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
83	BARRA	200	FERRO PARA CONSTRUÇÃO 3,8	VOTORAÇO	30,46	6.092,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
84	BARRA	200	FERRO PARA CONSTRUÇÃO 4,2	VOTORAÇO	6,76	1.352,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
85	BARRA	300	FERRO PARA CONSTRUÇÃO 5/16	VOTORAÇO	20,63	6.189,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME

86	UN	20	FLEXÍVEL DE PLÁSTICO PARA LAVATÓRIO	KRONA	4,33	86,60	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
87	UN	10	FLANGE PVC PARA CAIXA D'ÁGUA 32 MM	KRONA	9,80	98,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
88	UN	10	FLANGE PVC PARA CAIXA D'ÁGUA 40 MM	KRONA	12,80	128,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
89	MT	400	FIO P/ TELEFONE	CORFIO	0,68	272,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
90	ROLO	04	FIO PARALELO 2 X 1,5 ROLO COM 100 METROS	CORFIO	128,33	513,32	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
91	ROLO	04	FIO PARALELO 2 X 2,5 ROLO COM 100 METROS	CORFIO	176,66	706,64	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
92	ROLO	05	FIO SÓLIDO 2,5MM X 100M - VERDE/AZUL/ PRETO/VERMELHO	CORFIO	108,33	541,65	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
93	ROLO	04	FIO SÓLIDO 4MM - VERDE/AZUL/ PRETO/VERMELHO	CORFIO	175,00	700,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
94	ROLO	02	FIO SÓLIDO 6MM X 100M - VERDE/AZUL/ PRETO/VERMELHO	CORFIO	255,00	510,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
95	ROLO	10	FITA ISOLANTE ANTI-CHAMAS 19MM X 20M	KRONA	5,75	57,50	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
96	UN.	10	FITA VEDA ROSCA 12MM X 25M	AFIX	3,00	30,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
97	UM.	20	FITA VEDA ROSCA 18MM X 25M	AFIX	4,16	83,20	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
98	PCT	10	FIX FIO, PACOTE C/ 20 UN.	KRONA	2,33	23,30	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME

99	UN.	25	FOICE DIREITA	METISA	25,23	630,75	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
100	UN.	01	FORMÃO CROMO VANADIUM PROFISSIONAL 1/2"	METISA	11,30	11,30	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
101	UN.	02	FORMÃO CROMO VANADIUM PROFISSIONAL 3/8"	METISA	12,80	25,60	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
102	UN	30	GLOBO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	ILUMI	11,75	352,50	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
103	UN.	10	HASTE TERRA COBREADA COM PRESILHA 1/2 X 2M	CORFIO	63,96	639,60	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
104	UN.	30	INTERRUPTOR EXTERNO RETANGULAR	PERLEX	4,33	129,90	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
105	UN.	10	INTERRUPTOR EXTERNO SIMPLES 10A 250V	PERLEX	4,33	43,30	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
106	PCT	10	ISOLADOR 24X24	KRONA	19,33	193,30	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
107	UN.	20	JOELHO 90° 25MM	KRONA	1,33	26,60	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
108	UN.	50	JOELHO BUCHA LATÃO 25MM - 1/2	KRONA	3,50	175,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
109	UN.	30	JOELHO BUCHA LATÃO 25MM - 3/4	KRONA	3,66	109,80	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
110	UN.	20	JOELHO ESGOTO 45° - 100 MM	KRONA	5,63	112,60	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
111	UN.	20	JOELHO ESGOTO 45° - 40 MM	KRONA	2,00	40,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME

112	UN.	10	JOELHO ESGOTO 45° - 50 MM	KRONA	2,83	28,30	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
113	UN.	20	JOELHO ESGOTO 45° - 75 MM	KRONA	4,96	99,20	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
114	UN.	20	JOELHO ESGOTO 90° - 100	KRONA	5,00	100,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
115	UN.	20	JOELHO ESGOTO 90° - 75	KRONA	4,50	90,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
116	UN.	10	JOELHO LR 20MM X 3/4	KRONA	2,83	28,30	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
117	UN.	20	JOELHO REDUÇÃO 90° 25MM X 20MM	KRONA	2,66	53,20	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
118	UN.	03	JOGO CHAVE COMBINADA 6-22 (10 PEÇAS)	DISMA	36,20	108,60	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
119	UN	50	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL 25MM	KRONA	1,33	66,50	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
120	UN	30	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL 32MM	KRONA	2,50	75,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
121	UN	30	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL LADO ROSCA 32MM	KRONA	3,50	105,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
122	UN	30	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL LADO ROSCA 25MM	KRONA	2,66	79,80	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
123	UN.	50	LÂMPADA FLUORESCENTE 1 X 32W	SILVÂNIA	5,70	285,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
124	UN.	20	LÂMPADA FLUORESCENTE 1X 20W	SILVÂNIA	5,25	105,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME

125	UN.	50	LÂMPADA FLUORES- CENTE 1X 40W	SILVÂNIA	5,70	285,00	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
126	UN.	80	LÂMPADA INCANDES- CENTE 100 W	SILVÂNIA	3,16	252,80	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
127	UN.	80	LÂMPADA INCANDES- CENTE 40W	SILVÂNIA	2,16	172,80	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
128	UN.	100	LÂMPADA INCANDES- CENTE 60 W	SILVÂNIA	2,75	275,00	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
129	UN.	06	LÁPIS CAR- PINTEIRO	FABER CASTEL	2,25	13,50	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
130	UN.	20	LIMA ENXA- DA C/ CABO 8"	METISA	13,71	274,20	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
131	UN.	15	LIMA MO- TOSSERRA 7/32	NOCHOL- SON	6,83	102,45	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
132	UN.	05	LINHA EM NILON 100MM ROLO COM 100M	KRONA	9,16	45,80	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
133	UN.	02	LINHA EM NILON 80MM ROLO COM 100M	KRONA	7,16	14,32	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
134	UN.	50	LIXA D'ÁGUA 80	KRONA	2,83	141,50	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
135	UN.	20	LUVA 25MM	KRONA	1,33	26,60	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
136	PAR	15	LUVA RASPA	KRONA	10,50	157,50	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
137	UN.	15	LUVA SOL- DÁVEL PVC 50MM	KRONA	5,13	76,95	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME

138	UN	50	LUVA PVC SOLDÁVEL 25MM	KRONA	1,83	91,50	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
139	UN	50	LUVA PVC SOLDÁVEL 32MM	KRONA	3,00	150,00	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
140	METRO	50	MANGUEIRA CRISTAL 3/8	KRONA	1,66	83,00	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
141	UN.	05	MANGUEIRA JARDIM PLÁSTICO ROLO C/ 50MT	KRONA	81,30	406,50	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
142	ROLO	06	MANGUEIRA PLÁSTICA PRETA ROLO C/ 100M 1/2"	KRONA	59,66	357,96	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
143	UN.	03	MARRETA COM CABO 5,0KG	METISA	86,63	259,89	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
144	UN	05	MARRETA COM CABO 2,0KG	METISA	22,96	114,80	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
145	UN.	05	MARTELO FORJADO 25MM	METISA	25,46	127,30	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
146	LATA	05	MASSA CORRIDA ACRÍLICA PARA USO EXTERIOR 3,6L	INKOR	36,13	180,65	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
147	LATA	03	MASSA CORRIDA ACRÍLICA PARA USO INTERIOR 3,6L	INKOR	35,46	106,38	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
148	KG	10	MASSA PARA COLO- CAR VIDRO	INKOR	7,50	75,00	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
149	MT	300	MEIA CANA - PINUS	JP PHILLIPE	1,23	369,00	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
150	UN.	05	NEUTROL GALÃO 3,6 LITRO	INKOR	43,95	219,75	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME

151	UN.	03	NÍVEL MADEIRA	METISA	15,46	46,38	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
152	UN.	15	PÁ CAVAR COM CABO	METISA	21,46	321,90	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
153	UN.	15	PÁ CORTAR COM CABO	METISA	21,46	321,90	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
154	UN	15	PACETA COM CABO 20"	METISA	39,75	596,25	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
155	UN	15	PACETA COM CABO 10"	METISA	30,25	453,75	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
156	UN.	50	PARAFUSO 1/4X70	ARDOX	0,40	20,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
157	UN.	20	PARAFUSO MADEIRA ZINCADO 4,5X25	ARDOX	0,30	6,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
158	UN.	10	PARAFUSO MADEIRA ZINCADO 4,5X55	ARDOX	0,37	3,70	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
159	UN.	15	PINCEL ARTÍSTICO 615/22	KRONA	3,75	56,25	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
160	UN.	10	PINO 3 SAÍDAS 10A 250W	PERLEX	5,50	55,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
161	UN.	15	PINO PARA TELEFONE AMERICANO P4PA	PERLEX	5,50	82,50	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
162	UN.	20	PINO PARA TELEFONE TELEBRAS P4P	PERLEX	5,33	106,60	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
163	UN.	15	PLUGUE 3 SAIDAS	PERLEX	6,00	90,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME

164	UN.	15	PLUGUE FÊMEA RE-FORÇADO	PERLEX	4,66	69,90	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
165	UN.	15	PLUGUE MACHO RE-FORÇADO	PERLEX	4,83	72,45	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
166	UN.	15	PLUGUE TRIANGULAR GIGANTE	PERLEX	5,33	79,95	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
167	UN.	15	PLUGUE TRIANGULAR PEQUENO	PERLEX	4,16	62,40	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
168	UN.	15	PLUGUE TRIPOLAR	PERLEX	4,50	67,50	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
169	UN.	100	PORCA SEXTAVADA ZINCADA ROSCA UNC 3/16	ARDOX	0,22	22,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
170	UN.	10	PORTA EM MADEIRA MACIÇA 80X2,20M	DELLAG-NOLO	221,66	2.216,60	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
171	UN.	10	PORTA PARA BANHEIRO 80X2,2	DELLAG-NOLO	135,00	1.350,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
172	KG	10	PREGO 12X12	IMPELL	9,50	95,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
173	KG	40	PREGO 17X27	IMPELL	8,16	326,40	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
174	KG	100	PREGO 25X72	IMPELL	9,00	900,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
175	KG	150	PREGO 23X60	IMPELL	8,83	1.324,50	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
176	KG	20	PREGO 20X42	IMPELL	8,16	163,20	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME

177	UN.	20	REATOR DE FLUORES-CENTE 1X20W	PERLEX	11,50	230,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
178	UN.	20	REATOR DE FLUORES-CENTE 2X20W	PERLEX	13,30	266,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
179	UN.	20	REATOR DE FLUORES-CENTE 1X40W	PERLEX	13,50	270,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
180	UN.	20	REATOR DE FLUORES-CENTE 2X40W	PERLEX	16,60	332,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
181	UN.	20	REATOR DE FLUORES-CENTE 1X32W	PERLEX	13,30	266,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
182	UN.	20	REATOR DE FLUORES-CENTE 2X32W	PERLEX	16,60	332,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
183	CENTO	03	REBITE 3,2X08	ARDOX	17,00	51,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
184	CENTO	03	REBITE 3,2X10	ARDOX	17,00	51,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
185	UN.	10	REGADOR PLÁSTICO 15 LITROS	KRONA	14,75	147,50	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
186	UN.	05	REGISTRO PRESSÃO SOLDÁVEL 25MM	KRONA	10,83	54,15	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
187	UN	05	REGISTRO DE PRESSÃO SOLDÁVEL 32MM	KRONA	13,80	69,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
188	UN.	15	ROLO PARA PINTURA EM ESPUMA, COM 23 CM, COM CABO	ROMA	10,46	156,90	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
189	UN.	15	ROLO PARA PINTURA EM LÃ DE CARNEIRO, COM 23 CM, COM CABO	ROMA	19,46	291,90	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME

190	UN.	30	SERRA AÇO RÁPIDO FLEXÍVEL	DISMA	3,83	114,90	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
191	JOGO	02	SERRA COPO COM 7 LÂMINAS PARA MADEIRA	DISMA	19,80	39,60	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
192	UN.	05	SERROTE COM DENTES TEMPERADOS PROFISSIONAL	NICHOLSON	36,63	183,15	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
193	UN.	10	SIFÃO SANFONADO PLÁSTICO 60 CM.	BLUKIT	7,00	70,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
194	UN.	20	SILICONE BASTÃO 5/16 X 30 CM	BLUKIT	9,03	180,60	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
195	UN.	20	SOLVENTE PARA TINTA 900ML	GOL	9,66	193,20	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
196	UN.	20	SOQUETE FIXAR	PERLEX	3,16	63,20	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
197	UN.	80	STARTER 15/20W	PERLEX	2,33	186,40	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
198	UN.	80	STARTER 30/40W	PERLEX	2,46	196,80	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
199	UN.	200	TÁBUA PARA CAIXARIA EM PINUS 2,5CM X 20 X 3M	JP PHILLIPE	520,00	104.000,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
200	UN.	03	TALHA-DEIRA SEXTAVADA EM AÇO	METISA	13,80	41,40	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
201	UN.	20	TAMPA PARA VASO SANITÁRIO EM PLÁSTICO	KRONA	21,13	422,60	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
202	UN.	05	TANQUE PLÁSTICO 24 LT, COR BRANCA	KRONA	59,96	299,80	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME

203	UN.	10	TEE LR 20MM X ½	KRONA	3,00	30,00	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
204	UN.	10	TESOURA PARA GRA- MA	TRAMON- TINA	16,80	168,00	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
205	UN.	10.000	TIJOLOS - 6 FUROS, 15CM 9X24, EM CONFORMI- DADE COM AS NORMAS TÉCNICAS DA PORTA- RIA 152/98 DO INME- TRO, FEITA COM BASE NA NORMA BRASILEIRA DA REGULA- MENTAÇÃO (NBR) 7171, QUE TRATA DA INDICA- ÇÃO QUAN- TITATIVA E NOME DO FABRICAN- TE DOS ARTEFATOS CERÂMI- COS.	CERÂMI- CA TOMÉ	0,56	5.600,00	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
206	GALÃO	20	TINTA ACRÍ- LICA SEMI- BRILHO GALAO DE 18 LITROS	KILLING	263,33	5.266,60	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
207	CX	10	TOMADA 2P+TERRA SOBREPOR "S" COMPU- TADOR	PERLEX	5,75	57,50	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
208	UN.	10	TOMADA COMPU- TADOR EXTERNA (3 SAIDAS)	PERLEX	7,16	71,60	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
209	UN.	10	TOMADA EXTERNA TELEFONE F4F - TELE- BRÁS	PERLEX	5,63	56,30	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
210	UN.	10	TOMADA EXTERNA TELEFONE F4FA - AME- RICANO	PERLEX	5,92	59,20	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
211	UN.	20	TOMADA TRIPOLAR EXTERNA	PERLEX	6,66	133,20	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME

212	UN.	20	TORNEIRA PLÁSTICA ¾	PERLEX	3,83	76,60	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
213	UN.	20	TRAVA DE PORTA PARA PISO NI- QUELADO	ROMA	8,50	170,00	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
214	UN.	05	TRINCHA CERDAS GRIS 1/2"	ROMA	3,08	15,40	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
215	UN.	05	TRINCHA CERDAS GRIS 3/2"	SÃO ROMÃO	5,13	25,65	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
216	UN.	02	TRONQUES ARMADOR CABO PLÁS- TICO	KRONA	22,80	45,60	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
217	BARRA	40	TUBO ES- GOTO PVC 100 MM	KRONA	36,13	1.445,20	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
218	BARRA	20	TUBO ES- GOTO PVC 150 MM	KRONA	105,30	2.106,00	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
219	BARRA	20	TUBO ES- GOTO PVC 40 MM	KRONA	16,46	329,20	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
220	BARRA	30	TUBO ES- GOTO PVC 50 MM	KRONA	28,46	853,80	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
221	BARRA	30	TUBO ES- GOTO PVC 75 MM	KRONA	35,46	1.063,80	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
222	BARRA	20	TUBO SOL- DÁVEL PVC 25 MM	KRONA	12,46	249,20	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
223	UN.	20	JOELHO ESGOTO 90° - 150MM	KRONA	25,70	514,00	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
224	UN.	20	JOELHO ESGOTO 90° - 100MM	KRONA	5,16	103,20	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME

225	UN.	20	JOELHO ESGOTO 90° - 50MM	KRONA	3,00	60,00	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
226	UN.	20	JOELHO ESGOTO 90° - 75MM	KRONA	4,66	93,20	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
227	UN.	30	JOELHO ESGOTO 90° - 40MM	KRONA	2,33	69,90	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
228	UN.	100	TELA PARA PISO FERRO 4,2 MALHA 20 CM²	VOTORA- ÇO	29,20	2.920,00	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
229	UN.	10.000	TIJOLO MACIÇO 23X5X10CM	CERÂMI- CA TOMÉ	0,66	6.600,00	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
230	UN.	50	LÂMPADA ECONÔMICA 25W	SILVÂNIA	12,30	615,00	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
231	UN.	50	LÂMPADA ECONÔMICA 20W	SILVÂNIA	11,13	556,50	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
232	UN.	50	LÂMPADA ECONÔMICA 15W	SILVÂNIA	10,38	519,00	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
233	UN.	50	LÂMPADA ECONÔMICA 9W	SILVÂNIA	8,80	440,00	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
234	UN.	20	LÂMPADA ECONÔMICA 32W	SILVÂNIA	20,96	419,20	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
235	UN.	20	LÂMPADA ECONÔMICA 46W	SILVÂNIA	39,13	782,60	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
236	UN.	300	CAL PARA PINTURA SACA COM 5KG	ITABRAN- CA	10,16	3.048,00	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
237	UN.	50	CAL PARA PINTURA SACA COM 2KG	PRATIC	5,13	256,50	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME

238	RL	03	TELA DE ALAMBRADO 1,20M DE ALTURA X 25M COM- PRIMENTO	PRATIC	175,00	525,00	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
239	RL	03	TELA DE ALAMBRADO 1,00M DE ALTURA X 25M COM- PRIMENTO	PRATIC	145,00	435,00	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
240	UN.	15	VASSOURÃO GARI, 40CM, COM CABO	ROMA	20,75	311,25	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
241	UN.	100	MEIA CALHA DE CONCRE- TO 40CM	FRONZA	21,25	2.125,00	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
242	UN.	100	MEIA CALHA DE CONCRE- TO 30CM	FRONZA	15,62	1.562,00	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
243	UN.	1200	BLOCO DE CONCRETO 40X20CM	FRONZA	1,93	2.316,00	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
244	BR	100	FERRO ¼	VOTORA- ÇO	14,80	1.480,00	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
245	M²	200	PEIVER COR VERMELHA 20CM X 10CM X 05CM ES- PESSURA	FRONZA	44,25	8.850,00	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
246	UN.	03	ENTRADA COMPLETA DE ENER- GIA COM NORMAS DA CELESC - MONOFÁ- SICA	PERLEX	800,00	2.400,00	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
247	M	100	CONDUTOR DE ENERGIA SUBTERRÂ- NEA 32	PERLEX	10,00	1.000,00	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME
248	M	200	FIO DE ENERGIA 16MM FLE- XÍVEL	PERLEX	8,25	1.650,00	AGRO COMER- CIAL LOPES LTDA ME

249	L	20	CAL LÍQUIDO PARA REBOCO E ASSENTAMENTO DE BLOCOS E TIJOLOS.	QUEVEKS	6,50	130,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
250	UN.	200	SARRAFO DE PINUS 2,5CM X 10CM X 3,00 METROS DE COMPRIMENTO	JP PHILLIPE	5,00	1.000,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
251	M³	40	PRANCHA DE EUCALÍPTO 6CM X 20CM A 6CM X 25CM X 3,00M DE COMPRIMENTO	JP PHILLIPE	715,00	28.600,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
252	M³	20	PRANCHA DE EUCALÍPTO 6CM X 20CM A 6CM X 25CM X 4,00M DE COMPRIMENTO	JP PHILLIPE	715,00	14.300,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
253	M³	06	PRANCHA DE EUCALÍPTO 8CMX15CM A 6CM X 25CM X 3,00M DE COMPRIMENTO	JP PHILLIPE	715,00	4.290,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
254	M³	10	MADEIRA CERRADA DE EUCALÍPTO COM SERNE AVERME-LHADO 5CM X 7CM X 3,00M DE COMPRIMENTO	JP PHILLIPE	740,00	7.400,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
255	M³	30	TÁBUA DE EUCALÍPTO 2,5CM X 20CM X 3,00M DE COMPRIMENTO	JP PHILLIPE	655,50	19.665,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
256	M³	05	TÁBUA DE PINUS 2,5CM X 20CM X 3,00M DE COMPRIMENTO	JP PHILLIPE	522,50	2.612,50	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME

257	M³	03	TÁBUA DE PINUS 2,5CM X 30CM X 3,00M DE COMPRIMENTO	JP PHILLIPE	520,00	1.560,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
258	M³	03	RIPA DE PINUS 2,5CM X 5CM X 3,00M DE COMPRIMENTO	JP PHILLIPE	520,00	1.560,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
259	M³	02	CAIBRO DE PINUS 5CM X 10CM X 3,00M DE COMPRIMENTO	JP PHILLIPE	520,00	1.040,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
260	M²	100	MANTA ASFÁLTICA	MAXTRN	11,75	1.175,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
261	SC	150	CAL 20KG PARA REBOCO	ITABRANCA	9,75	1.462,50	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
262	UM.	1040	ELEMENTO VAZADO CERÂMICO 25X25	CERÂMICA TOMÉ	2,50	2.600,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
263	M²	50	PORTA DE FERRO EM CHAPA	MARTENDAL	190,00	9.500,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
264	UN.	20	GALÃO DE TINTA FUNDO 18 LITROS	KILLING	172,50	3.450,00	AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II - multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e

IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

02.01.04.122.0002 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Func. Manutenção do Gabinete do Prefeito

03.01.04.122.0003 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Func. Manutenção da SACF

04.01.12.361.0004 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001 - Funcionamento e Manutenção da SECD - EF

04.01.12.361.0004 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 0.3.0058 - Funcionamento e Manutenção da SECD - EF - Salário Educação

Superávit

04.01.12.365.0004 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001 - Funcionamento e Manutenção da SECD - EI

04.01.12.365.0004 1.038.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Instalação de Academia ao Ar Livre

04.01.27.812.0005 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Comissão Municipal de Esportes CME

05.02.08.243.0008 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Funcionamento e Manutenção do FMIA

05.03.08.244.0007 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Funcionamento e Manutenção do F.M.A.S

05.03.08.244.0007 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0052.000005 - Funcionamento e Manutenção do F.M.A.S

05.03.08.244.0007 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0052.000009 - Funcionamento e Manutenção do F.M.A.S

05.03.08.244.0007 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 0.3.0052.000005 - Funcionamento e Manutenção do F.M.A.S

05.03.08.244.0007 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 0.3.0052.000009 - Funcionamento e Manutenção do F.M.A.S

05.03.08.244.0008 2.038.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0052 - Funcionamento e Manutenção do CRAS

06.01.15.451.0010 1.026.4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Pavingamento de Ruas

06.01.15.452.0010 2.029.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Manutenção e Revitalização de Áreas Públicas

06.01.26.782.0009 1.024.4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Construção de Pontes em concreto

06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Funcionamento e Manutenção da STOSU

06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0016 - Funcionamento e Manutenção da STOSU

06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000303 - Funcionamento e Manutenção da STOSU

06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000305 - Funcionamento e Manutenção da STOSU

06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0044 - Funcionamento e Manutenção da STOSU

07.01.20.606.0011 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Funcionamento e Manutenção da SAMA

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 28 de abril de 2014.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PRÉGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

AGRO COMERCIAL LOPES LTDA ME
Empresa Vencedora

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES 2- MARCIO LOPES
CPF: 017.410.949-09 CPF: 715.711.679-00

VISTO:
ASSESSOR JURÍDICO

Ata de Registro de Preços Nº 012/2014-PMLL ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2014, PARA EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS MEDIDO EM HORAS TÉCNICAS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2014.

Aos 05 (cinco) dias do mês de maio do ano de 2014, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/2011, de 28 de Fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais prestações de serviços medido em horas técnicas para manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos de informática da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 019/2014.

RICARDO ANDRÉ PEREIRA ME
CNPJ: 10.576.962/0001-47
RUA: LEONARDO FRANZEN, 21, CENTRO, LEOBERTO LEAL/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais prestações de serviços medido em horas técnicas para manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos de informática da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 019/2014, a contar da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
1	450	H	HORA TÉCNICA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS MICROCOMPUTADORES PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL.	R\$ 45,00	R\$ 20.250,00	RICARDO ANDRÉ PEREIRA ME

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) serviço(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de serviços correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Serviços conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Serviço;
- c) Descrição do Serviço;
- d) Local de Execução;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 10 (dez) dias, após a execução dos serviços e apresentação de nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercuta no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico

financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua

proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II - multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não executar os serviços solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei

8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

02.01.04.122.0002.2.002 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.000000
- Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito - Recurso Ordinário

03.01.04.122.0003.2.003 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.000000
0 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração - Recurso Ordinário

04.01.12.365.0004.2.005 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0001.000000
- Funcionamento e Manutenção da SECD - Receita de Impostos e de Transferência de Impostos Educação - Ensino Infantil
04.01.12.365.0004.2.005 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0019.000000
0 - FUNDEB - Ensino Infantil

04.01.12.365.0004.2.005 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0058.000000
0 - Salário Educação - Ensino Infantil

04.01.12.361.0004.2.004 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0001.000000
0 - Funcionamento e Manutenção da SECD - Receita de Impostos e de Transferência de Impostos Educação - Ensino Fundamental

04.01.12.361.0004.2.004 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0019.000000
0 - FUNDEB - Ensino Fundamental

04.01.12.361.0004.2.004 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0058.000000
0 - Salário Educação - Ensino Fundamental

05.03.08.244.0007.2.021 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.000000
0 - Funcionamento e Manutenção do FMAS - Recurso Ordinário

06.01.26.782.0009.2.028 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.000000
0 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras - Recurso Ordinário

07.01.20.606.0011.2.030 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.000000
0 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente - Recurso Ordinário

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 07 de maio de 2014.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

RICARDO ANDRÉ PEREIRA
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES 2- MARCIO LOPES
CPF: 017.410.949-09 CPF: 715.711.679-00

VISTO:
ASSESSOR JURÍDICO

Ata de Registro de Preços Nº 013/2014-PMLL ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2014, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE COPA E COZINHA A SEREM DISTRIBUÍDOS AOS ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE LEOBERTO LEAL, POR OCASIÃO DO DESFILE CÍVICO, FORMATURA DOS PRÉS-ESCOLARES, FORMATURA DO PROERD, DIA DA CRIANÇA E REUNIÕES COM OS PROFESSORES, PERTENCENTE À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, CONFORME ANEXO I, DO EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2014.

Aos 20 (vinte) dias do mês de maio do ano de 2014, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de gêneros alimentícios, materiais de copa e cozinha a serem distribuídos aos alunos e professores da Rede Municipal de Ensino de Leoberto Leal, por ocasião do Desfile Cívico, Formatura dos Prés-escolares, Formatura do PROERD, Dia da Criança e reuniões com os professores, pertencente à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 022/2014.

PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
CNPJ: 08.105.961/0001-72
AVENIDA ADOLFO SCHEIDT, Nº 02, CENTRO, CEP: 88.445-000,
LEOBERTO LEAL/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto eventuais aquisições parceladas de gêneros alimentícios, materiais de copa e cozinha a serem distribuídos aos alunos e professores da Rede Municipal de Ensino de Leoberto Leal, por ocasião do Desfile Cívico, Formatura dos Prés-escolares, Formatura do PROERD, Dia da Criança e reuniões com os professores, pertencente à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 022/2014 a contar da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

ITEM	QTD.	UND.	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO UNT. R\$	PREÇO TOTAL R\$	MARCA	EM- PRESA VENCE- DORA
01	03	Und.	Bolo de 20 Kg. com recheio de chocolate e morango.	426,67	1.280,01	VÓ RUTH	PADA- RIA VÓ RUTH LTDA ME
02	3000	Und.	Sanduíche contendo pão francês, queijo e presunto.	1,95	5.850,0	VÓ RUTH	PADA- RIA VÓ RUTH LTDA ME
03	2000	Und.	Salgadinhos tamanho médio (bolinho, pastel e coxinha).	1,07	2.140,00	VÓ RUTH	PADA- RIA VÓ RUTH LTDA ME
04	10	Und.	Cuca de 4 Kg.	48,00	480,00	VÓ RUTH	PADA- RIA VÓ RUTH LTDA ME
05	10	Und.	Bolo de chocolate de 4 Kg.	58,67	586,70	VÓ RUTH	PADA- RIA VÓ RUTH LTDA ME
06	500	Und.	Refrigerante 2 litros sabores diversos.	5,00	2.500,00	MAX	PADA- RIA VÓ RUTH LTDA ME
07	500	Und.	Suco 1 litro tetrapark sabores diversos.	4,10	2.050,00	DA FRU- TA	PADA- RIA VÓ RUTH LTDA ME
08	20	Pct.	Copo plástico branco descartável com 180 ml pacote contendo 100 unidades.	3,22	64,40	TOTAL- PLAST	PADA- RIA VÓ RUTH LTDA ME
09	100	Pct.	Prato plástico branco descartável 18 cm, pacote contendo 10 unidades.	1,40	140,00	TOTAL- PLAST	PADA- RIA VÓ RUTH LTDA ME

10	100	Pct.	Garfo plástico branco descartável, pacote contendo 10 unidades.	1,43	143,00	STRAW- PLAST	PADA- RIA VÓ RUTH LTDA ME
11	50	Pct.	Guardanapos de 20x22,5cm, pacote com 50 unidades.	1,27	63,50	BOUR- BON	PADA- RIA VÓ RUTH LTDA ME
					Total	15.297,61	

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produtos(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de serviços correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Fornecimento conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após a entrega dos produtos e apresentação de nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercuta no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de

licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II - multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não executar os serviços solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

04.01.12.306.0004.2.011.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Recursos Ordinários - Merenda Escolar - Ensino Fundamental
04.01.12.306.0004.2.012.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Recursos Ordinários - Merenda Escolar - Ensino Infantil

04.01.12.306.0004.2.040.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Recursos Ordinários - Merenda Escolar - Creche

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA: PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 22 de maio de 2014.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES 2- MARCIO LOPES
CPF: 017.410.949-09 CPF: 715.711.679-00

VISTO:
ASSESSOR JURÍDICO

Ata de Registro de Preços Nº 014/2014-PMLL ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2014, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE PÓ DE BRITA, REJEITO DE BRITA TIPO MACADAME E BRITAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2014.

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de maio do ano de 2014, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/2011, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de pó de brita, rejeito de brita tipo macadame e britas, conforme especificações constantes do Anexo I, que acompanha este edital.

MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA

CNPJ: 78.266.566/0002-38

ESTRADA GERAL DE SALSEIRO, SN, BAIRRO SALSEIRO, CEP: 88.443-000, VIDAL RAMOS/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto eventuais aquisições parceladas de pó de brita, rejeito de brita tipo macadame e britas, conforme especificações constantes do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 023/2014, a contar da assinatura da presente ata, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Item	Und.	Qt.	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
01	M³	2.000	PÓ DE BRITA - RETIRADO PELA PREFEITURA	CAL-CÁRIO BOTUVERÁ	36,00	72.000,00	MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA
02	M³	2.000	PÓ DE BRITA - ENTREGUE NAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL	CAL-CÁRIO BOTUVERÁ	46,00	92.000,00	MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA
03	M³	9.000	REJEITO DE BRITA TIPO MACADAME - RETIRADO PELA PREFEITURA	CAL-CÁRIO BOTUVERÁ	20,00	180.000,00	MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA

04	M³	5.000	REJEITO DE BRITA TIPO MACADAME - ENTREGUE NAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL	CAL-CÁRIO BOTUVERÁ	32,00	160.000,00	MINE-RAÇÃO RIO DO OURO LTDA
05	M³	300	BRITA Nº 01	CAL-CÁRIO BOTUVERÁ	36,00	10.800,00	MINE-RAÇÃO RIO DO OURO LTDA
06	M³	300	BRITA Nº 02	CAL-CÁRIO BOTUVERÁ	36,00	10.800,00	MINE-RAÇÃO RIO DO OURO LTDA

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II - multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração,

nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

06.01.15.451.0010 1.026.4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000
- Recursos Ordinários - Pavimentação de Ruas

06.01.15.451.0010 1.026.4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000301
- Recursos Convênio - Pavimentação de Ruas

06.01.15.451.0010 1.026.4.4.90.00.00.00.00.00 0.3.0000.000000
- Recursos Ordinários Superávit - Pavimentação de Ruas

06.01.15.452.0010 2.029.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000
- Recursos Ordinários - Manutenção e Revitalização de Áreas Urbanas

06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000
- Recursos Ordinários - Funcionamento e Manutenção da STOSU

06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000303
- Recursos Convênio - Funcionamento e Manutenção da STOSU

06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000303
- Recursos Convênio Superávit - Funcionamento e Manutenção da STOSU

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA: PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 23 de maio de 2014.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES 2- MARCIO LOPES
CPF: 017.410.949-09 CPF: 715.711.679-00

VISTO:
ASSESSOR JURÍDICO

Ata de Registro de Preços Nº 015/2014-PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 015/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2014, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DA PARTE ELÉTRICA DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2014.

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de maio do ano de 2014, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de peças e contratação de serviços para manutenção da parte elétrica da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, de acordo com as especificações do Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 025/2014.

LARISSE CRISTINA MELLO ME
CNPJ: 08.952.957/0001-40
AVENIDA ADOLFO SCHEIDT, Nº 50, CENTRO, CEP: 88445-000
LEOBERTO LEAL/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de peças e contratação de serviços para manutenção da parte elétrica da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, de acordo com as especificações do Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 025/2014, a contar da assinatura da presente ata, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os lotes cotados são as seguintes:

LOTE I- PEÇAS PARTE ELÉTRICA UNO LWR-8400/MAC-5289/MCN-3552

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 29.933,08	LARISSE CRISTINA MELLO ME

LOTE II- PEÇAS PARTE ELÉTRICA PARA O CAMINHÃO FORD PLACA MBB-0441

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 30.038,12	LARISSE CRISTINA MELLO ME

LOTE III- PEÇAS PARTE ELÉTRICA PARATI 1.6 PLACA MDA-2785

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 24.893,80	LARISSE CRISTINA MELLO ME

LOTE IV- PEÇAS PARTE ELÉTRICA PARA SAVEIRO PLACA MDV-2243/ MDV-1723

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 28.096,90	LARISSE CRISTINA MELLO ME

LOTE V- PEÇAS PARTE ELÉTRICA PARA RETRO 580L E 580M E RETRO LB110

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 22.535,64	LARISSE CRISTINA MELLO ME

LOTE VI- PEÇAS PARTE ELÉTRICA PARA TRATOR

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 18.660,12	LARISSE CRISTINA MELLO ME

LOTE VII- PEÇAS PARTE ELÉTRICA PARA KOMBI

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 93.315,70	LARISSE CRISTINA MELLO ME

LOTE VIII- PEÇAS PARTE ELÉTRICA PARA FIAT UNO MILLE PLACA MAC-9499

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 23.551,84	LARISSE CRISTINA MELLO ME

LOTE IX- PEÇAS PARA PARTE ELÉTRICA CARREGADEIRA 621B E W20B

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 19.409,60	LARISSE CRISTINA MELLO ME

LOTE X- PEÇAS PARA PARTE ELÉTRICA PATROLA HW130 E 140C

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 20.880,28	LARISSE CRISTINA MELLO ME

LOTE XI- PEÇAS PARA PARTE ELÉTRICA O CAMINHÃO PIPA PLACA MBF-5198

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 19.702,42	LARISSE CRISTINA MELLO ME

LOTE XII- PEÇAS PARA PARTE ELÉTRICA CAMINHÃO 2318 PLACA MAB-9222

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 21.938,96	LARISSE CRISTINA MELLO ME

LOTE XIII- PEÇAS PARA PARTE ELÉTRICA CAMINHÃO VOLVO PLACA MII-8794

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 27.115,56	LARISSE CRISTINA MELLO ME

LOTE XIV- PEÇAS PARA PARTE ELÉTRICA MICROÔNIBUS 608 PLACA ABG-7608

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 19.444,24	LARISSE CRISTINA MELLO ME

LOTE XV- PEÇAS PARA PARTE ELÉTRICA ÔNIBUS MB 1513 PLACA ADF 4099

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 20.100,24	LARISSE CRISTINA MELLO ME

LOTE XVI- PEÇAS PARA PARTE ELÉTRICA ÔNIBUS 15.190 PLACA MGR 0958

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 22.428,32	LARISSE CRISTINA MELLO ME

LOTE XVII- PEÇAS PARA PARTE ELÉTRICA ÔNIBUS PLACA MER 0148 E MER 0138

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 27.607,24	LARISSE CRISTINA MELLO ME

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após

entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos

que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II - multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os

profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

02.01.04.122.0002 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Gabinete do Prefeito

03.01.04.122.0003 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração, Contabilidade e Finanças

04.01.12.365.0004 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001 - Transporte Escolar - EI - Recursos Ordinário Educação

04.01.12.365.0004 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0019

- Transporte Escolar - EI - FUNDEB

04.01.12.365.0004 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0061 - Transporte Escolar - EI - PNATE

04.01.12.361.0004 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001 - Transporte Escolar - EF - Recurso Ordinário

04.01.12.361.0004 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0019 - Transporte Escolar - EF - FUNDEB

04.01.12.361.0004 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0022 - Transporte Escolar - EF - Transferência de Convênios Educação

04.01.12.361.0004 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0058 - Transporte Escolar - EF - Salário Educação

04.01.12.361.0004 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0061 - Transporte Escolar - EF - PNATE

04.01.12.362.0004 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0022 - Transporte Escolar - EM - Transferência de Convênios Educação

04.01.12.362.0004 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0061 - Transporte Escolar - EM - PNATE

04.01.12.364.0004 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Apoio ao Transporte Universitário - Recursos Ordinários

05.03.08.244.0007 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Funcionamento e Manutenção do CRAS

05.03.08.244.0008 2.039.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0063 - Funcionamento e Manutenção do Programa IGD

06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte e Obras

06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0024 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte e Obras - Transferência Convênios

06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0044 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte e Obras - FEP

07.01.20.606.0011 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agricultura

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 27 de maio de 2014.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

LIZANDRO KREUSCH	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

LARISSE CRISTINA MELLO ME
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES 2- MARCIO LOPES
CPF: 017.410.949-09 CPF: 715.711.679-00

VISTO:
ASSESSOR JURÍDICO

Ata de Registro de Preços Nº 016/2014-PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2014, EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAIS PARA A PAVIMENTAÇÃO DE RUAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2014.

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de maio do ano de 2014, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/2011, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais para a pavimentação de ruas, conforme especificações constantes do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 024/2014.

JOSEMIR CADORIN ME

CNPJ: 04.461.076/0001-75

RUA: ANITÁPOLIS, SN, BAIRRO CAETE, CEP: 88.450-000, ALFREDO WAGNER/SC

VALE SUL PRÉ-MOLDADOS E ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME

CNPJ: 07.990.747/0001-83

AVENIDA EVALDO PRIM, Nº 745, DISTRITO INDUSTRIAL, CEP: 88.400-000, ITUPORANGA/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto eventuais aquisições parceladas de materiais para a pavimentação de ruas, conforme especificações constantes do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 024/2014, a contar da assinatura da presente ata, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Item	Und.	Qt.	Descrição	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
01	M²	2.100	LAJOTAS DE CONCRETO SEXTAVADA 0,25X0,25X0,08M	BARRA-CÃO PRÉ MOLDADO	29,80	62.580,00	JOSEMIR CADORIN ME
02	Und.	600	MEIO FIO DE CONCRETO 1,00X0,30X0,10M	KURTZ	15,50	9.300,00	VALE SUL PRÉ MOLDADOS E ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras

correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercuta no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s)

produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II - multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

06.01.15.451.0010 1.026.4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000
- Recursos Ordinários - Pavimentação de Ruas

06.01.15.451.0010 1.026.4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000301
- Recursos Convênio - Pavimentação de Ruas

06.01.15.451.0010 1.026.4.4.90.00.00.00.00.00 0.3.0000.000000
- Recursos Ordinários Superávit - Pavimentação de Ruas

06.01.15.452.0010 2.029.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000
- Recursos Ordinários - Manutenção e Revitalização de Áreas Urbanas

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 29 de maio de 2014.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO
JOSEMIR CADORIN ME	VALE SUL PRÉ-MOLD. E ART. DE CIM. LTDA ME
EMPRESA VENCEDORA	EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES 2- MARCIO LOPES
CPF: 017.410.949-09 CPF: 715.711.679-00

VISTO:
ASSESSOR JURÍDICO

Ata de Registro de Preços Nº 017/2014-PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2014 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2014, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA, COPA E COZINHA A SEREM UTILIZADOS EM ENCONTROS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, OFICINAS, REUNIÕES, ATIVIDADES SÓCIO-EDUCATIVAS E AÇÕES REALIZADAS ATRAVÉS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRAS E PROGRAMA DE ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA-PAIF NO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, CONFORME ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2014.

Aos 04 (quatro) dias do mês de junho do ano de 2014, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de Fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de gêneros alimentícios, materiais de limpeza, copa e cozinha a serem utilizados em encontros de convivência e fortalecimento de vínculos, oficinas, reuniões, atividades sócio-educativas e ações realizadas através da Assistência Social, CRAS e Programa de Atendimento Integral a Família - PAIF no Município de Leoberto Leal, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 027/2014.

PADARIA VÓ RUTH LTDA ME

CNPJ: 08.105.961/0001-72

AVENIDA ADOLFO SCHEIDT, Nº 02, CENTRO, CEP: 88.445-000, LEOBERTO LEAL/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de gêneros alimentícios, materiais de limpeza, copa e cozinha a serem utilizados em encontros de convivência e fortalecimento de vínculos, oficinas, reuniões, atividades sócio-educativas e ações realizadas através da Assistência Social, CRAS e Programa de Atendimento Integral a Família - PAIF no Município de Leoberto Leal, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 027/2014 a contar da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

A proponente registrada para os itens cotados é a seguinte:

GRUPO II - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

ITEM	QTD.	UND.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	PREÇO UNT. R\$	PREÇO TOTAL R\$
25	100	Unid.	Bolos de coco (toicinho do céu) com 2k e 100gr.	VÓ RUTH	15,22	1.522,00
26	200	Kg.	Bolo recheado, com recheios variados de: sonho de valsa, prestígio, chocolate branco e preto, coco, crocante e amendoim.	VÓ RUTH	21,00	4.200,00
27	60	Kg.	Torta alemã com: bolacha, chocolate, creme de leite e leite condensado.	VÓ RUTH	20,75	1.245,00
28	100	Unid.	Cucas de coco e frutas variadas com 1k e 600gr.	VÓ RUTH	16,00	1.600,00
29	100	Kg.	Bolo rocambole com recheios variados de: sonho de valsa, frutas variadas, chocolate preto.	VÓ RUTH	16,40	1.640,00
30	3.000	Unid.	Pães de queijo com 25gr.	VÓ RUTH	0,45	1.350,00

31	2.500	Unid.	Mini sanduíches naturais com: alface, tomate, presunto, queijo e pepino com 175gr.	VÓ RUTH	1,70	4.250,00
32	1.500	Unid.	Taças de mousses variados de: limão, maracujá, chocolate e morango com 100gr.	VÓ RUTH	2,20	3.300,00
33	100	Kg.	Bolo de nega maluca sabor, cobertura e recheio de chocolate.	VÓ RUTH	14,00	1.400,00
34	50	Unid.	Bolo de cenoura com cobertura de chocolate com 1k e 600gr.	VÓ RUTH	16,30	815,00
35	2.500	Unid.	Salgadinhos fritos tipo: coxinha e bolinho de carne com 100gr.	VÓ RUTH	1,20	3.000,00
36	300	Unid.	Pães doce com farofa e creme com 142gr.	VÓ RUTH	0,70	210,00
37	300	Unid.	Pães d' água com 50gr.	VÓ RUTH	0,40	120,00
38	75	Unid.	Roscas de polvilho com 360gr.	VÓ RUTH	5,30	397,50
39	60	Kg.	Orelha de gato com açúcar e canela.	VÓ RUTH	14,70	882,00
40	1.000	Unid.	Mini sonho com 40gr cada	VÓ RUTH	0,75	750,00
41	1.000	Unid.	Docinho tipo brigadeiro com 25gr cada	VÓ RUTH	0,85	850,00
42	1.000	Unid.	Docinho tipo beijinho com 25gr cada	VÓ RUTH	0,85	850,00
43	1.000	Unid.	Docinho tipo trufa com 25gr cada	VÓ RUTH	1,25	1.250,00
44	50	Pct.	Presunto com 150gr.	BAIALI	4,75	237,50
45	50	Pct.	Queijo prato com 150gr.	BAIALI	4,30	215,00
46	20	Unid.	Potes de nata com 350gr.	TERRA VIVA	4,35	87,00
48	500	Unid.	Pacote de Sucos de 35gr, sabores variados	POP FRUTA	0,90	450,00
51	200	L.	Leite integral tetra pack.	TERRA VIVA	2,89	578,00
52	10	Unid.	Açúcar branco refinado - pacote com 5kg.	ALTO ALEGRE	9,00	90,00
53	10	Unid.	Açúcar branco refinado - pacote com 01kg.	ALTO ALEGRE	2,45	24,50
62	05	Kg.	Sal refinado iodado	MIRAMAR	1,40	7,00
66	200	Unid.	Refrigerante com 02 litros, sabores variados, de boa qualidade.	MAX	3,50	700,00
Total Máximo					R\$	32.020,50

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produtos(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de serviços correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Fornecimento conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após a entrega dos produtos e apresentação de nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II - multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia

de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não executar os serviços solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei

Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.03.08.241.0007.2.024.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000 - Integração do Idoso - Recursos Ordinários (75)

05.03.08.241.0007.2.024.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.000018 - Integração do Idoso - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (138)

05.03.08.241.0007.2.024.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.000020 - Integração do Idoso - Recurso Estadual - Proteção Social Básica (150)

05.03.08.244.0007.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Apoio a Grupos de Mulheres - Recursos Ordinários (76)

05.03.08.244.0007.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.000018 - Apoio a Grupos de Mulheres - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (140)

05.03.08.244.0007.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.000020 - Apoio a Grupos de Mulheres - Recurso Estadual - Proteção Social Básica (149)

05.03.27.813.0007.2.045.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.000018 - Atividades de Integração do Jovem - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (139)

05.03.27.813.0007.2.045.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.000020 - Atividades de Integração do Jovem - Recurso Estadual - Proteção Social Básica (148)

05.03.08.244.0007.2.048.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.9 - Bloco de Financ. Proteção Social Especial - PSE - Piso Variável de Média Complexidade (87)

05.03.08.244.0007.2.021.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Func. Manutenção do Fundo Municipal da Assistência Social - Recursos Ordinários (72)

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 06 de junho de 2014.
JAQUELINE ROSALIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES 2- LIZANDRO KREUSCH
CPF: 017.410.949-09 CPF: 023.728.959-82

VISTO:
ASSESSOR JURÍDICO

Ata de Registro de Preços Nº 018/2014-PMML

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2014 - PMML

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2014, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MARMITAS E ALMOÇOS PARA OS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE E SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, EM TRABALHOS DE CAMPO, CONFORME ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2014.

Aos 05 (cinco) dias do mês de junho do ano de 2014, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de marmitas e almoços para os funcionários da Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente e Secretaria da Educação, Cultura e Desporto do Município de Leoberto Leal, em trabalhos de campo, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 028/2014.

HOTEL E CHURRASCARIA JK LTDA ME
CNPJ: 80.700.891/0001-28
RUA PADRE ELY, Nº 39, CENTRO, CEP: 88.445-000, LEOBERTO LEAL/SC

JUDITE MARIAN SCHEIDT OTTO ME
CNPJ: 02.961.295/0001-98
RUA GERAL, SN, BOITEUXBURGO, CEP: 88.260-000, MAJOR GER-CINO/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de marmitas e almoços para os funcionários da Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente e Secretaria da Educação, Cultura e Desporto do Município de Leoberto Leal, em trabalhos de campo, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 028/2014, a contar da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

GRUPO I - Marmitas para os Funcionários que estiverem a serviço nas localidades do Município de Leoberto Leal.

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
1	6.000	Und.	Marmita contendo os seguintes ingredientes mínimos: arroz, feijão, massas, batata frita, dois tipos das seguintes saladas (maionese, tomate, repolho, cebola, beterraba, pepino, pimentão) e dois tipos de carnes (frango, lingüicinha, carne suína, carne bovina), com peso mínimo de 950 gr.	9,66	57.960,00	HOTEL E CHURRASCARIA JK LTDA ME

GRUPO II - Almoço para os Funcionários que estiverem a serviço na região de Vinte Saltos, Ribeirão dos Ovos, Rio do Tigre, Corridas, Vargem dos Bugres e Alto Rio das Pedras, Município de Leoberto Leal.

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
2	1.500	Und.	Almoço contendo os seguintes ingredientes mínimos: arroz, feijão, massas, batata frita, dois tipos das seguintes saladas (maionese, tomate, repolho, cebola, beterraba, pepino, pimentão) e dois tipos de carnes (frango, lingüicinha, carne suína, carne bovina).	14,00	21.000,00	JUDITE MARIAN SCHEIDT OTTO ME

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produtos(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de serviços correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Fornecimento conterá sucintamente:

- Número da Ata;
- Quantidade do Produto;
- Descrição do Produto;
- Local de Entrega;
- Condições de Pagamento;
- Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 10 (dez) dias, após a entrega dos produtos e apresentação de nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercuta no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas

na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II - multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs,

estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não executar os serviços solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

04.01.12.365.0004 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001 - Funcionamento e Manutenção da SECD - Ensino Infantil.

04.01.12.361.0004 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001 - Funcionamento e Manutenção da SECD - Ensino Fundamental.

06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Funcionamento e Manutenção da STOSU

07.01.20.606.0011 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Funcionamento e Manutenção da SAMA

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação

que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 06 de Junho de 2014.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

HOTEL E CHURRASCARIA JK LTDA ME JUDITE MARIAN SCHEIDT OTTO ME
EMPRESA VENCEDORA EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES 2- LIZANDRO KREUSCH
CPF: 017.410.949-09 CPF: 023.728.959-82

VISTO:
ASSESSOR JURÍDICO

Ata de Registro de Preços Nº 019/2014-PMLL ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2014 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2014, PARA EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇO DE RECAUCHUTAGEM E VULCANIZO DE PNEUS PARA A FROTA MUNICIPAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, CONFORME ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2014.

Aos 11 (onze) dias do mês de junho do ano de 2014, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de Fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais prestações de serviço de recauchutagem e vulcanizo de pneus para a frota municipal da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, conforme Anexo I, que acompanha este edital.

RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP
CNPJ: 82.989.096/0001-27
RUA: DUQUE DE CAXIAS, Nº 314, BAIRRO: CENTRO, CEP: 89.121-000, RIO DOS CEDROS/SC

GRANDO PNEUS LTDA ME
CNPJ: 03.562.696/0001-38
AV. JUSCELINO K. DE OLIVEIRA, Nº 8860, BAIRRO: SANTA TEREZINHA, CEP: 95.200-000, VACARIA/RS

FM PNEUS LTDA
CNPJ: 81.374.845/0001-49
AV. MARAVILHA, Nº 833, BAIRRO: CENTRO, CEP: 89.874-000, MARAVILHA/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto,

eventuais prestações de serviço de recauchutagem e vulcanizo de pneus para a frota municipal da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 029/2014, a contar após a assinatura da presente ata, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Item	Und.	Qt.	Descrição	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
01	Und.	60	Recapagem Pneu 1000 - 20, Borrachudo Frio, com no mínimo 23 mm de profundidade de sulco.	RUZZI	430,00	25.800,00	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA
02	Und.	10	Recapagem Pneu 900 - 20, Borrachudo Frio, com no mínimo 17 mm de profundidade de sulco.	RUZZI	413,00	4.130,00	GRANDO PNEUS LTDA
03	Und.	30	Recapagem Pneu 275/75 R 22,5, Borrachudo Frio, com no mínimo 18 mm de profundidade de sulco.	RUZZI	450,00	13.500,00	GRANDO PNEUS LTDA
04	Und.	12	Recapagem Pneu 750 - 16, Borrachudo Frio, com no mínimo 12,5 mm de profundidade de sulco.	VIPAL	256,00	3.072,00	FM PNEUS LTDA
05	Und.	60	Recapagem Pneu 185 R14, Borrachudo Frio, com no mínimo 10,5 mm de profundidade de sulco. (Kombi).	LEVORIN	160,00	9.600,00	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA
06	Und.	30	Recauchutagem Pneu 12 - 16,5, Borrachudo Quente, com no mínimo: 27 mm de largura de banda, 2,7 cm profundidade de sulco e 4,1 cm largura de garra.	RUZZI	570,00	17.100,00	GRANDO PNEUS LTDA

07	Und.	20	Recauchutagem Pneu 1400 - 24, Borrachudo Quente, com no mínimo: 30 cm de largura de banda, 2,7 cm de profundidade de sulco e 7,5 cm de largura de garra.	VIPAL	1.028,00	20.560,00	FM PNEUS LTDA
08	Und.	20	Recauchutagem Pneu 19.5 - 24, Borrachudo Quente, com no mínimo: 40 cm de largura de banda, 3 cm de profundidade de sulco e 8 cm de largura de garra.	RUZZI	1.375,00	27.500,00	GRANDO PNEUS LTDA
09	Und.	20	Recauchutagem Pneu 17.5 - 25, Borrachudo Quente, com no mínimo: 40 cm de largura de banda, 3 cm de profundidade de sulco e 8 cm de largura de garra.	LEVORIN	1.220,00	24.400,00	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA
10	Und.	20	Recauchutagem Pneu 18.4 - 30, Borrachudo Quente, com no mínimo: 43 cm de largura de banda, 5 cm de profundidade de sulco e 4,2 cm de largura de garra.	VIPAL	1.540,00	30.800,00	FM PNEUS LTDA
11	Und.	20	Recauchutagem Pneu 12.4 - 24, Borrachudo Quente, com no mínimo: 27 cm de largura de banda, 3,4 cm de profundidade de sulco.	VIPAL	780,00	15.600,00	FM PNEUS LTDA
12	Und.	30	Vulcanizo para recuperar pneus 185R14.	RUBBER-NEW	59,00	1.770,00	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA
13	Und.	30	Vulcanizo interno para recapar pneus 185R14.	RUBBER-NEW	30,00	900,00	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA

14	Und.	25	Vulcanizo para recuperar pneus 1000/20.	RUBBER-NEW	150,00	3.750,00	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA
15	Und.	25	Vulcanizo interno para recapar pneus 1000/20.	RUBBER-NEW	60,00	1.500,00	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA
16	Und.	25	Vulcanizo para reparar pneus 1400/24.	VIPAL	290,00	7.250,00	FM PNEUS LTDA
17	Und.	25	Vulcanizo interno recapar pneus 1400/24.	VIPAL	99,00	2.475,00	FM PNEUS LTDA
18	Und.	25	Vulcanizo para recapar pneus 900/20.	RUZZI	95,00	2.375,00	GRANDO PNEUS LTDA
19	Und.	25	Vulcanizo para reparar Pneu 12 - 16.5.	RUZZI	159,00	3.975,00	GRANDO PNEUS LTDA
20	Und.	25	Vulcanizo interno para recapar Pneu 12 - 16.5.	RUZZI	79,00	1.975,00	GRANDO PNEUS LTDA
21	Und.	25	Vulcanizo para reparar Pneu 19.5 - 24.	RUZZI	289,00	7.225,00	GRANDO PNEUS LTDA
22	Und.	25	Vulcanizo interno para recapar Pneu 19.5 - 24.	RUZZI	99,00	2.475,00	GRANDO PNEUS LTDA
23	Und.	25	Vulcanizo interno para recapar Pneu 17.5 - 25.	RUBBER-NEW	350,00	8.750,00	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA
24	Und.	25	Vulcanizo para reparar Pneu 17.5 - 25.	RUBBER-NEW	98,00	2.450,00	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA
25	Und.	25	Vulcanizo para reparar Pneu 18.4 - 30.	VIPAL	340,00	8.500,00	FM PNEUS LTDA
26	Und.	25	Vulcanizo interno para recapar Pneu 18.4 - 30.	VIPAL	99,00	2.475,00	FM PNEUS LTDA
27	Und.	25	Vulcanizo para reparar Pneu 12.4 - 24.	VIPAL	233,00	5.825,00	FM PNEUS LTDA
28	Und.	25	Vulcanizo interno para recapar Pneu 12.4 - 24.	VIPAL	99,00	2.475,00	FM PNEUS LTDA
29	Und.	10	Duplagem de Pneus 17/5/25.	RUZZI	890,00	8.900,00	GRANDO PNEUS LTDA
30	Und.	10	Duplagem de Pneus 1400/24.	VIPAL	790,00	7.900,00	FM PNEUS LTDA

31	Und.	10	Duplagem de Pneus 1300/24.	VIPAL	720,00	7.200,00	FM PNEUS LTDA
32	Und.	10	Duplagem de Pneus 19/5/24.	RUZZI	989,00	9.890,00	GRANDO PNEUS LTDA

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II - multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

02.01.04.122.0002 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito

03.01.04.122.0003.2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal da Administração

04.01.12.361.0004 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001 - Transporte Escolar-EF

04.01.12.361.0004 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0019 - Transporte Escolar-EF-FUNDEB

04.01.12.361.0004 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0022 - Transporte Escolar-EF-Transferência Convênios Educação

04.01.12.361.0004 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0058 - Transporte Escolar-EF-Salário Educação

04.01.12.361.0004 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0061 - Transporte Escolar-EF-PNATE

04.01.12.365.0004 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001 - Transporte Escolar-EI

04.01.12.365.0004 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0019 - Transporte Escolar-EI-FUNDEB

04.01.12.365.0004 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0061 - Transporte Escolar-EI-PNATE

04.01.12.362.0004 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0022 - Transporte Escolar-EM-Transferência De Convênios Educação

04.01.12.362.0004 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0061 - Transporte Escolar-EM-PNATE

04.01.12.364.0004 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Apoio ao Transporte de Alunos Universitários

05.03.08.244.0007 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Funcionamento e Manutenção do CRAS

05.03.08.244.0008 2.039.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0063 - Funcionamento e Manutenção do Programa IGD

06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte e Obras

06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0024 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte e Obras - Transferência Convênios

06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0044 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte e Obras

07.01.20.606.0011 2.030.3.3.90.00.00.00.00 0.1.0000 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agricultura

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PUBLICAÇÃO: Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 12 de junho de 2014.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP GRANDO PNEUS LTDA EPP
EMPRESA VENCEDORA EMPRESA VENCEDORA

FM PNEUS LTDA
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES 2- LIZANDRO KREUSCH
CPF: 017.410.949-09 CPF: 023.728.959-82

VISTO:
ASSESSOR JURÍDICO

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Decreto N.º 2.578/2014, de 10 de Junho de 2014

DECRETO N.º 2.578/2014, DE 10 DE JUNHO DE 2014
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.190/2013 de 16 de Dezembro de 2013:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 03: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Projeto/Atividade 2.044 - Segurança Pública
4.4.90.00.00.00.00.0598 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do superávit financeiro de 2013, convênio multas Polícia Civil.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,
Em, 10 de Junho de 2014
Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

Decreto Nº 2.579/2014, de 10 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 2.579/2014, DE 10 DE JUNHO DE 2014.
PRORROGA PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011, EDITAL Nº 01/2011

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município:

DECRETA

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo de validade do Concurso Público Nº 01/2011, Edital Nº 01/2011, por mais 2 (dois) anos, a contar de 16/06/2014, consoante homologação ocorrida no dia 15/06/2011, através do Decreto nº 2.286/2012, de 15 de Junho de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Publica-se e Registra-se

Em, 10 de Junho de 2014.
Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo Recursos Humanos

Luzerna

PREFEITURA

Extrato de Homologação - PL 051/2014 - TP 010/2014 - Pavimentação Loteamento Triton - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 0051/2014 - PML

Tomada de Preço nº 0010/2014 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0051/2014, nos seguintes termos:

- Modalidade: Tomada de Preço

- Objeto: DO OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a Pavimentação em Paralelepípedo de 2.524,33m² nas ruas: Rua 17 de Novembro, Rua 03 de Maio, Rua 1º de Agosto; 840,00m de meio-fio e 19 bueiros; 6,00m² de muro de contenção em concreto armado, no Bairro Vila Alemanha - Loteamento Triton, conforme projeto, memorial descritivo, orçamento máximo e cronograma em anexo.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* POLICENO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME

- Valor total: R\$ 223.251,75

Luzerna (SC), 13 de junho de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Extrato de Homologação - PL 072/2014 - PP 041/2014 - Material Esportivo - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 0072/2014 - PML

Pregão nº 0041/2014 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0072/2014, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

- Objeto: A presente Licitação tem por objeto o Registro de Preço, para aquisição de matérias, de forma parcelada, destinados às praticas esportivas com alunos das Escolas da Rede Municipal de Ensino e para a Estratégia de Promoção a Saúde desenvolvida pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de Luzerna, conforme descrição em anexo.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* DIDATIVA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA ME

* OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

* TOTAL SPORTS LTDA ME

- Valor total: R\$ 28.592,40

Luzerna (SC), 12 de junho de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Contrato FMS Nº 013.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 013/2014

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 070/2014

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 039/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 12 (doze) dias do mês de junho do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e o Fundo Municipal de Saúde de Luzerna - FMS, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Estrada Boa Esperança, 2320, Bairro Fundo Canoas, na cidade de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02, neste ato representada por seu gerente administrativo MAICON CORDOVA PEREIRA, brasileiro, casado, gerente, portador da cédula de identidade nº 3.242.195 e inscrito no CPF/MF sob o nº 015.886.939-70, residente e domiciliado na Rua Henrique Munzfeld, nº 130, Bairro Fundo Canoas, Município de Rio do Sul/SC, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS. nº 070/2014, Pregão Presencial nº 039/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição o de materiais de odontologia, de forma parcelada, destinados à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Luzerna/SC., constantes do Edital, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
16	5,00	UN	Alveolotomo	54,00	270,00
26	70,00	UN	Bandeja clínica retangular lisa 9,0 x 22,5 cm	20,00	1.400,00
66	20,00	UN	Brumidor ovo de pombo	4,80	96,00
67	10,00	UN	Cabo bisturi pequeno	7,20	72,00
70	10,00	UN	Carpule	34,50	345,00
78	20,00	PCT	Cunhas de madeira - coloridas - pacote com 50 unidades	12,90	258,00
86	10,00	UN	Descolador mead	39,50	395,00
87	10,00	UN	Descolador moult	48,00	480,00
93	300,00	UN	Espelhos bucais nº5	2,90	870,00
112	2.000,00	UN	Gorro - feminino e masculino	6,90	13.800,00
117	20,00	UN	Hollenback 3s	5,70	114,00

			Luva para procedimento não cirúrgico produzida com látex, levemente pulverizada com pó bio-absorvível, ambidestra, resistentes, com tensão de ruptura mínima atendendo ao padrão aql 1,5. Caixa com 50 pares.		
125	400,00	CX	Tamanho pp	19,95	7.980,00
128	3.000,00	CX	Máscara com elástico, material 100% polipropileno, hipoalergênica, clipe nasal revestido e de fácil ajuste, tripla camada: composta por 2 camadas externas de tnt 20 g/m² e 1 camada interna de filtro de retenção bacteriana meltblown 20g/m². Eficiência de retenção bacteriológica (efb): 99,8% - aprovada segundo os parâmetros estabelecidos na abnt (associação brasileira de normas técnicas) - caixa com 50 un	11,40	34.200,00
133	20,00	UN	Obturador temporário	10,70	214,00
141	10,00	UN	Placa de vidro fina	6,30	63,00
143	8,00	UN	Porta matriz tofflemayer	21,30	170,40
155	20,00	UN	Sonda exploradora nº 5	5,45	109,00
162	10,00	UN	Tesoura ponta fina	13,30	133,00
169	15,00	UN.	Bicarbonato de sódio - pó para aparelho de jato de bicarbonato - pote com 500g	23,30	349,50
172	10,00	UN	Escova robson preta	1,15	11,50
181	30,00	UN	Embalagem em rolo para autoclave 15cm x 100m	80,90	2.427,00
188	10,00	UN	Babador descartável - com 100 unidades	9,00	90,00
189	2,00	UN	Caneta alta rotação - turbina extratorque com sistema press button	519,00	1.038,00
200	30,00	UN	Embalagem em rolo para autoclave 5cm x 100m	32,50	975,00

201	20,00	UN	Aplicador de hidróxido de cálcio simples.	5,80	116,00
205	1.000,00	UN	Kit de saúde bucal infantil contendo: - escova dental infantil com cerdas macias de nylon, com 3 fileiras de tufo, com 28 tufo de cerdas aparadas e arredondadas uniformemente na mesma altura, cabeça arredondada, cabo anatômico medindo cerca de 15 cm. Apresentar certificado de controle de qualidade da abo e registro no ministério da saúde/ ANVISA., de acordo com a portaria nº97/1996, a escova deve ser embalada individualmente com protetor de cerdas e em saquinho plástico lacrado. - um creme dental que possua selo de controle de qualidade da abo. Tubo de 50 gr. - um fio dental com 25 metros. - uma sacolinha plástica medindo 12 x 20 cm, fecho com botão de pressão, sendo a frente em material plástico branco opaco, podendo ser personalizada em até 04 cores, com a logomarca institucional da prefeitura.	7,60	7.600,00

207	1.000,00	UN	Escovas dentais infantis com cerdas de nylon macias, com 3 fileiras de tufo, com 28 tufo de cerdas, cabeça arredondada, cabo anatômico medindo cerca de 15 cm. Embalada individualmente com protetor de cerdas e em saquinho plástico lacrado. Apresentar certificado de controle de qualidade da abo e registro na ANVISA.	0,82	820,00
212	200,00	UN	Fio agulhado para sutura de nylon nº 4.0	13,80	2.760,00
217	10,00	UN	Ácido peracético: esterilizante químico líquido e desinfetante de alto nível, com princípio ativo de ácido peracético a 0,2%, pronto uso, estabilizado e com formulação inibidora de corrosão, desenvolvida especialmente para compatibilizar o seu uso com as diversas ligas metálicas dos artigos utilizados na área odontológico-hospitalar. Apresentação em frascos de 1 litro.	84,80	848,00
222	5,00	UN	Embalagem auto selante para autoclave 23cm x 40cm - com 100 unidades	60,00	300,00

O FORNECEDOR 1 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 78.304,40 (setenta e oito mil trezentos e quatro reais e quarenta centavos);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos materiais em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5 Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.6. Os materiais deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna/SC, em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.8. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, a título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, a contar da data efetiva do pedido.

1.10. Os materiais fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.11. O prazo de validade dos materiais não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.12. Os materiais fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um;

1.13. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16 As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador

deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto da Ata de Registro de Preços de acordo com o estipulado nos itens 1.2 a 1.14;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a

Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos ou materiais entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. O contrato somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar a Ata decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa da Ata decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora - Fundo Municipal de Saúde, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços.

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Elemento: 3.3.90.30.36 - Material Hospitalar
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Atividade: 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do FMS.
Reduzido: 007
Fonte 64 - Atenção Básica

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA E ACOMPANHAMENTO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento

em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 12 de junho de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

MAICON CÓRDOVA PEREIRA
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Contrato FMS Nº 014.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 014/2014
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 070/2014
PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 039/2014
VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 12 (doze) dias do mês de junho do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e o Fundo Municipal de Saúde de Luzerna - FMS, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertado pela empresa:

2 - LA DALLA PORTA JUNIOR pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Pascoal G Librelotto, Parque Dom Antônio Reis, na cidade de Santa Maria/RS, CEP: 97065-290. inscrita no CNPJ sob o nº 11.145.401/0001-56, neste ato representada pelo sócio administrador LUIS ALBERTO DALLA PORTA JUNIOR, brasileiro, solteiro, comerciante, portador da cédula de identidade nº 5089873843 e inscrito no CPF/MF sob nº 016.047.580-58, residente e domiciliado na Rua Inconfidentes, nº 50, Bairro Medianeira, na cidade de Santa Maria(SC), doravante denominado FORNECEDOR 2;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS. nº 070/2014, Pregão Presencial nº 039/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição o de materiais de odontologia, de forma parcelada, destinados à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Luzerna/SC., constantes do Edital, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
6	50,00	CX	Agulha gengival curta trifacetada com indicação da fale do bisel e paredes finas - caixa com 100 un	20,80	1.040,00
17	200,00	UN	Fio dental com 25m	1,20	240,00
25	20,00	PCT	Aplicador descartável - com 100 un - tamanho regular de 2mm	9,70	194,00

47	30,00	UN	Broca diamantada 1011	5,45	163,50
48	30,00	UN	Broca diamantada 1012	5,45	163,50
49	30,00	UN	Broca diamantada 1013	5,45	163,50
50	30,00	UN	Broca diamantada 1014	5,45	163,50
51	30,00	UN	Broca diamantada 1015	5,45	163,50
52	30,00	UN	Broca diamantada 1016	5,45	163,50
53	30,00	UN	Broca diamantada 1092	5,45	163,50
54	30,00	UN	Broca diamantada chama de vela 3118	5,45	163,50
55	30,00	UN	Broca diamantada cilíndrica 1090	5,45	163,50
56	30,00	UN	Broca diamantada cilíndrica 1091	5,45	163,50
69	5,00	UN	Cariostático	21,50	107,50
77	70,00	UN	Condicionador dental gel (ácido fosfórico 37%)	4,15	290,50
94	3,00	CX	Espunja de fibrina - caixa com 10 unidades	25,70	77,10
97	10,00	UN	Fio dental - com 500 metros	8,15	81,50
99	70,00	UN	Fixador de raio x - frasco com 500 ml	15,50	1.085,00
101	3,00	UN	Forceps 01 reto com registro na ANVISA e certificação ISO 9001	45,00	135,00
102	3,00	UN	Forceps 150 com registro na ANVISA e certificação ISO 9001	45,00	135,00
103	3,00	UN	Forceps 151 com registro na ANVISA e certificação ISO 9001	45,00	135,00
104	3,00	UN	Forceps 17 com registro na ANVISA e certificação ISO 9001	45,00	135,00
105	3,00	UN	Forceps 69 ponta fina com registro na ANVISA e certificação ISO 9001	45,00	135,00
106	3,00	UN	Forceps chifre de boi 16 com registro na ANVISA e certificação ISO 9001	45,00	135,00
107	3,00	UN	Forceps infantil 18 l com registro na ANVISA e certificação ISO 9001	45,00	135,00
108	3,00	UN	Forceps infantil 18 r com registro na ANVISA E certificação ISO 9001	45,00	135,00
109	3,00	UN	Forceps reto infantil com registro na ANVISA E certificação ISO 9001	45,00	135,00
114	10,00	UN	Hemostático	21,60	216,00

118	15,00	UN	Material restaurador intermediário pó: óxido de zinco (zno) 70% óxido de magnésio (mgo) resina hidrogenada sais de zinco, estearato, acetato, propionato, succinato (aceleradores de presa), colofonia, mica (resistência) líquido: eugenol (óleo de cravo) 70% óleo de oliva ou óleo de algodão ácido acético ácido orto-etoxibenzóico (eba)	81,20	1.218,00
122	10,00	UN	Lima nº 15 - 1º série - 21mm	40,70	407,00
130	100,00	UN	Matriz de aço de 0,5mm	1,48	148,00
131	65,00	UN	Matriz de aço de 0,7mm	1,50	97,50
135	15,00	UN	Pasta profilática	7,00	105,00
138	7,00	CX	Película de raio x (adulto) - caixa com 150 unidades	116,99	818,93
149	10,00	UN	Resina a3,5 - restaurador fotopolimerizável para dentes anteriores e posteriores, bis-gma, te-gma e filem. Zircônialsilica, c/ 84,5% em peso e 66% em volume. Com 15 cores.	70,00	700,00
152	350,00	PCT	Roleta de algodão - com 100 unidades	1,85	647,50
156	3,00	UN	Spray lubrificante para caneta de baixa rotação	25,80	77,40
157	2,00	UN	Spray lubrificante para caneta de alta rotação	25,80	51,60
158	5,00	UN	Spray lubrificante para canetas de baixa e alta rotação	25,80	129,00
163	10,00	UN	Tira de carbono	6,35	63,50
166	4,00	UN	Verniz com flúor - frasco com 10 ml	21,50	86,00
170	45,00	CX	Sugador cirúrgico descartável - caixa com 40 unidades	57,45	2.585,25
179	20,00	CX	Embalagem auto selante para autoclave 9x26 - caixa com 100 unidades	23,50	470,00
182	20,00	UN	Embalagem em rolo para autoclave 8cm x 100m	47,55	951,00
187	600,00	UN	Indicadores biológicos (processados a vapor)	40,90	25.540,00
190	20,00	UN	Aplicador descartável fino (1,5mm) - com 100 unidades	9,45	189,00

202	2,00	CX	Película de rx infantil - caixa com 150 unidades	207,00	414,00
213	10,00	UN	Resina a1 - restaurador fotopolimerizável para dentes anteriores e posteriores, bis-gma, te-gma e filem. Zircôniasilica, c/ 84,5% em peso e 66% em volume, com 15 cores	70,39	703,90
220	20,00	UN	Cabo para espelho bucal	4,35	87,00
223	2,00	UN	Autoclave para esterilização a vapor sob pressão. Capacidade 21 litros. Câmara em aço inox ou alumínio anodizado, que facilita a limpeza. Secagem com porta fechada. Digital com display de lcd.	5.220,00	10.440,00

O FORNECEDOR 2 LA DALLA PORTA JUNIOR, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 51.111,18 (cinquenta e um mil cento e onze reais e dezoito centavos);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos materiais em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5 Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.6. Os materiais deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna/SC, em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.8. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, a título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.10. Os materiais fornecidos deverão ter as datas de fabricação e

de validade impressas em suas embalagens.

1.11. O prazo de validade dos materiais não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.12. Os materiais fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um;

1.13. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16 As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto da Ata de Registro de Preços de acordo com o estipulado nos itens 1.2 a 1.14;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos ou materiais entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. O contrato somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar a Ata decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa da Ata decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora - Fundo Municipal de Saúde, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços.

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Elemento: 3.3.90.30.36 - Material Hospitalar
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Atividade: 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do FMS.
Reduzido: 007
Fonte 64 - Atenção Básica

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA E ACOMPANHAMENTO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 12 de junho de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

LUIS ALBERTO DALLA PORTA JUNIOR
LA DALLA PORTA JUNIOR
FORNECEDOR 2

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Contrato FMS Nº 015.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 015/2014

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 070/2014

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 039/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 12 (doze) dias do mês de junho do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e o Fundo Municipal de Saúde de Luzerna - FMS, órgão gerenciador,

no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

3 - ODONTOMEDI PROD. ODONT. E HOSP. LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Luiz Antonio Faedo, 1612, Bairro Industrial, na cidade de Francisco Beltrão (PR), inscrita no CNPJ sob o nº 06.194.440/0001-03, neste ato representada por sua sócia administradora ANIMARI TEREZINHA GUIMARÃES, portadora da cédula de identidade nº 1.468.527-PR e inscrita no CPF/MF sob o nº 896.860.049-04, doravante denominado FORNECEDOR 3;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS. nº 070/2014, Pregão Presencial nº 039/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição o de materiais de odontologia, de forma parcelada, destinados à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Luzerna/SC., constantes do Edital, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	2,00	UN	Abridor de boca - tamanhos variados	8,95	17,90
5	2,00	UN	Afastador minnesota	12,05	24,10
20	500,00	UN	Amálgama em cápsula de 03 porções	3,06	1.530,00
21	10,00	UN	Anestésico local c/ vasoconstritor. Com cada ml contendo 20mg de cloridrato de lidocaina; 20ug de adrenalina; 550 ug de bissulfito de sódio, 6mg de cloreto de sódio e 1ml de veiculos q.s.p, com ph da solução ajustado entre 4,0 e 4,5. Caixa om 50 un.	47,40	474,00
22	5,00	UN	Anestésico local sem vasoconstritor 2 °/° c/ 50 un, contendo 30mg de cloridrato de mepivacaína, 6 mg de cloreto de sódio e 1 ml de veículo q.s.p, com ph da solução ajustado entre 6,0 e 6,5 caixa com 50 um.	42,70	213,50
24	10,00	UN	Aplicador de amálgama - plástico	10,60	106,00
27	2,00	PCT	Borracha de afastamento interdental	16,85	33,70
33	30,00	UN	Broca alta rotação no 703 hl	9,00	270,00
35	30,00	UN	Broca baixa rotação hl nº 2	4,55	136,50
36	30,00	UN	Broca baixa rotação hl nº 4	4,55	136,50
37	30,00	UN	Broca baixa rotação hl nº 6	4,55	136,50
38	30,00	UN	Broca baixa rotação hl nº 8	4,55	136,50

39	30,00	UN	Broca baixa rotação no 02	3,30	99,00
40	30,00	UN	Broca baixa rotação no 04	3,30	99,00
41	30,00	UN	Broca baixa rotação no 06	3,30	99,00
42	30,00	UN	Broca baixa rotação no 08	3,30	99,00
57	30,00	UN	Broca p/ acabamento de amálgama	38,49	1.154,70
65	5,00	UN	Broca zecrya	38,70	193,50
71	500,00	UN	Cartela de rx para 02 rx	7,10	3.550,00
72	20,00	UN	Condensador de amálgama nº2	4,72	94,40
73	8,00	UN	Condensador de amálgama nº3	4,72	37,76
74	8,00	UN	Condensador de amálgama nº4	4,72	37,76
75	8,00	UN	Condensador de amálgama nº5	4,72	37,76
76	8,00	UN	Condensador de amálgama nº6	4,72	37,76
79	1,00	UN	Cureta 13	27,70	27,70
80	1,00	UN	Cureta 14	16,90	16,90
82	1,00	UN	Cureta de raspagem no 5,6	19,60	19,60
83	1,00	UN	Cureta gracey	20,60	20,60
85	10,00	UN	Dedeira de borracha	2,20	22,00
89	5,00	PCT	Disco de lixa - pacote com 50 unidades	25,80	129,00
90	30,00	UN	Escovas de robson - branca	1,15	34,50
91	10,00	UN	Espátula de manipulação nº 50	7,60	76,00
95	10,00	UN	Extirpa nervo	33,60	336,00
98	2,00	UN	Fio retrator de gengiva	24,00	48,00
100	50,00	UN	Fluor gel - frasco com 200 ml	3,93	196,50
111	2,00	UN	Gelo seco spray para teste de vitalidade - com 200 ml	26,90	53,80
113	5,00	UN	Grampo de revelação	2,80	14,00
115	8,00	UN	Hidróxido de cálcio (hydro c)	34,10	272,80
116	3,00	UN	Hidróxido de cálcio pó (p.a.)	11,00	33,00
119	5,00	UN	Kit polimento amálgama (borracha tipo ogiva e taça)	23,90	119,50
120	7,00	UN	Kit pontas montadas para polimento de compósitos - (disco, taça e chama de vela)	40,15	281,05
121	200,00	UN	Lâmina bisturi nº 15	7,15	1.430,00
126	200,00	CX	Luva para procedimento não cirúrgico produzida com látex, levemente pulverizada com pó bio-absorvível, ambidestra, resistentes, com tensão de ruptura mínima atendendo ao padrão aql 1,5. Caixa com 50 pares. Tamanho m	19,95	3.990,00

127	400,00	CX	Luva para procedimento não cirúrgico produzida com látex, levemente pulverizada com pó bio-absorvível, ambidestra, resistentes, com tensão de ruptura mínima atendendo ao padrão aql 1,5. Caixa com 50 pares. Tamanho p	19,95	7.980,00
132	3,00	UN	Mercúrio vivo	155,90	467,70
136	2,00	UN	Peça de mão reta	359,00	718,00
140	10,00	UN	Pinça hemostática	21,10	211,00
144	1,00	CX	Posicionador de película de rx	69,90	69,90
145	6,00	UN	Pote dápem de plástico	2,55	15,30
150	6,00	UN	Resina b2 - restaurador fotopolimerizável para dentes anteriores e posteriores, bis-gma, te-gma e filem. Zircôniasilica, c/ 84,5% em peso e 66% em volume, com 15 cores.	70,00	420,00
153	6,00	UN	Selante incolor - frasco de 5 ml	24,50	147,00
154	3,00	UN	Sindesmótomo	8,30	24,90
159	1,00	UN	Sugador cirúrgico de metal	28,90	28,90
161	5,00	UN	Taça de borracha para profilaxia dentária	1,20	6,00
164	5,00	UN	Tiras de poliéster	1,49	7,45
165	7,00	UN	Tricresol formalina	7,85	54,95
168	4,00	UN	Ionômero de vidro para restauração com tripla presa: auto, foto e reação redox e liberação de fluor. Kit com 5g de po, 2,5 ml de liquido, 2 ml de primer e 2 ml de glazer na cor a3.	125,42	501,68
174	10,00	UN	Luva estéril tamanho 7,5 o par.	1,27	12,70
175	10,00	UN	Luva estéril tamanho 6,5, o par	1,19	11,90
176	1,00	UN	Suporte de envelopes para esterilização em autoclave	89,50	89,50
178	60,00	UN.	Anestésico local injetável com vaso constritor a base de mepivacaina, acondicionado em tubete de cristal - caixa com 50 tubetes de 1,8ml. Cada caixa com 50 unidades.	82,30	4.938,00
180	1.000,00	UN.	Embalagem auto selante para autoclave 190x330 - caixa com 100 unidades	57,47	57.470,00
183	2,00	UN	Avental de chumbo	302,50	605,00
185	5,00	UN	Broca 701	10,00	50,00
186	2,00	UN	Mini incubadora para testes de processo de esterilização a vapor com capacidade para incubar até 04 indicadores biológicos.	204,00	408,00
192	2,00	UN	Porta algodão de inox	41,95	83,90
195	8,00	UN	Porta agulha com sapata de videa tamanho 1	171,50	1.372,00
197	5,00	UN	Antisséptico bucal com fluor e sem álcool	51,50	257,50

198	5,00	UN	Campo cirurgico descartável completo	21,70	108,50
203	2,00	UN	Contra-ângulo	432,00	864,00
204	2,00	UN	Micromotor para peça de mão reta e contra-ângulo.	697,00	1.394,00
206	50,00	UN	Pontas montadas para polimento de resina tipo chama	9,70	485,00
208	20,00	UN	Espatula de titanio autoclavavel para resina composta n ° 1	41,75	835,00
218	10,00	UN	Água oxigenada 10 volumes, frasco de 1 litro.	4,85	48,50
219	6,00	UN	Óculos de segurança com armação e hastes em plástico transparente, visor incolor, confeccionado em uma única peça de policarbonato com lentes curvas para oferecer proteção lateral, maior visão periférica. Oferecendo maior visibilidade e proteção contra impactos de partículas volante frontais. Lentes com tratamento anti-riscos, testadas contra impacto, distorção, de acordo com a norma ansi z87.1(eua) e ca (brasil).	30,80	184,80
221	10,00	UN	Embalagem auto selante para autoclave 7cm x 23cm - com 100 unidades	18,00	180,00
224	2,00	UN	Destilador que nao necessita instalacao hidraulica. Capacidade do reservatorio de agua destilada : 3,8 litros. Capacidade do reservatorio de agua comum : 4 litros. Duração do ciclo completo : 5 horas, bivolt.	537,00	1.074,00

O FORNECEDOR 3 ODONTOMEDI PROD. ODONT. E HOSP. LTDA ME, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 97.000,87 (noventa e sete mil reais e oitenta e sete centavos);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos materiais em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5 Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.6. Os materiais deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna/SC, em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.8. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, a título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.10. Os materiais fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.11. O prazo de validade dos materiais não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.12. Os materiais fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um;

1.13. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16 As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto da Ata de Registro de Preços de acordo com o estipulado nos itens 1.2 a 1.14;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos ou materiais entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. O contrato somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar a Ata decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa da Ata decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta de dotações orçamentárias próprias,

consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora - Fundo Municipal de Saúde, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços.

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Elemento: 3.3.90.30.36 - Material Hospitalar
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Atividade: 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do FMS.
Reduzido: 007
Fonte 64 - Atenção Básica

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA E ACOMPANHAMENTO

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1.O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 12 de junho de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

ANIMARI TEREZINHA GUIMARÃES
ODONTOMEDI PROD. ODONT. E HOSP. LTDA ME
FORNECEDOR 3

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Contrato FMS Nº 016.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 016/2014

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 070/2014

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 039/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 12 (doze) dias do mês de junho do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e o Fundo Municipal de Saúde de Luzerna - FMS, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

4 - SILME'S COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Oscar Barcelos, 380, na cidade de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 04.989.294/0001-87, neste ato representada por sua administradora JULIA WAGNER JUMES, brasileira, casada, auxiliar de vendas, portadora da cédula de identidade nº 2.915.507-0 e inscrita no CPF/MF sob o nº 821.619.099-91, residente e domiciliada na Rua Haroldo Lucas, nº 51, Loteamento Parque Residencial Tropical, Bairro Fundo Canoas, Rio do Sul/SC, doravante denominado FORNECEDOR 4;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS. nº 070/2014, Pregão Presencial nº 039/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição o de materiais de odontologia, de forma parcelada, destinados à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Luzerna/SC., constantes do Edital, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
2	7,00	UN	Adesivo dental de frasco único contendo 6g, fotopolimerizável, para esmalte e dentina, composto por água e etanol, bis-gma, 10% de sílica coloidal, com tamanho de partículas de 5mm, copolímero de ácido acrílico e ácido itacônico, 2-hidroxiethylmetacrilato, glicerol 1, 3-dimetacrilato e diuretanodimetacrilato., com tampa com mecanismo de trava, que não se desprende do frasco quando aberto.	119,00	833,00
7	2,00	UN	Alavanca bandeirinha direita, com registro na anvisa e certificação iso 9001.	30,00	60,00
8	2,00	UN	Alavanca bandeirinha infantil direita, com registro na anvisa e certificação iso 9001.	30,00	60,00

9	2,00	UN	Alavanca bandeirinha esquerda, com registro na anvisa e certificação iso 9001.	30,00	60,00
10	2,00	UN	Alavanca bandeirinha infantil esquerda, com registro na anvisa e certificação iso 9001.	30,00	60,00
11	2,00	UN	Alavanca curva infantil nº 3 com registro na anvisa e certificação iso 9001.	30,00	60,00
12	2,00	UN	Alavanca curva infantil nº 2 com registro na anvisa e certificação iso 9001.	30,00	60,00
13	2,00	UN	Alavanca pediátrica com registro na anvisa e certificação iso 9001.	30,00	60,00
14	5,00	UN	Alavanca reta com registro na anvisa e certificação iso 9001.	30,00	150,00
15	2,00	UN	Alicate bico chato	46,85	93,70
18	500,00	UN	Amálgama em cápsula de 01 porção	1,82	910,00
19	500,00	UN	Amálgama em cápsula de 02 porções	1,66	830,00
23	25,00	UN	Anestésico tópico	6,97	174,25
29	30,00	UN	Broca 1046	5,27	158,10
30	30,00	UN	Broca 1047	5,27	158,10
31	30,00	UN	Broca alta rotação 10 - 14hl	5,27	158,10
32	30,00	UN	Broca alta rotação 10 - 16 hl	5,27	158,10
34	30,00	UN	Broca alta rotação nº 02	4,85	145,50
43	30,00	UN	Broca carbide no 02	7,23	216,90
44	30,00	UN	Broca carbide no 04	4,23	126,90
45	30,00	UN	Broca carbide no 06	7,23	216,90
46	30,00	UN	Broca carbide no 08	7,23	216,90
58	30,00	UN	Broca para acabamento de resina 3118 f	5,45	163,50
59	30,00	UN	Broca para acabamento em resina 2135 f	5,45	163,50
60	30,00	UN	Broca p/ acabamento em resina 3168 f	5,45	163,50
61	30,00	UN	Broca para acabamento em resina 1112 f	5,45	163,50
62	30,00	UN	Broca para acabamento em resina 1190 f	5,45	163,50
63	30,00	UN	Broca para acabamento em resina 3195 f	5,45	163,50
64	30,00	UN	Broca tronco cônica 1035	5,45	163,50
68	2,00	UN	Caixa de revelação de rx	172,30	344,60
81	1,00	UN	Cureta de extração	9,50	9,50
84	1,00	UN	Cureta universal	19,70	19,70
88	2,00	UN	Detergente antiferruginoso - 200ml	35,00	70,00
92	10,00	UN	Espátula para inserção de irm nº 1 e nº 2	41,55	415,50
96	300,00	UN	Fio agulhado para sutura de seda nº 4-0	17,68	5.304,00
123	5,00	UN.	Lixa para resina grana grossa - caixa com 150 unidades	33,00	165,00
124	150,00	CX	Luva para procedimento não cirúrgico produzida com látex, levemente pulverizada com pó bio-absorvível, ambides- tra, resistentes, com tensão de ruptura mínima atendendo ao padrão aql 1,5. Caixa com 50 pares. Tamanho g	21,00	3.150,00
134	5,00	UN	Óculos de proteção	14,45	72,25
137	1,00	UN	Pedra afiar curetas	18,00	18,00

139	20,00	UN	Piça clínica	14,19	283,80
142	8,00	UN	Porta agulha	42,10	336,80
147	10,00	UN	Resina a2 - restaurador fotopolimerizável para dentes anteriores e posteriores, bis-gma, te-gma e filem. Zircônialsilica, c/ 84,5% em peso e 66% em volume. Com 15 cores	70,00	700,00
148	18,00	UN	Resina a3 - restaurador fotopolimerizável para dentes anteriores e posteriores, bis-gma, te-gma e filem. Zircônialsilica, c/ 84,5% em peso e 66% em volume. Com 15 cores.	70,00	1.260,00
151	70,00	UN	Revelador de raio x - frasco com 500 ml	6,50	455,00
160	2.000,00	PCT	Sugadores descartáveis (pacote com 40 unidades)	4,20	8.400,00
171	2.500,00	UN	Revelador de placa bacteriana em pastilhas	21,00	52.500,00
173	3,00	UN	Mandril	2,37	7.11
177	15,00	UN	Ponteiras para aparelho de ultra-som compatíveis com a marca jet laxis sonic	75,75	1.136,25
184	10,00	UN	Lixa de metal	7,50	75,00
191	10,00	UN	Filtro protetor do infravermelho do destilador com suporte metálico para destiladora da marca cristofoli	124,00	1.240,00
193	2,00	UN	Porta gaze de inox	30,00	60,00
194	5,00	UN	Broqueiro de inox	29,40	147,00
196	50,00	UN.	Detergente enzimático - frasco com 1000 ml	28,70	1.435,00
199	10,00	UN	Embalagem em rolo para autoclave 10cm x 100m	58,90	589,00
209	2,00	UN	Espátula de titânio autoclavável para resina composta nº 2	43,00	86,00
210	6,00	UN	Espátula de titânio autoclavável para resina composta nº 6	43,00	258,00
211	2,00	UN	Seladora com circuito eletrônico com controle de temperatura, com sistema integrado de corte e suporte de rolo, com braço de selagem, com área de selagem de 25 cm e espessura de selagem de 9 mm.	499,00	998,00
214	10,00	UN	Resina flow a2 - restaurador fotopolimerizável para dentes anteriores, microhíbrida fluida de média viscosidade, radiopaca, para aplicação direta	21,50	215,00
215	10,00	UN	Resina flow a3 - restaurador fotopolimerizável para dentes anteriores, microhíbrida fluida de média viscosidade, radiopaca, para aplicação direta	21,50	215,00
216	5,00	UN	Resina flow a3,5 - restaurador fotopolimerizável para dentes anteriores, microhíbrida fluida de média viscosidade, radiopaca, para aplicação direta	21,50	107,50

			Fotopolimerizador com fonte de luz led modelo basico com apenas 01 ciclo de programação com 20 segundos; protetor ocular acoplado ao equipamento; acompanha suporte para ser xado ao equipo; bivolt automatico; ponteira de fibra optica com 8 mm de diametro, autoclavável.		
225	2,00	UN		566,00	1.132,00

O FORNECEDOR 4 SILME'S COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 87.315,96 (oitenta e sete mil trezentos e quinze reais e noventa e seis centavos);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos materiais em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5 Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.6. Os materiais deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna/SC, em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.8. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, a título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, a contar da data efetiva do pedido.

1.10. Os materiais fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.11. O prazo de validade dos materiais não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.12. Os materiais fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um;

1.13. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender

do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16 As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- 4.1.1. Executar o objeto da Ata de Registro de Preços de acordo com o estipulado nos itens 1.2 a 1.14;
- 4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;
- 4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- 5.1.1. Advertência;
- 5.1.2. Multa;
- 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

- 5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;
- 5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos ou materiais entregues, por ter sido constatado, após seu

recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. O contrato somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar a Ata decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa da Ata decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra

forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora - Fundo Municipal de Saúde, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços.

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Elemento: 3.3.90.30.36 - Material Hospitalar
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Atividade: 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do FMS.
Reduzido: 007
Fonte 64 - Atenção Básica

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA E ACOMPANHAMENTO

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1.O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura

pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 12 de junho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

JULIA WAGNER JUMES

SILME'S COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME
FORNECEDOR 4

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Contrato PML Nº 082.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 082/2014

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 055/2014

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO PML Nº 028/2014

[Validade: 12 (doze) meses]

Aos 11 (onze) dias do mês de junho do ano de 2014, presentes de um lado, MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, ÓRGÃO GESTOR, representado neste ato por seu Prefeito, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, e a Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, ÓRGÃO GERENCIADOR, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - ERWIN FELDER JUNIOR, pessoa física, neste ato representado por ERWIN FELDER JUNIOR, brasileiro, maior, portador da cédula de identidade nº 2.630.919 e inscrito no CPF/MF sob o nº 685.711.789-68, residente e domiciliado na Rua Ministro João Cleophas, nº 620, Centro, na cidade de Treze Tílias/SC, doravante denominado FORNECEDOR 1; classificada para fornecimento do objeto constante do Edital de Processo Licitatório nº 055/2014,

Pregão Presencial para Registro de Preço nº 028/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

A presente Ata de REGISTRO DE PREÇOS, da Licitação em epígrafe, tem por objeto de registro aquisição de 01 (uma) prancha usada Semi Reboque carrega tudo com no mínimo as seguintes especificações: 02 eixos e rampa de acionamento manual, ano a partir de 1972 com pneus novos ou semi novos, devidamente registrado e licenciado junto ao DETRAN, livre de qualquer ônus ou restrição, e sem qualquer débito, destinada a Secretaria de Obras e Serviços conforme condições e especificações constantes do Termo de Referência Anexo I do edital conforme descrição abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Qdade	Preço Unitário(R\$)	Preço Total (R\$)
1	1 (uma) prancha usada Semi Reboque carrega tudo com 02 eixos e Rampa, ano a partir de 1972 com pneus semi novos.	UN	1	40.500,00	40.500,00

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de acordo com as necessidades do Município de Luzerna, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 20 (vinte) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. O FORNECEDOR deverá prestar a garantia mínima de 90 (noventa) dias para o objeto cotado.

1.4. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete do objeto.

1.5. O objeto licitado deverá estar livre e desembaraçado, sem qualquer restrição seja judicial ou creditícia;

1.6. O FORNECEDOR tem ciência de que o pagamento será realizado tão somente após o recebimento e transferência do veículo à Administração Pública Municipal;

1.7. Fica o FORNECEDOR obrigada à emissão de nota fiscal de compra e venda, bem como ao recolhimento dos respectivos tributos incidentes sobre a aludida operação.

1.8. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca do veículo enviado, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.9. Por ocasião do recebimento do veículo, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.10. O aceite do veículo não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, qualidade, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificados posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.11. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.12. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem

mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.13. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

2. CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Pela execução total da Ata o FORNECEDOR receberá R\$ 40.500,00 (quarenta mil e quinhentos reais);

2.2. O pagamento será efetuado até 15 (quinze) dias contados da entrega do veículo, importando o valor conforme o registrado na Ata, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal devidamente atestado por servidor municipal competente;

2.3. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitida para o PREFEITURA DE LUZERNA - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC e ter como emitente empresa com a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

2.4. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou e-mail o documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, aos cuidados do Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700) ou através do e-mail compras@luzerna.sc.gov.br ;

2.5. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o FORNECEDOR do ressarcimento de qualquer prejuízo para o ÓRGÃO GERENCIADOR;

2.6. Os preços não serão reajustados;

2.7. O preço somente será revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.8. Os preços contratados não sofrerão qualquer espécie de reajuste, a exceção do previsto no art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d" da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DOTAÇÕES

3.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Investimentos
Elemento: 4.4.90.52.40 - Máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS
Atividade: 1101.17.51.0064.1063 - Renovação da Frota da Secretaria de Obras e Serviços. Reduzido: 131
Fonte 89: Alienação de bens destinados a outros programas

4. CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado no item Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as

obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

4.1.6. Prestar a garantia mínima de 90 (noventa) para o objeto cotado.

4.1.7. Responsabilizar-se pelo envio e frete do objeto.

4.1.8. Entregar o objeto licitado livre e desembaraçado, sem qualquer restrição seja judicial ou creditícia;

4.1.9. Entregar o objeto licitado sem qualquer débito junto ao DETRAN e com o licenciamento em dia;

4.1.10. Adimplir débitos que tenham recaído sobre o objeto licitado e não tenham sido identificados por ocasião da aquisição;

4.1.11. Fornecer e assinar os documentos necessários a transferência do veículo à Administração Pública Municipal;

4.1.12. A emissão de nota fiscal de compra e venda, bem como o recolhimento dos respectivos tributos incidentes sobre a aludida operação.

5. CLÁUSULA QUINTA: DAS ALTERAÇÕES

5.1. A presente Ata somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, alínea b e inciso II, alíneas c e d, observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

6. CLÁUSULA SEXTA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

6.1.1. Advertência;

6.1.2. Multa;

6.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

6.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

6.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

6.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

6.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo

ao Município ou a terceiros.

6.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

6.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

6.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

6.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

6.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

6.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

6.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

6.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

6.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR

6.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

6.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

7. CLÁUSULA SÉTIMA DA RESCISÃO E INEXECUÇÃO DA ATA

7.1. A Ata poderá ser rescindida nos seguintes casos:

7.1.1. Por ato unilateral escrito do FORNECEDOR, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;

7.1.2. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

7.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

7.2. O descumprimento, por parte do FORNECEDOR, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao ÓRGÃO GESTOR o direito de rescindir a Ata a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;

7.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa;

7.4. Fica reservado a PREFEITURA DE LUZERNA - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA o direito de rescindir total ou parcialmente a presente Ata, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem

que assista ao FORNECEDOR, direito algum de reclamações ou indenização.

8. CLÁUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA

8.1. A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma;

9. CLÁUSULA NONA: DO FORO

9.1. Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir eventuais dúvidas e qualquer eventual litígio oriundo da presente Ata.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, segunda-feira, 16 de junho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal
CONTRATANTE

ERWIN FELDER JUNIOR

Erwin Felder Junior
FORNECEDOR

TESTEMUNHAS:

Nome legível:

RG:

CPF:

Nome legível:

RG:

CPF:

Contrato PML Nº 083.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 083/2014

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 071/2014

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 040/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 11 (onze) dias do mês de junho do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua 12 de Maio, 152, sala 02, Bairro Vila Alemanha, na cidade de Luzerna/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.336.749/0001-53, neste ato representada por seu sócio-administrador, Sr. AURÉLIO BRUSTOLIN, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 11/R 741.558 e inscrito no CPF/MF sob o nº 250.963.899-87, residente e domiciliado na Rua Pedro Kuss, 100, Bairro Santa Tereza, em Joaçaba/SC, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº071/2014, Pregão Presencial nº 0040/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a contratação de serviços por hora equipe trabalhada destinada à manutenção da rede de iluminação pública do município e ginásios de esportes no Município de Luzerna/SC, constituindo-se em:

Item	Especificação	Unid.	Qdade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Contratação de serviços, por hora equipe trabalhada, de manutenção das redes de iluminação pública e dos ginásios de esporte do Município de Luzerna, conforme estabelecido no Termo de Transferência celebrado entre o Município e a Celesc.	horas	500	72,00	36.000,00

O FORNECEDOR 1 LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA, responsável pelo fornecimento do item descrito na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais);

1.2. O objeto desta licitação deve ser executado diretamente pela Contratada, não podendo ser subempreitado, cedido ou sublocado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da Administração, por escrito, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada pelo ônus e perfeição técnica do mesmo.

1.3. O FORNECEDOR ao apresentar a proposta, declara ter ciência de que os serviços deverão ser executados em consonância com a demanda, sujeitando-se ao cronograma de execução a ser elaborado e fiscalizado pelo Município.

1.4. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital.

1.5. A execução dos serviços deverá ser realizada em até 48h (quarenta e oito horas), contadas da solicitação sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.6. O atendimento deverá ser realizado durante todo o período do contrato, incluindo a visita do técnico, com cobertura de peças e mão de obra corretiva e preventiva dos equipamentos, suprimentos (toner e cartuchos originais do fabricante), bem como, transporte dos equipamentos para o laboratório e retorno, se for o caso.

1.7. A manutenção preventiva será realizada conforme calendário a ser ajustado entre o FORNECEDOR e a Prefeitura de Luzerna/SC e os Fundos Especiais, tendo por objetivo prevenir ocorrência de quebras ou defeitos dos equipamentos, de modo a conservá-los em perfeito estado de funcionamento. Esses serviços deverão ser realizados nos locais em que os equipamentos estejam instalados.

1.8. A manutenção corretiva tem por objetivo sanar as falhas ou defeitos de funcionamento dos equipamentos e suprimentos, de modo a solucionar os problemas e colocá-los em operação no menor tempo possível.

1.9. Os serviços técnicos solicitados para correção de eventos de parada ou defeitos dos equipamentos deverão ser executados no prazo máximo de 12 (doze) horas do chamado, e entregar relatório, ao final do atendimento, descrevendo os serviços realizados;

1.10. É expressamente proibida a terceirização do atendimento técnico, sendo motivo para rescisão do contrato sem qualquer prejuízo ao Município.

1.11. A solicitação de atendimento técnico será realizada via telefone, e-mail ou, aberta diretamente no site do FORNECEDOR, caso a mesma possuir;

1.12. Os equipamentos que apresentarem defeitos técnicos de difícil resolução deverão ser substituídos por outros com, no mínimo,

mesma capacidade e qualidade;

1.13. Efetuar a troca do equipamento que apresentar 3 (três) defeitos num período de 30 (trinta) dias, por outra com as mesmas especificações de tipo, marca e modelo, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do defeito.

1.14. Nos casos de defeito atribuído a mau uso, acidente, causas naturais, furto ou roubo, é de responsabilidade do FORNECEDOR a reposição do equipamento com, no mínimo, mesma capacidade e qualidade, em prazo não superior a 32 (trinta e duas) horas, contadas da ocorrência. Caberá ao Município, nestes casos, ressarcir os prejuízos do ocorrido.

1.15. Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital e seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.

1.16. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observando os prazos contratuais.

1.17. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.18. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos equipamentos instalados, quando na ocasião do recebimento ou após ela, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, retirando o recusado sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.19. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por eventuais danos deles decorrentes.

1.20. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.21. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.22. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado no item Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

4.1.6. Efetuar e arcar com a contratação do pessoal e pelo fornecimento de todos os materiais, transportes, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços contratados;

4.1.7. O FORNECEDOR, através de seus representantes, assumir a incumbência de vigiar e verificar o exato cumprimento das demandas e suas alterações, do contrato, do caderno de encargos e do plano de trabalhos em vigor;

4.1.8. Utilizar somente bens, materiais e serviços de acordo com as normas do INMETRO e da ABNT, conforme o caso;

4.1.9. Responsabilizar-se, integralmente, pelo controle de qualidade dos serviços;

4.1.10. Em refazer, às suas expensas, todo e qualquer serviço mal executado, defeituoso ou com acabamento insatisfatório, bem como a execução fora das especificações técnicas;

4.1.11. Em fornecer e obrigar os empregados a utilizarem os equipamentos de proteção individual, bem como cumprir as demais normas constantes da legislação de segurança, medicina e higiene do trabalho, arcando com todos e quaisquer custos advindos ou

decorrentes dos mesmos;

4.1.12. Em apresentar a relação dos empregados da obra e as guias devidamente pagas do FGTS e de recolhimento da Previdência Social (INSS);

4.1.13. Quanto aos custos relativos a todos os deslocamentos necessários a execução deste contrato, como também as demais despesas quanto à agilização e adequação do mesmo;

4.1.14. Em providenciar, sob as suas expensas e responsabilidades, todo material necessário a prestação dos referidos serviços, este em perfeito estado de conservação e funcionamento;

4.1.15. Quanto a quaisquer danos causados ao equipamento utilizado para prestação dos serviços, arcando com todos os custos advindos ou decorrentes do mesmo;

4.1.16. Em comunicar a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa impedir a execução destes serviços (por escrito);

4.1.17. Quanto a quaisquer ônus e obrigações concernentes as legislações sociais, trabalhistas, fiscais, securitárias e previdenciárias, pela prestação dos serviços constantes da Cláusula Primeira, bem como quanto às despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários;

4.1.18. Quanto a quaisquer acontecimentos, seja por dolo ou culpa, que porventura cometerem pela prestação de serviços objeto deste contrato;

4.1.19. Por todo e qualquer material de sua posse ou propriedade, bem como quanto a quaisquer custos ou ônus advindos dos mesmos;

4.1.20. Quanto a toda e qualquer responsabilidade ou reparação civil e penal que porventura surgir em decorrência da prestação dos referidos serviços;

4.1.21. A fornecer a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente aos serviços executados;

4.1.22. A manter no escritório da obra o diário de Obras atualizado diariamente e, ao final de cada mês, ou junto com a medição, enviar cópia do mesmo ao Município;

4.1.23. Por todo e qualquer custo operacional, técnico e financeiro necessário à execução técnica adequada do serviço de fiscalização da obra objeto do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as

circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada dos itens entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontra-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, a título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3.A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5.A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6.Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7.A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8.O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9.O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Investimentos
Elemento - 3 33.90.39.17 - Manutenção e conservação e maquinas e equipamentos
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Atividade - 11011.452.0061.2056 -Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública
Reduzido: 121
Fonte 17: COSIP (para despesas de iluminação pública)
Atividade - 0803.27.812.0049.2040 -Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes
Reduzido: 095
Fonte 00: Recursos Ordinários (para despesas no Ginásio de Esportes)

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Ata terá vigência de 31/12/20014, contados da data de publicação da mesma;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DO FORO

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 11 de junho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

AURÉLIO BRUSTOLIN

LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME

FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

Contrato PML Nº 084.14

Contrato PML Nº 084.14

CONTRATAÇÃO DE A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO DE 2.524,33M² NAS RUAS: RUA 17 DE NOVEMBRO, RUA 03 DE MAIO, RUA 1º DE AGOSTO; 840,00M DE MEIO-FIO E 19 BUEIROS; 6,00M² DE MURRO DE CONTENÇÃO EM CONCRETO ARMADO, NO BAIRRO VILA ALEMANHA - LOTEAMENTO TRITON, CONFORME PROJETO MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO MÁXIMO E CRONOGRAMA EM ANEXO.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, representado neste ato por seu Prefeito

Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Limeira, 125, aptº 202, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna/SC, de ora em diante denominado CONTRATANTE e POLICENO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.428.416/0001-80, neste ato representada por seu sócio administrador JOSÉ LUÍS POLICENO DA SILVA, brasileiro, maior, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 2.632.118 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 833.031.039-68, residente e domiciliado a Rua Prefeito José Acco, nº 250, Loteamento Dona Helena, no Município de Ibicaré/SC, CEP 89.640-000, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO DE 2.524,33m² NAS RUAS: RUA 17 DE NOVEMBRO, RUA 03 DE MAIO, RUA 1º DE AGOSTO; 840,00M DE MEIO-FIO E 19 BUEIROS; 6,00M² DE MURRO DE CONTENÇÃO EM CONCRETO ARMADO, NO BAIRRO VILA ALEMANHA - LOTEAMENTO TRITON, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO MÁXIMO E CRONOGRAMA EM ANEXO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1.O objeto deste Contrato, de acordo com o Processo Licitatório 006/2014, Tomada de Preços nº 001/2014, é a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a Pavimentação em Paralelepípedo de 2.524,33m² nas ruas: Rua 17 de Novembro, Rua 03 de Maio, Rua 1º de Agosto; 840,00m de meio-fio e 19 bueiros; 6,00m² de murro de contenção em concreto armado, no Bairro Vila Alemanha - Loteamento Triton, conforme projeto, memorial descritivo, orçamento máximo e cronograma em anexo.

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	1	SER	Pavimentação em paralelepípedo.	223.251,75	223.251,75

1.2. O objeto da presente licitação deverá ser executado em conformidade com os Projetos Básicos, Memorial Descritivo e demais informações constantes do Anexo I (CD) do presente Edital.

1.3. A proponente vencedora deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias contados da data de recebimento da Ordem de Serviço Inicial e entregar a obra, completamente executada, no prazo de até 04 (quatro) meses contados da mesma data.

1.4.Para o início dos serviços são necessários os seguintes documentos:

1.4.1.Pela empresa contratada:

a) Visto junto ao CREA/SC, em conformidade com o disposto na Lei nº 5.194/66 e em consonância com o art. 1º, II, da Resolução nº 413/97 do CONFEA, caso a empresa contratada seja sediada em outro Estado.

b) ART's de execução, que deverão ser entregues ao Município, antes da execução dos serviços a elas vinculados;

c) Matrícula do INSS da obra;

1.4.2.Pelo Município:

a) Ordem de Serviço autorizando início da obra.

1.4.3. Da medição dos serviços:

a) Os quantitativos de serviços efetivamente executados pela empresa contratada serão medidos mensalmente de 30 em 30 dias, lançados no Boletim de Medição, que depois de conferidos e aprovados, serão assinados pelo responsável técnico da empresa e pelo fiscal da obra.

b) Se o dia determinado for feriado, sábado ou domingo deverá ocorrer no dia posterior ao determinado.

c) Os pagamentos serão efetuados com base em valores apurados através das medições dos serviços efetivamente executados no período, independentemente do cronograma físico-financeiro apresentado, com base nos preços constantes do contrato e devidamente certificados.

1.5.Ao encerrar a obra a empresa contratada deverá apresentar os documentos relacionados abaixo, ficando a última parcela condicionada a apresentação dos mesmos:

a) "As built" da obra,

b) Encerramento da Matrícula com o INSS com as devidas quitações, que deverão ser apresentadas antes da emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Obra.

1.6. Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes no Sistema CONFEA/CREA's, as da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e aquelas complementares e pertinentes aos respectivos projetos e serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie.

1.7.Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.

1.8.As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da empresa contratada;

1.9.Serão de total responsabilidade da empresa contratada, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

1.10.Caberá exclusivamente à empresa contratada, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

1.11.Serão de responsabilidade da empresa contratada as despesas relativas à instalação e consumo de água e energia elétrica necessárias à execução do objeto, devendo as faturas destes fornecimentos serem emitidas em seu nome, durante o período da contratualidade.

1.12.A empresa contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, conforme o disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso I e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Pela execução total do contrato a CONTRATADA receberá R\$ 223.251,75 (duzentos e vinte e três mil duzentos e cinquenta e um reais e setenta e cinco centavos);

2.2.O pagamento será efetuado até 15 (quinze) dias mediante apresentação do documento fiscal devidamente atestado por servidor municipal competente, conforme os laudos de medição mensais efetuados pela Assessoria de Planejamento da Prefeitura de Luzerna e de Declaração da Prefeitura Municipal, onde foram executados os serviços.

2.3 O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/95, e apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.

2.4. Caso seja antecipado o cronograma físico, na mesma proporção poderá ser antecipado o cronograma financeiro.

2.5. O último pagamento só será efetuado após o recebimento

parcial e total da obra.

2.6. Doravante, o termo de recebimento total da obra somente será emitido após a entrega pela CONTRATADA da "as built".

2.7. A alíquota de 3,0% referente ao ISS incidente sobre os serviços prestados serão retidos no ato dos pagamentos a serem efetuados pela Contratante a CONTRATADA;

2.8. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para a PREFEITURA DE LUZERNA, Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna - SC, CNPJ/MF 01.613.428/0001-72, e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.

2.9. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

2.10. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado e protocolado pela CONTRATADA.

2.11. Os valores contratuais somente serão reajustados após 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta, utilizando-se como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, ou na falta deste, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento formalizado pela contratada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA DA DOTAÇÃO

3.1. As despesas provenientes da execução deste Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e dos seus Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos seguintes termos:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Investimentos
Elemento - 4.4.90.51.98 - Obras Contratadas
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
11. SECRETARIA DE OBRAS DE LUZERNA
Projeto - 1101.15.451.0061.1053 - Pavimentação e Alargamento de Ruas e Passeios Públicos
Reduzido: 169
Fonte 324 - Alienação de bens destinados a outros programas

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Executar o objeto do presente contrato de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e demais informações constantes do Edital;

4.2. Iniciar os serviços em até 10 (dez) dias contados da data de emissão da Ordem de Serviço Inicial;

4.3. Entregar a obra, completamente executada, em até 04 (quatro) meses contados da data de emissão da Ordem de Serviço, conforme estabelece o cronograma físico-financeiro;

4.4. Promover a sinalização de advertência, de identificação e outras necessárias à execução dos serviços;

4.5. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.6. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.7. Armazenar todos os materiais e utensílios utilizados na execução do objeto, sendo de sua inteira responsabilidade a guarda, conservação e danos que porventura vierem a sofrer;

4.8. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

4.9. Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da empresa contratada;

4.10. Prestar a garantia por eventuais patologias construtivas decorrentes do emprego de materiais não especificados no Memorial Descritivo e/ou de mão-de-obra desqualificada, pelo prazo de 05 (cinco) anos contados do término da obra;

4.11. Apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado, responsabilizando-se pelos serviços;

4.12. Executar Diário da Obra comprovando o andamento dos serviços e os prazos de execução;

4.13. Formalizar expediente de designação do Responsável Técnico da empresa;

4.14. Fornecer à Secretaria Municipal Infraestrutura a documentação de sua competência, relativa à Pasta de Obras do "e-Sfinge Obras" do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

4.15. Facilitar todas as atividades de fiscalização da Comissão;

4.16. Exigir do Município a emissão da Ordem de Serviço Inicial, para proceder ao início da execução do objeto;

4.17. Fornecer ART dos serviços executados.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. Pelo atraso injustificado ou pela inexecução total do objeto, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções, com fulcro no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações:

a) Advertência;

b) Multa, de até 10% (dez por cento) do valor contratado, no caso de descumprimento das cláusulas do presente Edital ou do contrato dele proveniente;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

5.2. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

5.3. Os serviços em atraso sujeitarão o proponente vencedor à multa de mora, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), por dia que exceder aos prazos estabelecidos, exceto quando justificados e aceitos pelo Município.

5.4. A multa a que alude o subitem 5.3 não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

5.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo previsto implicará na multa de 5% (cinco por cento), do valor do contrato.

5.6. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "a" e "b" e inciso II, letras "b", "c" e "d", observado o que dispõem os §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

7.1.1. por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos

enumerados nos incisos I a XVII do art.78 da Lei 8.666/93;
7.1.2. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
7.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente;
7.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;
7.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa;
7.4. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.66/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA OITAVA DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de emissão da Ordem de Serviço inicial, podendo ser prorrogado em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, art. 57, § 1º, incisos I, II, III, IV e VI.

CLÁUSULA NONA DO FORO

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.
E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 13 de junho de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

JOSÉ LUÍS POLICENO DA SILVA
POLICENO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Decreto 1812

DECRETO Nº 1812 de 10 de junho de 2014.

"NOMEIA EQUIPE TÉCNICA DE TRABALHO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art.1º- NOMEAR a EQUIPE TÉCNICA DE TRABALHO do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) para a ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, ficando assim constituída:

Representantes do Poder Legislativo
JOÃO BATISTA ZAMBONI
RODRIGO HOFFELDER

Representante do Setor de Educação
REGINA CARIN JACOBY CUREAU

Representante do Setor de Saúde
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER

Representante do Setor Municipal de Agricultura
MARCELO COSTA BEBER

Representante do Setor Financeiro
ANGELO BRANDALISE JÚNIOR

Representante do Setor Jurídico
KÁTIA IOLANDA DEUERLING

Representante do Setor de Obras
ALCIR JOÃO DENARDI

Representante do Setor de Planejamento
PEDRO LUCIANO SORGATO

Representante dos profissionais de engenharia/arquitetura
CLARISSA ANRAIN

Representante do Setor de Divulgação
CHEILA PEGORARO

Representante do Setor Comercial
LAÉRCIO CORSO

Representante do Setor Industrial
ADEMIR DALLA LANA

Representante do Setor Agrícola
ALTAIR FIORIN

Representante do Setor Habitacional
PATRÍCIA CELZLEIN NUNES VIEIRA

Parágrafo Único - Fica designado como Coordenador da EQUIPE TÉCNICA DE TRABALHO o Representante do Setor de Planejamento, o Engenheiro Civil PEDRO LUCIANO SORGATO.

Art.2º- As atividades exercidas pelos membros da Equipe não serão remuneradas em razão de sua relevância social.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 10 de junho de 2014.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

Decreto 1813

DECRETO Nº 1813 de 12 de junho de 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21 da Lei nº 1171 de 12 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º- Fica anulada parcialmente, na Atividade discriminada abaixo, a Modalidade de Aplicação da despesa:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
09. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade - 0901.20.602.0052.2044 - Apoio a Bacia Leiteira e Melhoramento do Gado Bovino
Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a Modalidade de Aplicação da despesa atribuída às Atividade abaixo relacionada:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

09. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade - 0901.20.602.0052.2044 - Apoio a Bacia Leiteira e Melhoramento do Gado Bovino

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 12 de junho de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Decreto 1814

DECRETO Nº 1814 de 12 de junho de 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA"

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art.22 da Lei nº 1.171 de 12 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 49.992,00 (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e dois reais), em favor da Prefeitura Municipal de Luzerna, à conta do Excesso de Arrecadação apurado até o dia 12 de junho de 2013, na Fonte 24 - Transferência de Convênios - Outros, proveniente do Contrato de Repasse nº 2014TR001231, Processo nº SDR07 1215/2014, firmado com o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, que tem por objeto a aquisição de brita e recuperação das estradas vicinais, na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuído a seguinte classificação orçamentária:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 1101.26.782.0067.2060 - Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais do Município

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 24 - Transferência de Convênio do Estado - Outros
R\$ 49.992,00

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 12 de junho de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Decreto 1815

DECRETO Nº 1815 de 12 de junho de 2014.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISÉS DIERSMANN, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do art. 22 da Lei nº 1.171 de 12/11/13,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL na importância de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), proveniente do superávit financeiro do exercício anterior oriundo de recursos próprios, destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna - SIMAE:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.061 - Operação e Manutenção do Sistema de Água - Urbano

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000-31

Valor: R\$ 150.000,00

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 12 de junho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Decreto 1816

DECRETO Nº 1816 de 13 de junho de 2014.

"ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA"

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art.22 da Lei nº 1.171 de 12 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º- Ficam abertos CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES no montante de R\$ 134.000,00 (cento e trinta e quatro mil reais), em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, à conta do EXCESSO DE ARRECAÇÃO apurado até o dia 13 de junho de 2013, na Fonte 24 - Transferência de Convênios - Outros, provenientes do Contrato de Repasse nº 2014TR001230, Processo nº SDR07 1213/2014, que tem por objeto a aquisição de mudas que auxiliam na pastagem e Contrato de Repasse nº 2014TR001232, Processo nº SDR07 1214/2014, que tem por objeto a aquisição de kit fenação, firmado com o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, na forma do disposto no inciso II, do artigo 43 da Lei nº 4.320/64, atribuído a seguinte classificação orçamentária:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade - 0901.20.602.0052.2044 - Apoio a Bacia Leiteira e Melhoramento Genético do Gado Bovino

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 24 - Transferência de Convênio do Estado - Outros
R\$ 50.000,00

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 24 - Transferência de Convênio do Estado - Outros
R\$ 84.000,00

TOTAL.....R\$ 134.000,00

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 13 de junho de 2014.

MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

Contrato PML Nº 085.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 085/14

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 072/2014

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 041/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 13 (treze) dias do mês de junho do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretária da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - DIDÁTICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Santa Terezinha, nº 307, Térreo, Centro, no Município de Jaborá/SC, CEP 89677-000, inscrita no CNPJ sob o nº 08.985.825/0001-14, neste ato representada por sua sócia EMILY POYER PASQUALOTTO, brasileira, maior, casada, empresária, portadora da cédula de identidade nº 6.438.081 e inscrita no CPF/MF sob o nº 091.829.379-07, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 072/2014, Pregão Presencial nº 041/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de materiais, de forma parcelada, destinados às práticas esportivas com alunos das Escolas da Rede Municipal de Ensino e para a Estratégia de Promoção à Saúde desenvolvida pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de Luzerna/SC, constituindo-se em:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
10	24,00	UN	Bola max 1000, 61-64 cm, 410-440 g, câmara airbility, termotec, pu ultra 100%, miolo slip system removível e lubrificado.	196,50	4.716,00
23	10,00	UN	Faixas elásticas de borracha	49,40	494,00

O FORNECEDOR 1 DIDÁTICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA ME, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 5.210,00 (cinco mil duzentos e dez reais);

1.2. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 15 (quinze) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. Os materiais deverão apresentar as características originais do fabricante - não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais;

1.5 Os materiais deverão ser de 1ª qualidade e estar de acordo com as normas e legislação pertinente para cada um.

1.7. Os materiais deverão ser entregues ao servidor responsável pelo Setor de Educação, Cultura e Esporte, nas dependências da Prefeitura de Luzerna/SC, de segunda a sexta-feira, das 07h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min.

1.8. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.9. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.10. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA, ANATEL ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.11. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, a título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, a contar da data efetiva do pedido.

1.12. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.13. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.14. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser

acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

- 2.1. Os preços não serão reajustados;
- 2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;
- 2.3.O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;
- 2.4.Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;
- 2.5.Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;
- 2.6.Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.7.Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;
- 2.8.O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br).
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.
- 3.5. Os preços não serão reajustados.
- 3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. Cabe ao FORNECEDOR:
 - 4.1.1.Executar o objeto de acordo com o estipulado no Edital e seus anexos, em especial o descrito na Cláusula Primeira desta Ata de Registro de Preços;
 - 4.1.2.Manter, durante a execução da Ata todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
 - 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na

execução da Ata;

- 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata, oriundo do processo licitatório;
- 4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais a fim de comprovar o ser fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
 - 5.1.1. Advertência;
 - 5.1.2. Multa;
 - 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
 - 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
- 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
 - 5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - 5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;
 - 5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.
- 5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de

3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão

final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução deste Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Elemento: 3.3.90.30.14 - Material educativo e esportivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Atividade: 0801.12.365.0028.2028 - Manutenção da Educação Básica - Infantil
Reduzido: 079
Fonte 01- Receita de Impostos e Transf. de Impostos Educação
Atividade: 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental
Reduzido: 061
Fonte 01- Receita de Impostos e Transf. de Impostos Educação
Atividade: 0802.13.392.0046.2038 - Apoio a Difusão Cultural
Reduzido: 090
Fonte 00- Recursos Ordinários
Atividade: 0803.27.812.0049.2040- Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes
Reduzido: 095
Fonte 00- Recursos Ordinários
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade: 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Reduzido: 007
Fonte 01- Atenção Básica ou PMAQ

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12

(doze) meses, contados da data de publicação da mesma;
9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 13 de junho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EMILY POYER PASQUALOTTO
DIDÁTICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA ME
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

Contrato PML Nº 086.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 086/14
PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 072/2014
PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 041/2014
VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 13 (treze) dias do mês de junho do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretária da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

2 - OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Silvino Ciarini, nº 530 A, Bairro dos Industriários, na cidade de Concórdia/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 11.499.653/0001-83, neste ato representada por sua sócia-administradora, DAIANE ROSA, brasileira, separada judicialmente, empresária, portadora da cédula de identidade nº 2.134.107 e inscrita no CPF/MF sob o nº 949.233.889-00, residente e domiciliada na Rua Maria Mafessoni Rosa, 196, Bairro dos Industriários, em Concórdia/SC, doravante denominado FORNECEDOR 2;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 072/2014, Pregão Presencial nº 041/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS

para a aquisição de materiais, de forma parcelada, destinados às práticas esportivas com alunos das Escolas da Rede Municipal de Ensino e para a Estratégia de Promoção à Saúde desenvolvida pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de Luzerna/SC, constituindo-se em:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	4,00	UN	Rede de basquete oficial confeccionada em fio 4,0 de nylon da alta resistência, malha de 7,0 cm, tamanho de 0,45 cm de diâmetro, 0,50 cm de comprimento, embalagem com tamanho de 5x13x17.	33,00	132,00
2	4,00	UN	Kit badminton composta por quatro raquetes, tres petecas em nylon, rede, suporte e uma capa personalidade. (aro retrátil todo feito em aço maciço trefilando, aro com 16mm de espessura e chapas de 3/16 de espessura com dias molas de aço zincadas cor e medidas oficiais).	244,00	976,00
3	6,00	UN	Bolas de basquete shoot 75-74 cm 600-650 g, miolo removível, câmara butil, matrizada, borrachada.	50,00	300,00
4	6,00	UN	Bolas de basquete mirim, 72-74 cm 500 g, miolo removível, câmara butil, matrizada, borrachada.	49,00	294,00
5	6,00	UN	Bola suecia h3l ultra grip, 58-60 cm. 425-475 câmara air-bility, costurada pu ultra grip, miolo slip sistem removível e lubrificado.	198,25	1.189,50
6	12,00	UN	Bola suecia h2l grip, 54-56 cm. 325-400 g, câmara air-bility, costurada pu ultra grip, miolo slip sistem removível e lubrificado.	196,50	2.358,00
7	12,00	UN	Bola suecia h1l ultra grip, 49-51 cm. 230-270 g, câmara air-bility, costurada pu ultra grip, miolo slip sistem removível e lubrificado.	184,30	2.211,60
11	6,00	UN	Bola mas 500, 61-64 cm, 410-440 g, câmara air-bility, termotec, pu ultra 100%, miolo slip system removível e lubrificado.	167,45	1.004,70
12	6,00	UN	Bola max 200, 55-59 cm, 350-380 g, câmara air-bility, termotec, pu ultra 100%, miolo slip system removível e lubrificado.	144,75	868,50
17	6,00	UN	Bomba para encher bolas com ação dupla	22,40	134,40
18	6,00	UN	Saco de rede de nylon com capacidade para 8 a 12 bolas.	64,00	384,00
19	5,00	UN	Rede de vôlei medidas oficiais com 04 faixas em lona de algodão, fio numero 2mm torcido, com porta antenas e par de antena.	167,70	838,50

21	10,00	UN	Pares de redes para basquete com medidas oficiais, fixação 12 alças fio 4mm, polipropileno (seda).	22,45	224,50
----	-------	----	--	-------	--------

O FORNECEDOR 2 - OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 10.915,70 (dez mil novecentos e quinze reais e setenta centavos);

1.2. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 15 (quinze) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. Os materiais deverão apresentar as características originais do fabricante - não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais;

1.5 Os materiais deverão ser de 1ª qualidade e estar de acordo com as normas e legislação pertinente para cada um.

1.7. Os materiais deverão ser entregues ao servidor responsável pelo Setor de Educação, Cultura e Esporte, nas dependências da Prefeitura de Luzerna/SC, de segunda a sexta-feira, das 07h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min.

1.8. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.9. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.10. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA, ANATEL ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.11. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, a título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, a contar da data efetiva do pedido.

1.12. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.13. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.14. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3.O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4.Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.5.Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6.Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7.Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8.O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1.Executar o objeto de acordo com o estipulado no Edital e seus anexos, em especial o descrito na Cláusula Primeira desta Ata de Registro de Preços;

4.1.2.Manter, durante a execução da Ata todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata, oriundo do

processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais a fim de comprovar o ser fornecimento.

CLAÚSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLAÚSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º,6º e 8º do mesmo artigo.

CLAÚSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução deste Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Elemento: 3.3.90.30.14 - Material educativo e esportivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Atividade: 0801.12.365.0028.2028 - Manutenção da Educação Básica - Infantil
Reduzido: 079
Fonte 01- Receita de Impostos e Transf. de Impostos Educação
Atividade: 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental
Reduzido: 061
Fonte 01- Receita de Impostos e Transf. de Impostos Educação
Atividade: 0802.13.392.0046.2038 - Apoio a Difusão Cultural
Reduzido: 090
Fonte 00- Recursos Ordinários
Atividade: 0803.27.812.0049.2040- Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes
Reduzido: 095
Fonte 00- Recursos Ordinários
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade: 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Reduzido: 007
Fonte 01- Atenção Básica ou PMAQ

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 13 de junho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	DAIANE ROSA OBJETIVA COM. DE EQUIPAMENTOS LTDA FORNECEDOR 2
---	---

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Contrato PML Nº 087.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 087/14

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 072/2014

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 041/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 13 (treze) dias do mês de junho do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

3 - TOTAL SPORTS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada à Rua XV de Novembro, nº 576, Centro, na cidade de Videira/SC, CEP 89560-000, inscrita no CNPJ sob o nº 13.248.252/0001-86, neste ato representado por seu sócio-administrador, ANDERSON CORDEIRO PIROLI brasileiro, maior, solteiro, comerciante, portador da cédula de identidade nº 25/R 4.482.234 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 044.949.089-08, doravante denominado FORNECEDOR 3;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 072/2014, Pregão Presencial nº 041/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de materiais, de forma parcelada, destinados às praticas esportivas com alunos das Escolas da Rede Municipal de Ensino e para a Estratégia de Promoção a Saúde desenvolvida pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de Luzerna/SC, constituindo-se em:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
8	30,00	UN	Bola Brasil 70 pro, 68-70 cm, 410-450 g, câmara airbilty, costurada, microfibra, miolo slip system removível e lubrificado.	181,00	5.430,00
9	12,00	UN	Bola digital 68-70 cm, 410-450 g, câmara airbilty, costurada, pu, miolo removível.	108,00	1.296,00
13	12,00	UN	Bola de volei pro 6.0, 65-67 cm, 260-280 g, câmara airbilty, matrizada, microfibra, miolo slip system removível e lubrificado.	233,00	2.796,00
14	3,00	UN	Jogo de colete com 12 unidades no tamanho m na cor amarela	174,40	523,20
15	3,00	UN	Jogo de colete com 12 unidades no tamanho m na cor azul	174,00	522,00
16	3,00	UN	Jogo de colete com 12 unidades tamanho m na cor vermelha	174,00	522,00
20	5,00	UN	Sacolas para fardamento confeccionadas em nylon medindo, no mínimo 70 cm x 50 cm x 40 cm.	73,50	367,50
22	10,00	UN	Elástico de borracha p/ ginástica	34,00	340,00
24	20,00	UN	Colchonetes	33,50	670,00

O FORNECEDOR 3 - TOTAL SPORTS LTDA ME, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 12.466,70 (doze mil quatrocentos e sessenta e seis reais e setenta centavos);

1.2. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 15 (quinze) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. Os materiais deverão apresentar as características originais do fabricante - não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais;

1.5 Os materiais deverão ser de 1ª qualidade e estar de acordo com as normas e legislação pertinente para cada um.

1.7. Os materiais deverão ser entregues ao servidor responsável pelo Setor de Educação, Cultura e Esporte, nas dependências da Prefeitura de Luzerna/SC, de segunda a sexta-feira, das 07h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min.

1.8. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.9. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.10. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA, ANATEL ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que

regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.11. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, a título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, a contar da data efetiva do pedido.

1.12. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.13. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.14. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3.O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4.Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.5.Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6.Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7.Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8.O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou e-mail do documento

fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado no Edital e seus anexos, em especial o descrito na Cláusula Primeira desta Ata de Registro de Preços;

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata, oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais a fim de comprovar o ser fornecimento.

CLAUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados

no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução deste Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Elemento: 3.3.90.30.14 - Material educativo e esportivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade: 0801.12.365.0028.2028 - Manutenção da Educação Básica - Infantil

Reduzido: 079

Fonte 01- Receita de Impostos e Transf. de Impostos Educação

Atividade: 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica

Fundamental

Reduzido: 061

Fonte 01- Receita de Impostos e Transf. de Impostos Educação

Atividade: 0802.13.392.0046.2038 - Apoio a Difusão Cultural

Reduzido: 090

Fonte 00- Recursos Ordinários

Atividade: 0803.27.812.0049.2040- Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes

Reduzido: 095

Fonte 00- Recursos Ordinários

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do

Fundo Municipal de Saúde

Reduzido: 007

Fonte 01- Atenção Básica ou PMAQ

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 13 de junho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	ANDERSON CORDEIRO PIROLI TOTAL SPORTS LTDA ME FORNECEDOR 3
---	--

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Pregão Presencial - PL 079.2014 - PP 046.2014 - Aquisição de Trator Agrícola, Kit Fenação E Mudanças de Pastagem - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 0079/2014 - PML

Pregão Presencial nº 0046/2014 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de 1 (um) trator agrícola; 1 (um) kit fenação e mudas de pastagens destinados à manutenção das atividades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Luzerna (SC).

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08 horas do dia 27 de junho de 2014.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 27 de junho de 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Receitas Federais do Dia 12.06.2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 12/06/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		37.249,72
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	37.249,72
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	37.249,72
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	22.349,83
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	14.899,89

Luzerna, 13/06/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

BALANCETE FINANCEIRO PML 05.14**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.756.448,76	Despesa Orçamentária	1.180.449,56
RECEITA TRIBUTÁRIA	146.462,53	Despesas exceto Intra-orçamentárias	1.180.449,56
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	19.914,70	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	444.716,74
RECEITA PATRIMONIAL	17.797,66	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	7.541,47
RECEITA DE SERVIÇOS	200,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	527.130,06
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.424.828,46	INVESTIMENTOS	198.819,91
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	13.443,09	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.241,38
ALIENAÇÃO DE BENS	9.553,89		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	334.000,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-209.751,57		
Receita Extra - Orçamentária	1.320.277,11	Despesa Extra - Orçamentária	1.586.486,62
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	493,66	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	493,66
CRÉDITOS A RECEBER	493,66	CRÉDITOS A RECEBER	493,66
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	493,66	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	493,66
DEPÓSITOS	61.452,42	DEPÓSITOS	61.296,72
CONSIGNAÇÕES	60.229,97	CONSIGNAÇÕES	60.074,27
PREVIDÊNCIA SOCIAL	35.673,28	PREVIDÊNCIA SOCIAL	35.673,28
TESOURO NACIONAL	10.150,51	TESOURO NACIONAL	10.128,01
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	2.802,75	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	2.669,55
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	10.920,82	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	10.920,82
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	682,61	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	682,61
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.222,45	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.222,45
DEPÓSITOS E CAUÇÕES	1.222,45	DEPÓSITOS E CAUÇÕES	1.222,45
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.258.331,03	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.327.196,24
OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.248.548,18	OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.317.413,39
FORNECEDORES	717.814,31	FORNECEDORES	716.764,31
PESSOAL A PAGAR	339.453,25	PESSOAL A PAGAR	339.453,25
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	107.207,58	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	107.207,58
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	14.157,83	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	14.157,83
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	69.915,21	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	139.830,42
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	9.782,85	CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	9.782,85
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	9.782,85	OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	9.782,85
		INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	197.500,00
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDA	197.500,00
		ORDEN DE TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA	197.500,00
Saldos anteriores	2.949.497,82	Saldos atuais	3.259.287,51
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	762,34
BANCO C/ MOVIMENTO	1.588.186,93	BANCO C/ MOVIMENTO	1.504.896,62
BANCOS C/ VINCULADAS	1.361.310,89	BANCOS C/ VINCULADAS	1.753.628,55
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	0,00	POUPANÇA	0,00
Total	6.026.223,69	Total	6.026.223,69

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor

Luzerna, 13/06/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Macieira**PREFEITURA****Aviso de Licitação_ Processo Licitatório Nº 0030/2014**

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0023/2014

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0030/2014

REGISTRO DE PREÇO Nº 0010/2014

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, nº 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. Emerson Zanella, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0030/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0023/2014, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, REGISTRO DE PREÇO nº 0010/2014 que até 09h00min, do dia 27 de junho de 2014, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3157, de 30 de abril de 2014, estará recebendo propostas para o Registro de Preços, para contratações futuras, com pedidos parcelados, para prestação dos serviços de recargas de tonners e cartuchos de tinta, destinado ao Município de Macieira, conforme quantidades e especificações constantes no Anexo I do Edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 27/06/2014, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0023/2014, através do e-mail compras2@macieira.sc.gov.br ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2019, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira - SC, 13 de junho de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Mafra**PREFEITURA****Cronologia de Pagamentos**

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 10.601.745/0001-60

BJCG COM DE COMBUSTÍVEIS LTDA.

Nota Fiscal nº. 5163 R\$ 192,21
Nota Fiscal nº. 5165 R\$ 145,80
Nota Fiscal nº. 5260 R\$ 3.870,00
Nota Fiscal nº. 5274 R\$ 4.001,58
Nota Fiscal nº. 5285 R\$ 1.310,00
Nota Fiscal nº. 5144 R\$ 3.043,36
Nota Fiscal nº. 5164 R\$ 2.421,25
Nota Fiscal nº. 5186 R\$ 1.847,48
Nota Fiscal nº. 5213 R\$ 911,75
Nota Fiscal nº. 5244 R\$ 1.895,15
Nota Fiscal nº. 5261 R\$ 1.627,13
Nota Fiscal nº. 5288 R\$ 3.878,21

Valor Total: R\$ 25.143,92

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo abastecimento da frota de veículos e máquinas pesadas das Secretarias de obras e Desenvolvimento Urbano e dos veículos de transporte escolar da Secretaria de Educação, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 16 de junho de 2014

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSI GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

Maracajá

PREFEITURA

Lei Complementar 36/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 36 DE 11 DE JUNHO DE 2014.
INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - Refis MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal - Refis Municipal - no município de Maracajá.

Art. 2º O Programa de Recuperação Fiscal - Refis Municipal - destina-se a promover o recebimento de créditos de qualquer natureza da Fazenda Pública Municipal, com vencimentos até 31 de dezembro de 2013, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, com exigibilidade suspensa ou não, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada.

§ 1º Estão excluídos da presente Lei Complementar as despesas decorrentes de processos de execução fiscal e seus respectivos embargos, se houver.

§ 2º Os benefícios de que trata o presente artigo também serão extensivos aos contribuintes com parcelamentos pendentes, não integralmente quitados.

§ 3º Aos devedores que aderirem ao Programa Refis será concedida a redução dos juros de mora e multa, na forma prevista no artigo 7º desta Lei Complementar, mantidos os valores do principal corrigidos.

Art. 3º O prazo para adesão ao programa aqui instituído se iniciará a partir do primeiro dia útil de vigência desta Lei Complementar, encerrando-se no nonagésimo dia ou no próximo dia útil seguinte a esta data, observando-se o disposto no artigo 7º.

Art. 4º Poderão pleitear a adesão ao programa ora instituído as pessoas responsáveis pela respectiva obrigação assim definida na legislação vigente.

§ 1º A opção pelo Refis Municipal poderá ser formalizada até a data mencionada no artigo 3º, mediante requerimento de parcelamento no qual a pessoa física ou jurídica deverá indicar pormenorizadamente quais débitos deverão ser nele incluídos.

§ 2º O requerimento de que trata o parágrafo anterior deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - Pessoa Física:

- a) CPF;
- b) RG;
- c) comprovante de residência (água,luz ou telefone);
- d) procuração pública (se for o caso);

II - Pessoa Jurídica:

- a) contrato social;

b) CNPJ; e

- c) RG, CPF e comprovante de residência do sócio responsável;
- d)procuração pública(se for o caso);

III - Termo de Confissão de Dívida Ativa;

IV - declaração de desistência, nos termos do inciso II do artigo 6º desta Lei Complementar;

V - cópia de pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, sobre o valor original do crédito devidamente atualizado, para os casos ajuizados.

Art. 5º Para o pagamento à vista, o contribuinte poderá optar pela inclusão individual de cada lançamento que compõe a dívida, exceto os débitos ajuizados e/ou executados, que deverão ser consolidados em sua totalidade.

Parágrafo único. Os débitos assim definidos na forma do caput deste artigo serão consolidados na data do termo de adesão e acrescidos dos encargos legais em conformidade com o Código Tributário Municipal.

Art. 6º A opção pelo Refis Municipal fica obrigatoriamente condicionada:

I - à assinatura do Termo de Acordo entre as partes, contendo as disposições legais necessárias;

II - ao encerramento comprovado de feitos ajuizados contra o Município, por desistência expressa e irrevogável, com renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda a ação, protocolando requerimento de extinção do processo com resolução de mérito, nos termos do inciso V do caput do artigo 269 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil -, suportando o contribuinte as custas judiciais, despesas processuais e honorários de sucumbência;

III - ao pagamento pelo contribuinte das custas, despesas processuais e honorários para os débitos em cobrança judicial;

IV - à desistência de todos os recursos, inclusive dos embargos já processados na execução fiscal.

Art. 7º O Programa de Recuperação Fiscal - Refis Municipal - será concedido da seguinte forma:

I - para adesão, mediante pagamento total do débito à vista, até a data limite estabelecida no artigo 3º, com dispensa de 100% (cem por cento) do valor da multa e dos juros de mora;

Art. 8º O pagamento deverá ser realizado através de guia de recolhimento emitido no Departamento de Tributos do Município.

Art. 9º O pagamento previsto nesta Lei Complementar terão vigência temporária, valendo exclusivamente para os efeitos do Refis Municipal.

Art. 10. Serão excluídos do Refis Municipal os casos de:

I - inobservância de quaisquer das exigências estabelecidas nesta Lei Complementar;

Parágrafo único. A exclusão do Refis Municipal acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do débito, aplicando-se sobre o montante devido todos os acréscimos legais previstos no Código Tributário Municipal.

Art. 11. O cancelamento do acordo firmado dar-se-á independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, ficando o inadimplente excluído do programa.

Art. 12. A adesão ao Refis Municipal não impede que a exatidão dos valores denunciados de forma espontânea pelo devedor, do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), seja conferida posteriormente pelo Fisco Municipal, para efeito de lançamento suplementar.

Parágrafo único. Apurado pelo Fisco Municipal inexistência do valor denunciado espontaneamente pelo devedor, poderá ser o respectivo montante incluído no Refis Municipal, desde que cumpridos pelo contribuinte os requisitos e as exigências desta Lei Complementar.

Art. 13. A opção pelo Refis Municipal sujeita o contribuinte à aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar e constitui confissão irrevogável e irretratável da dívida, hábil a interromper o prazo prescricional, nos termos do artigo 174, parágrafo único, inciso IV, do Código Tributário Nacional (CTN).

Art. 14. O Poder Executivo editará os atos regulamentares que se fizerem necessários à implementação desta Lei Complementar.

Art. 15. A instituição do Refis Municipal pela presente Lei Complementar não impede o ajuizamento de execuções fiscais pelo Município no período de sua vigência.

Art. 16. Ao Município fica autorizado o protesto extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa, representativas de créditos tributários ou não, desde que os contribuintes ou devedores estejam devidamente identificados.

Art. 17. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito,
11 de Junho de 2014.
Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registra e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 11 de junho de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

Maravilha

PREFEITURA

Ext. Proc. Licitatório N. 2.973/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Processo Licitatório n. 2.973/2014 - Modalidade Pregão Presencial n. 031/2014 - A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e equipe de apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial a aquisição de 01 (um) veículo, para o Município de Maravilha - SC, tipo menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pelas Leis 10.520/02 e 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas no dia 27 de junho de 2014, às 9h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 12 de junho de 2014.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

Decreto Nº 69/2014

DECRETO Nº 69, DE 9 DE JUNHO DE 2014.
Aprova desdobro de lote urbano e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente decreto aprovado o desdobro do imóvel: Parte da parte do lote urbano nº (13) da quadra nº (7), situado na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado ímpar da Rua Duque de Caxias, distando 26,00 metros da esquina formada pela Avenida Sul Brasil, com a área de "Seiscentos e sete metros e um centímetro quadrado" (607,01 m²); com edificações;- Confrontando:- ao Norte, por duas linhas, com partes do mesmo lote urbano nº (13), nas extensões de 13,00 metros e 14,00 metros, de Leocildes Zanotto, Matrícula 4.139; e, Pedro Felichak Cervinski, Matrícula 8.714, respectivamente; ao Sul, com parte da parte do mesmo lote urbano nº (13), na extensão de 27,00 metros, de Confecções Mira Ltda, Matrícula 9.425;- ao Leste, com parte do lote urbano nº (14), na extensão de 24,487 metros, de Marli Salete Stuchi, Matrícula 12.712;- ao Oeste, com a Rua Duque de Caxias, na extensão de 24,63 metros; Objeto da Matrícula 9.426, do Ofício de Registro de Imóveis, desta Comarca, de propriedade de Ivete Teresinha Cervinski Ledur, brasileira, casada, comerciante, portadora da CI RG nº 760.679-SESP/SC, inscrita no CPF sob nº 430.359.909-30, e de seu marido Celso Antonio Ledur, brasileiro, casado, radialista, portador da CI RG nº 1.124.338-SESP/SC, inscrito no CPF sob nº 401.254.679-15, ambos residentes e domiciliados na Rua Duque de Caxias, nº 657, em Maravilha-SC, que será desdobrado, formando assim novos lotes urbanos, conforme descrição abaixo e planta, memorial descritivo e ART assinados pelo Engenheiro Civil Eliseu Mattje, CREA 8.535-1, nas dimensões, denominações e confrontações abaixo discriminadas:

Lote "A", parte da parte do lote urbano nº (13), da quadra nº (7), situado na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado

de Santa Catarina, e, localizada no lado ímpar da Rua Duque de Caxias, distando 26,00 metros da esquina formada pela Avenida Sul Brasil, com a área de "Trezentos e seis metros e setenta e sete centímetros quadrados" (306,77 m²); com a edificação, sendo: uma casa residencial, de madeira beneficiada, medindo 5,50 x 8,00 m, coberta de telhas de barro; confrontando:- ao Norte, por duas linhas, com partes do mesmo lote urbano nº (13), nas extensões de 13,00 metros e 14,00 metros, de Leocides Zanotto, Matrícula 4.139; e, Pedro Felichak Cervinski, Matrícula 8.714, respectivamente;- ao Sul, com o lote "B", parte da parte lote urbano nº (13), na extensão de 27,00 metros, de Ivete Teresinha Cervinski Ledur, Matrícula 9.426;- ao Leste, por duas linhas, uma com parte do mesmo lote urbano nº (13), na extensão de 4,143 metros, de Pedro Felichak Cervinski, Matrícula 8.714; outra, com parte do lote urbano nº (14), na extensão de 9,367 metros, de Marli Salete Stuchi, Matrícula 12.712;- ao Oeste, com a Rua Duque de Caxias, na extensão de 13,51 metros.

Lote "B", parte da parte do lote urbano nº (13), da quadra nº (7), situado na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, e, localizada no lado ímpar da Rua Duque de Caxias, distando 39,51 metros da esquina formada pela Avenida Sul Brasil, com a área de "Trezentos metros e vinte e quatro centímetros quadrados" (300,24 m²); com a edificação, sendo: um prédio residencial, de alvenaria, com a área construída de 104,00 m², coberto de telhas de barro; confrontando:- ao Norte, com o lote "A", parte da parte do lote urbano nº (13), na extensão de 27,00 metros, de Ivete Teresinha Cervinski Ledur, Matrícula 9.426;- ao Sul, com parte da parte do mesmo lote urbano nº (13), na extensão de 27,00 metros, de Confecções Mira Ltda, Matrícula 9.425;- ao Leste, com parte do lote urbano nº (14), na extensão de 11,12 metros, de Marli Salete Stuchi, Matrícula 12.712;- ao Oeste, com a Rua Duque de Caxias, na extensão de 11,12 metros.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 9 de junho de 2014.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal
Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI
Sec. Planej. Adm e Fazenda

Decreto Nº 70/2014

DECRETO Nº 70, DE 11 DE JUNHO DE 2014.

Aprova desdobro de lote urbano e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente decreto aprovado o desdobro do imóvel: Lote Urbano nº (7), da quadra nº (9), situado no "Bairro Padre Antônio", nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina e, localizado no lado ímpar da Rua Nossa Senhora Aparecida, esquina com a Rua Hercílio Luz, com a área de "Setecentos e vinte metros quadrados" (720,00 m²); sem benfeitorias;- Confrontando:- ao Norte, com a Rua Nossa Senhora Aparecida, na extensão de 24,00 metros; ao Sul, com parte do lote urbano nº (6), na extensão de 24,00 metros, de Jucilei Passoni Giacomini, M. 3.133;- ao Leste, com a Rua Hercílio Luz, na extensão de 30,00 metros;- ao Oeste, com o Lote Urbano nº (8), na extensão de 30,00 metros, de Sônia Teresinha Zardo, M. 865; Objeto da Matrícula 10.906, do Ofício de Registro de Imóveis, desta Comarca, de propriedade de Vanderlei José Giusti e Claudemir Luiz Giusti, que

será desdobrado, formando assim novos lotes urbanos, conforme descrição abaixo e planta, memorial descritivo e ART assinados pelo Engenheiro Civil André de Lima Medeiros, CREA-SC 098696-9, nas dimensões, denominações e confrontações abaixo discriminadas:

Lote Urbano nº (7-A), da quadra nº (9), situado na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no Bairro Padre Antônio, com a área de "Trezentos e sessenta metros quadrados" (360,00 m²); sem benfeitorias; confrontando:- ao Norte, com a Rua Nossa Senhora Aparecida, na extensão de 24,00 metros;- ao Sul, com o lote urbano nº (7-B), na extensão de 23,50 metros, de Vanderlei José Giusti e Claudemir Luiz Giusti, M. 10.906;- ao Leste, com a Rua Hercílio Luz, na extensão de 16,50 metros;- ao Oeste, com parte do lote urbano nº (8), na extensão de 13,50 metros, de Sônia Teresinha Zardo, M. 865.

Lote Urbano nº (7-B), da quadra nº (9), situado na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no Bairro Padre Antônio, com a área de "Trezentos e sessenta metros quadrados" (360,00 m²); sem benfeitorias; confrontando:- ao Norte, com o lote urbano nº (7-A), na extensão de 23,50 metros, de Vanderlei José Giusti e Claudemir Luiz Giusti, M. 10.906;- ao Sul, com parte do lote urbano nº (6), na extensão de 24,00 metros, de Jucilei Passoni Giacomini, M. 3.133;- ao Leste, com a Rua Hercílio Luz, na extensão de 13,50 metros;- ao Oeste, com parte do lote urbano nº (8), na extensão de 16,50 metros, de Sônia Teresinha Zardo, M. 865.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 11 de junho de 2014.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI
Sec. Planej. Adm e Fazenda

Decreto Nº 42/2014

DECRETO Nº 42, DE 03 DE ABRIL DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº 3.717, de 27 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.223.900,00 (um milhão, duzentos e vinte e três mil e novecentos reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

04.02 - Departamento da Educação Geral

12 - Educação

12.306 - Alimentação e Nutrição

12.306.0007 - Educação para a Cidadania

12.306.0007.2.016 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

06.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

06.01 - Departamento de Urbanismo

15 - Urbanismo

15.451 - Infra Estrutura Urbana

15.451.0011 - Serviços Urbanos

15.451.0011.1.007 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 613.900,00

06.03 - Departamento dos Transportes e Interior

26 - Transporte

26.782 - Transporte Rodoviário

26.782.0012 - Estradas Vicinais

26.782.0012.1.132 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

07.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 - Fundo Mun. Do Desenvolvimento Agropecuário

20 - Agricultura

20.606.0013 - Agricultura Fortalecida

20.606.0013.1.049 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 330.000,00

08.00 - SECRETARIA DA INDUSTRIA COM. E TURISMO

08.01 - Depto. Da Indústria e Comércio

22 - Indústria

22.661 - Promoção Industrial

22.661.0015 - Apoio a Indústria e ao Comércio

22.661.0015.1.054 - INCENTIVOS A INSTALAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EMPRESAS

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

08.02 - Depto. Do Turismo

23 - Comércio e Serviços

23.695 - Turismo

23.695.0016 - Desenvolvimento do Turismo Municipal

23.695.0016.2.054 - MELHORIAS NO VISUAL DA CIDADE - ASPECTOS URBANISTICOS

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso ou provável excesso de arrecadação.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 03 de abril de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Marema

PREFEITURA

Contrato Nº: 051/2014

MINUTA

CONTRATO nº: 051/2014

CONTRATANTE: O Município de Marema

CONTRATADO: CONCISA PAVIMENT. E TERRAPLENAGEM LTDA

OBJETO - Pavimentação asfáltica tipo CBUQ sobre base de pavimentação poliédrica (calçamento), a ser executada na Rua Hercílio Luz, trecho compreendido entre a estaca "0" e a Rua José Gaspari, área total 4.429,70m², e Pavimentação asfáltica tipo CBUQ - recapeamento com e = 4 cm, a ser executada na Pedro Álvares Cabral, trecho compreendido entre a Voluntário da Pátria e a Rua Ipiranga, com área total 1.530,00m²

VINCULAÇÃO: Contrato de Repasse n. 2623.1.012.158-48/2013/Ministério das Cidades/Caixa - Convênio n. 798146 firmado entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal e o Município de Marema, objetivando a execução de ações relativas ao MCID/PLANEJ URBANO - PAVIMENTAÇÃO.

VALOR TOTAL - R\$ 248.064,58 (reais)

PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 dias após a ordem de emissão

FORO - Comarca de Xaxim - SC

Marema, 28 de maio de 2014

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Contrato Nº: 052/2014

MINUTA

Contrato nº: 052/2014

Contratante: Município de Marema

Contratado: ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A

Objeto: Seguros para Veículos, Moveis e Imóveis

Vinculação: Processo Licitatório n. 025/2014

Modalidade de Pregão Presencial n. 014/2014

Valor Total: R\$ 6.500,00 (reais).

Prazo: De 12 meses

Foro: Comarca de Xaxim - SC

Marema, 02 de junho de 2014

CONTRATANTE

Valdomiro Bevilaqua

Prefeito Municipal

Contrato Nº: 053/2014

MINUTA

Contrato nº: 053/2014

Contratante: Município de Marema

Contratado: ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S.A

Objeto: Seguros para Veículos, Moveis e Imóveis

Vinculação: Processo Licitatório n. 025/2014

Modalidade de Pregão Presencial n. 014/2014

Valor Total: R\$ 9.000,00 (reais).

Prazo: 12 meses

Foro: Comarca de Xaxim - SC

Marema, 02 de junho de 2014

CONTRATANTE

Valdomiro Bevilaqua

Prefeito Municipal

Contrato Nº: 054/2014

MINUTA

Contrato nº: 054/2014

Contratante: Município de Marema

Contratada: CELSO MOACIR GOMES EPP

CNPJ/MF n. 15.279.692/0001-26

Finalidade: Conjunto de Academia ao Ar Livre para facilitar o acesso da população a prática de exercícios físicos. Aquisição está vinculada ao contrato de apoio financeiro n. 2014TR000741 vinculado ao Projeto SDR05 3857/2013 - FUNDESPORTE - Contrato de Apoio Financeiro do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte - SEITEC, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte e a Prefeitura de Marema.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 028/2014 - P.P nº 015/2014

Valor Total: R\$ 5.329,90 (reais)

Prazo: 10 (dez) dias corridos, a contar da emissão da Autorização de Fornecimento.

Foro: Comarca de Xaxim - SC

Marema - SC, 09 de junho de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Contratante

Contrato Nº: 055/2014

MINUTA

Contrato nº: 055/2014

Contratante: Município de Marema

Contratada: I. SILVEIRA E CIA LTDA ME

CNPJ/MF n. 91.935.270/0001-40

Finalidade: Conjunto de Academia ao Ar Livre para facilitar o acesso da população a prática de exercícios físicos. Aquisição está vinculada ao contrato de apoio financeiro n. 2014TR000741 vinculado ao Projeto SDR05 3857/2013 - FUNDESPORTE - Contrato de Apoio Financeiro do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte - SEITEC, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte e a Prefeitura de Marema.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 028/2014 - P.P nº 015/2014

Valor Total: R\$ 4.867,00 (reais)

Prazo: 10 (dez) dias corridos, a contar da emissão da Autorização de Fornecimento.

Foro: Comarca de Xaxim - SC

Marema - SC, 09 de junho de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Contratante

Contrato FMAS Nº: 031/2014

MINUTA

Contrato nº: 031/2014

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: MEGA ESCOLA DE INFORMÁTICA LTDA - CNPJ/MF n. 07.813.903/0001-30

Objeto: Contratação de profissional para ministrar Cursos para atendimento a programas desenvolvido junto ao CRAS - Centro de Referência da Assistência Social.

Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 005/2014 - Modalidade de Pregão Presencial/FMAS n. 005/2014.

Valor Total: R\$ 18.900,00 (reais)

Prazo: até 31 de dezembro de 2014

Foro: Comarca de Xaxim - SC

Marema, 02 de junho de 2014

CONTRATANTE

Valdomiro Bevilaqua

Prefeito Municipal

Contrato FMAS Nº: 032/2014

MINUTA

Contrato nº: 032/2014

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: FABIANE FALABRETTI ME - CNPJ/MF n. 12.089.080/0001-82

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios junto ao CRAS - Centro de Referência da Assistência Social.

Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 005/2014 - Modalidade de Pregão Presencial/FMAS n. 005/2014.

Valor Total: Até 31 de dezembro de 2014

Prazo: R\$ 6.080,00 (reais)

Foro: Comarca de Xaxim - SC

Marema, 02 de junho de 2014

CONTRATANTE

Valdomiro Bevilaqua

Prefeito Municipal

Contrato Fmdr Nº 10/2014

MINUTA

Contrato n: FMDR n. 10/2014

CONTRATANTE: O Município de Marema

FMDR - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

CONTRATADO: COOPERIDEAL - Cooperativa para Inovação e Desenvolvimento da Atividade Leiteira

OBJETO: Capacitação Técnica a Produtores de Leite.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 07 meses

VALOR: R\$ 28.000,00 (reais)

FORO: Comarca de Xaxim

Data: 02 de junho de 2014

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Lei N. 1037/2014

Lei n. 1037/2014

De 03/06/2014

DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO DE PARCELAMENTO DE SOLO ATRAVÉS DE DESMEMBRAMENTO DA MATRÍCULA n. 2.595 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º Fica autorizada a regularização de parcelamento do solo urbano relativo a matrícula 2.595, registrado no CRI da Comarca de Xaxim e localizado no perímetro urbano de Marema, que consta pertencer a Julcimar Antonio Lunardi, na forma do mapa e memorial descritivo em anexo a esta Lei.

§ 1º A Situação atual do imóvel, conforme escritura pública consiste em:

SITUAÇÃO ATUAL

Proprietário: JULCIMAR ANTÔNIO LUNARDI

Local: PERÍMETRO URBANO DE MAREMA - SC.

Imóvel - MATRÍCULA Nº 2.595 constituída por dois imóveis:

IMÓVEL 01

Imóvel localizado no perímetro urbano de Marema - SC, do Cartório de Registro de Imóveis de Xaxim - SC, constituído pelas, Chácara nº 14, com 10.000,00m²; a chácara 15, com 10.000,00m²; a chácara nº 16, com 5.000,00m²; a chácara nº 17, com 10.000,00m²; a chácara 18, com 10.000,00m² e a chácara 19, com 5.000,00m², formando em conjunto a área superficial de 50.000,00m² (cinquenta mil metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações:

Norte: com as chácaras nº 20, 21, 22, 23, 24 e 25, matrícula nº 2.594, de Antenor Lunardi, por 250,00m;

Sul: com as chácaras nº 08, 09, 10, 11, 12 e 13, desta mesma matrícula nº 2.595 de Julcimar Antônio Lunardi, por 250,00m;
Leste: com parte de uma área de cultura, matrícula nº 15.438, de Rudimar Caregnatto e Outros, por 200,00m;

Oeste: com parte dos lotes coloniais nº 37 e 39 da Linha Seara, matrícula nº 19.270, de Eugênio Lunardi, por 200,00m.

IMÓVEL 02

Imóvel localizado no perímetro urbano de Marema - SC, do Cartório de Registro de Imóveis de Xaxim - SC, constituído pelas, Chácara nº 08, com 5.000,00m²; Chácara nº 09, com 5.000,00m²; Chácara nº 10, com 5.000,00m²; Chácara nº 11, com 10.000,00m²; Chácara nº 12, com 10.000,00m²; Chácara nº 13, com 5.000,00m²; formando em conjunto a área superficial de 40.000,00m² (quarenta mil metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações:

Norte: com as chácaras nº 14, 15, 16, 17, 18 e 19 desta mesma matrícula nº 2.595 de Julcimar Antônio Lunardi, por 250,00m;

Sul: com parte das chácaras nº 02 e 03, matrícula nº 3.663, de Esporte Clube Estrela de Marema, por 50,00m, com a chácara nº 04, matrícula nº 1.540, de Ângelo Gaspari, por 50,00m e com a

chácara nº 05, matrícula nº 4.763, de Ângelo Gaspari, por 50,00m, totalizando 150,00m e com as chácara nº 06 e 07, matrícula nº 19.657, de Antenor Lunardi, por 100,00m;

Leste: com parte de uma área de cultura, matrícula nº 15.438, de Rudimar Caregnatto e Outros, por 100,00m e com as chácara nº 06 e 07, matrícula nº 19.657, de Antenor Lunardi, por 100,00m;

Oeste: com parte dos lotes rurais nº 35 e 37 da Linha Seara, matrícula nº 9.151, de João Gaspari, por 200,00m.

§ 2º A situação do desmembramento consiste em:

SITUAÇÃO DO DESMEMBRAMENTO

IMÓVEL 01

Proprietário: JULCIMAR ANTÔNIO LUNARDI

Local: PERÍMETRO URBANO DE MAREMA - SC.

Área Total: 18.500,00m² (dezoito mil e quinhentos metros quadrados)

Imóvel 01 localizado no perímetro urbano de Marema - SC, do Cartório de Registro de Imóveis de Xaxim - SC, constituído pelas chácara nº 17, com 7.312,00m²; parte da chácara 18, com 7.430,00m² e a chácara 19, com 3.758,00m², formando em conjunto a área superficial de 18.500,00m² (dezoito mil e quinhentos metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações:

Norte: com as chácara nº 20, 21, 22, 23, 24 e 25, matrícula nº 2.594, de Antenor Lunardi, por 250,00m;

Sul: com o imóvel 01A de Julcimar Antônio Lunardi, sendo as chácara nº 14, 15 e 16 e parte das chácara nº 17, 18 e 19, por 250,00m;

Leste: com parte de uma área de cultura, matrícula nº 15.438, de Rudimar Caregnatto e Outros, por 75,47m;

Oeste: com parte dos lotes coloniais nº 37 e 39 da Linha Seara, matrícula nº 19.270, de Eugênio Lunardi, por 72,53m.

IMÓVEL 02

Proprietário: JULCIMAR ANTÔNIO LUNARDI

Local: PERÍMETRO URBANO DE MAREMA - SC.

Área Total: 7.243,71m² (sete mil e duzentos e quarenta e três metros e setenta e um decímetros quadrados)

Imóvel 02 localizado no perímetro urbano de Marema - SC, do Cartório de Registro de Imóveis de Xaxim - SC, constituído pelas Chácara nº 08, com 1.725,63m²; parte da Chácara nº 09, com 2.358,91m² e parte da Chácara nº 10, com 3.159,17m²; formando em conjunto a área superficial de 7.243,71m² (sete mil e duzentos e quarenta e três metros e setenta e um decímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações:

Norte: com o imóvel 02A de Julcimar Antônio Lunardi, por uma sanga, sendo parte das mesmas chácara nº 08, 09 e 10, e chácara 11, 12 e 13, por 170,17m;

Sul: com parte das chácara nº 02 e 03, matrícula nº 3.663, de Esporte Clube Estrela de Marema, por 50,00m, com a chácara nº 04, matrícula nº 1.540, de Ângelo Gaspari, por 50,00m e com a chácara nº 05, matrícula nº 4.763, de Ângelo Gaspari, por 50,00m,

totalizando 150,00m;

Leste: com parte das chácara nº 06 e 07, matrícula nº 19.657, de Antenor Lunardi, por 77,94m;

Oeste: com parte dos lotes rurais nº 35 e 37 da Linha Seara, matrícula nº 9.151, de João Gaspari, por 17,13m.

IMÓVEL 01A

Proprietário: JULCIMAR ANTÔNIO LUNARDI

Local: PERÍMETRO URBANO DE MAREMA - SC.

Área Total: 31.500,00m² (trinta e um mil e quinhentos metros quadrados)

Imóvel 01A localizado no perímetro urbano de Marema - SC, do Cartório de Registro de Imóveis de Xaxim - SC, constituído pelas Chácara nº 14, com 10.000,00m²; a chácara 15, com 10.000,00m²; a chácara nº 16, com 5.000,00m²; parte da chácara nº 17, com 2.688,00m²; parte da chácara 18, com 2.570,00m² e parte da chácara 19, com 1.242,00m², formando em conjunto a área superficial de 31.500,00m² (trinta e um mil e quinhentos metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações:

Norte: com imóvel 01 de Julcimar Antônio Lunardi, sendo parte das mesmas chácara nº 17, 18 e 19 por 250,00m;

Sul: com o imóvel 02A de Julcimar Antônio Lunardi, sendo parte das chácara nº 08, 09 e 10, e chácara 11, 12 e 13, por 250,00m;

Leste: com parte de uma área de cultura, matrícula nº 15.438, de Rudimar Caregnatto e Outros, por 124,53m;

Oeste: com parte dos lotes coloniais nº 37 e 39 da Linha Seara, matrícula nº 19.270, de Eugênio Lunardi, por 127,47m.

IMÓVEL 02A

Proprietário: JULCIMAR ANTÔNIO LUNARDI

Local: PERÍMETRO URBANO DE MAREMA - SC.

Área Total: 32.756,29m² (trinta e dois mil e setecentos e cinquenta e seis metros e vinte e nove decímetros quadrados).

Imóvel 02A localizado no perímetro urbano de Marema - SC, do Cartório de Registro de Imóveis de Xaxim - SC, constituído por parte da Chácara nº 08, com 3.274,37m²; parte da Chácara nº 09, com 2.641,09m²; parte da Chácara nº 10, com 1.840,83m²; Chácara nº 11, com 10.000,00m²; Chácara nº 12, com 10.000,00m²; Chácara nº 13, com 5.000,00m²; formando em conjunto a área superficial de 32.756,29m² (trinta e dois mil e setecentos e cinquenta e seis metros e vinte e nove decímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações:

Norte: com imóvel 01A de Julcimar Antônio Lunardi, sendo as chácara nº 14, 15 e 16 e parte das chácara nº 17, 18 e 19, por 250,00m;

Sul: com o imóvel 02 de Julcimar Antônio Lunardi, por uma sanga, sendo com parte das mesmas chácara nº 08, 09 e 10, por 170,17m e com as chácara nº 06 e 07, matrícula nº 19.657, de Antenor Lunardi, por 100,00m;

Leste: com parte de uma área de cultura, matrícula nº 15.438, de Rudimar Caregnatto e Outros, por 100,00m e com parte das chácara nº 06 e 07, matrícula nº 19.657, de Antenor Lunardi, por 22,06m;

Oeste: com parte dos lotes rurais nº 35 e 37 da Linha Seara, matrícula nº 9.151, de João Gaspari, por 182,87m.

§ 3º A situação do remembramento consiste em:

SITUAÇÃO DO REMEMBRAMENTO

REMEMBRAMENTO A PARTIR DO IMÓVEL 01A E DO IMÓVEL 02A

Proprietário: JULCIMAR ANTÔNIO LUNARDI

Local: PERÍMETRO URBANO DE MAREMA - SC.

Área Total: 64.256,29m² (sessenta e quatro mil e duzentos e cinquenta e seis metros e vinte e nove decímetros quadrados).

Imóvel localizado no perímetro urbano de Marema - SC, do Cartório de Registro de Imóveis de Xaxim - SC, remembramento feito a partir do imóvel 01A, sendo constituído pela Chácara nº 14, com 10.000,00m²; a chácara 15, com 10.000,00m²; a chácara nº 16, com 5.000,00m²; parte da chácara nº 17, com 2.688,00m²; parte da chácara 18, com 2.570,00m² e a chácara 19, com 1.242,00m², formando em conjunto a área superficial de 31.500,00m² (trinta e um mil e quinhentos metros quadrados) e a área do imóvel 02A, sendo constituída por Parte da Chácara nº 08, com 3.274,37m²; parte da Chácara nº 09, com 2.641,09m²; parte da Chácara nº 10, com 1.840,83m²; Chácara nº 11, com 10.000,00m²; Chácara nº 12, com 10.000,00m²; Chácara nº 13, com 5.000,00m²; formando em conjunto a área superficial de 32.756,29m² (trinta e dois mil e setecentos e cinquenta e seis metros e vinte e nove decímetros quadrados), perfazendo uma única área sendo constituída por parte da Chácara nº 08, com 3.274,37m²; parte da Chácara nº 09, com 2.641,09m²; parte da Chácara nº 10, com 1.840,83m²; Chácara nº 11, com 10.000,00m²; Chácara nº 12, com 10.000,00m²; Chácara nº 13, com 5.000,00m²; Chácara nº 14, com 10.000,00m²; a chácara 15, com 10.000,00m²; a chácara nº 16, com 5.000,00m²; parte da chácara nº 17, com 2.688,00m²; parte da chácara 18, com 2.570,00m² e parte da chácara 19, com 1.242,00m² totalizando uma área superficial de 64.256,29m² (sessenta e quatro mil e duzentos e cinquenta e seis metros e vinte e nove decímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações:

Norte: com o imóvel 01 de Julcimar Antônio Lunardi, sendo parte das mesmas chácaras nº 17, 18 e 19, por 250,00m;

Sul: com o imóvel 02 de Julcimar Antônio Lunardi, por uma sangra, sendo com parte das mesmas chácaras nº 08, 09 e 10, por 170,17m e com as chácaras nº 06 e 07, matrícula nº 19.657, de Antenor Lunardi, por 100,00m;

Leste: com parte de uma área de cultura, matrícula nº 15.438, de Rudimar Caregnatto e Outros, por 224,53m e com parte das chácaras nº 06 e 07, matrícula nº 19.657, de Antenor Lunardi, por 22,06m;

Oeste: com parte dos lotes rurais nº 35 e 37 da Linha Seara, matrícula nº 9.151, de João Gaspari, por 182,87m e com parte dos lotes coloniais nº 37 e 39 da Linha Seara, matrícula nº 19.270, de Eugênio Lunardi, por 127,47m, totalizando uma distância de 310,34m.

Art. 2º Qualquer desmembramento ou remembramento futuro, na área da regularização, após a aprovação da mesma pelo departamento competente, obedecerá os padrões estipulados na legislação em vigor.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a praticar todos os atos bons e necessários à colimação do objeto

desta matéria, visando a regularização do parcelamento.

Art. 4º Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação desta Lei, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, em 03 de junho de 2014.

Valdomiro Bevilaqua
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume

SILVANO CIRO PIAESKI
Servidor Designado

Massaranduba

PREFEITURA

Decreto Nº 2924 de 10 de Junho de 2014

DECRETO Nº 2924 DE 10 DE JUNHO DE 2014

Altera atribuições de cargos públicos do Município de Massaranduba

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela legislação em vigor, DECRETA:

Art.1º Ficam alteradas as atribuições de cargos públicos do Município de Massaranduba, descrevendo as atribuições e funções específicas a cada cargo.

TÍTULO I

DO ENGENHEIRO AGRÔNOMO CAPÍTULO I

Compete ao Engenheiro Agrônomo

Executar, supervisionar, fiscalizar, pesquisar, elaborar serviços técnicos de agronomia;

Elaborar, analisar, orientar e aprovar projetos agrícolas;

Analisar e avaliar os projetos submetidos ao licenciamento ambiental que pertencerem à sua área de competência;

Realizar vistoria e emitir laudos e pareceres técnicos sobre assuntos de sua área de competência;

Realizar estudos de viabilidades técnicas;

Elaborar estudos, conduzir e realizar trabalhos técnicos de pesquisa de novas técnicas, materiais e procedimento;

Prestar assistência técnica aos produtores rurais;

Promover e executar a extensão rural, produção e hortifrutigranjeiros e produção/animal, produção de mudas e sementes aos pequenos produtores;

Realizar especificações e quantificações de materiais; realizar perícias e fazer arbitramentos; colaborar na elaboração de plano diretor do Município;

Examinar projetos e proceder vistorias de construções e obras rurais;

Realizar assessoramento técnico;

Emitir parecer sobre questões de sua especialidade; realizar e executar outras atividades afins;

Dirigir veículo da frota municipal, sempre que necessário para execução das tarefas relativas ao exercício de seu cargo, devendo estar devidamente habilitado para condução do veículo e observar as normas de trânsito;

Executar outras atividades afins ou que lhe forem delegadas pelo seu superior hierárquico e a Controladoria Municipal.

TÍTULO II

DO ENGENHEIRO CIVIL CAPÍTULO II

Compete ao Engenheiro Civil

Manutenção e conservação de estradas e pontes;

Manutenção e conservação de obras públicas (escolas, prédios, praças, etc.);

Elaborar projetos, memoriais, planilhas orçamentárias e cronogramas físico financeiros para execução de obras;

Participar da elaboração de processos licitatórios de obras e/ou serviços;

Fiscalizar, acompanhar e emitir pareceres técnicos sobre as obras civis da Prefeitura;

Analisar e avaliar os projetos submetidos ao licenciamento ambiental que pertencerem à sua área de competência;

Realizar vistoria e emitir laudos e pareceres técnicos sobre assuntos de sua área de competência;

Elaborar relatório de atividades;

Dirigir veículo da frota municipal, sempre que necessário para execução das tarefas relativas ao exercício de seu cargo, devendo estar devidamente habilitado para condução do veículo e observar as normas de trânsito;

Executar outras atividades afins ou que lhe forem delegadas pelo seu superior hierárquico e a Controladoria Municipal.

TÍTULO III

DO GERENTE DE PLANEJAMENTO CAPÍTULO III

Compete ao Gerente de Planejamento

Visitas Técnicas e relatórios para Defesa Civil;

Anotações de Responsabilidade Técnica de obras da prefeitura;

Providenciar, em colaboração com a Secretaria de Estradas, Obras e Serviço Urbanos, as vistorias que julgar necessárias em obras, para salvaguardar a segurança de terceiros;

Examinar e aprovar os processos referentes às obras públicas ou edificações particulares, verificando sua conformidade com as normas municipais sobre loteamentos, zoneamento e edificações;

Promover a manutenção do arquivo de plantas aprovadas;

Providenciar o fornecimento aos interessados de cópias de plantas arquivadas;

Promover a continuidade da fiscalização das construções particulares licenciadas pela Prefeitura;

Promover a identificação de construções clandestinas e tomar as providências que se tornarem necessárias para evitá-las ou regularizar sua situação;

Analisar e avaliar os projetos submetidos ao licenciamento

ambiental que pertencerem à sua área de competência;

Realizar vistoria e emitir laudos e pareceres técnicos sobre assuntos de sua área de competência;

Examinar ou fazer examinar os relatórios de fiscalização apresentados pelos fiscais;

Execução de desenho técnico;

Fiscalização de obra e serviço técnico;

Dirigir veículo da frota municipal, sempre que necessário para execução das tarefas relativas ao exercício de seu cargo, devendo estar devidamente habilitado para condução do veículo e observar as normas de trânsito;

Executar outras atividades afins ou que lhe forem delegadas pelo seu superior hierárquico e a Controladoria Municipal

TÍTULO IV DO GERENTE DE SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS E MEIO AMBIENTE CAPÍTULO IV

Compete ao Gerente de Serviços Agropecuários e Meio Ambiente Coordenar projetos e estudos ambientais e estudos geoambientais em sistemas produtivos, mapear processos erosivos, geotécnica ambiental, hidrogeologia, investigar áreas contaminadas, repovoamento de áreas florestais, reformas de pastagens degradadas;

Coordenação e execução das políticas relativas à promoção, organização, normatização, fiscalização, coordenação e controle das ações relativas à exploração e preservação do meio ambiente e dos recursos naturais;

Analisar e avaliar os projetos submetidos ao licenciamento ambiental que pertencerem à sua área de competência;

Realizar vistoria e emitir laudos e pareceres técnicos sobre assuntos de sua área de competência;

Dirigir veículo da frota municipal, sempre que necessário para execução das tarefas relativas ao exercício de seu cargo, devendo estar devidamente habilitado para condução do veículo e observar as normas de trânsito;

Executar outras atividades afins ou que lhe forem delegadas pelo seu superior hierárquico e a Controladoria Municipal.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 10 de Junho de 2014
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Meleiro

PREFEITURA

Portaria N.º 239/2014

PORTARIA n.º 239/2014

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da licença saúde, o servidor ARCÂNGELO JOÃO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 14/06/2014.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 179/2014.

Meleiro, 13 de Junho de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 240/2014

PORTARIA n.º 240/2014

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido, a Senhorita HORTÊNCIA GOMES, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 13/06/2014.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 061/2014.

Meleiro, 13 de Junho de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 241/2014

PORTARIA n.º 241/2014

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora MARIA CAROLINA ROCHA NAZÁRIO, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini, em substituição à Servidora Cleimar Mota, em virtude de Licença Prêmio, até o retorno da mesma.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Junho de 2014.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 242/2014

PORTARIA n.º 242/2014

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhorita FRANCIELE PEZENTE DAL TOÉ para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária total de 10 (dez) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini, em substituição a servidora Kétny Mezzari Cí-bien, até o retorno da mesma da Licença Maternidade.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Junho de 2014.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 243/2014

PORTARIA n.º 243/2014

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º O Senhor JEFERSON MENEGARO, para ocupar o cargo de Operador de Equipamentos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Junho de 2014.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 244/2014

PORTARIA n.º 244/2014

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal CLEIMAR MOTA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 02 de março de 2009 a 28 de fevereiro de 2014, conforme dispõe o caput do artigo 96 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta

da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Junho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

Portaria Nº 103/2014

PORTARIA Nº 103/2014 de 12.06.2014

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À CONSELHEIRA TUTELAR LUCIA EUZEBIO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com a Lei Municipal 2.027/2012 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido à Conselheira Tutelar relacionada abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	CPF	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Lucia Euzebio	036.612.699-76	04.07.2012 a 03.07.2013	13.06.2014 a 02.07.2014 (20 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 12 de junho de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

Francieli Pavalicini

Chefe de Setor

Ciente e de acordo:

LUCIA EUZEBIO

Aviso de Licitação Nº 777/2014

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 777/2014 - Modalidade Pregão Presencial n. 023/2014

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão Presencial n. 023/2014, para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA: VARRIÇÃO DE RUAS, PASSEIOS PÚBLICOS, LOGRADOUROS (PRAÇA, CANTEIROS, E OUTROS, E COLETA DO LIXO URBANO E/OU LIXO DECORRENTE DE VARRIÇÃO DE RUAS). O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, Lei 10.520/02 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 do dia 27/06/2014, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 13 de Junho de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Monte Carlo**PREFEITURA****Extrato Contrato 22 2014**

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 22/2014

VIVA MELHOR TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, na Rua Poeta Drumond nº 115, inscrita no CNPJ/MF sob nº 97.396.816.0001.18, neste ato representada na forma de seu Contrato Social pela Sr. ANTÔNIO MOACIR JOÃO GONÇALVES, portador do CPF nº 601.546.409.72 doravante denominada simplesmente, "CONTRATADA"; e

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rodovia SC 452, Km 24, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 95.996.104/0001-04, neste ato representada pelo Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, investido nas atribuições que lhe conferem o cargo de Prefeito Municipal, doravante denominada simplesmente, "CONTRATANTE".

Têm entre si justo e contratado o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS no oferecimento de treinamento profissional, que vigorará segundo o disposto nas leis 8.245/91 e 8.666/93, além dos Princípios Gerais da Administração Pública e as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

Constitui o objeto do presente Contrato, Contratação de empresa especializada para prestação de um curso - Treinamento liderança, Inteligência Interpessoal e Comunicação eficaz, com duração de 48:0 horas/aulas a serem ministradas em 12 (doze) sessões com duração de 04:0 horas, integrantes da administração municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA: PRAZO

O presente Contrato vigorará pelo prazo determinado, com início na data de assinatura deste termo e término no encerramento do treinamento, podendo ser prorrogado conforme dispõe art. 57 e seus incisos da lei 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: VALOR DA CONTRATAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor Global de R\$ 16.950,00 (Dezesseis mil, novecentos e cinquenta reais), pelo treinamento o qual deverá ser pago até o 10º dia do mês subsequente à prestação do serviço.

CLÁUSULA QUARTA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO

Os recursos para atender às despesas decorrentes do presente contrato, correrão por conta do orçamento Municipal de Monte Carlo, conforme dotação orçamentária do exercício de 2014:

a) Órgão 02 - Gabinete do Prefeito Municipal

Unidade 01- Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade - 2002 - Manutenção da Gestão Administrativa Superior.

3 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0000

b) Órgão 03 - Secretaria Municipal de Administração

Unidade 05- Secretaria Municipal de Administração

Projeto/Atividade - 2003 - Manutenção da Secretaria Municipal de Administração.

3 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0000

E por assim estarem, justas e contratadas, as partes firmam o presente Contrato em 3 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Monte Carlo, 30 de Maio de 2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2014

Extrato Contrato 23 2014

CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO - Nº 23/2014

Pelo presente instrumento particular, de um lado, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-SC, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.996.104.0001.04, com sede na Rodovia SC 452 Km 25 nº 1551 - Centro na Cidade de Monte Carlo Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, brasileiro, casado, portador do CPF/MF nº 850.169.429.00, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado BFA - AMBIENTAL SERVIÇOS DE COLETAS DE RESÍDUOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.156.073.0001.89, estabelecida na Rua Wittich Freitag, 961 - Joinville-SC, neste ato representada por PAULO ALBERTO ZABEL, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente CONTRATO, passando a proposta da CONTRATADA, independentemente de sua transcrição, a fazer parte integrante e complementar deste Instrumento, sujeitando-se às normas e disposições contidas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 127/2013 e 128/2013 de 23/Dezembro/2013, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos e sendo observadas as regras editalícias decorrentes do Pregão Presencial nº 22/2014. Integram o presente Contrato, independente de suas transcrições os termos e especificações constantes do Processo Licitatório nº 36/2014 e demais regulamentos e normas que regem a matéria, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO:

1.1 - Este contrato tem por objeto o fornecimento pela CONTRATADA, do objeto, conforme especificações e quantidades a seguir, pelos preços registrados em decorrência da proposta de preços apresentada no processo licitatório, sendo:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	\$/UNID
01	07	MÊS	SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (LIXO HOSPITALAR)	999,00

VALOR TOTAL R\$:

- 1 - Para a quantidade de até 800 (oitocentos) litros mês de resíduos dos grupos "A" e "E" com valor fixo.
- 2 - Para quantidade excedente dos grupos "A" e "E" valor a ser pago por litro, R\$: 1,50 (um real e cinquenta centavos).
- 3 - Para resíduos do grupo "B" valor a ser pago por quilo, R\$: 3,50 (três reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1 - A licitante vencedora executará o objeto do presente processo mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 08 (oito) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO PAGAMENTO

3.1 - A contratante pagará a contratada pela execução do objeto descrito na cláusula primeira o valor total de R\$: 999,00

(novecentos e noventa e nove reais).

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente contrato correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2014, com a seguinte classificação:

Órgão - 07 Secretaria Municipal de Saúde de Monte Carlo

Unidade - 01 Secretaria Municipal de Saúde de Monte Carlo

Projeto/Atividade - 2036 Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Elemento - 41 - 3.3.90.00.00.00.00.0002

CLÁUSULA OITAVA - VIGÊNCIA E DO PRAZO

8.1 - O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura, com duração de 07 (sete) meses.

CLÁUSULA NONA - DA VINCULAÇÃO

9.1 - O presente instrumento contratual encontra-se vinculado ao Processo Licitatório nº 36/2014 na modalidade Pregão Presencial nº 22/2014

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, 05 de Junho de 2014.

Extrato Contrato 24 2014

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 24/2014

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designado simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: DE MARCO LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Av Rotari, 510 - Bairro do Bosque, na cidade de Curitiba-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 84.584.556.0009.10, neste ato representada pelo, Sr. ADRIANO RIBEIRO DOS SANTOS, portador do cpf nº 004.788.449.56; doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 127/2013 e 128/2013 de 23/Dezembro/2013, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos e sendo observadas as regras editalícias decorrentes do Pregão Presencial nº 11/2014. Integram o presente Contrato, independente de suas transcrições os termos e especificações constantes do Processo Licitatório nº 21/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO:

1.1 - A presente aquisição, de veículo automotor novo, tipo furgão, ambulância, com as seguintes características:

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO
01	01	UND	Veículo automotor novo, tipo furgão, ambulância de simples remoção, ano de fabricação e modelo 2014, podendo ser original de fábrica ou transformada, com capacidade para dois passageiros mais motorista, com cintos de segurança, com motor diesel dianteiro com 16 válvulas, quatro cilindros em linha, com potência de mínima 125 cvs, caixa de câmbio com 6 (seis) marchas sincronizadas a frente e uma à ré; injeção eletrônica, ar condicionado em todos os habitáculos, Faixas nas laterais do veículo com identificação AMBULÂNCIA.
Marca e Modelo: RENAULT - MASTER FURGÃO			

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1 - A licitante vencedora efetuará entrega dos objetos do presente processo mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO PAGAMENTO

3.1 - A contratante pagará a contratada pela aquisição do objeto descrito na cláusula primeira o valor total de R\$: 128.900,00 (Cento vinte e oito mil e novecentos reais).

3.2 - O pagamento será feito em favor da contratada, mediante transferência bancária da contratada até o 10º (décimo) dia útil do mês seguinte da emissão da respectiva nota fiscal.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente contrato correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2014, com a seguinte classificação:

Entidade - 4 Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo

Órgão - 01 Fundo Municipal de Saúde

Unidade - 01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade - 1006 Equipamentos e Veículos para a Saúde

Elemento - 4.4.90.52.48.00.00.00.0023

CLÁUSULA NONA - DA VINCULAÇÃO

9.1- O presente instrumento contratual encontra-se vinculado ao Processo Licitatório nº 21/2014 na modalidade Pregão Presencial nº 11/2014

Monte Carlo - SC, 06 de Junho de 2014

Processo Licitatório Nº 48/2014

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 48/2014

CHAMADA PÚBLICA - Nº 02/2014

PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR CONFORME LEI 11.947/2009, PARA COMPOR MERENDA ESCOLAR NO ANO LETIVO DE 2014.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: das 08:00 do dia 16/JUNHO/2014 até as 08:45 horas do dia 25/Junho/2014;

ABERTURA: às 09 horas do dia 25/JUNHO/2014.

TIPO MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-Mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 13 de Junho de 2014

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2014

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Registro de Preço 075/2014

Município de Morro da Fumaça. Edital de REGISTRO DE PREÇO 075/2014. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO E MONTAGEM DE TENDAS E BANHEIROS QUÍMICOS PARA EVENTOS DA PREFEITURA, conforme anexo, conforme anexo. Data: 30/06/2014 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município.

Michel Antônio Maccari
Secretário de Finanças.

Audiência Pública Para Discussão E Análise do Projeto de Lei Complementar

Município de Morro da Fumaça-SC. Convocação para Audiência Pública para Discussão e Análise do Projeto de Lei Complementar que altera os art. 19, 52 e 57 da Lei Complementar 020/2014. Local: Câmara de Vereadores. Dia: 18/06/2014. Hora: 10:00. Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson em 13 de junho de 2014.

Aganaldo David Maccari
Prefeito

Navegantes

PREFEITURA

Portaria 2350 Comissão Para Aplicação de Penalidades

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2350 DE 13 DE JUNHO DE 2014
INSTITUI COMISSÃO PARA APLICAÇÃO DE PENALIDADES QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, RESOLVE:

I DESIGNAR os servidores Douglas Lemos - Assessor Técnico III -, Carla Claudino - Chefe de Seção - e Maria Benedita Corrêa - Chefe de Seção para, sob a Presidência do primeiro, instituírem a Comissão que aplicará as penalidades administrativas às empresas licitantes que descumprirem cláusulas constantes dos Editais e/ou Contratos.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação revogando-se, na íntegra, a Portaria 946 de 13 de outubro de 2010.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES,
13 DE JUNHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 13 de junho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Ata Concorrência 113/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
CONCORRÊNCIA 113/2014 PMN
ABERTURA ENVELOPES DE HABILITAÇÃO

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DAS EMPRESAS SANECON (ESTA APRESENTOU CONTRATO SOCIAL ORIGINAL MAS O REPRESENTANTE SR TERTULIANO PEDIU PARA RETIRAR, SENDO DESCREDENCIADA) E RBI CONSTR., SAN&COM SERVIÇOS, SIM COM., CONASA, SERRANA ESTAS DEVIDAMENTE CREDENCIADAS, ESTAVAM PRESENTES NA SESSÃO O SR HUMBERTO REPRESENTANDO O SESAN, O SR SIDNEI REPRESENTANDO A CONTABILIDADE E RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ.

APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, O PRESIDENTE E A COMISSÃO ABRIRAM OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E COMEÇARAM A VERIFICAÇÃO, APÓS CONCEDEU AOS CREDENCIADOS OS DOCUMENTOS PARA VERIFICAÇÃO, COMO O TEMPO NÃO FOI SUFICIENTE FOI AGENDADO NOVA DATA PARA CONTINUAÇÃO DA VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

NOVA DATA PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO DIA 20/06/2014 AS 14:30, FOI INFORMADO AOS PRESENTES QUE CASO O LICITANTE NÃO PUDESSE COMPARECER NESTE DIA QUE PODERIAM CREDENCIAR NOVO REPRESENTANTE DESDE QUE ATENDA AS CONDIÇÕES DE CREDENCIAMENTO DO EDITAL.

Obs.: AO SUSPENDER A PRESENTE SESSÃO FORAM COLOCADOS OS DOCUMENTOS EM UM ENVELOPE O QUAL FOI LACRADO E ASSINADO PELOS PRESENTES.

MOMENTO EM QUE SE ENCERRA A SESSÃO.

ASS.PRESIDENTE DA COMISSÃO E COMISSÃO PERMANENTE.

NAVEGANTES 13 DE JUNHO DE 2014

Extrato Contratual Nº 160/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 160/2014.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: VPC BRASIL TECNOLOGIA AMBIENTAL E URBANIS-MOLTA.

Vigência : Início: 11/06/2014 Término: 22/01/2015.

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:116/2013

Recursos : Dotação:2.011.3.3.90.00.00.00.00

Objeto : SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 175/2013, REFERENTE À ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS PARA URBANIZAÇÃO DA VILA ESPERANÇA, LOCALIZADA NO BAIRRO MEIA PRAIA, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 0352.439-24/2011/ MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, DO PROGRAMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABILITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, ATRAVÉS DA TOMADA DE PREÇO Nº 116/2013.

Navegantes, 11 de junho de 2014.

Nova Trento

PREFEITURA

Ata Chamamento Público Nº 04/2014

ATA DA REUNIÃO PARA DEFINIÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE ATRAVÉS DE CHAMAMENTO PÚBLICO.

Aos treze dias do mês de junho de dois mil e quatorze, as 08:00 horas, na Secretaria Municipal de Saúde de Nova Trento, estiveram reunidos o Secretário de Saúde, Senhor Maxiliano de Oliveira e outros profissionais da área da Saúde para análise e aprovação de interessado em CHAMAMENTO PÚBLICO.

Do Chamamento Público nº 04/2014, publicado no DOM/SC de 10/06/2014, para contratação de:

- 02 (dois) Técnicos de Enfermagem, para atuarem no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, demonstrou interesse e foi selecionada, através de títulos, a seguinte candidata:
01 SHEILA MARA FAGUNDES DOS SANTOS.

A profissional aprovada foi encaminhada para o Setor de RH da Prefeitura de Nova Trento, para apresentação de documentação e devida regularização contratual.

Sem mais a ata foi lida e assinada.

Maxiliano de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato de Homologação E Adjudicação PL Nº 038/2014-Pregão Presencial Nº 015/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2014
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 12/06/2014
CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente certame tem por objeto a Contratação de licenciamento de softwares e outros serviços correlatos, conforme descrito no Anexo I - 'Termo de Referência' e demais anexos do edital.

VALOR DA DESPESA: R\$ 271.091,00 (duzentos e setenta e um mil e noventa e um reais)

DATA: 12/06/2014
ELI MARIOTT
Prefeito Municipal.

Extrato Contratual Nº 053/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 053/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor : 176.033,00 (cento e setenta e seis mil e trinta e três reais)

Vigência : Início: 12/06/2014 Término: 30/06/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2014

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (12), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (34), 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 (117), 2.023.3.3.90.00.00.00.00.00 (152)

Objeto : Constitui objeto do presente contrato a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA, PARA FORNECIMENTO DE LICENCIAMENTO (LOCAÇÃO) DE SOFTWARES, PARA USO TEMPORÁRIO E NÃO EXCLUSIVO E OUTROS SERVIÇOS CORRELATOS EM FAVOR DO CONTRATANTE.

Novo Horizonte/SC,
12 de Junho de 2014

Extrato Contratual Ipam Nº 001/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
IPAM-INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUN. NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 001/2014

Contratante...: IPAM-INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUN. NOVO HORIZONTE

Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor : 22.150,00 (vinte e dois mil cento e cinquenta reais)

Vigência : Início: 12/06/2014 Término: 30/06/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2014

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Recursos : Dotação: 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 (4) Saldo: 11.239,20

Objeto : Constitui objeto do presente contrato a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA, PARA FORNECIMENTO DE LICENCIAMENTO (LOCAÇÃO) DE SOFTWARES, PARA USO TEMPORÁRIO E NÃO EXCLUSIVO E OUTROS SERVIÇOS CORRELATOS EM FAVOR DO CONTRATANTE.

Novo Horizonte/SC,
12 de Junho de 2014

Extrato Contratual FMS Nº 010/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 010/2014

Contratante...: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor : 57.646,00 (cinquenta e sete mil seiscentos e quarenta e seis reais)

Vigência : Início: 12/06/2014 Término: 30/06/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2014

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Recursos : Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (11) Saldo: 31.218,08

Objeto : Constitui objeto do presente contrato a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA, PARA FORNECIMENTO DE LICENCIAMENTO (LOCAÇÃO) DE SOFTWARES, PARA USO TEMPORÁRIO E NÃO EXCLUSIVO E OUTROS SERVIÇOS CORRELATOS EM FAVOR DO CONTRATANTE.

Novo Horizonte/SC, 12 de Junho de 2014

Extrato Contratual Fmdca Nº 001/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE INFANC. E ADOLESC NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 001/2014

Contratante...: FUNDO MUN. DE INFANC. E ADOLESC NOVO HORIZONTE

Contratada....: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor : 15.262,00 (quinze mil duzentos e sessenta e dois reais)

Vigência : Início: 12/06/2014 Término: 30/06/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2014

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Recursos : Dotação: 2.032.3.3.90.00.00.00.00 (1) Saldo: 16.383,26

Objeto : Constitui objeto do presente contrato a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA, PARA FORNECIMENTO DE LICENCIAMENTO (LOCAÇÃO) DE SOFTWARES, PARA USO TEMPORÁRIO E NÃO EXCLUSIVO E OUTROS SERVIÇOS CORRELATOS EM FAVOR DO CONTRATANTE.

Novo Horizonte/SC, 12 de Junho de 2014

Lei 500/2014 Reposição Salarial Vereadores E Agentes Políticos

Lei nº 500 de 16 de maio de 2014

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE REPOSIÇÃO SALARIAL DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO LEGISLATIVO E DOS AGENTES POLÍTICOS DOS PODERES LEGISLATIVOS E EXECUTIVO MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei :

Art. 1º Fica, concedida aos Servidores Públicos do Poder Legislativo e aos Agentes Políticos dos poderes Legislativo e Executivo, assim entendido o Prefeito e Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores, a reposição salarial no percentual de 8,07% (oito vírgula zero sete por cento), com base no IGPM/FGV, acumulado nos períodos de 1º de janeiro de 2013 a 31 de março de 2014.

§ 1º. O percentual de que trata esta lei, incidirá sobre o valor do vencimento dos servidores e dos agentes políticos, percebidos a partir do mês de maio de 2014.

Art. 2º. O percentual previsto nesta lei estende-se, também, aos servidores municipais admitidos em caráter temporário.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente Lei serão usados recursos do orçamento próprio de cada um dos poderes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de maio de 2014.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Novo Horizonte/SC
Em 16 de maio de 2014
ELI MARIOTT
Prefeito Municipal

Extrato de Homologação E Adjudicação PL Nº 039/2014-Pregão Presencial Nº 016/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2014

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 12/06/2014

CONTRATADO: MANTOMAC COMERCIO DE PECAS E SERVIÇOS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objetivo a seleção de proposta mais vantajosa para: Aquisição de 01 (Um) Trator de Esteiras, novo, conforme descrições constantes no termo de referência anexo ao edital, destinados à realização da manutenção e conservação de vias públicas e atendimento aos agricultores do município de Novo Horizonte - SC, com

recursos do Programa PROVIAS Nº 17944.000457/2014-71.

VALOR DA DESPESA: R\$ 554.000,00 (quinhentos e cinquenta e quatro mil reais)

DATA: 12/06/14
ELI MARIOTT
Prefeito Municipal.

Extrato Contratual Nº 054/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 054/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada....: MANTOMAC COMERCIO DE PECAS E SERV.LTD

Valor : 554.000,00 (quinhentos e cinquenta e quatro mil reais)

Vigência : Início: 12/06/2014 Término: 12/06/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 16/2014

Recursos : Dotação: 2.023.4.4.90.00.00.00.00 (98) Saldo: 640.001,00

Objeto : O presente contrato tem por objeto a Aquisição de 01 (Um) Trator de Esteiras, novo, ano e modelo 2014, de fabricação nacional, marca KOMATSU, Modelo D51EX-22, equipado com motor diesel turbo alimentado, com potência líquida de 130 HP, com 2.200 RPM, que atenda as normas TIER3, Lâmina com angulação e inclinação hidráulica, com capacidade de 2,90 m3, largura de 3,35m e angulação de A28,5º, transmissão hidrostática e demais características descritas no Termo de Referência, anexo ao edital.

Novo Horizonte/SC, 12 de Junho de 2014

Extrato de Homologação E Adjudicação PL Nº 040/2014-CV 011/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2014

CONVITE Nº 011/2014

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 13/06/2014

CONTRATADO: D.G. LAZARIN - EPP/HELP INFORMATICA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O objeto da presente licitação consiste na seleção de propostas para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos. VALOR DA DESPESA: R\$ 14.150,00 (quatorze mil cento e cinquenta reais)

DATA: 13/06/2014

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

Extrato Contratual Nº 055/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 055/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: D.G. LAZARIN - EPP/HELP INFORMATICA

Valor : 14.150,00 (quatorze mil cento e cinquenta reais)

Vigência : Início: 13/06/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 11/2014

Recursos : Dotação: 2.002.4.4.90.00.00.00.00.00 (5), 2.003.4.4.90.00.00.00.00.00 (13)

Objeto : O objeto do presente contrato consiste na AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL

DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC.

Novo Horizonte/SC, 13 de Junho de 2014

Orleans**PREFEITURA****Edital de Chamamento Processo Seletivo Nº004/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE ACORDO COM PROCESSO SELETIVO nº004/2014, mediante o qual fica CONVOCADO(a), para nomeação, o candidato aprovado no Processo Seletivo nº 004/2014, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 12h30min às 18h30min, no prazo de 05 dias, munido de todos os documentos constantes do Edital de Processo Seletivo nº004/2014 (disponível no sitio eletrônico: www.orleans.sc.gov.br, ciente de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Edital de Processo Seletivo nº 004/2014, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 3886-0128, com o servidor Ariel Alberton.

NOME	CARGO	CH
MAGDALENA BERNARDO PORTO	ASSISTENTE SOCIAL (CRAS)	40h

Orleans, 13 de junho de 2014.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Edital de Homologação Processo Seletivo Nº004/2014 Psicologo CREAS

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Orleans

Edital de Processo Seletivo Nº 004/2014

EDITAL HOMOLOGAÇÃO DE APROVADOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº004/2014

O Prefeito de Orleans no uso de suas atribuições, homologa e torna publico os candidatos aprovados, relativo à prova do dia 31/05/2014 do Processo Seletivo nº004/2014 para cargo de:

PSICOLOGO (CREAS)

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
026	KATIUSSA APARECIDA GAMBIN	12/10/1990	8,00	1º LUGAR
051	RICARDO ROGER SANCHES	07/03/1985	7,6	2º LUGAR
066	CRISTIANE CROSETTA FELTRIN	26/04/1987	7,6	3º LUGAR
047	JESSICA KUCERA	23/09/1991	7,6	4º LUGAR

045	ARIELLY MARQUES VIDAL	18/01/1990	7,2	5º LUGAR
039	KARINI MARQUES CANDIDO	02/02/1987	6,8	6º LUGAR
032	SCHARLENE CLASEN	14/11/1991	6,4	7º LUGAR
042	FELIPE SILVA MATHES BASSO	05/07/1986	5,6	8º LUGAR
021	BRUNA GOUDINHO GONÇALVES	20/11/1988	5,6	9º LUGAR
050	ADRIANE DA SILVA FLORENTINO	23/08/1989	5,6	10º LUGAR
040	DIOGO BATISTA PEREIRA DA SILVA	18/04/1990	5,6	11º LUGAR
023	VITORIA ARRUDA CAVAGNOLI	30/09/1990	5,6	12º LUGAR
015	DEMETRIO MIRANDA	11/08/1980	5,2	13º LUGAR
001	TATIANE APARECIDA DOS SANTOS	11/01/1983	5,2	14º LUGAR

Ficam homologadas as notas e classificação dos candidatos acima aprovados do Processo Seletivo nº 004/2014.

Orleans, 13 de junho de 2014.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Ouro Verde

PREFEITURA

Extrato Errata 0051/2014

ERRATA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0052/2014

TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS bDE ENGENHARIA N. 004/2014

Comunicamos a quem interessar possa que o MUNICÍPIO DE OURO VERDE/SC, Estado de Santa Catarina, abriu Licitação Pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações na Modalidade Tomada de Preços p/Obras e Serviços de Engenharia n. 004/2014, Tipo Menor Preço/Preço Global, publica a presente ERRATA, conforme segue: a) a onde se lê, o "recebimento dos envelopes contendo os documentos e propostas de preços, para o dia 04 de junho de 2014, às 10h30 e a abertura às 10h35, do mesmo dia e local", passa a ser: "recebimento dos envelopes contendo os documentos e propostas de preços, para o dia 30 de junho de 2014, às 09h00m e a abertura às 09h05m, do mesmo dia e local", e a onde se lê, no item 1.1, do objeto: "contratação de empresa especializada para execução de serviço de drenagem pluvial e pavimentação com pedras irregulares na Rua José Santin, com fornecimento de material necessário e mão de obra na Cidade de Ouro Verde/SC", passa a ser: "contratação de empresa especializada para execução de serviço de drenagem pluvial e pavimentação com pedras irregulares na Rua José Santin, na Rua Pedro Bioto Sobrinho, Rua A, Rua B, Rua C, Rua D e Rua E, conforme projetos técnicos e arquitetônicos com fornecimento de material necessário e mão de obra na Cidade de Ouro Verde/SC". A integral do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados na Prefeitura Municipal de Ouro Verde/SC, sito a Rua João Maria Conrado, n. 425, Centro, fone (0**49) 3447-0007, na Secretaria Municipal de Administração, no horário das 07h45m às 11h45m e das 13h15m às 17h15m de segunda a sexta-feira. Demais cláusulas e condições no presente edital que não colidirem com a presente retificação permanecem em pleno vigor.

Ouro Verde/SC, 13 de Junho de 2014.

ROSANE MINETO SELIG

Prefeita Municipal

ERRATA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0051/2014

TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS

DE ENGENHARIA N. 003/2014

Comunicamos a quem interessar possa que o MUNICÍPIO DE OURO VERDE/SC, Estado de Santa Catarina, abriu Licitação Pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações na Modalidade Tomada de Preços p/Obras e Serviços de Engenharia n. 003/2014, Tipo Menor Preço/Preço Global, publica a presente ERRATA, conforme segue: a) a onde se lê, o "recebimento dos envelopes contendo os documentos e propostas de preços, para o dia 04 de junho de 2014, às 09h00m e a abertura às 09h05m, do mesmo dia e local", passa a ser: "recebimento dos envelopes contendo os documentos e propostas de preços, para o dia 30 de junho de 2014, às 14h00 e a abertura às 14h05, do mesmo dia e local". A integral do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados na Prefeitura Municipal de Ouro Verde/SC, sito a Rua João Maria Conrado, n. 425, Centro,

fone (0**49) 3447-0007, na Secretaria Municipal de Administração, no horário das 07h45m às 11h45m e das 13h15m às 17h15m de segunda a sexta-feira. Demais cláusulas e condições no presente edital que não colidirem com a presente retificação permanecem em pleno vigor.

Ouro Verde/SC, 13 de Junho de 2014.
ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

Decreto Nº2486

DECRETO N.º 2486/2014

"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado Ponto Facultativo em todas as Repartições Públicas do Município de Ouro Verde, no dia 20/06/2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 3º - São revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde - SC, em 12 de junho de 2014.
ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
Secretário de Adm. e Gestão

Decreto Nº2487

DECRETO N.º 2487/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 2º da Lei Municipal Nº. 873/2013, de 10 de dezembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º - Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, no valor de até R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) para a suplementação do seguinte programação de despesa:

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.0101.01.031.0101.1.000002 - Manutenção das atividades legislativas

01.0101.01.031.0101.1.000002.33900000.0100 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º - Para satisfazer a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão anuladas total ou parcialmente as seguintes dotações e programações de despesa:

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.0101.01.031.0101.1.000002 - Manutenção das atividades legislativas

01.0101.01.031.0101.1.000002.31900000.0100 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde - SC, em 12 de junho de 2014.
ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
Secretário de Adm. e Gestão

Decreto Nº2488

DECRETO Nº. 2488/2014

"Dispõe sobre suplementação e anulação de dotações e da outras providências".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 2º da Lei Municipal Nº. 873/2013, de 10 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), na seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente:

06 - Secretaria/Coord. de Agricultura e Meio Ambiente		
01 - Secretaria/Coord. de Agricultura e Meio Ambiente		
17.511.1701.2000033 - Manut. das Atividades Agropecuárias		
(55) 3.3.3.9.0.00.00.00.00 - Aplicação		
Direta	R\$	20.000,00
TOTAL GERAL	R\$	20.000,00

Art. 2º - Para fazer face a suplementação citada no artigo anterior, serão utilizados recursos parciais existentes na dotação a seguir descritas:

06 - Secretaria/Coord. de Agricultura e Meio Ambiente		
01 - Secretaria/Coord. de Agricultura e Meio Ambiente		
17.511.1701.2000033 - Manut. das Atividades Agropecuárias		
(54) 3.3.1.9.0.00.00.00.00 - Aplicação		
Direta	R\$	20.000,00
TOTAL GERAL	R\$	20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 12 de junho de 2014.
ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
Secretário de Adm. e Gestão

Decreto Nº2489

DECRETO Nº. 2489/2014

"Dispõe sobre suplementação e anulação de dotações e da outras providências".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 2º da Lei Municipal Nº. 873/2013, de 10 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), na seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente:

03 - Secretaria/Coord. de Administração e Gestão		
03.01 - Secretaria/Coord. de Administração e Gestão		
04.122.0402.20000006(2006) - Manut. das Atividades Administrativas		
(05) 3.3.1.9.0.00.00.00.00.00 - Aplicação		
Direta	R\$	100.000,00
TOTAL GERAL	R\$	100.000,00

Art. 2º - Para fazer face a suplementação citada no artigo anterior, serão utilizados recursos parciais existentes na dotação a seguir descritas:

03 - Secretaria/Coord. de Administração e Gestão		
03.01 - Secretaria/Coord. de Administração e Gestão		
04.122.0402.20000006(2006) - Manut. das Atividades Administrativas		
(07) 3.3.3.9.0.00.00.00.00.00 - Aplicação		
Direta	R\$	100.000,00
TOTAL GERAL	R\$	100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 12 de junho de 2014.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

Palhoça**PREFEITURA****Ata Nº 057-14**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº057/2014 do PREGÃO Nº078/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MENDES & RAMOS LTDA EPP.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em jardinagem para execução de serviços como: limpeza e conservação dos pátios das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino. VALOR: R\$ 28.945,84. DATA: 22/04/2014 A 21/04/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtdade	Valor
1	Serviços de roçada e capina	m²	22.792,00	28.945,84
				R\$ 28.945,84

Ata Nº 058-14

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº058/2014 do PREGÃO Nº083/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MEGA COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA ME.

OBJETO: Contratação de serviços de transporte de máquinas pesadas dentro do município, de um bairro para o outro conforme necessidade para as Secretarias de infraestrutura e Região Sul. VALOR: R\$ 280.000,00. DATA: 29/04/2014 A 28/04/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtdade	Valor
1	Transportes de máquinas pesadas	KM	14.000,00	280.000,00
				R\$ 280.000,00

Ata Nº 059-14

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº059/2014 do PREGÃO Nº059/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa SUPRIMÓVEIS LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços referente a manutenção de peças e revestimento de cadeiras, com mão-de-obra e fornecimento de material, para a Prefeitura Municipal de Palhoça. VALOR: R\$ 56.359,00. DATA: 05/05/2014 A 04/05/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
1	Revestimento de cadeira executiva	SV	506,00	30.360,00
2	Revestimento de cadeira diretor	SV	51,00	5.712,00
3	Revestimento de cadeira longarina	SV	42,00	11.508,00
4	Revestimento de poltrona 1 lugar	SV	6,00	3.564,00
5	Revestimento de poltrona 2 lugar	SV	7,00	5.215,00
				R\$ 56.359,00

Ata Nº 060-14

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº060/2014 do PREGÃO Nº064/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MEGA COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA ME.

OBJETO: Aquisição e contratação de serviços de consertos de pneus e máquinas pesadas pertencentes às Secretarias da Região Sul e Infraestrutura. VALOR: R\$ 166.400,00. DATA: 07/05/2014 A 06/05/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
1	Conserto de pneu, aro 24	SV	800,00	111.200,00
2	Conserto de pneu de caminhão	SV	800,00	55.200,00
				R\$ 166.400,00

Ata Nº 061-14

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº061/2014 do PREGÃO Nº064/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA. OBJETO: Aquisição e contratação de serviços de consertos de pneus e máquinas pesadas pertencentes às Secretarias da Região Sul e Infraestrutura. VALOR: R\$ 221.940,96. DATA: 07/05/2014 A 06/05/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
3	Pneu dianteiro 12,5x80	UN	16,00	13.581,12
4	Pneu traseiro 19,5x80	UN	16,00	28.760,00
5	Pneu dianteiro 10,5x80	UN	12,00	9.586,68
6	Pneu traseiro 17,5	UN	12,00	25.165,08
8	Pneu 275/80	UN	24,00	25.920,00

9	Pneu 275/80	UN	48,00	53.760,00
10	Pneu 165/70	UN	64,00	8.942,08
11	Pneu 1000/20	UN	16,00	17.600,00
12	Pneu 235/75	UN	32,00	10.858,56
17	Camara de ar 12,5/80	UN	8,00	679,04
18	Camara de ar 10,5/80	UN	8,00	639,04
19	Camara de ar 19,5	UN	8,00	1.278,16
21	Camara de ar 100/20	UN	24,00	1.392,00
22	Pneu 1000/20	UN	4,00	4.280,00
23	Pneu 175/70	UN	32,00	5.588,80
24	Pneu 16,5x12	UN	12,00	6.231,24
25	Pneu 215x75	UN	12,00	7.080,00
26	Camara de ar 19,5	UN	4,00	599,16
				R\$ 221.940,96

Ata Nº 062-14

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº062/2014 do PREGÃO Nº064/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACES-SÓRIOS LTDA.

OBJETO: Aquisição e contratação de serviços de consertos de pneus e máquinas pesadas pertencentes às Secretarias da Região Sul e Infraestrutura. VALOR: R\$ 53.670,00. DATA: 07/05/2014 A 06/05/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
7	Pneu 1400 R 24	UN	32,00	50.924,83
20	Camara de ar 1400 R 24	UN	24,00	2.745,17
				R\$ 53.670,00

Ata Nº 063-14

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº063/2014 do PREGÃO Nº064/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa PEÇALUB COMÉRCIO DE PEÇAS EQUIPAMENTOS E LUBRIFICANTES L.

OBJETO: Aquisição e contratação de serviços de consertos de pneus e máquinas pesadas pertencentes às Secretarias da Região Sul e Infraestrutura. VALOR: R\$ 30.980,00. DATA: 07/05/2014 A 06/05/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
13	Pneu 12.4x24	UN	8,00	11.087,08
14	Pneu 18.4x30	UN	8,00	15.474,05
15	Pneu 600x12	UN	8,00	1.507,52
16	Pneu 9.5x24	UN	8,00	2.911,35
				R\$ 30.980,00

Ata Nº 064-14

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE PALHOÇA

ATA Nº064/2014 do PREGÃO Nº092/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa Balsa Nova Comercial Ltda ME.

OBJETO: Aquisição e contratação de serviços de consertos de pneus e máquinas pesadas pertencentes às Secretarias da Região Sul e Infraestrutura. VALOR: R\$ 1.239.500,00. DATA: 12/05/2014 A 11/05/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
1	Limpeza de vias pública	HS	520,00	842.860,02
2	Limpeza de vias pública parcial	HS	520,00	396.639,98
				R\$ 1.239.500,00

Ata Nº 065-14

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº065/2014 do PREGÃO Nº088/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa CC Artefatos de Concreto Ltda EPP.

OBJETO: Aquisição de grelha de concreto 30x60cm e grelha de ferro fundido 40x60cm e materiais para manutenção e conservação de diversas ruas do município, para às Secretarias da Região Sul e Infraestrutura. VALOR: R\$ 1.784.790,00. DATA: 22/05/2014 A 21/05/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
2	Bloco de concreto 10x20cm	M²	35.000,00	1.323.000,00
5	Lajota de concreto 25x25x08	M²	21.000,00	461.790,00
				R\$ 1.784.790,00

Ata Nº 066-14

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº066/2014 do PREGÃO Nº088/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa Hang Empreiteira de Mão de Obra na Construção Civil Ltda EPP.

OBJETO: Aquisição de grelha de concreto 30x60cm e grelha de ferro fundido 40x60cm e materiais para manutenção e conservação de diversas ruas do município, para às Secretarias da Região Sul e Infraestrutura. VALOR: R\$ 107.100,00. DATA: 22/05/2014 A 21/05/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
4	Grelha de concreto armado 30x60	UN	3.500,00	107.100,00
				R\$ 107.100,00

Ata Nº 067-14

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº067/2014 do PREGÃO Nº088/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa Peçalub Comércio de Peças Equipamentos e Lubrificantes L.

OBJETO: Aquisição de grelha de concreto 30x60cm e grelha de ferro fundido 40x60cm e materiais para manutenção e conservação de diversas ruas do município, para às Secretarias da Região Sul e Infraestrutura. VALOR: R\$ 416.500,00. DATA: 22/05/2014 A 21/05/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
1	Grelha de ferro fundido 40x60 cm	UN	3.500,00	107.100,00
				R\$ 416.500,00

Ata Nº 068-14

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº068/2014 do PREGÃO Nº088/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa Valdeli Cecilio dos Santos EPP.

OBJETO: Aquisição de grelha de concreto 30x60cm e grelha de ferro fundido 40x60cm e materiais para manutenção e conservação de diversas ruas do município, para às Secretarias da Região Sul e Infraestrutura. VALOR: R\$ 327.580,00. DATA: 22/05/2014 A 21/05/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
3	Meio fio de concreto 10x30x100	M²	22.000,00	327.580,00
				R\$ 327.580,00

Ata Nº 069-14

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº069/2014 do PREGÃO Nº096/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA EPP.

OBJETO: Aquisição de peças para máquinas pesadas pertencentes à Secretaria de Serviços Públicos. VALOR: R\$ 56.900,00. DATA: 22/05/2014 A 21/05/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
1	Lamina ¾ 8 furos, patola	UN	150,00	34.031,10
2	Dente p retro-escavadeira	UN	100,00	3.629,98
3	Dente p retro-escavadeira	UN	100,00	3.629,98
4	Lamina frontal, retroescavadeira	UN	6,00	5.336,08
5	Dente para retro	UN	100,00	3.176,24
6	Dente canto esquerdo, retroescavadeira	UN	10,00	635,25
7	Dente canto direito, retroescavadeira	UN	10,00	635,25
8	Lamina frontal, retroescavadeira	UN	4,00	3.557,38
9	Unha da lamina	UN	100,00	2.268,74
				R\$ 56.900,00

Ata Nº 070-14

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº070/2014 do PREGÃO Nº096/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa PEÇALU COMÉRCIO DE PEÇAS EQUIPAMENTOS E LUBRIFICANTES L.

OBJETO: Aquisição de peças para máquinas pesadas pertencentes à Secretaria de Serviços Públicos. VALOR: R\$ 49.150,00. DATA: 22/05/2014 A 21/05/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
15	Dente direito retro	PÇ	5,00	347,94
16	Lamina frontal retro	PÇ	2,00	1.853,7
17	Dente para retro	PÇ	50,00	1.239,80
				R\$ 49.150,00

Ata Nº 071-14

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº071/2014 do PREGÃO Nº098/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa PEÇALU COMÉRCIO DE PEÇAS EQUIPAMENTOS E LUBRIFICANTES L.

OBJETO: Aquisição de serviços de GEOMETRIA, BALANCEAMENTO e CÂMBAGEM, bem como a compra de pneus para os veículos oficiais da Secretaria Municipal de Educação (SME). VALOR: R\$ 14.326,50. DATA: 27/05/2014 A 26/05/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
1	Pneu 175/70-13	UN	24,00	3.455,50
2	Pneu 185/70-14	UN	12,00	2.471,50
3	Pneu 215/75-16	UN	16,00	8.399,50
				R\$ 14.326,50

Ata Nº 072-14

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº072/2014 do PREGÃO Nº098/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS PH LTDA EPP.

OBJETO: Aquisição de serviços de GEOMETRIA, BALANCEAMENTO e CÂMBAGEM, bem como a compra de pneus para os veículos oficiais da Secretaria Municipal de Educação (SME). VALOR: R\$ 3.243,00. DATA: 27/05/2014 A 26/05/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
4	Geometria Fiat Uno	SV	24,00	651,04
5	Balanceamento Fiat Uno	SV	24,00	217,02
6	Câmbagem Fiat Uno	SV	8,00	277,27
7	Geometria Doblo	SV	16,00	458,05
8	Balanceamento Doblo	SV	16,00	108,51
9	Câmbagem Doblo	SV	4,00	180,85
10	Geometria Ford Transit	SV	16,00	723,38
11	Balanceamento Ford Transit	SV	16,00	192,85
12	Câmbagem Ford Transit	SV	8,00	434,00
				R\$ 3.243,00

Ata Nº 073-14

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº073/2014 do PREGÃO Nº098/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MEGA COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA ME.

OBJETO: Aquisição de serviços de GEOMETRIA, BALANCEAMENTO e CAMBAGEM, bem como a compra de pneus para os veículos oficiais da Secretaria Municipal de Educação (SME). VALOR: R\$ 7.900,00. DATA: 27/05/2014 A 26/05/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
14	Conserto de pneu de veículo 175/70-13	UN	25,00	337,61
15	Conserto de pneu de trator 18.4x30	UN	20,00	1.440,46
16	Conserto de pneu de retro 10.00-24	UN	20,00	1.440,46
17	Conserto de pneu de retro 750x16	UN	15,00	337,61
18	Conserto de pneu de veículo 760x16	UN	20,00	540,17
19	Conserto de pneu de trator T	UN	25,00	1.668,04
20	Conserto de pneu de trator D	UN	20,00	540,17
21	Remendo tip top grande	UN	25,00	787,75
22	Remendo tip top pequeno	UN	20,00	450,14
				R\$ 7.900,00

Ata Nº 074-14

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº074/2014 do PREGÃO Nº099/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS PH LTDA EPP.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de mão-de-obra e fornecimento de peças para os veículos leves e pesados da Secretaria Municipal de Educação (SME). VALOR: R\$ 45.042,00. DATA: 28/05/2014 A 27/05/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
1	Mão de obra, veículo leve	HS	150,00	10.050,00
2	Peças, veículo leve	UN	15.000,00	15.000,00
3	Mão de obra, veículo pesado	HS	64,00	4.992,00
4	Peças, veículo pesado	UN	15.000,00	15.000,00
				R\$ 45.042,00

Ata Nº 075-14

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº075/2014 do PREGÃO Nº 102/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa LUIZ FERNANDO SEBOLD ME.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios (cesta básica) para manutenção de atividades desenvolvidas pelos programas sócios assistenciais do Fundo Municipal de Assistência Social e aquisição de kits café para os 33 grupos de conveniência do Programa da Melhor Idade de Palhoça. VALOR: R\$ 85.990,00. DATA: 28/05/2014 A 27/05/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
1	Cesta básica embalada	UN	1.500,00	85.990,00
				R\$ 85.990,00

Ata Nº 076-14

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº076/2014 do PREGÃO Nº 102/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa JULIANO JAIRO MELO ME.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios (cesta básica) para manutenção de atividades desenvolvidas pelos programas sócios assistenciais do Fundo Municipal de Assistência Social e aquisição de kits café para os 33 grupos de conveniência do Programa da Melhor Idade de Palhoça. VALOR: R\$ 36.025,00. DATA: 28/05/2014 A 27/05/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
2	Kits café	UN	306,00	36.025,00
				R\$ 36.025,00

Ata Nº 077-14

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº077/2014 do PREGÃO Nº 105/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa BARRAÇÃO DECORAÇÕES LTDA ME.

OBJETO: Aquisição de forro de PVC com mão-de-obra inclusa para atender as Unidades Escolares que necessitam de reparos, em caráter de urgência, através de Registro de Preços. Proc. Adm. Nº 66/2014 e Solic. Nº 435/2014. VALOR: R\$ 23.840,00. DATA: 28/05/2014 A 27/05/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
1	Forro de PVC com mão-de-obra	M²	800,00	23.840,00
				R\$ 23.840,00

Ata Nº 078-14

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº078/2014 do PREGÃO Nº 087/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa BRITAGEM VOGELSANGER.

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de material e execução de mão-de-obra para recuperação da pavimentação asfáltica de extensões de grande e médio porte (exceto tapa buraco) das diversas ruas do Município de Palhoça. VALOR: R\$ 2.703.055,00. DATA: 30/05/2014 A 29/05/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
1	Corte de asfalto com disco	MT	4.000,00	28.600,00
2	Remoção de lajota mecanizada	M²	10.000,00	12.900,00
3	Remoção de asfalto mecanizado	M³	2.500,00	52.150,00
4	Escavação	M³	4.500,00	84.195,00
5	Regularização do sub leito	M²	20.000,00	36.600,00
6	Pedra pulmão	M³	1.000,00	85.900,00
7	Brita graduada	M³	1.000,00	110.160,00
8	Imprimação	M²	20.000,00	86.800,00
9	Pintura de ligação	M²	45.000,00	81.900,00
10	CAUQ	TON	7.000,00	2.008.090,00
11	Fresagem descontinua a frio	M²	15.000,00	94.200,00
12	Manta geotextil	M²	4.000,00	22.560,00
				R\$ 2.703.055,00

Portaria Nº. 1850/2014.

PORTARIA Nº. 1850/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ILIANA SILVEIRA CALDAS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Reforço Escolar, no (a) EB Antonieta Silveira de Souza, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 30/04/2014 a 19/12/2014. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1851/2014.

PORTARIA Nº. 1851/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR EMANUELA DIAS FRANCISCO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) GE Maria Luiza de Souza, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 15/04/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Silvania D. de Souza, que se encontra exercendo suas funções reforço Escolar.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1852/2014.

PORTARIA Nº. 1852/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR CLARICE DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Reforço Escolar, no (a) EB Adriana Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/04/2014 a 19/12/2014. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1853/2014.

PORTARIA Nº. 1853/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ARIANI OLINDA JOSE ANTONIO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Reforço Escolar, no (a) EB Neri Brasileiro Martins, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 05/05/2014 a 19/12/2014. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1854/2014.

PORTARIA Nº. 1854/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR BRUNA CRISTINA DA SILVA MARTINS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Geração, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 05/02/2014 a 19/12/2014. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1855/2014.

PORTARIA Nº. 1855/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR JESSICA VALDETE DA SILVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Geração, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/04/2014 a 03/05/2014, face ao impedimento da titular Ivone Izabel Gonçalves, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1856/2014.

PORTARIA Nº. 1856/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR MARIO ALEIXO CORREA DA MOTTA, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, Disciplina projeto Integrador I, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 18/02/2014 à 14/12/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

CÂMARA MUNICIPAL**Edital Pregão Presencial Nº10/2014 - Contratação de Empresa Especializada Para Fornecimento de Licença E Locação de Sistemas de Gestão Pública.**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 15/2014

EDITAL PP Nº 010/2014

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO: EXECUÇÃO INDIRETA - EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC, representado neste ato por seu Presidente, Sr. Nirdo Artur Luz, torna público que realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL e forma de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 2.879/2006 e alterações, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Os documentos para o credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no Setor de Compras e Licitações da Câmara Municipal, na Rua: Joci José Martins, 101, Residencial Pagani, Palhoça/SC, até o horário estipulado abaixo, para o início da sessão pública de processamento do pregão.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se no dia 27 de junho de 2014, às 09:00 horas, e será conduzida pela Pregoeira ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 169/2014, de 18/03/2014.

1. DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença e locação de sistemas de Gestão Pública, com acesso simultâneo para usuários da Administração Municipal, que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e serviços técnicos correlatos, descritos no Anexo I deste Edital.

1.2 Os sistemas deverão possibilitar o compartilhamento do processamento de dados por todo o parque computacional da Câmara, mediante implantação de executável em cada estação cliente, que realizará seu próprio processamento, desonerando-se os servidores desta entidade e links de internet, incapazes atualmente de gerir todo o processamento de modo centralizado e rápido.

1.3 Os aplicativos deverão atender às exigências do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

1.4. Poderão participar da licitação empresas que apenas sublicenciem/revendam softwares de terceiros, caso em que estarão desde logo cientes da obrigação contratual de manter os softwares licitados em acordo com as exigências de ordem legal federal e estadual.

1.5. Os sistemas deverão permitir vários acessos simultâneos às mesmas rotinas, ou ainda rotinas diferentes por usuários diferentes ao mesmo tempo.

1.6. Oferecer total segurança contra a violação dos dados ou acessos indevidos às informações:

- controlar o acesso ao sistema através de uso de hierarquia de senhas;
- inviabilizar o acesso ao banco de dados com ferramentas de terceiro;
- não permitir a alteração de dados por outro meio que não seja o sistema ou suas ferramentas.

1.7. Possuir controle de permissões de acesso de cada usuário dentro de cada sistema:

- As autorizações ou desautorizações, por usuário ou tarefa, deverão ser dinâmicas e ter efeito a partir do login do usuário;
- O sistema não deverá exigir a reconfiguração das permissões a cada exercício inaugurado.

1.8. Possuir consulta rápida aos dados cadastrais do sistema generalizada através de tecla de função, possibilitando o acesso de qualquer local do sistema, dispensando-se a funcionalidade nos casos em que o sistema seja executado através de um browser, não desenvolvido pela proponente.

1.9. Os relatórios apresentados deverão estar no formato gráfico, para serem impressos em impressoras laser ou à jato de tinta, possibilitando:

- Permitir a visualização dos relatórios em tela;
- Permitir o "zoom" dos relatórios emitidos em tela;
- Permitir adicionar informações adicionais no cabeçalho e rodapé do relatório, demonstrando, no mínimo:
 - usuário;
 - data/hora de emissão;
 - comentário adicional;
 - seleção utilizada para a emissão.
- Salvar os relatórios em arquivos para posterior impressão;
- Salvar os relatórios em arquivo PDF com a possibilidade de assinar digitalmente;
- Salvar os dados dos relatórios em formato texto, csv, html, ou xls, para utilização em planilha;
- Permitir selecionar no momento da impressão do relatório qualquer impressora disponível no Windows, possibilitando, no mínimo:
 - escolher tamanho de papel;
 - configurar margens;
 - selecionar intervalos de páginas;
 - indicar o número de cópias a serem impressas;
 - e demais opções disponíveis na impressora.

1.10. As atualizações deverão estar disponíveis na internet ou serem remetidas em mídia digital, devendo ser automaticamente atualizado nos casos em que o aplicativo fique hospedado em datacenter sob responsabilidade da proponente.

1.11. Os sistemas/módulos deverão permitir a sua total operabilidade com ou sem uso do mouse (ex: habilitação das teclas "enter" e "tab"), dispensando-se a funcionalidade nos casos em que o sistema seja executado através de um browser não desenvolvido pela proponente.

1.12. Os sistemas/módulos deverão permitir abrir mais de uma opção do menu principal, simultaneamente, sem a necessidade de se fazer novo acesso ao sistema. Por exemplo, manter aberto ao mesmo tempo cadastros e relatórios distintos.

1.13. Os sistemas/módulos deverão possuir help 'online', sensível ao contexto, sobre o modo de operação de cada uma das tarefas. Esta documentação deverá conter tópicos remissivos para detalhamento de um determinado assunto. A consulta deverá ser feita por capítulos ou por palavras-chaves que remetem a um

determinado trecho da documentação.

1.14. Os relatórios de operações realizadas pelos usuários deverão conter as seguintes informações:

- Usuário;
- Data/hora de entrada e saída da operação;
- Descrição da operação (cadastro, processo, relatório).

1.15. Deverá operar por transações (ou formulários 'online') que especialmente executam ou registram as atividades administrativas básicas. Os dados recolhidos em uma transação deverão ficar imediatamente disponíveis no banco de dados, e deverão ser imediatamente validados.

1.16. O sistema operacional para o servidor de banco de dados deverá ser do tipo multiplataforma (windows/linux) e nas estações clientes devem se enquadrar: estação windows 95/98 ou superior.

1.17. Deverão permitir o cadastro e o processamento de relatórios em lotes de um ou mais relatórios que terão como saída a impressora ou um arquivo no formato PDF. Deverá ter a característica de agrupar os relatórios em um único arquivo e numerar as páginas dos relatórios de forma que fique contínua.

1.18. Deverá permitir a personalização do menu do sistema pelo usuário, possibilitando:

- Alterar as descrições e teclas de acessibilidade;
- Adicionar/alterar a teclas de atalho;
- Inserir ícones na barra de ferramentas do sistema;
- Inserir menus de acesso rápido para relatórios do sistema ou específicos do usuário;
- Copiar o menu de outros usuários.

1.19. Possuir o acesso rápido aos cadastros do sistema, de acordo com o campo que está selecionado, através de tecla de função, possibilitando o acesso de qualquer local do sistema, dispensando-se a funcionalidade nos casos em que o sistema seja acessado através de um navegador de internet.

1.20. Possuir o acesso rápido aos relatórios do sistema, de acordo com o cadastro que está aberto, através de tecla de função, possibilitando o acesso de qualquer local do sistema, dispensando-se a funcionalidade nos casos em que o sistema seja acessado através de um navegador de internet.

1.21. Permitir adicionar critérios personalizáveis para cadastros. As regras do cadastro poderão ser definidas pelo usuário e ser configuradas para as operações de:

- Inserção;
- Alteração;
- Exclusão.

1.22. Possuir auditoria automática nas tabelas de todos os sistemas:

- Registrar todas as operações de inclusão, exclusão e alteração efetuadas;
- Registrar a data, hora e usuário responsável pela alteração;
- Registrar as informações anteriores para possibilitar a consulta dos dados historicamente, antes da alteração efetuada;
- Dispor de ferramentas de consulta onde seja possível criar consultas através da escolha de campos e tabelas de forma visual, com a geração automática do script de consulta SQL;
- Possibilitar a criação de consulta aos dados das tabelas de auditoria em linguagem SQL com o uso de todos os comandos compatíveis com ela e com o banco de dados.

1.23. Emitir relatório ou gráfico referente aos acessos ao sistema, demonstrando os usuários que efetuaram login, data e hora de entrada e saída;

1.24. Emitir relatório ou gráfico comparativo entre a quantidade de entradas (login) e saídas (logoff) no sistema, demonstrando a estabilidade deste.

1.25. Permitir gerenciar os usuários conectados ao banco de dados, possibilitando:

- Identificar as máquinas conectadas;
- Aplicativos;
- Data/hora da última requisição;
- Desconectar usuários;
- Enviar mensagens para os usuários.

1.26. Permitir reconstrução do banco de dados, possibilitando minimizar o tamanho do banco de dados, em função das transações que já foram excluídas e continuam ocupando espaço.

1.27. Permitir realizar backup do banco de dados, com as seguintes funcionalidades nas hipóteses em que o banco de dados fique armazenado em servidor sob responsabilidade do órgão licitante:

- Permitir configurar a periodicidade e os usuários que receberão avisos sobre a necessidade de backup do banco de dados;
- Permitir configurar os usuários que poderão executar o backup do banco de dados;
- Permitir agendamento do backup;
- Permitir efetuar a compactação e descompactação do backup realizado para fins de armazenamento, inclusive quando disparado pelo agendamento;
- Permitir efetuar o backup da base de dados enquanto os usuários estão trabalhando nos sistemas;
- Possibilitar o backup incremental (somente das alterações executadas);
- Possuir relatório de backups efetuados;

1.28. Permitir realizar validação do banco de dados, com as seguintes funcionalidades:

- Verificação de índices e tabelas corrompidas;
- Permitir configurar a periodicidade e os usuários que receberão avisos sobre a necessidade de validação do banco de dados;
- Permitir configurar usuários que poderão executar validação do banco de dados;
- Possuir relatórios de validações efetuadas;

1.29. Permitir realizar atualização do sistema e do banco de dados de forma padronizada através de setups de instalação com instruções passo a passo, possibilitando:

- configurar a atualização automatizada dos sistemas (auto-atualização), através da rede local, possibilitando definir vários repositórios de acesso;
- configurar os usuários que poderão executar a atualização do banco de dados;
- garantir que a atualização de banco seja executada sem nenhum usuário conectado ao sistema e não permitir que durante a atualização os usuários acessem o sistema;
- garantir que caso algum erro ocorra durante a atualização, o sistema não possa mais ser acessado até que seja solucionado;
- possuir relatórios de atualizações efetuadas.

1.30. Permitir consolidar em uma consulta informações de diversas bases de dados dos sistemas.

1.31. Permitir enviar as informações previamente processadas por e-mail, que podem ser no formato TXT ou HTML.

1.32. Permitir criar consultas com a finalidade de "Alerta", consultas que só irão disparar um determinado e-mail se tal situação ocorrer. Por exemplo: criar uma consulta para o sistema da contabilidade onde será enviado um e-mail caso o limite de gastos com o pessoal seja ultrapassado.

1.33. Permitir que o usuário crie diversas consultas e agrupe todas em uma única lista de execução do próprio aplicativo, possibilitando ainda que a execução de um script seja agendada através do agendador de tarefas do Windows.

1.34. Os sistemas deverão possibilitar a assinatura de textos utilizando um certificado digital.

1.35. Os sistemas deverão garantir a integridade relacional dos dados.

1.36. Os sistemas deverão permitir gerar os arquivos em formato PDF.

1.37. Os sistemas deverão permitir o envio de informações por SMS.

1.38. Os demais elementos técnicos em que se apoiarão a contratação, incluindo os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade exigidos, estão dispostos no Anexo I do Edital, facultando-se ao proponente interessado a formulação de esclarecimentos e de visita aos locais de prestação dos serviços visando outros esclarecimentos que reputar pertinentes.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencham as condições de credenciamento e demais exigências constantes deste Edital;

2.2. Não poderá participar empresa concordatária ou que estiver sob regime de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

2.3. Será vedada a participação de empresas declaradas inidôneas por Ato do Poder Público Municipal, ou que estejam temporariamente impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Câmara Municipal de Palhoça ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (incisos III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93).

2.4. A participação nesta licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso, ressalvado às proponentes o direito de impugnar o texto editalício e usar dos recursos cabíveis, na forma da lei.

2.5. Da participação das microempresas e empresas de pequeno porte:

2.5.1 As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem participar deste certame usufruindo dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

2.5.2 A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da seguinte documentação:

a. Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. A Certidão deve estar atualizada, ou seja, emitida a menos de 120 (cento e vinte) dias da data marcada para a abertura da presente Licitação.

b. Declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, conforme o modelo do Anexo III, do presente Edital.

2.5.3 Os documentos para fins de comprovação da condição de

microempresa e empresa de pequeno porte deverão ser apresentados fora dos envelopes, no ato de credenciamento das empresas participantes.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Fica a critério do licitante se fazer representar ou não na sessão.

3.2. A empresa participante deste processo licitatório que enviar representante legal deverá, até o horário indicado no preâmbulo deste Edital, apresentar-se ao Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, apresentando os seguintes documentos, em cópia autenticada ou cópia e respectivo original (em mãos) para autenticação:

a) Caso o representante seja sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente deverá apresentar:

Cópia do ato constitutivo ou do contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

Cópia da cédula de identidade;

Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

b) Caso o representante seja preposto da empresa proponente, deverá apresentar:

Instrumento procuratório ou Carta de Credenciamento de acordo com o Anexo IV deste Edital;

Cópia da cédula de identidade;

Cópia do ato constitutivo ou contrato social;

Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

c) Caso a empresa tenha o Certificado de Registro Cadastral - CRC da Prefeitura Municipal e desde que o mesmo esteja dentro do prazo de validade:

Cópia do Certificado de Registro Cadastral - CRC;

Instrumento procuratório ou Carta de Credenciamento, de acordo com o Anexo IV deste Edital, caso o representante seja preposto da empresa;

Cópia da cédula de identidade, do representante da empresa;

Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

3.3. O não comparecimento do titular e/ou do representante credenciado não enseja a inabilitação, nem a desclassificação do Licitante. A empresa que não se fizer representar participará do certame apenas com a sua proposta escrita.

3.4. A empresa que não se fizer representar fica automaticamente impedida de participar da fase de competição com lances verbais, da negociação de preços e de se manifestar motivadamente sobre os atos da Administração, decaindo, em consequência do direito de interpor recurso.

3.5. Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um Licitante.

3.6. Os documentos de credenciamento, os quais farão parte do presente processo de licitação, deverão ser entregues separadamente dos envelopes da Proposta e da Documentação.

3.7. Far-se-á o credenciamento até o horário estipulado para o início da sessão de processamento do pregão.

4. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação deverá ser apresentada de acordo com modelo estabelecido no Anexo V, fora dos envelopes nº 01 e 02.

4.2. Caso o referido documento não seja apresentado na forma estabelecida acima, o Pregoeiro poderá suprir tal formalidade através de declaração a ser firmada pelo representante legal do participante durante a sessão, desde que o mesmo tenha poderes para firmá-la.

4.3. A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes lacrados e

rubricados, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA
CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº ____/2014 - EDITAL PP Nº ____/2014
EMPRESA PROPONENTE:

ENVELOPE 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº ____/2014 - EDITAL PP Nº ____/2014
EMPRESA PROPONENTE:

5. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE 01 "DA PROPOSTA"

5.1. O Envelope nº 01 "Da Proposta" deverá conter os seguintes elementos:

5.1.1. Carta proposta, na forma impressa, de acordo com o modelo do Anexo II, contendo:

- 5.1.1.1. Razão social da empresa, CNPJ, endereço e telefone;
- 5.1.1.2. Preço unitário e total do item cotado e valor global da proposta, em moeda corrente nacional, incluso de taxas, fretes, impostos e descontos, conforme o caso, não sendo admitidos quaisquer outros adicionais ou supressões, após a abertura dos envelopes. Os preços unitários poderão ser cotados com até 02 (dois) dígitos após a vírgula;
- 5.1.1.3. Especificações pertinentes ao objeto desta licitação;
- 5.1.1.4. Local e data;
- 5.1.1.5. Assinatura do representante legal da proponente.

5.2. Não será admitida cotação inferior às quantidades previstas no Anexo II deste Edital.

5.3. Havendo divergência entre o valor unitário e o valor total cotados, será considerado, para fins de julgamento das propostas, o primeiro.

5.4. Para a proposta apresentada será considerado o prazo de validade de 60 (sessenta) dias, independentemente de declaração expressa.

5.5. A empresa vencedora fica submetida aos prazos especificados no presente Edital, independentemente de declaração expressa.

5.6. A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal do licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.

5.7. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexecutável, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os produtos ser fornecidos sem ônus adicionais.

5.8. O Pregoeiro considerará como formais erros e outros aspectos que não impliquem em nulidade do procedimento.

5.9. Com fundamento no inciso I do art. 48 da Lei nº 8.666/93, consolidada, serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste Edital.

5.10. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica em submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos.

5.11. Vícios, erros e/ou omissões, que não impliquem em prejuízo para o Município, poderão ser considerados pelo Pregoeiro, como meramente formais, cabendo a este agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

5.12. O Orçamento Estimado dos Itens da Licitação está transcrito no Anexo II do Edital, sendo desclassificadas as propostas que fixarem valores unitários superiores aos indicados, bem como as propostas cujo valor global seja superior a R\$ 47.120,00 (quarenta e sete mil cento e vinte reais).

6. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE 02 "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

Para a habilitação no presente processo os interessados deverão apresentar no Envelope 02 - Documentos de Habilitação, os documentos a seguir relacionados:

Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, consolidado ou original acompanhado das alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.1.1.1. A empresa que apresentar, conforme o subitem 3.2 deste edital, o Ato Constitutivo/Contrato Social no ato de credenciamento do seu representante para participação da presente Licitação, fica dispensada de apresentá-lo dentro do envelope da habilitação. Cópia do Cartão de Inscrição no CNPJ/MF, expedido no máximo há sessenta dias contados da data limite para entrega dos envelopes; Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, bem como para com a Fazenda Estadual e Municipal; Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS); Certificado de Regularidade perante o FGTS - CRF; Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

No caso de comarca com mais de um Cartório Distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores; Declaração expressa pela proponente atestando que a mesma goza de boa situação financeira, dispondo dos índices de liquidez geral - ILG, de solvência geral - ISG e de liquidez corrente - ILC, iguais ou superiores a 1,0, conforme Balanço Patrimonial do último exercício financeiro, exigível a apresentado na forma da lei. Na referida declaração deverá constar a assinatura do administrador e do contador da empresa com a devida identificação.

Apresentação de Atestado de fiel cumprimento, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente implantou e que mantém em funcionamento sistemas similares aos solicitados no presente edital.

6.1.9. Atestado fornecido pelo órgão licitante, de que a empresa licitante recebeu este edital, tomando conhecimento de todas as informações e das condições locais onde serão executados os serviços para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, inclusive acerca da compatibilidade da solução proposta com os demais softwares de gestão tributária atualmente em uso no órgão licitante (Anexo VII). A visita poderá ser agendada pelo telefone (48) 3242-1501, com o Sr. Denis Matos, em dias e horários considerados úteis, devendo ser agendada até às 13h00min do dia útil anterior ao da apresentação das propostas.

6.1.10. Declaração expressa da empresa licitante, sob as penas cabíveis, que não existem quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de seus órgãos descentralizados.

6.1.11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943.

6.1.12. Declaração de inexistência em seu quadro de pessoal, de menores, na forma do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal

6.1.13. Declaração da proponente, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, de que a solução a ser proposta atende integralmente às exigências técnicas do edital.

6.2. Os documentos descritos nos subitens 6.1.1 ao 6.1.7 acima, poderão ser substituídos, em todo ou em parte, pela apresentação do Certificado de Registro Cadastral atualizado, emitido pela Câmara Municipal, observadas as datas de validade da documentação

nele relacionada. Caso ocorra o vencimento de qualquer um dos documentos, este deverá ser apresentado atualizado junto com o Certificado.

6.3. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, fotocópia autenticada em Cartório, ou ainda, fotocópia acompanhada do original, que poderá ser conferida e autenticada por servidor municipal.

6.3.1. As empresas que quiserem autenticar documentos junto a Câmara de Palhoça deverão apresentá-los acompanhados dos originais, preferencialmente, até três dias corridos antes do prazo de entrega da documentação e proposta, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 18:00 horas, junto ao Setor de Compras e Licitação da Câmara Municipal, na Rua: Joci José Martins, 101, Residencial Pagani, Palhoça/SC.

6.4. A Equipe de Apoio do Pregão poderá proceder à consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET.

6.5. Não serão considerados os documentos apresentados por telex, telegrama, fax ou e-mail.

6.6. No caso de apresentação de certidões das quais não conste o prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da emissão dos mesmos.

6.7. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, observando-se o disposto no subitem 7.18.7 e seguintes do presente Edital.

7. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

7.1. O credenciamento dos interessados em participar do certame, assim como, o recebimento da proposta de preços e dos documentos de habilitação ocorrerá até o horário marcado para início da sessão de processamento do pregão e no local indicados no preâmbulo deste Edital.

7.1.1. Ultrapassado o prazo previsto acima estará encerrado o credenciamento, bem como o recebimento dos envelopes e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

7.2. Após o credenciamento, será aberta a sessão de processamento do pregão, momento em que os licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo V do Edital.

7.3. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

7.3.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem quaisquer das exigências deste Edital ou que se opuserem a quaisquer dispositivos legais vigentes, bem como aquelas que consignarem preços simbólicos, irrisórios, de valor zero, manifestamente inexequíveis ou financeiramente incompatíveis com o objeto da licitação, e ainda, àquelas que consignarem vantagens não previstas ou baseadas em oferta das demais licitantes.

7.3.2. Não será motivo de desclassificação, simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a Administração.

7.4. As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

a. Seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

b. Não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.5. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem

decrecente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

7.5.1. O licitante sorteado em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

7.6. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

7.7. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

7.8. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado, observando-se, quando aplicável, a Lei Complementar nº 123/2006.

7.9. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

7.10. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do preço oferecido, decidindo motivadamente a respeito.

7.10.1. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

7.11. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

7.11.1. Quando houver mais de um item a ser licitado, o envelope dos documentos de habilitação será aberto após o final da etapa de lances de todos os itens.

7.12. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.

7.13. Se a oferta não for aceitável, ou se o licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

7.14. Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos Licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos.

7.15. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os Licitantes presentes.

7.16. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os Licitantes presentes.

7.17. Para o bem dos serviços, o Pregoeiro, se julgar conveniente, reserva-se do direito, de suspender a licitação, em qualquer uma das suas fases, para efetivar as análises indispensáveis e desenvolver as diligências que se fizerem necessárias, internamente, condicionando a divulgação do resultado preliminar da etapa que estiver em julgamento, à conclusão dos serviços.

7.18. Da preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte

7.18.1. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

7.18.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço.

7.18.3. No caso de empate entre duas ou mais propostas proceder-se-á da seguinte forma:

a. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado

em seu favor o objeto licitado.

b. Não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma da alínea "a" do subitem 7.18.3, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.18.2 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.18.2 deste Edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que, primeiro, poderá apresentar melhor oferta.

7.18.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na alínea "a" do subitem 7.18.3, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.18.5. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.18.6. O disposto no subitem 7.18.3 e suas alíneas somente se aplicarão quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. Nesse caso o desempate entre duas ou mais propostas, e não havendo lances, será efetuado mediante sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão.

7.18.7. A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.18.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, à mesma, o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Certidão Negativa.

7.18.7.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 7.18.7.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.18.8. A empresa que não comprovar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no ato de credenciamento de acordo com o disposto no subitem 2.7, não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006.

7.19. O Senhor Pregoeiro, a qualquer tempo e a seu critério, deverá efetuar diligências, solicitando das proponentes, esclarecimentos e/ou informações complementares, apresentação de portfólios, prospectos, amostras, etc., dos serviços cotado(s) para melhor avaliação ou teste, antes da definição do julgamento final deste certame, dessa forma após credenciamento e lances, a empresa que ficou classificada terá 3(três) dias para apresentar os serviços cotados, que será analisado pelo setor de TI, se o serviço não estiver de acordo com o solicitado no Edital a empresa será desclassificada e será chamada a 2ª colocada, assim sucessivamente.

8. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

8.1. No final da sessão, o licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

8.2. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante

importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante vencedor e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

8.3. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

8.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento.

8.5. A adjudicação será feita pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

8.5.1. A adjudicação do objeto à proponente vencedora ficará vinculada à demonstração e comprovação de que os sistemas ofertados atendem plenamente as funcionalidades previstas no Anexo I deste Edital.

8.5.2. Quando da definição do proponente vencedor, será marcada a data para a demonstração prevista no subitem anterior.

8.5.3. Caberá ao Município designar os técnicos para a avaliação dos sistemas demonstrados.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. Fica estabelecido que com o licitante vencedor será celebrado contrato, conforme Anexo VI, que deverá ser assinado no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a partir da notificação para este fim, devendo neste ato, a Contratada indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Administração poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras informações.

9.2. A recusa injustificada da licitante em assinar o contrato dentro do prazo previsto caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando as penalidades previstas no item 11 do presente Edital.

10. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

10.1. Cabe a Câmara:

10.1.1. Tomar todas as providências necessárias à execução do presente processo de licitação;

10.1.2. Fiscalizar a execução do contrato proveniente do presente processo licitatório;

10.1.3. Efetuar o pagamento à proponente vencedora, de acordo com o item 14, deste Edital;

10.1.4. Providenciar a publicação do contrato, proveniente do presente processo até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

10.1.5. Demais disposições contidas na cláusula sétima da Minuta do Contrato (Anexo VI).

10.2. Cabe à proponente vencedora:

10.2.1. Executar o objeto da presente licitação conforme o disposto no subitem 1.2 - Da Forma de Execução e no Anexo I - Projeto Básico, deste Edital;

10.2.2. Obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade;

10.2.3. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

10.2.4. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

10.2.5. Demais disposições contidas na cláusula sétima da Minuta do Contrato (Anexo VI).

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, se o Licitante, convocado no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

11.2. O atraso injustificado no fornecimento do objeto sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), por dia de atraso.

11.2.1. A penalidade aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

12. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

1- Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;

2- Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

3- Judicialmente, nos termos da legislação vigente;

12.2. O descumprimento, por parte da proponente vencedora, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao Município o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;

12.2.1. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa;

12.3. Fica reservado ao Município o direito de rescindir total ou parcialmente o contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista à proponente vencedora, direito algum de reclamações ou indenização.

13. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, DEMAIS PRAZOS E DO ACOMPANHAMENTO

13.1. O contrato proveniente do presente processo licitatório terá vigência de 06 (seis) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ocorrer prorrogação, se de interesse das partes, por períodos iguais e sucessivos, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, observado o disposto no art. 57, IV, da Lei 8.666/93.

13.2. O prazo para assinatura do contrato será de no máximo 05 (cinco) dias após a notificação da vencedora, o que deverá ocorrer em até 03 (três) dias úteis após a homologação do certame.

13.3. O prazo para execução das etapas de conversão, implantação de todos os sistemas licitados e treinamento será de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato.

13.4. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão especial designada, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

14. DA FORMA DE PAGAMENTO, DA NOTA FISCAL, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

14.1. O pagamento mensal da locação será realizado até o primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços, importando os valores conforme a proposta apresentada no processo

de licitação, mediante a apresentação da nota fiscal e a liquidação do setor competente.

14.1.1. O pagamento dos serviços de conversão de dados, implantação e treinamento inicial será efetuado em 02 (duas) parcelas de igual valor, sendo a primeira vencível em até 10 (dez) dias, contados da conclusão do processo de implantação e conversão de dados, e a segunda, vencível em até 10 (dez) dias, contados da conclusão dos treinamentos.

14.1.2. O pagamento dos serviços eventuais de suporte técnico ou alterações específicas do órgão licitante, quando contratados, será realizado em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da respectiva nota fiscal, devidamente liquidada pelo setor competente.

14.2. Os valores contratados somente serão reajustados depois de decorrido o primeiro ano contratual, com base no índice IGP-M apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento expresso da CONTRATADA neste sentido, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste.

14.3. Os preços somente serão revisados quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela CONTRATADA.

14.4. Se o Município não efetuar o pagamento nos prazos previstos e tendo a contratada, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação segundo os mesmos critérios adotados para atualização das obrigações tributárias para com este município, nos termos do artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas provenientes da execução deste edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

3.3.90.39.11.00.00 - LOCAÇÃO DE SOFTWARES

15.2. O valor total estimado para os primeiros 06 (seis) meses da contratação é de R\$ 47.120,00 (quarenta e sete mil e cento e vinte reais).

15.3. Caso a Câmara Municipal, optar pela prorrogação do contrato, consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

15.3.1. O Município se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade das verbas previstas.

16. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

16.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

16.2. Caberá ao Chefe do Poder Executivo Municipal, revogar, anular ou homologar esta Licitação, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

16.3. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital, o licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes. Após este prazo a comunicação que venha a apontar falhas ou irregularidades que o viciaria, não terá o efeito de impugnação legal.

16.4. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei nº 8.666/93 atualizada, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e o Decreto Municipal nº 2.879/2006 e suas alterações.

16.5. No interesse da Administração Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser adiada a abertura da licitação ou alteradas as condições do Edital,

obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93, atualizada.

16.6. Integram o presente Edital:

Anexo I - Projeto Básico

Anexo II - Especificações / Modelo da Proposta / Valor de Referência

Anexo III - Declaração de Enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa

Anexo IV - Modelo da Carta de Credenciamento

Anexo V - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação

Anexo VI - Minuta do Contrato.

16.7. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, através de documento formal e endereçado ao Pregoeiro da Câmara Municipal de Palhoça.

16.7.1. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

16.8. Para dirimir questões decorrentes do presente processo licitatório fica eleito o Foro da Comarca de Palhoça (SC), por mais privilegiado que outro possa ser.

Palhoça (SC), 13 de junho de 2014.

Câmara Municipal de Palhoça

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 15/2014

EDITAL PP Nº 010/2014

ANEXO I

PROJETO BÁSICO

A - DETALHAMENTO DO OBJETO

1. Contratação de empresa especializada em sistemas de informática para Locação de sistemas;

2. Serviços de conversão, instalação, implantação e treinamento;

3. Serviços de suporte técnico, quando solicitado;

4. Serviços de manutenção legal e corretiva dos sistemas implantados.

B - SERVIÇOS CORRELATOS E CONDIÇÕES DE SEU RECEBIMENTO.

Os serviços, objeto desta licitação, também compreendem:

Migração das Informações em Uso.

1.1. A conversão/migração e o aproveitamento de todos os dados cadastrais e informações dos sistemas em uso são de responsabilidade da empresa proponente, com disponibilização dos mesmos pelo Município.

1.2. Ao final dos serviços de conversão, comissão especialmente designada pelo Chefe do Poder Executivo fará testes visando à validação dos dados convertidos como condição essencial à liquidação e pagamento de tais serviços, sem prejuízo da aplicação de penalidades em caso de identificação futura de erros e incorreções.

1.3. O recebimento dos serviços, tratado no item anterior, se dará individualmente para cada base convertida, devendo ser obrigatoriamente ultimado com o acompanhamento do Secretário ou chefe de setor interessado, sendo que tais procedimentos deverão ser formais e instrumentalizados.

Implantação (Configuração e parametrização).

1.4. Para cada um dos sistemas/módulos licitados, quando couber, deverão ser cumpridas as atividades de: instalação, configuração e parametrização de tabelas e cadastros; adequação de relatórios e logotipos; estruturação dos níveis de acesso e habilitações dos usuários; adequação das fórmulas de cálculo para atendimento aos critérios adotados por esta municipalidade e ajuste nos cálculos, quando mais de uma fórmula de cálculo é aplicável simultaneamente.

1.5. Acompanhamento dos usuários no prédio sede da Câmara, em tempo integral na fase de implantação do objeto e pelo período de 30 (trinta) dias após a conclusão dos serviços de implantação e treinamento.

1.6. Na implantação dos sistemas acima discriminados, deverão ser cumpridas, quando couber, as seguintes etapas:

a. Entrega, instalação e configuração dos sistemas licitados;

b. Customização dos sistemas;

c. Adequação de relatórios, telas, layouts e logotipos;

d. Parametrização inicial de tabelas e cadastros;

e. Estruturação de acesso e habilitações dos usuários;

f. Adequação das fórmulas de cálculo para atendimento aos critérios adotados pela Câmara de Palhoça;

g. Ajuste de cálculo, quando mais de uma fórmula de cálculo é aplicável simultaneamente.

1.7. O recebimento dos serviços de implantação se dará mediante aceite formal e individual dos sistemas licitados, devendo ser obrigatoriamente antecedido de procedimentos de validação pelo secretário ou chefe de setor onde o sistema foi implantado, sendo que estes deverão ser formais e instrumentalizados em observância às exigências técnicas do edital.

1.8. Todas as decisões e entendimentos havidos entre as partes durante o andamento dos trabalhos e que impliquem em modificações ou implementações nos planos, cronogramas ou atividades pactuados, deverão ser previa e formalmente acordados e documentados entre as partes.

1.9. A empresa contratada responderá pelas perdas, reproduções indevidas e/ou adulterações que por ventura venham a ocorrer nas informações da CONTRATANTE, quando estas estiverem sob sua responsabilidade.

1.10. A empresa contratada e os membros da equipe guardarão sigilo absoluto sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham a ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas no contrato, respondendo contratual e legalmente pela inobservância desta alínea, inclusive após o término do contrato.

2. Treinamento e Capacitação.

A empresa contratada deverá apresentar o Plano de Treinamento ao Departamento de Informática, com no mínimo, 60 (sessenta) horas, que deverá ser realizado dentro do prazo de implantação, compreendendo o uso das funções do sistema pertencente a sua área de responsabilidade, conhecimento sobre as parametrizações a serem usadas, uso das rotinas de segurança, de back-up e resstores, rotinas de simulação e de processamento, conforme tabela abaixo:

SISTEMA	Nº DE USUÁRIOS	CARGA HORÁRIA
Contabilidade Pública	05	08
Compras e Licitação	05	16
Patrimônio	05	06
Folha de Pagamento	05	16

Controle de Processo		
Legislativo	02	06
Recursos Humanos	05	08

2.1 - Os Planos de Treinamento - a serem entregues em até cinco dias contados da assinatura do contrato - ainda deverão conter os seguintes requisitos mínimos:

- Nome e objetivo de cada módulo de treinamento;
- Público alvo;
- Conteúdo programático;
- Conjunto de material a ser distribuído em cada treinamento, incluindo apostilas, documentação técnica, etc.;
- Carga horária de cada módulo do treinamento;
- Processo de avaliação de aprendizado;
- Recursos utilizados no processo de treinamento (equipamentos, softwares, filmes, slides, etc.).

2.1 -O treinamento para o nível técnico compreendendo: suporte aos Sistemas ofertados, nos aspectos relacionados ao gerador de relatórios e linguagem em que estes foram desenvolvidos, permitindo que a equipe técnica da Câmara possa efetuar checklist de problemas ocorridos antes da abertura de chamado para suporte do proponente.

2.2 As turmas devem ser dimensionadas por módulo, sendo que cada turma não poderá ter mais de 15 (quinze) participantes.

2.3 Os equipamentos disponíveis serão, no mínimo, um microcomputador para cada dois participantes, fornecidos pela CONTRATADA, podendo esta utilizar-se das dependências da Administração Municipal.

2.4 Deverá haver disponibilidade de uma impressora, na sala de treinamento, para testes de relatórios.

2.5 A contratante resguardar-se-á o direito de acompanhar, adequar e avaliar o treinamento contratado com instrumentos próprios, sendo que, se o treinamento for julgado insuficiente, caberá a contratada, sem ônus para o contratante, ministrar o devido reforço.

2.6 O recebimento dos serviços de treinamento se dará mediante aceite formal e individual dos sistemas licitados, devendo contemplar obrigatoriamente a ata dos treinamentos, assinadas pelos participantes, amostragem dos certificados emitidos e relatório de serviços emitido pela empresa contratada.

3. Suporte Técnico.

O atendimento a solicitação do suporte deverá ser realizado na sede da Câmara, por técnico apto a prover o devido suporte ao sistema, com o objetivo de:

3.1 Esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos sistemas;

3.2 Auxílio na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos, desde que não exista backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança;

3.3 Treinamento dos usuários da Administração Municipal na operação ou utilização do sistema em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc.,

3.4 Elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos sistemas após a implantação e utilização dos mesmos, como: gerar/validar arquivos para Órgão Governamental,

Instituição Bancária, Gráfica, Tribunal de Contas, auxílio na legislação, na contabilidade e na área de informática, entre outros.

3.5 Será aceito suporte aos sistemas licitados via acesso remoto mediante autorização previa, sendo de responsabilidade da contratada o sigilo e segurança das informações, devendo ser garantido atendimento para pedidos de suporte telefônico no horário das 8h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira.

3.6 O recebimento dos serviços de suporte técnico in loco se dará mediante liquidação, pelo setor competente, dos serviços indicados em documento próprio da proponente, que pormenorizadamente relate os serviços prestados e o tempo despendido para tanto.

C - RECURSOS COMPUTACIONAIS.

Os sistemas propostos deverão rodar:

Arquitetura operacional	CLIENTE/SERVIDOR - THIN CLIENT
Protocolo de comunicação de rede	TCP/IP
Sistema operacional do servidor	WINDOWS ou LINUX
Sistema operacional cliente (estações)	WINDOWS 95/98 e posteriores ou Thinclient acessando serviços de terminal remoto do servidor WTS.
Quando em ambiente web (Data-center)	Rodar a partir do INTERNET EXPLORER 6.0 ou posterior, em Datacenter sob total responsabilidade da proponente.

Os sistemas propostos deverão rodar com a seguinte configuração mínima de hardware:

Hardware servidor	DUAL CORE COM 4.0 GHZ - 4GB RAM
Hardware cliente	PENTIUM III COM 900 MHZ - 512MB RAM

D - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DOS SISTEMAS/MÓDULO

SISTEMA DE CONTABILIDADE PÚBLICA

1.1. O Sistema de Contabilidade Pública deverá registrar todos os fatos contábeis ocorridos e possibilitar o atendimento à legislação vigente, à análise da situação da administração pública, e a obtenção de informações contábeis e gerenciais necessárias à tomada de decisões.

1.2. Efetuar a escrituração contábil nos sistemas Financeiro, Patrimonial e de Compensação em partidas dobradas e no Sistema Orçamentário em partidas simples, de conformidade com os artigos 83 a 106 da Lei 4.320/64, inclusive com registro em livro Diário.

1.3. Possibilitar a integração com o Sistema de Compras.

1.4. Gerar relatórios gerenciais de Receita, Despesa, Restos a Pagar, Depósitos de Diversas Origens, Bancos e outros, de acordo com o interesse do Tribunal de Contas, bem como Boletim Financeiro Diário.

1.5. Elaborar os anexos e demonstrativos do balancete mensal e do balanço anual, na forma da Lei 4.320/64, Lei Complementar 101/00 - LRF e Resolução do Tribunal de Contas.

1.6. Gerar os razões analíticos de todas as contas integrantes dos Sistemas Financeiro, Patrimonial e de Compensação.

1.7. Permitir informar documentos fiscais na Ordem de Pagamento.

1.8. Possibilitar a consulta ao sistema, sem alterar o cadastro original

1.9. Possibilitar o registro de empenhos por Estimativa, Global e Ordinário.

1.10. Possibilitar o registro de Sub-empenhos sobre o empenho Global.

1.11. Possibilitar a anulação dos empenhos por estimativa no final do exercício, visando a não inscrição em Restos a Pagar.

1.12. Possibilitar a anulação total e parcial do empenho e o cancelamento da anulação.

1.13. Possibilitar o controle do pagamento de Empenho, Restos a Pagar e Despesas Extras, em contrapartida com várias Contas Pagadoras.

1.14. Possibilitar inscrever automaticamente no Sistema de Compensação dos empenhos de Adiantamentos, quando da sua concessão e o lançamento de baixa respectivo, quando da prestação de contas.

1.15. Controlar o prazo de vencimento dos pagamentos de empenhos, emitindo relatórios de parcelas a vencer e vencidas, visando o controle do pagamento dos compromissos em ordem cronológica.

1.16. Possibilitar o registro do pagamento total ou parcial da despesa e a anulação do registro de pagamento, fazendo os lançamentos necessários.

1.17. Possibilitar a inclusão de vários descontos, tanto no fluxo extra-orçamentário como no orçamento, com registros automáticos nos sistemas orçamento e financeiro.

1.18. Fazer os lançamentos de receita e despesa automaticamente nos Sistemas Financeiro, Orçamentário, Patrimonial e de compensação, conforme o caso.

1.19. Efetuar o lançamento do cancelamento de restos a pagar em contrapartida com a receita orçamentária, em rubrica definida pelo usuário.

1.20. Possibilitar o controle de Restos a Pagar em contas separadas por exercício, para fins de cancelamento, quando for o caso.

1.21. Executar o encerramento do exercício, com todos os lançamentos automáticos e com a apuração do resultado.

1.22. Emitir Notas de Pagamento, de Despesa extra, de Empenhos e de Sub-empenhos.

1.23. Emitir ordens de Pagamento de Restos a Pagar, Despesa Extra e de Empenho.

1.24. Possibilitar a consolidação dos balancetes financeiro das autarquias juntamente com o balancete financeiro da Câmara.

1.25. Possibilitar que cada unidade orçamentária processe o respectivo empenho.

1.26. Possibilitar o controle de despesa por tipo relacionado ao elemento de despesa.

1.27. Cadastrar e controlar as dotações constantes do Orçamento do Município e das decorrentes de créditos adicionais especiais e extraordinários.

1.28. Cadastrar e controlar os Créditos Suplementares e as anulações de dotações.

1.29. Registrar empenho global, por estimativa, ordinário e sub-empenho.

1.30. Registrar anulação parcial ou total de empenho.

1.31. Registrar bloqueio e desbloqueio de dotações.

1.32. Elaborar demonstrativo do excesso de arrecadação e do excesso de arrecadação pela tendência do exercício.

1.33. Controlar as dotações orçamentárias, impossibilitando a utilização de dotações com saldo insuficiente para comportar a despesa.

1.34. Emitir as planilhas que formam o Quadro de Detalhamento da Despesa.

1.35. Possibilitar consultar ao sistema sem alterar o cadastro original.

1.36. Gerar relatórios gerenciais de execução da despesa, por credores, por classificação, por período de tempo e outros de interesse do Município.

1.37. Gerar relatórios de saldos disponíveis de dotações, de saldos de empenhos globais e outros de interesse do Município.

1.38. Possibilitar iniciar os movimentos contábeis no novo exercício mesmo que o anterior ainda não esteja encerrado, possibilitando a atualização automática dos saldos contábeis no exercício já iniciado.

1.39. Emitir Notas de Empenho, Sub-empenhos, Liquidação,

Ordens de Pagamento, Restos a pagar, Despesa extra e suas respectivas notas de anulação, possibilitando sua emissão por intervalo e/ou aleatoriamente.

1.40. Permitir a anulação total e parcial do empenho, ordens de pagamento, nota de despesa extra-orçamentária e o cancelamento da anulação, possibilitando auditoria destas operações.

1.41. Emitir relatórios padrão TCE-SC para solicitação de Certidão Negativa.

1.42. Possibilitar que cada unidade orçamentária processe o respectivo empenho.

1.43. Possibilitar o controle de despesa por tipo relacionado ao elemento de despesa, permitindo a emissão de relatórios das despesas por tipo.

1.44. Permitir o cadastramento de fonte de recurso com identificador de uso, grupo, especificação e detalhamento, conforme Portaria da STN ou Tribunal de Contas do Estado.

1.45. Cadastrar e controlar as dotações constantes no Orçamento do Município e as decorrentes de Créditos Adicionais Especiais e Extraordinários.

1.46. Permitir que nas alterações orçamentárias possa se adicionar diversas dotações e subtrair de diversas fontes para um mesmo decreto.

1.47. Registrar bloqueio e desbloqueio de valores nas dotações, inclusive com indicação de tipo cotas mensais e limitação de empenhos.

1.48. Elaborar demonstrativo do excesso de arrecadação e do excesso de arrecadação pela tendência do exercício, e com possibilidade de emissão consolidada, e agrupando por recurso.

1.49. Controlar as dotações orçamentárias, impossibilitando a utilização de dotações com saldo insuficiente para comportar a despesa.

1.50. Emitir as planilhas que formam o Quadro de Detalhamento da Despesa.

1.51. Gerar relatórios gerenciais de execução da despesa, por credores, por classificação, por período de tempo e outros de interesse do Município.

1.52. Gerar relatórios de saldos disponíveis de dotações, de saldos de empenhos globais e outros de interesse do Município.

1.53. Efetuar o controle automático dos saldos das contas, apontando eventuais estouros de saldos ou lançamentos indevidos.

1.54. Efetuar o acompanhamento do cronograma de desembolso das despesas para limitação de empenho, conforme o artigo 9º da Lei 101/00 - LRF, de 04 de maio de 2000.

1.55. Possuir relatório para acompanhamento das metas de arrecadação, conforme o art. 13 da Lei 101/00 - LRF de 04 de maio de 2000.

1.56. Possuir processo de encerramento mensal, que verifique eventuais divergências de saldos, e que após o encerramento não possibilite alterações em lançamentos contábeis já efetuados.

1.57. Possuir cadastros de Convênios e Prestação de Contas de Convênio, Contratos e Caução.

1.58. Emitir relatórios demonstrativos dos gastos com Educação, Saúde e Pessoal, com base nas configurações efetuadas nas despesas e nos empenhos.

1.59. Emitir os relatórios da Contas Públicas para publicação, conforme IN 28/99 do TCU e Portaria 275/00;

1.60. Emitir relatórios: Pagamentos Efetuados, Razão da Receita, Pagamentos em Ordem Cronológica, Livro Diário, Extrato do Credor, Demonstrativo Mensal dos Restos a Pagar, Relação de Restos a Pagar e de Cheques Compensados e Não Compensados.

1.61. Possibilitar que os precatórios sejam relacionados com a despesa destinada ao seu pagamento.

1.62. Permitir gerar arquivos para o sistema do Tribunal de Contas do Estado referente aos atos administrativos, dados contabilizados, dados financeiros e dados do orçamento.

1.63. Gerar relatório para conferência de inconsistências a serem corrigidas no sistema antes de gerar os arquivos para os Tribunais de Contas.

1.64. Emitir relatórios com as informações para o SIOPS, no

mesmo formato deste.

1.65. Emitir relatórios com as informações para o SIOPE, no mesmo formato deste.

1.66. Gerar os arquivos conforme o MANAD - Manual Normativo de Arquivos Digitais para a Secretaria da Receita da Previdência.

1.67. Permitir o cadastramento de devolução de receita utilizando rubricas redutoras conforme Manual de Procedimentos da Receita Pública da STN.

1.68. Permitir que seja feita a contabilização do regime próprio de previdência em conformidade com a Portaria 916 do ministério de previdência, com emissão dos respectivos demonstrativos.

1.69. Possibilitar a emissão de relatório com as deduções para o Imposto de Renda.

1.70. Possibilitar a emissão de gráficos comparativos entre a receita prevista e arrecadada e a despesa fixada e realizada.

1.71. Possuir rotina de emissão de cheques para pagamento das despesas, com a possibilidade de efetuar a baixa no momento do pagamento ao fornecedor.

SISTEMA DE COMPRAS.

1.72. Possibilitar o acompanhamento dos processos licitatórios desde a preparação até seu julgamento, registrando as etapas de:

- a. Publicação do processo;
- b. Emissão do mapa comparativo de preços;
- c. Emissão das Atas referente Documentação e Julgamento das propostas;
- d. Interposição de recurso;
- e. Anulação e revogação;
- f. Impugnação; Parecer da comissão julgadora;
- g. Parecer jurídico;
- h. Homologação e adjudicação;
- i. Autorizações de fornecimento;
- j. Contratos e aditivos;
- k. Liquidação das autorizações de fornecimento;
- l. Gerar empenhos para a contabilidade e liquidação dos empenhos

1.73. Possibilitar a separação dos itens do processo e suas respectivas quantidades por centro de custo e por despesa.

1.74. Permitir montar os itens do processo administrativo, processo licitatório e coleta de preços por lotes.

1.75. Permitir cadastrar fornecedores, informando: Ramos de atividade - Documentos e certidões negativas - Materiais fornecidos.

1.76. Emitir Certificado de Registro Cadastral com numeração seqüencial.

1.77. Permitir utilizar código de materiais por grupo e classe com definição da máscara ou de forma seqüencial, ou seqüencial com grupo e classe.

1.78. Possuir cadastro de materiais para informar: Material perecível; Material estocável; Material de consumo ou permanente; tipo do combustível; Descrição; Grupo e classe; Dados da última compra como: data, quantidade, preço e fornecedor.

1.79. Permitir agrupar várias solicitações de compras dos diversos setores para um novo processo licitatório, compra direta ou processo administrativo automaticamente.

1.80. Controlar as solicitações de compra, não permitindo que usuários de outros centros de custo acessem ou cadastrem solicitações não pertencentes ao seu centro de custo e que a quantidade de cada item possa ser dividida por uma ou mais despesas.

1.81. Controlar despesas realizadas e a realizar de uma mesma natureza, para que não ultrapasse os limites legais estabelecidos para cada modalidade de licitação.

1.82. Permitir o controle de gastos por unidade orçamentária através de limites mensais preestabelecidos pelo usuário.

1.83. Controlar a data de validade das certidões negativas e outros documentos dos fornecedores, com emissão de relatório por fornecedor contendo a relação das negativas vencidas/por vencer.

1.84. Permitir a integração com sistema de contabilidade, efetuando os seguintes processos:

a. Bloqueio do valor da licitação, da compra direta ou do termo aditivo;

b. Gerar empenhos e liquidações;

c. Atualizar dados cadastrais de fornecedores e da despesa.

1.85. Permitir o desbloqueio do saldo remanescente da despesa na geração do último empenho do processo.

1.86. Possibilitar integração com o sistema tributário para consultar os débitos dos participantes no processo licitatório ou na compra direta.

1.87. Permitir a gravação, em meio magnético, dos itens do processo licitatório para fornecedores digitar o preço de cada item com leitura dos preços informados e preenchimento automático no cadastro de itens do processo, exibindo os itens em lista ou separados por lotes.

1.88. Possibilitar consultas de preços, por materiais ou por fornecedores, praticados em licitações ou despesas anteriores.

1.89. Permitir a consulta dos fornecedores de determinado material ou ramo de atividade.

1.90. Permitir identificar em quais processos licitatórios determinado fornecedor participou, visualizando sua situação em cada item do processo.

1.91. Possibilitar a emissão da autorização de compra ou fornecimento por centro de custo, por dotação ou global.

1.92. Emitir todos os relatórios exigidos por Lei, como por exemplo: Termo de abertura e autorização do processo licitatório; Parecer jurídico e contábil; Publicação do edital; Atas do pregão; Emissão de contratos; Notas de autorização de fornecimento;

1.93. Emitir o Edital de Licitação.

1.94. Controlar as quantidades entregues parcialmente pelo fornecedor, possibilitando a emissão de relatório de forma resumida e detalhada, contendo as quantidades entregues, os valores e o saldo pendente.

1.95. Possibilitar a gravação, em meio magnético dos itens da coleta de preço para cotação pelos fornecedores com leitura dos preços informados e preenchimento automático dos preços dos itens.

1.96. Permitir o cadastro de compras diretas, informando: Data da Compra; Fornecedor; Centro de Custo; Objeto da Compra; Local de Entrega e Forma de Pagamento

1.97. Gerar Processos Administrativos ou compra direta pelo preço médio ou menor preço cotado do Registro de Preços.

1.98. Gerar entrada do material no almoxarifado a partir da liquidação visualizando a movimentação no estoque.

1.99. Permitir criar e editar modelos de editais, contratos, autorização de compras, atas e outros relatórios desejados a partir dos modelos existentes no sistema.

1.100. Permitir gerar arquivos para Tribunal de Contas de Santa Catarina relativos as licitações.

1.101. Permitir que os centros de custos requisitantes de cada item do processo licitatório, seja levado para o contrato de aditivo.

1.102. Manter histórico das alterações do contrato, informando o de tipo alteração (acréscimo, diminuição, equilíbrio econômico financeiro, prorrogação, rescisão) e se foi unilateral ou bilateral.

1.103. Registrar a rescisão do contrato ou aditivo, informando: motivo, data do termo e da publicação, valor da multa e indenização, fundamento legal e imprensa oficial.

1.104. Permitir registrar a suspensão ou rescisão de contrato, controlando a data limite da situação de inabilitado.

1.105. Possibilitar copiar os itens de um outro processo licitatório, já cadastrado.

1.106. Possibilitar copiar os itens de uma outra compra direta.

1.107. Permitir agrupar os itens do processo licitatório por centro de custos.

1.108. Permitir alterar a data de emissão das autorizações de fornecimento.

1.109. Possuir cronograma de pagamentos dos contratos, possibilitando controlar a situação (pago, vencido ou a vencer).

1.110. Possuir cronograma de entrega dos itens dos contratos, controlando a situação (entregue, vencido a vencer).

1.111. Controlar as solicitações de compra pendentes, liberadas

e reprovadas.

1.112. Emitir relação das licitações informando: Data e hora de abertura, Número, Modalidade, Membros da comissão e Objeto a ser licitado.

1.113. Permitir o cadastro de comissões Permanente; Especial; Servidores; Pregoeiros; Leiloeiros, informando o ato que a designou, datas de designação e expiração, com membros e funções designadas.

1.114. Possuir rotina para classificação das propostas do pregão presencial conforme critérios de classificação determinados pela legislação (Lei 10.520/2002).

1.115. Permitir efetuar lances para a modalidade pregão presencial com opção de desistência e rotina de reabertura de itens e/ou lotes para nova etapa de lances.

1.116. Possibilitar a emissão da ata do pregão presencial e histórico dos lances.

1.117. Possibilitar a utilização de critérios de julgamento das propostas em relação à microempresa e empresa de pequeno porte, de acordo com lei complementar 123/2006.

1.118. Permitir parametrização para numerar a licitação de forma sequencial ou por modalidade, possibilitando alterar a numeração sugerida pelo sistema.

1.119. Relatórios para divulgação na internet, conforme lei 9.755/98 e Demonstrativo das compras efetuadas conforme art. 16 da Lei 8.666/93.

1.120. Possibilitar a configuração das assinaturas que serão exibidas nos relatórios.

1.121. Dispor as Leis 8.666/93 e 10.520/2002 para eventuais consultas diretamente no sistema.

SISTEMA DE PATRIMÔNIO.

1.122. Ter cadastro para os bens móveis e imóveis do órgão, com a identificação dos bens recebidos em doação, em comodato, permuta e outras incorporações.

1.123. Permitir o controle de transferência de bens entre os diversos órgãos da Câmara assim como os seus responsáveis.

1.124. Permitir cadastrar contas do tipo crédito/débito e classificá-las por bens móveis e imóveis.

1.125. No cadastro de bens visualizar a situação do bem (ativo, baixado, etc.) além do estado de conservação (bom, ótimo, regular).

1.126. Permitir cadastro de conversão de moedas, para cadastrar bens adquiridos em outras épocas convertendo automaticamente para o valor atual ao cadastrar o bem.

1.127. Permitir informar no cadastro do bem o processo licitatório o qual o bem foi adquirido.

1.128. No cadastro de bens visualizar o valor de aquisição do bem, o total de valorizações e depreciações do bem mostrando também o valor atual do bem

1.129. Permitir a reavaliação (valorizações/depreciações) dos bens de forma individual e geral.

1.130. Permitir o estorno de correções feitas indevidamente

1.131. Não permitir alteração no valor original do bem cadastrado,

1.132. Efetuar baixas múltiplas por contas, departamentos, unidade administrativa e bens.

1.133. Controlar o envio do bem para manutenção possibilitando gerar transferências para outra unidade administrativa após voltar da manutenção.

1.134. Permitir a inclusão de novos campos no cadastro do bem para registro de informações adicionais.

1.135. Emitir relatório identificando o bem, último valor, conta ao qual ele pertence, o responsável pelo bem, número patrimonial e a data de aquisição.

1.136. Emitir o termo de responsabilidade da guarda dos bens por responsável.

1.137. Emitir relatório com bens a inventariar para conferência de sua localização por responsável e unidade administrativa.

1.138. Emitir relatórios dos bens em inventário, termo de abertura e encerramento do inventário.

1.139. Permitir a geração/leitura de etiquetas com código de barra
1.140. Efetuar depreciações anuais por conta, por natureza.

SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO.

1.141. Possuir cadastro único de pessoas para todas as rotinas deste sistema.

1.142. Possuir validação do dígito verificador de inscrições do PIS/PASEP e CPF no cadastro de pessoas.

1.143. Ter controle para dependentes, com datas de vencimento para salário-família e para da relação de dependência para o IRRF.

1.144. Controlar a lotação e localização física dos servidores.

1.145. Ter cadastro ilimitado de servidores com todos os campos exigidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e possibilite, inclusive, a dispensa do livro de registro dos servidores, conforme Portaria Nº. 1.121, de 8 de Novembro de 1995.

1.146. Permitir que o usuário controle até quatro tipos de previdência para um mesmo servidor automaticamente, sem a necessidade de manutenção todo mês.

1.147. Registrar automaticamente as movimentação de pessoal referente a admissão, demissão ou exoneração, rescisão, prorrogação de contrato, alterações salariais e de cargo, férias, aposentadoria, afastamento, funções gratificadas exercidas, através da informação do ato.

1.148. Possuir cadastro para autônomos, informando data e valor de cada serviço prestado.

1.149. Controlar os períodos aquisitivos de férias em relação a quantidade de dias disponíveis para o gozo de férias e informar a data prevista para o início do gozo de férias.

1.150. Permitir o controle dos planos previdenciários ou assistenciais a que cada servidor esteve ou está vinculado, por período, podendo registrar o número da matrícula do servidor no plano.

1.151. Permitir a criação de períodos aquisitivos configuráveis em relação ao período aquisitivo, período de gozo e cancelamentos ou suspensões dos períodos.

1.152. Permitir configurar a máscara a ser utilizada na classificação institucional de órgão, unidade e centro de custos.

1.153. Permitir a reestruturação da classificação institucional de um exercício para outro.

1.154. Permitir configurações de férias por cargo.

1.155. Controlar a escolaridade mínima exigida para o cargo.

1.156. Controlar os níveis salariais do cargo.

1.157. Permitir o controle de vagas do cargo, por secretaria.

1.158. Permitir a configuração de movimentações de pessoal, conforme a solicitação do TCE-SC.

1.159. Registrar requerimentos de aposentadorias e pensões.

1.160. Ter controle de pensionistas por morte ou judicial.

1.161. Registrar a concessão de benefícios de pensão, através da informação do ato.

1.162. Calcular automaticamente o valor da pensão, cancelando-o se informado a data de seu término.

1.163. Permitir o controle da concessão e desconto de vales transporte e mercado.

1.164. Permitir a configuração das tabelas mensais de cálculo, podendo o usuário incluir novas tabelas, definir a quantidade de faixas e, ainda, nomear essas tabelas de acordo com sua necessidade.(INSS, IRRF, salário família, entre outras).

1.165. Permitir a configuração de quais proventos e descontos devem ser considerados como automáticos para cada tipo de cálculo (mensal, férias, complementar, etc.).

1.166. Permitir a configuração de todas as fórmulas de cálculo em conformidade com o estatuto dos servidores municipais.

1.167. Possibilitar a configuração de alteração salarial conforme o estatuto do órgão.

1.168. Permitir a configuração de motivos de rescisão e respectivas verbas rescisórias, com códigos a serem gerados para RAIS, CAGED, SEFIP e saque do FGTS.

1.169. Permitir a configuração dos proventos referentes as médias e vantagens percebidas pelos servidores.

1.170. Possibilitar a configuração de afastamentos.

1.171. Permitir a configuração dos tipos de bases de cálculo utilizados.

1.172. Permitir deixar gravado a seleção/filtragem de relatórios rotineiros.

1.173. Permitir processamento para cálculo mensal, adiantamentos, cálculo complementar, 13º salário adiantado e integral.

1.174. Permitir cálculo automático de rescisão com prazo determinado.

1.175. Permitir cálculos de férias individuais e de férias coletivas.

1.176. Possuir controle de faltas para desconto no pagamento das férias.

1.177. Permitir o pagamento do 13º salário juntamente das férias.

1.178. Permitir programar o gozo e pagamento das férias antecipadamente.

1.179. Permitir cálculos de rescisões individuais, coletivas e complementares.

1.180. Permitir a reintegração ou reversão de rescisões ou aposentadorias utilizando a mesma matrícula do funcionário.

1.181. Permitir simulações, parcial ou total, da folha de pagamento, do 13º salário integral, de férias e rescisórias, para a competência atual ou futura, sem gerar os encargos sociais para o cálculo simulado.

1.182. Registrar o histórico salarial do servidor.

1.183. Calcular alterações salariais de modo coletivo, ou para níveis salariais do plano de cargos.

1.184. Permitir a inclusão e alteração de proventos e descontos lançados de modo fixo, em um período determinado, em qualquer tipo de cálculo da folha.

1.185. Calcular automaticamente todos os valores relativos ao servidor e à contribuição patronal, como IRRF, FGTS, salário família e previdência.

1.186. Emitir relatórios com resumo, extrato mensal e líquido da Folha.

1.187. Permitir a emissão de guias para pagamento de IRRF, GRFC e previdência municipal.

1.188. Gerar em arquivo as informações referentes a GRRF, a GFIP, e arquivos retificadores (RDE, RDT, RRD).

1.189. Possuir cadastro para processos judiciais e reclamações trabalhistas dos funcionários com geração do arquivo SEFIP com código de recolhimento 650.

1.190. Possibilitar informação para SEFIP dos autônomos, inclusive com percentual diferenciado no caso de transporte.

1.191. Gerar informações da folha de pagamento em arquivo para crédito em conta no banco de interesse da entidade.

1.192. Gerar em arquivo magnético a relação de todos os servidores admitidos e demitidos no mês (CAGED).

1.193. Emitir relação dos salários de contribuição e discriminação destes. Possibilitar a emissão para previdência federal, estadual e/ou municipal, Permitir a emissão de formulário para preenchimento, caso não haja informações de todas as competências necessárias.

1.194. Permitir a consulta prévia das médias e vantagens que cada servidor tem direito a receber em férias, 13º salário ou rescisão de contrato.

1.195. Emitir comparativo de valores, líquidos, de proventos e descontos, de situações dos servidores entre duas competências, inclusive com anos diferentes.

1.196. Permitir a configuração dos proventos e descontos que devem compor os valores de cada um dos campos do comprovante de rendimentos.

1.197. Emitir dos relatórios anuais necessários, como comprovante de rendimentos e ficha financeira.

1.198. Gerar os arquivos da RAIS e da DIRF, assim como o informe do comprovante de rendimentos.

1.199. Possibilitar a consulta dos proventos e descontos percebidos pelo servidor, em um período determinado pelo usuário. Permitir consultar apenas os proventos que fazem parte do comprovante de rendimentos.

1.200. Permitir consulta única do histórico funcional do servidor,

com todos os seus contratos, mostrando: períodos aquisitivos, períodos de gozo de férias, afastamentos, atestados, faltas, férias e períodos trabalhados.

1.201. Possibilitar o cadastro de movimentos anteriores à implantação do sistema para que o usuário possa gerar os relatórios anuais.

1.202. Permitir a integração com o sistema de contabilidade para geração automática dos empenhos da folha de pagamento e respectivos encargos patronais, com emissão de resumo para conferência.

1.203. Possibilitar o rateio de valores das parcelas pagas do parcelamento do FGTS para os servidores contratados a época, conforme instruções da CAIXA.

1.204. Permitir a configuração de cabeçalho e rodapé para quaisquer relatórios emitidos pelo sistema, permitindo inclusive a inserção de comentários.

1.205. Possibilitar o cadastro de movimentos anteriores à implantação do sistema para que o usuário possa gerar os relatórios anuais.

1.206. Possuir processo de progressão salarial automatizado.

1.207. Controlar a progressão funcional e promoções de cargos e manter as respectivas informações registradas no histórico funcional do servidor com os atos publicados para cada servidor ao longo de sua carreira.

SISTEMA DE CONTROLE DE PROCESSO LEGISLATIVO

1. Possuir cadastro de políticos, englobando vereadores, prefeitos e vice-prefeitos, com campos para inserção de seus dados principais e documentações, inclusive partido e declaração de bens.

2. Possuir cadastro de dados completos de funcionários.

3. Possuir cadastro de legislaturas, podendo ser cadastrado os vereadores que pertencem a mesma, as mesas diretoras, comissões permanentes e comissões temporárias, todas detalhadas com seus respectivos membros.

4. Possuir cadastro de todos os tipos de sessões, permitindo a integração com o cadastro de proposições, projetos e demais documentos que serão inseridos na sessão, para permitir uma visualização completa das matérias apreciadas em cada sessão.

5. Possuir estatísticas resumida por PERÍODO, mostrando em um período, o autor e quantos documentos ele apresentou, trazendo no final a somatória de todos os autores de documento de requerimentos, indicações, moções, projetos de lei, projetos de lei complementar, projetos de resolução, projetos de decreto, projetos de emenda a lei orgânica, substitutivos e vetos. Poderá ser emitido relatório.

6. Possuir estatísticas resumidas da SITUAÇÃO mostrando entre um período, quantos documentos foram aprovados, rejeitados, retirados, em tramitação, arquivados, vetados e urgência no final a somatória de todos os documentos de requerimentos, indicações, moções, projetos de lei, projetos de lei complementar, projetos de resolução, projetos de decreto, projetos de emenda a lei orgânica, substitutivos e vetos. Poderá ser emitido relatório.

7. Possuir estatísticas resumidas por PERÍODO mostrando entre um período, um determinado autor selecionado quantos documentos foram aprovados, rejeitados, retirados, em tramitação, arquivados, vetados e urgência no final a somatória de todos os documentos de requerimentos, indicações, moções, projetos de lei, projetos de lei complementar, projetos de resolução, projetos de decreto, projetos de emenda a lei orgânica, substitutivos e vetos. Poderá ser emitido relatório.

8. Possuir cadastro de protocolo integrado com todos os outros módulos do sistema, permitindo que no protocolo de um documento, automaticamente, o cadastro do módulo já seja inserido.

9. Permitir a alteração na forma de apresentação de numeração de protocolos, para adequação ao uso costumeiro da Casa de Leis, permitindo a numeração sequencial infinita, reiniciada a cada ano e/ou legislatura.

10. Permitir, já no cadastro de protocolo, a impressão da íntegra do documento.

11. Permitir, no ato do protocolo, a inserção dos dados da pessoa proto-

colante.

12. Possuir cadastro de documentos protocolados internamente pelo sistema, podendo o documento ser liberado ou não pelo setor de protocolo, com opção de visualizar e revisar o documento e o cadastro antes de liberar o protocolo, no cadastro principal de protocolos.

13. Possuir cadastro de emendas, subemendas e substitutivos integrados com projetos de lei, projetos de lei complementar, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo e projetos de Emenda a Lei Orgânica do Município.

14. Possuir cadastros de indicações, requerimentos e moções com opções de incluir, alterar, excluir, imprimir, integrar com documentos de imagem, documentos no formato PDF ou documentos no formato WORD, com opção para cadastrar a votação e integrados com o protocolo de documentos de respostas e com ofício(s) de encaminhamento.

15. Possuir cadastro de pareceres integrado com os projetos.

16. Possuir cadastros de projetos de lei ordinária, lei complementar, decreto legislativo, resolução e emenda à Lei Orgânica integrados com autores, categorias, pareceres, emendas, substitutivos, votação, sessões, redação final, autógrafo, vetos e leis.

17. Cadastro de moções, indicações e requerimentos com opções de incluir, alterar, excluir, imprimir, integrar com documentos de imagem, documentos no formato PDF ou documentos no formato WORD. Opção para cadastrar a votação. Integração com módulos de resposta e encaminhamento de documentos.

18. Permitir a navegação entre os cadastros do sistema, através da ligação entre os mesmos, como por exemplo, acessar os pareceres a partir dos pareceres vinculados ao projeto, o mesmo com as emendas, etc, retornando sempre ao projeto após visualizar o cadastro.

19. Controle de todas as normas legais, devendo ser integrado com os demais documentos que deram origem às mesmas, com opções de incluir, alterar, imprimir, integrar com documentos no formato PDF ou documentos no formato WORD.

20. Possibilitar a consolidação das normas legais, através de controle individual de alterações, revogações e eventuais suspensões judiciais, permitindo referenciar as alterações e também alterar o documento no formato DOC, atualizando o texto da norma legal, inserindo as alterações havidas.

21. Possibilitar o acesso a documentos integrados a determinado cadastro pelo próprio módulo do cadastro.

22. Cadastros de todos os tipos de projetos que tramitem pela Casa.

23. Integração, no cadastro de projetos, com todos os documentos que possam afetar a sua tramitação, como emendas, subemendas e substitutivos, pareceres de comissões e da assessoria jurídica, mensagens e respostas, além de permitir a inclusão de dados sobre o projeto e sua tramitação, sua votação e integração com os documentos resultantes de sua tramitação: redação final, autógrafo, veto e/ou norma legal.

24. Sistema de busca em todos os documentos, com as opções mais variadas possíveis, especialmente a busca por data, intervalo de datas, por palavra chave na ementa, por palavra(s) chave dentro do arquivo em formato acessível pelo WORD/BR OFFICE, por autoria, por categoria quando existir e tipo de documento.

25. Módulos de cadastro de todos os outros documentos que tramitam pela Casa, tais como atas das sessões, atos da Mesa, atos do Presidente, Audiências Públicas, Autógrafos, Certidões, Atestados, Declarações, Módulo para cadastro de informações colhidas pelo Departamento de Ouvidoria, Correspondências recebidas de terceiros e da administração individualizados, denúncias, editais, ofícios expedidos, requerimento para uso de tribuna livre, Ordens do Dia, Portarias, recursos, documentos recebidos do Tribunal de Contas do Estado, requisições de viagens, dentre outros.

26. Rotina de backup com opção de criar backup, restaurar backup, enviar backup para servidor online no Brasil.

27. Sistema de agendamento por horário para criação de backup automaticamente.

28. Deverá permitir a emissão de relatórios em todos os cadastros existentes.

29. Permitir a expedição de relatório contendo todo o trabalho dos políticos, de forma automática, permitindo ainda um filtro por tipo de documento, intervalo de data e por palavra chave.

30. Permitir aos usuários a alteração de suas próprias senhas, sem a necessidade de intervenção de terceiros.

31. Permitir a impressão de etiquetas de protocolo em impressoras matriciais e térmicas, inclusive com a impressão de código de barras.

32. Possuir cadastro para controle de cessão das dependências da Câmara e equipamentos do Legislativo.

33. Possibilitar a configuração da numeração dos documentos, trazendo flexibilidade para modificar a forma da numeração, caso necessário.

06 - SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS.

6.1 Ser integrado com a folha de pagamento, utilizando os mesmos cadastros.

6.2 Permitir informar as avaliações dos servidores com configurações dos fatores (notas/pesos para cada fator e média da avaliação).

6.3 Permitir a utilização dos resultados das avaliações para apuração do direito a progressão salarial de acordo com o estatuto do órgão.

6.4 Possuir cadastro para registrar dados de acidentes de trabalho, entrevista com o servidor e testemunhas do acidente.

6.5 Possuir cadastro e emissão de Comunicação de Acidente do Trabalho - CAT para o INSS.

6.6 Ter cadastro de grupos de prevenção de acidentes de trabalho, em conformidade com a Portaria nº 1.121/1995.

6.7 Ter cadastro de atestados com informações CID (Código Internacional de Doenças).

6.8 Cadastro de juntas médicas por data de vigência com identificação dos médicos que a compõem.

6.9 Controlar os atestados através de laudos médicos, informando se o servidor já se encontra em readaptação pelo mesmo CID (Código Internacional de Doenças) do atestado.

6.10 Permitir no deferimento do laudo médico a geração automática de afastamentos.

6.11 Oferecer opção para agendamento de consultas e exames ocupacionais com controle da emissão das autorizações de exames em laboratórios conveniados

6.12 Deve controlar a emissão de autorizações de diárias.

6.13 Deve permitir o lançamento de faltas com possibilidade de desconto em folha de pagamento ou de folgas para compensação nas férias.

6.14 Deve permitir a configuração dos períodos aquisitivos e cálculos de férias de acordo com as especificações de cada cargo.

6.15 Possibilitar informar os cursos exigidos para ocupar o cargo, assim como suas atribuições, as áreas de atuação e os planos previdenciários do cargo.

6.16 Deve permitir a reestruturação da classificação institucional de um exercício para outro.

6.17 Permitir a inserção de novos campos para classificação institucional.

6.18 Permitir o planejamento (definindo cronograma, ministrante, carga horária e data da emissão de certificado) e execução de cursos de aperfeiçoamento, por iniciativa do órgão e por solicitação dos próprios servidores, com emissão de relatório desse planejamento.

6.19 Deve permitir a realização e/ou o acompanhamento de concursos públicos e processos seletivos para provimento de vagas.

6.20 Efetuar a avaliação dos candidatos do concurso ou processo seletivo, indicando automaticamente a aprovação/reprovação e a classificação.

6.21 Possibilitar cadastro de bolsas de estudos, informando, instituição de ensino, matrícula do bolsista, período da bolsa, serviço comunitário o qual o bolsista irá desempenhar em troca da bolsa.

6.22 Permitir o controle da bolsa de estudo em cada fase, informando a aprovação ou não do bolsista.

6.23 Possuir controle de estagiários vinculados com a entidade, bem como sua escolaridade e outros aspectos para acompanhamento do andamento do estágio.

6.24 Deve permitir o lançamento histórico de períodos aquisitivos e de gozo de férias.

6.25 Possibilitar cadastrar os períodos para aquisição e de gozo de licença-prêmio

6.26 Permitir diferentes configurações de férias e de licença-prêmio por cargo.

6.27 Permitir informar os dados referentes a períodos aquisitivos anteriores a data de admissão do servidor, tais como, período de gozo,

cancelamentos e suspensões.

6.28 Permitir o cadastro de tempo de serviço anterior e de licença prêmio não gozada com possibilidade de averbação do tempo de serviço para cálculo de adicionais, licença-prêmio e/ou aposentadoria, possibilitando informação de fator de conversão do tempo.

6.28 Permitir os tipos de aposentadoria por tempo de serviço, idade, invalidez, compulsória, Especial.

6.29 Permitir a parametrização dos tempos mínimos necessários para o cálculo da aposentadoria em cada tipo de aposentadoria.

6.30 Efetuar cálculo de benefícios de aposentadorias com base na média dos 80% maiores salários conforme legislação vigente, de acordo com o tipo de aposentadoria.

6.31 Deve emitir a ficha cadastral com foto do servidor.

6.32 Deve controlar a escolaridade do servidor, incluindo ensino superior, cursos, treinamentos e experiências anteriores.

6.33 Deve permitir o registro de elogios, advertências e punições.

6.34 Permitir informar os atos publicados para cada servidor ao longo de sua carreira registrando automaticamente a respectiva movimentação de pessoal.

6.35 Controlar as funções dos servidores com possibilidade de geração automática da gratificação por exercício da função.

6.36 Possibilitar relatório configurado da ficha funcional do servidor, selecionando-se as seguintes informações: Ficha cadastral - Acidentes de trabalho - Adicionais - Afastamentos - Aposentadorias e pensões - Atestados - Atos - Avaliações - Beneficiários de pensão do servidor - Dependentes - Diárias - Empréstimos - Faltas - Substituições a outros servidores - Contratos de vínculos temporários com a entidade - Funções - Alterações de cargos - Alterações salariais - Licenças-prêmio - Locais de trabalho - Ocorrências (atos de elogio, advertência ou suspensão) - Períodos aquisitivos - Transferências - Utilização de vales-mercado - Utilização de vales-transporte - Averbações - Cursos - Compensação de horas.

6.37 Controlar empréstimos concedidos a servidores com desconto automático das parcelas na folha mensal e no saldo remanescente da rescisão.

6.38 Possibilitar a configuração automática destes empréstimos através da leitura do arquivo enviado pelo banco.

6.39 Controlar a transferência de servidor identificando o tipo (cedido/recebido) e se foi realizada com ou sem ônus para a entidade.

6.40 Possuir relatórios agrupados por tipo de afastamento.

6.41 Gerar cadastro automático para avaliações de estágio probatório conforme configuração de fatores de avaliação, afastamento e faltas.

6.42 Permitir a importação dos candidatos aprovados em concurso público desta Câmara.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº XX/2014

EDITAL PP Nº XX/2014

ANEXO II

MODELO DA PROPOSTA / ORÇAMENTO ESTIMADO DO VALOR DOS SERVIÇOS

Processo de Licitação Nº ____/2014 - Edital PP Nº ____/2014

Razão Social: _____

CNPJ/MF: _____

Endereço: _____

Telefone/Fax: _____ E-mail: _____

1. Licenciamentos para Câmara:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	CUSTO UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
1	06	Mês	Contabilidade Pública com até 03 usuários	600,00		
2	06	Mês	Compras e Licitações com até 03 usuários	490,00		
3	06	Mês	Patrimônio com até 01 usuário	200,00		
4	06	Mês	Folha de Pagamento com até 03 usuários	620,00		
5	06	Mês	Controle Legislativo com até 04 usuários	840,00		
6	06	Mês	Recursos Humanos com até 03 usuários	370,00		
VALOR TOTAL R\$						

2. Serviços Técnicos

1	01	SV	Serviços de Implantação dos sistemas, conversão dos dados e treinamento para os usuários	11.000,00		
2	100	Hora	Assistência Técnica, após implantação dos sistemas, quando solicitado.	85,00		

3	15	Diária	Despesas de estada e alimentação no suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	125,00		
4	5.000	KM	Despesas de deslocamento no suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	0,75		
VALOR GLOBAL PROPOSTO R\$						

Valor da proposta por extenso:

Validade da proposta:

(DATAR ASSINAR E CARIMBAR)

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº XX/2014

EDITAL PP Nº XX/2014

ANEXO III

MODELO DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(Apresentar no credenciamento fora dos envelopes)

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto na alínea "b" do subitem 2.7.2 do Edital de Pregão Presencial nº ____/2014, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

_____, _____ de _____ de 2014.

(assinatura do responsável pela empresa)

OBSERVAÇÃO:

Assinalar com um "X" a condição da empresa.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº XX/2014

EDITAL PP Nº XX/2014

ANEXO IV

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO (Deve ser apresentada fora dos envelopes)

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e CPF nº _____, a participar do Processo de Licitação nº ____/2014 instaurado pela Câmara Municipal de Palhoça-SC, na modalidade Pregão Presencial nº ____/2014, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer, assinar declarações relativas ao processo em questão e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em _____ de _____ 2014.

Carimbo e Assinatura do Credenciante

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº XX/2014

EDITAL PP Nº XX/2014

ANEXO V

MODELO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS requisitos de Habilitação (Deve ser apresentada fora dos envelopes)

DECLARAMOS para fins de participação no Processo de Licitação nº ____/2014 - Pregão Presencial nº ____/2014, da Câmara Municipal de Palhoça-SC, que _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 6 do edital convocatório.

_____, em _____ de _____ 2014.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº XX/2014

EDITAL PP Nº XX/2014

ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que entre si celebram a Câmara Municipal de Palhoça (SC), e a empresa _____, de acordo com o Capítulo III da Lei 8.666/93 e alterações, e as cláusulas e condições seguintes.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, com sede à Rua: Joci José Martins, 101, Residencial Pagani, inscrito no CNPJ sob nº 75.813.675/0001-59, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu representante legal vereador, Sr. Nirdo Artur Luz, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na _____, Bairro _____, no Município de _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, na cidade de _____, celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o Processo de Licitação nº X/XXXX/CMP, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº XX/2014, homologado

em, o qual é parte integrante do presente instrumento.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto:

1.1.1. A locação, pela CONTRATADA, de sistemas para gestão pública compreendendo CONTABILIDADE PÚBLICA, COMPRAS E LICITAÇÕES, PATRIMÔNIO, FOLHA DE PAGAMENTO, CONTROLE DE PROCESSO LEGISLATIVO e RECURSOS HUMANOS, conforme as condições estabelecidas no subitem 1.2 (Da Forma de Execução) e no Anexo I (Termo de Referência) do Edital PP nº XX/2014.

1.1.1.1. A prestação de serviços técnicos especializados, pela CONTRATADA, compreendendo:

- Configuração e parametrização conforme procedimentos da Câmara.
- Conversão dos dados existentes.
- Treinamento para os servidores responsáveis pela utilização dos sistemas licitados.
- Suporte técnico, após a implantação dos sistemas, quando solicitado.
- Manutenção legal e corretiva durante o período contratual.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O presente instrumento terá vigência de 06 (seis) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ocorrer prorrogação, se de interesse das partes, por períodos iguais e sucessivos, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, observado o disposto da Lei 8.666/93.

2.2. Caso o CONTRATANTE optar pela prorrogação do contrato, consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

2.2.1. O CONTRATANTE se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade das verbas previstas.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O preço para a execução do objeto deste contrato é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovada pelo CONTRATANTE, sendo o valor global de R\$ _____ (_____), conforme abaixo:

1. Licenciamentos para Câmara:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
1	06	Mês	Contabilidade Pública com até 03 usuários		
2	06	Mês	Compras e Licitações com até 03 usuários		
3	06	Mês	Patrimônio com até 01 usuário		
4	06	Mês	Folha de Pagamento com até 03 usuários		

5	06	Mês	Controle de Processo Legislativo com até 03 usuários		
6	06	Mês	Recursos Humanos com até 03 usuários		
VALOR TOTAL DO CONTRATO R\$					

2. Serviços Técnicos

1	01	SV	Serviços de Implantação dos sistemas, conversão dos dados e treinamento para os usuários		
2	100	Hora	Assistência Técnica, após implantação dos sistemas, quando solicitado.		
3	15	Diária	Despesas de estada e alimentação no suporte, quando exigida a presença do técnico in loco		
4	5.000	KM	Despesas de deslocamento no suporte, quando exigida a presença do técnico in loco		
VALOR TOTAL DO CONTRATO R\$					

4. CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE PAGAMENTO, DA NOTA FISCAL, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

4.1. O pagamento mensal da locação será realizado até o primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços, importando os valores conforme discriminado na cláusula terceira deste instrumento, mediante a apresentação da nota fiscal e a liquidação do setor competente.

4.1.1. O pagamento dos serviços de implantação e treinamento inicial serão pagos em 02 (duas) parcelas de igual valor, sendo a primeira vencível em até 10 (dez) dias, contados da conclusão dos treinamentos e a segunda, vencível em até 10 (dez) dias, contados da conclusão do processo de implantação.

4.1.2. O pagamento dos serviços eventuais de suporte técnico ou alterações específicas do órgão licitante, quando contratados, será realizado em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da

respectiva nota fiscal, devidamente liquidada pelo setor competente.

4.2. Os valores contratados somente serão reajustados depois de decorrido o primeiro ano contratual, com base no índice IGP-M apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento expresso da CONTRATADA neste sentido, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste.

4.3. Os preços somente serão revisados quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela CONTRATADA.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

3.3.90.39.11.00.00 - LOCAÇÃO DE SOFTWARES

6. CLÁUSULA SEXTA - DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA

6.1. A CONTRATADA concede ao CONTRATANTE o direito de uso de uma licença dos Sistemas, objeto deste contrato, instalada no servidor e em computadores conectados em rede.

6.2. É vedada a cópia dos sistemas, exceto para fazer backup. Os sistemas estão protegidos pela Lei nº 9.609/98, que prevê a pena de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção e pela Lei nº 9.610/98, cuja indenização pode chegar ao valor de 3.000 (três mil) cópias, para cada cópia instalada ilegalmente.

6.3. É vedada a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do(s) software(s) contratado a outro usuário, assim como também é a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição dos referidos sistemas.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. Caberá ao CONTRATANTE:

7.1.1. Efetuar o pagamento pela locação dos Sistemas objeto do presente Contrato, na forma e no prazo convencionados.

7.1.2. Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.

7.1.3. Designar um técnico categorizado para acompanhar o desenvolvimento dos serviços e desempenhar as atividades de coordenação técnica e administrativa, servindo de elo entre as partes.

7.1.4. Custear os gastos necessários para implantação, assistência técnica, manutenções e eventuais alterações dos sistemas.

7.1.5. Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização dos sistemas licenciados, incluindo assegurar a configuração adequada da máquina e instalação dos sistemas, manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina e dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento quando da visita técnica dos mesmos.

7.1.6. Conferir os resultados obtidos na utilização dos sistemas licitados. Em caso de erro nos resultados obtidos deverá informar a CONTRATADA em tempo hábil para que esta possa corrigir o problema que for gerado por erro nos programas.

7.1.7. Solicitar formalmente à CONTRATADA a instalação dos sistemas do seu interesse e os serviços de assistência técnica necessários ao perfeito funcionamento dos mesmos.

7.1.8. Utilizar os sistemas locados exclusivamente nas unidades gestoras, vedada a sua cessão a terceiros a qualquer título.

7.1.9. Notificar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da prestação dos serviços.

7.2. Caberá a CONTRATADA:

7.2.1. Instalar e treinar os usuários do CONTRATANTE na operacionalização dos sistemas, objeto deste contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato.

7.2.2. Prestar suporte somente na operacionalização dos sistemas, objeto deste contrato, ao usuário que tenha recebido o devido

treinamento.

7.2.3. Manter informado o técnico da contratante, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.

7.2.4. Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias nos Sistemas, causadas por problemas originados dos códigos-fonte dos seus programas.

7.2.5. Tratar como confidenciais informações e dados contidos nos Sistemas do CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros.

7.2.6. Responder por quaisquer danos pessoais e materiais ocasionados por seus empregados nos locais de trabalho.

7.2.7. Não transferir ou sublocar a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem prévia e anuência do CONTRATANTE, sob pena de rescisão contratual e aplicação de multa.

7.2.8. Substituir, sempre que exigido pelo CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte deste, qualquer empregado, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse público.

7.2.9. Fornecer, sempre que solicitados pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamentos dos empregados e comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas.

7.2.10. Executar os serviços discriminados, obedecendo rigorosamente as especificações e as normas pertinentes em vigor.

7.2.11. Manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

7.2.12. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais resultantes da execução deste contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA MANUTENÇÃO

8.1. Entende-se por manutenção a obrigação da CONTRATADA de manter o sistema de acordo com as características do Anexo I do Edital PP nº X/2014/CMP:

8.1.1. Corrigir eventuais falhas do sistema, desde que originados por erro ou defeito de funcionamento dos mesmos.

8.1.2. Alterações de sistemas em função de mudanças legais nos casos da moeda, alteração de legislação federal e estadual, desde que tais mudanças não influam na estrutura básica dos sistemas.

9. CLÁUSULA NONA - DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

9.1. A prestação de serviços, não cobertas pela manutenção, será cobrada conforme proposta apresentada pela CONTRATADA, entendendo-se:

a. Mudanças nos programas descritos no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº X/2014/CMP para atender às necessidades específicas do CONTRATANTE.

b. Elaboração de novos programas solicitados pelo CONTRATANTE.

c. Alterações do sistema em função de mudanças legais ou operacionais que impliquem em modificações da estrutura básica dos sistemas.

d. Substituição dos sistemas por versões mais atualizadas em função do aprimoramento técnico e/ou operacional.

e. Auxílio na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos, desde que não exista backups adequados para satisfazer as necessidades de segurança.

f. Treinamento de pessoal do CONTRATANTE na operação ou utilização do sistema em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc.

g. Elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos sistemas após a implantação e utilização dos mesmos, como: gerar/validar arquivos para Órgão Governamental, Instituição Bancária, Gráfica, Tribunal de Contas, entre outros.

9.2. As solicitações de manutenções ou alterações nos programas

serão enviadas pelo CONTRATANTE, através de pessoa ou área responsável, à CONTRATADA, em seu domicílio, via fax ou correio eletrônico, acompanhado de documentação ou comentário que caracterize o serviço a ser efetuado. Após a execução do serviço, a CONTRATADA repassará o programa alterado em sua forma executável, via internet, para os endereços pactuados do CONTRATANTE, que deverá fazer os testes de conformidade, instalar e repassar aos usuários do sistema.

9.3. Este atendimento poderá ser realizado por telefone, fac-símile, internet através de serviços de suporte remoto, ou no ambiente da CONTRATADA, sempre que as alternativas anteriores não resultarem em solução satisfatória.

9.4. O suporte por telefone ou remoto deverão ser atendidos quando feito por servidor que possua habilitação para a operação do sistema, do equipamento, do sistema operacional e utilitários.

10 CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Em caso de inexecução parcial das obrigações contidas neste instrumento, a CONTRATADA ficará sujeita a

a. Advertência;

b. Pagamento de uma multa diária, enquanto perdurar a situação de infringência, correspondente a 0,5% (cinco centésimos por cento) do valor total do Contrato, corrigido monetariamente, sem prejuízo do disposto nesta cláusula, até o prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual o Contrato poderá ser rescindido com a aplicação cumulativa da pena de suspensão do direito de licitar e contratar com o órgão licitante pelo prazo de até 02 (dois) anos.

11.2. As multas serão cobradas por ocasião do primeiro pagamento que vier a ser efetuado após sua aplicação.

11.3. O valor total das multas não poderá ultrapassar de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato, limite que permitirá sua rescisão, não cabendo, neste caso, a multa prevista na Cláusula Décima Segunda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1. O CONTRATANTE poderá declarar rescindido o presente Contrato independentemente de interpelação ou de procedimento judicial sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

12.1.1. O descumprimento total das obrigações contidas neste instrumento, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente Contrato, além de rescisão do mesmo. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.2. Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

12.1.3. Rescindido ou distratado o contrato, a CONTRATADA deverá disponibilizar, em formato txt, cópia de toda a base de dados produzida e armazenada durante o período de vigência contratual, acompanhada dos layouts e demais informações pertinentes e necessárias à conversão de dados, tudo isto sem prejuízo da obrigação de manter a base produzida arquivada por no mínimo 180 (cento e oitenta) dias contados do trânsito em julgado do processo administrativo que determinou a extinção do vínculo contratual. Em paralelo, ficará a CONTRATADA obrigada a prestar, mediante justa remuneração, todo e qualquer serviço necessário à condução da máquina administrativa, evitando-se a paralisação

total ou parcial de setores essenciais da administração pública enquanto não ultimado um novo processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

13.1. Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste contrato indica pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, não podendo invocar seu desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento deste contrato.

13.2. São partes integrantes deste contrato a proposta apresentada pela CONTRATADA no Processo de Licitação nº XX/2014.

a) Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria, bem como, pelo disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

b) A presente contratação não gera qualquer vínculo empregatício do CONTRANTE perante a CONTRATADA e seus subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As partes elegem o foro da cidade de Palhoça/SC para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo.

Palhoça, SC, em de de 2014.

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Presidente

CONTRATADA

Testemunhas:

1 - _____ 2 - _____

Penha

PREFEITURA

Rescisão do Contrato Nº 06/2014 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO
DO TERMO DE CONTRATO 06/2009 -FMAS

Fica rescindido o Termo de Contrato Administrativo nº 06/2009 - FMAS, (termo aditivo 11/2013 FMAS) firmado em 18 de julho de 2013, entre a Sra. Maria Salete Cassaniga e esta PREFEITURA, tendo como objeto locação de imóvel para funcionamento do Crás/Colméia no Mariscal, oriundo do Processo Licitatório 06/2009 - FMAS, Dispensa de Licitação 05/2009 -FMAS.

Penha, 10 de junho de 2014.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

MARIA SALETE CASSANIGA

TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
CPF	CPF

Cv04/2014 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2014 - FMS
CARTA CONVITE Nº 04/2014 - FMS

Objeto: Prestação de serviço de obras e engenharia, com fornecimento de mão de obra e material, para construção da academia da saúde, na Rua Osvaldo Gantus esq. com José Simão, Centro, conforme projetos, memorial descritivo e cronograma físico e financeiro em anexo.

Abertura do Processo: 25/06/2014 às 14:00horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Maikil Gileno dos Santos - Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

A RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 13 de JUNHO de 2014.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Cv05/2014 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2014 - FMS
CARTA CONVITE Nº 05/2014 - FMS

Objeto: Prestação de serviço de funilaria, latoaria, pintura, elétrica e mecânica, com fornecimento de peças, nos veículos da Secretaria Municipal de Saúde de Penha, conforme estabelecido neste edital e anexo I.

Abertura do Processo: 25/06/2014 às 09:00horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Maikil Gileno dos Santos - Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

A RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 13 de JUNHO de 2014.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Peritiba

PREFEITURA

Extrato de Contrato 83/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 40/2014 - Pregão Presencial nº 20/2014.

Objeto: contratação e prestação de serviços para elaboração e manutenção dos programas de Segurança e Medicina do Trabalho.

Dados do Contrato: Contrato nº 83/2014
Contratado: FERNANDES & WILSMANN SAÚDE OCUPACIONAL LTDA - ME
CNPJ: 16.995.527/0001-33
Data de Vigência: 12/06/2014 até 31/12/2014.
Valor do Contrato: R\$ 13.100,00 (Treze mil e cem reais).

Município de Peritiba - SC
em 13 de Junho de 2014.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Proc. de Licitação 42/2014 - Pregão Presencial 22/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 22/2014.

Dados do Processo Licitatório:

Proc. de Licitação 42/2014 - Pregão Presencial 22/2014, julgamento Menor Preço.

Objeto: Aquisição de troféus e medalhas para premiação nos Campeonatos Municipais de: Futsal, Suíço, Bolão 23 e Bocha do Município de Peritiba.
Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08h15min do dia 30 de junho de 2014, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 08h30min do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário

de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC
em 13 de Junho de 2014.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Proc. de Licitação 41/2014 - TP 03/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Tomada de Preço, do tipo Menor Preço por item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Tomada de Preço 03/2014.

Dados do Processo Licitatório:

Proc. de Licitação 43/2014 - Tomada de Preço 03/2014, julgamento Menor Preço.

Objeto: Contratação de empresas do ramo de engenharia e/ou construção civil para Execução de passeios públicos em diversos locais no perímetro urbano do Município de Peritiba.
Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços devem ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08h30min do dia 02 de julho de 2014, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 08h45min do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC
em 13 de Junho de 2014.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Edital de Teste Seletivo Nº 007/2014

EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 007/2014

Art. 1º - O PREFEITO MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO, no uso de suas atribuições legais, RETIFICA o resultado da Prova Objetiva para o cargo de Psicólogo, tendo em vista a anulação da questão 26, referente ao Teste Seletivo aberto através do Edital de Teste Seletivo Nº 001/2014, conforme abaixo discriminado:

PSICÓLOGO

INSCRIÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA	RESULTADO
95095	10/10/1991	75,0	1.
95517	07/07/1956	70,0	2.
94944	17/06/1972	70,0	3.
94989	03/06/1989	70,0	4.
94938	02/04/1979	65,0	5.
94797	17/06/1982	65,0	6.
94941	03/03/1986	65,0	7.
95070	21/12/1988	62,5	8.
94882	31/01/1992	60,0	9.
95537	04/01/1991	57,5	10.
95115	07/06/1991	52,5	11.
95520	02/04/1985	50,0	12.
95540	24/09/1985	50,0	13.
95414	09/04/1989	47,5	Não aprovado
95214	27/08/1991	47,5	Não aprovado
94934	02/05/1992	45,0	Não aprovado
95522	04/09/1978	30,0	Não aprovado
95532	06/08/1979	27,5	Não aprovado

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Pinheiro Preto - SC,
13 de junho de 2014.
Prefeito Municipal

Edital de Licitação - Tomada de Preços 009/2014

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS 009/2014

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, faz saber a todos, que realizará na data de 02 DE JULHO DE 2014, licitação modalidade Tomada de Preços nº 009/2014.

Objeto: contratação de empresa para execução de obra pública consistente na construção de uma quadra de areia com alambrado, situada no Bairro Britador, neste município. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 03/07/2014, até às 10:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111. CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO

PRETO-SC, 12 de junho de 2014
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 223, de 12 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 223, DE 12 DE JUNHO DE 2014.

EXONERA MICHELLE DEBORA NORDT TONETTA DA FUNÇÃO DE AGENTE DE SAÚDE, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, CONFORME ESPECIFICA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 002/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a partir de 10 de junho de 2014, MICHELLE DEBORA NORDT TONETTA, casada, inscrita no CPF nº 075.309.739-75, do cargo de provimento em comissão de AGENTE DE SAÚDE, conforme processo seletivo 002/2013, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, com vencimento previsto em lei para o cargo correspondente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de junho de 2014.

Centro Administrativo Municipal,
12 de junho de 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

Lei Ordinária Nº 2.639, de 13 de Junho de 2014.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.639, DE 13 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Capítulo I

Das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 93, parágrafo único e art. 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal e na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2015, compreendendo:

- I - as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II - a organização e estrutura dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;
- IV - as disposições sobre alterações na legislação tributária deste Município;
- V - as disposições relativas às políticas de recursos humanos da Administração Pública Municipal, e;
- VI - as disposições finais.

Parágrafo Único. Integram a presente Lei o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais.

CAPÍTULO II

Das Metas e Prioridades da Administração Pública MUNICIPAL

Art. 2º As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2015 estão discriminadas no Anexo de Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal desta Lei, em consonância com a Proposta de Plano Plurianual para o período 2014-2017.

Parágrafo Único. As metas e prioridades da Administração Pública Municipal terão precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, respeitadas as vinculações constitucionais e legais das receitas e despesas orçamentárias.

Art. 3º Os projetos em andamento e as despesas de conservação do Patrimônio Público Municipal serão programados na lei orçamentária anual de 2015.

CAPÍTULO III

Da Organização e Estrutura dos Orçamentos

Art. 4º A lei orçamentária anual compreenderá:

- I - o orçamento fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, fundações instituídas e mantidas pelo poder público;
- II - o orçamento da seguridade social referente aos Poderes do Município, seu fundo, órgãos e entidades da administração direta e indireta, fundações instituídas e mantidas pelo poder público, que se destinam a atender as ações de saúde, previdência e assistência social, e;
- III - o orçamento de investimentos do SAMAE.

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores será constituído de:

- I - texto da lei;
- II - consolidação dos quadros orçamentários;
- III - anexo dos orçamentos fiscais e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei; e
- IV - discriminação da legislação da receita, referente aos orçamentos fiscais e da seguridade social.

Parágrafo Único. A consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, compreenderá os seguintes demonstrativos:

- I - evolução da receita;
- II - sumário geral da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social;
- III - demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas;
- IV - demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas - orçamento fiscal;
- V - demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas - orçamento da seguridade social;
- VI - demonstrativo da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social por fonte - recursos de todas as fontes;
- VII - demonstrativo da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social por fonte - orçamento fiscal;
- VIII - demonstrativo da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social por fonte - orçamento da seguridade social;
- IX - desdobramento da receita - recursos de todas as fontes;
- X - desdobramento da receita - orçamento fiscal;
- XI - desdobramento da receita - orçamento da seguridade social;
- XII - demonstrativo das receitas diretamente arrecadadas por órgão/ unidade orçamentária;
- XIII - demonstrativo da receita corrente líquida;
- XIV - demonstrativo da receita líquida disponível;
- XV - legislação da receita;
- XVI - evolução da despesa;
- XVII - sumário geral da despesa por sua natureza;
- XVIII - demonstrativo das destinações de recursos por grupo de despesa;
- XIX - demonstrativo da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social por poder e órgão;
- XX - despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social por função;
- XXI - despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social por subfunção;
- XXII - despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social segundo a função detalhada por subfunção, e;
- XXIII - despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social por programa.

Art. 6º O detalhamento da despesa será apresentado na lei orçamentária e nos atos de alteração orçamentária por órgão/unidade orçamentária, discriminado por função, subfunção e programa, especificado, no mínimo em projeto, atividade ou operação especial, identificando a esfera orçamentária, a categoria econômica, o grupo de natureza da despesa, a modalidade de aplicação, a destinação de recursos e os respectivos valores.

Parágrafo Único. As destinações de recursos, identificadas por códigos individualizados na despesa do orçamento fiscal e da seguridade social, estão correlacionadas às receitas orçamentárias que ingressam no orçamento do Município e desdobradas em:

- I - identificador de uso - código utilizado para indicar se os recursos se destinam a contrapartida;
- II - recursos do erário Municipal - para efeito de controle orçamentário, financeiro e contábil, indica os recursos geridos de forma

centralizada pela Secretaria de Administração e Fazenda que têm a responsabilidade e controle sobre as disponibilidades financeiras;

III - recursos de Outras Fontes - para efeito de controle orçamentário, financeiro e contábil, indica os recursos arrecadados de forma descentralizada, originários do esforço próprio das Unidades Orçamentárias da Administração Indireta, seja por fornecimento de bens, prestação de serviços, exploração econômica do patrimônio próprio ou oriundo de transferências voluntárias de outros entes; e

IV - especificação das Destinações de Recursos - código que individualiza e indica cada destinação.

CAPÍTULO IV

Das Diretrizes para a Elaboração e Execução dos Orçamentos e suas Alterações

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 7º A programação e execução orçamentária para 2015, o Plano de Governo e a Proposta de Plano Plurianual para o período de 2014-2017, deverão orientar-se pelas seguintes diretrizes gerais:

I - ação planejada e transparente, mediante incentivo à participação da Comunidade por meio dos Conselhos Municipais, Entidades Organizadas e Audiências Públicas, planejando e estabelecendo normas sobre as políticas públicas;

II - gestão por projetos, baseada em resultados;

Art. 8º Na elaboração do projeto de lei do orçamento as despesas finalísticas, respeitada a legislação em vigor, serão programadas a fim de atender as determinações legais.

Art. 9º Na elaboração e execução do orçamento de 2015 as ações deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade às informações relativas a cada uma dessas etapas.

Parágrafo Único. O Poder Executivo, por intermédio das Secretarias de Planejamento e Desenvolvimento da Cidade e Administração e Fazenda divulgarão via internet:

I - a Lei do Plano Plurianual e seus anexos;

II - a Lei de Diretrizes Orçamentárias e seus anexos; e

III - a Lei Orçamentária e seus anexos.

Seção II

Do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Art. 10º Os orçamentos fiscais e da seguridade social abrangem os Poderes Legislativo e Executivo Municipais, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Art. 11º As receitas diretamente arrecadadas por autarquias, fundações e fundos, respeitadas as disposições previstas em legislação específica, serão destinadas prioritariamente ao custeio administrativo e operacional, inclusive de pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de precatórios judiciais, amortização, juros e encargos da dívida, à contrapartida de operações de crédito, de convênios e de outros instrumentos congêneres.

Parágrafo Único. Atendidas as disposições contidas no caput deste artigo, as unidades orçamentárias poderão programar as demais despesas, a fim de atender as ações inerentes a sua finalidade.

Art. 12º As despesas básicas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, das unidades orçamentárias pertencentes ao Poder Executivo, serão fixadas pela Secretaria de Administração e Fazenda.

Parágrafo Único. Entendem-se como despesas básicas àquelas classificadas como pessoal e encargos sociais, energia elétrica, água, telefone, impostos, aluguéis, infra-estrutura e serviços relacionados à tecnologia da informação, PASEP, dívida pública municipal, precatórios judiciais, contratos diversos e outras despesas que pela sua natureza poderão se enquadrar nesta categoria.

Art. 13º O Poder Executivo deverá estabelecer por Decreto, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária do exercício de 2015, para cada unidade orçamentária, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observando com relação às despesas a abrangência necessária para a obtenção das metas fiscais.

§1º Visando à obtenção das metas fiscais, de que trata o caput deste artigo, o Poder Executivo poderá efetuar revisões no cronograma anual de desembolso mensal.

§2º A programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso e suas revisões deverão ser elaborados conjuntamente pelas Secretarias de Planejamento e Desenvolvimento da Cidade e Administração e Fazenda, responsáveis pela programação e execução do orçamento e pelo desembolso financeiro do Município.

Art. 14º A limitação de empenho e a movimentação financeira de que trata a alínea b, inciso I, art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para atingir as metas de resultado primário ou nominal previstas no Anexo de Metas Fiscais, deverá ser compatível com os ajustes na programação financeira e no cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo Único. Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante de recursos indisponíveis para empenho e movimentação financeira.

Art. 15º No projeto de lei orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas conforme os preços vigentes em junho de 2014.

Art. 16º A proposta orçamentária conterá reserva de contingência vinculada aos orçamentos fiscal e da seguridade social, em montante equivalente, no máximo, a 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida.

Seção III

Dos Precatórios Judiciais

Art. 17º As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas para esta finalidade em atividades específicas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 18º Os precatórios judiciais enviados pelo Poder Judiciário, até 1º de julho de 2014, para serem incluídos na proposta orçamentária de 2015, conforme determina o art. 100, § 5º, da Constituição Federal, discriminando-os por órgãos da administração direta, autarquias e fundações, especificando:

I - número do processo;

II - número do precatório;

III - data da expedição do precatório;

IV - nome do beneficiário;

V - valor a ser pago; e

VI - unidade ou órgão responsável pelo débito.

§1º A inclusão de recursos na lei orçamentária de 2015 para pagamento de precatórios, tendo em vista o disposto no caput do art. 100 da Constituição Federal, será realizada de acordo com os seguintes critérios:

I - nas sentenças judiciais transitadas em julgado com valor superior a 15 salários mínimos, conforme disposto na Lei Ordinária Municipal nº 1970/2007;

II - os precatórios originários de execução de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da imissão da posse, cujos valores ultrapassem o limite disposto no inciso I, serão divididos em duas parcelas iguais e sucessivas; e

§2º A atualização monetária dos precatórios obedecerá ao estatuído no §12 do art. 100 da Constituição Federal.

Seção IV Das Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária

Art. 19º As propostas de emendas ao projeto de lei orçamentária serão apresentadas em consonância com o estabelecido na Lei Orgânica Municipal, Constituição Estadual e na Lei Federal nº 4.320, de 1964, observando-se a forma e o detalhamento descrito no Plano Plurianual e nesta Lei.

§1º Serão rejeitadas pela Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal e perderão o direito a destaque em plenário as emendas que:

- I - contrariarem o estabelecido no caput deste artigo;
- II - no somatório total, reduzirem a dotação do projeto ou da atividade em valor superior ao programado;
- III - não apresentarem objetivos e metas compatíveis com a unidade orçamentária, projeto ou atividade, esfera orçamentária, grupo de natureza de despesa e destinação de recursos;
- IV - anularem o valor das dotações orçamentárias provenientes de:
 - a) despesas básicas;
 - b) receitas vinculadas, criadas por leis específicas;
 - c) receitas próprias de entidades da administração indireta e fundos;
 - d) contrapartida obrigatória de recursos transferidos ao Estado; e
 - V - anularem dotações consignadas às atividades repassadoras de recursos.

§2º A emenda coletiva terá preferência sobre a individual quando ambas versarem sobre o mesmo objeto da lei orçamentária.

Art. 20º Nas emendas relativas à transposição de recursos dentro das unidades orçamentárias e entre elas, as alterações serão iniciadas nos projetos ou atividades com as dotações deduzidas e concluídas nos projetos ou atividades com as dotações acrescidas.

Art. 21º As emendas que alterarem financeiramente o valor dos projetos ou atividades deverão ser acompanhadas dos respectivos ajustes na programação física.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 22º As receitas serão estimadas e discriminadas de duas formas:

- I - considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal; e
- II - considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de projetos de lei encaminhados à Câmara Municipal até três meses antes do encerramento do exercício de 2014, especialmente sobre:
 - reavaliação das alíquotas dos tributos;
 - critérios de atualização monetária;
 - aperfeiçoamento dos critérios para correção dos créditos do Município recebidos com atraso;
 - alteração nos prazos de apuração, arrecadação e recolhimento dos

tributos;
extinção, redução e instituição de isenções de incentivos fiscais;
revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social;
revisão da legislação sobre taxas; e
concessão de anistia e remissões tributárias.

Art. 23º Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no art. 27 do Código Tributário Municipal, ou estas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará os ajustes necessários, mediante decreto, na hipótese de previsão de despesa na Lei de Orçamento Anual.

Art. 24º A Lei que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira somente entrará em vigor após anulação de despesas em valor equivalente caso produza impacto financeiro no mesmo exercício, respeitado as disposições do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

CAPÍTULO VI Das Disposições Relativas às Políticas de Recursos Humanos da Administração Pública MUNICIPAL

Art. 25º As políticas de recursos humanos da administração pública municipal compreendem:

- I - o planejamento, a coordenação, a regulação, o controle, a fiscalização e a desconcentração das atividades;
- II - a ampliação, a integração, a articulação e a cooperação com os órgãos vinculados à Gestão de Recursos Humanos, garantindo a eficácia, eficiência e efetividade da gestão pública;
- III - a valorização, a capacitação e a formação do profissional do serviço público, desenvolvendo o potencial humano, visando à modernização da gestão pública;
- IV - o aprimoramento, a adequação e a atualização das técnicas e dos instrumentos de gestão e a implantação do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos;
- V - a implantação do sistema de avaliação de desempenho, individual e por equipes, baseado na definição de objetivos e indicadores, visando verificar os níveis de eficiência e eficácia dos serviços;
- VI - o acompanhamento, a avaliação dos programas, planos, projetos e ações envolvendo os servidores numa gestão compartilhada, responsável e solidária;
- VII - adequação da estrutura de cargos, competências e funções de acordo com o modelo organizacional;
- VIII - a realização de concursos públicos para atender às necessidades de pessoal nos diversos órgãos;
- IX - isonomia de tratamento com relação ao Plano de Cargos e Salários entre servidores públicos municipais.
- X - valorização e estímulo aos servidores com cursos de formação continuada, especialização, mestrado e doutorado; e
- XI - aprimoramento das técnicas e instrumentos de controle e da qualidade da mão-de-obra locada e dos estagiários.

Art. 26º Desde que atendido ao disposto no art. 169 e seus parágrafos, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de vantagens, aumentos e reajustes de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alteração e criação de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título.

Art. 27º No exercício financeiro de 2015, as despesas com pessoal ativo e inativo dos Poderes Legislativo e Executivo observarão o limite estabelecido na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 28º No exercício de 2015, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado 95% (noventa e cinco por cento) dos limites referidos na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, somente poderá ocorrer quando destinado ao atendimento considerado de relevante interesse público nas situações

emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo Único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito da administração direta, autarquias e fundações do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência da Secretaria de Administração e Fazenda.

Art. 29º O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar federal nº 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Parágrafo Único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência do órgão ou entidade; e
II - não sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extintos, total ou parcialmente.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Finais

Art. 30º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo de efeito de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia sobre as receitas e despesas.

Art. 31º Em conformidade com o art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, a administração pública poderá destinar recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

Parágrafo Único. É necessária a edição de lei específica definindo a área de atuação e a finalidade das entidades no que tange o repasse de recursos financeiros pelo Município para as entidades privadas, a título de subvenções sociais, contribuições e auxílios financeiros.

Art. 32º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial durante a execução orçamentária quando as ações já estejam programadas no Plano Plurianual 2014-2017.

Art. 33º A Secretaria da Administração e Fazenda poderá modificar, sem a necessidade de ato de alteração orçamentária, mantidas as normas constitucionais e legais, através do sistema informatizado de execução orçamentária, as categorias econômicas e os grupos de natureza de despesas dentro do mesmo projeto ou atividade, bem como a modalidade de aplicação e o identificador de uso - id uso das destinações de recursos.

Art. 34º Na hipótese do projeto de lei orçamentária não ser sancionado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal até 31 de dezembro de 2014, a programação relativa à Pessoal e Encargos Sociais, a Juros e Encargos da Dívida, à Amortização da Dívida e a Outras Despesas Correntes poderá ser executada, em cada mês, até o limite de um doze avos do total de cada dotação.

Parágrafo Único. Será considerada antecipação de crédito à conta da lei orçamentária a utilização dos recursos autorizados no caput deste artigo.

Art. 35º Para efeito do § 3º do art. 16 da Lei Complementar federal nº 101, de 2000, entende-se como despesa irrelevante aquela cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites estipulados nos incisos I e II do art. 24 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações dadas pela Lei federal nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

Art. 36º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode,
13 de junho de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 2.640, de 13 de Junho de 2014.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.640, DE 13 DE JUNHO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CONCEDER ESTÍMULO ECONÔMICO A EMPRESA METAL MECÂNICA PASSIG LTDA EPP COM FULCRO NA LEI Nº 1225 DE 24 DE MAIO DE 1995, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar, a título de estímulo econômico, à empresa METAL MECÂNICA PASSIG LTDA EPP, CNPJ/MF sob nº 11.001.388/0001-61, o serviço de aterro equivalente ao volume de 2.140,00 m³ (Dois mil cento e quarenta metros cúbicos), mais a terraplanagem, necessário para a ampliação da empresa, em imóvel de sua propriedade, inscrito sob Matrícula nº 10.440, junto ao Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, endereço à Rua Lorenz Blank, Testa Alto, Pomerode, com área total de 8.412,18m² (Oito mil, quatrocentos e doze metros e dezoito decímetros quadrados).

Parágrafo Único. O benefício ora concedido, fica rigorosamente condicionado ao teor do disposto na Lei nº 1225, de 24 de maio de 1995, sob pena de revogação do benefício e cobrança dos serviços executados pelo Município de Pomerode.

Art. 2º O valor do Estímulo Econômico, ora concedido, alcança, aproximadamente, o montante de R\$ 30.000,00 (Trinta mil Reais) com base na tabela SINAPI, não podendo ultrapassar este montante.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta do orçamento em vigor.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode,
13 de junho de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

Edital de Notificação Nº 03/2014

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Prezados Senhores,

O Poder Executivo Municipal, pelas atribuições da Lei 1873/2010, tem pelo presente Edital à finalidade de NOTIFICAR os responsáveis pelos túmulos abaixo relacionados, para que em 10 (dez) dias, a contar da publicação deste, executem os serviços necessários à identificação e conservação da sepultura localizada no Cemitério Municipal de Porto Belo/SC, vez que tais sepulturas não possuem nenhuma identificação e encontram-se em estado de abandono e/ou ruína.

Lei. 1873/2010.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal, constatando o abandono ou ruína da sepultura em qualquer das hipóteses do art. 1º, elaborará laudo de vistoria e notificará o responsável pela sepultura ou seu representante legal, para que no prazo de 10 (dez) dias execute os serviços necessários à identificação ou conservação indicados no laudo.

§ 1º Se não for conhecido ou encontrado o responsável pela sepultura ou o seu representante, a notificação será feita por meio de Edital publicado por três vezes no órgão de imprensa oficial do Município, em intervalos de sete dias e, uma vez em órgão de imprensa oficial do Estado, para que os serviços ou obras indicadas na vistoria sejam realizados no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º Se os serviços ou obras não forem realizados no prazo previsto neste artigo, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a proceder à exumação dos restos mortais, colocando-os em ossuário ou outro local apropriado.

Relação de Sepulturas:

a) Sepultura B-102 - Localizada entre o B-89 e B-103 (número de localização 01):

b) Sepultura B-118 - Localizada entre o B-114 e o B-127 (Número de localização 02):

c) Sepultura B-96 (número de localização 03):

d) Sepultura localizada ao lado direito de C-260 (número de localização 04):

e) Sepultura localizada no lado Direito C-270 (número de localização 05):

f) Sepultura localizada em frente ao C-249 (número de localização 06):

g) Sepultura localizada em frente ao C-247 (número de localização 07):

h) Sepultura localizada em C-277 (número de localização 08):

i) Sepultura Localizada atrás de C-277 (número de localização 09):

j) Sepultura localizada ao lado direito de C-114 (número de localização 12):

k) Sepultura localizada atrás do E-41 (número de localização 14):

l) Sepultura localizada atrás de E-49 (número de localização 15):

m) Sepultura localizada em frente de E-226 (número de localização 17):

n) Sepultura localizada em frente ao Ossário Municipal (número de localização 18):

o) Sepultura E-143 (número de localização 19):

p) Sepultura ao lado de E-208 (número de localização 20):

q) Sepultura ao lado de E-139 (número de localização 21):

r) Sepultura localizada atrás de E-139 (número de localização 22)

Caso as providências já tenham sido tomadas, favor desconsiderá-la, ficando este ente Municipal a inteira disposição de V. Senhoria para dirimir quaisquer dúvidas.

Valmor Guerreiro Filho

Procurador Geral

OAB/SC 21.189

Porto Belo/SC, 21 de maio de 2014.

Porto União

PREFEITURA

Extrato de Contrato 061/2014 - Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 015/2014 - CULTURA
Partes: Município de Porto União e MIDORI FLORES LTDA - ME.

Objeto: Contratação de serviços de decoração de eventos.
Valor total R\$ 18.765,50 (dezoito mil setecentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos).
Base legal: Pregão Presencial 005/2014 e Lei 8.666/93 Lei 10.520/02.

Porto União SC, 06 de junho de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

MIDORI FLORES LTDA - ME
Contratada

Extrato de Contrato 015/2014 - Cultura

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 015/2014 - CULTURA
Partes: Município de Porto União e MIDORI FLORES LTDA - ME.

Objeto: Contratação de serviços de decoração de eventos.
Valor total R\$ 18.765,50 (dezoito mil setecentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos).
Base legal: Pregão Presencial 005/2014 e Lei 8.666/93 Lei 10.520/02.

Porto União SC, 06 de junho de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

MIDORI FLORES LTDA - ME
Contratada

Extrato de Contrato 016/2014 - Cultura

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 016/2014 - Cultura
Partes: Município de Porto União e a empresa PAULO SORANSSO FEIRAS E EVENTOS - ME.

Objeto: locação de tendas, pirâmides e banheiros químicos, para eventos promovidos pela Prefeitura Municipal.
Valor total R\$ 35.850,00 (trinta e cinco mil oitocentos e cinquenta reais).
Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período se houver interesse das partes.
Base legal: Pregão Presencial 007/2014 - CULTURA, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 10 de junho de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Paulo Soransso Feiras e Eventos-ME
Contratada

Extrato de Contrato 020/2014 / FUNREBOM

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 020/2014 - FUNREBOM
Partes: Município de Porto União e a empresa JK PNEUS LTDA.

Objeto: aquisição de pneus, câmaras e protetores.
Valor total R\$ 1.095,60 (hum mil noventa e cinco reais e sessenta centavos).
Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do instrumento de contrato.
Base legal: Pregão Presencial 034/2014 - CARONA, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 03 de junho de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

JK PNEUS LTDA
Contratada

Extrato de Contrato 021/2014 - FUNREBOM

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 021/2014 - FUNREBOM
Partes: Município de Porto União e a empresa PNEUFORTE COM. E RECAPAGENS LTDA.

Objeto: aquisição de pneus, câmaras e protetores.
Valor total R\$ 26.560,00 (vinte e seis mil quinhentos e sessenta reais).
Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do instrumento de contrato.
Base legal: Pregão Presencial 034/2014 - CARONA, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 03 de junho de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

PNEUFORTE COM. E RECAPAGENS LTDA
Contratada

Extrato de Contrato 028/2014 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 028/2014 - FAS
Partes: Município de Porto União e empresa JACKIW ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA - EPP

Objeto: aquisição de material de limpeza e gêneros alimentícios para manutenção do CREAS.
Valor total R\$ 27.966,90 (vinte e sete mil, novecentos e sessenta e seis reais e noventa centavos).
Vigência: 30 de novembro de 2014 ou até o término do quantitativo licitado.
Base legal: Pregão Presencial 009/2014-FAS, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 09 de Junho de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

JACKIW ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA - EPP
Contratada

Extrato de Contrato 029/2014 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 029/2014 - FAS
Partes: Município de Porto União e empresa MERCADO KOSERA LTDA - ME

Objeto: aquisição de material de limpeza e gêneros alimentícios para manutenção do CREAS.
Valor total R\$ 27.516,95 (vinte e sete mil, quinhentos e dezesseis reais e noventa e cinco centavos)
Vigência: 30 de novembro de 2014 ou até o término do quantitativo licitado.
Base legal: Pregão Presencial 009/2014-FAS, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 09 de Junho de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

MERCADO KOSERA LTDA - ME
Contratada

Extrato de Contrato 030/2014 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 030/2014 - FAS
Partes: Município de Porto União e empresa SUPERMERCADO DUKELLI LTDA - EPP

Objeto: aquisição de material de limpeza e gêneros alimentícios para manutenção do CREAS.
Valor total R\$ 33.320,00 (trinta e três mil, trezentos e vinte reais).
Vigência: 30 de novembro de 2014 ou até o término do quantitativo licitado.
Base legal: Pregão Presencial 009/2014-FAS, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 09 de Junho de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

SUPERMERCADO DUKELLI LTDA - EPP
Contratada

Extrato de Contrato 109/2014 - Prefeitura

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 109/2014 - Prefeitura
Partes: Município de Porto União e a empresa MODELO PNEUS LTDA.

Objeto: Aquisição de pneus, câmaras e protetores.
Valor total R\$ R\$ 20.438,00 (vinte mil, quatrocentos e trinta e oito reais).

Vigência: será de 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 034/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 03 de junho de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

MODELO PNEUS LTDA
Contratada

Extrato de Edital 110/2014 - Prefeitura

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 110/2014 - Prefeitura
Partes: Município de Porto União e a empresa JK PNEUS LTDA..
Objeto: Aquisição de pneus, câmaras e protetores.
Valor total R\$ R\$ 24.032,00 (vinte e quatro mil e trinta e dois reais)..
Vigência: será de 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 034/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 03 de junho de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

JK PNEUS LTDA
Contratada

Extrato de Contrato 11/2014 - Prefeitura

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 111/2014 - Prefeitura
Partes: Município de Porto União e a empresa PNEUFORTE COM. E RECAPAGENS LTDA.

Objeto: Aquisição de pneus, câmaras e protetores.
Valor total R\$ R\$ 290.339,00 (duzentos e noventa mil trezentos e trinta e nove reais).
Vigência: será de 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 034/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 03 de junho de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

PNEUFORTE COM. E RECAPAGENS LTDA
Contratada

Termo de Anulação de Processo 003/2014 - Cultura

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 006/2014 - CULTURA
Dispensa de Licitação 003/2014 - CULTURA
Termo de Anulação
Anula-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da Lei 8666/1993.

Porto União SC, 19 de maio de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Termo de Homologação de Pregão Presencial 007/2014 - Cultura

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 009/2014 - CULTURA
Pregão Presencial 007/2014
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
PAULO SORANSSO FEIRAS E EVENTOS - ME.

Porto União SC, 10 de junho de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Termo de Homologação de Pregão Presencial 034/2014 - Carona

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 060/2014-CARONA
Pregão Presencial 034/2014
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
JK PNEUS LTDA
PNEUFORTE COM. E RECAPAGENS LTDA
MODELO PNEUS LTDA

Porto União SC, 03 de junho de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Termo de Homologação de Pregão Presencial 009/2014 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 015/2014 FAS
Pregão Presencial 009/2014
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
SUPERMERCADO DUKELLI LTDA - EPP
JACKIW ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA - EPP
MERCADO KOSERA LTDA - ME

Porto União SC, 09 de Junho de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Termo de Homologação de Tomada de Preços 001/2014 - Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 019/2014 - EDUCAÇÃO
Tomada de Preços 001/2014
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
C.A OLIVEIRA ASSESSORIA EDUCACIONAL - ME

Porto União SC, 02 de junho de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Termo de Revogação Pregão Presencial 002/2014 - FUNREBOM

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 002/2014-FUNREBOM
Pregão Presencial 001/2014
Termo de Revogação
Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da Lei 8666/1993.

Porto União SC, 03 de Junho de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Convênio Nº 006/2014

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
GRUPO ECOLÓGICO RIO DOS PARDOS
CONVÊNIO Nº 006/14

Convênio que entre si celebram o Município de Porto União e o Grupo Ecológico Rio dos Pardos, com sede no Município de Porto União - SC.

Por este instrumento, de um lado, o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Padre Anchieta, 126 - Centro - Porto União - Santa Catarina, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. ANIZIO DE SOUZA, portador do RG nº 325.323 - SC e CPF nº 180.245.569-87, doravante denominado CONCEDENTE e o Grupo Ecológico Rio dos Pardos, inscrita no CNPJ sob o nº 08.546.359/0001-70, com sede na localidade de Rio dos Pardos, Porto União, denominada CONVENIADA, neste ato representada por sua Presidente, Sra. Olívia Célia Twardowski Bondan, brasileira, portadora da CI nº 1.797.188-SC e do CPF nº 596.312.449-20, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.245, de 04 de junho de 2014, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto

O objeto do presente Convênio é o repasse de recursos financeiros à CONVENIADA, para aquisição de produtos destinados à inseminação artificial (sêmen, bainhas, nitrogênio, etc.), para a melhoria do plantel bovino, bem como pagamento de cursos de aperfeiçoamento do inseminador.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do valor

O valor do presente convênio é de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), dividido em 03 (três) parcelas mensais de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo as duas primeiras nos meses de maio e setembro de 2014, e a última no mês de janeiro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da Liberação dos Recursos

O CONCEDENTE repassará à CONVENIADA o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo as duas primeiras nos meses de maio e setembro de 2014, e a última no mês de janeiro de 2015, totalizando R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) ao ano, correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária, consignada no Orçamento Geral do Município na rubrica:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0208	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ATIVIDADE	2022	Manutenção Secretaria Municipal de Agricultura
	3350	
DOTAÇÃO	- 100	Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

CLÁUSULA QUARTA - Da utilização dos recursos

Os recursos liberados destinam-se à aquisição de produtos destinados à inseminação artificial para o melhoramento genético de animais e para custear curso de aperfeiçoamento do inseminador.

CLÁUSULA QUINTA - Das obrigações**I - Do CONCEDENTE:**

O CONCEDENTE obriga-se a repassar até o 15º dia útil de cada mês à CONVENIADA o valor correspondente a parcela conforme mencionado na Cláusula Terceira.

II - Da CONVENIADA:

A CONVENIADA obriga-se a prestar contas até 60 (sessenta) dias, mediante a apresentação de cópia documental dos recursos recebidos, a partir da data do primeiro pagamento efetuado pelo CONCEDENTE, conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

CLÁUSULA SEXTA - Da legislação aplicável

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o concedente e a conveniada, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA OITAVA - Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo concedente, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - Dos casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da rescisão

Poderão as partes, a qualquer tempo, observadas as suas conveniências, darem por extinto o presente termo, devendo o interessado notificar por escrito o outro, de suas intenções, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - Do prazo e da vigência

O presente Convênio terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União para dirimir as questões decorrentes da execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 04 de junho de 2014.

Prefeito Municipal

Presidente do Grupo Ecológico Rio dos Pardos

TESTEMUNHAS:

1.Nome: Paulo Rubens Buch
CPF nº 485.157.019-87

2.Nome: Ricardo Dragoni
CPF nº 420.445.539-53

Convênio Nº 007/2014

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS E MORADORES DA CABECEIRA DO BARRA GRANDE

CONVÊNIO Nº 007/14

Convênio que entre si celebram o Município de Porto União e a Associação dos Produtores Rurais e Moradores da Cabeceira do Barra Grande, com sede no Município de Porto União - SC.

Por este instrumento, de um lado, o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Padre Anchieta, 126 - Centro - Porto União - Santa Catarina, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. ANIZIO DE SOUZA, portador do RG nº 325.323 - SC e CPF nº 180.245.569-87, doravante denominado CONCEDENTE e a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS E MORADORES DA CABECEIRA DO BARRA GRANDE, inscrita no CNPJ sob o nº 10.291.848/0001-70, com sede na Cabeceira do Barra Grande, Porto União, denominada CONVENIADA, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Antoninho Marcos Kubiak, brasileiro, portador da CI nº 18ª R-1.459.655 e do CPF nº 531.343.549-34, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.246, de 04 de junho de 2014, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto

O objeto do presente Convênio é o repasse de recursos financeiros à CONVENIADA, para aquisição de produtos destinados à inseminação artificial (sêmen, bainhas, nitrogênio, etc.), para a melhoria do plantel bovino, bem como pagamento de cursos de aperfeiçoamento do inseminador.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do valor

O valor do presente convênio é de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), dividido em 03 (três) parcelas mensais de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo as duas primeiras nos meses de maio e setembro de 2014, e a última no mês de janeiro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da Liberação dos Recursos

O CONCEDENTE repassará à CONVENIADA o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo as duas primeiras nos meses de maio e setembro de 2014, e a última no mês de janeiro de 2015, totalizando R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) ao ano, correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária, consignada no Orçamento Geral do Município na rubrica:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0208	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ATIVIDADE	2022	Manutenção Secretaria Municipal de Agricultura
DOTAÇÃO	3350 - 100	Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

CLÁUSULA QUARTA - Da utilização dos recursos

Os recursos liberados destinam-se à aquisição de produtos destinados à inseminação artificial para o melhoramento genético de animais e para custear curso de aperfeiçoamento do inseminador.

CLÁUSULA QUINTA - Das obrigações**I - Do CONCEDENTE:**

O CONCEDENTE obriga-se a repassar até o 15º dia útil de cada mês à CONVENIADA o valor correspondente a parcela conforme mencionado na Cláusula Terceira.

II - Da CONVENIADA:

A CONVENIADA obriga-se a prestar contas até 60 (sessenta) dias, mediante a apresentação de cópia documental dos recursos recebidos, a partir da data do primeiro pagamento efetuado pelo

CONCEDENTE, conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

CLÁUSULA SEXTA - Da legislação aplicável

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o concedente e a conveniada, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA OITAVA - Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo concedente, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - Dos casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da rescisão

Poderão as partes, a qualquer tempo, observadas as suas conveniências, darem por extinto o presente termo, devendo o interessado notificar por escrito o outro, de suas intenções, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - Do prazo e da vigência

O presente Convênio terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União para dirimir as questões decorrentes da execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 04 de junho de 2014.
Prefeito Municipal

Presidente da Associação dos Produtores Rurais e Moradores da Cabeceira do Barra Grande

TESTEMUNHAS

1.Nome: Paulo Rubens Buch 2.Nome: Ricardo Dragoni
CPF nº 485.157.019-87 CPF nº 420.445.539-53

Convênio Nº 008/2014

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DA LINHA ROSA - ASPLIR
CONVÊNIO Nº 008/14

Convênio que entre si celebram o Município de Porto União e a Associação dos Produtores da Linha Rosa - ASPLIR, com sede no Município de Porto União - SC.

Por este instrumento, de um lado, o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Padre

Anchieta, 126 - Centro - Porto União - Santa Catarina, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. ANIZIO DE SOUZA, portador do RG nº 325.323 - SC e CPF nº 180.245.569-87, doravante denominado CONCEDENTE e a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DA LINHA ROSA - ASPLIR, inscrita no CNPJ sob o nº 06.332.249/0001-80, com sede na localidade de 25 de julho-Estrada Linha Rosa, Porto União, denominada CONVENIADA, neste ato representada por seu Presidente, Sr. José Valdemiro Rucinski, brasileiro, portador da CI nº18R/2.810.534-SC e do CPF nº 799.009.689-72, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.247, de 04 de junho de 2014, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto

O objeto do presente Convênio é o repasse de recursos financeiros à CONVENIADA, para aquisição de produtos destinados à inseminação artificial (sêmen, bainhas, nitrogênio, etc.), para a melhoria do plantel bovino, bem como pagamento de cursos de aperfeiçoamento do inseminador.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do valor

O valor do presente convênio é de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), dividido em 03 (três) parcelas mensais de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo as duas primeiras nos meses de maio e setembro de 2014, e a última no mês de janeiro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da Liberação dos Recursos

O CONCEDENTE repassará à CONVENIADA o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo as duas primeiras nos meses de maio e setembro de 2014, e a última no mês de janeiro de 2015, totalizando R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) ao ano, em c/c específica sob o nº 197.883-7, Ag. 2490, Banco do Brasil (001), correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária, consignada no Orçamento Geral do Município na rubrica:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0208	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ATIVIDADE	2022	Manutenção Secretaria Municipal de Agricultura
DOTAÇÃO	3350 - 100	Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

CLÁUSULA QUARTA - Da utilização dos recursos

Os recursos liberados destinam-se à aquisição de produtos destinados à inseminação artificial para o melhoramento genético de animais e para custear curso de aperfeiçoamento do inseminador.

CLÁUSULA QUINTA - Das obrigações

I - Do CONCEDENTE:

O CONCEDENTE obriga-se a repassar até o 15º dia útil de cada mês à CONVENIADA o valor correspondente a parcela conforme mencionado na Cláusula Terceira.

II - Da CONVENIADA:

A CONVENIADA obriga-se a prestar contas até 60 (sessenta) dias, mediante a apresentação de cópia documental dos recursos recebidos, a partir da data do primeiro pagamento efetuado pelo CONCEDENTE, conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

CLÁUSULA SEXTA - Da legislação aplicável

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o concedente e a conveniada, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA OITAVA - Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo concedente, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - Dos casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da rescisão

Poderão as partes, a qualquer tempo, observadas as suas conveniências, darem por extinto o presente termo, devendo o interessado notificar por escrito o outro, de suas intenções, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - Do prazo e da vigência

O presente Convênio terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União para dirimir as questões decorrentes da execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 04 de junho de 2014.

Prefeito Municipal

Presidente da Associação dos Produtores da Linha Rosa - ASPLIR

TESTEMUNHAS:

1.Nome: Paulo Rubens Buch
CPF nº 485.157.019-87

2.Nome: Ricardo Dragoni
CPF nº 420.445.539-53

Convênio Nº 009/2014

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE CAÇADORZINHO

CONVÊNIO Nº 009/14

Convênio que entre si celebram o Município de Porto União e a Associação de Agricultores de Caçadorzinho, com sede no Município de Porto União - SC.

Por este instrumento, de um lado, o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Padre Anchieta, 126 - Centro - Porto União - Santa Catarina, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. ANIZIO DE SOUZA, portador do RG nº 325.323 - SC e CPF nº 180.245.569-87, doravante denominado CONCEDENTE e a ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE CAÇADORZINHO, inscrita no CNPJ sob o nº 06.979.287/0001-20, com sede na Colônia Caçadorzinho - Distrito de Santa Cruz do Timbó, Porto União, denominada CONVENIADA, neste ato representada por seu Presidente, Sr. CÉLIO KUBIAK, brasileiro, portador do RG: 4.198.053-SSP/SC e do CPF nº 021.598.869-80, devidamente

autorizados pela Lei Municipal nº 4.248, de 04 de junho de 2014, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto

O objeto do presente Convênio é o repasse de recursos financeiros à CONVENIADA, para aquisição de produtos destinados à inseminação artificial (sêmen, bainhas, nitrogênio, etc.), para a melhoria do plantel bovino, bem como pagamento de cursos de aperfeiçoamento do inseminador.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do valor

O valor do presente convênio é de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), dividido em 03 (três) parcelas mensais de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo as duas primeiras nos meses de maio e setembro de 2014, e a última no mês de janeiro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da Liberação dos Recursos

O CONCEDENTE repassará à CONVENIADA o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo as duas primeiras nos meses de maio e setembro de 2014, e a última no mês de janeiro de 2015, totalizando R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) ao ano, em c/c específica sob o nº 7069-6, Ag. 3031, Banco Sicoob (756), correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária, consignada no Orçamento Geral do Município na rubrica:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0208	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ATIVIDADE	2022	Manutenção Secretaria Municipal de Agricultura
DOTAÇÃO	3350 - 100	Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

CLÁUSULA QUARTA - Da utilização dos recursos

Os recursos liberados destinam-se à aquisição de produtos destinados à inseminação artificial para o melhoramento genético de animais e para custear curso de aperfeiçoamento do inseminador.

CLÁUSULA QUINTA - Das obrigações**I - Do CONCEDENTE:**

O CONCEDENTE obriga-se a repassar até o 15º dia útil de cada mês à CONVENIADA o valor correspondente a parcela conforme mencionado na Cláusula Terceira.

II - Da CONVENIADA:

A CONVENIADA obriga-se a prestar contas até 60 (sessenta) dias, mediante a apresentação de cópia documental dos recursos recebidos, a partir da data do primeiro pagamento efetuado pelo CONCEDENTE, conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

CLÁUSULA SEXTA - Da legislação aplicável

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o concedente e a conveniada, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA OITAVA - Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo concedente,

dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - Dos casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da rescisão

Poderão as partes, a qualquer tempo, observadas as suas conveniências, darem por extinto o presente termo, devendo o interessado notificar por escrito o outro, de suas intenções, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - Do prazo e da vigência

O presente Convênio terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União para dirimir as questões decorrentes da execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 04 de junho de 2014.

Prefeito Municipal

Presidente da Associação de Agricultores de Caçadorzinho

TESTEMUNHAS:

1.Nome: Paulo Rubens Buch
CPF nº 485.157.019-87

2.Nome: Ricardo Dragoni
CPF nº 420.445.539-53

Convênio Nº 010/2014

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS DE SÃO MARTINHO - APASMAR

CONVÊNIO Nº 010/14

Convênio que entre si celebram o Município de Porto União e a Associação dos Produtores Agrícolas de São Martinho - APASMAR, com sede no Município de Porto União - SC.

Por este instrumento, de um lado, o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Padre Anchieta, 126 - Centro - Porto União - Santa Catarina, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. ANIZIO DE SOUZA, portador do RG nº 325.323 - SC e CPF nº 180.245.569-87, doravante denominado CONCEDENTE e a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS DE SÃO MARTINHO - APASMAR, inscrita no CNPJ sob o nº 04.866.361/0001-76, com sede na localidade de São Martinho, Porto União, denominada CONVENIADA, neste ato representada por seu Presidente, Sr. José Ernesto Moser, brasileiro, portador da CI nº 10/R 1.917.050-SC e do CPF nº 967.162.239-91, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.249, de 04 de junho de 2014, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto

O objeto do presente Convênio é o repasse de recursos financeiros à CONVENIADA, para aquisição de produtos destinados à inseminação artificial (sêmen, bainhas, nitrogênio, etc.), para a melhoria

do plantel bovino, bem como pagamento de cursos de aperfeiçoamento do inseminador.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do valor

O valor do presente convênio é de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), dividido em 03 (três) parcelas mensais de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo as duas primeiras nos meses de maio e setembro de 2014, e a última no mês de janeiro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da Liberação dos Recursos

O CONCEDENTE repassará à CONVENIADA o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo as duas primeiras nos meses de maio e setembro de 2014, e a última no mês de janeiro de 2015, totalizando R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) ao ano, em c/c específica sob o nº 197.069-0, Ag. 2490-2, Banco do Brasil, correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária, consignada no Orçamento Geral do Município na rubrica:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0208	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ATIVIDADE	2022	Manutenção Secretaria Municipal de Agricultura
DOTAÇÃO	3350 - 100	Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

CLÁUSULA QUARTA - Da utilização dos recursos

Os recursos liberados destinam-se à aquisição de produtos destinados à inseminação artificial para o melhoramento genético de animais e para custear curso de aperfeiçoamento do inseminador.

CLÁUSULA QUINTA - Das obrigações

I - Do CONCEDENTE:

O CONCEDENTE obriga-se a repassar até o 15º dia útil de cada mês à CONVENIADA o valor correspondente a parcela conforme mencionado na Cláusula Terceira.

II - Da CONVENIADA:

A CONVENIADA obriga-se a prestar contas até 60 (sessenta) dias, mediante a apresentação de cópia documental dos recursos recebidos, a partir da data do primeiro pagamento efetuado pelo CONCEDENTE, conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

CLÁUSULA SEXTA - Da legislação aplicável

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o concedente e a conveniada, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA OITAVA - Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo concedente, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - Dos casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da rescisão

Poderão as partes, a qualquer tempo, observadas as suas conveniências, darem por extinto o presente termo, devendo o interessado notificar por escrito o outro, de suas intenções, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - Do prazo e da vigência
O presente Convênio terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - Do Foro
Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União para dirimir as questões decorrentes da execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 04 de junho de 2014.
Prefeito Municipal

Presidente da Associação dos Produtores Agrícolas de São Martinho - APASMAR

TESTEMUNHAS

1.Nome: Paulo Rubens Buch 2.Nome: Ricardo Dragoni
CPF nº 485.157.019-87 CPF nº 420.445.539-53

Convênio Nº 011/2014 **MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO**

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SÃO MIGUEL DA SERRA - AMOSMIS

CONVÊNIO Nº 011/14

Convênio que entre si celebram o Município de Porto União e a Associação de Moradores de São Miguel da Serra - AMOSMIS, com sede no Município de Porto União - SC.

Por este instrumento, de um lado, o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Padre Anchieta, 126 - Centro - Porto União - Santa Catarina, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. ANIZIO DE SOUZA, portador do RG nº 325.323 - SC e CPF nº 180.245.569-87, doravante denominado CONCEDENTE e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SÃO MIGUEL DA SERRA - AMOSMIS, inscrita no CNPJ sob o nº 08.308.977/0001-82, com sede no Distrito de São Miguel da Serra, Porto União, denominada CONVENIADA, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Darci Weber, brasileiro, portador da CI nº 10/R 1.105.689-SSI-SC e do CPF nº 418.738.909-15, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.250, de 04 de junho de 2014, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto
O objeto do presente Convênio é o repasse de recursos financeiros à CONVENIADA, para aquisição de produtos destinados à inseminação artificial (sêmen, bainhas, nitrogênio, etc.), para a melhoria do plantel bovino, bem como pagamento de cursos de aperfeiçoamento do inseminador.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do valor

O valor do presente convênio é de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), dividido em 03 (três) parcelas mensais de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo as duas primeiras nos meses de maio e setembro de 2014, e a última no mês de janeiro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da Liberação dos Recursos
O CONCEDENTE repassará à CONVENIADA o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo as duas primeiras nos meses de maio e setembro de 2014, e a última no mês de janeiro de 2015, totalizando R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) ao ano, em c/c específica sob o nº 205.258-x, Ag. 2490, Banco do Brasil, correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária, consignada no Orçamento Geral do Município na rubrica:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0208	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ATIVIDADE	2022	Manutenção Secretaria Municipal de Agricultura
DOTAÇÃO	3350 - 100	Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

CLÁUSULA QUARTA - Da utilização dos recursos
Os recursos liberados destinam-se à aquisição de produtos destinados à inseminação artificial para o melhoramento genético de animais e para custear curso de aperfeiçoamento do inseminador.

CLÁUSULA QUINTA - Das obrigações

I - Do CONCEDENTE:

O CONCEDENTE obriga-se a repassar até o 15º dia útil de cada mês à CONVENIADA o valor correspondente a parcela conforme mencionado na Cláusula Terceira.

II - Da CONVENIADA:

A CONVENIADA obriga-se a prestar contas até 60 (sessenta) dias, mediante a apresentação de cópia documental dos recursos recebidos, a partir da data do primeiro pagamento efetuado pelo CONCEDENTE, conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

CLÁUSULA SEXTA - Da legislação aplicável

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o concedente e a conveniada, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA OITAVA - Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município pelo concedente, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - Dos casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da rescisão

Poderão as partes, a qualquer tempo, observadas as suas conveniências, darem por extinto o presente termo, devendo o interessado notificar por escrito o outro, de suas intenções, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - Do prazo e da vigência
O presente Convênio terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - Do Foro
Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União para dirimir as questões decorrentes da execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 04 de junho de 2014.
Prefeito Municipal

Presidente da Associação de Moradores de São Miguel da Serra - AMOS-MIS

TESTEMUNHAS

1.Nome: Paulo Rubens Buch 2.Nome: Ricardo Dragoni
CPF nº 485.157.019-87 CPF nº 420.445.539-53

Convênio Nº 012/2014

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE RIO BONITO
CONVÊNIO Nº 012/14

Convênio que entre si celebram o Município de Porto União e a Associação de Moradores de Rio Bonito, com sede no Município de Porto União - SC.

Por este instrumento, de um lado, o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Padre Anchieta, 126 - Centro - Porto União - Santa Catarina, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. ANIZIO DE SOUZA, portador do RG nº 325.323 - SC e CPF nº 180.245.569-87, doravante denominado CONCEDENTE e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE RIO BONITO, inscrita no CNPJ sob o nº 79.376.745/0001-00, com sede na Localidade de Rio Bonito - Porto União - SC, denominada CONVENIADA, neste ato representada por seu Presidente, Sr. ELIAS CARRER, brasileiro, portador do RG: 391.493-SSP/SC e do CPF nº 218.524.309-82, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.251, de 04 de junho de 2014, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto

O objeto do presente Convênio é o repasse de recursos financeiros à CONVENIADA, para aquisição de produtos destinados à inseminação artificial (sêmen, bainhas, nitrogênio, etc.), para a melhoria do plantel bovino, bem como pagamento de cursos de aperfeiçoamento do inseminador.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do valor

O valor do presente convênio é de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), dividido em 03 (três) parcelas mensais de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo as duas primeiras nos meses de maio e setembro de 2014, e a última no mês de janeiro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da Liberação dos Recursos

O CONCEDENTE repassará à CONVENIADA o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo as duas primeiras nos meses de maio e setembro de 2014, e a última no mês de janeiro de 2015, totalizando R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) ao ano, correndo

as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária, consignada no Orçamento Geral do Município na rubrica:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0208	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ATIVIDADE	2022	Manutenção Secretaria Municipal de Agricultura
DOTAÇÃO	3350 - 100	Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

CLÁUSULA QUARTA - Da utilização dos recursos

Os recursos liberados destinam-se à aquisição de produtos destinados à inseminação artificial para o melhoramento genético de animais e para custear curso de aperfeiçoamento do inseminador.

CLÁUSULA QUINTA - Das obrigações

I - Do CONCEDENTE:

O CONCEDENTE obriga-se a repassar até o 15º dia útil de cada mês à CONVENIADA o valor correspondente a parcela conforme mencionado na Cláusula Terceira.

II - Da CONVENIADA:

A CONVENIADA obriga-se a prestar contas até 60 (sessenta) dias, mediante a apresentação de cópia documental dos recursos recebidos, a partir da data do primeiro pagamento efetuado pelo CONCEDENTE, conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

CLÁUSULA SEXTA - Da legislação aplicável

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o concedente e a conveniada, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA OITAVA - Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo concedente, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - Dos casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da rescisão

Poderão as partes, a qualquer tempo, observadas as suas conveniências, darem por extinto o presente termo, devendo o interessado notificar por escrito o outro, de suas intenções, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - Do prazo e da vigência

O presente Convênio terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União para dirimir as questões decorrentes da execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 04 de junho de 2014.

Prefeito Municipal Presidente da Associação de Moradores de Rio Bonito

TESTEMUNHAS

1.Nome: Paulo Rubens Buch

2.Nome: Ricardo Dragoni

CPF nº 485.157.019-87

CPF nº 420.445.539-53

Convênio Nº 013/2014

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

GRUPO ECOLÓGICO RIO TAMANDUÁ

CONVÊNIO Nº 013/14

Convênio que entre si celebram o Município de Porto União e o Grupo Ecológico Rio Tamanduá, com sede no Município de Porto União - SC.

Por este instrumento, de um lado, o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Padre Anchieta, 126 - Centro - Porto União - Santa Catarina, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. ANIZIO DE SOUZA, portador do RG nº 325.323 - SC e CPF nº 180.245.569-87, doravante denominado CONCEDENTE e o Grupo Ecológico Rio Tamanduá, inscrito no CNPJ sob o nº 08.936.852/0001-05, com sede na Comunidade Rio Tamanduá, Porto União, denominado CONVENIADO, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Mário Bendlin, brasileiro, portador da CI nº 18ª R - 1.791.628 e do CPF nº 630.528.659-00, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.252, de 04 de junho de 2014, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto

O objeto do presente Convênio é o repasse de recursos financeiros ao CONVENIADO, para aquisição de produtos destinados à inseminação artificial (sêmen, bainhas, nitrogênio, etc.), para a melhoria do plantel bovino, bem como pagamento de cursos de aperfeiçoamento do inseminador.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do valor

O valor do presente convênio é de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), dividido em 03 (três) parcelas mensais de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo as duas primeiras nos meses de maio e setembro de 2014, e a última no mês de janeiro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da Liberação dos Recursos

O CONCEDENTE repassará à CONVENIADA o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo as duas primeiras nos meses de maio e setembro de 2014, e a última no mês de janeiro de 2015, totalizando R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) ao ano, correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária, consignada no Orçamento Geral do Município na rubrica:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0208	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ATIVIDADE	2022	Manutenção Secretaria Municipal de Agricultura
DOTAÇÃO	3350 - 100	Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

CLÁUSULA QUARTA - Da utilização dos recursos

Os recursos liberados destinam-se à aquisição de produtos destinados à inseminação artificial para o melhoramento genético de animais e para custear curso de aperfeiçoamento do inseminador.

CLÁUSULA QUINTA - Das obrigações

I - Do CONCEDENTE:

O CONCEDENTE obriga-se a repassar até o 15º dia útil de cada mês à CONVENIADA o valor correspondente a parcela conforme mencionado na Cláusula Terceira.

II - Da CONVENIADA:

A CONVENIADA obriga-se a prestar contas até 60 (sessenta) dias, mediante a apresentação de cópia documental dos recursos recebidos, a partir da data do primeiro pagamento efetuado pelo CONCEDENTE, conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

CLÁUSULA SEXTA - Da legislação aplicável

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o concedente e a conveniada, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA OITAVA - Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo concedente, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - Dos casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da rescisão

Poderão as partes, a qualquer tempo, observadas as suas conveniências, darem por extinto o presente termo, devendo o interessado notificar por escrito o outro, de suas intenções, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - Do prazo e da vigência

O presente Convênio terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União para dirimir as questões decorrentes da execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 04 de junho de 2014.

Prefeito Municipal

Presidente do Grupo Ecológico Rio Tamanduá

TESTEMUNHAS

1.Nome: Paulo Rubens Buch

2.Nome: Ricardo Dragoni

CPF nº 485.157.019-87

CPF nº 420.445.539-53

Decreto Nº 486/2014

DECRETO Nº 486, de 13 de junho de 2014.

Dispõe sobre delegação de competência para movimentação de conta bancária, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Delega competência ao Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade Sr. Ricardo Dragoni, como Gestor Financeiro e Portador de Cartão, o qual fica autorizado a movimentar a conta bancária da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC.

Art. 2º O mesmo estará investido nos seguintes poderes:

- 1- abrir contas de depósito;
- 2- solicitar saldos e extratos;
- 3- requisitar talonários de cheques;
- 4- retirar cheques devolvidos;
- 5- sustar/contrordenar cheques;
- 6- cancelar cheques;
- 7- baixar cheques;
- 8- efetuar resgate de aplicações financeiras;
- 9- consultar conta/aplicação programas repasse recursos federais - RPG;
- 10- solicitar saldos/extratos, exceto investimento e operação de crédito;
- 11- solicitar saldos/extratos de investimentos;
- 12- solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- 13- encerrar contas de depósito;
- 14- requisitar cartão eletrônico;
- 15- movimentar conta corrente com cartão eletrônico;
- 16- efetuar saques de conta corrente;
- 17- efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- 18- emitir comprovantes;
- 19- cadastrar, alterar e desbloquear senha.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 13 de junho de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Rio do Sul**PREFEITURA****Decreto Nº 4128, de 11 de Junho de 2014.**

DECRETO Nº 4128, 11 de junho de 2014.

"SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e na Lei Municipal Lei Nº3949 de julho de 2003, alterados pelas Leis nº 4095/2004, nº 4356/2006 e Lei nº 4603/2007.

DECRETA

Art. 1º- Substitui membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Rio do Sul:

2 - Representantes do Governo.

a) Fundação Cultural de Rio do Sul:

Titular: Marciani Raquel Bezerra.
Substitui Larissa Carolina Tenfen.

Suplente: Fernanda Seemann.
Substitui Caroline Lisa Schultz.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
11 de junho de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 4133, de 13 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 4133, de 13 de junho de 2014.

"HOMOLOGA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 097/2014".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º - Fica homologado o processo de Dispensa de Licitação Nº 097/2014 de 02.06.2014.

Parágrafo Único - Contratação de serviços de assistência técnica e extensão rural (EPAGRI), contendo as ações descritas no Plano Anual de Trabalho. Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
13 de junho de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

ERENO MARCHI
Secretário Municipal de Agricultura

Decreto Nº 4135, de 13 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 4135, de 13 de junho de 2014.

"HOMOLOGA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 094/2014".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º - Fica homologado o processo de Dispensa de Licitação Nº 094/2014 de 30.05.2014.

Parágrafo Único - Contratação de serviços e materiais para a modernização do terminal urbano, localizado na Rua Santos Dumont, bairro Centro, no município de Rio do Sul, com recursos da União. Vencedor da Licitação: Equal Construtora e Incorporadora LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

13 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO

Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

Editai de Intimação de Decisão Proferida Em Processo Administrativo 05/14

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Angelo Dolzan	xxx.019.189-xx	145411
Angelo Dolzan	xxx.019.189-xx	145412
Valdir Ernesto Fagundes	xxx.741.409-xx	145389
Claudio Luiz Finardi	xxx.325.199-xx	145702
Nelson Fronza	xxx.351.989-xx	146946
Nirce Cechet Kruscinski	xxx.835.339-xx	145402
Carlos de Souza	xxx.504.629-xx	132426

Rio do Sul, 13 de Junho de 2014.

LEONICE WITTE

Protocolo Geral

RUBENS AUGUSTO S MENSLIN

Secretário Municipal da Fazenda

Decreto Nº 4136, de 13 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 4136, de 13 de junho de 2014.

"HOMOLOGA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 093/2014".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º - Fica homologado o processo de Dispensa de Licitação Nº 093/2014 de 30.05.2014.

Parágrafo Único - Contratação de serviços e materiais para construção de 26 abrigos de passageiros no município de Rio do Sul, referente a contrapartida. Vencedor da Licitação: Serralheria Rosvale LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

13 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO

Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

Decreto Nº 4134, de 13 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 4134, de 13 de junho de 2014.

"HOMOLOGA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 092/2014".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º - Fica homologado o processo de Dispensa de Licitação Nº 092/2014 de 30.05.2014.

Parágrafo Único - Contratação de serviços e materiais para construção de 18 abrigos de passageiros no município de Rio do Sul, com recursos próprios. Vencedor da Licitação: Serralheria Rosvale LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

13 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO

Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

Decreto Nº 4127, de 11 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 4127, de 11 de junho de 2014.

"REVOGA DECRETO Nº 4095, DE 30 DE MAIO DE 2014, QUE DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, ÁREA DE TERRA PERTENCENTE A MITRA DIOCESANA DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no inciso VIII, do art. 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul,

DECRETA:

Art. 1º-

Fica revogado o Decreto nº 4095, de 30 de maio de 2014, que declara de utilidade pública para fins de desapropriação, área de terra pertencente a Mitra Diocesana de Rio do Sul.

Art. 2º-

As razões da revogação estão centradas em interesse público.

Art. 3º-

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

11 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Portaria Nº 0665/RH

PORTARIA Nº. 0665/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder prorrogação do prazo para posse, nos termos do Parágrafo 3º, Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, a ELIANA KRUSCINSCK DE OLIVEIRA, nomeado pela Portaria nº 0504/RH de 02 de maio de 2014, publicada em 07 de maio de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo Professor - Anos Iniciais, 40h, vinculado ao quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Termo de Posse E Exercício Concurso 002/2011 - Eduardo Alves de Oliveira

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) EDUARDO ALVES DE OLIVEIRA, nomeado (a) pela Portaria n. 0487/RH, de 29/04/2014, publicada no DOM na data de

07/05/2014, para exercer o cargo efetivo de EDUCADOR SOCIAL, Nível E, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 10/06/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 06 de junho de 2014.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

Termo de Posse E Exercício Concurso 002/2011 - Ane Caroline Sobota

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) ANE CAROLINE SOBOTA, nomeado (a) pela Portaria n. 0621/RH, de 29/05/2014, publicada no DOM na data de 06/06/2014, para exercer o cargo efetivo de PROFESSOR, Nível III, 20 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 10/06/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 09 de junho de 2014.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

Termo de Posse E Exercício Concurso 002/2011 - Mônica de Souza**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) MÔNICA DE SOUZA, nomeado (a) pela Portaria n. 0390/RH, de 08/04/2014, publicada no DOM na data de 23/04/2014, para exercer o cargo efetivo de PROFESSOR, Nível III, 20 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 24/06/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 09 de junho de 2014.
Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Termo de Posse E Exercício Concurso 002/2011 - Cristiane Dalmolin**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) CRISTIANE DALMOLIN, nomeado (a) pela Portaria n. 0542/RH, de 09/05/2014, publicada no DOM na data de 16/05/2014, para exercer o cargo efetivo de Fiscal de Tributos, Nível G, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 16/06/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 10 de junho de 2014.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

Termo de Posse E Exercício Concurso 002/2011 - Marcio de Oliveira Vieira**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) MARCIO DE OLIVEIRA VIEIRA, nomeado (a) pela Portaria n. 0470/RH, de 29/04/2014, publicada no DOM na data de 07/05/2014, para exercer o cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, Nível F, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 16/06/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 10 de junho de 2014.
Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Termo de Posse E Exercício Concurso 002/2011 - Dejair Paulo Sophiati Junior**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) DEJAIR PAULO SOPHIATI JUNIOR, nomeado (a) pela Portaria n. 0625/RH, de 29/05/2014, publicada no DOM na data de 09/06/2014, para exercer o cargo efetivo de Fiscal de Tributos, Nível G, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar

supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 11/06/2014. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 11 de junho de 2014.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo Nº 323/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 323/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ALVACIR MACEDO PEREIRA, portador(a) do CPF nº 741.671.709-49 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Estrada da Madeira, nº 2579, Bairro Barragem - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação - CEPLAS.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 756,00 (setecentos e cinquenta e seis reais) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 13/06/2014 e encerrando-se em 12/07/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto

dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 12 de junho de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ALVACIR MACEDO PEREIRA

Contratado (a)

Decreto Nº 4129, de 12 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 4129, de 12 de junho de 2014.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, ÁREA DE TERRA PERTENCENTE A ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina no uso das atribuições previstas no inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município e do Decreto-Lei nº 3365/41, em seu art. 5º, alínea "i" com as alterações introduzidas pela Lei nº 2786/56,

DECRETA:

Art.1º - Fica declarada de Utilidade Pública, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial, uma área de terra com 23.703,00m², que consta pertencer a ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, localizada na Rua Pedro Krankenberg, 840, bairro Bela Aliança, neste município, matriculada junto ao Registro de Imóveis e Hipotecas desta Comarca sob o nº 2602.

Art.2º - A área declarada de Utilidade Pública no artigo anterior, devidamente identificada na planta que integra o presente Decreto, destina-se a implantação de estação de tratamento de esgoto.

Art.3º - Fica a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, autorizada a tomar as providências decorrentes das ações administrativas e judiciais para fazer valer a execução deste decreto, correndo às suas expensas todas as despesas decorrentes das presentes medidas que se fizerem necessárias para a aquisição da citada área.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o DECRETO Nº 1043, de 23 de dezembro de 2009.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

12 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 4137, de 13 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 4137, de 13 de junho de 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECAÇÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.426 de 12/12/13.

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), por conta do excesso de arrecadação do Recurso da CASAN, para Repavimentação, a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.03	DEPARTAMENTO DE OBRAS E MELHORIAS VIÁRIAS		
2.038	Manutenção do Departamento de Obras e Melhorias Viárias		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01240055	Convênios do Estado	R\$	190.000,00
	TOTAL	R\$	190.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

13 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4126, de 11 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 4126, de 11 de junho de 2014.

"HOMOLOGA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 035/2014".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º - Fica homologado o processo de Dispensa de Licitação Nº 035/2014 SMASH, de 21 de maio de 2014.

Parágrafo Único - Locação de imóvel na Rua sete de Setembro, para abrigar a Sede do ACESSUAS - Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação. Locadores: Allan Cavalcanti de Albuquerque Oltan e Arícia Cavalcanti de Albuquerque Oltan.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

11 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

ERENO MARCHI

Secretário Municipal de Agricultura

Portaria Nº 0669/RH

PORTARIA Nº. 0669/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder prorrogação do prazo para posse, nos termos do Parágrafo 3º, Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, a TAIMARA DENISE DALPIAZ, nomeado pela Portaria nº 0481/RH de 29 de abril de 2014, publicada em 07 de maio de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, 40h, vinculado ao quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 0679/RH

PORTARIA Nº. 0679/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0489/2014/RH de 29/04/2014, a qual nomeia THAYNARA HERING para exercer o cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, em virtude da perda do prazo legal para posse, nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 0676/RH

PORTARIA Nº. 0676/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0467/2014/RH de 29/04/2014, a qual nomeia RAQUEL RIBEIRO MENDES para exercer o cargo de provimento efetivo TÉCNICO EM ENFERMAGEM, 40h, em virtude da perda do prazo legal para posse, nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 0677/RH

PORTARIA Nº. 0677/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0469/2014/RH de 29/04/2014, a qual nomeia CRISTINA APARECIDA RECH para exercer o cargo de provimento efetivo TÉCNICO EM ENFERMAGEM, 40h, em virtude da perda do prazo legal para posse, nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 0678/RH

PORTARIA Nº. 0678/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0471/2014/RH de 29/04/2014, a qual nomeia SILVIA REGINA PEREIRA RAMOS para exercer o cargo de provimento efetivo TÉCNICO EM ENFERMAGEM, 40h, em virtude da perda do prazo legal para posse, nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 4131, de 12 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 4131, de 12 de junho de 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.426 de 12/12/13.

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 79.217,65 (setenta e nove mil, duzentos e dezessete reais e sessenta e cinco centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior na conta corrente nº 44.016-7, de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.426/2013, visando à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.097	Ações de Saúde com Recursos do Estado		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03640055	Sup. Rec. Atenção Básica	R\$	79.217,65
	TOTAL	R\$	79.217,65

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 4122, de 09 de junho de 2014.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

12 de junho de 2014

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4124, de 10 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 4124, de 10 de junho de 2014.

"ANULA PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2014."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulado o processo licitatório representado pelo Pregão Presencial Nº 022/2014 de 28 de abril de 2014.

Parágrafo único - A anulação decidida no "caput" deste artigo, se dá em razão de interesse público.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

10 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Portaria Nº 0703/2014

PORTARIA Nº. 0703/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, a partir de 10/06/2014, o servidor municipal DEJAIR PAULO SOPHIATI JUNIOR, do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de junho de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 0704/2014

PORTARIA Nº. 0704/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, a partir de 13/06/2014, a servidora municipal ANA PAULA FASSINA, do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de junho de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Resumo do Contrato 094/2014

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 094/2014

Concorrência Pública nº 064/2014

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Orbis Engenharia Eireli ME

Objeto: execução de obras para drenagem pluvial, pavimentação em lajotas, sinalização viária e reaterro dos passeios do Beco Samuel Hoffmann, Bairro Fundo Canoas em Rio do Sul
Valor: R\$ 161.796,79 (cento e sessenta e um mil e setecentos e noventa e seis reais e setenta e nove centavos).

Prazo de Execução: 90 (noventa) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos

Recurso: Próprios/Estado

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 09 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Resumos dos Contratos 115 A 117/2014

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 115/2014

Dispensa nº 093/2014

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Serralheria Rosvale Ltda EPP

Objeto: execução de 26 (vinte e seis) abrigos para passageiros em Rio do Sul

Valor: R\$ 218.162,28 (duzentos e dezoito mil e cento e sessenta e dois reais e vinte e oito centavos).

Prazo de Execução: 120 (cento e vinte) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 20 (vinte) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos

Recurso: Próprios/Caixa

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 13 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 116/2014

Dispensa nº 092/2014

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Serralheria Rosvale Ltda EPP

Objeto: execução de 18 (dezoito) abrigos para passageiros em Rio do Sul

Valor: R\$ 98.918,49 (noventa e oito mil e novecentos e dezoito reais e quarenta e nove centavos).

Prazo de Execução: 120 (cento e vinte) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 20 (vinte) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos

Recurso: Próprios/Caixa

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 13 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 117/2014

Dispensa nº 094/2014

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Serralheria Rosvale Ltda EPP

Objeto: execução da modernização do Terminal Urbano, localizado na Rua Santos Dumont, Centro em Rio do Sul.

Valor: R\$ 186.371,42 (cento e oitenta e seis mil e trezentos e setenta e um reais e quarenta e dois centavos).

Prazo de Execução: 120 (cento e vinte) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 20 (vinte) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos

Recurso: Próprios/Caixa

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações

nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 13 de junho de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Resumo do Contrato 091/2014

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 091/2014
Tomada de Preços nº 075/2014
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: Construtora Civil MG Ltda

Objeto: execução de estabilização de taludes do escorregamento de encosta no Loteamento Liberdade, Bairro Barragem em Rio do Sul
Valor: R\$ 192.561,81 (cento e noventa e dois mil e quinhentos e sessenta e um reais e oitenta e um centavos).

Prazo de Execução: 150 (cento e cinquenta) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 20 (vinte) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos
Recurso: Próprios/Estado
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 02 de junho de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Resumo do Contrato 099/2014

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 099/2014

Tomada de Preços nº 071/2014
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: Orbis Engenharia Eireli ME
Objeto: execução de drenagem urbana em uma extensão de 80,00 metros, Bairro Jardim América em Rio do Sul
Valor: R\$ 309.642,92 (trezentos e nove mil e seiscentos e quarenta e dois reais e noventa e dois centavos).
Prazo de Execução: 120 (cento e vinte) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 30 (trinta) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos
Recurso: Próprios/Estado
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 04 de junho de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Resumos dos Contratos 096 ao 108/2014

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 096/2014
Concorrência Pública nº 066/2014
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: Orbis Engenharia Eireli ME

Objeto: execução de obras para pavimentação lajotas, drenagem e sinalização viária e pavimentação de passeios da Travessa Mônaco, Bairro Taboão em Rio do Sul, extensão de 86,24 metros, Lote 01
Valor: R\$ 110.389,67 (cento e dez mil e trezentos e oitenta e nove reais e sessenta e sete centavos).

Prazo de Execução: 90 (noventa) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos
Recurso: Próprios/Estado
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 09 de junho de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 097/2014

Concorrência Pública nº 066/2014
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: Orbis Engenharia Eireli ME

Objeto: execução de obras para pavimentação lajotas, drenagem e sinalização viária e pavimentação de passeios da Travessa Conselheiro, Bairro Taboão em Rio do Sul, extensão de 89,40 metros, Lote 02
Valor: R\$ 111.347,03 (cento e onze mil e trezentos e quarenta e sete reais e três centavos).

Prazo de Execução: 90 (noventa) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos
Recurso: Próprios/Estado

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 09 de junho de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 098/2014

Concorrência Pública nº 066/2014
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: Maurício Ely Puttkammer - ME

Objeto: execução de obras para pavimentação lajotas, drenagem e sinalização viária e pavimentação de passeios da Travessa Ênio Padilha, Bairro Taboão em Rio do Sul, extensão de 86,43 metros, Lote 03
Valor: R\$ 110.377,89 (cento e dez mil e trezentos e setenta e sete reais e oitenta e nove centavos).

Prazo de Execução: 90 (noventa) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos
Recurso: Próprios/Estado

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 09 de junho de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 099/2014

Concorrência Pública nº 066/2014
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: Maurício Ely Puttkammer - ME

Objeto: execução de obras para pavimentação lajotas, drenagem e sinalização viária e pavimentação de passeios da Travessa Imperador, Bairro Taboão em Rio do Sul, extensão de 85,83 metros, Lote 04
Valor: R\$ 109.313,92 (cento e nove mil e trezentos e treze reais e noventa e dois centavos).

Prazo de Execução: 90 (noventa) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos
Recurso: Próprios/Estado

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 09 de junho de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 100/2014

Concorrência Pública nº 066/2014
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: Maurício Ely Puttkammer - ME

Objeto: execução de obras para pavimentação lajotas, drenagem e sinalização viária e pavimentação de passeios da Rua das Orquídeas, Bairro Taboão em Rio do Sul, extensão de 129,10 metros, Lote 05
Valor: R\$ 140.956,43 (cento e quarenta mil e novecentos e cinquenta e seis reais e quarenta e três centavos).

Prazo de Execução: 90 (noventa) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos
Recurso: Próprios/Estado

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 09 de junho de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 101/2014

Concorrência Pública nº 066/2014
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: LZK Construtora Ltda

Objeto: execução de obras para pavimentação em Asfalto, drenagem e sinalização viária e pavimentação de passeios da Rua Augusto Sofka, Bairro Fundo Canoas em Rio do Sul, extensão de 248,38 metros, Lote 06.
Valor: R\$ 431.835,27 (quatrocentos e trinta e um mil e oitocentos e trinta e cinco reais e vinte e sete centavos).

Prazo de Execução: 150 (cento e cinquenta) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos
Recurso: Próprios/Estado

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
Rio do Sul/SC, 09 de junho de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 102/2014

Concorrência Pública nº 066/2014
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: LZK Construtora Ltda

Objeto: execução de obras para pavimentação em Asfalto, drenagem e sinalização viária e pavimentação de passeios da Rua Albertina Herkmann, Bairro Barragem em Rio do Sul, extensão de 384,87 metros, Lote 07
Valor: R\$ 523.254,29 (quinhentos e vinte e três mil e duzentos e cinquenta e quatro reais e vinte e nove centavos).

Prazo de Execução: 150 (cento e cinquenta) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos
Recurso: Próprios/Estado

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 09 de junho de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 103/2014

Concorrência Pública nº 066/2014
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: LZK Construtora Ltda

Objeto: execução de obras para pavimentação em Asfalto, drenagem e sinalização viária e pavimentação de passeios da Rua Imauí, Bairro Boa Vista em Rio do Sul, extensão de 210,00 metros, Lote 08.
Valor: R\$ 210.452,28 (duzentos e dez mil e quatrocentos e cinquenta e dois reais e vinte e oito centavos).

Prazo de Execução: 150 (cento e cinquenta) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos
Recurso: Próprios/Estado

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 09 de junho de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 104/2014

Concorrência Pública nº 066/2014
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: LZK Construtora Ltda

Objeto: execução de obras para pavimentação em Asfalto, drenagem e sinalização viária e pavimentação de passeios do Beco Piçarras, Bairro Bremer em Rio do Sul, extensão de 180,50 metros, Lote 09.
Valor: R\$ 204.116,42 (duzentos e quatro mil e cento e dezesseis reais e quarenta e dois centavos).

Prazo de Execução: 150 (cento e cinquenta) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos
Recurso: Próprios/Estado

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 09 de junho de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 105/2014

Concorrência Pública nº 066/2014
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: LZK Construtora Ltda

Objeto: execução de obras para pavimentação em Asfalto, drenagem e sinalização viária e pavimentação de passeios da Rua Teófilo Sofka, Bairro Fundo Canoas em Rio do Sul, extensão de 145,32 metros, Lote 10.
Valor: R\$ 185.820,68 (cento e oitenta e cinco mil e oitocentos e vinte reais e sessenta e oito centavos).
Prazo de Execução: 150 (cento e cinquenta) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos
Recurso: Próprios/Estado

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 09 de junho de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 106/2014

Concorrência Pública nº 066/2014
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: LZK Construtora Ltda

Objeto: execução de obras para pavimentação em Asfalto, drenagem e sinalização viária e pavimentação de passeios da Rua Helmut Hedel, Bairro Fundo Canoas em Rio do Sul, extensão de 50,00 metros, Lote 11.
Valor: R\$ 62.298,04 (sessenta e dois mil e duzentos e noventa e oito reais e quatro centavos).

Prazo de Execução: 150 (cento e cinquenta) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos
Recurso: Próprios/Estado

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
Rio do Sul/SC, 09 de junho de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 107/2014

Concorrência Pública nº 066/2014
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: LZK Construtora Ltda

Objeto: execução de obras para pavimentação em Asfalto, drenagem e sinalização viária e pavimentação de passeios da Rua Auta Sofka, Bairro Fundo Canoas em Rio do Sul, extensão de 160,00 metros, Lote 12.
Valor: R\$ 201.653,86 (duzentos e um mil e seiscentos e cinquenta e três reais e oitenta e seis centavos).
Prazo de Execução: 150 (cento e cinquenta) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos
Recurso: Próprios/Estado

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 09 de junho de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 108/2014

Concorrência Pública nº 066/2014
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: LZK Construtora Ltda.

Objeto: execução de obras para pavimentação em Asfalto, drenagem e sinalização viária e pavimentação de passeios da Rua Francisco Altamir Wagner, Bairro Fundo Canoas em Rio do Sul, extensão de 149,32 metros, Lote 13.
Valor: R\$ 189.045,85 (cento e oitenta e nove mil e quarenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos).

Prazo de Execução: 150 (cento e cinquenta) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos
Recurso: Próprios/Estado

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações

nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 09 de junho de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Edital de Pregão Presencial 27/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 27/2014

OBJETO: Contratação de atração artística para o evento "Os benefícios da atividade física na 3ª idade" do 9º Aniversário do programa de Atenção do Idoso - Pai desta secretaria.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, sala de reuniões, dia 26 de junho de 2014 às 09:00 horas.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Protocolar na Divisão de Suprimentos até às 08:30 do dia 26 de junho de 2014, no endereço acima.

EDITAL COMPLETO: Estará a disposição dos interessados no horário de 07:30 às 11:30 de 2º à 6ª feira, no setor de Licitações da Saúde, através do e-mail: luis.oliveira@riodosul.sc.gov.br ou no site www.riodosul.sc.gov.br.

BASE LEGAL: Lei Nº 8.666/93 e alterações.

Rio do Sul, 16 de junho de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Extrato de Minuta de Contrato Nº 33/2014

EXTRATO DE MINUTA DE CONTRATO Nº 33/2014
EXTRATO DE MINUTA DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços do processo de pregão presencial nº 25/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Objeto: O objeto deste contrato é a aquisição, pela CONTRATANTE, de um veículo, conforme características mínimas estipuladas no edital 25/2014 FMS.

Data de Assinatura: 27 de maio 2014

Assinam: Pelo Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul Sr. Luiz Carlos Zanis. Pela empresa Unidas Veiculos LTDA SR. José dos Santos Junior

Valor total do Contrato: R\$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais)

Extrato de Minuta de Contrato Nº 34/2014

EXTRATO DE MINUTA DE CONTRATO Nº 34/2014
EXTRATO DE MINUTA DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços do processo de pregão presencial nº 21/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de jardinagem, manutenção predial, hidráulica e elétrica para atender

as necessidades da secretaria e os posto de saúde.. descritos no Anexo 05.

Data de Assinatura: 27 de maio 2014

Assinam: Pelo Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul Sr. Luiz Carlos Zanis. Pela empresa STOLL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME sr. Elisio Erich Stoll

Valor total do Contrato: R\$ 49.200,00 (quarenta e nove mil e duzentos reais)

Extrato de Minuta de Contrato Nº 36/2014

EXTRATO DE MINUTA DE CONTRATO Nº 36/2014
EXTRATO DE MINUTA DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços do processo de inexigibilidade nº 26/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Objeto: Aquisição de Curso de Especialização em Enfermagem Oncológica, para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal desta Secretaria.

Data de Assinatura: 23 de maio 2014

Assinam: Pelo Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul Sr. Luiz Carlos Zanis. Pela empresa Fundação Universidade Para Desenvolvimento do Alto Vale do Itajai - UNIDAVI Representante da Universidade.

Valor total do Contrato: R\$ 14.880,00 (quatorze mil oitocentos e oitenta reais)

Validade do Contrato: 24 meses

Extrato de Minuta de Contrato Nº 42/2014

EXTRATO DE MINUTA DE CONTRATO Nº 42/2014
EXTRATO DE MINUTA DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços do processo de inexigibilidade nº 29/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de curso de especialização em Gestão Financeira e Controladoria.

Data de Assinatura: 06 de junho de 2014

Assinam: Pelo Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul Sr. Luiz Carlos Zanis. Pela empresa Fundação Universidade Para Desenvolvimento do Alto Vale do Itajai - UNIDAVI Representante da Universidade.

Valor total do Contrato: R\$ 17.712,00 (dezete mil setecentos e doze reais)

Validade do Contrato: 24 meses

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Aviso de Alteração de Abertura do Edital 54_2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL
Aviso de Alteração abertura de Edital

Edital de Licitação nº 54/2014 - Concorrência Pública nº 54/2014
Fica alterado o prazo de recebimento e abertura da documentação e propostas do Edital de Licitação acima descrito, para o dia 23 de Junho de 2014 às 08:00horas.

Lê-se: "Com recebimento da documentação e proposta até as 07h: 45min do dia 23/06/2014, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 08:00horas do mesmo dia".

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp Nº 400, Centro, Fone Fax: (0xx48) 534-1113 e e-mail: liocitacao@santarosadosul.sc.gov.br, das 08:00 às 11:30h e das 13:30h às 18:00h.

Nelson Cardoso de Oliveira.
Prefeito Municipal

Edital 64/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

LICITAÇÃO Nº 64/2014 - CV Nº 64/2014

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de Prestação de Serviço Odontológico, para os alunos das Escolas Municipais, denominado "PROJETO SORRINDO PRA VALER", em conformidade com o Termo de Referência - cronograma de atividades prescritos no Anexo I. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até as 08:45Horas/m do dia 24 de junho de 2014, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 09:00 horas do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, fone: (0xx48) 3534-1113.

Nelson Cardoso de Oliveira
Prefeito Municipal

Decreto Nº 033, de 06 de Junho de 2014.

Decreto nº 033, de 06 de junho de 2014.

Nomeia membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 703, de 09/04/2007 Decreta:

Art. 1º Ficam nomeados para membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB:

I - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

- a) FÁBIO DE SOUZA MACHADO- Titular, - Suplente WILFRIED HEMMER
b) DELCIDES PEREIRA - Titular, ROSA MARIA FERREIRA GARCIA - Suplente.

II - REPRESENTANTE DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS:

- ROSIANE ADNA BEZ DE BORBA TRICHES - Titular, MARA ZANAN-DRE DA SILVA - Suplente

III - REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS:

- CLEONICE D`AVILA DA CUNHA PEREIRA - Titular - ZIRLEI PEREIRA DA SILVA MACHADO - Suplente.

IV - REPRESENTANTE DOS SERVIDORES -ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS:

- MARGARIDA ALBINO DA ROSA - Titular - ROSILENE SILVA DA ROCHA - Suplente.

V - REPRESENTANTE DOS PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS:

- a) GEOVANA RIVAROLA AGUIAR BENENNCH - Titular - CARLA CARDOSO DA ROSA - Suplente.

- b) SANDRA LUCIANA ISOPPO - Titular - CARINA FARIAS VUOLO - Suplente

VI - REPRESENTANTE DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

- a) ELENIR SILVEIRA DOS SANTOS DE BONA - Titular, ERCILIO MACHADO CARDOSO - Suplente.

- b) LUCILENE DE BORBA PAULO - Titular, KATIA JOCELAINE DE FAVERI - Suplente

VIII - REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

- ADRIANA PIRES DA SILVA CARDOSO - Titular, ANA CRISTINA BEZERA FERREIRA - Suplente

IX - REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR:

- ROSA EM FRAGA - Titular, KELEN PATRICIA COLARES PAULO DE SOUZA - Suplente.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 06 de junho de 2014.
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

WILFRIED HEMMER
Secretário da Administração e Finanças

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Decreto 89

DECRETO Nº 089/2014
DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO
DE PROCESSO LICITATÓRIO E
DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas que lhe confere a Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94 e alterações:

Considerando a ausência de publicação do processo licitatório nº 03/2014, nos órgãos oficiais, o que viola o princípio de publicidade dos atos administrativos; considerando, por fim, o parecer jurídico emitido neste processo licitatório, o qual entende que o mesmo é manifestamente ilegal, sendo que cabe a administração rever seus atos a qualquer tempo e anular aqueles considerados manifestamente ilegais.

DECRETA

Art. 1º. Fica Anulado o Processo Licitatório nº 03/2014, Modalidade Pregão 02/2014, e todos os atos nele executados.

Art. 2º. Determino a abertura de novo processo licitatório para aquisição do objeto deste o mais breve possível.

Art. 3º. Ficam revogados as disposições em contrario.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC,
25 de Fevereiro 2014.

JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretario de Gestão e Des. Econômico.
Matricula nº 1157/6

São Bento do Sul

PREFEITURA

Inexigibilidade de Licitação Nº 178/2014

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 178/2014

OBJETO: FORNECIMENTO DE VALE TRANSPORTE PARA FUNCIONARIAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL QUE RESIDEM EM JOINVILLE E RIO PRETO.

CONTRATADO: REUNIDAS TURISMO S/A

VALOR: R\$ 8.400,00

SÃO BENTO DO SUL, 09 de Junho de 2014.
EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

ALCIONE TERESINHA HINKE
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Justificativa Inexigibilidade de Licitação Nº 178/2014

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 25 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: Fornecimento de vale transporte para funcionárias da educação infantil que residem em Joinville e Rio Preto.

II - Contratado: REUNIDAS TURISMO S.A

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A Inexigibilidade de Licitação para o fornecimento das passagens (vale transporte) se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93 e se justifica diante da inviabilidade de competição existente em realizar as referidas linhas de ônibus e nos horários compatíveis com o horário de trabalho dos servidores municipais usuários das mesmas.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada é a única a realizar as linhas de ônibus nos horários compatíveis com o horário de trabalho dos servidores para os seus locais de residência, ficando evidenciada a inviabilidade de competição para a contratação dos referidos serviços.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) é o praticado no mercado para os referidos serviços.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Secretário Municipal de Educação.

ALCIONE TERESINHA HINKE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 05 dias.

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 184/2014

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 184/2014

OBJETO: Prestação de serviços de publicações oficiais em âmbito estadual de editais de licitação, resultado, homologação, extrato de contrato, cancelamento de editais e outros atos administrativos da prefeitura municipal que se fizerem necessários pelo período de junho a dezembro/2014, conforme institui a Lei nº 8.666/93 no seu Art. 21, Inciso II, dispensada a licitação conforme Art. 24, inciso VIII da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais SC.

Valor: R\$ 10.000,00

SÃO BENTO DO SUL, 11 de junho de 2014.
EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

PEDRO IVO DIENER
CHEFE DE GABINETE

Justificativa Dispensa de Licitação Nº 184/2014

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: Prestação de serviços de publicações oficiais em âmbito estadual de editais de licitação, resultado, homologação, extrato de contrato, cancelamento de editais e outros atos administrativos da Prefeitura Municipal que se fizerem necessários pelo período de junho a dezembro/2014, conforme institui a Lei 8.666/93 no seu art. 21, inciso II, dispensada a licitação conforme art. 24, VIII, da Lei 8.666/93.

II - Contratado: Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais SC.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade:

Tendo em vista a necessidade de publicação na Imprensa Oficial do Estado, conforme institui a Lei 8.666/93, dos editais de licitação e outros documentos das diversas Secretarias Municipais, sendo que a imprensa oficial é considerada como o jornal público especialmente instituído por lei para a divulgação dos atos, contratos e outros instrumentos legais e jurídicos da Administração Pública e ainda, sendo essas entidades integrantes da Administração Pública, as responsáveis pela impressão dos Diários Oficiais que, uma vez instituídas, atraem para si todas as publicações oficiais. Destarte, só em raríssimas situações as publicações podem ser promovidas em outro jornal, a dispensa de licitação se funda no inc. VIII do art. 24 da Lei Federal das Licitações e Contratos da Administração Pública.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa foi escolhida pelas razões acima elencadas, e por ser entidade integrante da Administração Pública, criada para esse fim específico.

V - Justificativa do Preço: O Diário Oficial do Estado foi criado por lei para desempenho de funções públicas descentralizadas. Em tais casos, a contratação é feita pelos preços fixados pela contratada.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, ao Chefe de Gabinete, Pedro Ivo Diener, para ratificação.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

PEDRO IVO DIENER
CHEFE DE GABINETE

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 182/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 182/2014
MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93

de 21/06/93, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/94 e Lei 9.648 de 27/05/98, que receberá até às 09:00 horas do dia 02 de julho de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DE-MAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL NO BAIRRO CENTENÁRIO, SITUADO NA RUA HANS DIETER SCHMIDT, BAIRRO CENTENÁRIO EM SÃO BENTO DO SUL, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2014.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração

Extrato de Termo Aditivo Nº 093/2014 EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 093/2014

DA ESPÉCIE: Décimo Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 044/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CCF CONSULTORES LTDA, em 06 de outubro de 2011, conforme Convite nº 302/2011.

Considerando o objeto do Contrato nº 301/2011, que consiste na prestação de serviços de licenciamento ambiental de regularização para o Cemitério Vertical, sito à Rua Germano Brand, Schramm, contemplando: Preenchimento das informações pertinentes ao Licenciamento Ambiental; ECA; Planta Planialtimétrica do Local; Locação e Perfuração de 03 (três) Poços de Monitoramento com: Perfuração a Trado dos Três Poços; Laudo Hidrogeológico; juntada de documentação e protocolo junto a FATMA;

Considerando que o processo encontra-se em análise pelo órgão licenciador, na qual a continuidade dos serviços depende de aprovação pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA, que até o presente momento tal aprovação não foi expedida, ocasionando atraso na prestação dos serviços, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II e V, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços do Contrato por 60 (sessenta) dias, a contar de 27 de março de 2014 e com término em 25 de maio de 2014.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 60 (sessenta) dias, a contar de 27 de abril de 2014 e com término em 25 de junho de 2014.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 25 de março de 2014.

Ass: FERNANDO TURECK, como Prefeito Municipal.

CCF CONSULTORES LTDA, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 107/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 107/2014

DA ESPÉCIE: Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 365/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CCF CONSULTORES LTDA, em 16 de OUTUBRO de 2012, conforme Convite nº 339/2012.

Considerando o objeto do Contrato nº 365/2012, que consiste na contratação de empresa para solicitação de licença ambiental prévia (LAP) e elaboração de estudo ambiental simplificado (EAS), de acordo com IN 63 - Construções Viárias da FATMA, para implantação do Contorno Norte; e elaboração de estudo fitossociológico da área prevista para compensação florestal no Centenário, relativa à supressão de vegetação nativa de 02 (duas) áreas inseridas no Contorno Norte;

Considerando que o processo está em análise pelo órgão ambiental - FATMA - Fundação do Meio Ambiente, na qual a continuidade dos serviços depende da aprovação deste responsável, sendo que até o presente momento tal aprovação não foi expedida, ocasionando atraso na prestação dos serviços, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso V, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 90 (noventa) dias, a contar de 09 de abril de 2014 e com término em 07 de julho de 2014.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 07 de abril de 2014.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

RICARDO CALLADO, como Diretor do Departamento de Projetos.

CCF CONSULTORES LTDA, como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 137/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 137/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa 9 MM PROPAGANDA LTDA.

DO OBJETO: Constitui objeto deste a contratação de serviços de agência de propaganda, que se compõe de planejamento, criação, execução, distribuição, veiculação e controle de campanhas publicitárias, promoções, materiais de divulgação, produção gráfica, eletrônica (Vt, Spot etc...), eventos e outros serviços necessários às ações de comunicação social da Administração Municipal.

O presente contrato, assim como a Licitação da qual decorreu, não obriga a Prefeitura a contratar todos os objetos e/ou quantidades acima indicadas, sendo solicitados de acordo com as necessidades do Município, conforme consta no edital de Concorrência nº 316/2013.

DO VALOR: R\$ 900,000,00 - Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 07 de maio de 2014.

ASS: PEDRO IVO DIENER, como Chefe de Gabinete do Município.

9 MM PROPAGANDA LTDA, como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 160/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 160/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa AMBIENTAL AJARDINAMENTOS LTDA.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na manutenção externa na área do Pátio do 23º BPM - Polícia Militar, sendo serviços de jardinagem, corte de grama e limpeza do pátio, Convênio Prefeitura/Rádio Patrulha e conforme Compra Direta nº 1214/2014.

DO VALOR: R\$ 5.160,00 - Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 07 (sete) meses e 16 (dezesesseis) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 15 de maio de 2014.

ASS: NIVALDO BOGO, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.

AMBIENTAL AJARDINAMENTOS LTDA, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 066/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 066/2014

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 307/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa JCE SERVIÇOS LTDA, em 25 de SETEMBRO de 2013, conforme Convite nº 192/2013.

Considerando o objeto do Contrato nº 307/2013, que consiste na contratação de empresa especializada em fornecimento de serviços e materiais para instalações elétricas no CEIM Doce Infância, situado a Rua Roberto Liebl, no Loteamento Alpestre, conforme anexo I do presente Edital e memorial descritivo;

Considerando a burocracia para a concessionária local autorizar a ligação de energia para a obra, e para que esses trâmites possam ser resolvidos, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 01 (um) mês, a contar de 25 de fevereiro de 2014 e com término em 24 de março de 2014.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 21 de fevereiro de 2014.

Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, como Secretária de Educação do Município.

JCE SERVIÇOS LTDA, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 109/2014**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 109/2014**

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel de nº 046/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o Sr. ALCIDES JOSÉ HRUSCHKA, em 28 de JANEIRO de 2014, conforme Dispensa de Licitação nº 11/2014.

Considerando o objeto do Contrato de nº 046/2014 a locação de um terreno com área de 6.215,50 m², localizado às margens do Rio São Bento, fazendo frente para a Rodovia SC-301, nº 80, em relação à Rodovia esta em declive, porém em sua maioria é plano e possui forma irregular. Como está localizado nas duas laterais da Rua Expedicionário Oscar Schneider como último terreno, esta Rua está sendo utilizada como pátio, inclusive com portão, (que impede o acesso público) e que aumenta a área disponível para uso, caracterizando um só terreno e, do imóvel, com área de 943,31 m² das construções, localizado na Rodovia SC-301, nº 200, entre o trevo de Oxford e a ponte do Rio São Bento, Bairro Boehmerwald e cortado pela Rua Expedicionário Oscar Schneider (por ser composto de várias escrituras), conforme matrículas nºs 28.899, livro 2 de 10/03/2003, 4.408, livro 2 de 05/08/1982, 4.422, livro 2 de 05/04/1982, 0.582, livro 2 de 06/12/1976, 4.637, fls 077, livro 3-C de 28/12/1972, 3.822, fls 236, livro 3-B de 05/02/1971 e 3.957, fls 260, livro 3-B de 22/06/1971;

Considerando que houve renegociação junto ao Locador do valor do aluguel de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais) para R\$ 9.811,46 (nove mil oitocentos e onze reais e quarenta e seis centavos) mensais, faz-se necessário suprimir o referido contrato, nos seguintes termos:

Fica suprimido do contrato o valor total de R\$ 20.262,48 (vinte mil duzentos e sessenta e dois reais e quarenta e oito centavos) para os 12 (doze) meses de Contrato, de acordo com o Art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93;

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 08 de abril de 2014.

Ass: NIVALDO BOGO, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.

ALCIDES JOSÉ HRUSCHKA, como Locador.

Extrato de Contrato Nº 133/2014**EXTRATO DO CONTRATO Nº 133/2014**

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Locação de Imóvel para Aluguel de Espaço Físico para Abrigar Extensão do CEIM Tempo Mágico para atendimento de berçário, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o Sr. DELMINO SOARES DA CUNHA.

DO OBJETO: Um terreno urbano, localizado na Zona Comercial 1 (ZC-1), na Rua Wenzel Kahlofer, nº 71, Centro de São Bento do Sul - SC, de formato irregular, cercado, com área total de 908,89 m², edificado com um prédio composto de uma casa residencial e 02 salas comerciais, em alvenaria, pertencentes ao Condomínio Hans Egon Kechele Filho, com área total de 321,89 m², em bom estado de conservação, com pavimento térreo e subsolo, esquadrias metálicas, piso cerâmico e tacos com os BWC, forro de madeira, laje de entepiso e uma garagem como anexo, registrado sob o nº RG 3 matrículas nº 27.178 as fls. 124/126 do livro nº 02, matrícula nº 28.177 as fls. 124/126 do livro 02 e matrícula nº 28.176 as fls.

124/126 do livro 02 do 1º Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas desta comarca para abrigar extensão do CEIM Tempo Mágico para atendimento de berçário, conforme Dispensa de Licitação nº 133/2014.

DO VALOR: R\$ 35.550,00 - Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 09 (nove) meses, a contar de 01/05/2014.

São Bento do Sul, 05 de maio de 2014.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

DELMINO SOARES DA CUNHA, como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 139/2014**EXTRATO DO CONTRATO Nº 139/2014**

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Confecção de Uniformes que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa DIMATEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na confecção de uniformes escolares (jaquetas em tecido moletom flanelado) para os alunos do Ensino Fundamental e Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, constante dos lotes de nºs 1 e 2 e conforme Pregão Presencial nº 117/2014.

DO VALOR: 263.706,32 - Valor Total.

DA VIGÊNCIA: de 60 (sessenta) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 07 de maio de 2014.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

DIMATEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA, como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 140/2014**EXTRATO DO CONTRATO Nº 140/2014**

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Confecção de Uniformes que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa E & E CONFECÇÕES LTDA.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na confecção de uniformes escolares (camisetas escolares manga curta) para os alunos do Ensino Fundamental e Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, constante dos lotes de nºs 5 e 6 e conforme Pregão Presencial nº 117/2014.

DO VALOR: R\$ 155.899,90 - Valor Total.

DA VIGÊNCIA: de 60 (sessenta) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 07 de maio de 2014.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

E & E CONFECÇÕES LTDA, como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 141/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 141/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Confeção de Uniformes que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa NILCATEX TÊXTIL LTDA.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na confecção de uniformes escolares (calças em tecido helanca escolar) para os alunos do Ensino Fundamental e Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, constante dos lotes de nºs 7 e 8 e conforme Pregão Presencial nº 117/2014.

DO VALOR: R\$ 176.544,75 - Valor Total.

DA VIGÊNCIA: de 60 (sessenta) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 07 de maio de 2014.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

NILCATEX TÊXTIL LTDA, como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 142/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 142/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Confeção de Uniformes que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa GIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na confecção de uniformes escolares (japonas de inverno em micro-fibra 100% poliéster) para os alunos do Ensino Fundamental e Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, constante dos lotes de nºs 3 e 4 e conforme Pregão Presencial nº 117/2014.

DO VALOR: R\$ 409.060,70 - Valor Total.

DA VIGÊNCIA: de 60 (sessenta) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 07 de maio de 2014.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

GIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 131/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 131/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Aquisição de Impressão que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa GRAFCOLOR ARTES GRÁFICAS LTDA.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na aquisição de material impresso para diversas Secretarias, conforme modelo disponível no Almoxarifado da SECAD, constante de 34 itens, conforme Convite nº 105/2014.

DO VALOR: R\$ 20.400,50 - Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 07 (sete) meses e 26 (vinte e seis) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 05 de maio de 2014.

ASS: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

AURIENE ROEPKE, pela Secretaria de Finanças do Município.

CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

NIVALDO BOGO, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.

GERALDO WEIHERMANN, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município.

ROBERTO SCHWEITZER DE ALBUQUERQUE, pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA, pela Secretaria de Administração do Município.

GRAFCOLOR ARTES GRÁFICAS LTDA, como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 132/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 132/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Aquisição de Impressão que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa GISELLE MALINOWSKY EPP.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na aquisição de material impresso para diversas Secretarias, conforme modelo disponível no Almoxarifado da SECAD, constante de 12 itens, conforme Convite nº 105/2014.

DO VALOR: R\$ 2.813,00 - Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 07 (sete) meses e 26 (vinte e seis) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 05 de maio de 2014.

ASS: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

AURIENE ROEPKE, pela Secretaria de Finanças do Município.

CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

NIVALDO BOGO, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.

GERALDO WEIHERMANN, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município.

ROBERTO SCHWEITZER DE ALBUQUERQUE, pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA, pela Secretaria de Administração do Município.

GISELLE MALINOWSKY EPP, como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 179/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 179/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa SOLO ENGENHARIA LTDA.

DO OBJETO: A Contratação de Empresa de Engenharia para Construção do Centro de Inovação, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memoriais Descritivos, Cronograma Físico-Financeiro e Planilha de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, que passam a fazer parte integrante deste Edital e conforme Concorrência nº 123/2014.

DO VALOR: R\$ 5.251.997,30 - Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 14 (quatorze) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 28 de maio de 2014.

ASS: GERALDO WEIHERMANN, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município.

RICARDO CALLADO, como Arquiteto e Urbanista.

SCHELIGA MONIA FOITT POLTRONIERI, como Engenheira Civil.

EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 180/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 180/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o Sr. HELVINO WILSMANN.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na prestação de serviços de avaliação imobiliária que são necessárias para determinar contratos de aluguel - preços de mercado, bem como para estabelecer preços de imóvel em área rural conforme Compra Direta nº 1378/2014 e Compra direta nº 1376/2014.

DO VALOR: R\$ 7.500,00 - Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 08 (oito) meses a contar de 01/05/2014.

São Bento do Sul, 28 de maio de 2014.

ASS: AURIENE ROEPKE, pela Secretaria de Finanças do Município.

HELVINO WILSMANN, como Contratado.

Extrato de Contrato Nº 149/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 149/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Equipamentos que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa MARLENE RAWIETSCH KRAUSE ME - EMPÓRIO MISTURA FINA.

DO OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a aquisição de equipamentos e confecção de material de divulgação para suporte dos cursos de apoio a sustentabilidade econômica das mulheres

através de capacitação e de ações que auxiliarem o seu desenvolvimento, conforme Plano de Trabalho e Convênio nº 0021/2013 - SPM/PR, Processo nº 00036.000914/2013-96 em anexo a licitação Pregão Presencial nº 122/2014, constante dos itens 02 e 03.

DO VALOR: R\$ 9.388,00 - Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 24 (vinte e quatro) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 09 de maio de 2014.

ASS: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

GERALDO WEIHERMANN, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município.

MARLENE RAWIETSCH KRAUSE ME - EMPÓRIO MISTURA FINA, como Contratada.

Edital Nº 004/2014

PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
EDITAL N.º 004/2014

A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, através da Secretaria Municipal de Administração, torna público que fará realizar Processo Seletivo Simplificado para a contratação de pessoal, atendendo a Administração Direta e Indireta, admitidos em caráter temporário, conforme dispõe o art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município, art. 61 Inciso VII e Lei Complementar nº 2.397 de 09 de setembro de 2009.

1. DOS CARGOS

1.1 O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao provimento das vagas, referentes aos cargos disposto no quadro a seguir sempre que houver necessidade de contratação temporária, atendendo Lei Complementar nº 2.397 de 09 de Setembro de 2009.

Cargo	Carga Horária	Vencimento	Requisitos
Auxiliar de Serviços Fundação Municipal de Desportos - FMD	40 horas	R\$ 765,26	Ensino Fundamental Incompleto
Auxiliar de Serviços - Prefeitura Municipal	40 horas	R\$ 765,26	Ensino Fundamental Incompleto
Pedreiro	40 horas	R\$ 938,94	Ensino Fundamental Completo
Professor - Geografia	10/20/30/40	R\$ 2.023,61 (p/ 40 horas)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação
Professor - Geografia (não habilitado)	10/20/30/40	R\$ 1.575,03 (p/ 40 horas)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
Professor Português/Inglês	10/20/30/40	R\$ 2.023,61 (p/ 40 horas)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação
Professor Português/Inglês (não habilitado)	10/20/30/40	R\$ 1.575,03 (p/ 40 horas)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.
Professor - Artes (habilitado)	10/20/30/40	R\$ 2.023,61 (p/ 40 horas)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação
Professor - Artes (não-habilitado)	10/20/30/40	R\$ 1.575,03 (p/ 40 horas)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
Professor - Ciências (habilitado)	10/20/30/40	R\$ 2.023,61 (p/ 40 horas)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação
Professor - Ciências (não-habilitado)	10/20/30/40	R\$ 1.575,03 (p/ 40 horas)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
Professor - Oficina Dança (habilitado)	10/20/30/40	R\$ 2.023,61 (p/ 40 horas)	Habilitação = Licenciatura Plena em Educação Física
Professor - Oficina Dança (não-habilitado)	10/20/30/40	R\$ 1.575,03 (p/ 40 horas)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação ou ensino médio completo com curso na área específica
Especialista em Educação	40 horas	R\$ 2.225,97 (p/ 40 horas)	Habilitação: Licenciatura plena em pedagogia
Professor Educação Especial - Interprete de Libras	20/40 horas	R\$ 2.023,61 (p/ 40 horas)	Habilitado = Certificado de Conclusão do Curso Pleno Letras LIBRAS; ou Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - Educação Especial, com habilitação em Deficiência Auditiva com Comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS ou Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, mínimo de 120 (cento e vinte horas) ou Oficinas de Interpretação em LIBRAS; ou Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Educação Especial com comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS ou Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, mínimo de 120 horas (cento e vinte horas) ou Oficinas de Interpretação em LIBRAS; ou Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, com Certidão de Frequência em Curso de Licenciatura em Educação Especial ou em Curso de Complementação/Aprofundamento em Educação Especial, com comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS ou Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, mínimo de 120(cento e vinte horas) ou Certificado de Oficinas de Interpretação em LIBRAS .Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Especial ou Licenciatura Plena em Licenciatura Especial.

Professor Educação Especial - Interprete de Libras	20/40 horas	R\$ 1.575,03 (p/ 40 horas)	Não Habilitado = Certidão de Frequência a partir da 2ª FASE em Curso de Licenciatura Plena LIBRAS com Comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS ou Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, com no mínimo de 120(cento e vinte horas) ou Oficinas de Interpretação em LIBRAS; ou Certificado de Conclusão de Curso de Ensino Médio - Magistério Séries Iniciais do Ensino Fundamental com Comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS ou Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, mínimo de 120 (cento e vinte horas) ou Certificado de Oficinas de Interpretação em LIBRAS.
--	-------------	----------------------------	--

1.2 O Processo Seletivo Simplificado terá validade para o ano de 2014.

1.3 Os candidatos aprovados e classificados poderão ser admitidos para o preenchimento das vagas que vierem a surgir, dentro do prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado, ficando a admissão dentro do interesse e conveniência da administração.

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Processo Seletivo será regido por este Edital, eventuais retificações e/ou aditamentos, e será realizado sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

2.1.1 É de responsabilidade exclusiva do candidato, acompanhar todas as publicações referentes a este Processo Seletivo.

2.2. A aprovação no Processo Seletivo não ensejará a obrigatoriedade da admissão para o serviço público, que se dará apenas em decorrência das necessidades da administração e da existência de vagas.

2.3. Aplica-se ao pessoal contratado nos termos da Lei 2397/2009 o disposto na Consolidação das leis do Trabalho, aplicando-se supletivamente os deveres e proibições previstos do regime jurídico dos servidores municipais.

3 - DAS INSCRIÇÕES

3.1 O período das inscrições de 18 de junho de 2014 a 04 de julho de 2014.

3.2 Para inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado previsto neste Edital, o candidato deverá, fazer sua inscrição durante o período de inscrições junto à Prefeitura Municipal de São Bento do Sul no Depto de Recursos Humanos sito à Rua Jorge Lacerda, 75- Centro, no horário das 8:00 horas às 11:30 horas e 13:30 hora às 16:00 horas

3.3 O candidato deverá preencher a ficha de inscrição e verificar a exatidão das declarações nela contidas, ficando, após a assinatura, inteiramente responsável pelas informações prestadas;

3.4 Em hipótese alguma será admitida inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por instrumento procuratório com fins específicos.

3.5 Somente será considerado inscrito o candidato cuja inscrição for deferida pela Comissão do Processo Seletivo, considerando-se os critérios exigidos neste Edital.

3.6 O teor do Edital estará disponível no "site" www.saobentodosul.sc.gov.br, no link Editais de RH, e publicado no Diário Oficial dos Municípios, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato à obtenção deste documento.

3.7 São condições de inscrição:

3.7.1 Nacionalidade brasileira;

3.7.2 O gozo dos direitos civis e políticos;

3.7.3 A quitação das obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, também com as obrigações militares;

3.7.4 Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, comprovando estar em dia com o órgão regulamentador da profissão;

3.7.5 Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da admissão;

3.7.6 Ser aprovado em exame médico pré-admissional;

3.8 Ao preencher sua Ficha de inscrição, o candidato estará declarando formalmente que preenche as condições de inscrição relacionadas no item 3.7 deste Edital.

3.9 Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração quanto à identificação do candidato ou quanto ao cargo.

3.10 A inscrição do candidato importa no conhecimento e na aceitação das condições estabelecidas no presente Edital.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS CARGOS

4.1 Os cargos previstos no quadro do item 1.1 serão de Escolaridade e de Tempo de Serviço.

4.2 A classificação final dos candidatos, para cada cargo, será feita em ordem decrescente de pontos.

4.3 Grau de Instrução:

Pós Graduação	05 pontos
Ensino Superior Completo	04 pontos
Ensino Médio Completo	03 pontos
Ensino Fundamental	02 ponto
Ensino Fundamental Incompleto	01 ponto

4.4 Tempo de Serviço no exercício de cargo público ou emprego público:

a) Até 05 anos: 2,5 pontos

b) De 06 anos a 10 anos: 05 pontos

c) Acima de 10 anos: 7,5 pontos

5 - CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

5.1 Para o caso de empate, entre candidato, após a classificação final, serão aplicados os critérios de:

5.1.1 Que tenha maior número de dependentes até 16 anos;

5.1.2 Que seja mais idoso.

5.2 A lista com o resultado final será divulgada no site www.saobentodosul.sc.gov.br, no link Editais de RH e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

5.3 O candidato terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de divulgação da listagem para entrar com pedido de reconsideração da classificação, junto à Secretaria Municipal de Administração.

6. DO REGIME JURÍDICO

6.1 Os habilitados e classificados no processo seletivo serão admitidos sob regime Administrativo Especial, conforme Lei Complementar nº 2.397 de 09 de Setembro de 2009.

7. DAS EXIGÊNCIAS PARA A ADMISSÃO

7.1 Os candidatos classificados serão admitidos obedecendo rigorosamente à ordem de classificação por cargo função.

7.2 A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso automático no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul. A admissão é de competência da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

7.3 Por ocasião da admissão serão exigidos do candidato habilitado os seguintes documentos, sob pena de exclusão do presente processo:

- ABERTURA DE CONTA CORRENTE no Banco Caixa Econômica Federal - SBS;

- Documentos necessários para Abertura da conta corrente: Identidade, CPF, Comprovante de Residência (mês atual) e Comprovante de Renda (Expedido pelo Depto. Recursos Humanos da PMSBS).

- 01 Foto 3x4

- Exame Pré-admissional; (Realizado no Posto Central, com agendamento no RH)

- Declaração negativa de que não exerce cargo ou emprego público;

- Declaração de que não percebe Aposentadoria ou Benefício proveniente de Regime Próprio de Previdência Social, e ou, do Regime Geral de Previdência Social, relativo a emprego público;

- Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art.151 da Lei 228/2001;

- Declaração de Bens que constituem o seu Patrimônio;

- Certidões Negativas expedidas pelos cartórios de Crimes e Fiscais da Comarca - de São Bento do Sul através do site www.tjsc.jus.br

Fotocópias (xerox):

- Cédula de Identidade;

- C.P.F.;

- Título de Eleitor e comprovante de votação da última Eleição;

- Certidão de Nascimento, e ou, Casamento;

- Certidão de Nascimento e da Carteira de Vacinação dos Filhos menores de 14 anos, (páginas contendo o nome e comprovação das vacinas);

- Atestado de Frequência Escolar dos Filhos entre 06 e 14 anos;

- Certificado de Alistamento Militar;

- Comprovante de Residência Atual;

- Comprovante de Escolaridade Diploma ou Certificado de conclusão; com apresentação do original no ato da admissão;

- Carteira de vacina contra Rubéola. (Frente e Verso)

- Nº do PIS/PASEP e sua data de Cadastro;

- Carteira de Trabalho onde consta a Foto e os dados Pessoais.

7.4 Será excluído do Processo Seletivo Simplificado o candidato que:

a) Fizer em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexistente;

b) Não mantiver atualizado seu endereço. Em caso de alteração

do endereço constante da "FICHA DE INSCRIÇÃO", o candidato deverá comparecer à Secretaria de Municipal de Administração no Departamento de Recursos Humanos sito à Rua Jorge Lacerda nº 75 - Centro, e preencher documento indicando seu cargo função - fazendo menção expressa que se relaciona ao Processo Seletivo Simplificado objeto deste Edital.

8. DA ESCOLHA DE VAGA

8.1 - A escolha da vaga ocorrerá de acordo com a ordem de classificação e será realizada pela Secretaria Municipal de Administração através do Departamento de Recursos Humanos.

8.2 - A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato não podendo ser realizada por meio de procuração;

8.3 - No surgimento de vagas caberá a Secretaria Municipal de Administração através do Departamento de Recursos Humanos realizar a chamada para contratação via telefone, email ou através de correspondência enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, com aviso de recebimento (AR);

8.4 O candidato terá o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados a partir da data de recebimento da comunicação via telefone, email ou de correspondência enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, com aviso de recebimento (AR), para se apresentar.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 O Poder Executivo do Município de São Bento do Sul - SC não se responsabiliza por eventual prejuízo do candidato na fase de admissão, decorrentes de:

a) endereço não atualizado;

b) endereço de difícil acesso;

c) correspondência devolvida pela Empresa de Correios e Telégrafos por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;

d) correspondência recebida por terceiros.

9.2. Durante o prazo de validade do Processo Seletivo o candidato aprovado deverá manter seu endereço atualizado, devendo em caso de alteração do mesmo comunicar oficialmente ao - Departamento de Recursos Humanos.

9.3. Durante o prazo de validade do Processo Seletivo, será respeitada a ordem de classificação obtida pelos candidatos para admissão nas vagas existentes ou que porventura vierem a existir, de acordo com suas necessidades e disponibilidade financeira, não havendo obrigatoriedade de contratação de todos os candidatos.

9.4 Os casos omissos e situações não previstas neste edital, serão analisadas e deferidas pela Comissão Organizadora deste Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal de São Bento do Sul.

9.5 A homologação do resultado deste Processo Seletivo Simplificado será efetuada por cargo função.

9.6 O Edital, resultado final e homologação serão publicados no Diário dos Municípios e disponibilizados no "site" www.saobentodosul.sc.gov.br - no link /EditaisRH

9.7 É vedada a inscrição neste Processo Seletivo Simplificado de quaisquer membros da Comissão organizadora.

9.8 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação das condições estabelecidas no teor deste Edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

9.9 Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo.

São Bento do Sul-SC, 12 de junho de 2014.

Fernando Tureck

Prefeito Municipal

Errata Portaria Nº 5734/2014**ERRATA:**

No Diário Oficial Municipal nº 1506, de 12 de junho de 2014, página 198, na publicação da Portaria nº 5734/2014, no local que se lê "a partir de 04 de julho de 2014" leia-se "a partir de 04 de junho de 2014".

IPRESBS

Portaria IPRESBS Nº 194/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 194/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 31/05/2014 a 30/08/2014, concedido a servidora OLGA CRISTINA ROCHA PESSIN ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº.006/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/05/2014.

São Bento do Sul, 12/06/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 195/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 195/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, em decorrência de acidente de trabalho, no período de 12/06/2014 a 26/06/2014, a servidora ANA NELY HANSCH, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 28/05/2014 a 11/06/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12/06/2014.

São Bento do Sul, 12/06/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 196/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 196/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 15/06/2014 a 19/08/2014, a servidora MONICA LIEBL ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 31/05/2014 a 14/06/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15/06/2014.

São Bento do Sul, 12/06/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 198/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 198/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, em decorrência de acidente de trabalho, no período de 30/05/2014 a 13/07/2014, a servidora ANDREA CRISTINA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Saúde conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 15/05/2014 a 29/05/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30/05/2014.

São Bento do Sul, 12/06/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 199/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 199/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 17/06/2014 a 04/07/2014, a servidora ADELANE

APARECIDA DE LIMA ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 02/06/2014 a 16/06/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17/06/2014.

São Bento do Sul, 12/06/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 200/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 200/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 31/05/2014 a 17/07/2014, concedido ao servidor ANTONIO VILMAR CHAVES ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Fundação Municipal de Desportos, através da Portaria IPRESBS nº. 457/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/05/2014.

São Bento do Sul, 13/06/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 201/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 201/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 13/06/2014 a 12/08/2014, a servidora ROSELI D APARECIDA ALVES DA SILVA ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 29/05/2014 a 12/06/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13/06/2014.

São Bento do Sul, 13/06/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 202/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 202/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, em decorrência de acidente de trabalho, pelo período de 31/05/2014 a 29/08/2014, concedido à servidora ANISIA RUDNICK RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 099/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/05/2014.

São Bento do Sul, 13/06/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 203/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 203/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 27/05/2014 a 30/07/2014, a servidora CAROLINE PRISCILA MACHADO ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 12/05/2014 a 26/05/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 27/05/2014.

São Bento do Sul, 13/06/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 197/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 197/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 04/06/2014 a 01/09/2014, concedido a servidora SIDERLENE NENEVE ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Administração, através da Portaria IPRESBS nº. 233/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04/06/2014.

São Bento do Sul, 12/06/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

SAMAE**Extrato de Contrato Nº 44/2014**

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Contrato Nº.: 44/2014

Contratante.: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada.: IMPACTO ENGENHARIA LTDA - ME

Valor.: R\$ 10.959,92 (dez mil, novecentos e cinquenta e nove Reais e noventa e dois centavos) valor total.

Vigência: Início: 22/05/2014 - Término: 16/05/2015

Licitação: 21/2014

Recursos: Dotação: (45) - 4.4.90.51.00 Setor de Abastecimento de Água, exercício vigente.

Objeto: contratação de Empresa especializada para a prestação de serviço de construção, com fornecimento de material, de muro de contenção para o canal de captação de água do Rio Vermelho.

São Bento do Sul, 27 de maio de 2014

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

São Carlos**PREFEITURA****Extrato Cont N26/2014**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	:26/2014
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	DE MARCO S.A COMÉRCIO DE VEÍCULOS
Objeto :	AQUISIÇÃO DE VEICULOS GM MONTANA-MANUTENÇÃO DO CONVENIO -AQUIS VEICULOS PARA ATIVIDADES DA AGRICULTURA DE SCARLOS - 2014002573
Valor :	R\$71.900,00(Setenta e um mil e novecentos reais)
Vigência :	90 dias
Licitação :	52/2014
SAO CARLOS, 13 de junho de 2014.	
CLEOMAR WEBER KUHN	
PREFEITO MUNICIPAL	

São Domingos

PREFEITURA

por 1624 de 09 06 14 Autoriza A Conduzir Veiculos Sabrina E Jussara

PORTARIA Nº 1624, DE 09 DE JUNHO DE 2014.

Autoriza servidoras a conduzir veículos públicos municipais.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90.

*Considerando a necessidade de manutenção contínua dos serviços no Município;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam autorizadas a conduzir veículos de propriedade deste município a empregada pública municipal Sabrina de Fátima Forosteski, ocupante do emprego de Psicólogo, portadora da Carteira Nacional de Habilitação com registro sob o nº 04519042469, e a Servidora Jussara Nunes, ocupante do cargo de Assistente Social, portadora da Carteira de Habilitação com Registro sob o nº 01040860059.

Art. 2º A servidora e empregada ora autorizadas a conduzir os veículos públicos municipais ficam responsáveis pelo seu uso, manutenção, abastecimento, zelo, preenchimento do diário de bordo e por eventuais sinistros.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 09 de junho de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

por 1625 de 09 06 14 Lota Servidoras Publicas Municipais Juliane, Sabrina ,Jussara

PORTARIA Nº 1625, DE 09 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a lotação de empregada e servidoras públicas municipais.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90; na Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08, atualizada; Lei Complementar 042 de 04/04/12, atualizada, e pela Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12;

*Considerando a necessidade de adequação na lotação de servidores públicos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam lotadas na Secretaria Municipal de Assistência Social as servidoras públicas municipais Juliane Belle Vieira, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, Jussara Nunes, ocupante do cargo de Assistente Social e Sabrina de Fátima Forosteski, ocupante do emprego público de Psicólogo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 09 de junho de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

por 1626 de 09 06 14 Designa Servidoras Publicas Municipais da Secretaria de Educação

PORTARIA N.º 1626 DE 09 DE JUNHO DE 2014

Dispõe sobre a designação de servidores públicos municipais e dá outras providências

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 atualizada, pela Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12 e pela Lei Complementar nº 0043 de 26/07/2012 :

- Considerando a necessidade de adequação dos servidores públicos municipais;

- Considerando os princípios da legalidade e do interesse público dos atos da administração;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os servidores públicos municipais abaixo, para atuarem durante o ano letivo de 2014, nos locais a seguir relacionados:

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL NAIR TEIXEIRA MORSCHER				
NOME	CARGO	C. HR	TURNO	TURMA
Eliane Rodrigues Lisboa	Professora PD/C-III (ACT)	20 hs.	Vespertino	5º Ano
Adriana Mainardes de Oliveira	Professora PD/C-III	20 hs	Vespertino	3º Ano
Cleonice Gonçalves Frith	Professora PD/A-I (ACT)	20 hs	Matutino	5º Ano (2º Professor)

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL CRIANÇA FELIZ				
NOME	CARGO	C. HR	TURNO	TURMA
Giovana Waelendorff	Agente Educativo	40 hs.	Mat/Vesp.	Berçário

TODAS AS ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL				
NOME	CARGO	C. HR	TURNO	TURMA
Gracieli Aparecida da Silveira	Professora PD/A-I (ACT)	40 hs.	Mat/Vesp.	Literatura Infantil todas as turmas

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 09 de junho de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

São João do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 047 de 10 de Junho de 2014

DECRETO Nº 047 DE 10 DE JUNHO DE 2014

"Abre crédito suplementar ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de São João do Sul e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1.719 de 10 de junho de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de São João do Sul, no valor de R\$ 292.000,00 (duzentos e noventa e dois mil reais), com as seguintes classificações:

0401 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

04.123.0123.2005 - Manutenção da Secretaria de Finanças

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

0501 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0128.2031 - Manutenção da Secretaria de Educação

3.1.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 64.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

12.361.0128.2036 - Manutenção do Transporte Escolar

3.1.90.00.00.00.00.00.0098 - Aplicações Diretas R\$ 34.000,00

0901 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

26.782.0135.2051 - Manutenção da Rede Viária Municipal

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

02 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

17.512.0135.2058 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

1001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

20.606.0133.2046 - Assistência ao Produtor Rural, Pecuáristas e Pescadores

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

TOTAL R\$ 292.000,00

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro serão anuladas das seguintes dotações orçamentárias:

0201 - GABINETE DO PREFEITO

06.181.0124.2012 - Manutenção e Estruturação da Defesa Civil

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 5.500,00

0501 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0128.2029 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 68.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0098 - Aplicações Diretas R\$ 34.000,00

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, CULTURA, ESPORTE, TURISMO E MEIO AMBIENTE

04.121.0123.2006 - Manutenção da Sec. De Planejamento, Cultura, Esporte, Turismo e Meio Ambiente

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 34.000,00

13.392.0129.1040 - Ampliação e Construção de Espaços Culturais, de Exposições e Eventos

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

13.392.0129.2039 - Manutenção da Cultura, Realização de Eventos, Festas e Atividades Culturais

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 82.000,00

18.541.0131.2043 - Manutenção do Meio Ambiente

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

23.695.0132.1045 - Infraestrutura e Pórticos para o Turismo

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0125.2013 - Programa de Atendimento Integral a Família (PAIF e SCFV)

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

08.244.0126.2015 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 3.500,00

TOTAL R\$ 292.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
10 de junho de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Decreto Nº 048 de 10 de Junho de 2014

DECRETO Nº 048 DE 10 DE JUNHO DE 2014

"Abre crédito suplementar ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1.720 de 10 de junho de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sul, no valor de R\$ 87.752,89 (oitenta e sete mil, setecentos e cinquenta e dois reais e oitenta e nove centavos), com as seguintes classificações:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0127.2024 - Manutenção das Ações Básicas de Saúde e Equipes de Programas de Saúde Básica
3.1.90.00.00.00.00.00.0085 - Aplicações Diretas R\$ 87.752,89

TOTAL R\$ 87.752,89

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será anulada da seguinte dotação orçamentária:

0101 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0101.2001 - Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 87.752,89

TOTAL R\$ 87.752,89

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
10 de junho de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Decreto Nº 049 de 10 de Junho de 2014

DECRETO Nº 049 DE 10 DE JUNHO DE 2014

"Abre crédito suplementar ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1.721 de 10 de junho de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar ao

orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sul, no valor de R\$ 104.436,36 (cento e quatro mil, quatrocentos e trinta e seis reais e trinta e seis centavos), com as seguintes classificações:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0127.2024 - Manutenção das Ações Básicas de Saúde e Equipes de Programas de Saúde Básica
3.1.90.00.00.00.00.00.0085 - Aplicações Diretas R\$ 104.436,36

TOTAL R\$ 104.436,36

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro serão anuladas das seguintes dotações orçamentárias:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0126.2015 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 14.500,00

03 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

16.481.0126.1020 - Construções e Melhorias de Unidades Habitacionais

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

26.782.0135.1052 - Construção e Conservação de Pontes e Bueiros

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

02 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

17.512.0135.1059 - Infraestrutura para Saneamento Básico

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 4.936,36

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

1001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

20.606.0133.1048 - Construção de Infraestrutura para Agropecuária e Pesca

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

22.661.0134.2049 - Manutenção e Incentivo ao Setor de Indústria e Comércio

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 104.436,36

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
10 de junho de 2014.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Decreto Nº 050 de 10 de Junho de 2014

DECRETO Nº 050 DE 10 DE JUNHO DE 2014

"Abre crédito suplementar ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1.722 de 10 de junho de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sul, no valor de R\$ 14.509,40 (quatorze mil, quinhentos e nove reais e quarenta centavos), com as seguintes classificações:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0127.2024 - Manutenção das Ações Básicas de Saúde e Equipes de Programas de Saúde Básica
3.1.90.00.00.00.00.00.0085 - Aplicações Diretas R\$ 14.509,40

TOTAL R\$ 14.509,40

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro serão anuladas das seguintes dotações orçamentárias:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0127.1027 - Construção, Ampliação e Reforma da Rede Física de Saúde - Unidades Básicas de Saúde e Academias

4.4.90.00.00.00.00.00.0085 - Aplicações Diretas R\$ 11.568,00

10.301.0127.1028 - Aquisição de Veículos para Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00.0085 - Aplicações Diretas R\$ 2.941,40

TOTAL R\$ 14.509,40

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
10 de junho de 2014.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Lei Nº 1.719 de 10 de Junho de 2014

LEI Nº 1.719 DE 10 DE JUNHO DE 2014

Autoriza abertura de crédito suplementar ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de São João do Sul, no valor de R\$ 292.000,00 (duzentos e noventa e dois mil reais), com as seguintes classificações:

0401 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

04.123.0123.2005 - Manutenção da Secretaria de Finanças

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

0501 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0128.2031 - Manutenção da Secretaria de Educação

3.1.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 64.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

12.361.0128.2036 - Manutenção do Transporte Escolar

3.1.90.00.00.00.00.00.0098 - Aplicações Diretas R\$ 34.000,00

0901 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

26.782.0135.2051 - Manutenção da Rede Viária Municipal

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

02 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

17.512.0135.2058 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

1001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

20.606.0133.2046 - Assistência ao Produtor Rural, Pecuáristas e Pescadores

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

TOTAL R\$ 292.000,00

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro serão anuladas das seguintes dotações orçamentárias:

0201 - GABINETE DO PREFEITO

06.181.0124.2012 - Manutenção e Estruturação da Defesa Civil

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 5.500,00

0501 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0128.2029 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 68.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0098 - Aplicações Diretas R\$ 34.000,00

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, CULTURA, ESPORTE, TURISMO E MEIO AMBIENTE

04.121.0123.2006 - Manutenção da Sec. De Planejamento, Cultura, Esporte, Turismo e Meio Ambiente

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 34.000,00

13.392.0129.1040 - Ampliação e Construção de Espaços Culturais, de Exposições e Eventos

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

13.392.0129.2039 - Manutenção da Cultura, Realização de Eventos, Festas e Atividades Culturais

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 82.000,00

18.541.0131.2043 - Manutenção do Meio Ambiente

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

23.695.0132.1045 - Infraestrutura e Pórticos para o Turismo

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

08.244.0125.2013 - Programa de Atendimento Integral a Família (PAIF e SCFV)

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

08.244.0126.2015 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 3.500,00

TOTAL R\$ 292.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
10 de junho de 2014.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Lei Nº 1.720 de 10 de Junho de 2014

LEI Nº 1.720 DE 10 DE JUNHO DE 2014

Autoriza abertura de crédito suplementar ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sul, no valor de R\$ 87.752,89 (oitenta e sete mil, setecentos e cinquenta e dois reais e oitenta e nove centavos), com as seguintes classificações:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.301.0127.2024 - Manutenção das Ações Básicas de Saúde e Equipes de Programas de Saúde Básica

3.1.90.00.00.00.00.00.0085 - Aplicações Diretas R\$ 87.752,89

TOTAL R\$ 87.752,89

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será anulada da seguinte dotação orçamentária:

0101 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0101.2001 - Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 87.752,89

TOTAL R\$ 87.752,89

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
10 de junho de 2014.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Lei Nº 1.721 de 10 de Junho de 2014

LEI Nº 1.721 DE 10 DE JUNHO DE 2014

Autoriza abertura de crédito suplementar ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sul, no valor de R\$ 104.436,36 (cento e quatro mil, quatrocentos e trinta e seis reais e trinta e seis centavos), com as seguintes classificações:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0127.2024 - Manutenção das Ações Básicas de Saúde e Equipes de Programas de Saúde Básica

3.1.90.00.00.00.00.00.0085 - Aplicações Diretas R\$ 104.436,36

TOTAL R\$ 104.436,36

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro serão anuladas das seguintes dotações orçamentárias:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0126.2015 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 14.500,00

03 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

16.481.0126.1020 - Construções e Melhorias de Unidades Habitacionais

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

26.782.0135.1052 - Construção e Conservação de Pontes e Bueiros

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

02 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

17.512.0135.1059 - Infraestrutura para Saneamento Básico

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 4.936,36

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

1001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

20.606.0133.1048 - Construção de Infraestrutura para Agropecuária e Pesca

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

22.661.0134.2049 - Manutenção e Incentivo ao Setor de Indústria e Comércio

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 104.436,36

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
10 de junho de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Lei Nº 1.722 de 10 de Junho de 2014

LEI Nº 1.722 DE 10 DE JUNHO DE 2014

Autoriza abertura de crédito suplementar ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sul, no valor de R\$ 14.509,40 (quatorze mil, quinhentos e nove reais e quarenta centavos), com as seguintes classificações:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0127.2024 - Manutenção das Ações Básicas de Saúde e Equipes de Programas de Saúde Básica

3.1.90.00.00.00.00.00.0085 - Aplicações Diretas R\$ 14.509,40

TOTAL R\$ 14.509,40

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro serão anuladas das seguintes dotações orçamentárias:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0127.1027 - Construção, Ampliação e Reforma da Rede Física de Saúde - Unidades Básicas de Saúde e Academias

4.4.90.00.00.00.00.00.0085 - Aplicações Diretas R\$ 11.568,00

10.301.0127.1028 - Aquisição de Veículos para Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00.0085 - Aplicações Diretas R\$ 2.941,40

TOTAL R\$ 14.509,40

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
10 de junho de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Licitação Nº 055/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 055/2014

Modalidade - Pregão Presencial nº 025/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE SEIXO BRUTO (MATERIAL E TRANSPORTE) PARA CONSERVAÇÃO DE ESTRADA, PARA ATENDIMENTO AO CONVÊNIO DO PROGRAMA 2014003592, PARA RECUPERAÇÃO DA RODOVIA MUNICIPAL SJS 405, TRECHO ENTRE TRÊS COQUEIROS/COSTA DA LAGOA BR 101, PERFAZENDO UMA EXTENSÃO DE 6.378,00 M. Os envelopes de Habilitação e Propostas: Poderão ser entregues até às 08h 15 min do dia 30/06/2014, com abertura dos envelopes prevista para as 08h 30 min do dia 30/06/2014.

A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30, ou pelo e-mail licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br

São João do Sul - SC, em 13 de Junho de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 025/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 025/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PARA USO DA SECRETARIA MUN. DE SAÚDE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: GOLD COMPUTADORES LTDA EPP

VALOR: R\$ 11.453,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 015/2014 - Pregão Presencial nº. 005/2014 de 16/04/2014, de acordo com a Lei 10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0701 - 10.301.0127.2024

- 4.4.90.52.35.00.00.00.0075; 0701 - 10.301.0127.2024

- 4.4.90.52.30.00.00.00.0075; 0701 - 10.301.0127.2024 -

4.4.90.52.33.00.00.00.0075.

São João do Sul, 02 de Maio de 2014.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

São José**PREFEITURA****Termo de Convênio (Eventos) - 38/2014/Funesj**

EXTRATOS TERMOS DE CONVÊNIOS

MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO E PATROCÍNIO A EVENTOS DE ESPORTE E LAZER

DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

No mês de Maio do ano de 2014, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grand, resolve celebrar Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo. Ressalta-se que a Minuta de Convênio e o respectivo Plano de Trabalho foram aprovados pelo Parecer Jurídico nº 186/2014, emitido no Processo Administrativo nº 6054/2014.

Espécie: Termo de Convênio (Eventos)

Número: 38/2014/FUNESJ

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.405

Elemento de Despesas: 41.3.3.90.39.00.00.00.0080

Valor do Instrumento: R\$ 16.400,00 (dezesesseis mil e quatrocentos reais)

Conveniente: ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA, CULTURAL E SOCIAL ARTE SUAVE, com sede na Rua Pedro Bunn, nº 801, CEP 88111-120, Bairro Jardim Cidade Florianópolis, São José (SC), inscrita no CNPJ sob nº 11.801.368/0001-75.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Apoio e Patrocínio a Eventos de Esporte e Lazer da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, mediante custeio da realização III Copa São José de Jiu Jitsu, a ser realizada em 18 de Maio de 2014.

Presidente da Conveniente: Cley do Rosário

Prazo de Vigência: 25/04/2014 à 25/05/2014

Ata de Registro de Preços Nº 085/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 085/2014 - PE 020/2014 - Processo 047/2014 - Fornecedores: I - HP & E COMERCIAL LTDA - EPP; e II - A. DAROS INFORMÁTICA LTDA. Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa para fornecimento de medidores de distância a laser, telefones fixo de mesa sem fio, tablets e smartphones para serem utilizados pela 1ª Companhia de Bombeiros Militares de São José/SC. Valor por Fornecedor: I - R\$12.539,00 - doze mil, quinhentos e trinta e nove reais; e II - R\$13.250,00 - treze mil, duzentos e cinquenta reais. Valor Global: R\$25.789,00 - vinte e cinco mil, setecentos e oitenta e nove reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 20 de maio de 2014. Vera Suely de Andrade / Diretora de Compras.

Contrato/Ct: Nº 126/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 126/2014 - TP 012/2014 - Processo 113/2014
- Contratado: SADENCO SUL AMERICANA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. Objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada para execução da ampliação e modernização do sistema de iluminação pública da Avenida Acioni Souza Filho (Avenida Beira - Mar). Valor Global: R\$1.408.158,00 - um milhão, quatrocentos e oito mil, cento e cinquenta e oito reais. Prazo: O prazo de vigência deste contrato será de 01 (um) ano, contados a partir de sua assinatura e o prazo de execução dos serviços será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da assinatura da Autorização de Execução de Serviços. Data da Assinatura do Contrato: 06 de junho de 2014.

Portaria Nº 052/2014/Sf

PUBLICADO

NO D.O.M.

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Finanças

Estado de Santa Catarina Portaria 052/2014/SF

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Finanças

PORTARIA Nº 052/2014/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.375/2013 e o Decreto nº 2.060/2014, de 03 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 5º e 36, da Lei nº 5.375, de 27 de dezembro de 2013, na importância de R\$ 229.000,00 (duzentos e vinte e nove mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificada:

10.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01.08.244.0111.2.063 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria

Municipal de Assistência Social

546 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 229.000,00

Total desta Atividade R\$ 229.000,00

Total do Órgão R\$ 229.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 229.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 229.000,00 (duzentos e vinte e nove mil reais), da dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

28.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.241.0111.3.102 - Construção de Piscina para Idosos

385 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,

Recursos Próprios R\$ 229.000,00

Total do Projeto R\$ 229.000,00

Total do Órgão R\$ 229.000,00

Total da Anulação R\$ 229.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de junho de 2014.

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

Revogação do Pregão Presencial Nº 128/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 128/2013 - Processo nº 347/2013. Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de colocação, com fornecimento de peças de granito polido e cubas, nos ambientes destinados às cozinhas, dispensas e lavanderias das unidades escolares da rede municipal de ensino de São José/SC. Motivo: Por razões de interesse público.

Decreto Nº 2784/2014

PUBLICADO

NO D.O.M.

/SC

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2784/2014

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora DANIELA DA SILVA FRAGA do cargo de Secretária da Educação - SM (Interina), com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir desta data.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 2785/2014

PUBLICADO

NO D.O.M.

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2785/2014

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada DANIELA DA SILVA FRAGA para o cargo em comissão de DIRETOR ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL - CCM 9, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 2786/2014

PUBLICADO

NO D.O.M.

/SC

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2786/2014

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. MÉRI TEREZINHA DE MELO HANG para exercer o cargo de Secretário da Educação - SM, com lotação na Secretaria da Educação, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 2780/2014

PUBLICADO

NO D.O.M.

/SC

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2780/2014

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor VILMAR NUNES DA SILVA do cargo de Coordenador de Contabilidade - CCM 5, com lotação na Fundação Municipal de Cultura e Turismo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 2781/2014

PUBLICADO

NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2781/2014

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeada NATANE THIESEN para exercer o cargo de Coordenador de Contabilidade - CCM 5, com lotação na Fundação Municipal de Cultura e Turismo, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 2775/2014

PUBLICADO

NO D.O.M.

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2775/2014

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Conceder ao servidor, FÁBIO AUGUSTO LUNARDELI E SILVA, matrícula nº 22.860, a função gratificada de Chefe de Divisão, nível FG-CH.

Art.2º - Este decreto entra em vigor na data na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de junho de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2776/2014

PUBLICADO

NO D.O.M.

/SC

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2776/2014

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, "a pedido", a servidora MARIA JAQUELINE BIFF KLOCH, do cargo de Coordenador de Ginásio - CCM 5, com lotação na Fundação Municipal de Esporte e Lazer.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 2777/2014

PUBLICADO

NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2777/2014

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeada MÁRCIA MARIA DE OLIVEIRA TRAJANO para exercer o cargo de Coordenador de Ginásio - CCM 5, com lotação na Fundação Municipal de Esporte e Lazer, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 2782/2014

PUBLICADO

NO D.O.M.

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2782/2014

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, DANIEL PEREIRA DE SOUZA, para o cargo em comissão de Supervisor de Comunicação - CCM 6, com lotação na Secretaria Executiva de Comunicação Social, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 051/2014

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2014

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 051/2014 - Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia Nº 002/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS INTERNAS DAS COZINHAS 01 E 02 E COPA DO AUDITÓRIO DO CENTRO DE EVENTOS, DE ACORDO COM OS EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS. CONFORME CONTRATO DE APOIO FINANCEIRO Nº 01.399/2012-4, VINCULADO AO PROJETO PTEC 01590/2012.

FORNECEDOR: EDMAR DA SILVA ME - CNPJ: 11.354.002/0001-03. VALOR: R\$ 36.863,09 (trinta e seis mil e oitocentos e sessenta e três reais e nove centavos).

TOTAL: R\$ 36.863,09 (trinta e seis mil e oitocentos e sessenta e três reais e nove centavos).

DATA DE ASSINATURA: 04/06/2014.

VIGÊNCIA: 04/06/2014 à 31/12/2014.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 092/2014, PR Nº 060/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 27/06/2014, às 10:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2014, OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO EM EQUIPAMENTOS SENDO, PÁ CARREGADEIRA, RETROESCAVADEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E MOTONIVELADORA, DE PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CONFORME PROPOSTA Nº 13270/2014, CADASTRADA NO SISTEMA SIGEF DO GOVERNO ESTADUAL. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nº 144/2014, de 13 de Junho de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 144/2014, DE 13 DE JUNHO DE 2014. Origem: Edital de Pregão Eletrônico nº 63/2013 - Registro de Preços e Processo Administrativo nº 23034.007211/2012-23.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: VOLKSWAGEN, CNPJ nº 06.020.318/0001-10.

Objeto: Aquisição de veículos de transporte escolar diário de estudantes da educação básica das redes públicas de ensino e demais entidades autorizadas, de acordo com a legislação específica vigente, na União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para atender ao Programa Caminho da Escola do Ministério da Educação,

conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão Eletrônico no 63/2013, e nos respectivos termos de referência e proposta vencedora, independente de transcrição.

Valor: R\$ 244.500,0000 (duzentos e quarenta e quatro mil e quinhentos reais).

Pagamento: O pagamento será efetuado, pela Contratante, no prazo de até 20 (vinte) dias após apresentação da cobrança prevista no item 4.1, após o atesto do recebimento do produto pelo fiscal e aprovação da documentação comprobatória pelo gestor do contrato e uma vez que tenham sido cumpridos todos os critérios e condições estabelecidos no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

Rubrica orçamentária: 47.4.90.52.52.00.00.00.01.0022.

Data de Assinatura: 13/06/2014.

Vigência: de 13/06/2014 a 12/06/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Adriana Cecconello - pela Contratada.

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 029/2014, PR Nº 020/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 27/06/2014, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2014, OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS E JOGO DE CAMA E BANHO PARA SEREM UTILIZADOS NAS RESIDÊNCIAS DOS MÉDICOS PARTICIPANTES DO PROJETO NACIONAL MAIS MÉDICOS INSTITUÍDO PELA LEI FEDERAL Nº 12.871/2013, E PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1369/MS/MEC/2013. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Portaria N.º 269/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 269/2014
Concede férias a servidora NAZARÉ DA SILVA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora NAZARÉ DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de Saúde, férias por 30 dias que gozará a partir de 16/06/2014 a 15/07/2014, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 13 de junho de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

ERRATA DO CONTRATO Nº 068/2014

ERRATA DO CONTRATO Nº 068/2014

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, altera:

Onde se lê: CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviços topográficos junto a Rua Ambrósio Kuhn, em Santa Teresa - São Pedro de Alcântara.

Leia-se: Este contrato tem como objeto a prestação de serviços topográficos junto a Rua Adriano Eninng, em Santa Teresa - São Pedro de Alcântara.

Os demais termos e condições do Contrato 068/2014 permanecem inalterados, revogando-se aquilo que for conflitante com esta errata.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

São Pedro de Alcântara, 12 de junho de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

Extrato do Contrato Registro de Preços Nº. 121/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato Registro de Preços nº. 121/2014-PMS
Processo Licitatório nº. 100/2014-PMS
Pregão Presencial Registro de Preço nº. 52/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: HS AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA. - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.401.064/0001-46, estabelecida na Rua Pomeranos nº. 3999, Bairro São Roque, na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.120-000..

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO de empresa especializada em serviço continuado de manutenção de motores elétricos e motobombas para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Serviço continuado de manutenção em motores elétricos e motobombas, incluindo o deslocamento até o local da instalação do equipamento para a retirada do mesmo e a reinstalação após manutenção.	400	Horas	24,00	9.600,00
TOTAL					9.600,00

Valor do contrato: R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais)

Data da Assinatura: 13/06/2014 - Vigência: 13/06/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº. 52/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000
- SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2014-PMS
PROCESSO Nº. 116/2014-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: contratação de empresa para publicidade de programas, serviços e campanhas de caráter educativo, elaboração e divulgação de informativos de orientação social da Prefeitura de Schroeder, em jornal de circulação no vale do Itapocú, especialmente em Schroeder e com comprovação da tiragem exigida. Inclui-se: Redação, diagramação, arte final, fotolitagem, impressão e distribuição de exemplares, prestação de suporte em inaugurações, desfiles, eventos, cerimoniais e coleta de dados para divulgação da Prefeitura de Schroeder. A veiculação deverá ser de 1500 jornais por edição, para circulação municipal, com no mínimo de 26cm X 34cm a página, em papel jornal, com no mínimo de três páginas, impressão frente e verso e capa com impressão em cores, com entrega quinzenal, sendo duas edições mensais a serem entregues de Julho a Dezembro/2014, para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 04 de julho de 2014 às 08h45min.

Abertura do Processo: 04 de julho de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 16 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2.983/2014 de 12 de Junho de 2014

DECRETO Nº 2.983/2014 de 12 de junho de 2014
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 95.245,99 (noventa e cinco mil duzentos e quarenta e cinco reais e noventa e nove centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA , ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.122.3001.2.308 - Manutenção das Ações do Gabinete da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 33.705,65
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Obrigacoes Patronais R\$ 8.657,21
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil . R\$. 48.485,70
3.1.90.94.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas R\$ 500,00
3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Auxilio-Alimentacao R\$ 2.294,87
3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R\$ 200,00
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Material de Consumo R\$ 1.402,56

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA , ESPORTE E LAZER
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO
05.02.12.122.3001.2.308 - Manutenção das Ações do Gabinete da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxilio-Alimentacao R\$ 2.294,87
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 33.705,65
3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R\$ 200,00
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 1.402,56
3.1.90.94.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas R\$ 500,00
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigacoes Patronais R\$ 8.657,21
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 48.485,70

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 12 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Ata Registro de Preços Pregão Presencial 45/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 34/2014		Data do Registro: 13/06/2014		Válido até: 13/06/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço continuado de manutenção de motores elétricos e motobombas para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroe							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	Serviço continuado de manutenção em motores elétricos e motobombas, incluindo o deslocamento até o local da instalação do equipamento para a retirada do mesmo e a reinstalação após manutenção.	H	HS AUTOMACAO INDUSTRIAL LTDA - EPP (12856)	HS	0	24.0000	1
			GLEISON RODRIGO DE SOUZA PEREIRA - ME (12858)		0	25.0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2014

Número do Registro de Preços: 34/2014		Data do Registro: 13/06/2014		Válido até: 13/06/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço continuado de manutenção de motores elétricos e motobombas para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroe							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

					0	29,9000	3
T.J OFICINA ELETRICA LTDA - ME (12857)							

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2014

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 34/2014		Data do Registro: 13/06/2014		Válido até: 13/06/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço continuado de manutenção de motores elétricos e motobombas para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroe							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2014

PROCESSO Nº 100/2014

- (12856) - HS AUTOMACAO INDUSTRIAL LTDA - EPP
- (12857) - T.J OFICINA ELETRICA LTDA - ME
- (12858) - GLEISON RODRIGO DE SOUZA PEREIRA - ME

Schroeder, 13 de Junho de 2014.

Serra Alta

PREFEITURA

Portaria Nº 084/2014

PORTARIA Nº. 084/2014 DE 13 DE JUNHO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE ELENIR KREMER SGARBI PARA O CARGO DE AGENTE EDUCATIVO, POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, e de acordo com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014, de 10/03/2014 do Município de Serra Alta/SC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica Contratada, a partir desta data, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	ELENIR KREMER SGARBI
CPF:	028.479.369-80
RG:	3.682.206
CARGO:	AGENTE EDUCATIVO
CARGA HORÁRIA:	40 HORAS SEMANAIS
LOTAÇÃO:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
GRUPO:	1 - SEG
NÍVEL:	11
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, Art. 2º, inciso VI- admissão para suprir vaga não preenchida em concurso público;
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	justifica-se a contratação pelo motivo de necessidade de desenvolvimento de atividades de interesse público em vaga não preenchida em concurso público.
VIGÊNCIA:	13/06/2014 a 14/12/2014.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Próprio de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 13 de Junho de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Portaria Nº 083/2014

PORTARIA Nº. 083/2014 DE 12 DE JUNHO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE DAIANE CRISTINA FREY MICHELS PARA O CARGO DE PROFESSOR II, POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, do Município de Serra Alta/SC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogada a contratação, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, relativo à Portaria nº. 055/2014 de 11/04/2014, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	DAIANE CRISTINA FREY MICHELS
CPF:	040.543.229-13
RG:	4.160.823
CARGO:	PROFESSOR II
CARGA HORÁRIA:	10 HORAS SEMANAIS
LOTAÇÃO:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
GRUPO:	6 - MAG
NÍVEL:	61
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. "692/2006 de 13/04/2006, Art. 2º, inciso VI- admissão para suprir vaga não preenchida em concurso público"
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	justifica-se a contratação pelo motivo de necessidade de desenvolvimento de atividades de interesse público em vaga não preenchida em concurso público.
VIGÊNCIA:	12/06/2014 a 12/09/2014.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a prorrogação da contratação desta portaria o Regime Próprio de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de Junho de 2014.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Decreto Nº 115/2014

DECRETO Nº 115/2014 DE 12 DE JUNHO DE 2014.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER A VENDA DE BEM PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a venda dos Bens Móveis Públicos Municipais, declarados inservíveis para o Município e a seguir relacionados, que compõe o Patrimônio Público deste Município, mediante avaliação prévia e processo Licitatório competente na modalidade leilão:

UM TRATOR SOBRE ESTEIRAS, MARCA KOMATSU D- 50-A, ANO DE FABRICAÇÃO 1993, PATRIMÔNIO Nº 2371, DIESEL, EM PRECARIAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO.

UMA CARREGADEIRA, MARCA MICHIGAN 55 C, ANO 1990, PATRIMÔNIO Nº 23, COR AMARELA, DIESEL, EM REGULARES CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO.

UMA MOTONIVELADORA MARCA DRESSER 140 C, ANO 1990. PATRIMONIO Nº 2365.

VEICULO GM CELTA, ANO DE FABRICAÇÃO 2002, MODELO 2002, COR BRANCA, GASOLINA, PLACA: MBO-6703, CHASSI 9BGRDO-8Z02G157564, PATRIMONIO Nº 2510.

DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGANICO LIQUIDO, MARCA DL 3,0 RS, ANO AQUISIÇÃO 2002, COR VERMELHA, PATRIMONIO Nº 537 EM MAU ESTADO DE FUNCIONAMENTO.

DISTRIBUIDOR DE CÁLCARIO E ADUBO SÓLIDO, MARCA IPACOL, ANO 2009, COR LARANJA, PATRIMONIO Nº 2449, EM MAU ESTADO DE FUNCIONAMENTO.

VEICULO VW GOL 1.6 POWER, PLACA MHB 6151, RENAVAL 953938611, CHASSI 9BWCB05W88T180476, ANO FABRICAÇÃO 2008, ANO/ MODELO 2008, FLEX, COR BRANCA - PATRIMONIO Nº 118

ROÇADEIRA AGRITECH, TRATORIZADA, ANO FABRICAÇÃO 1998, PATRIMONIO Nº 2368.

CONCHA CARREGADEIRA TRASEIRA HIDRÁULICA COM 3 PONTOS, ANO DE AQUISIÇÃO 2001, PATRIMONIO Nº 617.

Art. 2º- Os Bens móveis acima citados ficam desafetados das finalidades a eles inerentes, para fins de baixa do Patrimônio Municipal.

Art. 3º. As receitas decorrentes da aplicação do presente Decreto serão classificadas de receitas de capital - Alienação de Bens móveis.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura. Condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando as disposições em contrários.

Gabinete do Prefeito, 12 de Junho de 2014.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Timbó

PREFEITURA

Decreto Nº 3479, de 06 de Maio de 2014

DECRETO Nº 3479, DE 06 DE MAIO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 21.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

15.04.010.305.0074.2168.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.04.010.305.0074.2168.	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
15.04.010.305.0074.2168.	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.36600	SUPERAVIT - VIGILANCIA EM SAUDE	21.000,00
	TOTAL	21.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3480, de 06 de Maio de 2014

DECRETO Nº 3480, DE 06 DE MAIO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 50.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.687, de 12 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2014:

15.03.010.303.0076.2170.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.03.010.303.0076.2170.	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	

15.03.010.303.0076.2170.	MANUTENÇÃO DO SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	REC. IMPOSTOS E DE TRANSF. IMP SAUDE	50.000,00
	TOTAL	

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

15.03.010.303.0076.2170.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.03.010.303.0076.2170.	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	
15.03.010.303.0076.2170.	MANUTENÇÃO DO SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339300.00	TRANSF. A CONSORCIOS PUBLICOS	
0.10200	REC. IMPOSTOS E DE TRANSF. IMP SAUDE	50.000,00
	TOTAL	

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3481, de 06 de Maio de 2014

DECRETO Nº 3481, DE 06 DE MAIO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 100.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

25.01.017.512.0100.2300.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2300.	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2300.	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - AGUA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	100.000,00

	total	100.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	100.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3482, de 06 de Maio de 2014

DECRETO Nº 3482, DE 06 DE MAIO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 180.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

04.01.012.365.0020.2042.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.2042.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.2042.	MANUTENÇÃO DOS NEI'S	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	100.000,00
	TOTAL	100.000,00
04.01.012.306.0020.2044.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.306.0020.2044.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.306.0020.2044.	MERENDA ESCOLAR DOS NEIS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.36000	SUPERAVIT FINANCEIRO DO PNAE	20.000,00
	TOTAL	20.000,00
04.03.012.361.0022.2050.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.2050.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.2050.	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALO. DO MAGISTÉRIO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	

0.30100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	60.000,00
	TOTAL	60.000,00
	TOTAL	180.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3484, de 06 de Maio de 2014

DECRETO Nº 3484, DE 06 DE MAIO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 26.500,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 26.500,00 (vinte e seis mil e quinhentos reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

22.01.013.392.0094.1243.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ	
22.01.013.392.0094.1243.	MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	
22.01.013.392.0094.1243.	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - FCT	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	REC. ORDINARIOS - SUP. FINANCEIRA	26.500,00
	TOTAL	26.500,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3485, de 16 de Maio de 2014

DECRETO Nº 3485, DE 16 DE MAIO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 550.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

25.01.017.512.0100.1301	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.1301	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.1301	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - ÁGUA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	200.000,00
	total	200.000,00
25.01.017.512.0100.2300.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2300.	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2300.	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - AGUA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	100.000,00
	total	100.000,00
25.01.017.512.0100.2302	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2302	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2302	MANUTENÇÃO DA ETA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	250.000,00
	total	250.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	550.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3486, de 16 de Maio de 2014

DECRETO Nº 3486, DE 16 DE MAIO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Provável Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 51.840,00

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2687, de 11 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 51.840,00 (cinquenta e um mil e oitocentos e quarenta reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

04.03.012.361.0022.1025.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.1025.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.1025.	MODERNIZAÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.12200	CONVENIOS DESTNADOS A EDUCAÇÃO	51.840,00
	TOTAL	51.840,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Provável Excesso de Arrecadação, CONFORME ASSINATURA DE CONVENIO Nº 4499/2013-PROCESSO SDR35 3447/2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3487, de 16 de Maio de 2014

DECRETO Nº 3487, DE 16 DE MAIO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 26.500,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.687, de 12 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2014:

13.01.018.542.0044.2112.	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE TIMBÓ
13.01.018.542.0044.2112.	MEIO AMBIENTE
13.01.018.542.0044.2112.	MANUTENÇÃO DO FUNDO DO MEIO AMBIENTE - FMMA
300000.00	DESPESAS CORRENTES

330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	26.500,00
	TOTAL	

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 26.500,00 (vinte e seis mil e quinhentos reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

13.01.018.542.0044.2112.	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE TIMBÓ	
13.01.018.542.0044.2112.	MEIO AMBIENTE	
13.01.018.542.0044.2112.	MANUTENÇÃO DO FUNDO DO MEIO AMBIENTE - FMMA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319100.00	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	26.500.00
	TOTAL	

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3488, de 20 de Maio de 2014

DECRETO Nº 3488, DE 20 DE MAIO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 11.600,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

16.02.008.244.0087.2274.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS	
16.02.008.244.0087.2274.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO BÁSICA	
16.02.008.244.0087.2274.	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.35200	SUPERAVIT OUTRAS TRANSF. DO FUNDO DE ASSISTENCIA	3.200,00
	TOTAL	3.200,00
16.03.008.244.0088.2284.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS	

16.03.008.244.0088.2284.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
16.03.008.244.0088.2284.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E ATEND. ESPECIALIZADO AS FAMÍLIAS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.35200	SUPERAVIT OUTRAS TRANSF. DO FUNDO DE ASSISTENCIA	8.400,00
	TOTAL	8.400,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	11.600,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3489, de 20 de Maio de 2014

DECRETO Nº 3489, DE 20 DE MAIO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 22.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

04.02.012.365.0020.1023.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.02.012.365.0020.1023.	UNIDADES PRE-ESCOLARES	
04.02.012.365.0020.1023.	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS UPES	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.35800	SUPERAVIT SALÁRIO EDUCAÇÃO	22.000,00
	TOTAL	22.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3490, de 20 de Maio de 2014

DECRETO Nº 3490, DE 20 DE MAIO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 260.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

24.01.026.782.0046.2266.	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - FUMTRAN	
24.01.026.782.0046.2266.	DEMUTRAN	
24.01.026.782.0046.2266.	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO DE TRÂNSITO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	REC. ORDINARIOS - SUP. FINANCEIRO	197.000,00
0.35400	CONVENIO TRANSITO MILITAR - SUP. FINANC.	50.000,00
0.35500	CONVENIO TRANSITO CIVIL - SUP. FINANCEI.	13.000,00
	TOTAL	260.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3492, de 27 de Maio de 2014

DECRETO Nº 3492, DE 27 DE MAIO DE 2014

Altera o Decreto nº 2801, de 13 de julho de 2012 e alterações, que dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho da Cidade, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos V, VII, c/c art. 70, inciso I, alíneas "f", "k" e "m", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05/04/1990, e em conformidade com os artigos 36 a 40 da Lei Complementar nº 335, de 05/10/2007,

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 2801, de 13 de julho de 2012 e alterações, que dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho da Cidade, fica alterado conforme abaixo descrito, a contar desta data, designando:

.....

23) Polícia Militar de Santa Catarina:

Titular: PABLO DAVID HENDEN, em substituição ao João Marcos Tanan Sales

Suplente: CARLO GABRIEL DA SILVEIRA, em substituição ao Pablo David Henden

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3493, de 27 de Maio de 2014

DECRETO Nº 3493, DE 27 DE MAIO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 18,37.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 18,37 (dezoito reais e trinta e sete centavos) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

08.01.015.452.0050.2092.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
32400	SUPERAVIT DE OUTROS CONVENIOS	18,37
	TOTAL	18,37

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3494, de 27 de Maio de 2014

DECRETO Nº 3494, DE 27 DE MAIO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 100.845,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2687, de 11 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 100.845,00 (cem mil, oitocentos e quarenta e cinco reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

12.01.006.182.0013.2110.	FUNDO MUNICIPAL DE EMERGENCIA DE DEFESA CIVIL DE TIMBÓ	
12.01.006.182.0013.2110.	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL FUMDEC	
12.01.006.182.0013.2110.	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE EMERGENCIA DA DEFESA CIVIL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.12400	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS - OUTROS	100.845,00
	TOTAL	100.845,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3496, de 30 de Maio de 2014

DECRETO Nº 3496, DE 30 DE MAIO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 150.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

25.01.017.512.0100.2304.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2304.	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2304.	MANUTENCAO DOS SERVIÇOS DE AGUA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	

339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	50.000,00
	total	50.000,00
25.03.017.512.0104.2314	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2314	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2314	MAN. DOS SERVIÇOS DE ATERRO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	100.000,00
	total	100.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	150.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3497, de 02 de Junho de 2014

DECRETO Nº 3497, DE 02 DE JUNHO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 1.617,53.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 1.617,53 (mil e seiscentos e dezessete reais e cinquenta e três centavos) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

08.01.015.452.0050.2092.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
32400	SUPERAVIT DE OUTROS CONVENIOS	1.617,53
	TOTAL	1.617,53

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de junho de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3498, de 02 de Junho de 2014

DECRETO Nº 3498, DE 02 DE JUNHO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 10.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

12.01.006.182.0013.2110.	FUNDO MUNICIPAL DE EMERGENCIA DE DEFESA CIVIL DE TIMBO	
12.01.006.182.0013.2110.	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL FUM-DEC	
12.01.006.182.0013.2110.	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE EMERGENCIA DA DEFESA CIVIL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
30000	SUPRAVIT RECURSOS ORDINARIOS	10.000,00
	TOTAL	10.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de junho de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3499, de 06 de Junho de 2014

DECRETO Nº 3499, DE 06 DE JUNHO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 97.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa

2014, no valor de R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

16.01.008.244.0086.2270.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.01.008.244.0086.2270.	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO E DOS EQUIPAMENTOS	
16.01.008.244.0086.2270.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
30000	SUPRAVIT RECURSOS ORDINARIOS	12.000,00
	TOTAL	12.000,00
16.01.008.244.0086.2294.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.01.008.244.0086.2294.	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO E DOS EQUIPAMENTOS	
16.01.008.244.0086.2294.	MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS VINCULADOS A ASSISTÊNCIA SOCIAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
30000	SUPRAVIT RECURSOS ORDINARIOS	20.000,00
	TOTAL	20.000,00
16.03.008.244.0088.2284.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.03.008.244.0088.2284.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA	
16.03.008.244.0088.2284.	SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AS FAMÍLIAS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
035200	SUPRAVIT OUTRAS TRANSF. REC. FUNDO AS-SIST. SOCIAL	27.500,00
319100.00	APLIC. DIRETAS DEC.OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
035200	SUPRAVIT OUTRAS TRANSF. REC. FUNDO AS-SIST. SOCIAL	2.500,00
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
035200	SUPRAVIT OUTRAS TRANSF. REC. FUNDO AS-SIST. SOCIAL	35.000,00
	TOTAL	65.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	97.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de junho de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3500, de 06 de Junho de 2014

DECRETO Nº 3500, DE 06 DE JUNHO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 141.300,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, à conta de anulação no valor total de R\$ 141.300,00, conforme segue:

I - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 54.200,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	ALICAÇÕES DIRETAS	
0.16400	ATENÇÃO BÁSICA	50.000,00
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339100.00	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
0.10200	REC. IMPOSTOS E DE TRANSF IMP SAUDE	4.200,00
	TOTAL	54.200,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	REC. IMPOSTOS E DE TRANSF IMP SAUDE	4.200,00
0.16400	ATENÇÃO BÁSICA	50.000,00
	TOTAL	54.200,00

II - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 4.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

15.01.010.301.0070.2152.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2152.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2152.	MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	

319100.00	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
0.10200	REC. IMPOSTOS E DE TRANSF IMP SAUDE	4.000,00
	TOTAL	4.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

15.01.010.301.0070.2152.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2152.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2152.	MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	REC. IMPOSTOS E DE TRANSF IMP SAUDE	4.000,00
	TOTAL	4.000,00

III - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 20.500,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

15.01.010.301.0070.2154.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2154.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2154.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	ALICAÇÕES DIRETAS	
0.16400	ATENÇÃO BÁSICA	20.500,00
	TOTAL	20.500,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

15.01.010.301.0070.2154.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2154.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2154.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.16400	ATENÇÃO BÁSICA	20.500,00
	TOTAL	20.500,00

IV - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 17.600,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
335000.00	TRANSFERENCIAS A INST. PRIV. S/ FINS LUCRATIVOS	

0.10200	REC. IMPOSTOS E DE TRANSF IMP SAUDE	4.000,00
339100.00	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
0.10200	REC. IMPOSTOS E DE TRANSF IMP SAUDE	3.600,00
339300.00	TRANSFERENCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	
0.10200	REC. IMPOSTOS E DE TRANSF IMP SAUDE	10.000,00
	TOTAL	17.600,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	REC. IMPOSTOS E DE TRANSF IMP SAUDE	17.600,00
	TOTAL	17.600,00

V - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 45.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

15.03.010.303.0076.2170.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.03.010.303.0076.2170.	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	
15.03.010.303.0076.2170.	MANUTENÇÃO DO SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	REC. IMPOSTOS E DE TRANSF IMP SAUDE	45.000,00
	TOTAL	45.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

15.03.010.303.0076.2170.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.03.010.303.0076.2170.	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	
15.03.010.303.0076.2170.	MANUTENÇÃO DO SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339300.00	TRANSFERENCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	
0.10200	REC. IMPOSTOS E DE TRANSF IMP SAUDE	45.000,00
	TOTAL	45.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de junho de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Aviso de Abertura da Proposta Concorrência N.º 45 2014 PMT

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONCORRÊNCIA Nº. 45/2014 PMT

AVISO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS

O Município de Timbó/SC leva ao conhecimento dos interessados que a abertura do envelope de proposta da Concorrência n.º 45/2014, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A TOTAL EXECUÇÃO (COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO-DE-OBRA) DA REVITALIZAÇÃO DA ÁREA EXTERNA DO PAVILHÃO DE EVENTOS HENRY PAUL, acontecerá no dia 17/06/2014 às 9hs (nove horas) na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, centro, Timbó.

Timbó, 13/06/2014

CARMELINDE BRANDT

Presidente da Comissão de Licitações

Aviso Pregão Presencial Nº. 49 2014 PMT - Contratação de Serviços de Publicações Oficiais Legais Em Jornal de Circulação Estadual

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 49/2014 - PMT

OBJETO: Registro de preço destinado à contratação de serviços para publicações de atos oficiais/legais em jornal diário de grande circulação no estado de Santa Catarina. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h30min horas do dia 01 de julho de 2014. ABERTURA: dia 01 de julho de 2014 às 08h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações situada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 13/06/2014

JAIME JOEL AVENDANO JARA

Assessor Institucional de Comunicação Social

Aviso Tomada de Preço N.º 59 2014 PMT - Solarium, Reforma Pavimentação E Acesso E Cobertura Unidades de Ensino

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia Nº 59/2014 - PMT

OBJETO: contratação de empresa(s) especializada(s) em obras e serviços de engenharia para a total execução (compreendendo material e mão-de-obra) das seguintes obras: obra de ampliação do solarium do Núcleo de Educação Infantil Primeiros Passos; obra de reforma da pavimentação externa e acesso e reforma da cobertura da Unidade Pré-escolar Chapeuzinho Vermelho. O(s) objeto(s) deverá(ão) ser cumprido(s) em plena e total conformidade com memorial descritivo, projeto, quantitativo, orçamento estimativo, cronograma físico-financeiro, minuta contratual e demais anexos. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de

Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h30min do dia 02 de julho de 2014. ABERTURA: dia 02 de julho de 2014 as 08h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações, localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 15/05/2014
SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário de Educação

Extrato da Dispensa N.º 66 2014 PMT

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 66/2014
CONTRATANTE: Município de Timbó.
CONTRATADO: AMBGEO Assessoria e Consultoria em Engenharia Ltda ME.

OBJETO: Contratação de empresa para elaboração de Estudo Ambiental Simplificado (EAS), Inventário Florestal e demais documentos (inclusive técnicos) necessários à expedição de licenças e/ou certidões e/ou autorizações ambientais pela FATMA, para execução dos projetos de implantação do Anel Viário - Rua Araponguinhas (com ponte sobre o Rio Benedito), conforme termo de referência em anexo.

VALOR TOTAL: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: em até 15 (quinze) dias consecutivos decorridos da entrega dos projetos executivos da referida obra.

Timbó, 12 de junho de 2014
ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Extrato da Inexigibilidade N.º 65 2014 PMT

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 65/2014
CONTRATANTE: Município de Timbó.
CONTRATADO: Paviplan Pavimentação Ltda.
OBJETO: Prestação de serviço de pavimentação asfáltica de 5.513,10 m² (cinco mil e quinhentos e treze metros quadrados e dez décimos quadrados) com fornecimento de meio fio na Rua Erwin Reguse, por meio do edital de Credenciamento n.º 48/2013.
VALOR TOTAL DA PAVIMENTAÇÃO: R\$ 349.034,36 (trezentos e quarenta e nove mil trinta e quatro reais e trinta e seis centavos).
VALOR A SER PAGO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC REFERENTE À ÁREA DOS MORADORES NÃO ADERENTES, ENTRONCAMENTOS, CRUZAMENTOS, VIRADOUROS E INTERSEÇÕES DAS RUAS: R\$ 48.586,62 (quarenta e oito mil quinhentos e oitenta e seis reais e sessenta e dois centavos).
VALOR A SER PAGO PELOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS LINDEIROS REFERENTE À SUA ÁREA DE COMPETÊNCIA: R\$ 300.447,72 (trezentos mil quatrocentos e quarenta e sete reais e setenta e dois centavos).
PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias após recebimento da ordem de serviço.

Timbó, 12 de junho de 2014
ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 756 517/2014; Nº 098 1690/2014; Nº 098 1691/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 756 517/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAD3757	8756043552	7463/0	19/04/2014	218 * II
ABA4732	8756044613	7455/0	16/05/2014	218 * I
ABK1919	8756044054	7455/0	03/05/2014	218 * I
AEB1394	8756043233	7463/0	10/04/2014	218 * II
AGW7074	8756043118	7455/0	05/04/2014	218 * I
AMI0627	8756044751	6050/3	11/05/2014	208
AMK6151	8756043602	6050/3	18/04/2014	208
AMK6151	8756043603	7463/0	18/04/2014	218 * II
APM1763	8756043673	7455/0	16/04/2014	218 * I
APW4914	8756043227	7455/0	08/04/2014	218 * I
ATN8949	8756044324	7455/0	08/05/2014	218 * I
AXP1510	8756042811	7455/0	28/03/2014	218 * I
BAB0909	8756044378	5673/2	05/05/2014	183
BAS8100	8756043571	7463/0	20/04/2014	218 * II
DEL0641	8756043644	7455/0	18/04/2014	218 * I
DLB9054	8756043034	6050/3	04/04/2014	208
DNU2460	8756044629	7455/0	15/05/2014	218 * I
DYY4937	8756043635	7455/0	17/04/2014	218 * I
HEW1287	8756043494	7455/0	16/04/2014	218 * I
IIL8607	8756043457	7455/0	16/04/2014	218 * I
IJK3373	8756044689	7455/0	16/05/2014	218 * I
ILD2048	8756044671	7455/0	16/05/2014	218 * I
IYI9000	8756043668	7455/0	19/04/2014	218 * I
JPT4303	8756043302	7455/0	11/04/2014	218 * I
JUY5489	8756043491	7455/0	16/04/2014	218 * I
LNF2583	8756043070	7455/0	02/04/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LSA0136	8756043650	7455/0	19/04/2014	218 * I
LWX4986	8756043402	7455/0	08/04/2014	218 * I
LXA7210	8756043670	7455/0	20/04/2014	218 * I
LXF2500	8756043642	6050/3	17/04/2014	208
LXQ8255	8756044608	7455/0	16/05/2014	218 * I
LXT2710	8756044576	7463/0	13/05/2014	218 * II
LXY1927	8756044120	7455/0	27/04/2014	218 * I
LYC1938	8756044776	7455/0	15/05/2014	218 * I
LYC4903	8756043282	7455/0	10/04/2014	218 * I
LYE2465	8756044793	7455/0	17/05/2014	218 * I
LYG3601	8756043466	7455/0	16/04/2014	218 * I
LYI3234	8756043248	7455/0	07/04/2014	218 * I
LYS2060	8756043857	7455/0	29/04/2014	218 * I
LZL1512	8756043380	7455/0	11/04/2014	218 * I
LZY2562	8756043122	6050/3	06/04/2014	208
LZZ6372	8756044174	7455/0	27/04/2014	218 * I
MAQ2317	8756043370	7471/0	13/04/2014	218 * III
MAQ3135	8756043284	7455/0	12/04/2014	218 * I
MAQ8110	8756044217	7455/0	06/05/2014	218 * I
MAZ2919	8756043213	5673/2	10/04/2014	183
MBH4897	8756044734	6050/3	17/05/2014	208
MBL1461	8756044730	7455/0	17/05/2014	218 * I
MBN9270	8756044732	7463/0	17/05/2014	218 * II
MBO7531	8756043215	7455/0	11/04/2014	218 * I
MBR6765	8756043621	7455/0	14/04/2014	218 * I
MBT1428	8756044580	7455/0	13/05/2014	218 * I
MBX2026	8756043285	7471/0	12/04/2014	218 * III
MBY0178	8756044686	7455/0	15/05/2014	218 * I
MBY5205	8756043044	7463/0	05/04/2014	218 * II
MCB2126	8756044407	7455/0	09/05/2014	218 * I
MDD4592	8756044628	6050/3	14/05/2014	208
MDV0157	8756043361	7455/0	10/04/2014	218 * I
MEA1581	8756043488	7463/0	16/04/2014	218 * II
MEH8812	8756043221	5673/2	09/04/2014	183
MET6651	8756043661	7455/0	14/04/2014	218 * I
MEV7417	8756043869	7455/0	29/04/2014	218 * I
MEW7774	8756043486	7455/0	16/04/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEZ7293	8756043108	7455/0	03/04/2014	218 * I
MFB6779	8756044775	7455/0	15/05/2014	218 * I
MFB6779	8756044782	7455/0	16/05/2014	218 * I
MFB6779	8756044790	7455/0	17/05/2014	218 * I
MFE8031	8756044714	6050/3	11/05/2014	208
MFF8802	8756044609	7455/0	16/05/2014	218 * I
MFI1147	8756043676	7455/0	17/04/2014	218 * I
MFO7774	8756044566	7455/0	13/05/2014	218 * I
MFP3827	8756043561	7455/0	16/04/2014	218 * I
MGC9689	8756044589	7455/0	15/05/2014	218 * I
MGF5464	8756043326	7455/0	09/04/2014	218 * I
MGG4259	8756043115	7455/0	04/04/2014	218 * I
MGH3009	8756043641	6050/3	17/04/2014	208
MGJ8167	8756043506	7455/0	16/04/2014	218 * I
MGL0711	8756044785	7455/0	16/05/2014	218 * I
MGV2336	8756044770	7455/0	14/05/2014	218 * I
MGV4158	8756043512	5673/2	18/04/2014	183
MHG0913	8756043351	7455/0	07/04/2014	218 * I
MHH1905	8756043312	7455/0	13/04/2014	218 * I
MHQ1353	8756043632	7455/0	16/04/2014	218 * I
MIE1764	8756044690	7455/0	16/05/2014	218 * I
MIF2690	8756044208	7463/0	06/05/2014	218 * II
MIH0733	8756044756	7463/0	11/05/2014	218 * II
MIO3693	8756044002	5673/2	29/04/2014	183
MIP6573	8756043149	7455/0	05/04/2014	218 * I
MIQ2059	8756043515	7455/0	16/04/2014	218 * I
MIQ8005	8756043685	7455/0	18/04/2014	218 * I
MIQ9470	8756043439	7463/0	14/04/2014	218 * II
MIS2686	8756043592	7455/0	16/04/2014	218 * I
MIZ2798	8756044801	7463/0	12/05/2014	218 * II
MJB9565	8756043472	7455/0	16/04/2014	218 * I
MJE5556	8756044630	7455/0	16/05/2014	218 * I
MJG4337	8756043740	7463/0	24/04/2014	218 * II
MJS1257	8756043427	7455/0	14/04/2014	218 * I
MJT0158	8756043283	7455/0	11/04/2014	218 * I
MJW8336	8756043533	7455/0	14/04/2014	218 * I
MJX9035	8756043236	7455/0	07/04/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKB3439	8756044633	6050/3	12/05/2014	208
MKB5834	8756043919	7463/0	02/05/2014	218 * II
MKD1928	8756044623	5673/2	12/05/2014	183
MKL0133	8756043177	7455/0	05/04/2014	218 * I
MKO1256	8756043219	7455/0	13/04/2014	218 * I
MKO4656	8756043555	7455/0	14/04/2014	218 * I
MKQ5677	8756043482	7455/0	16/04/2014	218 * I
MKZ8721	8756043438	7455/0	14/04/2014	218 * I
MKZ8818	8756043269	7463/0	13/04/2014	218 * II
MLE4532	8756043022	7455/0	03/04/2014	218 * I
MLF7858	8756043013	5673/2	03/04/2014	183
MLN0163	8756043471	7455/0	16/04/2014	218 * I
MLR3732	8756043478	7455/0	16/04/2014	218 * I
MLY1130	8756043630	7455/0	15/04/2014	218 * I
MLY3092	8756043617	7463/0	20/04/2014	218 * II
MLY4351	8756043460	7463/0	16/04/2014	218 * II
MMD1732	8756044638	5673/2	16/05/2014	183

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 13 DE JUNHO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1690/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DYG5251	54571981E	6599/2	16/04/2014	230 * V
LXK6083	54722471E	6637/2	19/05/2014	230 * IX
LXQ5743	54722468E	6629/0	14/05/2014	230 * VIII
LYU3278	54722566E	6602/0	19/05/2014	230 * VI
LZS1479	54722567E	6408/0	19/05/2014	221
MAS6576	54722467E	6637/1	14/05/2014	230 * IX
MCI9960	54572309E	6637/1	15/05/2014	230 * IX
MEN2240	54722469E	5010/0	14/05/2014	162 * I
MEO3936	54722473E	6599/2	21/05/2014	230 * V
MEO3936	54722474E	5010/0	21/05/2014	162 * I
MGE0572	54722552E	6548/0	14/05/2014	229
MHM1813	54572138E	5169/1	14/05/2014	165
MHM1813	54572476E	6912/0	14/05/2014	232
MJB9565	54571979E	6700/0	16/04/2014	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 13 DE JUNHO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1691/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CFM7711	54722543E	5967/0	13/05/2014	203 * V
DAS6695	54722564E	5185/1	16/05/2014	167
LYQ3899	54722512E	5185/1	02/05/2014	167
LZL3541	54722541E	7366/2	13/05/2014	252 * VI
MBA6819	54722349E	5541/1	28/04/2014	181 * XVII
MBL7971	54722426E	5541/6	01/04/2014	181 * XVII
MHM1813	54572139E	5835/0	14/05/2014	195
MHM1813	54572473E	7048/1	14/05/2014	244 * II
MLE6267	54722553E	5541/1	14/05/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 13 DE JUNHO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 518/2014; Nº 098 1692/2014; Nº 098 1693/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 518/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAD3757	8756040790	7455/0	20/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
AGR8011	8756041973	6050/3	01/03/2014	R\$ 191,53	208
AHX4481	8756042097	6050/3	07/03/2014	R\$ 191,53	208
AIC7800	8756042449	7455/0	14/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
ALL9135	8756042348	7471/0	15/03/2014	R\$ 574,61	218 * III
ALW5875	8756042004	7455/0	28/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
ANK0743	8756040383	7455/0	10/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
ANK0743	8756040614	7455/0	14/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
ANP2889	8756041343	7455/0	04/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
BCR1749	8756042192	6050/3	06/03/2014	R\$ 191,53	208
BNK8914	8756040667	7455/0	19/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
BPJ0237	8756041940	7455/0	26/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
CGS1806	8756041673	7455/0	20/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
CHL7791	8756040069	7455/0	28/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
CIC5240	8756040970	7455/0	31/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
CIC5240	8756041224	7455/0	06/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
CJY0525	8756042579	7455/0	19/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
CMA5594	8756041481	7455/0	13/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
CTH6677	8756040960	5673/2	31/01/2014	R\$ 85,12	183
DCE9882	8756040134	7455/0	30/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
DOM2251	8756042259	7455/0	08/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
DPM0431	8756042009	7455/0	01/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
GTQ3487	8756042763	6050/3	30/03/2014	R\$ 191,53	208
IBE2440	8756041875	7455/0	02/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
ILD2048	8756041928	7455/0	01/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
KQZ2312	8756040959	5673/2	02/02/2014	R\$ 85,12	183

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWR3815	8756042320	7455/0	10/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LWX5063	8756042361	6050/3	13/03/2014	R\$ 191,53	208
LXA4965	8756041406	7455/0	07/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXD3965	8756042873	6050/3	24/03/2014	R\$ 191,53	208
LXT5841	8756041392	7455/0	03/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXV0628	8756040758	5673/2	21/01/2014	R\$ 85,12	183
LXY9147	8756042313	7455/0	12/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYB5160	8756040752	7455/0	23/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYB5160	8756040767	7455/0	23/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYC1938	8756042162	7455/0	07/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYC9456	8756041419	7455/0	08/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYL3761	8756042256	7455/0	08/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYM2429	8756041125	7455/0	27/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZC2191	8756041161	7455/0	29/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZE8141	8756042458	7455/0	16/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZK2148	8756040408	7455/0	10/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZK2148	8756040635	7455/0	14/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZM6037	8756041725	7455/0	18/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZM8130	8756040593	7455/0	19/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZU1371	8756041648	7455/0	16/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZY5356	8756042170	7455/0	06/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAJ9802	8756042385	6050/3	11/03/2014	R\$ 191,53	208
MAM9658	8756040908	7455/0	21/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAS0778	8756042149	7455/0	06/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAT9000	8756041897	7455/0	03/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAY7480	8756042346	7463/0	10/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBB3949	8756042099	5673/2	06/03/2014	R\$ 85,12	183
MBH9661	8756041997	7463/0	26/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBJ8935	8756040716	7455/0	17/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBQ3634	8756041918	7455/0	25/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBQ3634	8756041920	7455/0	27/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBQ8864	8756041413	7455/0	05/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBV4615	8756041428	7455/0	04/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCD1673	8756041203	7463/0	07/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCN6741	8756040647	7463/0	19/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCP7598	8756041695	5673/2	19/02/2014	R\$ 85,12	183
MDA7613	8756040705	7455/0	13/01/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDD0586	8756042377	7455/0	16/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDH5158	8756040871	6050/3	20/01/2014	R\$ 191,53	208
MDK5878	8756042397	7455/0	11/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDQ7928	8756042208	7455/0	09/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDR0880	8756042185	6050/3	05/03/2014	R\$ 191,53	208
MDY9016	8756041096	7455/0	29/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEC0765	8756041525	7455/0	14/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEH2193	8756040873	7455/0	20/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEK5630	8756041087	7455/0	27/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEQ6916	8756039719	7455/0	20/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEU8764	8756042221	7455/0	06/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEV3279	8756041926	7455/0	01/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEZ1180	8756042191	6050/3	06/03/2014	R\$ 191,53	208
MFB3613	8756042084	6050/3	09/03/2014	R\$ 191,53	208
MFE1245	8756039950	7455/0	24/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFH8657	8756040443	7455/0	11/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFJ4039	8756041914	7455/0	25/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFJ5074	8756042447	7455/0	12/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFO0489	8756041143	7455/0	02/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFO6140	8756042442	7463/0	16/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGC9931	8756042253	7455/0	07/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGD9790	8756042137	7455/0	07/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGE6612	8756039681	7455/0	21/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGH0659	8756040753	5673/2	23/01/2014	R\$ 85,12	183
MGI1070	8756040565	5673/2	19/01/2014	R\$ 85,12	183
MGJ0750	8756042051	7455/0	03/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGL0711	8756042300	7463/0	10/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGU4295	8756040853	7455/0	25/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGU4295	8756040885	7455/0	24/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGZ1664	8756042108	7455/0	05/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHC9396	8756042231	7455/0	08/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHI8414	8756041889	7455/0	26/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHK5385	8756040410	7455/0	06/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHM6608	8756041101	6050/3	30/01/2014	R\$ 191,53	208
MHO7223	8756040789	7455/0	25/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHP6403	8756042225	7455/0	07/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHV1623	8756042131	7455/0	06/03/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHV5486	8756040980	5673/2	29/01/2014	R\$ 85,12	183
MHW3876	8756040619	7455/0	18/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHX0437	8756042268	7455/0	08/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHX0437	8756042274	7455/0	09/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIB4680	8756042261	7455/0	09/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIB6528	8756042298	7455/0	10/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIB6528	8756042305	7463/0	14/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIE1764	8756042391	6050/3	14/03/2014	R\$ 191,53	208
MIE4177	8756040709	7455/0	15/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIQ7149	8756042145	7455/0	08/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIX7206	8756042120	7455/0	06/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJX4359	8756042202	7455/0	08/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJX6191	8756042285	6050/3	13/03/2014	R\$ 191,53	208
MKB1456	8756042325	7455/0	14/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKC6209	8756041923	7455/0	01/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKD6515	8756042128	7455/0	04/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKF4220	8756042008	7455/0	01/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKJ3833	8756041991	7455/0	24/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKW3525	8756042224	7455/0	06/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLE4532	8756041900	7455/0	25/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLM8855	8756042607	7455/0	19/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLW0666	8756041214	6050/3	09/02/2014	R\$ 191,53	208
MMJ1380	8756042431	7463/0	13/03/2014	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 13 DE JUNHO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1692/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHX4481	55371691D	6912/0	14/03/2014	R\$ 53,20	232
AMI0627	54572227E	6912/0	20/03/2014	R\$ 53,20	232
BGJ4323	54572427E	6599/2	06/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
BNX7846	54722326E	6599/2	14/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
CCX2028	54722389E	5010/0	14/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
CCX2028	54722390E	6602/0	14/03/2014	R\$ 191,53	230 * VI
CLS7345	54572434E	6912/0	07/03/2014	R\$ 53,20	232
ENL6550	54571725E	5169/1	26/02/2014	R\$ 1.915,38	165
HRZ1150	54722370E	6599/2	06/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
JPP2807	54571493E	6700/0	25/03/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
LXQ3950	54572436E	5010/0	08/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYJ1577	54571444E	5045/0	14/03/2014	R\$ 191,53	162 * V
LYJ1577	54571446E	5096/0	14/03/2014	R\$ 191,53	163 c/c 162 * V
LYN4350	54572417E	6599/2	25/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZS7461	54571485E	5010/0	20/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
LZS7461	54571486E	6599/2	20/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZS7461	54571487E	5118/0	20/01/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZV5389	54572257E	6920/0	25/02/2014	R\$ 127,69	233
LZX4315	54572215E	6599/2	07/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZZ6072	54572412E	6602/0	25/02/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MAQ9740	54572089E	6920/0	25/02/2014	R\$ 127,69	233
MAR4704	54572099E	6920/0	25/02/2014	R\$ 127,69	233
MBF6857	54572418E	6602/0	25/02/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MDH8176	54571496E	6408/0	25/03/2014	R\$ 85,12	221
MDH8176	54572228E	6645/0	20/03/2014	R\$ 127,69	230 * X
MDM9959	54572104E	6637/2	28/02/2014	R\$ 127,69	230 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDQ2451	54571901E	6637/2	01/03/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MEQ9907	54571848E	5010/0	17/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEQ9907	54571849E	5118/0	17/02/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MET5343	54572432E	5045/0	07/03/2014	R\$ 191,53	162 * V
MEY4525	54722321E	6912/0	07/03/2014	R\$ 53,20	232
MFC3054	54571967E	6912/0	25/03/2014	R\$ 53,20	232
MFN1133	54572254E	6920/0	25/02/2014	R\$ 127,69	233
MFR0911	54571435E	6599/2	15/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGU4083	54572260E	6920/0	25/02/2014	R\$ 127,69	233
MHK9551	54572266E	6920/0	02/04/2014	R\$ 127,69	233
MIH3106	54572208E	6599/2	06/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJZ7192	54572258E	6920/0	25/02/2014	R\$ 127,69	233
MLN8454	54572248E	5045/0	25/03/2014	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 13 DE JUNHO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1693/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BOE8330	54722404E	5185/1	20/03/2014	R\$ 127,69	167
MCD2282	54722386E	7366/2	12/03/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MGJ8167	54572241E	5185/1	20/03/2014	R\$ 127,69	167
MGQ4513	54722392E	5541/5	17/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 13 DE JUNHO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

CÂMARA MUNICIPAL**Ata da Sessão de Abertura do Envelope Número 05 -Habilitação - Tomada de Preços 01 - Processo Licitatório Nº 05/2014**

ATA DA SESSÃO DE ABERTURA DO ENVELOPE NÚMERO 05 -HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS 01 - PROCESSO LICITATORIO Nº 05/2014

Aos treze dias do mês de junho de dois mil e quatorze, às nove horas, a comissão permanente de licitações, nas dependências da Câmara Municipal de Timbó, situada na Inglaterra, sn esquina com 750 com Rua Projeta A, Bairro da Nações, Timbó (SC), designada pela Portaria nº 11/2014, para, na forma da Lei Federal nº. 12.232/2010, 8.666/1993 e 4.680/65, proceder a abertura do envelope número 05 - Habilitação, do objeto do Processo Licitatório nº 05/2014, destinado à contratação de Agência de Propaganda conforme Edital de Tomada de Preços 01/2014. Aberta a sessão pública conforme item 10 e seguintes do edital no horário estabelecido, estando presentes o representante da empresa Sal Propaganda Ltda Leandro Bonk Sabino RG 4835857 e demais presentes. Ausente o representante da licitante Jeime Vieira da Silva Eirelli ME. Inicialmente o presidente informou que os representantes foram devidamente convocados, comunicados via telefone também e devidamente publicado no DOM-SC e que a sessão seria também gravada. Após, o presidente fez a leitura da classificação final das empresas participantes do processo conforme consta em ata devidamente publicada em órgão oficial. Em seguida procedeu a abertura do envelope número 05, devidamente lacrado, que foi rubricado pela comissão. O Presidente também solicitou a presença do Servidor Contador da Câmara para verificar os documentos apresentados referente itens 10.2 letra j bem como a verificação dos itens de liquidez apresentados, conforme exigência do mesmo item 10. O contador confirmou que a liquidez geral é maior que 1,00 (6,04), que a liquidez corrente era maior que 1,00(2,99) e que o grau de endividamento é menor do que 1,00(0,17), estando, portanto de acordo com as exigências do edital. Em seguida continuou a verificação da documentação apresentada e constatou-se que a empresa participante não apresentou a comprovação conforme item 10.2.6 letra d, tendo a questão sido submetida ao advogado da Casa, o qual manifestou-se através de parecer, que se encontra anexo ao processo. Segundo seu entendimento, a exigência referida não encontra amparo legal podendo, portanto, ser dispensada pela Comissão. O Presidente submeteu o entendimento do advogado aos demais membros da comissão, tendo o mesmo sido acatado por unanimidade. Dando prosseguimento à sessão pública, analisou-se a documentação restante, tendo sido constatado o cumprimento das exigências contidas no edital, inclusive quanto à verificação de autenticidade. Sendo assim, o presidente declarou que a Empresa Sal Propaganda Ltda. está devidamente habilitada, declarando-a vencedora da presente Licitação, informando ainda que o prazo para interposição de recursos contra a habilitação será de cinco dias contados a partir da publicação desta classificação final no DOM SC(diário oficial dos municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br). Também informou que a classificação final será publicada no site www.camaratimbo.sc.gov.br e no mural da Câmara Municipal. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão pública da tomada de preços 01/2014 com a lavratura desta ata, assinada pelos membros da comissão, licitante e demais presentes. Esta ata será extratada e publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC. Também estará disponível no site www.camaratimbo.sc.gov.br e mural da Câmara Municipal de Timbó.

Éverton Bica Pedroso - Presidente

Ailton Bertoldi - Membro

Genésio Slomp - Membro

Resultado Final Tomada de Preços Nº 01-2014

Câmara Municipal de Timbó

Estado de Santa Catarina

A Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Timbó, por intermédio de seu Presidente, no Edital do Processo Licitatório n.º 05/2014, Tomada de Preços N.º 01/2014, torna público o resultado final do presente certame, após a abertura do envelope n.º 5 (habilitação), que ocorreu na Sessão Pública realizada no Auditório da Câmara Municipal de Timbó no dia 13 de junho de 2014:

Licitante vencedora: Empresa Sal Propaganda Ltda.

O prazo para a interposição de recursos contra a habilitação é de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da presente publicação, sendo que os licitantes, se quiserem, poderão obter cópias dos documentos juntados ao processo licitatório, mediante solicitação.

Timbó, 13 de junho de 2014.

Éverton Bica Pedroso

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Aviso da Licitação do Pregao Presencial Nº 3-2014

Pregão Presencial nº 03/2014

Processo Licitatório: 09/2014

Sessão Pública do Pregão: 30/06/2014 às 9 horas.

Objeto: Aquisição de equipamentos e programas de informática

Valor Estimado (R\$): 53.698,00

Local: Auditório da Câmara Municipal de Timbó, Rua Inglaterra, s/nº, Bairro das Nações, Timbó (SC).

Download do Edital: <http://www.camaratimbo.sc.gov.br/licitacoes.php>

Os interessados poderão obter informações detalhadas sobre o certame na Câmara Municipal de Timbó, situada na Rua Inglaterra, s/nº, Bairro das Nações, Timbó (SC) ou pelo telefone (47) 3382-2177, de segunda a sexta-feira, entre as 8h e as 17h.

Ailton Bertoldi

Pregoeiro

Três Barras

PREFEITURA

Notificação de Rescisão do Contrato Nº 050/2010 NOTIFICAÇÃO

NOTIFICANTE: O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS-SC, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras - SC, por seu Prefeito Municipal o Sr. ELOI JOSE QUEGE, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Três Barras - SC.

NOTIFICADO: COENCO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 83.648.220/0001-53, estabelecida na Rodovia Daniel Brunning, s/ nº- km 10, município de Gravatá - SC, CEP. 88.735-000.

TEOR DA NOTIFICAÇÃO

Pelo presente instrumento e na melhor forma admitida em direito, o NOTIFICANTE, por seu Prefeito Municipal que a esta subscreve, vem formal e respeitosamente NOTIFICAR, sobre os seguintes fatos que a seguir passa a expor:

O NOTIFICANTE firmou com o NOTIFICADO em 13 de maio de 2010 o Contrato nº 050/2010 para a contratação de mão de obra e fornecimento de materiais para Pavimentação Asfáltica Usinado a Quente nas Ruas Vereador Alfredo Rodrigues Farias, extensão de 60,00 metros lineares), Rua Samuel David Ferreira, extensão de 159,03 metros lineares e Silvino G. de Lucca, extensão de 173,56 metros lineares, ambas no Bairro Vila Nova / Km 02, pelo valor total de R\$ 232.418,44 (duzentos e trinta e dois mil e quatrocentos e dezoito reais e quarenta e quatro centavos), sendo custeado parte advinda do Contrato de Repasse nº 282.168-63/2008 - Programa Gestão da Política de Desenvolvimento do Governo Federal e parte com recursos próprios da Prefeitura Municipal, com prazo de execução inicial de 60 (sessenta) dias, prorrogado para até 10 de dezembro de 2010 através do 1º Termo Aditivo ao Contrato Original (Aditivo nº 020/2010 de 29/10/2010).

Ocorre que até a presente data, conforme relatório da Caixa Econômica Federal, agente financeira e fiscalizadora do Contrato o NOTIFICADO executou 92,40% das obras, tendo a muito tempo, abandonou os trabalhos sem quaisquer justificativa, restando um saldo a executar de R\$ 5.347,42.

Ocorre que a obra encontra-se paralisada e abandonada injustificadamente, negativamente o município junto ao Cedente dos recursos, provocando inúmeros transtornos ao Poder Público Municipal e a todos os munícipes que dependem de novos recursos federais;

Ocorre que desde o mês de agosto de 2011 a obra não tem qualquer evolução.

Ocorre que em 22 de outubro de 2010 foi emitida a Primeira Notificação para que o NOTIFICADO realizasse o término da Obra, qual não foi atendida.

Em 07 de janeiro de 2011 foi emitida a Segunda Notificação, dando prazo de 05 (cinco) dias para reinício das obras, novamente não atendida, apenas contestada formalmente, informando que a obra já fora concluída.

Novamente em 27 de abril de 2011 o município através da Notificação nº 03, informou o NOTIFICADO sobre a necessidade de

término das obras, encaminhando relatório fotográfico demonstrando as imperfeições e serviços faltantes apontados pela Caixa Econômica Federal, também novamente não atendida.

Em Janeiro de 2012 o tentou novamente, via administrativa (Notificação nº 04) a melhor resolução do problema, o que não houve interesse da parte Contratada, sem quaisquer manifestação.

Já esgotadas as vias de tentar uma solução amigável para o fato, ainda o município em 02 de maio de 2013 emitiu o Ofício nº 009/2013 solicitando o término final das obras para que pudesse realizar o pagamento final do valor a executar de R\$ 5.347,42, e do Valor Glosado pela CEF R\$ 17.729,04.

Todas as Notificações enviadas, informavam formalmente o NOTIFICADO sobre a necessidade de reinício das obras sob pena de rescisão unilateral e aplicação de multa e das sanções previstas no Contrato nº 050/2010, sendo que a mesmas, com exceção da nº 02 não foram atendidas nem respondidas.

Ocorre que reiteradas vezes o NOTIFICADO foi comunicado verbalmente e formalmente sobre a morosidade e sobre a inexecução do Contrato não se manifestando em nenhuma das ocasiões.

O fato é que a narrativa do acima exposto demonstra a ineficiência por parte do NOTIFICADO para a plena execução da obra de pavimentação.

Desta forma, o NOTIFICANTE vem por intermédio desta, NOTIFICAR a empresa COENCO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, de que em data de hoje (12/06/2014) com força nos Art. 78, incisos I, II, V e VII e Art. 79, inciso I, todos da Lei Federal nº 8.666/1993 fica RESCINDIDO o CONTRATO Nº 050/2010.

Desta forma, o NOTIFICANTE vem por intermédio desta, NOTIFICAR a empresa COENCO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, de que em data de hoje (12/06/2014) com força nos Art. 87, incisos II, da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como, Cláusula Nona, Item 9.3 V do Contrato nº 050/2010 fica APLICADO A MULTA CONTRATUAL 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, ou seja, R\$ 58.104,61 (cinquenta e oito mil e cento e quatro reais e sessenta e um centavos).

Desta forma, o NOTIFICANTE vem por intermédio desta, NOTIFICAR a empresa COENCO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, de que em data de hoje (12/06/2014) com força nos Art. 87, incisos IV, da Lei Federal nº 8.666/1993 que FICA A MESMA DECLARADA INIDÔNEA PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS-SC.

A presente NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL, estampada em 03 (três) laudas assinadas e rubricadas, representa salvaguarda dos legítimos direitos do NOTIFICANTE.

Três Barras - SC, em 12 de junho de 2014.

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS-SC

Dr. Eloi José Quege

Prefeito Municipal

NOTIFICANTE

Treze Tílias

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº52/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS
Processo Licitatório nº 52/2014 - PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de um veículo usado, tipo caminhonete, para atender a necessidade do Departamento de Urbanismo do município de Treze Tílias, conforme Anexo I.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 09h00 min do dia 27/06/2014, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

Aviso de Licitação 53/2014 TP

PREFEITURA DE TREZE TÍLIAS
TOMADA DE PREÇOS Nº 53/2014

O MUNICIPIO DE TREZE TÍLIAS (SC), representado neste ato por seu Prefeito MAURO DRESCH, torna público que realizará TOMADA DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações, para contratação de pessoa jurídica para ampliação da cozinha do Centro Comunitário da Linha Babenberg no município de Treze Tílias - SC, conforme projeto constante no Anexo I, integrante do edital. A abertura dos envelopes de habilitação e propostas será no dia 01 de Julho de 2014 às 09h00min na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal sito na Praça Andreas Thaler, 25, o edital na íntegra poderá ser retirado no sitio da Prefeitura no endereço www.trezetilias.sc.gov.br.

Treze Tílias (SC), 13 de Junho de 2014.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Resolução 001 Sim

RESOLUÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE Nº 001 DE 20 DE MAIO DE 2014.

Dispõe sobre a adoção da forma de Escrituração das Atas, nas reuniões Plenárias do S.I.M (Serviço de Inspeção Municipal) de Treze Tílias/SC.

A SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

1º - Aprovar a forma de Escrituração das Reuniões Plenárias do S.I.M. (Serviço de Inspeção Municipal) de Treze Tílias/SC, redigindo-as de forma digitada/digital e posteriormente impressas e coladas no Livro ATA do S.I.M. nº 01;

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Treze Tílias, 20 de maio de 2014.

ALBERTO KOHLER

Secretário de Agricultura de Treze Tílias

Portaria Nº 064

PORTARIA Nº 064/14 DE 16 DE JUNHO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, a pedido, a Sra. MARILENE GRATT, CPF nº 015.812.659-99 e identidade nº 857.083, residente e domiciliada neste município de Treze Tílias/SC, do cargo efetivo de Professora.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Obs.: Requerimento protocolo nº 730 livro 04 folha 97.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS,
EM 16 DE JUNHO DE 2014.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Trombudo Central

PREFEITURA

Edital Concurso Público Nº 006/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL

EDITAL Nº 006/2014

EXTRATO DE CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 006/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL, torna público que fará realizar Concurso Público para provimento de vagas do quadro único de pessoal da administração direta, com inscrições "on line" no site www.iobv.com.br, abertas no período de 16/06/2014 a 16/07/2014, e provas previstas para o dia 03/08/2014, para os seguintes cargos: Ensino Fundamental incompleto e completo: Mecânico e Operário Braçal; Ensino Médio Completo: Auxiliar Administrativo, Fiscal de Obras e Posturas, Agente de Defesa Civil e Orientador Social; Nível Superior Completo: Advogado, Analista de compras e licitação, Contador, Engenheiro Civil, Farmacêutico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Médico clínico geral (10h e 20h), Médico especialista em cardiologia, Médico Especialista em ginecologia, Médico especialista em pediatria, Médico PSF, Médico Veterinário, Odontólogo do PSF, Programador, Técnico Esportivo e Turismólogo. Demais informações constam do inteiro teor desse edital que encontra-se divulgado no mural oficial de Prefeitura Municipal e nos sites www.iobv.com.br e www.trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 13 de Junho de 2014.

SILVIO VENTURI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 44/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 44/2014

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Regulamentar nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 44/2014, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR LOTE visando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO DE EVENTOS, ILUMINAÇÃO DE EVENTOS E SONORIZAÇÃO DE RUAS PARA VEICULAÇÃO DE ATIVIDADES LIGADAS A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, DE EDUCAÇÃO, DE CULTURA, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 09:00h. do dia 27 de junho de 2014, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30min às 17:30min, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 13 de junho de 2014.

Silvio Venturi
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Lei Nº 1840 de 10 de Junho de 2014, Dispões Sobre O Pagamento de Diárias, Indenizações de Transporte No Âmbito do Poder Legislativo Municipal E Determina Outras Providências.

LEI Nº 1840, DE 10 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre o Pagamento de Diárias, Indenizações de Transporte no âmbito do Poder Legislativo Municipal e determina outras providências.

EDSON LUIZ MORAIS, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e com base no artigo nº 38, § 6º da lei orgânica municipal.

FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu promulgo a seguinte Lei e seus anexos I, II, III e IV:

Art. 1º O Presidente, os vereadores e os servidores da Câmara Municipal, quando a serviço da Câmara ou do Município, terão direito ao recebimento de diárias na forma estabelecida pela presente lei.

§ 1º A diária será integral quando a viagem incluir pernoite.

§ 2º Pagar-se-á meia diária, quando a viagem durar pelo menos quatro horas.

§ 3º As diárias serão pagas em importâncias que variam de acordo com o destino da viagem, ficando fixadas na forma dos valores constantes do Anexo I, que faz parte integrante desta Lei.

§ 4º Os valores das diárias fixadas nesta Lei serão corrigidos monetariamente, anualmente, através de Decreto Legislativo, utilizando-se como dada base a data da publicação da presente lei, utilizando o Índice Geral de Preços Médios (IGPM) acumulado dos 12 meses anteriores.

Art. 2º Em substituição ao regime de diárias poderá ser adotado o ressarcimento das despesas de alimentação e pousada, mediante a apresentação dos respectivos comprovantes, no prazo máximo de 72 horas após o término do evento.

Parágrafo Único. Para restituição dos valores para a Câmara Municipal, deverá ser realizado depósito identificado ou transferência do valor em conta nominal do servidor, funcionário ou vereador que recebeu o adiantamento, no prazo de 72 horas.

Art. 3º Não estão incluídas nas diárias as despesas de transporte e ligações telefônicas.

Art. 4º O Presidente da Câmara, vereadores e servidores da Câmara, farão jus à indenização de transporte quando utilizarem meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições do cargo, no valor correspondente a 30% (trinta por cento) do preço do litro de gasolina comum por quilômetro rodado, tomando-se por base o valor licitado pelo município para o exercício.

Parágrafo Único. Os deslocamentos serão autorizados na forma indicada nesta Lei, aos veículos devidamente cadastrados junto à Presidência da Câmara na forma do Anexo III, parte integrante da presente Lei.

Art. 5º. A Câmara Municipal indicará seus representantes em Congresso, Seminários e outros de interesse do Poder Legislativo.

§ 1º Para cada evento específico será fixado o número de participantes e formada a Delegação, regulamentando-se os encargos por Portaria.

§ 2º Fica o Presidente da Delegação obrigado a apresentar relatório escrito ou apresentado em plenário dos principais acontecimentos do evento, especialmente daqueles que interessam à comunidade local, em no máximo trinta dias após o evento.

Art. 6º Fica assegurada a participação de vereadores e servidores em Assembleias da UCAVI - União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí - ou quaisquer outros eventos promovidos pela entidade, independentemente de autorização específica, ressarcindo-se todas as despesas, na forma desta Lei.

Art. 7º Para efeitos desta Lei, somente serão considerados como encargos da Câmara Municipal os deslocamentos que obedecerem as seguintes regras:

- a) Forem precedidos de autorização do Presidente;
- b) Houver apresentação posterior de relatório escrito ou apresentado em plenário, bem como as notas de comprovação das despesas.

Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das verbas próprias do Orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Fica revogada a Lei nº. 1.449, de 14 de outubro de 2005, e demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de Junho de 2014.

Edson Luiz Moraes
Presidente

ANEXO I
(Lei nº 1840 /2014)

TABELA DE DIÁRIAS

DESTINO DA VIAGEM	VALOR DA DIÁRIA
Região do Alto Vale do Itajaí	R\$ 290,00
Outras Regiões do Estado	R\$ 430,00
Outros Estados	R\$ 670,00
Distrito Federal	R\$ 822,00

OBS: Para deslocamento com veículo próprio, deverá ser feito o cadastro do veículo e do respectivo proprietário, junto à Mesa da Câmara, conforme modelo do Anexo III.

ANEXO II
(Lei nº 1840 /2014)

ROTEIRO DE VIAGEM

Nome: _____

Cargo: _____ Matricula _____

Origem: _____ Data: ____ / ____ / ____ Horário de Saída: ____

Destino _____

Data Chegada: ____ / ____ / ____ Horário Retorno: _____

Descrição de viagem: _____

Meio de Transporte: _____

() Oficial () Particular () Passagem

Quantidade Diária: _____ X R\$ ____ Valor Total a Pagar R\$ ____

Agente e/ou Servidor

Autorizado: _____
Presidente

ANEXO III
(Lei nº 1840/2014)

RESSARCIMENTO POR DESLOCAMENTO COM VEÍCULO PRÓPRIO

Nome: _____

Cargo: _____ Matricula _____

Origem: _____ Data: ____ / ____ / ____ Horário de Saída: _____

Destino _____

Data Chegada: ____ / ____ / ____ Horário Retorno: _____

Descrição de viagem: _____

Veículo: _____
Placa: _____

Quilometragem Inicial _____ Quilometragem Final _____

Cálculo do valor do ressarcimento por locomoção: VR = QR x VQ

VR = Valor do Ressarcimento
QR = Quilometragem Realizada
VQ = Valor pago por Quilometro fixado em lei.

VQ = () QR = () VR (R\$) = ()

Agente e/ou Servidor

Autorizado: _____
Presidente

ANEXO IV
(Lei nº 1840/2014)

CADASTRO DE VEÍCULO

Nome do Proprietário	Cargo	Veículo	Ano/Modelo	Placa

AUTORIZAÇÃO

Fica autorizada a utilização do veículo acima descrito, para a realização de viagens de interesse do Município, o qual deverá ser conduzido pelo seu proprietário e ou com devida declaração para terceiros, dependendo sempre, do preenchimento do formulário constante do Anexo III do Projeto de Lei nº ____ , de ____ de abril de 2014 e a respectiva autorização do Presidente da Câmara.

Trombudo Central, ____ de _____ de 20____ .

Presidente da Câmara

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, estar ciente de que em decorrência da utilização do veículo de minha propriedade, acima descrito, terei direito a indenização na proporção de 30% do preço da gasolina comum por quilômetro rodado, por ocasião de viagens de interesse do Município. Declaro, ainda, que isento a Fazenda Pública Municipal de responsabilidade civil e administrativa em qualquer hipótese, pelos encargos decorrentes da propriedade, desgaste, multas e danos causados ao veículo ou a terceiros, em razão da utilização do veículo particular a serviço.

Trombudo Central, ____ de _____ de 20____ .

Agente/Servidor

Tunápolis

PREFEITURA

Contrato Nº 53/2014

CONTRATO nº 53/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Enoi Scherer, portador do Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 06.224.121/0010-94, estabelecida na Rua Plínio Arlindo De Nes, nº 2241 D, Bairro Belvedere do município de Chapecó/SC, considerado doravante CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 80/2014 e Pregão 52/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na aquisição 1(UM) ROLO Compactador de Solos Vibratório, novo ano 2014, motor a diesel com potência mínima de 110 hp, convenio nº 2014TR000715, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço unit R\$	Preço Total R\$
1	1	Unid	Compactador de Solos Vibratório, novo ano 2014, motor a diesel com potência mínima de 110 hp. Tambor liso com largura mínima de 2.100 mm, com o mínimo de duas amplitudes: em alta amplitude mínimo de 1,60 mm e em baixa amplitude mínimo de 0,70 mm. Tração no tambor e nas rodas com capacidade de subir rampas de no mínimo de 60%. Frequência de vibração em alta amplitude mínima de 30 hz. Força centrífuga em alta amplitude mínima de 230 kN. Equipado com alarme de ré e faróis de trabalho, equipado com cabine fechada com ar condicionado. Peso operacional mínimo de 10.500 kg.	280.000,00	280.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO.

2.1. O Contratante pagará ao contratado o valor de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta reais) cotado na proposta declarada vencedora da Licitação em ata, 10 (dez) dias, após vistoria e liberação dos recursos do convênio.

2.1.2. A Nota Fiscal deverá conter todas as especificações do ROLO, conforme objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

2.3 O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

2.4 O bem licitado deverá ser entregue à CONTRATANTE pelo valor aprovado no processo, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor licitado e aprovado.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO REAJUSTE.

3.1. Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1. O ROLO Compactador deverá ser entregue na Garagem da Municipalidade situada na Sede do Município, no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da assinatura do Contrato.

4.2. O ROLO Compactador novo objeto deste contrato será recebido por servidor designado pelo Contratante, ocasião em que será verificado o cumprimento dos requisitos avençados.

4.2.1. No caso de irregularidade ou incompatibilidade do bem fornecido em relação à proposta declarada vencedora, bem como em relação às demais condições estabelecidas neste CONTRATO E EDITAL, o mesmo será sumariamente rejeitado, sujeitando-se a CONTRATADA às penalidades cabíveis.

4.3. O ROLO Compactador novo objeto deste contrato terá garantia mínima de 12 meses.

4.4 Sempre que a garantia estabelecida pelo fabricante for superior ao prazo mencionado no item anterior, esta prevalecerá.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer o bem contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 80/2014 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar o ROLO Compactador no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer o ROLO Compactador, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos neste Edital.

5.6 Serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas decorrentes do deslocamento do seu pessoal para efetuar a entrega; bem como as despesas com frete, seguro, impostos, e outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto ora licitado.

5.7 A CONTRATADA prestará assistência técnica gratuita no ROLO Compactador durante o período de garantia.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 O Município obriga-se adquirir o ROLO Compactador acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (91, 154) da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA OITAVA- DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2014, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2. Por acordo entre as partes;

9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4 Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, em 06 de junho de 2014.

ENOI SCHERER	SHARK MAQUINAS PARA
PREFEITO MUNICIPAL	CONSTRUÇÃO LTDA
CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff	Sheila Inês Bieger
CPF: 918.368.409-34	CPF: 020.226.259.60

Processo Nº 87/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 87/2014

Edital de Tomada de Preço para obras e serviços de engenharia nº 11/2014

O Município de Tunápolis, torna público

para o conhecimento dos interessados,

que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93,

se acha aberto o Processo de Licitação,

na modalidade de Tomada de Preço tem por objeto a CONTRATAÇÃO

DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MÃO DE OBRA E MATERIAIS) PARA IMPLANTAÇÃO DE INTERNET E TELEFONIA NA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/SC.

Entrega das propostas até as 9h do dia 02/07/2014.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, 91365329

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Deserta Processo N.79/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TUNAPOLIS - PREFEITURA**

Página: 1/1

Relação das Anulações/Revogações de Processos

(Período de 01/06/2014 a 13/06/2014)

Número	Tipo	Nr. Processo	Data	Situação	Motivo da Anulação
9/2014	Deserta	79/2014	12/06/2014	Deserta	A Comissão Permanente de Licitação - CPL, instituída pelo Decreto nº 1580/2013, através das atribuições legais, torna público que foi deserto o certame denominado TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2014, referente ao Processo administrativo 79/2014, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MÃO DE OBRA E MATERIAIS) PARA IMPLANTAÇÃO DE INTERNET E TELEFONIA NA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/SC. Ressalta-se que a data de abertura do dia 12 de junho de 2014, as 14h não houve nenhum interessado para o certame em questão, motivo pela qual o Presidente declara como LICITAÇÃO DE

Vargeão

PREFEITURA

Extrato de Edital de Pregão Presencial Nº 29/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2014
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

O Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei Federal n.º 8.666/93 e o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, realizará no dia 27 de junho de 2014 às 08h40min, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item e tem por objeto a aquisição parcelada de equipamentos e materiais de consumo para uso nos Postos de Saúde do Município, através de fornecedor selecionado em certame licitatório de Edital de Pregão Presencial nº 29/2014 - Fundo Municipal de Saúde.

Outras informações sobre a presente licitação serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax(49) 3434-0148.

Vargeão, SC, 13 de junho de 2014.
Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

Processo 044/2014 TP 008/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2014
TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, MEDIANTE O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CAUQ - Concreto Asfáltico Usinado à Quente, de 1.494,71M2, de trecho da Rua CORONEL VITÓRIO, no Perímetro Urbano de Vargem Bonita, conforme especificações constantes no Memorial Descritivo, Plantas, Planilhas Orçamentárias, e demais Anexos que compõem o Projeto Básico e Projeto Executivo de Engenharia, partes integrantes deste Edital.

Tipo: Menor Preço Global.

Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário.

Recursos: Convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 02 de julho de 2014 às 09:00 horas.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita - SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 13 de junho de 2014.
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
PREFEITA MUNICIPAL

Videira

PREFEITURA

Portaria Nº 0779/14

PORTARIA nº 0779/14

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna da Secretaria Municipal de Administração;

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 05 de maio de 2014 até 03 de junho de 2014, o gozo de férias da servidora MARCIA REGINA VANZ, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo II, referente ao período aquisitivo de 07 de abril de 2013 até 06 de abril de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 05 de maio de 2014.

Videira, 12 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0776/14

PORTARIA Nº 0776/14

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00018/13-0, nos assentos funcionais da servidora MARIA ROSALINA PROENCIO, detentora da matrícula funcional nº 5499, e do cargo de provimento efetivo de Zelador, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 8481/14,

RESOLVE

Art.1(Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais da servidora MARIA ROSALINA PROENCIO, detentora da matrícula nº 5499 e do cargo de provimento efetivo de Zelador, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00018/13-0, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0781/14

PORTARIA nº 0781/14

Nomeia Comissão de Coordenação e Realização do Processo de Remoção nº 001/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE

Art. 1º Designar FLADENICE ZULEICA BRUCH, LUCIMAR SALETE VINCENZI e LUCIMERE TONELLO, para comporem a Comissão de Coordenação e Realização do Processo de Remoção nº 001/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 12 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0783/14

PORTARIA nº 0783/14

Altera a Composição da Comissão Permanente de Licitações

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e, no artigo 51, § 4º da Lei nº 8.666/93,

RESOLVE

Art. 1º Alterar a composição da Comissão Permanente de Licitações, a partir de 12 de março de 2014, que passa a ser a seguinte:

PATRÍCIA MARQUES DE LIMA- Presidente

RAIMUNDA APARECIDA ZAGO BORBA - Chefe

LUCELIA FEDRIGO - Membro

DIONÍSIO ROBASKEWICZ NETO - Membro

Art. 2º Aos integrantes da Comissão, ocupantes de cargo efetivo, fica assegurado o direito à percepção das funções gratificadas previstas em Lei.

Art. 3º A Comissão Permanente de Licitações solicitará aos órgãos do Município avaliações e pareceres técnicos, como subsídio no julgamento dos processos licitatórios nas modalidades da Lei nº 8.666/93, sempre que se fizerem necessários.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 460/14.

Videira, 12 de junho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0777/14

PORTARIA nº 0777/14
Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 8º, I, da Lei nº 2369/10,

RESOLVE

Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora PATRÍCIA DA SILVA ANTONOVICZ, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do dia 06 de junho de 2014 até 03 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 06 de junho de 2014.

Videira, 12 de junho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0775/14

PORTARIA nº 0775/14
Autoriza Interdição de Rua

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 8709/14,

RESOLVE

Autorizar a Interdição das Ruas Padre Anchieta, Rua Celedonia Selbach, Rua Victor Meireles e Rua Campos Novos (contornando a Igreja Matriz), no dia 19 de junho do corrente ano, para a Celebração e Procissão de Corpus Christi.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 12 de junho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração

aos 12 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0774/14

PORTARIA nº 0774/14
Concede Promoção Vertical a servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 8319/2014,

RESOLVE

Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, à servidora ILIZANGELA FERRAZ, Professora, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em "Educação com ênfase nos anos iniciais do ensino fundamental".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de junho de 2014.

Videira, 12 de junho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0782/14

PORTARIA nº 0782/14

Nomeia Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Portaria nº 0752/01,

RESOLVE

Art. 1º Designar, para comporem a Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia, a fim de fiscalizarem, conferirem e verificarem, no ato da entrega pelos fornecedores, a quantidade e qualidade das mercadorias e serviços licitados pelos órgãos abaixo relacionados, os seguintes servidores:

I - Representantes da Secretaria Municipal da Assessoria Jurídica:
VANESSA FRANCIELI STÜBER BROLEZE

FRANCIELI DAYANA BINDER
RAIMUNDA APARECIDA ZAGO BORBA
LUCIANE MARIA DOS SANTOS

II - Representantes da Secretaria Municipal de Finanças:

CARLISE PIERDONA
SÔNIA EVELYN MYCHAYLYK REICHARDT

CLEMIR BERTOTTO ERDMANN
CRISTINA KLOCK
ALVAIR LIRIO BARZOTTO

LUCÉLIA GRUTZMACHER

III - Representantes da Secretaria Municipal de Administração:

POLIANA CARLA HAAS
ANA CLÁUDIA CAGNIN
DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
MARILDA GERALDINA BELLOZUPKO
MÁRCIA REGINA VANZ

IV - Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento:

ARNALDO POSANSKE
VANDETE ALBUQUERQUE LAZZARI
VANESSA FIGUEROA DE SOUZA SANTOS OLTRAMARI

MIGUEL ALBERTO VIECELLI
V - Representantes da Fundação Municipal de Esportes:

HELY DE FREITAS E SILVA
SÉRGIO PERETTI
ADELMO ALBIERO
SÉRGIO ANTONIO OZELAMI

VI - Representantes do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira - INPREVID:

EDNA MARIA DOS SANTOS DA SILVA
MARIA CRISTINA DE SOUZA
JOICEANE SAVIAN

VII - Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação:

LEONARDO BOM GUSE
VANDETE ALBUQUERQUE LAZZARI
JANAINA CORREA COUTO
ELISANDRA MARA BARETTA

§ 1º O referido recebimento deverá ser efetuado por no mínimo 3 (três) membros da Comissão.

§ 2º O recebimento definitivo será precedido, quando for o caso, do recebimento provisório, nos termos da Legislação.

§ 3º Quando se fizer necessário conhecimento de alta especialização, a comissão poderá assessorar-se de pessoas aptas a prestá-lo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0753/14.

Videira, 12 de junho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0778/14

PORTARIA nº 0778/14

Autoriza o Uso de Praça Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 8650/14

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço da Praça Nereu Ramos, localizada na Avenida Dom Pedro II, pelo Centro Educacional RL Ltda ME, no dia 14 de junho de 2014, das 08h00min às 17h00min, a fim de realizar evento alusivo a Copa do Mundo destinado as crianças do Município.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

a. Serviço de segurança no local do evento;

b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;

c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;

d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;

e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;

f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;

g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;

h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 12 de junho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0771/14

PORTARIA nº 0771/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora CLEIDE SALETE RIBEIRO, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "D" para a referência "E", relativa ao período de avaliação de 23 de novembro de 2012 até 23 de maio de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 23 de maio de 2014.

Videira, 10 de junho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0770/14

PORTARIA nº 0770/14
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor LEANDRO ANTONIO DAL PIZZOL, Técnico em Segurança do Trabalho, da referência "D" para a referência "E", relativa ao período de avaliação de 01 de novembro de 2012 até 01 de maio de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de maio de 2014.

Videira, 10 de junho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0769/14

PORTARIA nº 0769/14
Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 8.597/14;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Largo da Estação Ferroviária, pela Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus de Videira, no dia 14 de junho do corrente ano, das 09h00min às 14h00min, a fim de realizar uma ação institucional e educacional

alusiva ao Dia Mundial do Meio Ambiente.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 10 de junho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0772/14

PORTARIA nº 0772/14
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora ZENAIDE MENDES DOS SANTOS, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "D" para a referência "E", relativa ao período de avaliação de 02 de novembro de 2012 até 02 de maio de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de maio de 2014.

Videira, 10 de junho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 11.152/14

DECRETO Nº 11.152/14, DE 10 DE JUNHO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035 de 06 de dezembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 310.000,00 (Trezentos e dez mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

07 - Secretaria Municipal de Educação

02 - Departamento de Ensino Fundamental

2.036 - Transporte Escolar - Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0001 - Aplicações Diretas
310.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO
310.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do superávit financeiro do exercício de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 11.151/14

DECRETO Nº 11.151/14, DE 10 DE JUNHO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/13, de 06 de dezembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS

01 - Fundo Municipal da Saúde

2.064 - Atenção de Média e Alta Complexidade

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas
100.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES
100.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação da seguinte dotação:

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS

01 - Fundo Municipal da Saúde

2.064 - Atenção de Média e Alta Complexidade

3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas
100.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES
100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 11.153/14

DECRETO Nº 11.153/14, DE 12 DE JUNHO DE 2014.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 6643/2014, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado por Nelson Mayer e esposa;

Considerando que o pedido dos requerentes, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 01 (uma) área com 630,79 m² (seiscentos e trinta metros e setenta e nove decímetros quadrados), de propriedade de Nelson Mayer e esposa, constante da matrícula nº 29.440, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira e remanescente na referida matrícula a área com 19.260,68 m² (dezenove mil, duzentos e sessenta metros e sessenta e oito decímetros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 6643/2014.

DA ÁREA PÚBLICA

Art. 2º Fica o proprietário do imóvel obrigado a doar ao Poder Público 10% (dez por cento) da área do lote a ser desmembrado, ou seja, 63,08 m² (sessenta e três metros e oito décimos quadrados), uma vez que a área urbana constante da matrícula RG 29.440 é superior a área de 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados), conforme disciplina o art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 62/08 e alterações, a vista do que consta no Memorial Descritivo do Processo Administrativo nº 6.643/2014.

Art. 3º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 12 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Edital de Convocação Nº 033/14 - P.S Nº 007/12

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 033/2014

PROCESSO SELETIVO Nº 007/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 007/2012:

CONVOCADO	CARGO
1 - Renan Scuciato	Operador de Retroescavadeira, Escavadeira Hidráulica e Pá Carregadeira

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;

- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo;

Videira, 12 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.098/14

LEI N.º 3.098/14, DE 12 DE JUNHO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo a receber em Doação com encargos os Bens Móveis que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber, por doação com encargos, da BRF S.A, sociedade anônima, inscrita no CNPJ nº 01.838.723/0224-49, os bens móveis abaixo relacionados, conforme contrato de doação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Brinquedo - Torre Inteligente - Carlu	UN.	98	44,56	4.366,88
02	Brinquedo - Domino de AaZ MDF 28 PÇS - Carlu	UN.	98	11,90	1.166,20
03	Brinquedo - Domino de Correspondência MDF 28 PÇS - Carlu	UN.	98	11,90	1.166,20
04	Brinquedo - Domino de Associação de Idéias MDF 28 PÇS - Carlu	UN.	98	11,90	1.166,20
05	Brinquedo - Domino de Metades MDF 28 PÇS - Carlu	UN.	98	11,90	1.166,20
06	Brinquedo - Blocos Lógicos 48 PÇS - Carlu	UN.	98	35,50	3.479,00
07	Brinquedo - Cubo de Atividades Conj. 02 PÇS	UN.	98	53,50	5.243,00
08	Brinquedo - Alinhavos Iniciação MDF 10 Placas - Carlu	UN.	98	58,70	5.752,60
09	Brinquedo - Caixas Coloridas MDF 05 PÇ - Carlu	UN.	98	27,96	2.740,08
10	Brinquedo - Pega Vareta Gigante em Plast. - Brink	UN.	98	32,80	3.214,40
11	Brinquedo - Rola Rola Bebe 02 Unid. - Carlu	UN.	50	32,75	1.637,50
12	Brinquedo de Engenheiro 200 PÇ - Xalingo	UN.	70	39,9	2.793,00
13	Brinquedo - XX - Cent Minicar 48 Peças 747	UN.	4	87,89	351,56

14	Brinquedo - Anda Cavalinho - Xalingo	UN.	50	127,40	6.370,00
15	Brinquedo - Abaco fechado em madeira	UN.	90	28,50	2.565,00
16	Brinquedo - sacola monte e brink conj. com 08 jogos - Brink	UN.	20	167,50	3.350,00
17	Brinquedo - Kit Quebra Cabeça Casal Kit com 10	UN.	20	148,00	2.960,00
18	Brinquedo - Linha e Movimento 02 sensoriais e corporais - Carlu	PC.	20	297,00	5.940,00
VALOR TOTAL DOS BENS - R\$					55.427,82

Art. 2º Efetivada a aquisição por doação, os bens serão devidamente incluídos no cadastro dos bens patrimoniais do Município.

Art. 3º Os bens, de que trata a presente Lei, destinam-se para o desenvolvimento da educação das crianças do município, devidamente matriculas nos Centros Municipais de Educação Infantil - CEMEI, pertencentes à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º Fica proibida a venda, troca ou doação do bem recebido, sem a prévia e expressa anuência, por escrito, do Doador.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 12 de junho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 3.097/14

LEI N.º 3.097/14, DE 12 DE JUNHO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo a proceder à permissão de uso de bem imóvel pertencente ao Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,
Faço saber a todos os Municípes que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder à permissão de uso gratuito do Centro de Eventos Vitória - CEVI, localizado na Rua XV de Novembro, nº 115, no Bairro Centro, de propriedade do Município a fim de ser utilizado pela Mônica Rodrigues Machado, inscrita no CPF nº 010.583.309-69, nos termos da minuta anexa.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

MINUTA DE TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO

AUTORIZADO PELA LEI Nº

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob n.º 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal; e do outro lado, a MÔNICA RODRIGUES MACHADO, pessoa física, inscrita no CPF nº 010.583.309-69, coordenado do Studio M Grupo de Dança com sede no Município de Videira, SC, acordam e ajustam, nos termos da Lei Municipal nº 3.097/14, a permissão de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a permissão do uso das dependências do Centro de Eventos Vitória - CEVI, localizado na Rua XV de Novembro, nº 115, no Bairro Centro, com a finalidade de realização de ensaios e do VIII Espetáculo de Dança do Studio M Grupo de Dança, nas seguintes datas: 09, 30 e 31 de agosto do corrente ano.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE USO

I. A área objeto da presente permissão de uso somente poderá ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.

II. Os eventos previstos na Cláusula Primeira deverão realizar-se, intransferivelmente, nas datas previstas na cláusula primeira.

III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

a. Serviço de segurança no local do evento;

b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;

c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;

d. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD - Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;

e. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;

f. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;

g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;

h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;

i. Será de responsabilidade exclusiva da PERMISSIONÁRIA, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos,

ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram do presente contrato, bem como da atividade para a qual a presente permissão lhe é concedida, inclusive encargos previdenciários e securitários, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis, em especial o seguro de acidentes pessoais;

j. Em caso da venda/cobrança de ingressos a PERMISSONÁRIA se obriga, também, a instituir a meia-entrada para as pessoas portadoras de deficiências, nos termos da Lei Estadual nº 13.316/2005; ao idoso, nos termos da Lei Federal nº 10.741/2003; e aos estudantes, nos termos da Medida Provisória nº 2.208/01.

k. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

IV. A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

V. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

A presente permissão de uso vigorará somente nas datas previstas na cláusula primeira, e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC, de de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

MÔNICA RODRIGUES MACHADO

Studio M Grupo de Dança
Representante

TESTEMUNHAS:

Nome:
RG:

Nome:
RG:

Lei Nº 3.099/14

LEI Nº 3.099/14, DE 12 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a reversão de imóvel doado a União, através do Ministério da Fazenda - Secretaria da Receita Federal, que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a reverter, sem ônus a União, ao patrimônio do Município o imóvel abaixo descrito, e as benfeitorias existentes:

“Um terreno urbano com área de 351,00 m² (trezentos e cinqüenta e um metros quadrados), situado à Rua Manoel Roque, nesta cidade de Videira, 1º Subdistrito, dentro das seguintes confrontações: ao NORTE, com terras de Mansueto Vanz; ao SUL, com terras de Ivo Locatelli, ambos com 27,00 metros de lado; a LESTE, com terras de Ivo Fernandes, com 13,00 metros de fundos e ao OESTE, com a Rua Manoel Roque, com 13,00 metros de frente, com benfeitoria, consistindo em uma casa de alvenaria de um pavimento, coberta com telhas de barro, medindo 96,00 m² (noventa e seis metros quadrados), em precário estado de conservação, matriculado no Cartório Imobiliário da Comarca de Videira sob o nº 1961”.

§ 1º. O imóvel a que se refere o artigo foi doado à União, através do Ministério da Fazenda - Secretaria da Receita Federal, de acordo com a Lei nº 1.724/06, de 30 de agosto de 2006.

§ 2º. A reversão de que trata a presente Lei decorre do descumprimento do encargo previsto na forma do artigo 3º da Lei nº 1.724/06, de 30 de agosto de 2006.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1.724/06.

Videira, 12 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 3.100/14

LEI Nº 3.100/14, DE 12 DE JUNHO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo a proceder autorização de uso de bem imóvel pertencente ao Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder autorização de uso gratuito do Parque da Uva, localizado na Rua X de Setembro, s/nº, no Bairro Universitário, de propriedade do Município a fim de ser utilizado pelos Narcóticos Anônimos -NA, nos termos da minuta anexa.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de junho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO

AUTORIZADO PELA LEI Nº 3.100/14

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob nº 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal; e do outro lado, os NARCÓTICOS ANÔNIMOS - NA, sociedade sem fins lucrativos, com também sede no Município de Videira, SC, neste ato, por seu coordenador João Henrique Schaitel acordam e ajustam, nos termos da Lei Municipal nº 3.100/14, a autorização de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a autorização do uso das dependências do Parque da Uva, localizado na Rua X de Setembro, s/nº, no Bairro Universitário, com a finalidade de realização do encontro estadual dos Narcóticos Anônimos, que acontecerá nos dias 13 e 14 de setembro do corrente ano.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE USO

I. A área objeto da presente autorização de uso somente poderá ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.

II. Os eventos previstos na Cláusula Primeira deverão realizar-se, intransferivelmente, nos dias 13 e 14 de setembro do corrente ano.

III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

IV. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os

organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

A presente autorização de uso vigorará somente entre os dias 13 e 14 de setembro de 2014, e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC, de de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

NARCÓTICOS ANÔNIMOS - NA
Representante

TESTEMUNHAS:

Nome:
RG:

Nome:
RG:

Lei Nº 3.101/14

LEI Nº 3.101/14, DE 12 DE JUNHO DE 2014.

Ratifica a 1ª Alteração e Consolidação do Protocolo de Intenções e Autoriza o Ingresso do Município de Videira no Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificado na íntegra a 1ª Alteração e Consolidação do Protocolo de Intenções do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, o qual passa a denominar-se Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, em anexo.

Art. 2º Fica autorizado o ingresso do Município de Videira no Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, nos termos do Protocolo de Intenções.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 12 de junho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

Lei Complementar Nº 149/14

LEI COMPLEMENTAR Nº 149/14, DE 12 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, e dá outras providências.

WILMAR CARELLI, Prefeito do Município de Videira/SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil é o órgão de coordenação de assuntos de proteção e defesa civil, diretamente subordinada ao Prefeito ou seu eventual substituto, com a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de proteção e de defesa civil, nos períodos de normalidade e anormalidade, como tal definido na legislação estadual e federal.

Art. 2º Para as finalidades desta Lei denomina-se:

I - Defesa Civil e Proteção: o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistencial e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar a moral da população e restabelecer a normalidade social;

II - Desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;

III - Situação de Emergência: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada;

IV - Estado de Calamidade Pública: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

Art. 3º O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme legislação federal que organiza o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e por demais atos legais, aprovados pela legislação estadual; determina as seguintes atribuições:

I - executar a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC em âmbito local;

II - coordenar as ações do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC no âmbito local, em articulação com a União e os Estados;

III - incorporar as ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal;

IV - identificar e mapear as áreas de risco de desastres;

V - promover a fiscalização das áreas de risco de desastre e vedar novas ocupações nessas áreas;

VI - declarar situação de emergência e estado de calamidade pública;

VII - vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando for o caso, a intervenção preventiva e a evacuação da população das áreas de alto risco ou das edificações vulneráveis;

VIII - organizar e administrar abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastre, em condições adequadas de higiene e segurança;

IX - manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;

X - mobilizar e capacitar os radioamadores para atuação na ocorrência de desastre;

XI - realizar regularmente exercícios simulados, conforme Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil;

XII - promover a coleta, a distribuição e o controle de suprimentos em situações de desastre;

XIII - proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres;

XIV - manter a União e o Estado informados sobre a ocorrência de desastres e as atividades de proteção civil no Município;

XV - estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias nas ações do SINPDEC e promover o treinamento de associações de voluntários para atuação conjunta com as comunidades apoiadas; e

XVI - prover solução de moradia temporária às famílias atingidas por desastres.

Art. 4º O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa civil.

Art. 5º O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC.

Art. 6º O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil será constituído pelos representantes:

I - Da Coordenadoria Municipal;

II - De Órgãos Setoriais: constituídos por órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, Estadual e Federal sediados no Município;

III - De Órgãos de Apoio: constituídos por órgãos e entidades públicas e privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais, associações de classe e comunitárias, e pelos Núcleos Comunitários de Defesa Civil - NUDEC (s).

Art. 7º Os membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil organizar-se-ão em grupos, entre os quais os seguintes:

I - Coordenadoria Municipal:

- a) Coordenador;
- b) Secretaria;
- c) Setor Técnico;
- d) Setor Operativo;

II - Órgãos Setoriais:

- a) Vice-Prefeito (a) Municipal;
- b) Presidente da Câmara Municipal;
- c) Secretário (a) de Assessoria Jurídica;
- d) Secretário (a) de Administração;
- e) Secretário (a) de Finanças;
- f) Secretário (a) de Planejamento;

g) Secretário (a) de Desenvolvimento Econômico;
h) Secretário (a) de Infraestrutura;
i) Secretário (a) de Agricultura e Meio Ambiente;
j) Secretário (a) de Educação;
k) Secretário (a) de Turismo e Cultura;
l) Secretário (a) de Saúde e Ação Social;
m) Gerente da EPAGRI;
n) Gerente da CIDASC;
o) Gerente da CELESC;
p) Gerente da CASAN;
q) Secretário (a) de Estado de Desenvolvimento Regional de Videira;

III - Órgãos de Apoio:

a) Representante da 128ª Junta de Serviço Militar;
b) Representante da Polícia Civil;
c) Representante da Delegacia Regional de Polícia;
d) Representante da Polícia Militar;
e) Representante do Corpo de Bombeiros Comunitário;
f) Representante do Corpo de Bombeiros Militar;
g) Representante do Poder Judiciário;
h) Presidente do Lions Clube de Videira - Centro;
i) Presidente do Lions Clube de Videira - Perdizes;
j) Presidente do Leo Clube de Videira;
k) Presidente do Jeep Clube de Videira;
l) Presidente da Cooperativa Agropecuária de Videira;
m) Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL;
n) Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Videira;
o) Vice Reitor da UNOESC - Campus de Videira;
p) Chefe do Posto da Receita Federal;
q) Gerente da Exatoria Estadual;
r) Representante da União das Associações de Bairros de Videira;
s) Representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA;
t) Representante da Associação Regional de Engenheiros e Arquitetos de Videira - AREAVID;
u) Núcleos Comunitários de Defesa Civil - NUDEC.

§ 1º Os membros da Coordenadoria Municipal serão indicados pelo Chefe do Executivo Municipal e compete aos mesmos organizar as atividades de proteção e defesa civil no Município.

§ 2º O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil será presidido pelo Prefeito ou representante por ele designado e a Vice-Presidência pelo Coordenador.

§ 3º Fica autorizado o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil a aceitar qualquer órgão e/ou entidades pública e/ou privada, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais, associações de classe e comunitárias, desde que voluntariamente e que não constem do inciso III, deste artigo, para participar no Órgão de Apoio mediante pedido formal ao Poder Executivo.

Art. 8º - O titular da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, terá como atribuições:

I - Abrir a Conta de Relacionamento junto ao Banco do Brasil S.A., onde será assinado um Contrato para operação do cartão;

II - ordenar empenhos e autorizar pagamento de despesa nos termos dos arts. 58 e 64 da Lei Federal nº 4.320/64;

III - Gerir os gastos com o Cartão de Pagamento de Defesa Civil;

IV - Cadastrar ou Descadastrar o nome dos portadores do Cartão devendo ser pessoa física, servidor ou ocupante de cargo público;

V - Prestar contas junto ao Ministério de Integração Nacional, através da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SUNPDEC, na forma e prazo da legislação e demais normas em vigor, fazendo a juntada de todos os documentos comprobatórios de receitas, despesas e outros, inclusive fotos, relatórios, etc. que se fizerem necessários.

VI - Outras prestações de contas e outros procedimentos inerentes ao exercício do cargo.

Art. 9º Os servidores públicos designados para colaborar nas ações emergenciais exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

§1º É obrigatória a participação dos órgãos e serviços municipais, estaduais e federais independentemente do setor em que atuem, bem como dos servidores públicos municipais em geral, para o esforço comum de proteção e da defesa civil e segurança.

§2º A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Art. 10 O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC fica vinculada para fins orçamentários como Unidade Orçamentária, dentro do órgão PODER EXECUTIVO - UG-PREFEITURA, com dotação(ões) específica(s) as suas finalidades, na forma da legislação e regulamentos em vigor, ou de outra forma caso haja mudanças na estrutura orçamentária.

Parágrafo Único - Serão incluídos nas épocas próprias no PPA, na LDO e na LOA, recursos específicos e contínuos para atendimento das finalidades da COMPDEC, obedecendo-se as classificações e títulos contábeis cabíveis.

Art. 11 O COMPDEC movimentará os recursos do Orçamento através do uso do Cartão de Pagamento de Defesa Civil, desenvolvido em parceria com o Banco do Brasil S.A. e Controladoria Geral da União (CGU), que tem como objetivo dar mais agilidade e transparência aos gastos de recursos liberados pela União para ações de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais.

Art. 12 Quando necessário, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil solicitará ao Prefeito a abertura de créditos extraordinários destinados às despesas com emergências.

Art. 13 As despesas desta Lei ocorrerão à conta de verba específica do orçamento do Município.

Art. 14 A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação.

Art. 15 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 074/09.

Videira, 12 de junho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei Complementar nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Edital de Notificação Nº 017/14

SECRETARIA DE FINANÇAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 017/2014

ALEXANDRE GANASINI, Secretário de Finanças no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 100 da Lei Orgânica Municipal, de 05/04/1990, no art. 150, § 6º, do Código Tributário Municipal - Lei Municipal nº 69, de 05/12/1985, e, no item "c" do Requerimento de Parcelamento, NOTIFICA os Contribuintes abaixo relacionados do CANCELAMENTO DOS PARCELAMENTOS requeridos:

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROCESSO ADMINISTRATIVO	DATA CANCELAMENTO
Adair Penso	547.870.250-15	1197/2014	09/06/2014
Amélia da Silva	944.559.299-91	14585/2011	09/06/2014
Ana Julia Refeições Ltda ME	13.225.914/0001-00	1417/2014	09/06/2014
Antonio Dutra de Oliveira	786.853.899-68	13195/2012	09/06/2014
Auto Eletrica Titon Ltda ME	02.418.055/0001-41	1823/2014	09/06/2014
Cesar Leandro Marin	14.027.991/0001-00	416/2014	09/06/2014
Cleomar Daniel Silveira	08.753.843/0001-70	772/2014	09/06/2014
Daiana dos Santos Rodrigues ME	15.034.149/0001-69	1113/2014	09/06/2014
Derige Salette Savian Bridi	183.221.589-04	12181/2013	09/06/2014
Eneas Zanon	296.285.129-00	6897/2013	09/06/2014
Eva Aparecida de Lima Castro ME	17.318.016/0001-40	1431/2014	09/06/2014
Gabiju Transportes Rodoviários e Despachante Ltda ME	72.565.492/0001-73	1830/2014	09/06/2014
Ju Confecções Ltda	13.409.079/0001-50	241/2014	09/06/2014
Julietta Verza Horn	893.391.699-72	19844/2014	09/06/2014
Manoela Derossi MEI	12.139.604/0001-00	1516/2014	09/06/2014
Marcia Munzlinger dos Santos	846.228.309-49	4027/2012	09/06/2014
Mecânica Alicatão Ltda	07.475.778/0001-04	18713/2013	09/06/2014
Nelson Wilson Andrik	183.195.219-04	13319/2012	09/06/2014
Nicolau Estreme	019.580.409-08	15207/2012	09/06/2014
Orli Camargo de Farias MEI	12.230.589/0001-01	19807/2013	09/06/2014
Peterson Bombas Injetoras Ltda ME	10.277.056/0001-41	1399/2014	09/06/2014
Plinio de Ramos	819.562.829-04	10388/2012	09/06/2014
Rita Maristela Besen ME	12.298.152/0001-00	1578/2014	09/06/2014
Transportes Pissolato Ltda	03.702.558/0001-07	11122/2013	09/06/2014

WA Esquadrarias Metalicas e Vidraria Ltda ME	17.070.254/0001-89	1810/2014	09/06/2014
--	--------------------	-----------	------------

Para que produza os efeitos legais e de direito foi lavrado e publicado o presente Edital.

Videira, 10 de junho de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Finanças

Edital de Notificação Nº 018/14

SECRETARIA DE FINANÇAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 018/2014

ALEXANDRE GANASINI, Secretário de Finanças no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 100 da Lei Orgânica Municipal, de 05/04/1990, no art. 3º da Lei Complementar nº 136/13, de 31 de julho de 2013, REFIS 2013, e, no item "c" do Requerimento de Parcelamento - REFIS 2013 NOTIFICA os Contribuintes abaixo relacionados do CANCELAMENTO DOS PARCELAMENTOS - REFIS 2013 requeridos:

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROCESSO ADMINISTRATIVO	DATA CANCELAMENTO
Bar e Lanchonete Ivomar Ltda ME	04.565.914/0001-50	19332/2013	10/06/2014
Brasial Alimentos Ltda	02.142.031/0006-17	13636/2013	10/06/2014
Cell Software Telefonica Celular Ltda ME	12.021.514/0001-02	19245/2013	10/06/2014
Dirceu Pedro Ferreira	163.644.819-49	16032/2013	10/06/2014
Edgar Alves Pereira	317.244.859-20	14012/2013	10/06/2014
Edmar Felipe de Souza	825.026.179-87	19253/2013	10/06/2014
Emilio Nordt	518.200.649-72	16663/2013	10/06/2014
Francieli dos Anjos Rodrigues MEI	97.546.205/0001-09	18559/2013	09/06/2014
Francisco Paulo Flach	681.513.149-15	13889/2013	10/06/2014
Helio Favero	310.048.060-00	18509/2013	10/06/2014
Henrique da Silva	718.332.699-34	13917/2013	10/06/2014
Isabel Cordeiro	737.704.269-91	17673/2013	10/06/2014
João Valdenir Couto Correa	737.708.259-34	19163/2013	10/06/2014
João Vorley Koehler	452.634.779-53	19505/2013	10/06/2014
Jonatan Cardoso de Cardoso	005.158.709-27	18603/2013	09/06/2014
Marciano Miranda (Volnei Lins)	008.411.369-39	17145/2013	10/06/2014
Maria Ires Dias Nawroski (Narciso dos Santos)	194.727.149-00	19273/2013	09/06/2014
Marinez Aparecida da Silva	469.786.079-91	19304/2013	10/06/2014
Mario Sebastião Lagos	220.856.889-34	15612/2013	10/06/2014

NMW Locadora de Mão de Obra Ltda	14.059.358/0001-02	19121/2013	10/06/2014
Nunestur Transportes e Reciclagem Ltda	00.561.729/0001-37	19347/2013	10/06/2014
Osvaldo Fiorelli	347.521.969-72	15378/2013	10/06/2014
Ronaldo Oltramari	433.374.819-49	19038/2013	10/06/2014
Sonia Maria Dalla Costa Carletto	131.994.029-20	19516/2013	10/06/2014
Susete Alves Ribeiro	471.424.809-04	18027/2013	10/06/2014
Valdecir Devens	522.048.049-91	18904/2013	09/06/2014
Valdir Novaski	439.321.779-91	19407/2013	10/06/2014
Valdir Tavares da Silva	148.091.769-91	18823/2013	09/06/2014
Vilmar Ghelere	771.801.009-00	18055/2013	10/06/2014

Para que produza os efeitos legais e de direito foi lavrado e publicado o presente Edital.

Videira, 10 de junho de 2014.
ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

Pregão Presencial Nº 85/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 85/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE TUBOS DE CONCRETO PARA SEREM UTILIZADOS NA DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS EM DIVERSOS LOCAIS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 16:00 horas do dia 03/07/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 16:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 13 de junho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 0780/14

PORTARIA nº 0780/14

Concede licença para tratar de assuntos particulares

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 194 da Lei Complementar nº 130/12, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 8093/2014,

RESOLVE

Art. 1º Conceder, a pedido, licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a TUFÍ CARLOS TORRES, Professor, a partir de 1º de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus

efeitos a partir de 1º de setembro de 2014.

Videira, 12 de junho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Extrato do Termo Aditivo N. 0113/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0113/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FABIANA CARDOSO PAES

CPF: 007.092.319-11

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 10 de agosto de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0114/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0114/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARCIA MIRANDA

CPF: 035.828.059-13

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 10 de agosto de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0115/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0115/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CRISTIANE BRANCALEONI

CPF: 048.765.029-86

OBJETO: Alteração da justificativa de "em substituição à servidora IVETE TEREZINHA DA SILVA NUNES PINTO, em gozo de férias no mês de fevereiro e férias programadas para os meses de março e abril" para "em substituição à servidora IVETE TEREZINHA DA SILVA NUNES PINTO em licença de tratamento de saúde, conforme perícia médica".

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 10 de agosto de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0117/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0117/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARISTELA ALVES DOS SANTOS

CPF: 049.570.559-47

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 16 de agosto de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0119/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0119/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DIRLEIA HONORATO FERREIRA

CPF: 077.130.099-90

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 10 de agosto de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0122/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0122/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GIOVANA ESTER DE LIMA
CPF: 086.527.109-70
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 10 de agosto de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0125/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0125/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LUCIA DEON TREIS
CPF: 022.348.869-02
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 08 de junho de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0128/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0128/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ALINI RISSI
CPF: 047.660.809-04
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 07 de agosto de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0131/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0131/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARIA EORELIA RISSARDI PIROLI
CPF: 024.069.489-94
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 16 de agosto de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0139/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0139/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FRANCIELE SIRLEI DA SILVA NORDT
CPF: 058.788.399-54
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 10 de agosto de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0140/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0140/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ALICE APARECIDA DA ROSA
CPF: 694.473.309-91
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 01 de julho de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0146/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0146/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JOSIANE FÁTIMA ZANOL
CPF: 040.919.299-66
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 16 de agosto de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0155/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0155/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MAIULI KELI DA SILVA
CPF: 047.825.129-70
OBJETO: Alteração da justificativa de "em substituição à servidora GERMANI PADILHA DOS SANTOS, em gozo de licença prêmio, conforme portaria n. 0456/13" para "em substituição à servidora GERMANI PADILHA DOS SANTOS em licença de tratamento de saúde, conforme perícia médica".
VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2014 até 01 de agosto de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0169/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0169/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CERES MIDDING
CPF: 048.082.619-60
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 10 de agosto de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0170/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0170/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GISELE PONTES BOEIRA
CPF: 063.504.339-47
OBJETO: Alteração da justificativa de "em substituição à servidora HELENA KNEBEL DE SIQUEIRA DEMORI, em gozo de férias no mês de abril" para "em substituição à servidora HELENA KNEBEL DE SIQUEIRA DEMORI em licença de tratamento de saúde, conforme perícia médica".
VIGÊNCIA: de 05 de março de 2014 até 02 de julho de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0173/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0173/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ROSELI DE OLIVEIRA DIAS DA MOTTA
CPF: 825.030.369-53
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 10 de agosto de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0207/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0207/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JUVILDE SALETE LINS
CPF: 892.117.909-72
VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2014 até 10 de agosto de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0209/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0209/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LEIDI CRISTINA KNECHT
CPF: 060.740.519-84
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 01 de junho de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0240/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0240/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: NEILA DO CARMO LEMOS
CPF: 021.962.309-01
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 10 de agosto de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0270/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0270/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JUVILDE SALETE LINS
CPF: 892.117.909-72
VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2014 até 10 de agosto de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0282/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0282/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ELISIA ILENE BECKEMBACK VARELLA
CPF: 712.948.309-10
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 10 de agosto de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0283/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0283/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: TEREZINHA APARECIDA PELLIN PAULETTI
CPF: 746.021.529-53
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 10 de agosto de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0284/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0284/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GIOVANA MOTTA
CPF: 008.937.029-51
OBJETO: Alteração da justificativa de "em substituição à servidora ROSANGELA OSMARIN, em gozo de licença prêmio, conforme portaria n. 0827/13" para "em substituição à servidora ROSANGELA OSMARIN em licença de tratamento de saúde, conforme perícia médica".
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 14 de agosto de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0332/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0332/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LUCIANA KRAMER
CPF: 023.371.659-90
VIGÊNCIA: de 13 de fevereiro de 2014 até 16 de agosto de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0335/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0335/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FABIANA APARECIDA ZANCANELLI MACAGNAN
CPF: 057.437.479-54
VIGÊNCIA: de 13 de fevereiro de 2014 até 12 de agosto de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0337/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0337/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LILIAN APARECIDA VON MUHLEN
CPF: 008.613.009-98
VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2014 até 10 de agosto de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0356/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0356/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DAIANY DA SILVA MONTARROYOS
CPF: 116.863.387-75
VIGÊNCIA: de 18 de fevereiro de 2014 até 16 de junho de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0357/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0357/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARILENE SUTIL RIBEIRO
CPF: 526.226.819-68
VIGÊNCIA: de 19 de fevereiro de 2014 até 10 de agosto de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0370/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0370/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SILVANA CARDOSO DE LIMA
CPF: 001.145.059-26
OBJETO: Alteração da justificativa de "em substituição à servidora IVONE SINIGAGLIA, que se encontra em gozo de férias no mês de março e em férias programadas para o mês de abril" para "em substituição à servidora IVONE SINIGAGLIA em licença de tratamento de saúde, conforme perícia médica".
VIGÊNCIA: de 05 de março de 2014 até 10 de agosto de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0368/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0368/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARIA CARMEN CORDEIRO DOS SANTOS
CPF: 736.101.279-53
OBJETO: Alteração da justificativa de "em substituição à servidora IVANIR SARTOR JORGE, em gozo de férias no mês de março e em férias programadas para o mês de abril" para "em substituição à servidora IVANIR SARTOR JORGE em licença de tratamento de saúde, conforme perícia médica".
VIGÊNCIA: de 05 de março de 2014 até 10 de agosto de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0388/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0388/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIA APARECIDA RIBEIRO LOSS

CPF: 828.936.679-53

VIGÊNCIA: de 12 de março de 2014 até 19 de agosto de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0419/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0419/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DEBORA DE PAULA MIRANDA BAZE

CPF: 061.538.569-93

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2014 até 10 de agosto de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0416/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0416/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DERLI DE OLIVEIRA CORREA

CPF: 528.468.499-00

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 até 02 de julho de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Vitor Meireles**PREFEITURA****Portaria Nº 136/2014**

PORTARIANº 136/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: ODIRLEI JEREMIAS

Cargo: ENGENHEIRO FLORESTAL

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2014, por ter obtido média 9,22 referente às três últimas avaliações, com conceito "excelente" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível XI-4 para o Nível XI-5, dentro da Secretaria de Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Meio Ambiente.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC),
13 DE JUNHO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 137/2014

PORTARIANº 137/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: PAULO RICARDO NUNES DE MELLO

Cargo: ENFERMEIRO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2014, por ter obtido média 9,14 referente às três últimas avaliações, com conceito "excelente" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível X-4 para o Nível X-5, dentro da Secretaria de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 13 DE JUNHO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 138/2014

PORTARIANº 138/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: REGIANE KAMMER

Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2014, por ter obtido média 9,18 referente às três últimas avaliações, com conceito "excelente" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível VI-3 para o Nível VI-4, dentro da Secretaria de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 13 DE JUNHO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 139/2014

PORTARIANº 139/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: SILMARA SCHEPANSKI DELUCA

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2014, por ter obtido média 8,49 referente às três últimas avaliações, com conceito "muito bom" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível II-4 para o Nível II-5, dentro da Secretaria de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 13 DE JUNHO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Decreto N.º 033/2014

DECRETO 033/2014

Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0883, de 08/05/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada a seguinte dotação orçamentária:

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

28.843.004.0001 - Amortização do Principal e Encargos da Dívida

32000000 - Juros e Encargos da Dívida

32900000 - Aplicações Diretas

0.1.0000 - Recursos Livres 3.000,00

Art. 2º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.003.2004 - Manutenção da Segurança Pública

33000000 - Outras Despesas Correntes

33500000 - Transf. A Instituições Privadas S/ Fins Lucrativos

0.1.0000 - Recursos Livres 3.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 13 de junho de 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 140/2014

PORTARIANº 140/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: ROSANI DEGRACIA

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2014, por ter obtido média 8,26 referente às três últimas avaliações, com conceito "muito bom" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível II-4 para o Nível II-5, dentro da Secretaria de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC),
13 DE JUNHO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xaxim**PREFEITURA****Lei 3979 Autoriza Remembramento E Desmembramento**

LEI Nº 3979/2014 de 09 de junho de 2014.

Autoriza o remembramento e desmembramento dos lote nº 07 e 08 da quadra nº 271 do loteamento Guarany e da outras providências.

DACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o remembramento e desmembramento dos lotes nº 07 e 08 da quadra .nº 271, do Loteamento Guarany, com matrículas nº 18.326 e 18.327 respectivamente, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade do Município de Xaxim, ficando assim constituído:

LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO (situação atual):

1º- LOTE Nº.07 da quadra nº.271 com área superficial de 200,00 m² (duzentos metros quadrados - matrícula nº18.326), localizado no lado ímpar da Rua Deputado Elgydio Lunardi, distante pelo lado esquerdo 36,00 metros da Rua Coronel Ernesto Francisco Bertaso, com as seguintes medidas e confrontações:

NORDESTE: Com parte do lote nº08, do Município de Xaxim, matrícula 18.327, em 10,00 metros.

SUDOESTE: Com parte do lote nº05, de Iracema de Lourdes Andolfatto, matrícula 17.018, em 10,00 metros.

SUDESTE: Com parte do lote nº08, do Município de Xaxim, matrícula 18.327, em 20,00 metros.

NOROESTE: Com Rua Deputado Elgydio Lunardi, em 20,00 metros.

2º- LOTE Nº.08 da quadra nº.271 com área superficial de 3.640,00 m² (três mil seiscientos e quarenta metros quadrados - matrícula nº18.327), localizado entre as Ruas Deputado Neudy Primo Massolini, Rua Silvio Lunardi e Rua Deputado Elgydio Lunardi, com as seguintes medidas e confrontações:

NORDESTE: Com Rua Silvio Lunardi, em 60,00 metros.

SUDOESTE: Com o lote nº06, de Jaqueline Aparecida de Souza, matrícula 17.019, em 30,00 metros, com parte do lote nº05, de Iracema de Lourdes Andolfatto, matrícula 17.018, em 20,00 metros, e com o lote nº07, do Município de Xaxim, matrícula 18.327, em 10,00 metros.

SUDESTE: Com Rua Deputado Neudy Primo Massolini, em 64,00 metros.

NOROESTE: Com Rua Deputado Elgydio Lunardi, em 44,00 metros e com o lote nº07, do Município de Xaxim, matrícula 18.327, em 20,00 metros.

DESCRIÇÃO DO REMEMBRAMENTO:

LOTE Nº.07 da quadra nº.271 com área superficial de 200,00 m²

(duzentos metros quadrados - matrícula nº18.326) e o LOTE Nº.08 da quadra nº.271 com área superficial de 3.640,00 m² (três mil seiscentos e quarenta metros quadrados - matrícula nº18.327). Áreas que lembradas formarão um único imóvel com superfície total de 3.840,00 m² (três mil oitocentos e quarenta metros quadrados), localizado entre as Ruas Deputado Neudy Primo Massolini, Rua Silvio Lunardi e Rua Deputado Elgydio Lunardi, com as seguintes medidas e confrontações:

NORDESTE: Com Rua Silvio Lunardi, em 60,00 metros.

SUDOESTE: Com o lote nº.05, de Iracema de Lourdes Andolfatto, matrícula 17.018, em 30,00 metros e com o lote nº06, de Jaqueline Aparecida de Souza, matrícula 17.019, em 30,00 metros.

SUDESTE: Com Rua Deputado Neudy Primo Massolini, em 64,00 metros.

NOROESTE: Com Rua Deputado Elgydio Lunardi, em 64,00 metros.

DESCRIÇÃO DO DESMEMBRAMENTO:

1º- TERRENO URBANO, da quadra nº.271 com área superficial de 1.620,00 m² (mil seiscentos e vinte metros quadrados), constituído pelo lote nº07 e parte do lote nº08, localizado no lado ímpar da Rua Deputado Elgydio Lunardi, distante pelo lado esquerdo 36,00 metros da Rua Coronel Ernesto Francisco Bertaso, com as seguintes medidas e confrontações:

NORDESTE: Com o terreno urbano, constituído por parte do lote nº.08, ora desmembrado, em 60,00 metros.

SUDOESTE: Com o lote nº.05, de Iracema de Lourdes Andolfatto, matrícula 17.018, em 30,00 metros e com o lote nº.06, de Jaqueline Aparecida de Souza, matrícula 17.019, em 30,00 metros.

SUDESTE: Com a Rua Deputado Neudy Primo Massolini, em 27,00 metros.

NOROESTE: Com Rua Deputado Elgydio Lunardi, em 27,00 metros.

2º- TERRENO URBANO, da quadra nº. 271 com área superficial de 2.220,00 m² (dois mil duzentos e vinte metros quadrados), constituído por parte do lote nº.08, localizado entre as Ruas Deputado Neudy Primo Massolini, Rua Silvio Lunardi e Rua Deputado Elgydio Lunardi, com as seguintes medidas e confrontações:

NORDESTE: Com Rua Silvio Lunardi, em 60,00 metros.

SUDOESTE: Com o terreno urbano, constituído pelo lote nº.07 e parte do lote nº.08, ora desmembrado, em 60,00 metros.

SUDESTE: Com Rua Deputado Neudy Primo Massolini, em 37,00 metros.

NOROESTE: Com Rua Deputado Elgydio Lunardi, em 37,00 metros.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 11 de junho de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

Decreto 303/2014 Comdec

DECRETO Nº 303/2014

Nomeia Membros da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC do Município de Xaxim - SC, instituída pela Lei 2.011 de 16 de setembro de 1997 e dá outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal e com a Lei Municipal 2.011 de 16 de setembro de 1997,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeados os membros da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC do Município de Xaxim - SC, ficando assim constituída:

- I - Presidente - IDACIR ANTONIO ORSO
- II - Vice-Presidente - FABIO JOSÉ DAL MAGRO
- III - Secretário - LUCIANE MARCHETTI BORTOLANZA

IV - CONSELHO TÉCNICO

- a)Secretário Municipal da Saúde - JOSIANE SAMPAIO
- b)Secretário Municipal de Infraestrutura - IDERALDO SORGATO
- c)Secretaria Municipal da Agricultura - DEOLINO RISSI
- d)Departamento de Meio Ambiente - LUIZ BRUNETTO

V - CONSELHO COMUNITÁRIO

- a)Presidente Rotary Clube - RICARDO FIORETO ROMAN
- b)Presidente Rotaract Clube - RODRIGO MORAS

c)Presidente Interact Clube - ALVARO BUSETTO

- d)Presidente Léo Clube - EMANUEL RIGOTTI
- c)Presidente Câmara Junior - IVANIA PALUDO

d)Comandante Bombeiros Comunitários - Tenente ESMAEL MATHEUS PIVA

e)Presidente Cruz Vermelha Brasileira - Filial de Xaxim - DEVER-SINDO IVALDINO DERVANOSCKI

f)Presidente Loja Maçônica "Obreiros da Liberdade" - MARCO ANTONIO COCHI

g)Representante da Câmara de Vereadores - LUIZ ALVARO STIEVEN

Art. 2º Compete à Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, coordenar, a nível municipal, os meios de atendimento a situações de emergência ou calamidade pública.

Parágrafo único: Fica nomeado NADIR CHIODI como Coordenador do COMDEC.

Art. 3º Os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, em qualquer circunstância, considerando o seu caráter de interesse público, não serão remunerados, não gerando qualquer vantagem salarial ou de qualquer outra natureza a seus membros.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 11 de junho de 2014
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município

Aviso de Inexigibilidade 011/2014Fms

O MUNICÍPIO DE XAXIM ATRAVÉS DE SEU PREFEITO COMUNICA A PRESENTE INEXIGIBILIDADE, A SABER:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 011/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0131/2014
CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO Nº 005/2014
HOMOLOGAÇÃO: 10/06/2014
CREDENCIADO: FARMACIA XAXIM LTDA
CNPJ 82.775.776/0001-48
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS MANIPULADOS
VALOR ESTIMADO DO CREDENCIAMENTO: R\$ 5.628,00 (CINCO MIL SEISSENTOS E VINTE E OITO REAIS).
FUNDAMENTO: CAPUT do Art. 25, da Lei Federal 8.666/93.

XAXIM, 10/06/2014
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito

Portaria 947

PORTARIA Nº 947/2014
Extingue Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI do artigo 66 de Lei Orgânica Municipal, artigos 177 e seguintes da Lei Municipal nº 1729, de 26 de dezembro de 1994; e,

CONSIDERANDO a Portaria nº 850/2014, sob a qual fora instaurado Processo Administrativo Disciplinar em face do Servidor R. K., para a apuração de eventuais faltas funcionais;

CONSIDERANDO o pedido de exoneração do Servidor R. K., em data de 13 de junho de 2014;

CONSIDERANDO o Decreto nº 305/2014, o qual exonera o Servidor Municipal R. K., a pedido deste, a partir da referente data;

CONSIDERANDO que, em consequência disso, o Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Servidor, perde seu objeto, devendo ser, portanto, extinto;

CONSIDERANDO que, a continuidade do Processo Administrativo Disciplinar seria inócua, haja vista que, não haveria mais como aplicar eventual penalidade ao Servidor;

CONSIDERANDO que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da legalidade e da moralidade, ambos previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica extinto o Processo Administrativo Disciplinar, instaurado sob a Portaria de nº 850/2014, em face do Servidor R. K.

Art. 2º. Junte-se o presente ao respectivo Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 3º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Comunique-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 13 de junho de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Rodrigo Veriato Morás
Secretário Municipal de Administração

Decreto 02

DECRETO Nº. 304/2014.

Dispõe sobre aquisição de Estabilidade de Servidor Público em razão da nomeação decorrente de Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso IV do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal, combinado com a Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações, Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ESTÁVEL o (a) servidor (a) público (a) municipal FABIANE BERTOLDI MAROSTICA, no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, portadora da matrícula 5291, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 13 de junho de 2014, em decorrência de investidura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em Estágio Probatório, percebendo remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 12 de junho de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município

DECRETO Nº. 305/2014.

Exonera servidor municipal a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 13 de junho de 2014, o servidor municipal RAUL KISELBACH, ocupante do cargo de provimento efetivo de MÉDICO, portador da matrícula 4720, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, desta Prefeitura Municipal de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 13 de junho de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

Pregão Presencial SRP 069/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 133/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N. 069/2014

FUNDO MUNIC. DE SAÚDE

O MUNICIPIO DE XAXIM - SC através do seu prefeito municipal COMUNICA que estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial sob o n. 069/2014, com protocolo dos envelopes até às 08h45min do dia 30 de Junho de 2014, e farão abertura das mesmas às 09h00min do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação O Registro de preços para aquisição de medicamentos para atendimento a Farmácia Básica e aos programas de Saúde, do Município de Xaxim, conforme descrito no anexo I do edital, tipo menor preço POR ITEM, conforme dispõem as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, e no que couber a legislação aplicável. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira, ou ainda pelo telefone 49 - 3353-8213.

Xaxim - SC, 13 de junho de 2014.
Idacir Antônio Orso
Prefeito

Consórcios

ARIS

Edital de Convocação Nº 001/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2014

O Presidente do Conselho de Administração da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Luiz Carlos Tamanini, no uso de suas atribuições legais,

CONVOCA:

Os senhores prefeitos, membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, para a reunião com a seguinte ordem do dia:

Data: 24 de junho de 2014

Horário: 10 horas

Local: Associação dos Municípios da Grande Florianópolis - GRAN-
FPOLIS

Rua Candido Ramos, 250 - Capoeiras - Florianópolis/SC - CEP:
88090-800.

ORDEM DO DIA:

10h - Apreciação e deliberação de proposta para compra da Sede da ARIS.

Florianópolis, 12 de junho de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Presidente da ARIS

Prefeito de Corupá

CIMCATARINA

Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0003/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0003/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de medicamentos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA Municípios de Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Salto Veloso, Timbó Grande, Videira e Monte Carlo, durante o período de 12 de junho a 31 de agosto de 2014.
FORNECEDORES:

GRAMS & GRAMS LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1753;

GRAMS & GRAMS LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1754;

MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº
AT14CIMCATARINA1755;

GRAMS & GRAMS LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1756;

MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº
AT14CIMCATARINA1757;

GRAMS & GRAMS LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1758;

MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº
AT14CIMCATARINA1759;

MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº
AT14CIMCATARINA1760;

GRAMS & GRAMS LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1761;

MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº
AT14CIMCATARINA1762.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 12.06.2014 à 31.08.2014. PAL nº: 0006/2014. Pregão Eletrônico nº: 0003. Registro de Preços nº: 0004.

Fraiburgo (SC), 13 de junho de 2014.
Elói Rönna
Diretor Executivo do CIMCATARINA

Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0009/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0009/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de materiais de consumo, instrumentais, aparelhos e utensílios diversos utilizados na área ambulatorial ou hospitalar, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Frei Rogério, Iomerê, Matos Costa, Monte Carlo, Salto Veloso, Tangará e Videira, durante o período de 12 de junho a 31 de agosto de 2014.

FORNECEDOR:

DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1763;

DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1764;

DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1765;

DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1766;

DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1767;

DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1768;

DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1769.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 12.06.2014 à 31.08.2014. PAL nº: 0012/2014. Pregão Eletrônico nº: 0009. Registro de Preços nº: 0010.

Fraiburgo (SC), 13 de junho de 2014.
Elói Rönna
Diretor Executivo do CIMCATARINA

Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0003/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0003/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de medicamentos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA Municípios de Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Rio das Antas, Timbó Grande, Videira e Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará e Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, durante o período de 13 de junho a 31 de agosto de 2014.

FORNECEDORES:

EXCLUSIVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1770;

EXCLUSIVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1771;

EXCLUSIVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1772;

PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1773;

A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1774;

PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1775;

A.G. KIENEN & CIA LTDA LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1776;

PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1777;
A.G. KIENEN & CIA LTDA LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1778;

PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1779;

PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1780;

PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1781;

A.G. KIENEN & CIA LTDA LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1782;

PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1783;

A.G. KIENEN & CIA LTDA LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1784;

PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1785;

A.G. KIENEN & CIA LTDA LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1786;

PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1787;

A.G. KIENEN & CIA LTDA LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1788;

PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1789;

A.G. KIENEN & CIA LTDA LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1790;

PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1791;

A.G. KIENEN & CIA LTDA LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1792;

PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1793.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 13.06.2014 à 31.08.2014. PAL nº: 0006/2014. Pregão Eletrônico nº: 0003. Registro de Preços nº: 0004.

Fraiburgo (SC), 13 de junho de 2014.
Elói Rönna
Diretor Executivo do CIMCATARINA

Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0004/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PP 0004/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de móveis para escritório, condicionadores de ar e refrigeradores, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Caçador, Fraiburgo, Frei Rogério, Iomerê, Lebon Régis, Monte Carlo, Salto Veloso e para o Consórcio Intermunicipal Catarinense, durante o período de 06/06/2014 à 30/09/2014.

FORNECEDORES:

VIDENET INFORMÁTICA LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA1661;

SLS COM. DE EQUIP. DE INF. LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1662;

SLS COM. DE EQUIP. DE INF. LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1663;

SLS COM. DE EQUIP. DE INF. LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1664;

SLS COM. DE EQUIP. DE INF. LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1665;

SLS COM. DE EQUIP. DE INF. LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1666;

SLS COM. DE EQUIP. DE INF. LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1667;

SLS COM. DE EQUIP. DE INF. LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1668;

DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA1669;

DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA1670;
DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA1671;
DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA1672;
DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA1673;

ADAGIL HIDRAULICA E CLIMATIZAÇÃO LTDA EPP - Ata nº AT-14CIMCATARINA1674;
ADAGIL HIDRAULICA E CLIMATIZAÇÃO LTDA EPP - Ata nº AT-14CIMCATARINA1675;

ADAGIL HIDRAULICA E CLIMATIZAÇÃO LTDA EPP - Ata nº AT-14CIMCATARINA1676;

ADAGIL HIDRAULICA E CLIMATIZAÇÃO LTDA EPP - Ata nº AT-14CIMCATARINA1677;

ADAGIL HIDRAULICA E CLIMATIZAÇÃO LTDA EPP - Ata nº AT-14CIMCATARINA1678.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 06.06.2014 à 30.09.2014. PAL nº: 0018/2014. Pregão Presencial nº: 0004. Registro de Preços nº: 0015.

Fraiburgo (SC), 13 de junho de 2014.
Elói Rønnau
Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIS/AMOSC

Resolução Nº 01/ 2014

RESOLUÇÃO Nº 01/ 2014

Dispõe sobre a designação de empregados públicos para exercer as funções de pregoeiro e equipe de apoio nas licitações realizadas na modalidade Pregão, no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC.

PEDRO BORSOI Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 17 e 25 do Estatuto,

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o técnico administrativo do CIS-AMOSC, Leandro Schafer, para exercer a função de pregoeiro nos processos licitatórios na modalidade Pregão, em conformidade com o disposto no artigo 3º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002.

Art. 2º Ficam designados os empregados públicos do CIS-AMOSC abaixo relacionados, para integrarem a equipe de apoio nos processos licitatórios na modalidade Pregão, em conformidade com o disposto no artigo 3º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002:

Geisa Muller de Oliveira: Gerente de Programa
Graziela Tessaro: Assistente Administrativo
Mayeli Dallagasperina: Assistente Administrativo

Art. 3º As atribuições do pregoeiro e da equipe de apoio inclui, entre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de

sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 13 de junho de 2014.
PEDRO BORSOI
Prefeito de Guatambu
Presidente do CIS-AMOSC

CIS/AMUREL**Edital de Convocação Ago - Junho-2014**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do CISAMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amurel, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Prefeitos dos Municípios consorciados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 26 de junho de 2014, às 09h30min, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em primeira convocação, e às 09h45min, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/5 (um quinto) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em sua sede provisória, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, Sede da AMUREL, bairro Vila Moema, Tubarão (SC).

Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias:

Aprovação da Ata da Assembléia Anterior; (cópia entregue)
Apreciação e Aprovação dos Registros Contábeis, referente ao 2º bimestre de 2014;
Exames ES Complex

Assuntos Diversos.

Tubarão, 10 de junho de 2014.

JAIME WENSING

Presidente do CISAMUREL

CITMAR**Extrato de Contrato Nº. 003/2014**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 003/2014

Objeto: É objeto do presente Termo de Cooperação firmado entre as partes para realização da Temporada de Aventura Costa Verde & Mar 2014 e Expedição Xokleng que ocorrerá a partir da segunda quinzena de julho de 2014 sendo encerrados no dia 12 de outubro de 2014.

Fundamento Legal: Dispensa de Licitação com fulcro no §8º do art. 23 c/c art. 24, inciso II e Parágrafo Único da Lei Federal 8.666/93.

Valor Global: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

Contratado: INSTITUTO ALOUATTA - CNPJ 10.574.595/0001-42.

Vigência: O presente Termo terá sua vigência por prazo determinado, contados a partir de 06/06/2014 e findando na data de 31/10/2014.

Itajaí/SC, 06 de junho de 2014.

Célio José Bernardino

Diretor Executivo CITMAR

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais - CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CRES e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br